

GÜNTER WEIMER

ARQUITETURA
Luso-Brasileira



ARQUITETURA *Luso-Brasileira*



© GÜNTER WEIMER

ARQUITETURA Luso-Brasileira



Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Rio Grande do Sul (CAU/RS)

Rua Dona Laura, 320 | Bairro Rio Branco
Porto Alegre/RS | (51) 3094-9800

www.caurs.gov.br



Rua dos Andradas, 1444, sala 25,
Galeria Chaves, Centro Histórico,
Porto Alegre, RS

51 9 96671972

editoracoralina
editoracoralina.com.br
pepe@editoracoralina.com.br

Conselho Editorial

Lidia Glacir Gomes Rodrigues
Fábio Müller
Éber Marzulo
Maximiliano Bordon Ledur
Tales Völker

Assessoria Técnica CAU/RS

Tales Völker

Publisher

Pedro Paulo Graczcki

Capa, projeto gráfico e diagramação

Alana Anillo

Revisão e preparação de originais

Delalves Costa

Ilustrações de capa e miolo

Günter Weimer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Weimer, Günter

Arquitetura Luso-Brasileira / Günter Weimer. -- Porto Alegre,
RS : Editora Coralina, 2023.

ISBN 978-65-80360-68-0

1. Arquitetura 2. Arquitetura - Brasil - História 3. Arquitetura -
Crítica e interpretação 4. Arquitetura - Portugal - História I. Título.

23-182897

CDD-720.981

Índices para catálogo sistemático:
1. Arquitetura : Brasil : História 720.981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

GÜNTER WEIMER

ARQUITETURA
Luso-Brasileira



Porto Alegre, RS – 2023

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) apresenta um conjunto de publicações, de autoria de arquitetos e urbanistas do Estado, selecionadas a partir de edital público. O objetivo é registrar e divulgar amplamente a relevante produção dos profissionais e pesquisadores gaúchos a partir de seus trabalhos de investigação e produção técnica.

As publicações resultam de uma parceria do CAU/RS com a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL), entidade responsável pela Feira do Livro de Porto Alegre, e com a Editora Coralina, igualmente escolhida através de processo público para realizar a produção e a impressão dos trabalhos selecionados. Aos parceiros agradecemos, assim como aos colegas que trabalharam na Comissão de Seleção das publicações e a todos os funcionários do CAU/RS, que se envolveram direta ou indiretamente neste projeto.

Com esta iniciativa, o CAU/RS acredita estar contribuindo para cumprir com sua obrigação de promover e valorizar a profissão, oferecendo, para toda a sociedade, publicações de qualidade e utilizando de forma adequada parte dos recursos arrecadados de todos os arquitetos e urbanistas do Estado, aos quais também agradecemos, além de estar informando e formando profissionais para a construção de cidades mais justas e belas.

TIAGO HOLZMANN DA SILVA
*Arquiteto e Urbanista
Presidente do CAU/RS
Gestão 2021-2023*

*Para Tania, Wally,
Ricardo e Rodrigo*

*Ao concluir este trabalho, cumpre
fazer os seguintes agradecimentos:*

*À Nara Neumann Machado e
ao Maturino Salvador da Luz,
que leram os originais e cujas críticas
levaram ao aperfeiçoamento do texto;*

*A António Menéres,
pelo marcante apoio recebido.*

SUMÁRIO

17 PRÓLOGO

24 CAPÍTULO 1

ARQUITETURA (POPULAR) PORTUGUESA

- 27 Os iberos
- 29 Os celtas
- 35 Influências do oriente próximo
- 36 Os cartagineses
- 36 Os romanos
- 41 Os germanos
- 47 O islã
- 49 Arquitetura árabe do Magrebe
- 54 As conformações urbanas no Magrebe
- 59 As invasões islâmicas na Península Ibérica
- 65 Arquitetura berbere em Portugal
- 70 O urbanismo muçulmano em Portugal
- 73 A recristianização do Al Garb
- 76 A arquitetura portuguesa após a retomada do poder pelos cristãos
- 78 As ilhas do Atlântico
- 88 Os impérios
- 90 Os moinhos de ventos
- 90 As rodas d'água e engenhos
- 92 A arquitetura no continente
- 93 O livro das fortalezas
- 99 A diversidade da arquitetura popular
- 117 Considerações complementares

124 CAPÍTULO 2

ARQUITETURA DO PERÍODO COLONIAL: SÉCULOS XVI E XVII

- 128 Estratégias do estabelecimento
- 130 Os assentamentos
- 135 A arquitetura seiscentista
- 141 A arquitetura setecentista
- 148 A arquitetura religiosa
- 152 A arquitetura de produção
- 174 Os povoados
- 192 A questão da mão de obra
- 194 As vilas e cidades em questão
- 210 Conclusões

214 CAPÍTULO 3

**ARQUITETURA DO PERÍODO
COLONIAL: O SÉCULO XVIII**

- 222 As vias de comunicação**
- 234 A arquitetura das regiões mineradoras**
- 250 A questão do estilo**
- 251 A arquitetura religiosa**
- 256 Fortes e fortalezas**
- 257 Casas de câmara e cadeia**
- 259 A arquitetura residencial**
- 261 Casas de alforja**
- 263 Casas de porta e janela**
- 265 Casas de meia morada**
- 267 Casas de três quartos de morada**
- 268 Casas de morada inteira**
- 269 Casas de morada e meia**
- 274 Os sobrados**
- 282 Habitações suburbanas**
- 284 Arquitetura rural**
- 290 A arquitetura da expansão para o sertão**
- 291 O testemunho dos viajantes do século XIX**
- 295 Vilas e cidades**
- 315 Amazônia**
- 323 Conclusões**

326 CAPÍTULO 4

**ARQUITETURA DO
PERÍODO DO IMPÉRIO**

- 332 O esgotamento das minas e suas consequências**
- 334 Vias de comunicação**
- 337 A arquitetura rural**
- 347 Arquiteturas regionais**
- 354 Arquitetura urbana**
- 358 As vilas**
- 371 As mudanças na construção civil**
- 373 A arquitetura urbana**
- 376 Arquitetura religiosa**
- 376 Fortes e fortalezas**
- 377 Prédios governamentais**
- 378 As cidades**
 - 378 Salvador**
 - 381 Rio de Janeiro**
 - 388 Recife**
 - 393 São Paulo**
 - 395 Curitiba**
 - 396 Porto Alegre**
 - 398 São Luís**
 - 400 Belém**
 - 402 Manaus**
- 404 Conclusões**

406 CAPÍTULO 5

**ARQUITETURA DO
PERÍODO DA REPÚBLICA**

- 412 Exposições Internacionais**
- 414 Revivescências ibéricas**
- 417 O revisionismo da tradição portuguesa**
- 421 O “estilo” neocolonial**
- 424 Lúcio Costa e o “estilo” tradicional**
- 427 A habitação popular em questão**
- 436 A arquitetura urbana**
- 444 Conclusões**

446 CAPÍTULO 6

**PROBLEMAS ATUAIS DA
ARQUITETURA BRASILEIRA**

- 449 O bioma da Mata Atlântica**
- 452 O bioma da Amazônia**
- 454 O bioma do Cerrado**
- 455 O bioma da Caatinga**
- 457 O bioma do Pantanal**
- 459 O bioma dos Campos**
- 461 A arquitetura urbana**
- 465 Conclusões**

469 CONCLUSÕES FINAIS

477 CRÉDITOS

485 BIBLIOGRAFIA

499 ANEXO

PRÓLOGO

O tema da arquitetura popular é relativamente recente. Na tradição acadêmica, o termo arquitetura tem sido entendido por seu conteúdo elitista. Da mesma forma como a escrita da história se limitava aos fatos heroicos e aos personagens que os protagonizaram, a arquitetura era entendida como própria dos prédios proeminentes produzidos pela sociedade como palácios governamentais e residenciais, catedrais e prédios suntuosos em geral. Para que houvesse uma aceitação do entendimento de que obras menos monumentais também pudessem fazer parte do mundo da arquitetura, certamente, contribuiu o fato de que o termo contém o antepositivo “arqui”, cujo significado genérico indica uma posição de prioridade, de superioridade ou de proeminência. Acontece, porém, que o complemento “teto” ou “tectos” em grego tinha o significado de “carpinteiro”. Neste sentido, o significado original do termo em grego, o de “carpinteiro-chefe”, ou seja, o do profissional construtor que hoje receberia o designativo de mestre de obra, e “arquitetura” queria designar “obra do mestre carpinteiro”. Portanto, o entendimento de que a arquitetura se restringia a obras de destaque social se constituiu numa interpretação equivocada. Enquanto a primeira concepção era tida por verdadeira, somente os grandes acontecimentos e seus protagonistas e, em decorrência, somente obras exponenciais eram “dignas de serem referidas”, não se questionava o conteúdo do termo.

Claro está que, à medida que novos materiais fossem utilizados nas construções, o termo restritivo de “carpinteiro” acabou por ser estendido ao protagonista do processo construtivo, independente do material que estava sendo utilizado, sem que isso

incorresse em demérito: o termo original de “mestre carpinteiro” foi ressignificado para “mestre de obra”.

No instante em que a revolução industrial passou a impor novas condicionantes para a sociedade, foi ficando cada vez mais evidente que a evolução do sistema dependia da incorporação de faixas mais amplas da sociedade no processo produtivo. Com isso, tanto a nobreza como o clero acabaram por perder, paulatinamente, seu prestígio a favor de governantes e empreendedores sem o aval de uma pretensa nobreza de sangue ou vinculação estreita com os poderes do além. O símbolo mais agudo desta mudança aconteceu na França com a morte do rei na guilhotina, e a ascensão ao posto de primeiro mandatário do filho de uma lavadeira, na figura de Napoleão Bonaparte, que, além do mais, ainda era de origem italiana.

Tais transformações levaram muito tempo para serem absorvidas pelos arquitetos. Somente no fim do século passado, quando estes conceitos já estavam amplamente absorvidos pelas ciências humanas, os entendimentos de que construções menos “nobres” também pertenciam ao âmbito da arquitetura causaram arrepios nos velhos mestres. Quando o arquiteto teuto-romeno Norbert Schoenauer, em 1984, resolver publicar um estudo sobre a arquitetura popular a intitulou de “6.000 anos de habitat”, possivelmente por temor de retaliações caso o título tivesse alguma referência explícita à arquitetura. Ao publicar seu catálogo sobre a arquitetura popular, Bernard Rudolfsky a intitulou de “Arquitetura sem arquitetos”, com o subtítulo de “Uma curta introdução a uma arquitetura sem genealogia”². Esses qualificativos bem traduzem os preconceitos então vigentes. Em primeiro lugar, a arquitetura é o produto da atuação de um arquiteto, qualquer que ele seja, conhecido ou desconhecido. Em segundo lugar, parte do princípio (preconceituoso) de que a arquitetura popular não tem ascendência. No livro de nossa autoria Arquitetura Indígena, tentamos demonstrar que as desprezadas moradias dos ameríndios têm multissecular tradição que remonta há cerca de 80 mil anos, e a arquitetura de origem africana (Inter-relações Afro-brasileiras na Arquitetura), tem uma ancestralidade ainda bem maior. Portanto, os fatos mostraram de forma inequívoca que sua evolução passou por muitas etapas e suas realizações são muito ricas e diversificadas. Mais do que isso, sua genealogia é muito longa e complexa.

Desde logo, ficou evidenciado que indígenas ou africanos não dispunham de um montante de recursos que pudessem erguer obras memoráveis comparáveis aos dos escravocratas. Mas essa condição em nada implicava que não pudessem construir obras perfeitamente adaptadas a seus modos de vida e às concepções de estética integrantes de suas respectivas culturas de tradições multimilenares. Claro está que a convivência de povos, de tão diferentes concepções de mundo, implicou em dificuldade para a integração, mas isso aconteceu de forma relativamente harmoniosa, posto que os pobres se entendem entre si bem melhor do que os ricos.

Na terceira tentativa de examinar as contribuições das três culturas basilares – a portuguesa – na nossa arquitetura popular, seguimos a mesma trilha de investigações cujos

1 SCHOENAUER, Norbert. *6.000 años de habitat*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

2 RUDOLFSKY, Bernhard. *Architecture without architecte: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. New York: Doubleday & Co., 1964.

resultados constituem no conteúdo da presente obra. Tendo em vista que o conceito de que a arquitetura popular é produto ocasional dependente de materiais locais e, principalmente, por se caracterizar pela total ausência de história, ainda com bom trânsito num considerável contingente da intelectualidade brasileira, sentimo-nos obrigados a iniciar este trabalho com uma longa introdução sobre a multissecular história da arquitetura popular portuguesa.

À medida que tanto indígenas como afro-brasileiros eram mantidos em estado de pobreza, foi relativamente fácil examinar suas contribuições para a arquitetura popular brasileira. Mas este estava longe de ser o caso das contribuições lusitanas. Suas realizações eruditas já passaram por profundos exames e há uma rica documentação sobre estes feitos. Suas realizações nos primeiros séculos de seu domínio foram objeto de ampla divulgação e são apresentados como sendo as que representam a produção arquitetônica nacional. Como a pobreza nos causa repulsa, tem sido esquecido que ao lado de donatários, de governantes, do clero e da gente de cabedais, veio um considerável contingente de portugueses pobres, muitos até na condição de degredados ou desvalidos em busca de uma sobrevivência digna. Quase sempre os degredados eram taxados de elementos perturbadores da sociedade colonial quando é esquecido que foram eles, pelo fato de terem sido abandonados em terras dos indígenas, forçados a conviver com os nativos e se adaptar a seus modos de vida. Com isso, tornaram-se as peças chaves na transmissão dos conhecimentos necessários para a sobrevivência numa terra estranha e desconhecida pelos conquistadores. Estes preconceitos faziam parte dos motivos pelos quais suas realizações arquitetônicas pouco têm sido lembradas, avaliadas e valoradas. A maior parte dos dados a respeito das suas construções provieram de estudiosos das ciências humanas, de exploradores e aventureiros. A escassez de dados sobre as realizações populares ainda nos forçou a lançar mão de fontes que, normalmente, não seriam aproveitadas em trabalhos bem fundamentados. Mesmo sabendo dos riscos deste aproveitamento, optamos por corrê-los na perspectiva de que possam ser corrigidos em eventuais equívocos induzidos pelas fontes.

A realização do presente trabalho veio a apresentar algumas dificuldades inesperadas. A que exigiu mais reflexões foi o entendimento da questão estética da arquitetura popular. O mais aceito tem sido a necessidade de atingir um alto grau de beleza, muito embora seja difícil conceituar o real significado desta palavra. Quando Picasso apresentou o quadro intitulado de “Guernica” espantou o mundo, por não ser, seguramente, a beleza que motivou a sua realização, mas a expressão de sua repulsa pelo massacre realizado na cidade com este nome. Tratava-se, portanto, da expressão de uma inconformidade e de uma denúncia do acontecido. Mesmo rompendo com os parâmetros de aceitação milenar, o quadro conquistou fama internacional e virou uma espécie de ícone da pintura moderna.

Seria este um conceito aplicável à arquitetura popular? Com certeza, realizações com extremas limitações de recursos efetivamente podem ser tomadas como expressão da pobreza de vida, e se constituir numa denúncia desta condição. Isso por si só deveria servir de passaporte destas edificações para ingressar no âmbito da expressão das realizações humanas à mesma medida que se constituiria numa forma de denúncia e inconformidade diante de uma realidade desumana a que grande parte de nossos conterrâneos são submetidos.

Porém, não seria este o único caminho para valorar realizações da população empobrecida. Talvez até o menos recomendável. Desde nossa frequência aos bancos acadêmicos, a antítese da grande “arquitetura” era apontada como sendo as construções das populações “primitivas”. Obviamente, partia-se do princípio de que estes “primitivos” não tinham entendimento das sutilezas de um sentimento de beleza.

Evidentemente, as conceituações estavam eivadas de todo tipo de preconceito. Realizações dos mais longínquos tempos, desde o estágio da pedra lascada, com seus raros utensílios que chegaram até nós, demonstram que os homens dos primórdios já tinham um apurado senso estético apesar da simplicidade de seus meios de produção. Acompanhando a multiforme evolução da arquitetura dos povos tidos por “primitivos”, foi possível verificar a perfeita harmonia entre suas respectivas estruturas sociais com os resultados de suas realizações construtivas. Nelas, nada há de casuístico ou improvisado, isto é, tudo é fruto de uma longuíssima evolução de procedimentos e de constantes adequações a novas formas de vida que foram sendo conquistadas ao longo do tempo.

Os resultados destes estudos nos forçaram a refletir acerca do conceito do “primitivismo” que estão sendo atribuídos a nossos ancestrais. Desde tempos muito longínquos, quando foram se formando aldeias sedentárias, temos evidências de que sua construção foi acompanhada de formas de defesa como paliçadas, muros, estrepes. Isso demonstra que nossa evolução foi acompanhada de atos de violência e de destruição. Portanto, seriam motivações que nos permitiriam qualificá-las de “primitivas” o que demonstraria que o conceito de que povos do passado eram cordatos e pacíficos não passam de fantasias infundadas. Mas seriam estas as características que serviriam para qualificar estes antepassados? Certamente que não! Dos comportamentos agressivos e destruidores, a humanidade ainda não conseguiu se libertar. Basta ver que ainda estamos praticando genocídios, atirando bombas atômicas em cima de populações civis e indefesas, invadindo territórios ocupados e promovendo destruições em massa por motivos fúteis. Tudo isso evidencia que o “primitivismo” ainda nos assombra no presente, e qualificar povos que nos antecederam ou são contemporâneos de “primitivos” é um preconceito inadmissível. Povos primordiais não são obrigatoriamente “primitivos”, do mesmo modo que povos altamente desenvolvidos em tecnologias e culturas têm assumido ações extremamente primitivas.

Tais conceitos se adaptam perfeitamente à ação dos conquistadores que, ao chegar, foram bem recebidos e aceitos pelos povos nativos ocupantes do território há milênios. No momento que se sentiram seguros quanto à forma de sobreviver num continente desconhecido, voltaram-se contra seus hospedeiros e os submetiam à escravidão quando não promoviam seu extermínio em massa.

Colocada a questão nessa perspectiva, desenha-se uma sociedade dual composta: por um lado, os dominadores senhoriais em oposição a uma massa de espoliados servis. Este, todavia, seria um quadro muito equivocado na realidade colonial. A inserção dos portugueses pobres na nova sociedade em formação foi complexa e contraditória. Nas primeiras expedições de reconhecimento, foram deixados na costa brasileira muitos degredados cujo número veio a sofrer forte incremento a partir da ocupação oficial programada. Segundo Varnhagen, constituíam-se na “pior praga que podia assolar a colônia recente”. Mal sabia esse historiador que foram eles que ensinaram aos conquistadores os segredos

da sobrevivência na América do Sul, aprendida com a população nativa. Só na comitiva de Tomé de Souza vieram cerca de quatrocentos degredados e seiscentos soldados que também constituíam num contingente de imigrantes forçados. Essa gente constituía uma classe de pessoas em situação ambígua que estava situada acima dos escravizados indígenas e negros, mas abaixo da elite dirigente. Formavam, portanto, uma espécie de classe média entre a elite e a grande massa dos escravizados. Obviamente, essa classificação nada tem a ver com a classe da mesma designação na sociedade industrial. Como no sistema escravocrata, todo trabalho manual era exercido por escravizados, poucos afortunados portugueses procuravam se abster de semelhantes tarefas. Como era resolvida esta complicada equação ainda merece um estudo circunstanciado. Certamente, exercícios da função de feitor em engenhos de açúcar, de comerciantes e de tropeiro se constituíam em alternativas possíveis.

Ao passo que os conquistadores chegavam em levas de homens, criaram-se condições para a formação de uma sociedade com características específicas resultantes da prática da poligamia através do concubinato, o que levou a uma extensiva miscigenação e a uma duplicidade de comportamento em que as exterioridades eram regidas por modos de vida que procuravam imitar os de Portugal, mas, internamente, na convivência familiar, os procedimentos apresentavam as características de miscigenação com valores africanos e ameríndios. Isso é fundamental para o entendimento da sua arquitetura. Enquanto nas realizações de negros e indígenas é possível identificar suas contribuições, entre os conquistadores havia uma hierarquia de pessoas mais ou menos bem aquinhoadas. Em termos de arquitetura, isso significa que é difícil estabelecer uma diferenciação clara entre arquitetura popular e erudita. Pior ainda é o fato de que esta diferença não fica clara na atuação dos profissionais. Algumas obras que certamente classificariamos como fazendo parte do universo das realizações populares foram (documentadamente) fruto de projetos de arquitetos altamente qualificados.

O modo de vida colonial sofreu um forte impacto com a inesperada vinda da Família Real e de sua Corte ao Rio de Janeiro com a consequente proclamação de independência. A abertura dos portos e o comércio internacional realizado sem a chancela de Lisboa abriu as portas para a importação de novos procedimentos e costumes. Documentos oficiais atestam que, à época, difundiu-se a ideia de que “já não é mais importante a vinda de portugueses”. Em termos de arquitetura, isso significou a ampla aceitação dos postulados acadêmicos em detrimento das tradições ibéricas. Contraditoriamente, a vinda da realeza significou – ao contrário do que seria de esperar – uma internacionalização da arquitetura. Isso se acentuou ainda mais no Segundo Reinado, com o advento da imigração massiva de pessoas originárias dos mais diferentes países. Disso, resultou uma ampla diversificação da arquitetura, o que, ao contrário, não significou que não se mantivessem certos bolsões conservadores que se mantiveram fiéis às tradições lusas. Também deve ser assinalado que o contingente dos imigrantes lusitanos se constituiu no segundo mais numeroso.

No fim do império, quando as relações socioeconômicas iam evoluindo para relações de mercado, fazendo com que as conexões de lealdade se tornassem disfuncionais, passou-se a atribuir o “atraso” à figura do Imperador “português”, já que era pertencente à Casa de Bragança. Isso acarretou nova onda de descrédito às origens lusitanas e ensejou o

surgimento de uma reação de setores lusófilos, que se empenharam em divulgar os méritos da cultura (inclua-se a arquitetura) portuguesa. Uma clivagem interna deste movimento revisionista levou a uma facção que defendia a tese da necessidade de voltar ao alinhamento da arquitetura lusitana de além-mar, enquanto outro grupo se batia pelo retorno às raízes coloniais brasileiras, que era entendida como uma linha já aculturada ao Novo Mundo.

É curioso que os debates aconteceram no rastro da corrente eugenista que corria o mundo de então, do qual o Brasil participou ativamente. Isso decorreu, em grande parte, dos problemas resultantes da abolição da escravatura, ao ser os negros nominalmente elevados à categoria de “cidadãos”. Entre nós, esse movimento foi eivado de contradições de toda ordem. Uma delas consistia em harmonizar o fato de que a “raça superior” da formação da sociedade brasileira teria sido, obviamente, a portuguesa que, ao mesmo tempo, era apresentada como a culpada de nosso atraso. A saída honrosa do entrave foi atribuir genericamente aos povos europeus a superioridade racial. Este foi o meio de cultura que justificou o alinhamento da arquitetura brasileira aos parâmetros centro-europeus. Quando regimes totalitários passaram a proclamar a superioridade da “raça germânica”, constituiu-se uma agremiação formada pela elite da cultura do país cujos objetivos eram combater o racismo utilizando como bandeira as “evidências” de que a “raça” que mais bem se adaptou ao clima tropical foi a “mestiça”. Daí se teria de chegar à absurda conclusão de que proclamar qualidades superiores da “raça mestiça” se constituía na mais evidente forma de negação do racismo.

Esse comportamento é similar ao que acontece na arquitetura. Por um lado, nós nos consideramos civilizados na exata medida que introduzimos conceitos alienígenas. Na mesma medida, sublimamos fatos adversos se eles não se enquadram nos parâmetros que julgamos adequados. Uma esdrúxula concentração de rendas em mãos de uma elite facilita a realização de obras suntuosas, enquanto a ampla maioria da população vive em condições de míima existência ou abaixo dela, o que se traduz na formação de extensas vilas de sub-habitações. Estas nós tratamos com desprezo à medida que nos desculpamos por afirmar que as mesmas não fazem parte do âmbito da arquitetura. Portanto, não nos dizem respeito. Amém.

CAPÍTULO 1

ARQUITETURA *(popular)* Portuguesa

A

moderna arqueologia tem avançado muito em relação às origens mais remotas da humanidade. Isso inclui a da Península Ibérica. Avalia-se que o ancestral mais remoto do homem, após a derivação dos demais primatas, tenha sido o *Sahelanthropus tchadensis*, que teria vivido no centro da África entre 7 e 6 milhões de anos a.p. (antes do presente). A partir de então surgiu uma série de derivações que, inicialmente, restringiram-se ao continente africano. O primeiro antepassado a se aventurar na conquista de novos territórios foi o *Homo erectus*, que surgiu há pouco menos de 2 milhões de anos. Esse se espalhou pela Eurásia e deve ter sido o primeiro hominídeo de nossa espécie da Península Ibérica.

Admite-se que, por volta de 200 mil anos a.p., diferenciou-se a forma da qual havia de surgir o homem moderno, o *Homo sapiens*, depois de passar por várias formas predecessores como o *H. s. heiderbergensis*, *H. s. neanderthalensis* e outros. Ainda hoje reinam grandes dúvidas entre os estudiosos a respeito da evolução e da filogenia de nossa espécie. Por mais desafiadora que sejam estas discussões, elas são de pouco interesse para com o tema deste trabalho posto que estes seres, aparentemente, não construíam seus abrigos. Admite-se que o primeiro construtor foi o *Homo habilis*, que foi o predecessor imediato do *H. erectus*. Porém, como os mesmos eram de matéria orgânica, portanto, sujeitas à deterioração, nada sabemos a este respeito porque seus restos não chegaram até nós.

Uma fase de notáveis mudanças aconteceu ao redor da última grande glaciação (19.000 a 15.000 anos a.p.), quando o *Homo sapiens sapiens* passou a ocupar todos os nichos, fazendo desaparecer os últimos *neanderthais*. Ao mesmo tempo, esses homens que passaram a ser conhecidos como *cro-magnon* na Europa deixaram notável produção pictórica em cavernas na região Candábrica (Altamira), na Espanha e no sul de França. A

alta qualidade artística dessa produção vem sendo objeto de numerosas teorias e semeia entre os estudiosos mais incertezas que constatações. Em verdade, estas pinturas põem por terra o sempre propalado “primitivismo” de seus realizadores.

Sob o ponto de vista da ocupação humana, a descoberta desta produção em conformações subterrâneas foi entendida como uma prova de que o homem pré-histórico teria vivido em cavernas. Somente aos poucos essa concepção foi sendo abandonada. Uma razão foi a de que não foram encontrados resquícios deixados por uma vida permanente nestes locais. Depois se percebeu que o número de cavernas disponíveis não atendia ao número de habitantes de determinadas regiões e nem existiam em todas as áreas ocupadas.

A cultura *cro-magnon* começou a entrar em decadência aproximadamente há dez mil anos a.p., possivelmente devido a confrontos com migrantes e que, de suas miscigenações, formaram-se povos diversificados.

Os iberos

Com a denominação genérica de iberos¹ designam-se diversos povos² estabelecidos na península ocupada atualmente pela Espanha e Portugal na Idade do Bronze. A esta época já tinham desenvolvido uma escrita que, todavia, ainda não foi decifrada. A atividade básica de subsistência da população era a agropecuária, praticada nos vales por serem mais férteis.

Uma das características mais marcantes da cultura ibérica foi a metalurgia do bronze, cujo surgimento foi possível devido à existência no território de minas de cobre e estanho. Os assentamentos típicos deste período eram pequenas granjas nas encostas de terras férteis de onde podiam supervisionar o território cultivado e não longe de um rio ou do oceano. A escolha destes locais para habitar tem sido interpretada como prova da existência de um ativo comércio regional³.

As tipologias arquitetônicas trazidas à luz do dia pelos arqueólogos demonstram que elas apresentavam boa diversidade, a qual tem sido atribuída à heterogeneidade cultural dos povos aí estabelecidos. Assim, no conselho de Oeiras foram desencavadas pequenas habitações de plantas retangulares e construídas com pedras, de juntas secas. A pouca distância, nas margens do Tejo, foram encontradas

... estruturas habitacionais, de planta oval, com alicerces de pedra e superestruturas em madeira. O seu interior seria, pelo menos em parte, lajeado, detectando-se os restos de uma lareira⁴ (figura 1).

1 Nome derivado do Rio Ebro (*Iberus*, em latim).

2 Entre eles são citados os ilírios, que teriam sido originários da Europa Central; os tirsenos, que seriam antepassados dos etruscos, vindos da Ásia Menor; e os elamitas, originários da Pérsia. AFONSO, A. Martins. *Curso de civilização portuguesa*. Porto: Porto (Edit), 1974, p. 18.

3 Segundo SILVA, Armando Coelho Ferreira da In: SILVA, Armando Coelho Ferreira da e GOMES, Mário Varela. *Proto-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 37.

4 Segundo CARDOSO, J. L. citado em SILVA e GOMES, opus. cit. p. 106.

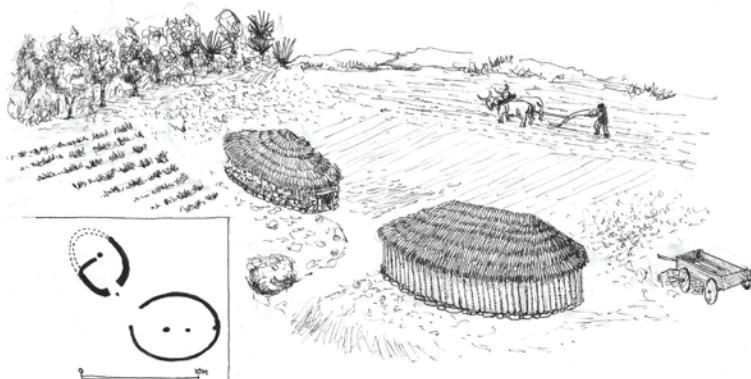
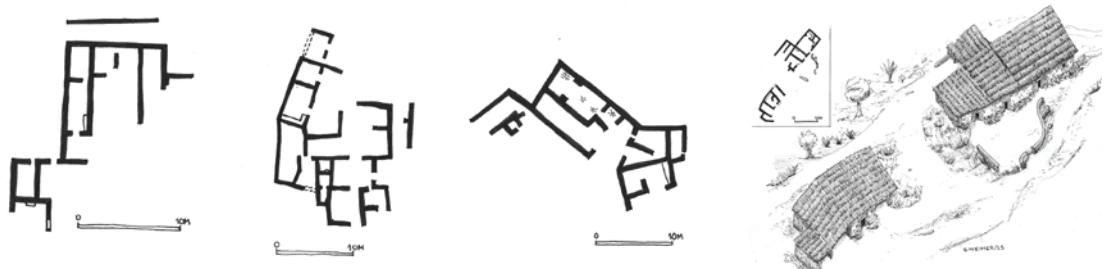


Figura 1: Casas iberas encontradas em Neves, próximo a Castro Verde, Algarve.

Nas proximidades de Ourique, a meio caminho entre Beja e Lagos, foram descobertas algumas construções que apresentavam plantas aproximadamente retangulares. Os alicerces eram de blocos de xisto argamassados com barro, e as paredes internas de taipa ou adobe. A cobertura, provavelmente, era de grama sustentada por uma estrutura de madeira (figura 2). Construções semelhantes também foram encontradas nas proximidades de Oeiras (figura 3).



Figuras 2: Três construções iberas, da idade do bronze, respectivamente, próximos aos povoados Fernão Vaz, do Corvo e de Neves, no Algarve.

Figura 3: Conjunto de casas iberas encontradas nas proximidades de Oeiras, Algarve, com uma tentativa de interpretação espacial.

As regiões próximas ao Mar Mediterrâneo apresentavam maior desenvolvimento do que as mais setentrionais devido ao contato com comerciantes provenientes do oriente, cujas relações eram estabelecidas por via marítima. A rota mercantil passava ao longo da costa setentrional da África que, aos poucos, foi se estendendo até as “Colunas de Hércules”, como era denominado o estreito de Gibraltar e, possivelmente, mais além, até o Tejo. A instabilidade advinda de uma agricultura relativamente desenvolvida, cujos excedentes despertavam a cobiça dos vizinhos e a atração exercida pela metalurgia, levou as povoações a ser protegidas por algum sistema de defesa. Perto de Coroa do Frade, por exemplo, havia sido construído um assentamento fortificado provido de duas muralhas periféricas, e com um grande bastião maciço na entrada da povoação⁵. Aparentemente, o mesmo fazia parte de um bem montado sistema de defesa regional que era dirigido a partir de Tartessos.

5 SILVA & GOMES, *op. cit.* p. 108.

Este lendário reino foi, muitas vezes, citado em relatos históricos da antiguidade. Hoje admite-se que teria sido uma cidade-estado localizada no sul da atual Espanha, entre os rios Guadiana e Guadalquivir. Segundo Adolf Schulen⁶, esta teria sido a cidade mais importante dos tirsenos e que foi fundada entre 1200 e 1100 a.C. Teria atingido o auge de seu domínio entre os séculos VIII e VI a.C., como centro de produção e comércio de ouro, prata e bronze. Como suas ruínas ainda não foram localizadas, pouco se sabe de sua arquitetura e de sua urbanização, mas os dados registrados pelo antigos dão conta da existência de um significativo desenvolvimento estatal em tempos tão precoces e que já estava integrado em rotas do comércio internacional.

Os celtas

Por volta de 900 a.C., a Península Ibérica foi invadida por tribos celtas⁷. Esse povo estava estabelecido no leste da Europa, nas margens do Mar Negro, onde eram conhecidos como gálatas. Este designativo deve ter gerado o nome pelo qual também eram conhecidos no ocidente: gauleses⁸. Em tempos imemoriais, migraram para o oeste por meio do vale do Danúbio por onde contornaram os Alpes até se estabelecerem na Suíça e no centro e sul da França. Mais tarde se expandiram para a Bretanha e às Ilhas Britânicas, onde hoje vivem seus descendentes na Irlanda, em Gales e na Escócia.

A passagem por sobre os Pireneus deve ter se processado de forma pacífica pelo fato de que, nesta região, a população ainda estava estabelecida de forma dispersa, de modo a permitir uma penetração pelos interstícios desocupados, o que teve como consequência a plena miscigenação das duas etnias que formaram diversos povos⁹, aos quais os romanos atribuíram o nome genérico de “celtiberos”. Isso não quer dizer que não houvesse regiões com maior ou menor presença de um ou outro povo (figuras 4 e 5).

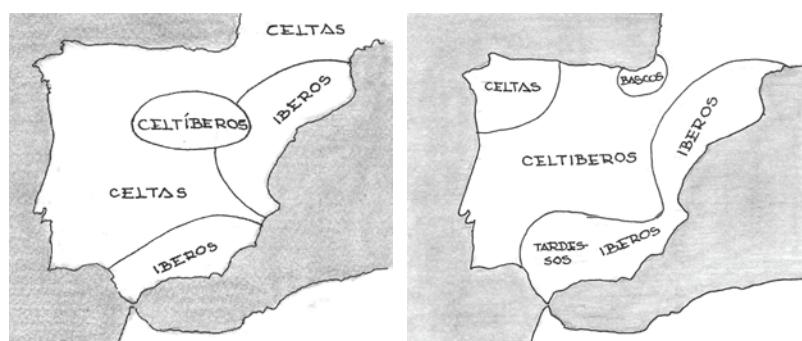


Figura 4: Distribuição majoritária de celtas e iberos na Península em tempos primordiais.

Figura 5: Ocupação da Península antes das conquistas romanas, ±170 a.C.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 137.

⁷ Isto aconteceu mais ou menos contemporaneamente com as incursões dos etruscos na Península Italiana e dos dórios, na Grécia.

⁸ KRUTA, Venceslas. Os celtas. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 1-2.

⁹ Dentre eles, os cempsons, os sefes, os draganos, os cinetes, os cónios, os turdetanos, todos de referências mitológicas, conforme SILVA & GOMES, *op. cit.* p. 131.

Sua economia estava baseada na agropecuária onde as plantações eram feitas nos vales por serem de terras mais férteis e a criação de gado se desenvolvia por sobre as elevações. Os testemunhos desta prática são abrigos destes pastores, que são denominados de *brandas* ou *fornos* (figura 6 e 7). Hoje seu uso é eventual. Mesmo assim, dada à solidez destas construções, muitas delas ainda podem ser encontradas em seu estado original. Conforme os levantamentos de Oliveira et. al.¹⁰ os mesmos se caracterizam por apresentar:

... (uma) cobertura... na forma de calota que, porém, resulta de uma estrutura não de aduelas, mas de fiadas de pedras dispostas, esquematicamente, em anéis horizontais que vão se sobrepondo, com diâmetros sucessivamente mais pequenos à medida que se sobe, de modo que os círculos internos de cada anel sobre que se apoia: a abertura central vai assim estreitando progressivamente, até se reduzir a um buraco de pequeno diâmetro que se fecha por uma ou mais lajes chatas, pousadas sobre o último anel.¹¹

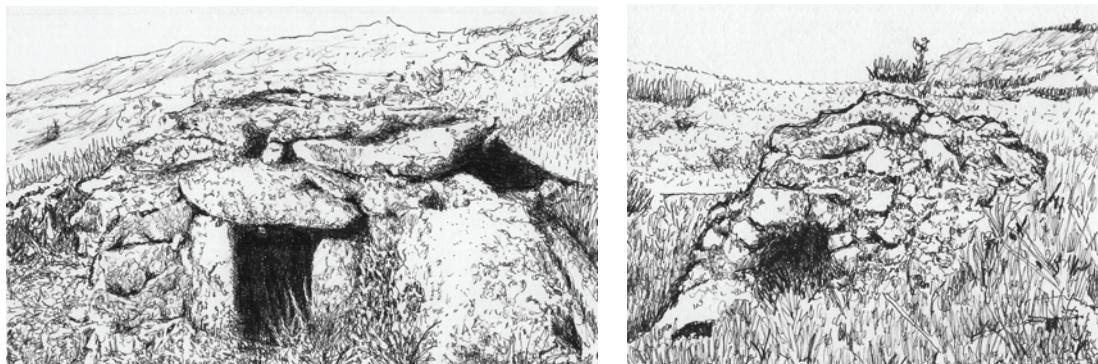


Figura 6: Uma branda em Burzavô, próximo a Melgaço.

Figura 7: Uma branda na Serra de Geres, extremo norte de Portugal.

Corresponderiam, portanto, tipologicamente, a construções micênicas, dos *trulli* italianos e das “cúpulas” maias, da América Central¹², bem como as *Sennhütten*, os abrigos pastores dos Alpes suíços. Foi nestas condições que as encontramos ainda em uso nas áreas elevadas de Trás-os-Montes. O acesso é feito por uma porta minúscula e o interior mal permitia que uma pessoa pudesse ficar em pé em seu centro, mas permite fazer um fogo para o aquecimento do ambiente. Talvez, por isso, esses abrigos também tenham recebido a curiosa denominação de *forno*. Os ainda existentes, dificilmente, seriam sobreviventes da cultura ibérica anterior às invasões celtas, mas não está fora de cogitação que possam representar a sobrevivência de uma tipologia neolítica. Eis um desafio digno de estudo! A se confirmar a hipótese, estaríamos diante de um “dinossauro” arquitetônico “vivo”!

10 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 185, consideram que as mesmas se filiam a uma remotíssima tradição neolítica, contemporânea a outras tradições encontradas pelo lado setentrional do Mediterrâneo, desde a Grécia até a Península Ibérica, e que seriam remanescentes do período paleolítico. Ainda não encontramos uma comprovação desta suposição, mas ele se constitui numa hipótese de que valeria a pena ser perseguida o que os arqueólogos portugueses ainda estão devendo à cultura ocidental, se é que estamos bem informados.

11 *Idem, ibidem*, p. 145-146.

12 Sua semelhança com os abrigos dos pastores dos Alpes suíços tem levantada a hipótese de que estas construções tivessem sido introduzidas na Península por povos celtas, o que não deixa de ser uma hipótese que mereceria ser levada em consideração.

Cita-se como monumentos característicos da cultura celta os menires¹³, os dolmens, os cromeleques e os túmulos. Os menires (figura 8) são simples pedras brutas alongadas colocadas na vertical e que podem conter alguma inscrição. Sua altura é variável, podendo chegar a metros. Seu valor simbólico é desconhecido, mas sua existência é recorrente em todo o território ocupado pelos celtas. Possivelmente, seu uso foi trazido do oriente próximo onde ele pode ser encontrado nas mais diversas culturas e onde é denominado de “estela”, que quer dizer “pedra erguida”. Estes monumentos existem em número muito elevado, sendo que apenas nos “alinhamentos” de Carnac, na Bretanha¹⁴, existem menires dispostos em doze fileiras com uma largura entre 63 e 116 metros, por uma extensão de mais de um quilômetro¹⁵. Os dolmens¹⁶ consistem em três ou mais menires dispostos em círculo, sobre os quais se apoia uma pedra chata horizontalmente (figura 9). Seu número também é muito avantajado e também podem ser encontrados por todo o território antigamente ocupado pelos celtas. O cromeleque¹⁷ consiste em um ou dois círculos de menires sobre os quais se apoiam pedras na forma de arquitraves, e sua função também é desconhecida; mas, em geral, é associado a atividades religiosas, sendo comum identificação com o de observatório astronômico. O mais conhecido é o de Stonehenge¹⁸, na Inglaterra. No entanto, existem algumas centenas deles em Portugal, a área de maior ocorrência é o Alto Alentejo e na Beira Baixa. Os mais conhecidos são os de Vale del Rei, em Mora, de Portela de Mogos, em Montemor-o-Novo, de Couto de Espanha, em Idanha-a-Nova e de Xares, em Requencos de Monsaraz. O maior é o de Alemedras, no Concelho de Évora (figura 10). As arquitraves, no entanto, foram perdidas.

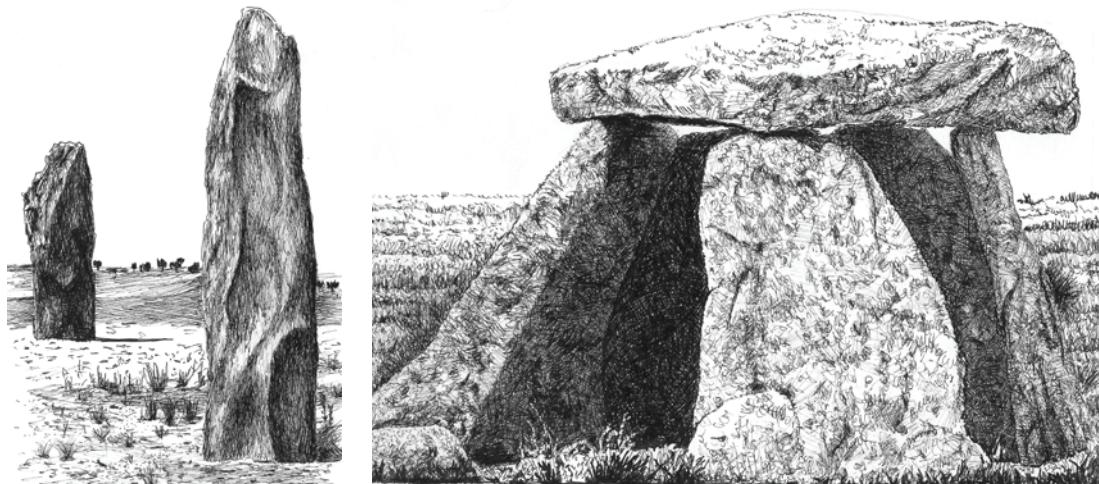


Figura 8: Dois menires em Acoutem, Rio Guadiana, Algarve.

Figura 9: Dólmen de Vila Chã, no concelho de Vila do Conde, Minho.

13 Do celta, *men* = pedra + *hir* = longa.

14 Sobre os megálitos da Bretanha, ver GIOT, Pierre-Roland. *La Bretagne des mégalithes*. Rennes: Ouest-France, 1997.

15 BRIAND, Jaques. *Megalitos de Bretaña*. Luçon: Gisserot, 1998, p. 18.

16 Este termo provém do celta e significa “mesa”.

17 A palavra também é de origem celta e formada por *crum*= torto ou curvo + *lech* = laje, ou seja, “laje curva”.

18 RICHARDS, Julian. *Stonehenge*. London: English Heritage, 2005.



Figura 10: Cromeleque de Almendres, em Guadalupe, perto de Évora.

As construções sepulcrais apresentam diversas formas como linear, elíptico e circular. A cobertura é feita com lajes planas apoiadas em paredes de pedra e em um pilar central quando existia. O conjunto, erguido ao nível do solo, era coberto de terra de modo a adquirir o aspecto de um montículo. Sobre o centro do mesmo, no prumo do pilar central, era colocado um menir (figuras 11 e 12). O acesso era feito através de um corredor reto direcionado para o sol nascente.

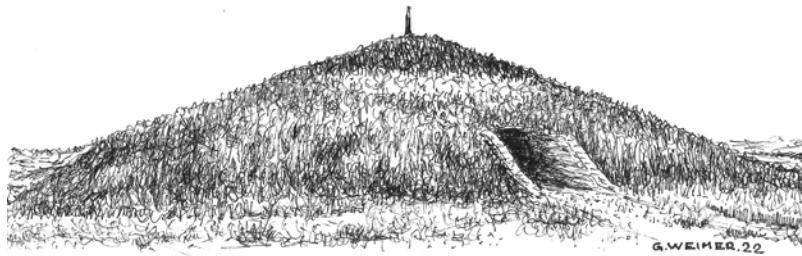


Figura 11: Um dos mais bem conservados túmulos celtas localizado na Irlanda.



Figura 12: Interior de um túmulo celta de formato linear.

Uma das características mais marcantes da cultura celta¹⁹ foi a implantação de seus aldeamentos e cidades em posições elevadas, preferencialmente, nos topos dos montes

¹⁹ Também deve ser relevada a importante descoberta das gravações líticas no Vale do Côa, que trazem decisivas contribuições sobre os modos de vida e das concepções de vida dos imigrantes celtas. Esta produção está documentada em: LUÍS, Joaquim. *A Arte e os Artistas do Vale do Côa*. Côa: Inst. Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, 2011; e BAPTISTA, António Martinho. *No tempo sem tempo*. Côa: Instituto Português de Arqueologia, 1999.

e colinas. Como estas eram fortificadas por espessas muralhas, este posicionamento tem sido atribuído a fins de defesa, o que não exclui o fato de que este posicionamento facilitava o controle do território e facultava um melhor aproveitamento das terras baixas para a agricultura.

Surpreendente, é o desenvolvimento apresentado pelas cidades bem como o sistema de relações existente entre elas. Tudo indica que a cidade dominante era a Citânia de Sanfins (figura 13), ao redor da qual estavam situadas outras, de características semelhantes como as de Briteiros, em Guimarães, de Mozinho, em Panafiel, e de Alvarelhos, em Santo Tirso, todas a uma distância de 25 km, o que corresponde a uma jornada, o que sugere a existência de uma hierarquia entre as mesmas e que se complementava com uma bem definida rede de povoações²⁰. As mesmas apresentavam sólidas muralhas de pedra rejuntada com barro e com espessura entre 70 cm e 8 m, que podiam ser simples ou duplas, ou providas com um fosso exterior²¹, de contorno.

Apesar das reduzidas informações que nos chegaram sobre a organização interna dessas cidades, os restos encontrados pelos arqueólogos confirmam a existência de instalações de moagem, tecelagem, fiação, olaria e de fundição complementares a atividades de caça, pesca, agricultura e metalurgia. Alguns edifícios sugerem funções públicas, religiosas, políticas ou simplesmente utilitárias, havendo até mesmo quem entenda que existiram banhos públicos²². As ruínas destas citâncias atestam a existência de um cuidadoso traçado urbano com definição de áreas públicas, de ruas internas paralelas e ortogonais entre si (figuras 13 e 14) e amuralhadas que definem bairros independentes dentro das quais se distribuem as unidades residências de planta redonda (figuras 15 e 16) ou retangular, com provável cobertura de capim sustentada por uma estrutura de galhos.

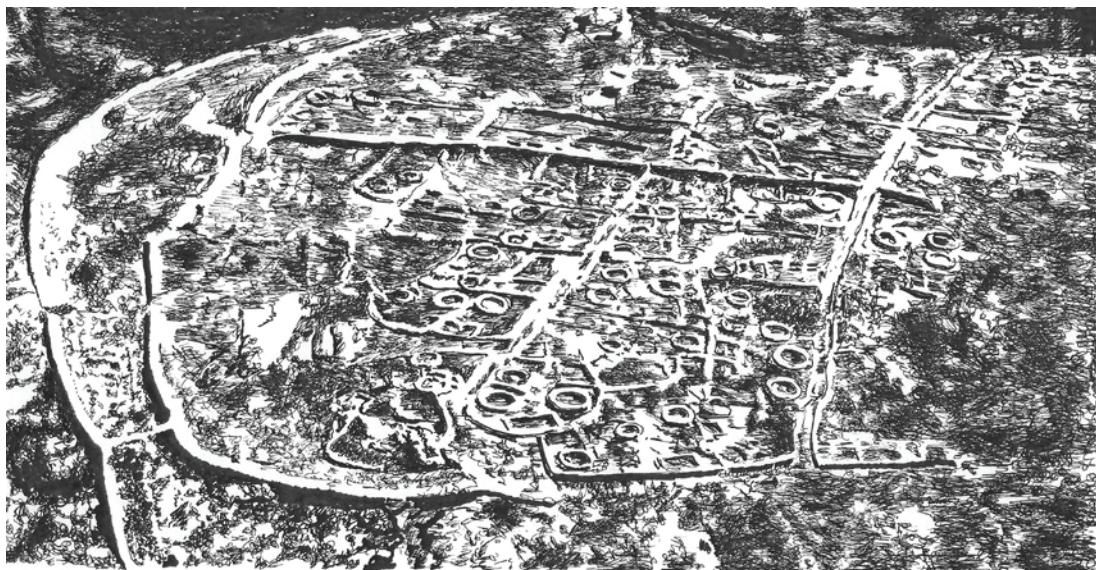


Figura 13: Planta da Citânia de Sanfins.

20 SILVA & GOMES. Op. cit., p. 38.

21 LORRIO, Alberto. Los celtíberos. Madri: Complutense, 1997, p. 67 e seguintes.

22 SILVA & GOMES. Op. cit., p. 52-53.

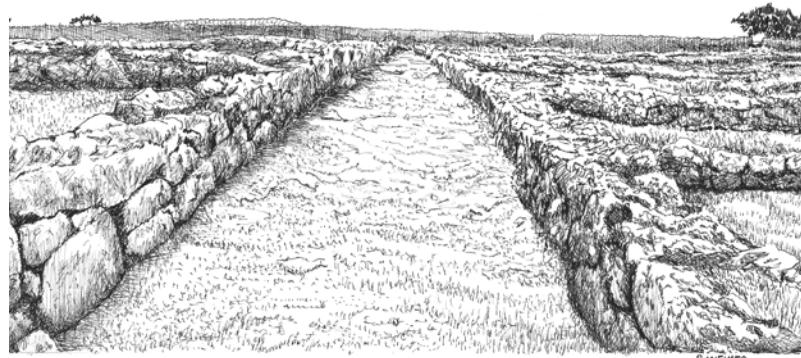


Figura 14: Vista interna das ruínas de Sanfins.



Figura 15: Vista das ruínas de Sanfins.

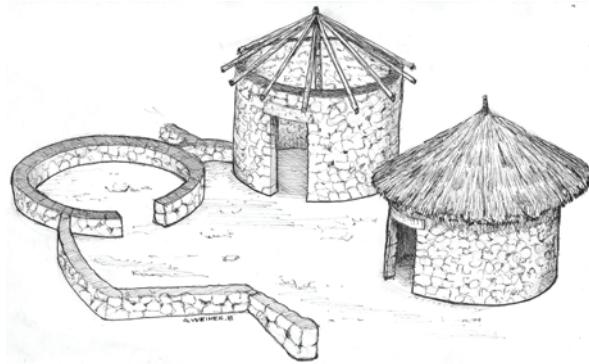


Figura 16: Interpretação espacial das casas da Citânia de Sanfins.

Embora os traçados destas cidades remontem a um passado muito distante²³, constitui-se num fato extraordinário a persistência destas tipologias ao longo do tempo. A simples comparação destas ruínas demonstra a surpreendente semelhança de seu traçado com as das cidades do norte de Portugal dos tempos dos descobrimentos (Viana do Castelo, Nisa ou Braga)²⁴.

Estas formas, certamente, serviram de forma básica para a construção de habitações rurais mais recentes, as quais também podem ser encontradas em todas as regiões por onde vagaram os celtas desde o oriente próximo até as margens do Atlântico, da mesma forma como a das vilas e cidades, com será visto mais adiante. E, por todo o norte de Portugal, ainda encontramos construções populares cuja feição invariavelmente lembram este passado remoto (figuras 17 e 18). Construções semelhantes também são encontradas na Espanha e na França, em áreas dominadas pelos celtas. E, possivelmente, tenham servido de modelo para construções trogloditas encontradas no Brasil.

²³ Estima-se que a Citânia de Sanfins tenha surgido por volta do V século a.C., mas seu maior desenvolvimento tenha se localizado entre o II e o I século a.C., quando sua população deveria se situar em torno de três mil habitantes.

²⁴ Ver TEIXEIRA, Manuel & VALLA, Margarida. *O urbanismo português*. Lisboa: Horizonte, 1999, p. 31-45 e p. 114-118 e ARMAS, Duarte. *Livro das fortalezas*. Lisboa: Tombo, 1997, lâminas 52, 73 e 79.

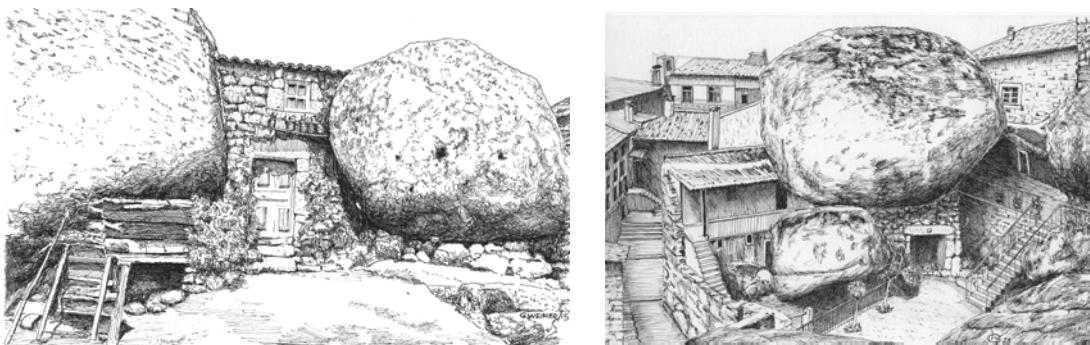


Figura 17: Casa em Monsanto, Aldeia da Beira. Casa construída entre duas rochas de granito.

Figura 18: Casa em Monsanto construída sobre enormes blocos de pedra, em Monsanto.

Influências do oriente próximo

Enquanto se processava a miscigenação dos iberos com os celtas no sentido de norte para o sul, os fenícios se deslocavam do oriente para o ocidente. Seu comércio chegou ao seu auge com a fundação de feitorias ao longo da costa mediterrânea. Estes comerciantes trouxeram várias inovações que foram de grande importância para o desenvolvimento da região. É conhecida a simplificação que introduziram na escrita e no aperfeiçoamento das transações comerciais por via monetária. Também é consenso de que foram os fenícios que ensinaram os métodos da redução do ferro. No sul da Península, fundaram cidades como Gadir (Gades), Malacha (Málaga) e em Portugal foram encontrados vestígios não só no Algarve, como na Extremadura e no Minho (Aveiro, Póvoa do Varzim, etc.). Porém, são desconhecidos eventuais aperfeiçoamentos introduzidos na arquitetura e na conformação das vilas e cidades.

Por volta do ano 700 a.C., este comércio entrou em decadência e foi substituído pelo dos sírios, cipriotas e cretenses. É possível que os últimos tenham introduzido os cultos tauromáquicos na Península Ibérica que continuam sendo praticados nas touradas, que também foram trazidos ao Brasil, onde ainda sobrevivem na forma da “farra do boi”, de tradição açoriana. Aos cipriotas, é atribuída a introdução do cultivo da oliveira.

É sabido que após a guerra contra Xerxes, por volta de 480 a.C., os gregos tomaram conta do comércio marítimo do Mediterrâneo. Com sua expansão para o sul da Península Italiana, os domínios gregos se tornaram próximos ao território ibérico. Essa nova configuração sócio-política redesenhou as rotas comerciais que passaram a ser realizadas ao longo da costa meridional da Europa. Para garantir o comércio, seus comerciantes fundaram sucessivas colônias, das quais a mais famosa foi Massília (Marselha, na França). Mas, na atual Espanha, ainda surgiram entrepostos importantes como Emporion (hoje, Ampúrias) e Rhode (hoje, Rosas), ambas na Catalunha; bem como Akra Leuké (hoje Alicante) e Alonis (hoje, Villajoyosa), em Valência; e Maineké (hoje, Cerro del Vilar), na Andaluzia. Todavia, suas influências fizeram-se sentir muito além, até mesmo no norte de Portugal. Hoje é um tanto difícil avaliar as efetivas influências gregas no urbanismo e na arquitetura

ibéricos devido à absorção de seus conceitos pelos romanos, que os revivificaram e os aplicaram extensivamente durante seu longo domínio. Porém, não podemos deixar de citar a marcante dialética das cidades gregas entre acrópole e ágora, que é menos significativa na cultura romana, mas que viria a ser incorporada na cultura portuguesa na forma da cidade alta (cívica e religiosa) em oposição à cidade baixa (mundana e comercial).

Os cartagineses

Com o crescimento das cidades etruscas no centro da península italiana, Roma conquistou a antiga colônia da Magna Grécia impondo uma divisão interna no comércio no Mediterrâneo, onde os gregos ficaram com a porção oriental. Na parte ocidental, os cartagineses encontraram condições de se impor no domínio marítimo. Cartago foi uma antiga colônia fenícia no norte da África ocidental, mas a base da população era constituída por beberes, uma população branca, de provável origem do Oriente Próximo, que ocuparam a faixa de terras férteis entre o Mediterrâneo e o Saara num passado remoto. Na antiguidade, eram conhecidos por “mouros”, qualificativo dos habitantes da Mauritânia, como era conhecida a região noroeste da África. Hoje este país foi reduzido a sua área subsaariana, depois da independência da Tunísia, da Argélia e do Marrocos. Em razão disso, sua população nativa passou a ser qualificada pela sua etnia, dita berbere.

O domínio cartaginês se tornou hegemônico no Mediterrâneo ocidental no terceiro século a.C., o que levou a uma oposição declarada com Roma, que dominava o comércio terrestre. Em 237 a.C., Amilcar invadiu a Península Ibérica onde se estabeleceu em Nova Cartago, a antiga Akra Leuké dos gregos, de onde estabeleceu a base da qual pretendia conquistar Roma. Este empreendimento fracassou quando seu filho Aníbal foi derrotado na II Guerra Púnica. Assim terminou essa rápida incursão africana na Península no fim da antiguidade, cujas consequências na conformação plástica do meio ambiente são difíceis de avaliar. Mas uma consequência importante foi o conhecimento da região por parte dos norte-africanos que ficariam à espera de uma nova oportunidade para retomar seu domínio na Idade Média, como será visto mais adiante.

É grande a semelhança existente entre as habitações subterrâneas existentes na Península Ibérica, com predominância nas regiões meridionais, conhecidas pela denominação espanhola de “cuevas” com as de mesmo gênero existentes ao longo da região ocidental do norte da África. Isso indica que, possivelmente, esta tipologia tenha sido trazida pelos cartagineses já em tempos remotos.

Os romanos

Os confrontos romanos com os cartagineses evidenciaram a importância estratégica da Península. Com a vitória nas Guerras Púnicas, caiu o principal empecilho para sua

conquista pelos romanos. Essa começou a se materializar a partir da I Guerra contra os Celtíberos, que aconteceu entre 180 e 178 a.C.. Problemas internos referentes à sucessão do mando governamental em Roma adiaram a conquista, que só foi completada na II Guerra realizada entre 154 e 152 a.C., quando o atual território português foi incorporado no Império e, assim, permaneceria durante mais de seis séculos, pelo menos, formalmente.

Os romanos dividiram a Península em cinco províncias (*Tarraconensis, Cartaginensis, Lusitânia, Gaellacia e Baetica*) (figura 19). Dessa configuração, surgiu o primeiro esboço do que viria a ser o país de Portugal. A Lusitânia ocupou a terra ao sul do Rio Douro e a oeste do Rio Guadiana, avançando pelo centro até as proximidades da atual Madri. Algumas cidades conseguiram um grande desenvolvimento, como *Liberalitas Julia* (Évora), *Felicitas Julia* (Lisboa), *Bracara Augusta* (Braga), *Emerita Augusta* (Mérida), *Praesidium Julium* (Santarém) e *Pax Julia* (Beja). Para ligar as mesmas a Roma, foi construída uma rede de estradas paralelas e ortogonais entre si (*viae publicae*), todas empedradas e lajeadas, que eram complementadas por magníficas pontes dentre as quais se destacam as de Alcântara, tida como a maior de todo o Império, e de Chaves. Também merecem destaque o Templo de Évora e o anfiteatro de Mérida. Muitas cidades ainda apresentam as ruínas de antigos aquedutos romanos.



Figura 19: As províncias romanas da Península ibérica.

O domínio romano representou uma profunda transformação para a arquitetura ibérica, tanto nos programas arquitetônicos, como das técnicas construtivas e formas. A vida urbana foi enriquecida com templos, termas, palácios, mercados e áreas comerciais, castros (castelos), pontes, aquedutos, vias e estradas calçadas. Em Conímbriga estão sendo escavados os restos de uma cidade que atestam a magnificências de suas residências, com seus notáveis pisos de mosaicos e espelhos d'água internos (implúvios), da mesma forma como seus banhos públicos com complexos sistemas de aquecimento subterrâneo.

As habitações urbanas eram de duas categorias: as casas unifamiliares (*domus*) apresentavam diversos graus de complexidade em conformidade com o poder aquisitivo de seus proprietários (figura 20) e as moradias coletivas (*insulae*) que consistiam em edificações de vários pisos. As primeiras se destinavam à classe alta, dos patrícios. Em geral, o acesso a uma “*domus*” era feito pelo “*vestibulum*” que conduzia ao “*impluvium*”, um espaço aberto com um corredor em toda a volta provido por uma colunata (*peristilium*), de onde se tinha acesso aos diversos compartimentos da residência.

O dormitório conjugal era conhecido por “*tablinum*”, que também podia ser a sala de recepção; o comedor era denominado “*triclinium*” e os quartos, *cubicula*. As casas mais ricas podiam dispor de uma *basílica* (sala de estar), uma *terma* (banheiro) e uma latrina. Na parte posterior da moradia, havia um jardim onde ficavam os serviços e a cozinha. A insegurança levava a que estas habitações fossem totalmente cercadas por altas paredes, e o único acesso era por meio do vestíbulo. Em vista disso, a iluminação e a ventilação eram feitas através do implúvio. Por vezes, estas casas tinham lojas (*taberna*) que davam para a rua (figura 20).

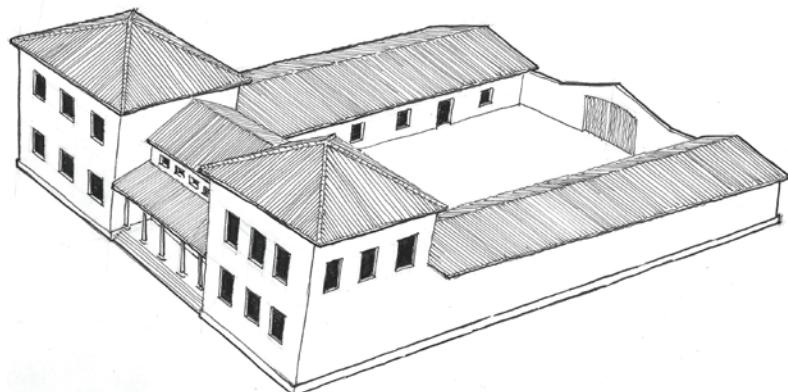
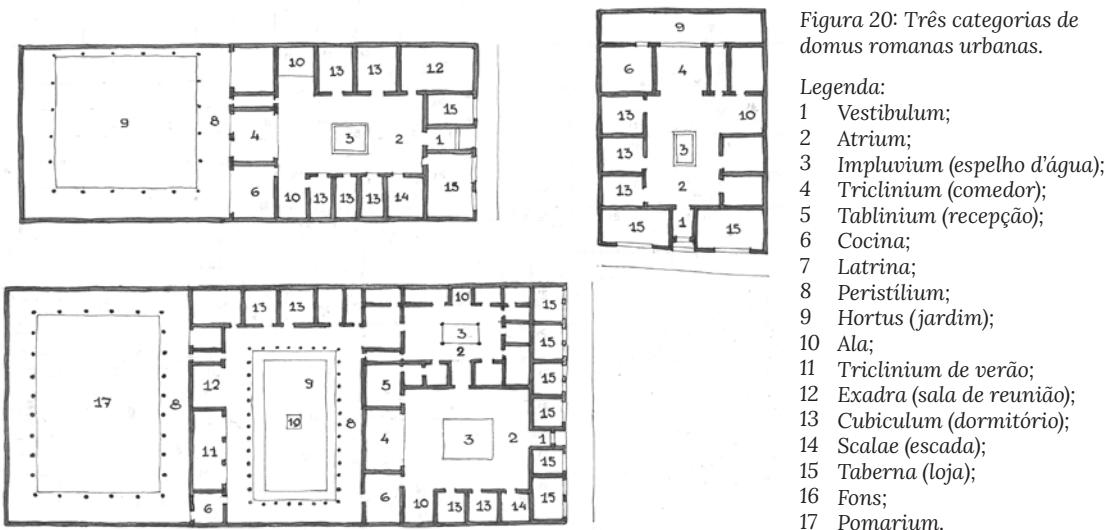


Figura 21: Esquema de uma villa (habitação rural) romana.

Este partido teve grande influência na evolução posterior da arquitetura residencial. No que diz respeito à Península Ibérica, o partido de pátio central se tornou muito comum na arquitetura espanhola seja por herança direta do império romano ou indireta, por adoção do partido das casas árabes por via do califado islâmico²⁵.

As habitações coletivas (*insulae*) ainda não atraíram as atenções dos estudiosos, mas tudo está a indicar que tenham se constituído em formas pretéritas dos modernos edifícios de apartamentos.

A terra agrícola (*centuriatio*) era dividida em lotes rurais (*rus, ruris*) delimitados por estradas paralelas e ortogonais entre si (*viae vicinalis*), à semelhança do traçado das grandes estradas, porém em escala menor. As propriedades (*locus ou fundus*) tinham dimensões variáveis e as maiores podiam chegar a oito mil hectares. Para administrar tamanha extensão de terra havia um conjunto de construções das quais a mais importante era a residência do proprietário (*villa*, figura 21), seguida da do feitor (*villicus*). Os trabalhadores, obreiros e escravos, estavam alojados na *villa rústica* enquanto os apetrechos de trabalho, os armazéns, os celeiros e depósitos ficavam na *villa fructoria*. Outras funções também estavam incluídas como os banheiros coletivos (*terma*) e cemitério (*columbarium*)²⁶. Embora o termo *villa* tivesse o significado de uma construção específica, o fato de a sede da propriedade apresentar diversas construções, certamente, foi o motivo principal para que o conceito tivesse evoluído à concepção de povoado.

O traçado dos povoados (*vicus, vici*) seguia uma rígida rede de ruas ortogonais entre si, preferencialmente, orientados segundo os pontos cardinais. Nos encontros das estradas, era implantada uma cidade na qual eram cobrados os impostos, em razão do que eram protegidas por uma fortaleza (*oppidum*) ou um destacamento militar (*castra*). As ruas eram paralelas às estradas em cujo cruzamento era implantada a praça central (*forum*). A cidade (*urbs*) era protegida por uma muralha que apresentava quatro portões que davam para as ruas que se constituíam na continuação das estradas (*cardo e decumanus*) (figura 22).

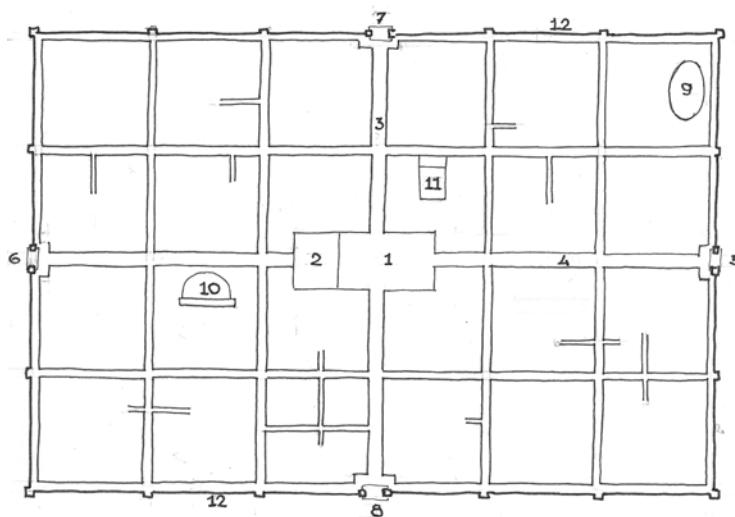


Figura 22: Esquema do traçado das cidades novas romanas.

- Legenda:
- 1 Forum;
 - 2 Praetorium;
 - 3 Cardo;
 - 4 Decumanus;
 - 5 Porta praetoria;
 - 6 Porta Decumana;
 - 7 Porta sinistra;
 - 8 Porta Dextra;
 - 9 Amphitheatru;
 - 10 Theatru;
 - 11 Templum;
 - 12 Muralha

²⁵ Embora menos importante sob o ponto de vista numérico, em pleno ecletismo, houve uma fase de revivificação do neomourisco do qual resultaram algumas realizações deste partido em Portugal com ramificações no Brasil.

²⁶ CENTENO, Rui. A dominação romana. In: SARAIVA, José Hermano (org.). História de Portugal. Lisboa: Alfa, 1983, v. 1, p. 149-212.



Figura 23: Serpa, Portugal: depois de um multissecular domínio germânico e islâmico, o traçado da cidade ainda permite, na atualidade, perceber os restos do rígido traçado geométrico romano.

O domínio romano se estendeu até 476 d.C., ano que tem sido utilizado como marco definidor da passagem da Idade Antiga para a Idade Média. Isso significa que este domínio teria durado mais de seis séculos. Não é, pois, de admirar que as influências romanas, que foram marcantes na Península, deixassem raízes muito profundas na cultura lusitana e que se manifestam até o presente. É claro que o domínio de povos diversos que aconteceram em tempos posteriores promovesse adaptações sucessivas às contribuições dos romanos a exemplo do que é mostrado na figura 23, que mostra o caso da cidade de Serpa onde ainda se pode perceber o traçado romano original na forma como o mesmo foi adequado às concepções espaciais dos novos ocupantes. Com a arquitetura, aconteceu algo semelhante. As rígidas formas das ordens romanas foram sendo reelaboradas ao longo dos tempos ao dar lugar a novas formas, sem que as concepções originais tivessem sido perdidas, como foi demonstrado por Lacerda em seu tratado sobre a arte portuguesa²⁷.

Restos da passagem dos romanos por Portugal podem ser encontrados em todo o seu território, entre os quais merece um destaque especial as ruínas de Conímbrica que se constitui num monumento tão importante, em nosso entender, como o Fórum de Roma.

Não menos importante foi o avanço das técnicas da construção. Foram os romanos os pioneiros na qualificação dos diversos tipos de aparelhos (*opus incertum*, *opus reticulatum*, *opus vittatum*, *opus quadratum*, *opus ciliatum*) e aos modos de colar as pedras (argamassa

²⁷ LACERDA, Aarão de. *História da arte em Portugal*. Porto: Portugalense, 1942, p. 120 e seguintes. (Especialmente no estudo sobre a evolução das colunas).

de cal e de cimento). Do oriente, os romanos trouxeram as técnicas de produção da cerâmica (tijolos e telhas) e aperfeiçoaram a sua produção.

Quando o Império Romano do Ocidente chegou ao fim, os princípios de sua arquitetura acabaram por se constituir numa espécie de referência às construções tanto cristãs como muçulmanas durante a Idade Média. Na primeira fase, as construções islâmicas tiveram um desenvolvimento bem mais significativo do que as cristãs. Na segunda fase deste período, os cristãos buscaram nas mesquitas a inspiração para a suas catedrais ditas “góticas”.

Os germanos

As relações dos romanos com os povos germânicos foram ambíguas. Por um lado, os primeiros consideravam os nórdicos muito primitivos ou “bárbaros” e estabeleceram limites claros que não deveriam ser ultrapassados, que eram os rios Reno e Danúbio. Apesar disso, construíram diversas pontes sobre os mesmos, o que evidencia que não tinham pudores em promover o comércio e, até mesmo, conquistar alguns de seus territórios como a Inglaterra, por exemplo.

Enquanto os romanos mantinham uma guarda permanente nesses limites, os bárbaros passavam por um processo de expansão nas mais variadas direções no primeiro século a.C.. Tendo por objeto o que diz respeito a Portugal, convém analisar o que aconteceu com três destes povos.

A origem dos vândalos é controversa. Quando começaram as grandes migrações germânicas a se deslocaram das margens do Mar Báltico para a atual República Tcheca, de onde foram pressionados pelos godos para continuar sua peregrinação até se assentar pelo lado setentrional da foz do Danúbio, no Mar Negro. Seguindo a mesma rota, os godos, também originários do lado meridional do Báltico, estabeleceram-se em ambos os lados dos Cárpatos, pouco a norte dos vândalos. A partir das bacias do Elba e do Oder, os suevos migraram para sul, até o Danúbio, onde foram barrados pelos romanos e daí desviaram sua rota para a Transilvânia, onde se estabeleceram como vizinhos dos godos ocidentais (ou visigodos).

Nos últimos anos do IV século da era cristão, o equilíbrio desses assentamentos foi rompido pela invasão de um povo de cultura persa chamado de alano que vinha fugindo dos avanços do povo mongol, proveniente da Ásia Central, que trazia a fama de ser o “flagelo de Deus” e formado por guerreiros que adquiriram fama de serem cruéis. A ameaça de invasão dos hunos, sob o comando de Átila, fez com que houvesse uma debandada geral dos povos germânicos para o oeste. Os vândalos e os alanos seguiram pela margem setentrional do Danúbio. A meio caminho, os vândalos romperam a fronteira do Danúbio, penetrando em território romano onde foram rechaçados. Por isso, os dois povos continuaram a sua migração rumo a oeste até chegarem ao Lago de Constança. Sem opções, invadiram novamente o território romano nas nascentes do Reno e, desta vez, conseguiram vencer as tropas galo-romanas. Assim avançaram pelo sul da França, ultrapassaram

os Pireneus pela banda ocidental e seguiram ao largo da costa do Golfo de Biscaia até a Galiza, onde se estabeleceram os vândalos e a Lusitânia, onde se fixaram os alanos.

Com o avanço dos hunos pelo oriente europeu, os suevos seguiram a mesma rota até chegarem às nascentes do Reno onde houve uma cisão. Uma parte se fixou em definitivo nesta região, hoje conhecida como Badênia, e a outra seguiu a rota dos vândalos até chegar à Galiza, de onde os expulsaram para sul da Península, à Andaluzia, nome de origem árabe que significa “terra dos vândalos”.

As mesmas vicissitudes também afetaram os godos. Já antes das invasões dos hunos, estavam divididos em ostrogodos ou godos orientais e visigodos ou godos occidentais, nomenclatura derivada de seus estabelecimentos nos dois lados dos Cárpatos. Ao contrário dos vândalos e suevos, os godos estavam relativamente romanizados quando começaram suas migrações decorrentes dos ataques dos hunos. Em razão disso, lhes foi facultada a penetração no Império Romano. Os ostrogodos migraram na direção sudoeste e, por longo tempo, perambularam pelos Balcãs chegando até mesmo a saquear Constantinopla. Depois migraram para a Península Itálica onde também saquearam Roma. Movido por uma guerra com o Império Romano do Oriente, foram vencidos e terminaram seus dias como um povo etnicamente identificado no norte da atual Itália.

Os visigodos tiveram melhor sorte. Depois de abandonar os Cárpatos, estabeleceram-se no Peloponeso quando se converteram ao cristianismo ariano²⁸. Depois de uma permanência de cerca de quatro anos em território do Império do Oriente, sob o comando de Alarico, resolveram deixar a Península Balcânica e invadir a Itália, espalhando terror pelo norte do Império. Em 412 a.D., deixaram a Itália depois de também terem saqueado Roma e se dirigiram à Península Ibérica. Convertidos em súditos de Roma, em 418 a.D., expulsaram os alanos e os vândalos para o norte da África²⁹ e se estabeleceram – em definitivo – no sul e oeste da Península Ibérica.

Embora oficialmente sob o domínio de Roma, a partir da segunda década do século V, a Península Ibérica passou a ser dominada pelos suevos estabelecidos na Galiza e norte de Portugal, enquanto o resto deste território era dominado pelos visigodos (figura 24). De início, os suevos passaram por um processo de expansão e em 441 tomaram Sevilha. Desta forma, seu reino se estendeu ao longo da costa atlântica, desde a Galiza até à Andaluzia, com a capital estabelecida em Braga. Quando Roma caiu em definitivo, em 476, surgiram problemas internos e lutas fraternas envolvendo a sucessão do trono levaram ao enfraquecimento da força militar que foi definitivamente batida em 485 pelos visigodos, quando o poder dos mesmos se tornou hegemônico em toda a Península (figura 25).

28 Os “arianos” eram seguidores do bispo egípcio Arius, conhecido como o “herege” pelo fato de entender que a “santa trindade” era formada por três entidades diferentes à maneira das trindades da religião egípcia tradicional, como Isis, Osíris e Horus.

29 No norte da África, tais povos se uniram e se apoderaram da antiga Cartago (em 428) bem como das ilhas do Mediterrâneo (Córsega, Sicília, Sardenha e Ilhas Baleares). Insurgências berberes enfraqueceram este reino e, aparentemente, problemas internos acabaram por contribuir para sua decadência definitiva.

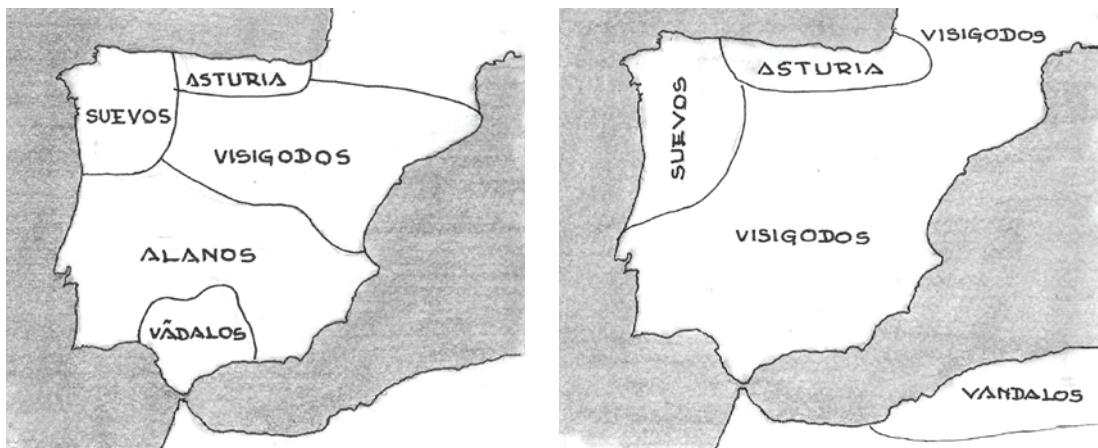


Figura 24: Início da ocupação germânica da Península Ibérica.

Figura 25: O território ocupado pelos visigodos na Península Ibérica depois da expulsão dos alanos e dos vândalos e da conquista de grande parte do território suevo.

Se a cultura romana se caracterizava pela centralização do poder primordialmente voltado para cidade e dentre as cidades, para Roma, a civilização germânica era voltada para o campo, onde a unidade organizacional da sociedade era a aldeia (*Dorf*), um termo que tinha significados distintos, ao mesmo tempo. Por um lado, servia de designativo do aldeamento em si, e por outro, significava uma gleba de terra de aproximadamente 150 hectares e pertencente a uma comunidade que dela tirava seu sustento. Neste sentido, a aldeia era dividida em três partes: um terço era coberto de florestas e os outros dois terços eram destinados à agricultura e à criação complementar de animais³⁰.

Em tempos remotos, não havia propriedade particular das terras, ressalvada a área ocupada pela moradia de cada agricultor que incluía a horta e um pequeno pomar. As terras destinadas à agricultura eram divididas em três partes, das quais uma era destinada às, assim chamadas, culturas de verão; outra para as culturas de inverno e a terceira era, nominalmente, deixada em pousio, mas que, de fato, era destinada ao pastoreio. Anualmente, era feita a rotação das culturas e, de tempos em tempos, havia uma redistribuição das terras comunais de acordo com o número de integrantes das famílias da aldeia. O número de famílias de uma aldeia pouco variava ao longo do tempo e estava situado entre trinta e cinquenta. Como a criação de gado é mais dispendiosa que a agricultura, a longo prazo, as terras deixadas em pousio foram cada vez mais reduzidas e, em decorrência disso, a agricultura se tornou mais importante do que a criação de animais³¹.

Esta organização territorial tem sido apontada como a base do surgimento da estrutura social do feudalismo: cada aldeia elegia seu maioral chamado de “barão”, o qual era

30 Quando o sistema feudal entrou em colapso, surgiu outro conceito de aldeia segundo o qual as terras cobertas de florestas não faziam parte das terras da comunidade, o que servia de pretexto para a apropriação da mesma pelas elites feudais.

31 Em algumas regiões, onde havia terras altas impróprias para a agricultura, mas, mesmo assim, mantinha pastagens próprias para a alimentação do gado, a facção do terreno que deveria ser deixada para o pousio foi abolida com a utilização das áreas altas para o pastoreio, que era exercido em forma de rodízio, pelos proprietários do gado. Esta é uma técnica que ainda hoje é exercida em algumas regiões dos Alpes suíços e alemães e que foi a origem do pastoreio nas brandas no norte de Portugal e nos Açores. Não nos aprofundamos neste tipo de organização do trabalho porque ele não foi levado ao Brasil.

sustentado pelos aldeões e a quem cabia providenciar na defesa e representação dos interesses da comunidade diante da assembleia regional que era presidida por um chefe eleito, e que tem sido qualificado de forma nem sempre muito correta, de “rei”. Ao longo do tempo, essa estrutura evoluiu no sentido de formar uma complexa hierarquia entre o baronato aldeão e a realeza. Ela também tem sido apontada como o ponto de partida para a organização democrática da sociedade em oposição a outro ponto de vista que atribui sua origem às assembleias dos homens livres na Grécia antiga. Os estudos de Jorge Dias³² fundamentam muito bem a origem germânica destes modos de produção e de organização social.

Esta divisão de terras era comum a suevos e visigodos. O que os distinguia, no entanto, eram os formatos de suas aldeias. Talvez por influência dos povos renanos, os suevos praticavam o que os urbanistas alemães denominam de “aldeia ponto” ou “aldeia monte”. Essa se constituía de uma praça central de onde partiam as ruas em diversos sentidos, de acordo com as conveniências do relevo. Para evitar os inconvenientes da canalização dos ventos frios hibernais, evitava o traçado linear das ruas. Pelo menos, este tem sido um dos argumentos justificativos deste traçado³³.

Talvez por influência dos povos saxões, os godos lançavam mão de outro modelo de aldeia que consistia em construir as habitações ao longo de uma rua central e, por isso, chamada de aldeia-rua. Embora os saxões estivessem estabelecidos mais ao norte que os renanos, aqui o argumento dos ventos frios não tem sido evocado. Certo é que, em geral, no centro da aldeia, esta rua era alargada – daí a denominação de “largo” – onde eram construídos os prédios principais, como a igreja, a prefeitura, a escola, o juizado.

Causa estranheza o fato de que no norte de Portugal, especialmente na região do Minho, seja comum o tipo de aldeamento chamado “disseminado”, que era comum nas regiões mais altas do território germânico, portanto, menos acessíveis dos Alpes. Como este tipo de assentamento chegou a Lusitânia nos é desconhecido. Não pode ser descartada a hipótese de que ele tenha sido herdado dos ancestrais povos ibéricos ou trazido pelos celtas, ou ainda por alguma facção germânica que tenha acompanhado as migrações dos suevos.

A divisão da sociedade em duas classes distintas fez surgir duas arquiteturas diferentes coexistentes. Os suseranos se caracterizaram pelo espírito militar, o que fez com que suas edificações mais significativas fossem os castelos de pedra em razão do que tem sido qualificada como “castrense”. Sua linguagem era tão marcante que acabou por influenciar toda a produção arquitetônica representativa, como as igrejas e construções governamentais (figuras 26 e 27).

32 DIAS, Jorge. *Vilarinho da Furna*, uma aldeia comunitária. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.

33 É bem mais provável que este traçado tenha origens bem mais remotas relacionada com a cultura das tribos dos francos da antiguidade. Admitimos isso pelo fato de que os saxões que habitavam terras mais setentrionais e, portanto, mais frias, adotaram um traçado linear nas de suas aldeias (*Strassendorf*) e que, consequentemente, serviria de canal de escoamento destes ventos.

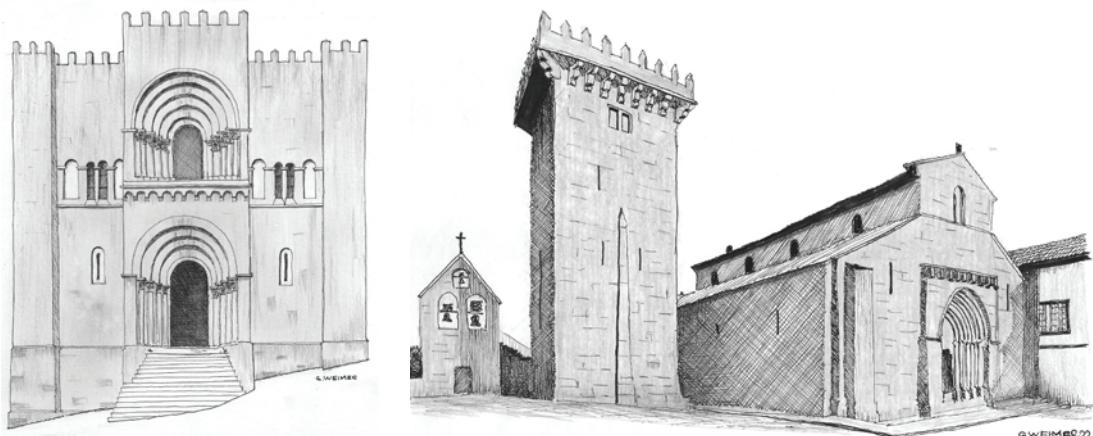


Figura 26: Um castelo ou um palácio? Nem um, nem outro: a medieval Sé Velha de Coimbra.

Figura 27: Mosteiro de São Salvador, Travanca.

As construções dos vassalos evoluíram por outra senda. Escavações arqueológicas demonstram que, num passado muito remoto, galhos eram fincados no solo e, na parte saliente, eram encaixados outros galhos horizontais, de modo a formar um tramado semelhante a uma prateleira³⁴ cujos “vazios” eram preenchidos com os mais variados materiais (barro, adobe, pedra, taipa, etc.). Sobre essa estrutura, eram colocadas tesouras que sustentavam a cobertura de palha. A forma de execução do entramado das paredes e das tesouras variava de acordo com a tradição das subdivisões destes povos.

Este modo de construir, no entanto, tinha um pé de Aquiles: as extremidades fixadas no chão apodreciam com maior rapidez que a madeira que ficava livre do contato com a terra. Uma solução para esse problema foi deixar a parte enterrada mais grossa para que resistisse por mais tempo ao apodrecimento. Mais tarde, essa parte que recebeu o nome de “nabo”, era carbonizada superficialmente com o fim de preservá-la do ataque de fungos. No entanto, a solução mais durável foi a de apoiar esta estrutura sobre uma fundação contínua de pedra, para que a madeira não entrasse em contato com a umidade da terra. Porém esta solução também apresentava uma desvantagem pelo fato de comprometer a estética da construção, o que foi solucionado com a introdução de peças inclinadas no tramado com o fim de contraventamento.

Certamente, esse melhoramento foi introduzido na construção depois do início das grandes migrações, pois tanto suevos como visigodos desconheciam este procedimento quando se estabeleceram na Península³⁵. Deste modo, o enxaimel peninsular ainda manteve a técnica arcaica quando ela já havia sido abandonada pelos povos da Europa central. Isso, em certa medida, encontra sua justificativa pelo fato de que as construções na Europa central estavam mais expostas à deterioração por estarem em terras úmidas, ao passo que as da Península eram mais secas, o que tornavam os nabos menos vulneráveis ao apodrecimento (figura 28).

³⁴ Em alemão, este tipo de estrutura recebe exatamente este nome (*Fachwerkbau*), ou seja, “construção em prateleiras”.

³⁵ Em tempos mais recentes esta técnica também passou a ser empregada em terras peninsulares.

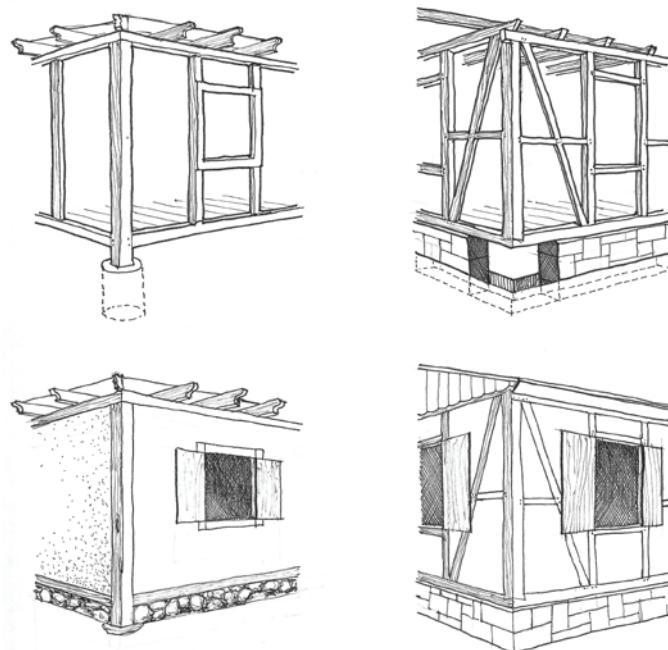


Figura 28: A diferença entre uma estrutura de enxaimel portuguesa (à esquerda) e alemã (à direita) e do acabamento das respectivas paredes (em baixo).

A madeira é um material orgânico, portanto, mais sujeito à deterioração do que os minerais. Partindo do pressuposto de que seu emprego tenha entrado em decadência a partir do momento em que os germanos perderam seu poder para os povos conquistadores, é surpreendente que obras realizadas nesta técnica não só tenham chegado até o presente como tenham sido trazidas para o Brasil. Tendo por base os levantamentos da arquitetura popular ibérica realizada pelos arquitetos portugueses e espanhóis, chega-se à conclusão de que os exemplares mais representativos sobreviventes se encontram espalhadas pelo norte da Península³⁶ (figura 30). No norte do Vale do Ebro, documentamos um exemplar associado com duas construções presumivelmente do período romano, uma em *opus incertum* e a outra em *opus quadratum*, além de uma em enxaimel (figura 29).

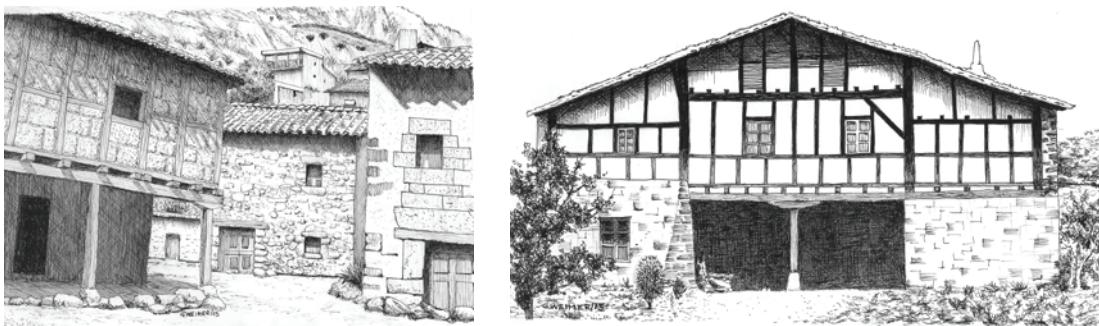


Figura 29: Três construções com três técnicas diferentes no vale do Ebro: uma de enxaimel e duas de pedra, ao modo romano (*opus incertum* e *opus quadratum*).

Figura 30: Construção de enxaimel em Orozco, Espanha.

36 Na obra organizada por Luís Feduchi há a reprodução de muitos enxaiméis existentes nas províncias da Galiza, Astúrias, Leon, Castela Vieja, Candábria, Vascônia e Navarra.

Em Portugal, os exemplares de enxaimel são difíceis de serem identificados pelo fato de ser comum o recobrimento da estrutura de madeira por argamassa. Um “mapa das ruas de Braga”³⁷, de 1750, contudo, mostra que então ainda era corrente o seu uso. Em tempos mais recentes, esta técnica tem sobrevivido em associação com a alvenaria de pedra. Por ser uma construção leve, ela tem sido empregada especialmente na execução de balcões que se projetam por sobre paredes de alvenaria.

O islã

Na história do mundo ocidental, tem sido relevado como marcos mais importantes o início da Idade Média a partir da queda definitiva de Roma, em 476 a.D., e a consequente migração do poder para Constantinopla. Com isso, pouca atenção tem sido dada a acontecimentos por demais significativos como o surgimento e a expansão do islamismo a partir da Arábia.

No que diz respeito à arquitetura, convém assinalar que, até o início do segundo século da era cristão, os povos árabes estavam divididos em diversas tribos isoladas, cada qual com suas leis e culturas próprias. Como parte da estratégia de conquista da Mesopotâmia, o imperador Trajano anexou, entre 105 e 106 d.C., uma região chamada de Arábia Pétreia, que hoje corresponde à Península do Sinai e Faixa de Gaza. Desta forma, completou-se o domínio de Roma sobre toda a periferia oriental³⁸ do Mar Mediterrâneo incluindo o lado meridional do Mar Negro. Essa anexação ocorreu sem maiores alardes e se constituiu num primeiro passo para a incorporação sucessiva de toda a península arábica, que também ocorreu sem maiores percalços³⁹.

Como esta península é preponderantemente formada por desertos, seus habitantes eram nômades dedicados ao comércio. O contato com Roma trouxe uma profunda modificação a suas vidas, resultante da progressiva romanização dos costumes da qual fazia parte a adoção do latim que, aos poucos, foi sendo substituído pelo grego em virtude da transferência do poder de Roma para Constantinopla. Com isso, fortaleceram-se suas cidades onde o partido do *domus* romano com suas paredes externas totalmente fechadas – salvo a porta de entrada – e com toda a iluminação e ventilação sendo realizada por meio de um pátio interno, mostrou ser muito apropriado num ambiente de deserto da mesma forma como a valoração que receberam os banhos públicos.

Com a sucessiva decadênci a do poder de Constantinopla, os árabes foram se tornando cada vez mais independentes à medida que iam expandindo as suas relações comerciais internacionais. Na segunda década do século VII, quando surgiu o islamismo,

³⁷ AMARAL, Francisco Keil et. al.. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 24-25, 3. ed. v. 3.

³⁸ Para completar o domínio de toda a periferia do Mediterrâneo faltaria ainda a conquista do noroeste da África constituído de Cartago, parte ocidental da Cirenaica (Líbia) e a Mauritânia que hoje corresponde à Argélia e ao Marrocos. A conquista deste território ocorreria por ocasião das Guerras Púnicas.

³⁹ Esta população chegou ao comando máximo do Império com o Rei Felipe, dito “o árabe”.

a península arábica se limitava a nordeste com o Império Sassânida, cuja religião oficial era o zoroastrismo, tido como a mais antiga religião monoteísta do mundo, e a noroeste, com o Império Bizantino, de religião cristã. Não seria, pois, de estranhar que a nova religião sofresse a influência destes dois credos, mas do contato comercial com judeus resultou a semelhança do judaísmo com o novo credo.

Teoricamente, a Arábia fazia parte do Império Bizantino quando começou a se destacar um condutor de camelos de nome Muhammad (Maomé) e que se dizia profeta de Deus (Alá). No ano de 622, ele foi expulso de sua cidade natal Meca e se dirigiu para Medina onde daria continuidade a sua obra de catequese da qual resultou a construção de um império que superaria o de Roma num curto período de um século. Depois da morte do Profeta, em 632, surgiram diversas dissidências entre seus seguidores, das quais resultaram diversas dinastias que repartiram entre si os governos das diversas regiões que foram sendo conquistadas⁴⁰.

No contexto da cultura portuguesa, importa uma facção dos seguidores do Califa Omar, ditos Omíadas, que começaram a se expandir pelo norte da África a partir de 649 até chegarem às costas do Atlântico com a conquista do Magrebe (ou seja, “onde o sol se põe”, nome pelo qual os árabes designam o Marrocos), em 681. Isso se deveu a uma feroz resistência oferecida pelos nativos que eram conhecidos como “mouros⁴¹” e que hoje são designados por “berberes⁴²”. Ao longo destes confrontos, os árabes conseguiram não só converter os nativos, como até torná-los defensores da nova religião. A conversão ao novo credo, no entanto, não ocorreu de forma amigável: apesar de que as disposições do Alcorão de estabelecer a igualdade entre os crentes, os árabes se impuseram como os vencedores com a tomada do poder justificada por se considerarem descendentes do profeta, enquanto os vencidos passaram a formar uma classe subalterna. Mesmo assim, em apenas três décadas, os dirigentes conseguiram armar um poderoso exército com o qual iriam conquistar quase toda a Península Ibérica e espalhar o temor em toda a Europa cristã.

A conquista da Península ibérica foi avassaladora, e as tropas invasoras chegaram até a avançar para dentro do território francês onde foram vencidos por uma aliança entre gauleses e franceses e forçados a retroceder para além dos Pireneus. Com isso, a Península se tornou quase integralmente submissa ao islamismo, onde a classe dirigente dos omíadas se estabeleceram na Andaluzia, deixando o resto do território por conta dos berberes. (figura 31). Ao longo do tempo, o califado entrou em decadência de modo que, em 1492, os reis católicos não tiveram dificuldades em expulsaram para o Marrocos os últimos

40 HOURANT, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

41 Mouro é o designativo pátrio dos habitantes da Mauritânia. Na antiguidade, todo o noroeste da África era conhecido por este nome. No passar do tempo, diversos países foram se tornando independentes (Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos), de modo que o qualificativo de “mouro” deixou de ter sentido para os seus respectivos habitantes. Por esta razão, passaram a ser designados por seu qualificativo linguístico, de “berberes”.

42 Sua origem é desconhecida. Esta tem sido atribuída ora aos persas ora aos iranianos. De qualquer modo, trata-se de uma população indo-europeia, de tez clara o que tem causado muita confusão pelo fato de habitarem a África, que é tido como “o continente negro”. Seu nome deriva do árabe “berber” que, por sua vez, é uma corruptela do latim “barbarus”. O designativo é genérico, uma vez que é formado por diversos povos de características culturais diferentes. Estima-se que entre 58 e 75 milhões de pessoas falam algum dialeto desta língua e sua participação percentual nos diversos países é de 17% na Argélia, 1% em Burkina-Faso, 13% no Chade, 3% na Líbia, 5% no Mali, 30% em Marrocos, 75% na Mauritânia, 9% no Níger e 1% na Tunísia. VOLPE, Fábio (org.). *Almanaque Abril* 2013. São Paulo: Abril, 2013, *passim*.

mandatários islâmicos do reduzido território de Granada sob a alegação de que não estavam pagando os impostos de vassalos (figura 32).

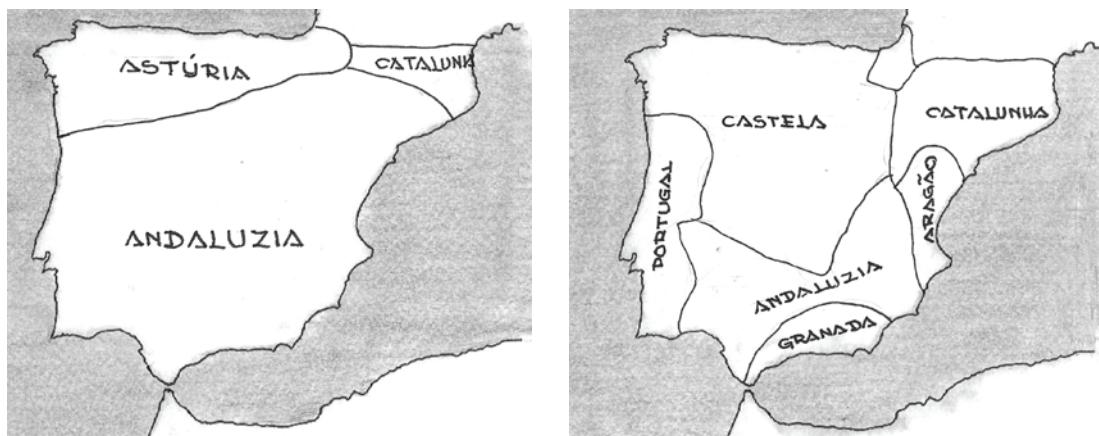


Figura 31 A expansão islâmica na Península Ibérica ocorreu por volta de 790 a.D.

Figura 32: Divisão territorial da Península Ibérica antes da tomada de Granada pelos reis católicos, em 1492.

Arquitetura árabe do Magrebe

A radical clivagem interna da sociedade islâmica levou a uma marcada convivência de duas culturas diversas, porém unidas por uma ideologia religiosa que abarcava o poder civil, levando, assim, à coexistência de duas arquiteturas bem distintas: a dos dominadores e a dos dominados. Os palácios dos califas eram desmesuradamente grandes, a ponto de sua área ser expressa em hectares. Contudo, não nos ocuparemos com os mesmos porque eles não foram levados à Portugal⁴³, mas as demais construções viriam a servir de modelo à arquitetura islâmica da Península. Na África, o estamento árabe apresentava uma variedade de habitações que refletia seu nível econômico, variando desde moradias térreas singelas às de organização complexa e requintada. Todas se caracterizavam por apresentar um acabamento externo muito simples, praticamente sem aberturas além da indispensável porta de entrada, de um pátio interno por onde era feita a iluminação e a ventilação, e um terraço que servia de cobertura chamada *al soTahia* de onde deriva a nossa “açoteia” (figuras 33, 34 e 35).

43 Com a instalação do califado na Andaluzia, versões destes palácios foram construídas para as cortes, sendo a mais conhecida a Alhambra de Granada.

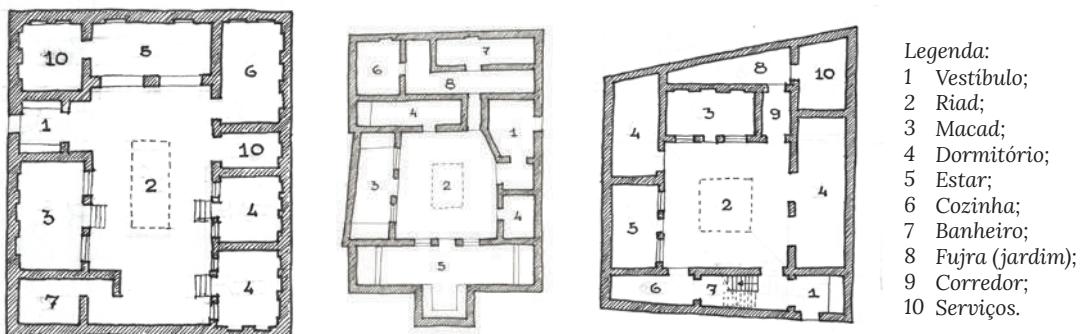


Figura 33: Esquema de uma casa térrea tradicional na Arábia.

Figura 34: Esquema de uma casa térrea tradicional da Tunísia.

Figura 35: Esquema de uma casa térrea tradicional de Marrocos.

As prescrições corânicas presumiam casas térreas, mas a evolução histórica levou a soluções mais elaboradas. As moradias senhoriais se tornaram mais refinadas no luxo interno e nas dimensões físicas. Como o espaço urbano estava limitado pelas muralhas, as residências cresceram em altura, com o acréscimo de mais pisos, nas assim chamadas casas-poço⁴⁴. Eventualmente, ela podia ter o seu térreo transformado em loja comercial, mas isto era a exceção. Normalmente, a moradia ficava afastada da área comercial da cidade (*suk*) e se compunha de um vestíbulo que abria para o pátio central (*fujra* ou *raid*) que era uma evolução do *impluvium* romano. A seu redor, distribuíam-se salas para atividades domésticas. Ao fundo, ficava o *macad*, que era o lugar mais nobre da casa, com pé-direito duplo e uma evolução do *triclinum* romano. Em posição simétrica ao vestíbulo ficava a cozinha que, no entanto, não era o local de preparo dos alimentos, mas para guarda e a limpeza dos utensílios. Em razão disso, suas dimensões eram mínimas. A preparação dos alimentos era feita sobre fogareiros móveis no pátio central, por influência do nomadismo praticado em épocas passadas.

Uma escada levava aos pisos superiores e, sob ela, ficava o banheiro provido de uma bacia turca (para utilização de cócoras) e um bidê para as ablucções rituais. A grande abluição consistia num banho turco em razão de o banheiro ter dimensões mínimas, e ficava junto à cozinha onde era aquecida a água. Junto ao banheiro, mas pelo lado do pátio, havia uma bica para a higiene do rosto e das mãos.

Acima do piso térreo havia um gineceu, dito “piso falso”, de pouca altura (em torno de 1,5 m), onde havia espaços que serviam de despensa (*al mejzen* de onde vem o nosso “armazém”) e de trabalho (de tecelagem) das mulheres. Este espaço também recebia a denominação de *al qubba* (literalmente, “a abóbada”), de onde vem a nossa “alcova”. Aí se

44 Esta era uma adequação ecológica ao clima local. O ambiente apresentava grande secura, calor escaldante durante o dia e um frio próximo a zero à noite. A técnica para resolver de uma só vez todos esses problemas consiste em construir edificações altas, vedadas para o exterior com exceção de uma abertura zenital que dava num pequeno pátio aberto para o qual abriam os cômodos internos. Como as temperaturas no deserto variam extraordinariamente, o ar quente trazido pelo vento durante o dia passa por cima destes “poços”, porque a temperatura interna era mais baixa, e a diferença de densidade do ar frio interior era significativamente maior que a do ar quente impulsionado pelo vento. À noite, a situação se inverte, porque o ar interno se aqueceu durante o dia e se tornou menos denso enquanto o ar do deserto baixou em muito a temperatura, o que se reflete em sua maior densidade. Isso significa que à noite, quando o ar frio passa por cima do poço, ele penetra em seu interior e substitui o ar interno aquecido por ter-se tornado menos denso.

recolhiam as mulheres quando a casa recebia uma visita masculina com a qual elas não podiam ter contato⁴⁵.

O piso acima se destinava à vida mais reservada como o dormitório e a realização de trabalhos femininos. Dele se tinha acesso à açoteia, que servia de local de atividades, de secagem de roupa lavada e de dormitório em dias muito quente.

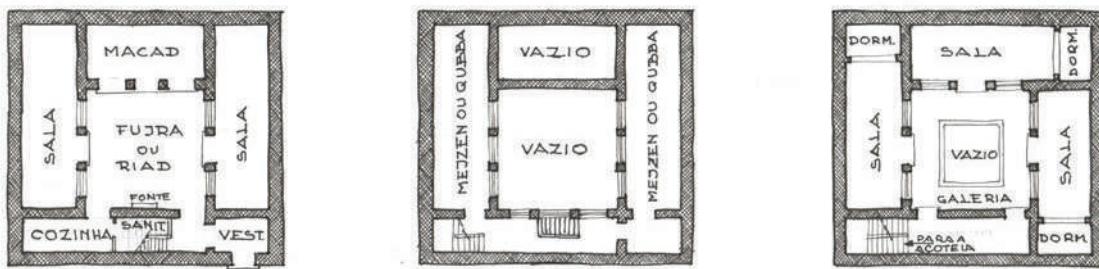


Figura 36: Esquema de uma casa-poço árabe do Magrebe (pela ordem: térreo, alcovas ou falso e superior).

Cumpre assinalar que a utilização destas casas divergia muito da das ocidentais. Assim, todos os locais, salvo a cozinha, banheiro e o gineceu, constituíam-se em locais de recepção, incluindo os dormitórios! Dentre eles, o *macad* era o mais nobre, em razão de que sua localização era mais destacada. A profusão de almofadas nele existente indicava que era o local de colóquios por excelência. O segundo espaço mais nobre era o quarto matrimonial no qual a cama, localizada num nicho, podia ser fechada por uma cortina. Era nela que eram realizadas ordinariamente as atividades familiares.

Na casa não havia móveis. Os bancos (*mastab*) eram fixos; as camas consistiam num estrado elevado (*tarima* = tarimba) sobre o qual se estendia um colchão; armários e cômodas eram embutidos. As paredes eram recobertas de azulejos até meia altura (*alicatado*) e os pisos, com tapetes preciosos. Para sentar, havia almofadas (*al mukahdda*). Nas áreas sociais, os forros recebiam requintado acabamento de trabalhos em gesso e/ou de pintura.

Como a população berbere estava dividida em várias tribos de culturas diferentes⁴⁶, também praticavam partidos arquitetônicos diversos. Os pastores nômades que habitavam as margens do deserto moravam em tendas (*jaima*) passíveis de serem remontadas em locais propícios à alimentação dos rebanhos. Nos montes Atlas e Rif, bem como entre os mesmos e as costas do Atlântico e Mediterrâneo, havia terras apropriadas à prática da agricultura, favorecendo o sedentarismo. Populações miscigenadas habitavam em casas redondas, com cobertura em forma de um elipsoide de revolução (*kabusa*) ou em moradias de base quadrada ou retangular com paredes de palha que sustentavam uma cobertura de duas águas (*nuala*)⁴⁷.

45 Segundo as prescrições, as mulheres só podiam ter contato direto com os homens da família, o marido, o pai, o sogro, os filhos, netos e cunhados.

46 A existência de um grande número de culturas diferentes tem sido atribuída a miscigenações dos berberes com povos anteriormente estabelecidos bem como com os diversos conquistadores que transitoriamente se estabeleceram na região. O fato de também falarem dialetos muito distintos teve grande importância nas divisões políticas dos mesmos que levaram ao enfraquecimento interno das taifas e foram um fator decisivo na expansão dos feudos cristãos na assim chamada “guerra da reconquista”.

47 OCHOA, Alfonso de Sierra. *La vivienda marroquí: notas para uma teoria*. Málaga: Algazara, 1996, p. 30-31.

Os beberes “puros” adotaram soluções mais adequadas ao clima. Um dos fatores que mais influenciava na adoção de um partido era a exposição das moradias aos quentes ventos do deserto. Se esses atingiam a área com facilidade (a sul do Rif e a leste do Atlas), o partido preferencial era o das casas-poço (*dar* ou, em árabe, *riad* = jardim). As plantas baixas eram quadradas ou retangulares, com paredes externas quase totalmente vedadas (figura 37). As dependências internas eram distribuídas em torno de um pátio de acanhadas dimensões, o que propiciava o vento passar por cima da construção de modo a comprometer minimamente a temperatura interna da construção. Por influência do deserto, sua cobertura era normalmente plana, formada por uma superfície de varas amarradas entre si e recobertas por uma camada de barro, misturada com palha. Torres e Macias apontam para suas principais características:

Estas moradias estruturam-se em volta de um pátio central que ocupa de um quarto da área total da habitação (a qual ronda os 70-80 m²). A entrada para a casa faz-se através de um átrio que comunica diretamente com o pátio. Em redor deste distribuem-se os compartimentos verificando-se... que cada moradia se organiza da seguinte forma:

- entrada através do pátio;
- pátio central descoberto, normalmente ladrilhado;
- sala principal de piso argamassado e pintado com almagre, com uma pequena alcova no topo;
- sala pequena de funções múltiplas e onde se supõe que alguns gêneros alimentares se conservariam;
- cozinha dividida em duas áreas – compartimento exterior destinado a guardar talhas e a conservar alguns gêneros alimentícios, e espaço interior onde se fazia o fogo
- latrina diretamente ligada a uma rede de esgotos ou fossa coberta situada no exterior da casa.⁴⁸

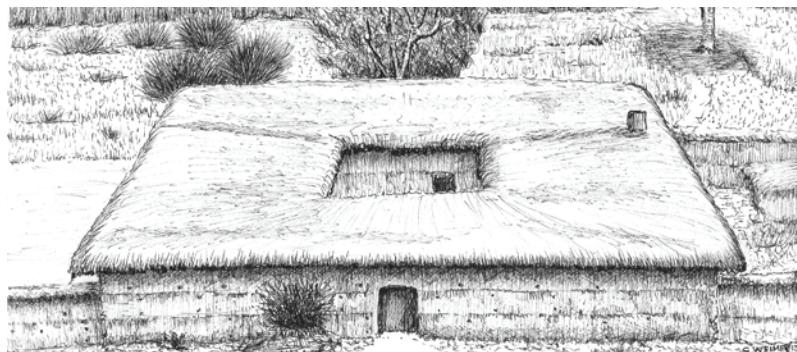


Figura 37: Dar berbere.

As moradias localizadas em regiões menos expostas a estes ventos apresentavam um partido linear e recebiam o nome genérico de *bit*. Segundo Ochoa⁴⁹, os *bit's* apresentavam variáveis regionais. Na costa atlântica, normalmente, eram compostos por duas peças principais, cada qual com acesso externo, uma destinada aos serviços domésticos e outra para dormitório e serviços de tecelagem. Numa das extremidades, há um prolongamento da cobertura para abrigar a cozinha e, na outra, para o estábulo (figuras 38 e 39). Uma característica muito importante no que diz respeito a Portugal era a utilização do desvão

48 TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago. *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Printer, 1998, p. 42.

49 *Idem. Ibidem*, p. 31-32.

da cobertura para conseguir um compartimento suplementar (*golfa*), o qual era utilizado como depósito ou, preferencialmente, para dormitório. Aqui, provavelmente, tratava-se de uma influência árabe, uma imitação dos assim chamados “pisos falsos”.



Figura 38 “Bit” de Anyera.

Figura 39: “Bit” atlântico.

Ao longo da costa mediterrânea, dava-se preferência a uma casa de sala única (figura 40), que era dividida em três níveis diferentes, cada qual separado por um tabique leve. Cada um desses espaços tinha uma planta quadrada com 2,5 a 3 metros de lado. O acesso era feito pelo espaço central que servia de vestíbulo, cozinha, comedor e sala de trabalhos. O de nível mais alto servia de dormitório (*dukan*), onde toda a família dormia sobre tapetes estendidos sobre o piso apilado. O de nível mais baixo servia de depósito, palheiro e, por vezes, de estábulo. Também apresentava um pequeno reservado (*metehara*) com o retrete e a pia de ablução. Esta versão era denominada de *tabiat*.⁵⁰



Figura 40: Tabiat mediterrâneo de cobertura plana.

Figura 41: Perspectiva de um “tabiat”.

O piso era de chão batido. As paredes externas eram de pedra bruta argamassadas com barro ou de adobe, mas a forma mais comum era a de taipa de pilão que conferia às construções um aspecto muito robusto. Em regiões interioranas, as paredes internas se resumiam em tabiques de tábuas, de meia altura, e a cobertura era plana (figura 41). Era comum deixar as paredes com acabamento bruto, mas nas regiões mais próximas ao mar, a preferência era pela caiação tanto externa como interna.

50 Idem, *ibidem*, p. 36.

O que mais diferenciava as construções eram as coberturas. Em terras altas, normalmente, utilizam-se tetos planos formados por varas amarradas com cordas e recobertas de barro amassado com palha ou com placas de ardósia. Em áreas mais úmidas, esse tipo de cobertura não propiciava a devida proteção das chuvas. Por isso, era substituída por um madeiramento em forma de tesouras que sustentam um ripado recoberto com uma camada de palha. Em certas regiões, as empenas destas coberturas eram muito baixas, o que fazia com que as portas tivessem menor altura que os moradores.

Por estas descrições, fica claro que as construções populares sempre apresentavam um único piso; quando muito, em terrenos muito inclinados, poderia haver um porão com os serviços higiênicos, algum depósito ou abrigo de animais. Construções de dois ou mais pisos eram representativas e restritas ao uso governamental ou de pessoas de muito poder (figura 42). Isso transparece até mesmo no tratamento plástico: ainda que as casas “árabes” se caracterizassem pela profusão dos ornamentos, ainda que internamente, nas casas berberes estes jamais serão encontrados. No entanto, os *taddart's* se diferenciavam por algum tratamento plástico externo. A única construção que era mais alta era a mesquita e seu minarete.



Figura 42: Um taddart nas montanhas do Rif, com teto plano.

As conformações urbanas no Magrebe

Cada *bit* se destinava a uma família nuclear. Era comum a construção de vários *bit's* pertencentes a um clã em torno de um pátio (*kur*, figura 43), formando um conjunto que passava a ser denominado de *stah*. O agrupamento de vários *stah's* formava uma aldeia que recebia a designação de *duar* ou *aD-Dai'a*, em árabe. Quando fortificada, recebia o nome de *ksar*. Em terrenos muito acidentados, era comum que o pátio de um *bit* fosse a cobertura do de baixo.



Figura 43: Kur (pátio) de um stah (conjunto de casas de um clã) da duar (aldeia) Al Haouz, próxima a Quarzazade, centro-sul de Marrocos.

Os assentamentos isolados eram comuns, porém, a maior parte da população preferia se aglutinar em pequenas aldeias, em geral, de traçado viário reduzido a uma ou duas ruas (figura 44). Estas vias, preferencialmente, orientavam-se pela topografia e não pela linearidade. A explicação deste fenômeno tem sido o da procura de um traçado que evitasse o encanamento dos ventos quentes vindos do deserto. Ruas sinuosas forçariam o vento a passar por sobre as construções, conservando o ar mais fresco nas casas (figura 45). Para tanto, também era comum a construção de altos muros ao longo das ruas que, certamente, também tinham objetivos de segurança, mas esta não era sua única razão de ser. Tanto isto é verdade que, em regiões muito sujeitas a ventos do deserto, as terras agrícolas eram protegidas por altos muros de taipa onde, evidentemente, a proteção contra os ventos quentes era muito mais importante que a segurança da plantação (figura 46). Essa solução também viria a ser utilizada em Portugal, nos Açores e no Brasil, como se verá mais adiante.

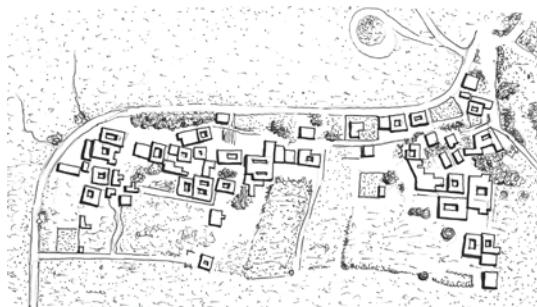


Figura 44: Duar (aldeia) Arhoud, no Rif, Marrocos.

Figura 45: Duar berbere perto de Errachidia, Marrocos.

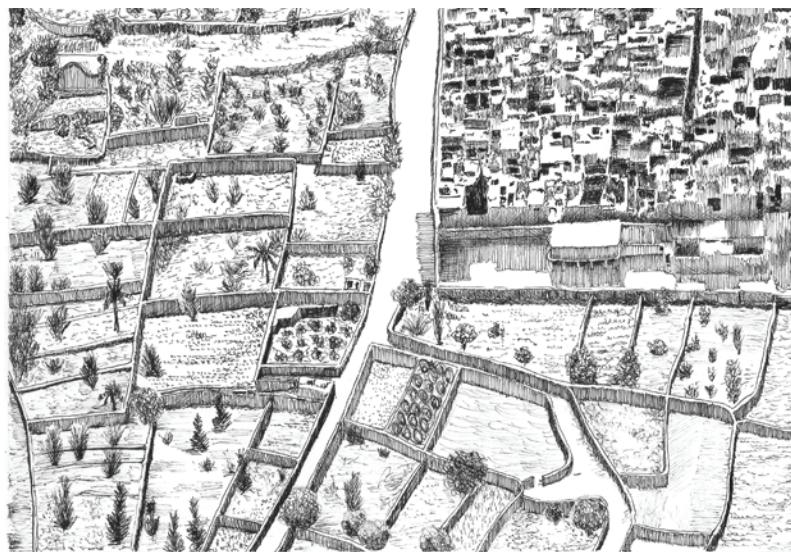


Figura 46: Trecho do Ksar Dratal, no sul de Marrocos, com seus arredores de terras agrícolas providas de para-ventos murados para a proteção contra os ventos quentes do deserto.

A vida no campo era bastante insegura em razão do que, proporcionalmente, as cidades (*tamdint*) adquiriam maior importância. A construção de muralhas para a segurança era bastante onerosa em razão de o espaço interno ter de ser usado com o máximo de proveito. Em termos de habitação residencial, isso significava que as casas eram construídas umas ao lado das outras, preferencialmente, com as paredes em condomínio, ou seja, construídas sobre a divisa com aproveitamento compartilhado pelos vizinhos. Isto exigia uma nova organização interna da casa: na maior parte dos casos, a sala ficava na frente, a cozinha nos fundos e o dormitório no meio. Por consequência, o dormitório não tinha janela e sua ventilação era feita por sobre os tabiques internos. A cozinha abria para um pátio mínimo (*al fujra*). Pessoas mais aquinhoadas construíam suas casas em forma de L em torno do pátio, o que propiciava melhores condições de habitabilidade, como pode ser visto na figura 48, a qual representa um trecho da cidade santa de Kairuan, no Marrocos (figura 47).

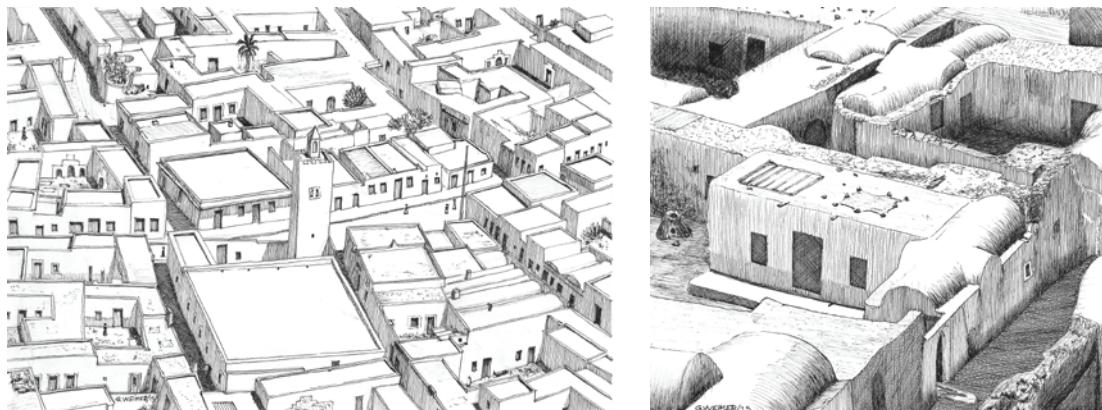


Figura 47: Perspectiva de um trecho do centro da cidade santa de Kairuan.

Figura 48: Aspecto da cidade de Takruna, Marrocos.

Isso se tornou ainda mais patente com a conquista dos omíadas que trataram de fortificar as cidades grandes e as de tamanho médio (*kasbah*) com grossas muralhas. A cidade imperial de Meknes chegou a receber um sistema duplo de muralhas.

Já na Arábia, as cidades eram divididas internamente por muralhas formando bairros estanques, cada qual ocupado por uma determinada tribo. Como a vida de cada uma era regida por leis próprias, conflitos entre as diversas facções estavam sujeitos a leis conflitantes, o que levava a, frequentemente, ajustes de contas por via de encontros sangrentos, nas ditas *razias*, termo que os árabes nos legaram. Reza a tradição que essa era a razão principal pela qual eram construídas muralhas separando os bairros, e seus portões eram fechados entre o pôr e o nascer do sol. Com a unificação das leis promovida por Maomé, estas divisões internas perderam sua razão de ser. Todavia, elas foram conservadas não só pela manutenção de tensões seculares que a nova religião não conseguiu debelar, mas também por razões funcionais: como a vida sob o islã era rigidamente organizada segundo preceitos da religião, as cidades foram divididas em bairros que correspondiam ao âmbito de influência de uma determinada mesquita. Os limites do bairro eram definidos em função do alcance da voz do *muezim* que, cinco vezes ao dia, chamava o povo para a oração a partir do alto do minarete e demarcados fisicamente pelas muralhas internas.

O centro físico do bairro (*ar-rabad* = arrabalde) era dominado pela mesquita (*masgid*), cuja presença podia ser notada nas redondezas pela projeção de um ou mais minaretes (de *minara* = farol). Não considerando as quatro cidades imperiais onde a construção mais importante é o palácio do rei, os prédios mais imponentes são as mesquitas. Como o acorrido às mesmas é muito grande por ocasião das cinco orações diárias, as mesmas abrem para uma grande praça (*zoco*), cujas dimensões variam em função da importância do bairro. No centro da cidade (*medina*), há uma incessante atividade social e sua praça (*zoco*) muda de feição ao longo do dia, mas sempre relacionada com o comércio praticado num setor contíguo (*suq*), onde um avantajado número de lojas dos mais diversos tamanhos e tipos invadem com a exposição de suas mercadorias as estreitas ruas, em geral, cobertas por uma pérgula que atenua a intensidade da radiação solar. O emaranhado dessas vielas – muitas constituídas por adarves (*ad darb* = becos sem saída) – requer alguma experiência para que o transeunte não se perca neste entrelaçado.

As praças diante das mesquitas dos bairros são mais acanhadas. Por isso, percebe-se melhor os serviços que lá estão disponíveis. Muitas vezes, uma fonte central ameniza a secura do ambiente. Junto à mesquita encontra-se a escola corânica (*madrasa*), onde a maior parte do tempo é utilizado para decorar trechos do alcorão (em árabe). Os banhos públicos evoluíram das termas romanas, e a continuidade de seu uso encontrou apoio nas prescrições corânicas. É nas praças que os viajantes encontram um albergue à sua estada e em algum recanto há uma padaria. É aí que se encontra o forno público onde, por alguns tostões, são assados os pães que as mulheres preparam em suas casas e encarregaram suas filhas menores de levá-los até o assador. Essa é uma das poucas atividades que as meninas podem realizar fora de casa e que lhes passa a ser proibida quando chegam à puberdade.

A literatura técnica ocidental, muitas vezes, refere-se a este traçado como sendo um “labirinto”, e que teria sido realizado sem qualquer tipo de planejamento. Este julgamento não tem fundamentos. Como todas as casas têm água corrente, o primeiro fator a ser

considerado à implantação de uma cidade é a existência de um manancial de água para o abastecimento por via de uma rede domiciliar. Disso, decorre a necessidade da implantação de uma rede de esgoto cloacal com óbvio planejamento da destinação dos efluentes. A localização destas cidades precisava atentar ao fluxo dos ventos dominantes e preservá-la dos oriundos do deserto. Por isso, eram implantadas atrás das elevações que direcionam as aragens por sobre as massas construídas. Pela mesma razão, as ruas não eram lineares. Quanto mais irregulares, tanto mais obstáculos oferecem ao fluxo dos ventos, e tanto mais são conservados os ares amenos. Pelo contrário, à noite, quando a temperatura do deserto cai violentamente, o ar frio, por ser mais pesado que o ar aquecido durante o dia, penetra nas ruas e casas que eram construídas de modo a favorecer esta troca. O resultado positivo deste desenho foi o acúmulo de milênios de experiências que não foram bem entendidas pelos urbanistas coloniais que, com seus preceitos adequados aos países de origem, têm marcado sucessivos fracassos com seus planos de melhoramentos das cidades nas colônias antes de se tornarem independentes. A figura 49 mostra um trecho da cidade de Marrakech, na qual estão destacados mesquitas e palácios. Assim como na arquitetura, há uma rígida hierarquia volumétrica das massas construídas, com o primado das mesquitas com seus respectivos minaretes, as vias públicas também se orientam em vias principais das quais derivam vias secundárias que dão acesso a becos e adarves.



Figura 49: Parte de Marrakech, cidade fundada por volta do ano mil da era cristã.

Como hoje as técnicas de construção com barro caíram em desuso pelo fato de não se adaptar bem ao clima brasileiro, as mesmas têm sido encaradas com reservas. No entanto, as cidades imperiais marroquinas foram construídas na época da grande expansão do islamismo, ou seja, há mais de mil anos. O grande conservadorismo que se constitui numa das características do islamismo fez com que as mesmas se conservassem muito próximas de seu projeto original. Isso demonstra que estas construções de taipa são muito adequadas àquele meio ambiente, além de serem muito econômicas, altamente resistentes e de fácil reparo.

Em se tratando do urbanismo da África Branca e de Marrocos, em particular, é necessário fazer uma referência às cidades fortificadas, denominadas de *casbah*. Esse nome

pode ser traduzido como “cidadela”. Trata-se de uma fortificação, com grossos muros circundantes, normalmente sem aberturas, além de um grande portão de entrada. Ela também tem algumas variantes. As do sul são famosas, as cidades formadas por poucos castelos (por vezes, de um único), de cinco ou mais pisos de altura, na formatação de casas-poço. Com referência à Península Ibérica, no entanto, a importância se centra em pequenas cidades localizadas no norte do país. Essas são defendidas por espessas muralhas de taipa de pilão (figura 50), em geral localizadas em lugares elevados para favorecer a defesa, em encostas ou na estrada de portos. Como a construção das muralhas foi muito onerosa para seus habitantes, foi tirado o máximo de proveito do espaço interno. Ruelas estreitas com altos muros em ambos os lados, muito bem adaptados à topografia acidentada, cortam as massas construídas com seu traçado irregular (figura 51). Aí as moradias se abrem ao espaço público com pequenas janelas pintadas de cores escuras que formam forte contraste com as paredes impecavelmente brancas devido a caiações renovadas constantemente. Para animar a paisagem urbana, alguns vasos de flores ou algumas trepadeiras fazem o contraponto com o vermelho das telhas de cerâmica. Hoje o acesso às moradias apresenta dificuldades para veículos automotores, porque grande parte das vias são formadas por escadarias conforme verificamos em visita in loco.

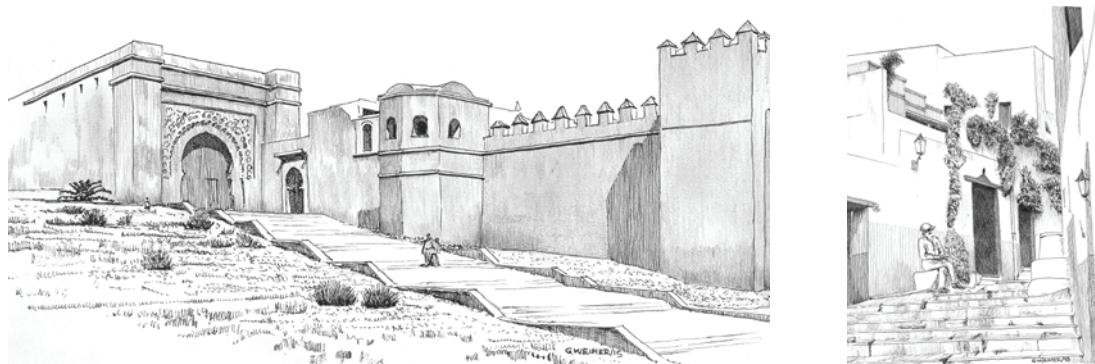


Figura 50: Entrada da casbah Oudaya, em Rabat, Marrocos.

Figura 51: Vista interna da casbah Oudaya.

As invasões islâmicas na Península Ibérica

A soberania dos godos encontrou seu ocaso em 711 a.D., quando a Península foi invadida pelos berberes sob o comando de Tarik. Com uma tropa de cerca de sete mil homens, atravessou o *Maṭīq Jabal Tāriq* (Gibraltar) onde encontrou a região desguarnecida, uma vez que o rei visigodo Rodrigo se encontrava em luta para debelar uma insurreição dos bascos. Quase sem resistências, as tropas berberes, em pouco tempo, chegaram às praias do Biscaya. Convencidos de que esta guerra era santa e encorajadas com as vitórias obtidas, as tropas islâmicas chegaram a invadir a França onde as forças gaulesas enfrentaram o inimigo numa batalha decisiva em Poitiers (centro da França), em 732. Num golpe de astúcia, Carlos Martel, rei dos francos, esperou o desenrolar dos combates e, quando as tropas de ambos os lados

já estavam exaustas, entrou na luta como vencedor, submeteu os gauleses e virou o grande herói que libertou a Europa cristã “do jugo dos infiéis”. Com a derrota, os islamitas foram empurrados de volta para além dos Pireneus, que não mais haveriam de ultrapassar.

O êxito com que foi realizada a campanha da conquista da Península foi tão surpreendente que alguns autores chegam a qualificá-la como um “passeio”. Aqui trata-se, obviamente, de um exagero, mas é intrigante a facilidade com que os cristãos foram subjugados pelos muçulmanos. Lutas dinásticas internas acompanhadas de dupla tributação (real e eclesiástica), dentre outras, enfraqueceram as resistências cristãs diante de um poder inovador, culto e, em certa medida, mais tolerante encabeçado pelos omíadas que seguiram as tropas vencedoras e estabeleceram com um emirado no sul da Espanha, posteriormente convertido em califado independente de Damasco. Novos métodos na produção agrícola⁵¹ com irrigação intensiva acompanhados de uma organização estatal mais sólida contribuíram para a aceitação dos novos governantes. Numericamente, o estamento árabe era muito pequeno diante da grande massa de berbere que formavam as forças invasoras, mas vinha ungido com a autoridade advinda do fato de ser de descendência direta do Profeta.

Apesar de que, segundo a doutrina corânica, todos os crentes eram iguais, na prática isto não acontecia. Os árabes conseguiram ser a aristocracia do Islão, tanto no norte da África, a terra de origem dos berberes, como na Península. Tratavam os berberes com grande dureza e desprezo, havendo-os confinado nas regiões do noroeste, na Meseta, na Extremadura e Portugal, por serem as terras mais áridas e o clima mais duro que no levante e no sul, com seus terrenos férteis e clima mais benigno.

Também existiam distinções entre os árabes: duas tribos levaram consigo os ódios trazidos de sua Arábia natal: os quraisís, ou árabes do norte, aos quais pertenciam os Omíadas e o próprio profeta Maomé e os jemenís, os árabes do sul. Os últimos, também conhecidos como kalbís, tiveram maior preponderância na Península.⁵²

Insurreições localizadas puderam ser debeladas e, em pouco tempo, foi estabelecida uma fronteira bastante instável entre as terras dos cristãos ao longo do Golfo de Biscaia sob a condição do pagamento de tributos às autoridades islâmicas. O resto da Península ficou sob o domínio dos conquistadores, que passaram a denominar suas terras de Al Andalus, uma alusão aos vândalos que haviam deixado infaustas lembranças em sua passagem pelo Magrebe.

Antigas divergências étnicas somadas ao sucesso da administração do emirado levaram a que a elite omíada rompesse com a administração central de Damasco – que também estava sendo atingida por sérias perturbações internas –, e proclamassem a independência com a criação do Califado de Córdoba, em 912.

Para o entendimento da evolução da arquitetura e do urbanismo, é necessário entender a forma de administração governamental. O território foi dividido em distritos (*kuwar*), dos quais o *Al Garb* (O Ocidente) correspondia aproximadamente à Lusitânia dos romanos e futuro Portugal, limitava-se a norte com as terras dos cristãos, e a divisa a leste era o *wadi Ana* (“Rio Ana”, hoje Guadiana). Cada distrito era subdividido em circunscrições

51 Dentre outras, os muçulmanos introduziram as culturas do trigo mourisco, do arroz, da cana de açúcar, do limão, da laranja, da alfarruba, da figueira, da romãzeira e da amendoeira.

52 BRUN, Jesus. *Cristianos y musulmanes em Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilha y León, 1998, p. 49.

denominadas de *kura*. Suas sedes estavam localizadas em *Al Kasr Abi Danis* (Alcasar do Sal), *Al Uzbuna* (a antiga Ossobona dos romanos e hoje, Lisboa), *Baja* (Beja), *Saturb* (Santarém), *Silb* (Silves), *Martula* (Mértola) e *Yabura* (Évora).⁵³ Mesmo que não se constituísse em circunscrição, não deve ser esquecida a cidade de *Kulumriyya* (Coimbra), que desempenhou um importante papel comercial entre o norte cristão e o sul muçulmano.

Ao passar do tempo, o Califado sofreu diversas convulsões internas e começou a desmoronar com menos de um século de existência. Com o poder central enfraquecido, a administração foi se pulverizando em pequenos reinos locais. Com isso, as *kura's* foram se transformando em meras representações do governo central, embora o poder efetivo passasse paulatinamente a ser exercido pelas *taifa's*, um sucedâneo dos feudos medievais cristãos. Aqui é importante voltar a assinalar que a administração dos califas foi se reduzindo ao sul da Espanha enquanto o resto do território islâmizado passou a ser gerido pelos berberes. A consequência imediata deste fato é que os parâmetros da arquitetura “árabe” se tornaram hegemônicos no sul da Espanha, enquanto no resto do território, do qual fazia parte Portugal, impuseram-se os modelos berberes, ou seja, isso significa que as construções mais representativas da cultura islâmica como mesquitas, minaretes e palácios, encontram-se na Andaluzia. Na arquitetura residencial, casas senhoriais espanholas derivam diretamente das casas-poço magrebinas, uma solução que dificilmente pode ser encontrada em Portugal⁵⁴ e menos ainda no Brasil. Nestes dois países, esse partido quase se restringiu aos claustros dos mosteiros, já nos países hispano-americanos o mesmo pode ser considerado como típico das casas senhoriais do período colonial.

Antes de prosseguir na análise da arquitetura, é necessário examinar a convivência, lado a lado, de duas culturas de base religiosa divergente. É sabido que uma parte dos cristãos estabelecida em território dominado pelo islã aderiu por convicção ou por interesse ao islamismo, sendo conhecidos como muladis (do árabe *muwalladin*). Outra, que se tornara conhecida como moçárabes (*must'arib* ou “que se tornará árabe”) optou por conservar sua religião, um direito que foi concedido mediante um pagamento de certos tributos como também aconteceu com os judeus.

Bem mais complexo é o entendimento da convivência dos estados cristãos com o muçulmano. A maioria dos historiadores portugueses insiste na existência de uma oposição maniqueísta entre cristãos e muçulmanos, que veio a sustentar a tese da existência de constantes guerras de reconquista que teriam tido como marcos principais a retomada de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147, e a derrota definitiva dos “infiéis” por D. Afonso III, com a conquista de Faro, em 1248, data comemorada com o fim definitivo da presença moura em terras portuguesas⁵⁵. A simples qualificação dos muçulmanos como “infiéis”, “hereges” ou “apostadas”⁵⁶ bem demonstra o preconceito que circulava

53 ARAÚJO, Luiz Manuel. Os muçulmanos no ocidente peninsular. In: SARAIVA, José Hermano. História de Portugal. Lisboa: Alfa, 1989, v. 1, p. 259-260.

54 Aparentemente, a maioria das casas “árabes” de Portugal foram produzidas durante a fase das revivências neomouriscas.

55 Estas datas têm mais a ver com concepções ideológicas do que com verdades factuais. Ao que parece, o último território a ser conquistado ao islã foi a vila de Moura, que caiu em mãos cristãs somente em 1295.

56 Este qualificativo advém do fato de que, no fim do Império Romano, o norte da África, desde o Egito até a Berberia (Marrocos), havia aderido ao cristianismo que foi sufocado pela “guerra santa” (jihad) dos muçulmanos.

entre cristãos acerca dos maometanos. No sentido oposto, as concepções também não eram mais benevolentes⁵⁷. Segundo alguns autores⁵⁸, o temor entre as partes teria sido tamanho que as terras limítrofes estariam praticamente desabitadas por abandono. No plano sociológico, argumenta-se que os homens cristãos estavam proibidos de casar com mulheres islâmicas e que, tanto cristãos como judeus, eram obrigados a morar segregados, em bairros próprios, fora das muralhas das cidades. Esses e outros argumentos têm sido invocados para sustentar a tese de que as diversas classes de cidadãos permaneceram confinadas em comunidades etnicamente isoladas.

No entanto, estas teses são de difícil sustentação. Desde o começo da dominação, interesses dinásticos dominaram este suposto isolamento. Assim, Artobás e seus filhos se mantiveram na condição de cristãos, mas tiveram de entregar bom quinhão de suas terras aos conquistadores e sua sobrinha Sara, a Goda, foi parar no harém do emir, não sendo esse um caso isolado. Segundo Palência:

Reis cristãos como Pedro I de Aragão escrevia em árabe. Cristãos e mouros se visitavam frequentemente, se ajudavam nas guerras civis, comerciavam entre si e se enlaçavam por meio de matrimônios, não só nas classes baixas como também nas aristocráticas. Muza casou uma de suas filhas com o conde Garcia; Mohamed Atawil, rei mouro de Huesca contratou matrimônio com Dona Sancha, filha do rei aragonês Aznar Galindo; uma neta de Inhigo Arista, chamada Dona Oneca, casou o príncipe cordobês Abdala, sendo ambos avós de Abderrahmen III; e o mesmo Almanzor... casou-se com uma princesa, provavelmente a filha de Sancho II de Navarra tendo-se também atribuído outro casamento com Teresa, filha de Bermudo II... Não faltou rei cristão que não tivesse por esposa alguma muçulmana como Afonso VI, casado com Zaida, parente próxima do rei de Sevilha. Os matrimônios mistos deviam ser muito numerosos tendo em vista que os árabes vieram para a Espanha como corpos de exército e não como tribos. Por estas razões, as conveniências particulares se sobreponham inclusive aos sentimentos religiosos que não formavam uma barreira intransponível.⁵⁹

Se na alta aristocracia os casamentos mistos eram frequentes, deve estar fora de dúvida que entre as classes populares a mestiçagem foi ainda mais constante, especialmente entre cristãos e berberes, como deixa transparecer a citação de Palencia. Borges Coelho fornece maiores indícios a respeito destes processos de fusão cultural e familiar:

A princípio, as conversões seriam em pequena escala, mas à medida que alguns abraçaram o Islão aumentava a probabilidade de que outros o fizessem. Nos fins do século IX, as conversões andariam por cerca de $\frac{1}{4}$ da população hispano-romana. Em 912 ainda a população cristã seria majoritária, mas os hispanos já islamizados, sem contar os árabes e berberes, andariam por 2.8 milhões. A partir do século X, inicia-se um período explosivo que leva à conversão da maioria dos hispanos. Por volta do ano

57 O filósofo Ibn Hazn (994-1064) deixou o seguinte conceito a respeito dos cristãos: "Os cristãos são tantos que só Deus pode contar e eles podem gabar-se de ter príncipes sábios e filósofos ilustres. Todavia creem que um é três e três é um, que um é o Pai e outro o Filho e o terceiro, o Espírito; que o Pai é o Filho e não é o Filho. Que o homem é Deus e não Deus. Que o Messias existiu em toda a eternidade e, todavia, foi criado". Apud ARAUJO, Luiz Manuel, *op. cit.* p. 255.

58 ARAÚJO, Luiz Manuel, *op. cit.* p. 272-274; CRUZ, António. Do início da Reconquista à fundação do Condado Portugalense. In: SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1989, v. 1, p. 307.

59 PALENCIA, Angel González. *História de la España musulmana*. Barcelona: Labor, 1945, p. 191-193. Tradução do autor.

1100, 80% da população do Andaluz seria islâmica, cabendo outros 20% às minorias cristã e judaica.⁶⁰

Se a constituição mista da família ibero-islâmica tem sido tratada como um assunto delicado e, dentro do possível, a ser evitado, o mesmo apresenta um viés ainda mais melindroso, mas que é de fundamental importância para o entendimento da sociedade colonial brasileira: sua estrutura poligâmica. Em geral, parte-se do princípio de que o matrimônio cristão era monogâmico em oposição à poligamia entre os muçulmanos. Esta impostação se esquece de que somente por volta do ano mil d.C., por ocasião da cisão entre católicos e ortodoxos, a questão da monogamia passou a ser discutida entre os cristãos e só, aos poucos, passou a ser aceita por consenso. A história, no entanto, prova que esta norma passou a valer apenas para as classes mais baixas; para a nobreza e, especialmente, para a realeza, o concubinato continuou a ser mantido como uma constante.

Levando em conta que a institucionalização da monogamia se constituía numa novidade até para os cristãos aos tempos da constituição do Califado andaluz, os contatos que afetavam diretamente a constituição familiar ficam evidentes pela mestiçagem que foi sumamente facilitada. Segundo as leis do Profeta, cada muçulmano podia casar com quatro mulheres sem contar com as concubinas, cujo número era limitado às que o marido seria capaz de sustentar. Se os fatos históricos demonstram que a proibição de casamentos entre cristãos e muçulmanos virou letra morta, com a conversão em massa dos cristãos ao islamismo a partir do esfacelamento do poder dos califas, fica evidente que somente nas esferas mais ortodoxas das minorias cristãs e judaicas os matrimônios mistos eram encarados com reservas.

Até pouco tempo atrás, a baixa Idade Média europeia era taxada de “época das trevas”. Hoje esse conceito está totalmente superado, mas ele exprimia o fato incontestável do real atraso cultural da Europa cristã decorrente do colapso do Império Romano e seu posterior esfacelamento. O que se tem evitado trazer à luz dos conhecimentos é que o período corresponde a um exuberante desenvolvimento da cultura islâmica quando comparado à cristã. Esta omissão certamente tem a ver com o aniquilamento do cristianismo em toda a África Branca por obra da expansão do islamismo, com exceção honrosa da facção copta no Egito e a conversão de substanciais contingentes populacionais tanto no sudeste como no sudoeste da Europa. Efetivamente, o mundo culto ocidental na baixa Idade Média falava árabe. O brilhantismo da civilização islâmica exercida nos palácios de Córdoba, de Sevilha e de Granada fez com que muitos príncipes cristãos fossem mandados para serem educados nestes centros. A esse respeito, Palencia cita uma autoridade cristã da época dos califas que se queixava nos seguintes termos:

Muitos de meus correligionários leem poesias e contos dos árabes e estudam os escritos dos teólogos e filósofos maometanos, não para refutá-los, mas para aprender como haverão de se expressar na língua árabe com mais elegância e correção. Ah! Todos os jovens cristãos que se fazem notáveis por seu talento só sabem a língua e a literatura dos árabes, leem e estudam zelosamente livros árabes à custa de enormes somas,

60 COELHO, António Borges. *Para a História da Civilização e das Idéias no Gharb Al-Ândalus*. s.l. Instituto Camões, 1999, p. 18-19.

formam com eles grandes bibliotecas e proclaimam por toda a parte o quão digna de admiração é esta literatura.⁶¹

Borges Coelho mostra quão profícua foi a colaboração entre intelectuais cristãos e muçulmanos. Até mesmo que os textos dos filósofos da antiguidade grega e romana chegaram ao conhecimento dos cristãos através das traduções para o árabe. Surpreendente, é o fato de que a universidade moderna foi concebida pela elite pensante muçulmana: como os textos dos filósofos gregos – apesar de seu reconhecido valor – não coincidiam com os princípios do Alcorão, foram convocados os sábios mais notáveis dos diversos credos para discutir ou explicar tais contradições. Do prosseguimento destes debates derivaram as investigações nas mais diferentes áreas do conhecimento, que foram desenvolvidos nas escolas corânicas, sendo tão avançados à sua época que os livros-textos das primeiras universidades dos países cristãos eram traduções do árabe para o latim.

É dentro deste contexto que devem ser entendidas as assim chamadas “guerras de reconquista”. Com o esfacelamento do poder dos califas⁶², os feudos cristãos deixaram de pagar os tributos que deles haviam sido exigidos. Isso coincidiu com o movimento da armação de cavaleiros cristãos que deveriam reconquistar a “terra santa” por via das cruzadas, que nada mais eram do que uma versão cristã da *jihad* (guerra santa) islâmica. Por influência dessa ideologia, as taifas localizadas ao sul dos Pireneus foram se tornando cristãs, formando um cinturão que se estendia desde o Atlântico (Galiza) até o Mediterrâneo (Catalunha). Com a decadência administrativa do califado Andaluz e a consequente passagem do poder às diversas facções tribais em que os berberes estavam divididos, ressurgiram antigas rivalidades que estavam adormecidas até então. As tensões internas favoreceram os cristãos que, aos poucos, passaram a ampliar os seus domínios.

No período medieval, guerras eram constantes – até mesmo como uma necessidade social: meios de produção de alimentos estavam estacionados enquanto o crescimento populacional ultrapassava a possibilidade de suprir as necessidades de alimentação. Esse descompasso levava a sucessivas ondas de fome que punham em perigo as autoridades constituídas. Por isso, guerras se constituíam num eficiente método de controle quantitativo da população. Era um problema que afligia tanto muçulmanos quanto cristãos. Como já havia se estabelecido uma relação amigável entre os diversos poderes locais, era comum que cristão se aliasse a muçulmanos para lutar contra alianças semelhantes, da mesma forma como estas alianças poderiam ocorrer entre cristão contra mouros. Logo, não havia uma determinação clara no sentido de uma guerra continuada de cristão contra muçulmanos. O que aconteceu, ao fim e ao cabo, foi que os reinos cristãos iam se fortalecendo à medida que os muçulmanos se enfraqueciam. Isso fez com que, sucessivamente, os guerreiros (nobres) cristãos conquistassem terras à custa da retração dos maometanos.

61 Citado em PALENCIA, Angel González. *História de la España musulmana*. Barcelona: Labor, 1945, p. 194. Tradução do autor.

62 Aqui não se trata apenas da rebeldia do Califado Andaluz, mas o poder central em Damasco passou por iguais problemas da mesma forma, como foi por esta época que ocorreu o cisma do mundo cristão acompanhado da paulatina introdução da monogamia em seu território.

Arquitetura berbere em Portugal

Um dos temas mais intrigantes da expansão do islamismo, a par de ter conseguido, em um único século, conquistar um território que se estendia desde o Atlântico até a China, é o fato de ter alcançado tão grande desenvolvimento intelectual a partir de um estágio cultural muito baixo. Assinale-se que os administradores romanos do período clássico se importaram tão pouco com aquelas tribos nômades habitantes do deserto, que mal deixaram referências a elas. Uma explicação consensual deste problema foi que os discípulos do Profeta tiveram a suficiente perspicácia de respeitar as culturas dos países conquistados e tirar partido delas. Isso também vale para a arquitetura dos godos. Se a técnica preferencial dos germanos era o enxaimel (figura 30), os muçulmanos a adaptaram em suas construções⁶³. A forma mais visível de seu emprego é nos balcões de madeira, nos quais os barrotes dos entrepisos se projetam por sobre a fachada como pode ser visto nas figuras 52 e 53. Na literatura técnica, esta solução, geralmente, tem sido apresentada como uma típica influência muçulmana pelo fato de que o fechamento dos tramos ter sido feito em rótulas de reixas, solução característica da arquitetura islâmica. Mas a existência de balcões externos não é somente estranha àquela arquitetura, como até mesmo avessa à sua concepção básica de ser totalmente introvertida.



Figura 52: Casas com balcões em Bande, Galiza.

Figura 53: Casa dos Crivos, em Braga.

Com o passar do tempo, balcões que abrangiam vários andares foram se tornando mais raros. Balcões contínuos, num só piso (figura 54), podem ainda hoje ser encontrados

⁶³ Os enxaiméis eram mais comuns na Galiza que em Portugal. Ao contrário dos países germânicos, nos quais era tirado partido plástico destas estruturas, deixando-os expostas e marcadas através de pinturas com cores contrastantes com as da alvenaria, na Península, comumente, era pregado um ripado sobre a estrutura de madeira e este servia de sustentação de um revestimento de argamassa, normalmente, caiada. Por esta razão, sua aparência externa se assemelhava com a de alvenaria, e com ela pode ser confundida.

em alguns lugares em Portugal. Na Espanha, balcões ocupando um trecho de uma fachada são bem mais comuns (figura 55), e se tornaram muito frequentes na arquitetura colonial das casas senhoriais nos países hispano-americanos.



Figura 54: Casas com balcões elevados em Chaves, Portugal.

Figura 55: Casas com balcões elevados em Potes, Cantábria, Espanha.

Por certo, as maiores contribuições trazidas pelos islâmicos foram nas técnicas construtivas. Por vezes mal entendidas, as construções em taipa têm sido qualificadas como um retrocesso em relação às empregadas pelos romanos e godos no que se refere às paredes. Em relação ao que viria a acontecer no Brasil, é importante assinalar que aqui se trata exclusivamente da taipa de pilão (ou apisoada, como o querem os portugueses). As técnicas de sua construção variavam de acordo com a finalidade da obra. A mais sofisticada era a das fortalezas e das construções monumentais, nas quais a terra recebia variados tipos de materiais inertes e muita cal. Nessas, paredes podiam chegar a espessuras de dois metros. Não se tratava de uma involução, pois os muçulmanos conheciam muito bem as vantagens das construções de pedra. Tanto é verdade que chegaram a revestir as muralhas com placas de pedra de grande porte, na técnica denominada de silharia.

No que se refere ao Brasil, a versão mais importante é a empregada na arquitetura civil. Ela era feita virtualmente só com terra levemente umedecida e compactada, a qual era jogada dentro do taipal constituído de duas cofragens de madeira amarradas entre si dentro das quais a terra era apilada até formar uma massa compacta⁶⁴. Cada unidade de compactação tinha aproximadamente 50 (\pm 10) cm de espessura por outro tanto de altura, e um comprimento que pouco variava – em torno de 2 metros. A ligação entre cada unidade era desencontrada com as inferiores para dar maior estabilidade, e as juntas horizontais eram feitas com a introdução de pedras para garantir melhor adesão com as inferiores. De acordo com algumas fontes, os taipais eram removidos depois de seca a obra⁶⁵, mas outros afirmam que, após a conclusão de uma unidade, eles eram desmontados imediatamente e reutilizados na seguinte. As aberturas eram escavadas depois da obra concluída, quando não as mesmas não recebiam garnições de pedra.

64 Normalmente, eram quatro as pessoas envolvidas no processo: uma cavoucava a terra com a enxada, a umedecia e a compactava com os pés; a segunda a colhia num cesto e a levava para jogar entre os taipais e duas a apiloavam.

65 TORRES e MACIAS, opus cit. p. 39.

Dependendo das finalidades da obra, ela podia ser deixada em sua forma bruta, podia receber um acabamento com barro nas juntas e nas aberturas deixadas pelas peças de ligações dos taipais ou podia ser rebocada. Rebocada ou não, quase sempre as paredes eram caiadas interna e externamente. Esses procedimentos faziam com que estas habitações se apresentassem como uma cópia idêntica às da costa mediterrânea de Marrocos.

As divisões internas eram geralmente feitas de adobe (tijolo apenas seco ao sol).

No Magrebe, estas paredes (ou muralhas) eram apoiadas diretamente no solo, mas na Península – certamente por haver maiores precipitações de chuva –, como regra quase geral, eram construídas sobre uma fundação de pedra para evitar a penetração da umidade por capilaridade.

Para evitar mal entendidos, convém assinalar que construções de taipa apresentavam uma série de vantagens sobre as construções em pedra e tijolos: a) facilidade na obtenção do material de construção, virtualmente sempre existente no canteiro da obra; b) rapidez na execução; c) baixo custo; d) comprovada eficácia em sua utilização; e e) facilidade de conserto em caso de uma avaria. Como comprovação de sua durabilidade, pode-se citar a existência de muralhas expostas ao tempo com mais de um milênio de existência nas cidades imperiais do Magrebe.

Sua vulnerabilidade está na umidade que compromete sua dureza. Por isso, ela é indicada para ser empregada em climas secos. Em climas úmidos, portanto, é necessário tomar precauções contra a chuva e a absorção da água por capilaridade. As constantes pinturas de cal nas construções em Portugal e nas costas do Magrebe decorrem da necessidade de proteção contra a chuva.

A julgar pelo próprio nome, o adobe (*al tob*) foi outra inovação trazida pelos muçulmanos. Conhecido desde a mais remota antiguidade, teve um emprego relativamente restrito em Portugal. No sentido territorial, ele pode ser encontrado no lado oriental do Tejo, na Extremadura, no Alentejo e no Algarve. O fato de ser preferencialmente empregado na construção de paredes internas, explica a limitação de seu uso.

As abóbadas de berço também eram conhecidas desde remota antiguidade, e os romanos a empregaram amiúde (figura 57). Eles também as empregavam fazendo o cruzamento ortogonal de duas delas (figura 58). Estas variantes também eram conhecidas no Magrebe. Para sua construção, utilizavam um cimbramento de madeira que servia de fórmula para sua construção. No norte da África, no entanto, foi desenvolvida uma técnica peculiar na construção destas estruturas⁶⁶ que consistia em prescindir do cimbramento, provavelmente, originada na escassez da madeira na região. Para iniciar a sua construção, era necessário levantar as paredes das extremidades nas quais era marcada a projeção do “berço”. A seguir, iniciava-se a construção da abóbada pela base, colocando tijolos em posição inclinada, de modo que as sucessivas camadas se apoiassem nas anteriores e os tijolos “colassem” nos de baixo, conforme mostra a figura 56. Dessa forma, era construída uma abóbada de berço (figura 57).

66 Elas foram reabilitadas e minuciosamente descritas pelo arquiteto egípcio Hassan Fathy. FATHY, Hassan. *Construindo com o povo*. São Paulo/Rio de Janeiro: EdUSP/Salamandra, 1980. Sobre seu emprego em Portugal há diversas referências na *Arquitectura Popular em Portugal* já referida.

Essa técnica requeria o levantamento das paredes nas extremidades da abóbada, e as cargas se centravam nos encontros das paredes. Uma técnica mais sofisticada consistia na construção do cruzamento de duas abóbadas de berço (figura 58). Isso também podia acontecer no sentido inverso, de modo que os setores das mesmas se apoiassem ao longo das paredes, conforme é mostrado na figura 59. Esta forma era chamada de “abóbada de engra⁶⁷”.

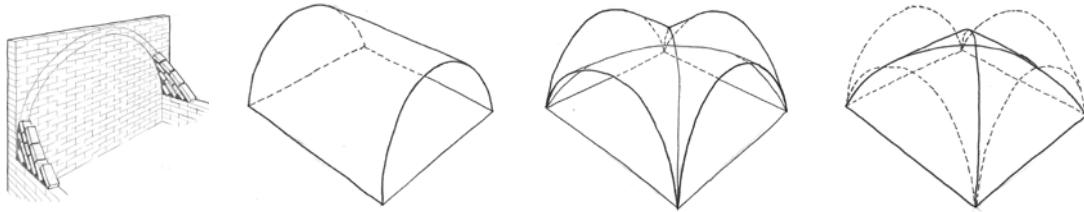


Figura 56: construção de uma abóbada sem cimbramento.

Figura 57: Esquema de uma abóbada de berço (à esquerda).

Figura 58: Esquema de um corte de duas abóbadas de berço (centro).

Figura 59: Esquema de uma abóbada de engra (direita).

Na construção de entrepisos com uma flecha em torno de 1% do vão realizada, exclusivamente, com tijolos e argamassa de cal e areia no traço de 1:1, chegamos a construções planas virtualmente horizontais, o que remete diretamente às açoteias algarvias às quais se tem acesso por escadas externas. Essas, no entanto, não se constituem em características de toda a região como, muitas vezes, vem sendo apregoado, posto que se limitam à área restrita a Olhão e circunvizinhanças (figura 60). O que está fora de dúvida é o fato de apresentar muitas semelhanças com construções de povoados marroquinos e espanhóis das costas mediterrâneas. Alguns argumentam que tais similitudes decorrem de características climáticas. Elas só se adaptam a regiões secas, já que não são muito seguras contra a infiltração da água.

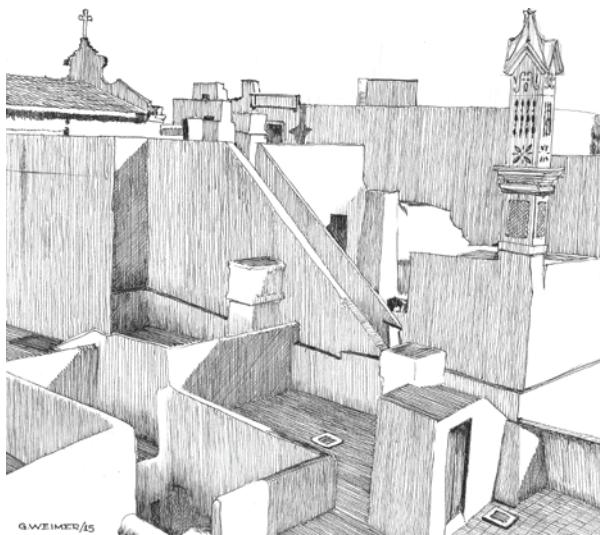


Figura 60: Açoteias de Olhão. Algarve, com chaminés.

67 “Engra” é um termo – ao que nos consta – somente empregado em Portugal, e significa o canto formado pelo encontro de duas paredes.

O domínio desta técnica requeria experiência e maestria. No entanto, sua prática construtiva se tornava cada vez mais respeitável à proporção que a flecha das abóbadas ia se tornando menor, quando então passavam a ser qualificadas como “abobadilhas⁶⁸”. A história desta evolução, ao que tudo indica, ainda está por ser realizada. A verdade é que, em meados do século passado, ainda havia mestres de obra que conseguiam cobrir vãos de 5 a 7 metros com flechas que não ultrapassavam 7 centímetros! Naquele tempo, os autores da Arquitetura Popular em Portugal já lamentavam que este conhecimento estava sendo perdido em consequência do emprego cada vez maior do concreto armado. Embora seu emprego fosse limitado ao território português, chegaram a ser empregadas no Brasil, onde vem progressivamente desaparecendo devido às limitações financeiras impostas ao IPHAN e aos Institutos de preservação estaduais e municipais, ou por ignorância de seu valor histórico.

Uma questão bem mais complexa é o extensivo emprego da caiação: será que teria sido levada a Portugal ou à Península pelos mouros ou seu uso já era anterior à chegada dos mesmos. O que é certo é que havia, em vastas áreas marginais ao Mar Mediterrâneo, abundâncias de pedras calcárias, o que significa que seria de esperar que sua queima e seu emprego, como o cal virgem, fosse muito antiga.

A questão do emprego destes materiais suscita uma questão teórica muito importante: a da interação entre matéria e cultura. Não há dúvida de que, sem a presença de pedras calcárias, não haveria possibilidade para as condições de produção de cal à época. Porém, a simples existência do calcário não explicaria o emprego da cal, posto que ela poderia ser utilizada em sua forma primitiva, como pedra, da mesma forma com poderia ser o granito, o xisto ou outras variantes de pedras existentes na região. Durante o domínio de Roma, era amplamente empregado o cimento de pozolana, cujo emprego, aparentemente, caiu em esquecimento depois das invasões germânicas. O mesmo acontecia com o tijolo ou com as telhas cerâmicas, cujas qualidades são tão excepcionais que continuam a ser empregados até hoje.

A questão é saber por que o uso do tijolo foi virtualmente rejeitado a partir da época da chegada dos muçulmanos, se havia condições excepcionais de terras próprias para a fabricação deste material? Do mesmo modo, por que foi virtualmente abandonada a construção de alvenaria de pedra quando havia este material em seus mais variados tipos e formas, cuja técnica de construção havia se desenvolvido desde tempos imemoriais e continuava a ser empregado no norte da Península, entre os cristãos? Por que razões os berberes continuaram a privilegiar a construção da taipa de pilão diante de tantas opções diferentes que estavam à disposição?

A resposta provável é que eles não só conheciam tais técnicas antes de terem chegado e, mais do que isso, estavam acostumados a empregá-las. Como eles se constituíam no grupo mais poderoso, essa condição fez com que os dominados também adotassem esses procedimentos. No entanto, não era uma via de mão única: a divulgação destes conhecimentos se tornou mais efetiva à medida que, da parte dos dominados, havia procedimentos assemelhados. Quando havia discordâncias muito opostas, pela força ou pelo consenso, era procurado um modo de convivência ou de ajustes.

68 Não nos foi possível encontrar dados objetivos para saber se a construção das abobadilhas foi trazida desde o Magrebe ou se foi uma invenção dos mestres portugueses.

O urbanismo muçulmano em Portugal

Depois da conquista islâmica, houve um ajuste entre as culturas berbere e dos godos que pode ser percebido no traçado das vilas e cidades. Como foi visto, os germanos davam preferência a um traçado irregular das ruas, porém adaptados à topografia para evitar que os ventos (frios) fossem canalizados através das vias públicas. Ora, pela mesma razão, este também era o modelo utilizado pelos povos do norte da África, mas com uma diferença básica: em vez de evitar os males causados pelos ventos frios, procuravam obstaculizar a passagem dos ares secos e quentes provenientes do deserto⁶⁹. Por essa razão, os modelos urbanos germânicos foram absorvidos pelos berberes.

Contudo, por serem de culturas diversas, algumas diferenças podem ser vistas nos dois modelos urbanos. Entre os germanos, cada casa tinha as quatro fachadas livres, e os adarves (becos sem saída) eram raros, ao contrário do que acontecia com os berberes. Por outro lado, os germanos procuravam traçar as ruas em rampas mais ou menos contínuas, no sentido de evitar ladeiras íngremes. Esse não era o modelo seguido pelos berberes, especialmente pelos que habitavam a costa do Mediterrâneo:

Na cidade muçulmana, foi a casa que prevaleceu, que criou a “rua”. A justaposição das casas, ao encostarem-se umas às outras, determinou o traçado das “ruas”, muito longe do conceito ortogonal nascido na Índia 2.500 a.C.⁷⁰

O modelo berbere do traçado urbano era igualmente irregular, mas, preferencialmente, as ruas principais tendiam a seguir a curva de nível enquanto as transversais, mais estreitas, apresentavam o formato de ladeiras de acentuada declividade ou de escadarias⁷¹.

As cidades germânicas se organizavam em torno de uma praça central na qual emergia, como a edificação marcadamente mais elevada, a catedral, templo único dentro das muralhas urbanas. Suas dimensões eram tão avantajadas que sua construção levava séculos para ser concluída, quando este chegou a bom termo. Muito se tem especulado sobre a função da praça central. Segundo alguns autores, ela servia de centro cívico, usado apenas excepcionalmente como mercado de abastecimento posto que, entre os cristãos, o comércio era visto como atividade perniciosa ou, pelo menos, pouco recomendável em oposição ao islã, em que os comerciantes constituíam a classe mais alta depois da nobreza.

Em nosso entender, essa é uma interpretação bastante questionável. É evidente que os burgos tinham de ser abastecidos, e o modo de fazê-lo era através do comércio de produtos agrícolas, já que os demais produtos eram comercializados pelos comerciantes “burgueses” que também se constituíam na classe mais privilegiada depois da nobreza. É bem verdade que os comerciantes cristãos não gozavam de um status tão elevado como

69 É claro que os ventos não se constituíram no único fator a condicionar este traçado. Fatores sociais, históricos e culturais também deram a sua contribuição. Como esta contribuição não se destina a esmiuçar a história da arquitetura portuguesa, e somente pincar os aspectos que vieram a se refletir no Brasil, limitamo-nos a citar apenas este fator por ser o mais evidente.

70 PINHEIRO, Nuno Santos. *O islamismo e o arco ultrapassado na Península Ibérica*. Lisboa: Hugin, 1997, p. 252.

71 Segundo nossa observação das cidades marroquinas, este expediente também servia de orientação dentro do complexo traçado urbano: seguindo o sentido das ladeiras, era seguro que estávamos nos deslocando no sentido da cidade alta (centro) para a baixa (periferia) ou vice-versa, enquanto que, seguir as ruas em nível, o deslocamento acontecia de um bairro a outro.

os islâmicos. Contudo, isso viria a seu favor, pois foram eles que, não podendo ostentar a efetiva riqueza que iam amealhando, num determinado momento, tornaram-se tão fortes a ponto de poderem se assenhorear do poder e ainda subverter totalmente os meios de produção, na assim chamada “revolução industrial”.

Formalmente, as cidades islâmicas não divergiam muito das cristãs no que tange à existência de uma praça central onde se localizava o templo mais importante da cidade (a mesquita), e na qual era exercido o comércio. Os elementos principais destas *medinas* ibero-islâmicas seguiam os preceitos das cidades do Magrebe. Juntos às muralhas era erguido um *qasr* (ou alcácer) no lugar mais defensável⁷², fechado ao exterior, o qual servia de habitação aos detentores do poder e seus servidores diretos. Alguns portões abriam para ruas que levavam à praça central (*zoco*), junto à qual estava a mesquita principal (*aljama*) com seu minarete (*alminara*), a zona comercial (*suq*), os banhos públicos (*sabil*), o albergue (*fondac*) e a escola corânica (*madrasah*). As cidades maiores eram divididas em bairros (*ar-rabad*) dentre os quais se diferenciavam os que eram destinados aos cristãos (*ad-duānā* ou *aduana*) e aos judeus (*mellaḥ*). Fora dos muros da cidade, ficava o cemitério (*maqbara*, que se transformou em *almocavar*), possivelmente, herança da cultura romana. Essas características valiam para as cidades sob a jurisdição direta dos emires e dos califas, porém se tornaram menos marcantes que nas cidades do Magrebe.

A diferença fundamental, em comparação com as cidades cristãs, decorria do tamanho. Pelo fato de serem muito mais ricas, podiam se dar ao luxo de construir uma área específica para o comércio (o *suq*) que, aliás, também existia nas mesmas condições nas cidades cristãs mais ricas. Uma condição que fez surgir uma diferença fundamental foi o fato de que os cristãos se utilizavam de um sino para chamar os crentes para o culto, enquanto entre os muçulmanos esta era uma obrigação do muezim (apregoador das preces). Como o volume de sua voz era limitado, e as cidades eram grandes, foi necessário dividi-la em bairros, cada qual com uma praça e uma mesquita, de dimensões definidas pela abrangência da voz dos muezins. Resultou que as cidades tinham um número expressivo de templos e, consequentemente, de bairros.

Tal organização deixou heranças decisivas em Portugal. Depois da recristianização, as mesquitas foram transformadas em igrejas, numerosas dentro do conceito das cidades centro-europeias, o que veio a se constituir na divisão específica das cidades ibéricas em freguesias, com um número avantajado de templos de variadas dimensões e tipos.

Embora Portugal se tornasse o primeiro país europeu a se constituir na forma de um estado unitário, tornando-se uma das maiores potências europeias, uma herança islâmica lhe foi desfavorável: ao contrário da nobreza centro-europeia, a ibérica sempre esteve bem entrosada com a elite comercial, o que fez com que amarras estamentais se tornassem volúveis, permitindo um trânsito facilitado entre as classes sociais, resultando na chegada tardia da revolução industrial a Portugal e o país, paulatinamente, perdesse a importância que gozava no auge da renascença.

A diferença mais marcante, porém, era o fato de que as cidades germânicas foram implantadas séculos antes da chegada dos berberes. Neste meio tempo, as concepções

72 Em: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *Urbanismo português*. S.l.: Horizonte, 1999, p. 34-37 e p. 44-45, tem-se um expressivo exemplo de uma destas torres na cidade de Nisa, no Alentejo.

de espaço já haviam evoluído, o que resultou em construções inicialmente baixas. Com a chegada dos mouros, as construções passaram a ser substituídas por edificações mais altas devido ao crescimento do número de habitantes e, em decorrência, do aumento das áreas ocupadas pelas cidades.

É claro que, com a hegemonia do islã, os berberes não se limitaram apenas a adaptar os modelos germânicos a sua cultura. As aldeias dos últimos eram normalmente cercadas por uma paliçada; os mouros partiam da construção de uma torre defensiva, denominada *burdj*, e só depois tratavam de construir uma muralha, preferencialmente de taipa, como defesa de seus aglomerados urbanos, ditos *qal'a*. Um conjunto urbano pouco maior recebia a nome de *hisn*, o que poderia ser traduzido como “cidade pequena fortificada”. Uma cidade maior era o *casbah*. Finalmente, *medina* era o qualificativo de cidade que se caracterizava por ser complementada por uma *alcáçova*, como era designado o forte construído para sua proteção, numa versão islâmica do *castrum* romano, que garantia a segurança da *urbs* (ou de seus arrecadadores de impostos).

Enquanto as cidades godas tiveram um desenvolvimento limitado, as cidades ibero-muçulmanas se caracterizaram por um crescimento extraordinário. Segundo um levantamento de Rosenberg⁷³ sobre o tamanho das cidades ao longo da história, no ano mil da era cristã, Córdoba se tornou a maior cidade do mundo com 450 mil habitantes, enquanto Bagdá, que à época era a sede do Califado Abássida, contava apenas 125 mil moradores.

No entanto, Portugal estava sob a administração berbere, onde as cidades se constituíam em centros de governo de taifas que correspondiam aos feudos cristãos. Portanto, suas dimensões, seu significado e sua importância eram bem menores que as das cidades Andaluzas (figuras 61 e 62).



Figura 61: Planta da área central (Medina) da cidade de Córdoba aos tempos califais.



Figura 62: Planta da cidade de Évora com a localização presumível da muralha berbere.

⁷³ ROSENBERG, Matt T.. As maiores cidades da história. In: Viver Cidades. Rio de Janeiro: (22):1-3, fev. 2008. As avaliações sobre o número populacional das cidades cristãs são muito inseguras, mas admite-se que Paris não chegava a ter 40 mil habitantes no ano mil e Londres só chegaria a 15 mil habitantes um século mais tarde.

A cidade mais importante do *Al Garb* foi *Al Uzbuna*, nome que se converteu em Lisboa. Apesar de muitas modificações em seu traçado urbano, o bairro da Alfama ainda conserva muitas características de seu passado remoto. Inicialmente, era uma cidade germânica que se estabeleceu na frente de um castelo (de São Jorge). Era formada por casas baixas protegidas por uma muralha periférica. Com a conquista islâmica, a respectiva área sofreu várias intervenções na configuração de seus espaços, e hoje é apresentada como sendo caracterizadamente moura. As habitações isoladas que os germanos haviam construído foram substituídas por prédios em altura, uns colados aos outros, e suas ruas receberam nova conformação contidas por uma sólida muralha de mais de dois quilômetros de comprimento, e que se estendia desde o castelo no topo da montanha até as margens do Tejo.



Figura 63 Esquema viário de uma parte do bairro da Alfama, em Lisboa. As vias tracejadas são de pedestres.

73

É claro que as condições atuais do bairro não podem ser confundidas com as existentes durante o domínio berbere. No entanto, um documento daquela época afirma que “os seus edifícios (da Alfama) estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés (2,64 m) de largura”⁷⁴. Hoje é difícil definir quais seriam estas “ruas dos comerciantes”, e o advento dos veículos automotores impôs sensíveis modificações no traçado viário. Mesmo assim, este bairro ainda se constitui num dos mais expressivos testemunhos da presença islâmica na cidade e no país (figura 63).

A recristianização do Al Garb

Entre a invasão muçulmana na Península (711) e a reconquista de Moura (1295) que pôs fim, teoricamente, à presença dos mouros em Portugal, passaram-se quase seis séculos,

74 Citado em TORRES e MACIAS, op. cit. p. 96-99.

o que corresponde a um período mais longo do que a existência do Brasil. Segundo o discurso oficial, os mouros teriam sido expulsos do país, da mesma forma como, mais tarde, os Reis Católicos teriam feito na Espanha, quando tomaram Granada, em 1492.

O simples fato de terem ficado estabelecidos por mais de meio milênio e, ainda mais, pelas estreitas relações estabelecidas entre as duas facções, é evidente que a miscigenação foi muito intensa. Isso tornou impossível a distinção objetiva entre ibéricos e berberes. O que deve ter acontecido tanto entre portugueses como espanhóis foi que a classe dirigente foi obrigada a voltar ao Magrebe, enquanto o grosso da população islâmica permaneceu na Península.

Como foi visto, a invasão muçulmana foi acompanhada de uma paulatina islamização dos nativos. Da mesma forma, a partir da ampliação dos domínios cristãos, inverteram-se os papéis com uma progressiva cristianização dos “infiéis”. Por isso, entendemos que se criou uma situação diferente na relação das *taifas* e da elite omíada andaluza para com os cristãos. Os “árabes”, por se considerarem superiores ao resto da população islâmica em função de sua propalada descendência do Profeta, não se miscigenaram, como acontece até hoje em Marrocos, e, por isso, foram obrigados a tornar a cruzar o Mediterrâneo onde passaram a alimentar o desejo utópico de voltar a restabelecer seu domínio na Europa. Tanto isso é verdade, que mandaram esculpir os escudos das cidades andaluzas das quais eram originários nas vergas das portas de suas casas, nas cidades do norte do Magrebe, onde permanecem visíveis ainda em nossos dias.

Apesar da paulatina recristianização de Portugal, de início pouco mudou a relação entre mouros e cristãos. Em 1170, Dom Afonso Henriques outorgou carta formal estabelecendo o pleno direito de homens livres, de respeito à cultura e à religião dos muçulmanos. Segundo Perez:

(...) é de realçar que são efetivamente as comunas, implantadas em zonas urbanas que permitem a sobrevivência da minoria muçulmana, traduzindo, no seu conjunto de órgãos religiosos, administrativos e legais, o pulsar de uma identidade que, pese às constantes pressões da maioria, se mantém viva até finais do séc. XV (...) A autoridade máxima da comuna é o alcaide (*al-qaid*), cuja eleição pela comunidade é preconizada já nas cartas de foral (...) Ao alcaide compete a jurisdição, cível e crime, da respectiva comuna, segundo direito islâmico (ficando resguardada a apelação para o soberano e seus oficiais), sendo-lhe ainda inerentes responsabilidades extrajudiciais, nomeadamente no referente ao policiamento da comuna e ao cuidado dos órfãos (...) A câmara de vereação da comuna (...) era integrada, além do alcaide, pelos procuradores, vereadores e homens-bons, assistidos pelo tabelião e escrivão (...) As responsabilidades religiosas recaíam sobre o “capelão” (*imam*), coadjuvado pelo almoedão (*al-mu'addin*), cuja função de chamada à oração (...) ecoaria cinco vezes por dia em todos os locais onde existiam comunidades muçulmanas (...)⁷⁵

Segundo essa publicação no século XIV, ainda havia comunidades muçulmanas plenamente constituídas em 16 comunas,⁷⁶ reduzidas a 12 no século seguinte. Determinados ofícios continuavam a ser monopólio de mouros, dando fama à arte *mudéjar* [de *mudajjan*, isto é, “o que permanece (sob domínio cristão)”), que se tornou mundialmente conhecida

75 PEREZ, Rosa Maria (org.). *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*. S.l.: Maiadouro, 1997, p. 116-118.

76 Leiria, Santarém, Alenquer. Lisboa: Avis, Elvas, Estremoz, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Moura, Beja, Silves, Loulé, Tavira e Faro. O número certamente era maior, pois esta listagem não contempla a de Coimbra nem a de Mértola. Além disso, algumas cidades possuíam mais de uma comuna e havia comunidades rurais mouras que não foram citadas.

e apreciada. Apesar da evolução da economia mundial, várias cidades andaluzas ainda auferem boas rendas com tais ofícios em nossos dias.

Mas, aos poucos, os direitos passaram a ser cerceados: em 1391, os muezins foram proibidos de convocar os crentes para as orações. Depois foi proibida a escrita em árabe, e os que insistiam na prática da religião do Profeta foram obrigados a pagar impostos adicionais, na forma como, inversamente, havia acontecido durante o domínio muçulmano.

O estado de convivência, cada vez menos tolerado, teve seu fim com o infame édito de Dom Manuel, de 1497, que obrigava tanto judeus quanto muçulmanos a se converter ao cristianismo ou a sair do país. Como a emigração implicava na perda de bens, muitos optaram por ficar e exercer seus cultos em segredo, no âmbito doméstico, apesar da vigilância da Igreja⁷⁷. Esta violência trouxe benefícios diretos ao Brasil, pois o rei prometeu que a Santa Inquisição não atuaría na Colônia – promessa nem sempre cumprida –, o que se tornou um fator propiciatório para o povoamento de nosso país⁷⁸.

Com essas premissas ideológicas, as origens e o multissecular domínio berbere de Portugal passaram a ser vistos como um passado pouco digno ou como um assunto “melindroso” a ser evitado. Uma das consequências desta postura é o entendimento de que, com a tomada de Faro ou de Moura, teriam sido expulsos os últimos “inféis”, e que teriam acabado as influências muçulmanas no país. Essa é outra quimera difícil de ser sustentada, já que o domínio islâmico permaneceu no sul da Espanha até 1492, ou seja, por mais dois séculos e meio. É difícil acreditar que, durante um período tão longo, ainda mais, mediante um passado tão próximo de convivências políticas e familiares, relações de toda ordem com o país vizinho teriam acabado totalmente devido ao relevante papel desempenhado pelo islão dentro das confrontações políticas na Espanha.

Seria a definitiva derrocada do poder islâmico na Espanha o fim das influências recíprocas entre Portugal e Marrocos? Certamente que não! Aproximadamente um século depois da entrada dos Reis Católicos em Granada, aristocratas portugueses iniciaram sua política expansionista no norte da África com a tomada de *Sebta* ou Ceuta, em 1415, que desde longa data, havia se tornado importante porto e mercado de intercâmbio comercial do Mediterrâneo Ocidental. Apesar das dificuldades em manter o domínio deste baluarte, os lusos continuaram a sua política expansionista com sua fixação em Alcácer-Cequer (1458), Tanger e Arzika (1471), Santa Cruz do Cabo Gué (Agadir, em 1505), Castelo Real (Mogador, em 1506), Sanfim (1508), Azamor (1513), Mazagão (El-Jadida, em 1514) e Aguz (1519). Com certeza, os portugueses não mantiveram tantas praças de guerra⁷⁹ na costa

⁷⁷ A reimplantação da Santa Inquisição, desta vez na Península Ibérica, está ligada a transformações profundas que estavam ocorrendo na Europa que começou com a queda de Constantinopla em 1453, com os novos conhecimentos originários das grandes navegações e a descoberta da América e o surgimento de movimentos insurrecionais contra as diretrizes impostas pela Igreja Católica.

⁷⁸ Como a conversão forçada atingiu tanto judeus como muçulmanos, é provável que um bom contingente de islamitas também tenham emigrado para o Brasil, ainda que os estudiosos da matéria se referiam apenas aos judeus.

⁷⁹ Segundo Boiça (BOIÇA, Joaquim. As praças portuguesas do litoral marroquino. In: *Marrocos-Portugal: Portas do Mediterrâneo*. S.l. CNCDP, 1999, p. 72), estes fortes “revelaram-se um notável campo de ensaios do engenho militar, palco onde os mais afamados arquitectos e engenheiros ao serviço da coroa de Portugal experimentaram soluções de apuro e aperfeiçoamento da arte de fortificar” e “é necessário ir a Sanfim para conhecer uma fortificação manuelina”. Neste contexto, elas devem ter servido de modelo às primeiras fortificações construídas no Brasil.

marroquina sem que houvesse um intenso intercâmbio comercial que permaneceu ativo até a queda de Mazagão⁸⁰, em 1769. Certamente, não foi apenas por despretensiosa amizade para com Mulei Mohammed que Dom Sebastião foi lutar em Alcácer-Quibir, onde perdeu a vida, em 1578, cujas trágicas consequências são por demais conhecidas.

A arquitetura portuguesa após a retomada do poder pelos cristãos

É claro que o domínio e a convivência multissecular com a cultura muçulmana deixaram marcas profundas em toda a arquitetura portuguesa, até mesmo em territórios que nunca foram de domínio do islão. Como paradigma deste fenômeno, pode ser citado a famosa Casa dos Crivos (ou das Rótulas) de Braga (figura 53), que foi a capital do Portugal cristão durante o período do domínio islâmico. Assinale-se que a edificação deste imóvel foi, provavelmente, do século XVII, portanto, teria sido construído dois séculos depois da queda do último reduto islâmico em Portugal. Isso mostra quão arraigada foi esta influência no país.

A evolução da arquitetura erudita em Portugal não é de fácil entendimento. Isso ocorreu por diversas razões. A primeira é devido a sua situação geográfica: um país em formação que reassumia sua filiação ao cristianismo depois de estar “separado” da Europa cristã por séculos em virtude da existência intermediária de um país islâmico. A precoce tomada do poder pelas elites cristãs do norte, com a presença de fortes contingentes muçulmanos em seu território, colocava a sobrevivência da religião sob pressão. É presumível que, com a expansão do cristianismo, tenha havido uma retração de parte da população berbere mais bem situada economicamente para a Andaluzia.

Esses fatores, certamente, explicam a razão pela qual a arte mudéjar não tenha tido em Portugal o significado que adquiriu na Espanha. Claro está que, para tanto, ainda contribuiu o fato de que o poder islâmico teve uma sobrevida de mais de dois séculos naquele território. Mesmo assim, há obras significativas em arte mudéjar em Portugal, dentre as quais podemos citar a Igreja de Castro Avelãs, em Bragança, o Palácio Real e o dos Condes de Castro, em Évora, e o Palácio Nacional de Sintra. Em muitas igrejas, conventos e palácios, encontram-se belos tetos artesoados, que demonstram a maestria dos berberes. Em nosso entender, mais importante que esses exemplos pontuais, parece ser a evolução que ela sofreu ao desembocar diretamente na arte manuelina e, posteriormente, no barroco português, o qual produziu algumas obras ímpares no mundo ocidental. Outra via, e não menos importante, foi a evolução da azulejaria mudéjar para a exuberante produção portuguesa da qual o Brasil se tornou fiel depositário de numerosas obras durante o período colonial.

Outra questão complexa, e objeto de numerosas indagações, é a questão do gótico português. Obras realizadas pelos romanos não deixam dúvida sobre o emprego de arquitraves e abóbadas/arcos plenos. Esta técnica também foi empregada no período de

80 As perdas do domínio destas praças de guerra foram importantes para o Brasil porque sua população foi transferida para colônias novas criadas na Capitania do Grão-Pará, hoje, no Amapá.

dominação germânica, durante o qual foi descoberto que a abóbada e o arco apontados apresentavam melhores condições estáticas do que as de berço. Com a invasão muçulmana essa evolução foi interrompida, dando lugar ao emprego do arco em ferradura. A antiga tradição só pôde ser retomada à medida que cristãos foram ampliando o seu poderio. Mas isto aconteceu depois que a Europa central havia construído (ou ainda estava construindo) as suas catedrais. Isso significou que os portugueses passaram por um período sem realizações de obras dentro da linguagem dita “gótica” – que, no presente contexto, é previdente assinalar que tal denominação nada tinha a ver com os godos –, e quando voltaram a se perfilar do lado cristão já havia passado o “espírito do tempo” que a inspirou. Entendeu a intelectualidade e os arquitetos portugueses daqueles tempos que o país deveria retomar aquela vertente. A decisão acabou por fazer com que o “gótico português” nascesse como uma revivificação de uma linguagem passada. Como toda revivescência acaba por ser influenciada por seu tempo, esse “gótico” também acabou por ser influenciado pela arte mudéjar na mesma medida que perdeu a verticalidade e o decorativismo característicos do gótico medieval.

Esses fatos deixam em aberto algumas questões que, em nosso entender, não foram devidamente respondidas ainda. Em terras espanholas hoje, houve realizações qualificadas como filiadas ao gótico centro europeu. Em que medida esse enquadramento é pertinente? Em segundo, como se explica que o “gótico português” se diferencia tanto do que foi realizado no país vizinho?

O mesmo questionamento também deve ser feito em relação à linguagem renascentista em Portugal. Existem estudos altamente qualificados que traçaram a origem e a evolução desta linguagem na Itália e sua expansão pela Europa central. Consonante com estes tratados, historiadores portugueses têm feito denodados esforços em demonstrar as influências desta linguagem em Portugal, da mesma forma como encontrar elementos que atestem a presença de arquitetos e urbanistas italianos no país.

Contudo, parece-nos inegável que a produção renascentista em Portugal é pouco expressiva em comparação com a da Europa Central, e muitas obras assim qualificadas se aproximam mais do barroco do que da contenção formal que caracteriza a linguagem clássica. Além disso, muito rapidamente o barroco se tornou hegemônico no país, e até hoje se constitui em sua produção mais qualificada. Por tudo isso, entendemos que, ao longo da história de sua formação como nação independente, a arquitetura portuguesa trilhou caminhos próprios. Da mesma maneira como teve a audácia de “navegar por mares nunca dantes navegados”, também teve a coragem de seguir por caminhos nunca trilhados na arquitetura e que resultaram em obras exponenciais que ainda não foram devidamente relevadas na história da arquitetura ocidental.

Talvez seja por isso que é mais fácil seguir a evolução da arquitetura popular. Por um lado, ela era menos vulnerável a injunções ideológicas e, por outro, ela vem acompanhada de rala documentação, o que dificulta as datações de suas realizações. Essas, muitas vezes, só podem ser feitas por via indireta, a exemplo dos espigueiros do norte de Portugal e da Galiza. Se eles foram construídos para armazenar o milho, então fica evidente que eles só podem ter surgido depois da introdução deste cereal, ou seja, depois da descoberta da América.

As ilhas do Atlântico

Mas Portugal apresenta um derivativo muito útil para a análise da evolução de sua arquitetura: na quarta década do século XV, foram descobertas as ilhas da Madeira e dos Açores. As mesmas estavam desabitadas e, durante duas décadas, não ficou claro na corte lisboeta sobre o destino dado a este achado. Com a concessão de uma bula papal em 1456, delegando ao domínio português as terras por eles descobertas, Lisboa tratou de ocupá-las. Existem muitas versões sobre a iniciativa de sua ocupação, mas a mais verossímil, em nosso entender, foi a de mandar inicialmente algumas famílias de cristãos novos com esta missão. Como este empreendimento foi bem-sucedido, foram mandados novos migrantes, desta vez de cristãos velhos⁸¹. Quando a ocupação passou a apresentar ganhos recompensadores, parte das terras foi doada a nobres que trataram de afastar de suas concessões os primeiros ocupantes. Daí surgiu a contradição de que as terras pertencentes aos suseranos tinham baixa densidade populacional, enquanto a ocupada pelos vassalos evoluiu para uma superpopulação, cuja clivagem resultou na clara diferenciação entre uma linhagem arquitetônica erudita representada em igrejas, prédios governamentais e sobrados senhoriais e outra, de caráter popular, que será analisada mais adiante. Esta dicotomia também teria seus reflexos na emigração para o Brasil.

Para o contexto da evolução da arquitetura portuguesa, importa que a grande distância que estas ilhas ficavam do continente, a cerca de 2000 km em linha reta, deixava-as bastante isoladas e estanques, o que significa que preservaram, em larga escala, as condições da arquitetura portuguesa do século XV. Elas só voltaram a ter relativa importância quando os piratas do Magrebe começaram a atacar os navios portugueses que voltavam carregados do oriente. Para evitar ataques indesejados, a rota de volta passou a ser desviada pela costa da África até o Golfo da Guiné, onde se procurava tomar a Corrente do Golfo para seguir ao longo da costa caribenha e norte-americana para então seguir por esta rota até chegar aos Açores, e de lá a Lisboa. Desta forma, estas ilhas adquiriram uma relativa importância como entreposto mercantil até que esse comércio entrasse em decadência, e elas voltaram a seu estado de estagnação.

As ilhas se constituem nos picos de uma cadeia de montanhas submarinas de origem vulcânica e, por isso, sujeitas a intensos movimentos sísmicos. Isto traz sérios problemas para a arquitetura. Como os terremotos são comuns, com destruição parcial ou total das construções, essas precisam ser consertadas ou reconstruídas de tempo em tempos, isso quando não são soterradas. Isso coloca em xeque a afirmação inicial de que as edificações são muito conservadoras em suas formas e técnicas. Nossas observações, no entanto,

81 Provavelmente, entre estes migrantes se encontravam suevos e/ou visigodos. Admitimos isso pelo fato de existir na ilha de São Miguel uma vila denominada Sete Cidades; na Ilha Terceira, junto a Angra do Heroísmo, existe o Morro Brasil, que consta ser o maior forte do mundo e, no qual, segundo uma lenda medieval, morava um dragão que cuspiam fogo, e que originou este topônimo. Esses fatos remetem à anterior ocupação destes povos da Transilvânia (Romênia). No imaginário açoriano, circulam muitas crenças de bruxaria e congêneres que remetem diretamente aos cultos paleogermânicos; seus ceremoniais, ainda praticados hoje nos Açores, e de lá foram trazidos para terras brasileiras. A existência de um Morro Brasil na Ilha Terceira, antes da descoberta de nosso país, levanta a suspeita de que seu nome tenha alguma relação com a lenda, e só depois teria sido atribuído ao famoso “arabutã”, o “pau brasil”.

apontam no sentido de que o conservadorismo é tão grande que as reconstruções insistem em refazê-las em sua forma anterior.

As terras emergentes são muito acidentadas, fazendo com que a profundidade do oceano fosse muito grande já a pouca distância da costa. Grande parte da superfície é formada por rochas vulcânicas de variada dureza. Sua porosidade se presta para a agricultura, e algumas são fáceis de trabalhar. Além dessas, também há pedras duras em profusão. Suas partes mais altas são muito elevadas e estéreis devido a sua formação recente, e não são aproveitadas. Nas encostas médias cresce uma vegetação irregular que é reservada para um pastoreio comunitário. As terras mais férteis estão nas partes mais baixas, e está assentada a população em povoados tentaculares, com um traçado definido e adaptado ao relevo. A temperatura é extraordinariamente constante. A relativa escassez de chuvas é compensada pela constante passagem de nuvens carregadas a média altura que umedecem os morros, e esta água escorrendo pelas encostas garante a fertilidade dos campos e das plantações. Os ventos são fortes e constantes. Devido a isso, as plantações precisam ser protegidas por muros de pedra que cortam as plantações em todos os sentidos (figura 64). Nesta solução, vemos a influência direta dos para-ventos murados do Magrebe (figura 46) que foram levados ao Al Garb, onde, na atualidade, estão se tornando raros, servindo, na maior parte das vezes, como cercas de divisa entre as propriedades.

Na confrontação de culturas diversas, um determinado programa tem maiores possibilidades de ser socializado quando encontra soluções semelhantes para fins diversos. Em Trás-os-Montes, o terreno também é bastante acidentado, o que fez com que fossem erguidos muros de contenção do terreno para nivelar as plantações. Ora, esta tradição também encontrou eco nos para-ventos açorianos, na medida em que foram utilizados para as duas funções, de nivelar o terreno e proteger dos ventos.



Figura 64: Muros de pedra utilizados como para-ventos se encontram por todas as ilhas, neste caso, da Ilha do Pico.

Figura 65: Ilha do Faial: sebes de cerca viva se constituem numa alternativa para proteger a plantação dos fortes ventos.

Porém, os ventos eram de natureza diversa. Na África, o ar seco esturricava plantações, enquanto nos Açores eram sua força e constância que prejudicavam a lavoura. Uma solução menos trabalhosa era a substituição dos muros de pedra por sebes de cerca viva que encontramos em diversos sítios das ilhas (figura 65). Desta forma foram trazidas para o Brasil nos tempos coloniais, como será presenciado mais adiante.

Os limitados recursos oferecidos pela agricultura somados à alta densidade demográfica levaram a que as condições de vida fossem muito duras, e a população vivesse à beira da miséria. Isso se refletiu na modéstia de suas habitações. Por vezes, a área construída pouco passava dos 30 m². Essas limitações levaram a que se estruturasse uma tipologia habitacional muito característica, assim descrita por Martins:

Na arquitetura do povoamento (...) as casas foram normalmente construídas em um só piso e divididas em três compartimentos: ao centro ficava o chamado “meio-da-casa” (quarto de entrada); de um lado, o quarto da cama e, do lado oposto, a cozinha, com um recanto onde se situava a lareira⁸² e o forno.

A porta de entrada era inteiriça, tinha um postigo e exteriormente meia porta baixa e, às vezes, duas de abrir ao meio.

As paredes exteriores eram construídas em alvenaria de pedra seca de basalto e as divisórias eram de madeira da região, que ficava à vista.

O pavimento era de terra batida, ao que se chamava entijolado. Apenas o quarto de cama tinha tecto de forro e o chão coberto dum sobrado de madeira. O espaço entre o forro do tecto do quarto de cama e o travejamento da cobertura chamava-se “falsa” ou sótão e o acesso era feito por uma escada de mão encostada à parede. Anexo à casa havia um depósito (cisterna) que recolhia a água das chuvas da cobertura por intermédio de calhas, colocadas junto do telhado.

(...) Na cozinha sob a chaminé ficava o “lar” e um forno, construído exteriormente contra a parede. Fora já da área da chaminé, havia uma mesa (amassadeira) onde se amassava o pão num alguidar⁸³ de barro e se preparavam os alimentos antes de os pôr ao lume.⁸⁴

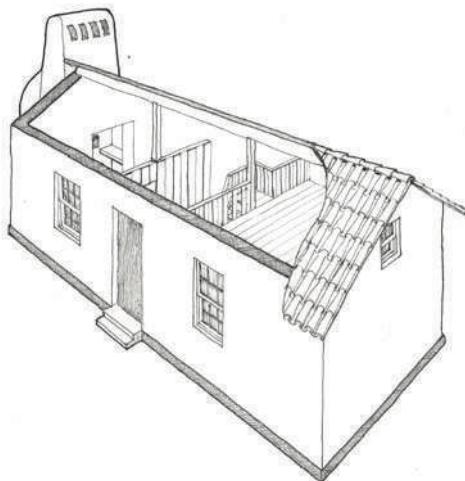


Figura 66: Esquema de uma casa açoriana mostrando a “falsa”, no piso superior, à direita, e o “lar”, na cozinha, à esquerda.

Este texto remete diretamente às *bit's* marroquinas: os compartimentos internos são três; tanto nos Açores como em Marrocos, o piso é de chão batido e as paredes internas se resumem em tabiques de madeira, de meia altura. O dormitório é o único compartimento provido de forro sobre o qual é instalado um quarto que é acessado por uma escada de

82 Aqui há necessidade de assinalar que o termo lareira tem um sentido muito diferente nos dois hemisférios: nos Açores, seu significado é o de fogo aberto colocado sob a trempe, enquanto que no Brasil o termo designa o receptáculo com respectiva chaminé para o fogo cuja finalidade única é o aquecimento do ambiente.

83 Um recipiente em forma de tronco de cone invertido.

84 MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. Arquitectura popular açoriano-brasileira. Angra do Heroísmo: s.e., 1996, p. 51-52.

mão⁸⁵ (figura 66), e recebe a denominação de “falsa”. Essa nomenclatura remete diretamente ao piso dito “falso” das casas árabes do Magrebe, mas sua descrição o identifica com a *golfa* das casas berberes do tipo “bit atlântico”. Ambas tinham um nicho onde se cozinhava em fogo aberto.

Mas elas apresentam algumas adaptações à cultura portuguesa: o nicho em que eram preparados os alimentos migrou da sala para a cozinha, que passou para a extremidade oposta ao dormitório. O conceito de “cozinha” também merece um esclarecimento. O lugar em que os alimentos são preparados e cozidos se resume a um nicho, por vezes, aberto para a “cozinha”, porém, comumente fechado por uma cortina. Esse nicho é denominado de “lar” (figura 67) e, quase sempre é composto de dois balcões opostos, chamados “amassadeiras”, onde um serve para o preparo dos alimentos e o outro para seu cozimento em fogo aberto, com a panela pendurada numa corrente ou numa trempe ou, ainda, apoiada sobre um gradil de ferro (figura 68). No espaço entre ambos está a abertura para o forno de pão, em geral, em forma de uma semiesfera, o qual não apresenta chaminé, pois a fumaça é expelida pela única abertura, para dentro do “lar”. Como se percebe, a atmosfera dentro do “lar”, durante o trabalho, é pouco saudável. Por essa razão, o teto deste espaço tem a forma de uma “cozinha romana”, ou seja, apresenta uma exaustão formada por duas paredes levemente inclinadas, por isso chamada de “chaminé de mãos postas”, que terminam em aberturas que dão vazão à fumaça, como pode ser visto na figura 69.

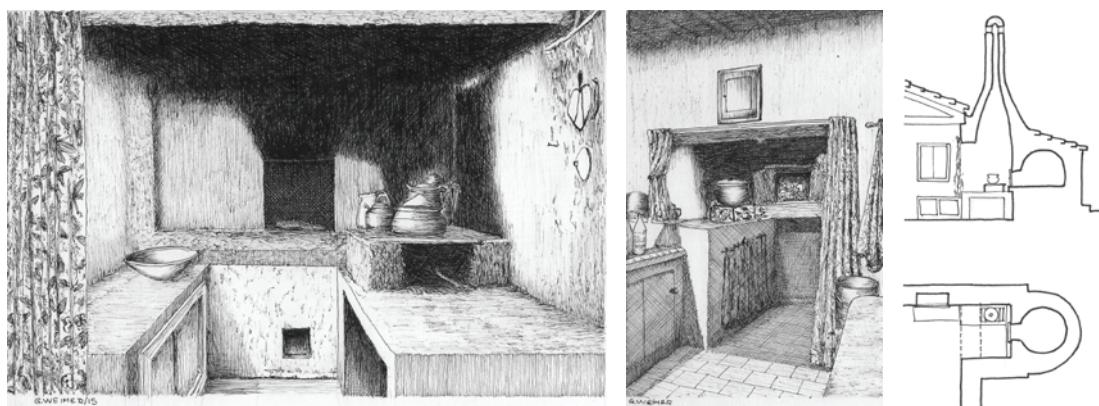


Figura 67: Um “lar” açoriano com as amassadeiras, uma com o fogo aberto e outra, com um alguidar.

Figura 68: Um “lar” com uma amassadeira com um gradil com fogo aberto. Uma cortina serve para fechar o “lar” quando ele não está em uso.

Figura 69: Corte e planta baixa de um “lar” açoriano.

Alguns autores atribuem a implantação do forno com a abertura para o “lar” a uma exclusividade açoriana na forma de um serviço comunitário no Magrebe, o qual foi privatizado. No entanto, os levantamentos da arquitetura popular das proximidades de Lisboa realizados por Fernandes e Janeiro⁸⁶ mostram que este arranjo era comum nas

⁸⁵ Estas escadas estão se tornando raras devido ao incômodo, em razão do que estão sendo substituídas pelas fixas, muito íngremes e, em geral, o desvão em baixo delas era aproveitado na forma de armário.

⁸⁶ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes. Arquitectura vernácula da região saloia. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

assim chamadas “casas saloias”. O termo “saloio” provém do árabe (*çahroi*) e significa “habitante do deserto”. Os autores atribuem sua origem aos berberes.

Como se percebe, o conceito brasileiro de “cozinha” difere muito desta organização. A açoriana se aproxima do que chamamos de “comedor”, já que aí são feitas as refeições. Todavia, a identificação não é total, visto que nela são lavados e guardados os aparelhos da cozinha, em geral, sobre simples prateleiras fixadas à parede à maneira das casas árabes do Magrebe. Só em tempos recentes surgiram os armários, por vezes, providos de portas de vidro na parte superior como também podem ser providas de um balcão aberto entre as duas partes. É curioso o fato de que seguidamente estes armários, bem como os de roupas, são colocados num canto do compartimento, num ângulo de 45° (figura 77).

À semelhança do que foi visto no Magrebe, a ordenação dos espaços internos variava segundo a implantação urbana ou rural da habitação, ainda que se deva acrescentar que essa diferença é bastante tênue nos Açores. Noutros termos, isso quer dizer que podemos encontrar os dois tipos numa mesma cidade, como mostram as figuras 83 e 84 da cidade de Horta. No primeiro caso, a sala, que corresponde ao “meio-da-casa”, fica na frente, o dormitório, no meio e a cozinha, com a extensão do forno, nos fundos. No segundo exemplar, temos a forma tradicional: o forno estendido para o pátio ou à *alfurja*. Quando a casa urbana apresenta uma “falsa”, esta pode estar situada sobre a sala, com a janela para a rua (figura 95), ou sobre a cozinha, nos fundos.

Mais que isso: a permissibilidade observada nas casas urbanas no Magrebe quanto à ordenação espacial destes compartimentos (figura 47), esta também pode ser encontrada nos Açores, posto que as casas rurais também podiam apresentar. Para tanto contribuíram dois fatores: o terreno muito acidentado e a mudança de costumes. Na Ilha do Pico, fotografamos duas casas bem parecidas, sem falsas, e ambas com espaçosos porões. Porém, enquanto uma apresentava a tradicional entrada pela sala (figura 70), na segunda, a entrada era feita pela cozinha (figura 71). Esse se constitui num bom exemplo de adaptação das funções à topografia.

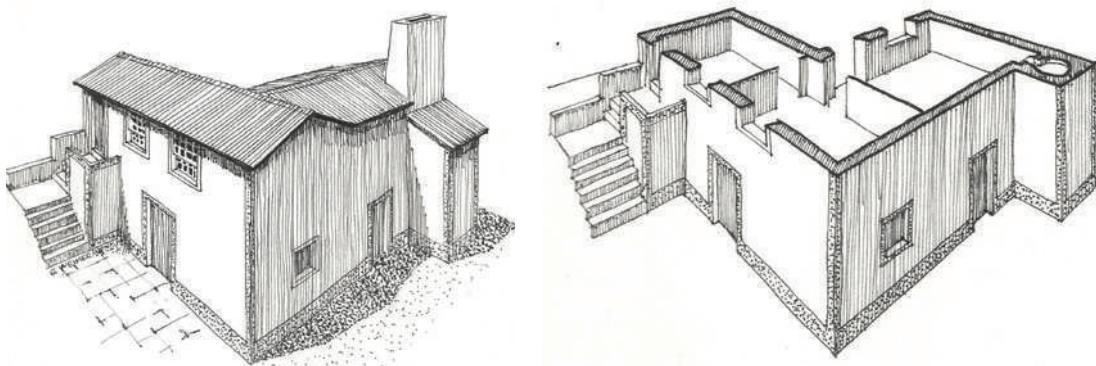


Figura 70: Casa na Ilha do Pico, sem “falsa”, apresentando acesso direto à cozinha e ao quarto, através da sala.

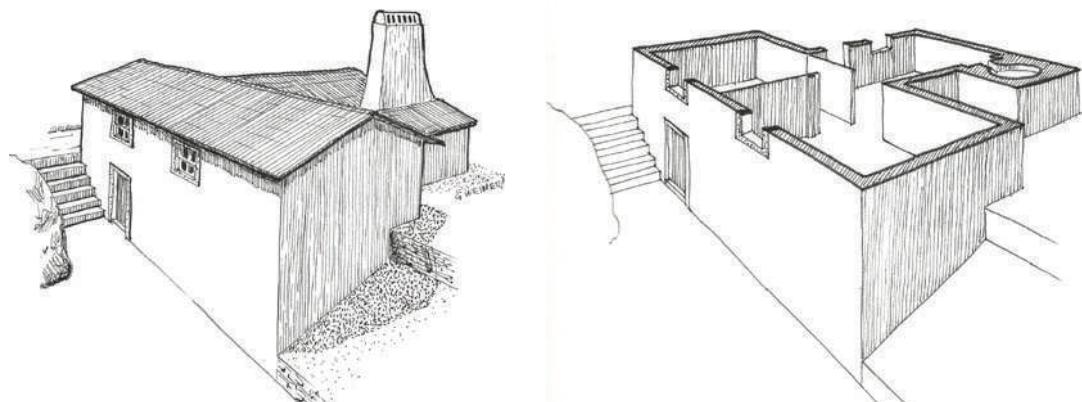


Figura 71: Casa muito parecida, na mesma ilha, porém, com o acesso feito através da cozinha.

Na Ilha de Santa Maria, foi documentada uma casa na qual, em lugar de ter um quarto e uma falsa, apresentava dois dormitórios. Essa solução corresponde à duplificação da área no sentido da profundidade. Neste caso, são construídos dois telhados independentes, com uma calha central. Não é, pois, de admirar que esse tipo receba o nome de “casa dobrada” (figura 72). Na mesma, foi encontrada uma que, contrariando as regras, a “falsa” foi colocada sobre a cozinha (figura 73).

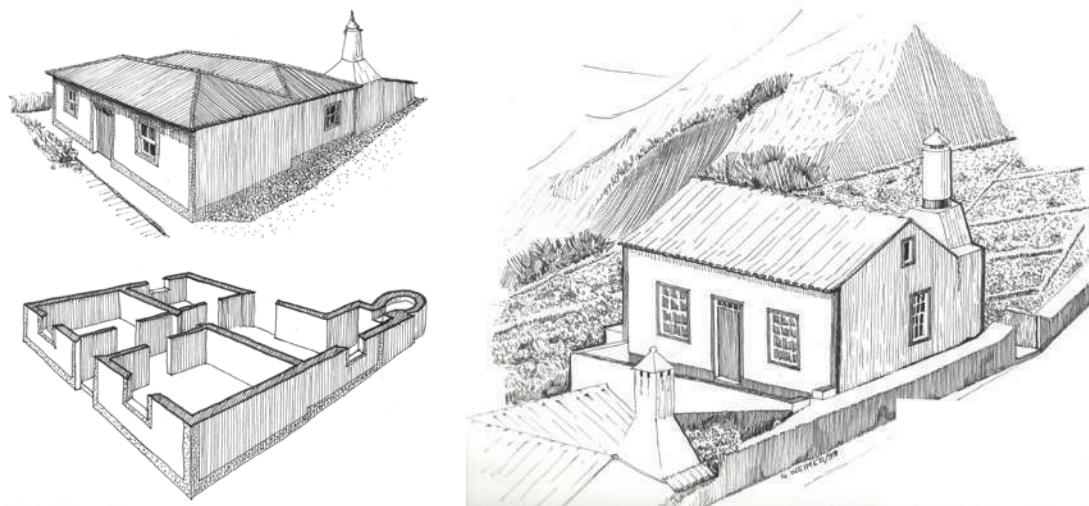


Figura 72: Uma “casa dobrada” na Ilha de Santa Maria na qual a “falsa” foi substituída por um segundo quarto.

Figura 73: Casa na Ilha de Santa Maria em que a “falsa” foi colocada sobre a cozinha, perceptível pela posição da chaminé que coroa o “lar”.

Diz a regra que as “falsas” ficavam sobre o forro dos dormitórios, e o acesso a elas se processava através de uma escada de mão, como pode ser visto na casa rural da Ilha Graciosa, representado na figura 74. Esta foi escolhida por apresentar outra variante no arranjo das três peças básicas do partido. As exceções, no entanto, não são poucas, a exemplo da casa da Ilha de Santa Maria (figura 75), onde a escada já é fixa e se encontra sobre a cozinha.

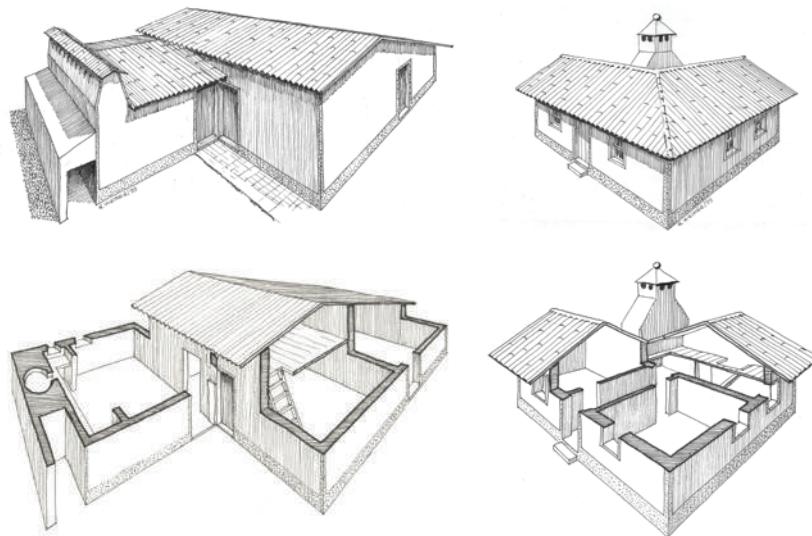


Figura 74: Casa rural na Ilha Graciosa com falsa acessada por escada de mão.

Figura 75: Casa rural na Ilha de Santa Maria, na qual o “meio-da-casa” se resume a um corredor, e a “falsa” foi instalada sobre a cozinha, e é acessada por uma simples escada fixa que pode ser interpretada como uma transição entre a escada de mão e a que foi aproveitada como armário (figura 76).

Nestes dois exemplos, são representadas variantes de escadas. Em nossas buscas foi constatado que as móveis estão se tornando raras, e as mais constantes são as fixas cujo desvão inferior está sendo preenchido com armários (figura 76), que parece ser uma feliz solução dado o reduzido espaço destas moradias.

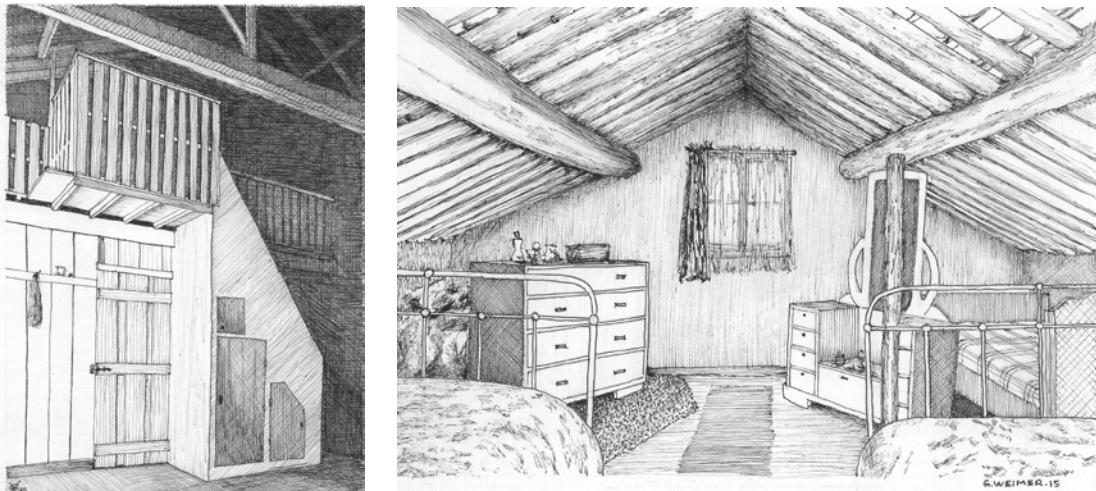


Figura 76: Escada fixa, de acesso à “falsa” na Ilha de São Miguel, Açores.

Figura 77: Vista interna de uma “falsa”, na Ilha de São Miguel.

A utilização das “falsas” depende dos fins que as famílias lhes destinam, sendo a mais comum, a de dormitório. A escassez do espaço faz com que sua utilização seja a mais completa possível, como pode ser visto na figura 77.

Embora os “lares” fossem muito simples e se resumissem a pequenos nichos num espaço provido de um ou dois balcões, em regra, associado com a abertura do forno de pão, suas variantes são grandes. Os alimentos eram preparados sobre o fogo aberto com a panela pendurada numa corrente (como era comum entre os germanos), ou apoiada numa trempe, ou um gradil localizado sobre um balcão chamado de “amassadeira” que ficava ao lado da boca do forno, como pode ser visto na figura 67. Sob a amassadeira podia haver um armário onde se guardava os apetrechos da cozinha, mas era mais comum que servisse para empilhar a lenha. O balcão também podia ser único e/ou passar na frente do forno. O “lar” podia ser totalmente aberto para a cozinha, embora fosse mais comum seu fechamento com uma cortina. Às vezes, ele era vedado com uma porta de uma ou, preferencialmente, duas portas. A exaustão era comumente feita através de uma “chaminé de mãos postas”, à romana (figura 69), mas as variantes eram numerosas, algumas mostradas em desenhos anteriores.

Anteriormente, no Magrebe, foi visto serem térreas as casas rurais, com eventual aproveitamento do desnível do terreno para adicionar um porão onde eram exercidos serviços complementares. A construção de sobrados era privilégio de pessoas de alta hierarquia ou prédios governamentais. Nos Açores, podem ser encontrados resquícios desta concepção. A existência de “falsas” se constitui num indicativo neste sentido. Surpreende a quantidade de construções em que o desnível do terreno é aproveitado para agregar um porão, como tentamos mostrar nas figuras 70 e 71, dando a impressão de que se trata de um sobrado. A figura 78 mostra uma casa em que a porta, ao nível da rua, é apenas cenográfica. Os sobrados rurais são relativamente raros (figura 79). Neste caso, os entrepisos como nas falsas eram de tábuas. Os porões eram usados para serviços domésticos e, mais frequentemente, como depósito ou “arrecadação”, como preferem os ilhéus.

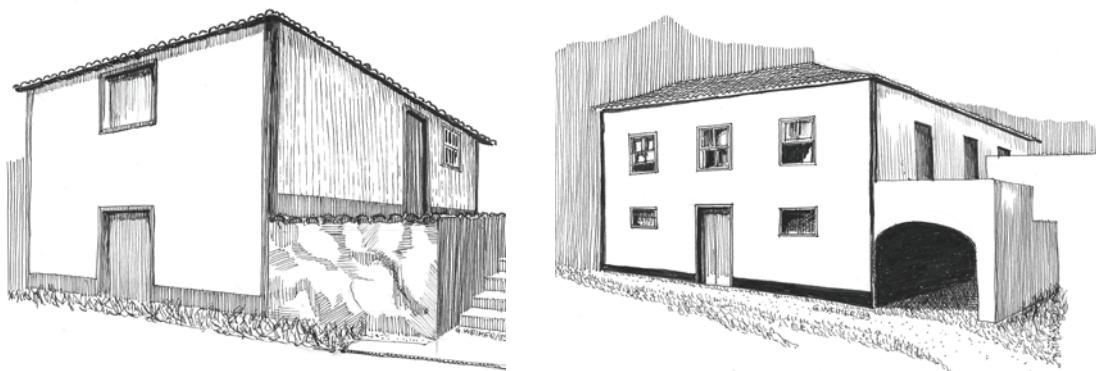


Figura 78: Falso sobrado açoriano.

Figura 79: Sobrado rural nos Açores com abrigo lateral para carroça.

Em razão do isolamento das ilhas, elas se encontravam em relativa segurança no que diz respeito a ataques externos. Por isso, a quantidade de casas isoladas é relativamente grande, e os adensamentos em aldeias apresentam características semelhantes em sua arquitetura com as casas rurais. A forma destas aldeias é muito influenciada pela topografia, mas apresentam-se bem mais esparramadas que no continente e no Magrebe. A forma,

geralmente linear de seu traçado (figura 80), remete tanto à cultura gótica como à berbere e, possivelmente, deva ser debitada à hibridação das duas. A evolução da aldeia para a cidade seguiu o mesmo trajeto. Segundo o levantamento dos autores da Arquitectura Popular dos Açores, as primeiras cidades evoluíram a partir de aldeias lineares, como é o caso típico da Vila do Porto, capital da Ilha de Santa Maria (figura 81), ou de Horta, a do Faial (figura 82). Com o crescimento das mesmas, foram sendo agregadas ruas paralelas às iniciais. Essas passaram a ser ligadas entre si por travessas estreitas, muitas vezes, em forma de ladeira ou de escadarias, que mal davam passagem a duas pessoas se deslocando em sentido oposto.

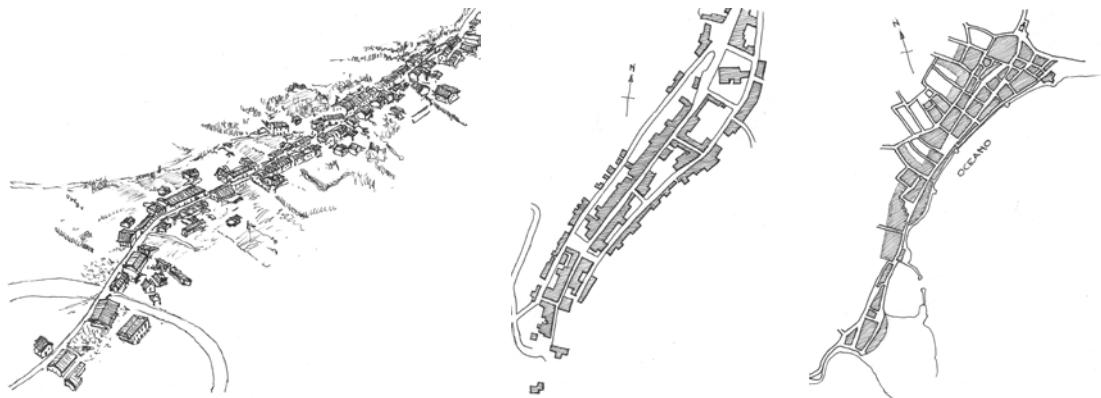


Figura 80: Aldeia de Lombas da Povoação, Ilha de São Miguel.

Figura 81: Parte mais antiga da Vila do Porto, a Capital da Ilha de Santa Maria.

Figura 82: Traçado da cidade de Horta, a capital da Ilha do Faial, segundo um levantamento de 1804.

Os urbanistas portugueses têm se esforçado em demonstrar que tais traçados tiveram a influência do renascimento italiano, o que seria demonstrado pela presença de arquitetos daquele país em Portugal. A tese, nos parece discutível, pois os italianos pouco puderam realizar além de pequenas intervenções nas cidades existentes, à exceção de Palmanova. Os portugueses, pelo contrário, tiveram a oportunidade ímpar de implantar projetos urbanísticos em seu vasto império. Por isso, nos parece mais plausível que a presença dos italianos em Portugal se deveu mais ao desejo de aprender do que ensinar. Naqueles tempos, a nação portuguesa era muito maior do que os pequenos reinos nos quais estava esfacelada a península italiana. As teorias podem ser apaixonantes e consensuais, mas, neste caso, quer parecer que quem assumiu as rédeas do processo de implantação de cidades foram o pragmatismo e a tradição dos lusos.

A criação das cidades, nestas ilhas, foi de suma importância, pois viria a servir de modelo para projetos semelhantes que haveriam de ser levados aos confins do grande império que Portugal estava construindo, e iriam deixar suas marcas nas vilas e cidades do Brasil Colonial.

A arquitetura passou por um processo semelhante ao dos aldeamentos. Casas consideradas típicas do espaço rural são encontradas no espaço urbano, onde, naturalmente, a pressão sobre o aproveitamento do espaço faz com que elas tendam a se estender no sentido da profundidade, como acontecia no Magrebe, com a inversão do “meio-da-casa” para junto da rua. Isso tornava difícil a colocação da “falsa” sobre o dormitório, em razão do que ele migrava para cima da sala da frente (figura 85) ou sobre a cozinha, nos fundos.

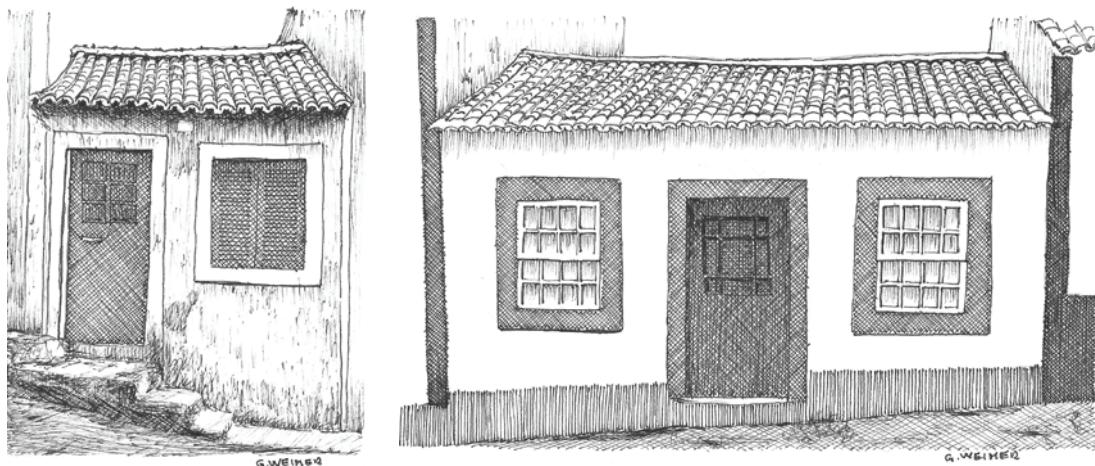


Figura 83: Casa de porta e janela na cidade de Horta, na Ilha do Faial.

Figura 84: Casa “rural” em meio urbano, em Horta, Faial.



Figura 85: Casas com “falsas” sobre a sala, próximo a Ribeira Grande, na Ilha de São Miguel.

Como seria de se esperar, nas cidades a arquitetura apresentava formas mais exuberantes, porém, dificilmente se encontrará uma construção com mais de dois pisos, com exceção das torres das igrejas e das prefeituras que eles designam como Paços do Conselho.

Os impérios

Um programa típico das ilhas é o dos “impérios”. Segundo a citação dos autores da Arquitectura Popular dos Açores:

A única devoção do povo açoriano, ou pelo menos a mais arraigada, é o Santo Espírito, que tem por fim principal dar de comer aos pobres – culto remoto que vem do fundo dos séculos – desaparecido no continente, mas que, levado pelos primeiros colonos, perdura nos Açores (...) Só nas ilhas não há freguesia onde Ele não tenha casa com altar e coroa, sem imagens, fora da igreja e independente da Igreja. O padre tolera o culto e assiste às festas – mas vão buscá-lo a casa e marcha entre quatro varas grossas, simbolizando os quatro apóstolos, em que o povo o encerra (...) Todos os anos se elege um imperador para fazer a festa. Este imperador dos imperadores tem, porém, uma missão que lhe impõem os pobres: dar de comer a toda a gente nos dias de festa.⁸⁷

Não é de todo verdade que os impérios já não podem ser encontrados no continente. Em verdade, aí se constituem em raridades. Trata-se de templos de reduzidas dimensões e erguidos em devoção ao Espírito Santo. Os mesmos são enquadrados dentro do culto católico, mas não se encontram sob a administração eclesiástica. Pertencem a uma corrente eminentemente popular, e sua utilização maior ocorre na data de suas respectivas inaugurações. Porém, os festejos principais acontecem numa refeição comunitária, em via pública, que é patrocinada pelos devotos da freguesia. Essas concorrem entre si à medida que cada qual procura realizar a festa mais farta e concorrida.

Ao contrário do que acontece com as igrejas portuguesas, que se caracterizam pela exuberância de sua decoração, principalmente, valorizada pela riqueza de seus altares dedicados aos mais diversos santos, neste caso, o que chama a atenção é que, nos impérios, há apenas um modesto altar dedicado ao Espírito Santo, sem qualquer referência a qualquer outra santidade, contradizendo a tradição das igrejas católicas onde abundam as imagens de santos.

Como explicar essas contradições?

Diz a tradição que os primeiros habitantes tiveram uma viagem acidentada e, em razão disso, eles teriam feito uma promessa ao Espírito Santo de que, caso se salvasssem do naufrágio, ergueriam ali uma capela em seu louvor. Desta forma, teria se institucionalizado o costume de construção destas capelas por todos os recantos das ilhas. Essa justificativa, no entanto, não contempla o fato de que a devoção não tenha se enquadrado dentro da organização oficial da Igreja, nem porque não acompanha o costume de erguer altares para outros santos, como é tradicional nas igrejas católicas.

Dados documentais atestam que os primeiros impérios foram construídos no reinado de Dom Manuel, época de grandes descobrimentos e das conversões forçadas dos judeus ao cristianismo. Dentre as diversas explicações encontradas para este fenômeno, a que nos parece mais factível, é a de que o afastamento da organização eclesiástica oficial teria sido a consequência de que esses templos teriam servido para prática de cultos judaicos. Sob a justificativa da evocação ao Espírito Santo, os impérios serviam de local à adoração de Adonai⁸⁸. Devido às perseguições exercidas pelo Santo Ofício, optaram por mascarar

⁸⁷ TOSTÓES, Ana et. al.. *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007, p. 550. Não é expresso quem seja o autor desta citação.

⁸⁸ Como este nome era tabu (não podia ser pronunciado), usavam, como substitutivo, os designativos Jeová ou Elohim, dentre outros.

seu culto a sua deidade sob a devoção à figura mais abstrata da Santa Trindade cristã. Não se trataria, portanto, de um sincretismo à maneira dos cultos religiosos afro-cristãos do Brasil, mas de uma alternativa para exercer cultos ancestrais de modo a não suscitar suspeitas de incenso em judaísmo.

Seja qual for a origem da devoção, de fato, os Impérios se constituem no programa arquitetônico que mais bem identifica a arquitetura popular açoriana, e sua diversidade formal exprime muito bem a criatividade de sua população (figuras 86 a 91). Apesar de sua singeleza, seu tratamento se aproxima da arquitetura erudita, e os constantes abalos sísmicos fizeram com que as reconstruções se aperfeiçoassem sucessivamente, de modo a que suas formas originais tenham se tornado cada vez mais raras. Como a emigração para o Brasil ocorreu na época em que o barroco estava dando lugar ao neoclássico, este processo também é percebido na arquitetura brasileira, como se verá adiante. De qualquer modo, a presença destes templete se constitui no melhor indicativo da presença de açorianos nos diversos sítios no Brasil.



Figura 86: Império de Farrapo, Ilha de São Miguel. Talvez o Império mais simples dos Açores, com alguma conotação estilística neoclássica.

Figura 87: Império da Ribeirinha, Ilha do Faial. Um Império simples, mas com algum tratamento barroco no frontão.

Figura 88: Império de Feteira, Ilha Terceira.

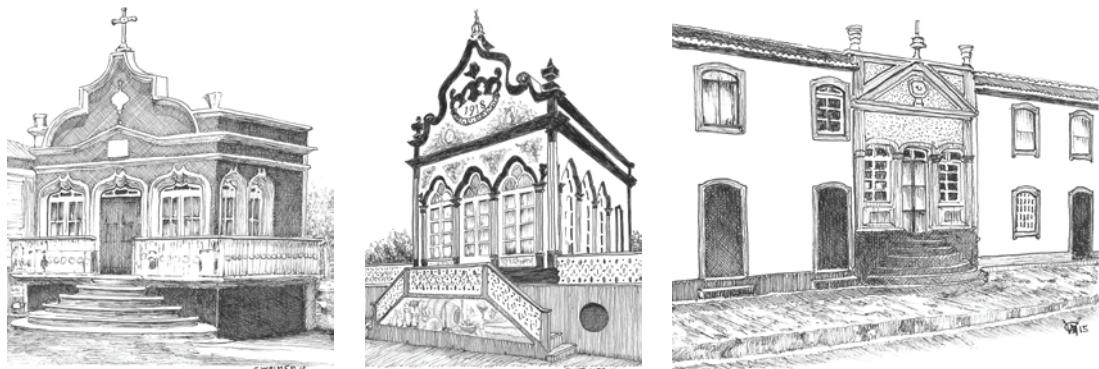


Figura 89: Império de Vila Nova, Ilha Terceira.

Figura 90: Império de São Sebastião, na Ilha Terceira. Talvez seja o mais elaborado dos Açores.

Figura 91: Império de Terra Chão, Ilha Terceira. Um Império locado entre dois sobrados, com algum tratamento na fachada que o distingue das residências.

Os moinhos de ventos

Os ventos constantes se constituem numa forte condicionante de arquitetura dos ilhéus. As pesadas nuvens que são trazidas por eles fazem com que exista uma permanente mutação de sol aberto e tempo fechado, o que traz sérios inconvenientes para a secagem da roupa. A solução deste inconveniente foi construir a casa ou, preferencialmente, o celeiro sobre palafitas para dar lugar a um espaço protegido a fim de estender os panos lavados.

Um modo de aproveitar esta peculiaridade geográfica foi o aproveitamento de sua força nos moinhos de vento. Hoje estes engenhos estão desaparecendo rapidamente, mas muitos ainda estão sendo preservados, onde se destaca sua variedade (figuras 92 a 94). Sua substituição pela moagem de cereais por via industrial decretou a aposentadoria dos mesmos, mas são importantes por remeterem a tipologias mais antigas do que aqueles que se encontram no continente, e pelo fato de terem sido trazidos para o Brasil, onde, ao que nos consta, já desapareceram por completamente. No entanto, em tempos passados, marcaram forte presença na paisagem brasileira.

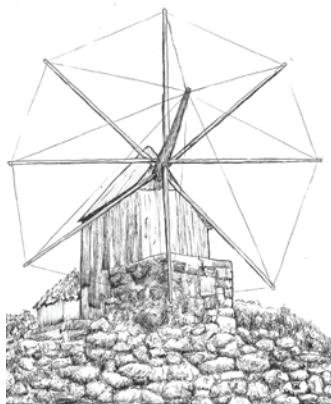
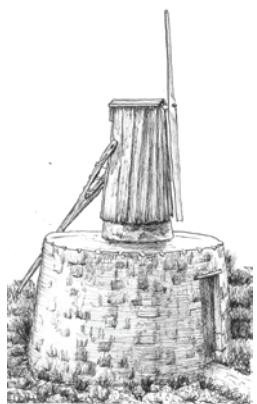


Figura 92: Moinho com hélice de madeira de duas pás. Também existe a variante com quatro pás.

Figura 93: Moinho de espigão e para velas de pano.

Figura 94: Moinho de vento do tipo "holandês" (nome que nada tem a ver com os Países Baixos), onde o "rabo" do moinho serve de escada e de alavanca para direcionar as hélices contra o vento.

As rodas d'água e engenhos

Uma alternativa aos moinhos de vento era as rodas de água ou azenhas. Essas, provavelmente, foram trazidas para a Península Ibérica pelos romanos. Como as ilhas não possuíam cursos de água significativos, seu uso era mais restrito que no continente. As rodas podiam ser verticais quando a água era despejada sobre as mesmas e captadas por recipientes num dos lados apenas, as fazia girar. Como as mós que trituravam os grãos giravam no plano horizontal, essas rodas apresentavam o inconveniente de necessitar um sistema de engrenagens de transmissão, o que implicava na perda de alguma força motriz.

As rodas horizontais eram acionadas pelo fluxo horizontal da água, a qual era captada por pás afixadas a um sistema que transmitia a força motriz diretamente a um eixo vertical, que fazia girar a mó. Neste caso, o aproveitamento da força motora era maior, mas o aproveitamento dos fluxos da água era menor. Isso levava à preferência pelo tipo anterior.

De decisiva importância à ocupação do Brasil foram os engenhos de açúcar. Planta originária da Nova Guiné, a cana de açúcar foi introduzida na Índia, de onde foi trazida para o Egito, sendo os árabes os responsáveis por trazê-la para a Península Ibérica no século XII. Por ser uma planta tropical, sua introdução na Ilha da Madeira teve mais sucesso do que nos Açores. Segundo Brito:

Uns trinta anos após o início da colonização já a Madeira produzia cana-de-açúcar, trigo, cera e mel. Apesar da importância que as culturas alimentares desde cedo tiveram no desenvolvimento da ilha, sem dúvida, o impulso rapidíssimo deve-se à cana de açúcar, primeira cultura comercial de especulação. Os primeiros moinhos de cana foram acionados a pulso, depois por tração animal; em 1452 foi instalado o primeiro engenho movido pela água das levadas que, simultaneamente, irrigavam as culturas: o sucesso foi tal que nos fins do século XV contavam-se nada menos de 80 engenhos, principalmente espalhados pelos terrenos mais baixos do sul da ilha.⁸⁹ (Figuras 95 a 97)

Esta euforia, no entanto, durou pouco. Primeiro ela veio a sofrer forte concorrência da produção açucareira das Canárias. Contudo, ao descobrir que a cana apresentava alta produtividade no nordeste brasileiro, os madeirenses tiveram de se contentar em reduzir a sua produção à aguardente, além de algum açúcar para consumo local.

É provável que a técnica de espremer a cana entre três cilindros tenha acompanhado a evolução de seu cultivo e produção de seu derivado. Mas os dados levantados dão a entender que a substituição da força humana pela animal e, depois, pela hidráulica, foram aperfeiçoamentos introduzidos pelos madeirenses. E foi nesta versão que elas teriam sido trazidas para o Brasil⁹⁰. No entanto, há outros entendimentos como se verá adiante.

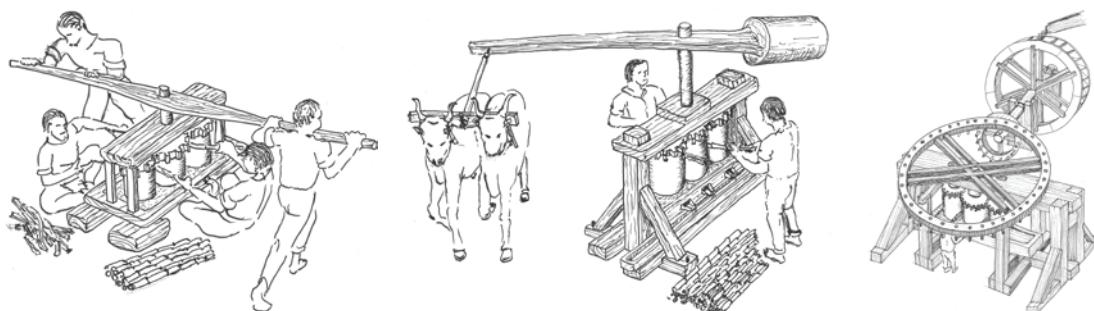


Figura 95: Moenda manual (reconstituição segundo escrito antigo).

Figura 96: Moenda acionada por junta de bois (reconstituição segundo escrito antigo).

Figura 97: Moenda acionada por roda d'água (reconstituição segundo escrito antigo).

⁸⁹ BRITO, Raquel Soeiro de. Primórdios da colonização portuguesa no Atlântico. In: Geográfica. Lisboa: ano IV, n. 14 (abr 1968), p. 6.

⁹⁰ Segundo a documentação deixada por Debret e Rugendas, pode-se deduzir que as três versões destes engenhos ainda eram empregados no Brasil nos inícios do século XIX.

Tais aspectos parecem ser mais importantes a serem relevados da arquitetura popular açoriana naquilo que ficou por herança no Brasil.

Enquanto o continente evoluía em decorrência dos sucessivos confrontos bélicos e interações pacíficas com o exterior, nas ilhas, ficaram preservadas velhas tradições e modos de vida que remetem aos inícios de sua ocupação, que serviu de modelo para a expansão portuguesa, entre elas, para o Brasil. Ao mesmo tempo, mostra de modo expressivo a formação cultural básica da nação portuguesa. Neste aspecto, a casa açoriana se constitui num modelo exemplar deste amálgama de influências diversas. A organização básica da organização da morada em três espaços contidos por paredes espessas e divisões internas na forma de tabiques, a inserção de uma *golfa* que recebeu a denominação de “falsa”, por certo, uma referência ao piso “falso” das casas marroquinas, e a incorporação do forno comunitário urbano nas casas unifamiliares direciona diretamente à forte influência muçulmana; contudo, sem se submeter a ela. Ao mesmo tempo, a adaptação do local de cocção na forma do “lar” remete à superposição da tradição berbere, com a da cozinha romana. Sua nomenclatura invoca a mitologia latina, e o mesmo se apresenta como uma evolução da cozinha romana, mas dela diverge em suas dimensões, que foram reduzidas ao mínimo. Isso requereu uma adaptação ao fogo aberto, que recebeu uma conformação à maneira berbere, e a guarda do trem de cozinha em lugar separado do de cozimento, leva à tradição árabe. O tipo do forno requer uma franca exaustão através do “lar”, que, por isso, requer uma alta chaminé. A proeminência plástica das mesmas remete à exuberância das algarvias cuja origem repousa nos sistemas de ventilação das casas das proximidades do Saara, mas as condições econômicas devem ter influído na contenção formal de seus acabamentos. Resumindo, origens de culturas diversas confluíram e se adaptaram às condições locais para dar origem a uma expressão própria e particular.

O mesmo fenômeno se observa nas técnicas construtivas. A alta umidade nas ilhas não favorecia a confecção da taipa nem a argamassa de barro em razão do que as paredes externas eram feitas de pedra com juntas secas, solução também adotada em certas regiões do Magrebe. Ali, porém, as influências da secura do deserto são mais marcantes em razão do que as construções são, preferencialmente, de taipa. A umidade nas ilhas não favorece o emprego deste material em razão do que se optou pelo emprego da pedra abundante.

A existência de pedras vulcânicas, de fácil manuseio, deve ter levado à opção pela construção com pedras lavradas. Por tal via, chegou-se ao emprego do basalto cujo trabalho, de resto, tinha milenar tradição celta. Talvez a forma mais característica seja a combinação das duas técnicas: os contornos das aberturas e os cunhais eram feitos com pedra lavrada, e o resto das paredes com pedra bruta.

A arquitetura no continente

Sob o pano de fundo da cultura celtibera, o ocidente ibérico foi conquistado pelos fenício-cartagineses, romanos, germanos e muçulmanos, até conquistar uma unidade constituída aos poucos que haveria de evoluir para uma potência mundial. Alguns dos

marcos mais importantes desta escalada foram a tomada de Lisboa por Dom Afonso Henriques, em 1147; cem anos mais tarde, Dom Afonso III tomou Faro, que foi o último reduto muçulmano no Algarve e, cinquenta anos mais tarde, foram tomados os últimos redutos na fronteira com a Espanha.

Enquanto os castelhanos estavam envolvidos em confrontações internas qualificadas como “reconquista”, os portugueses puderam se organizar internamente no sentido da constituição de um estado nacional que se aventuraria em conquistas marítimas. Como marco do início destas conquistas é tomado o ano de 1415, quando foi tomada a cidade de Sebda, no Marrocos, e que entrou para a história de Portugal com o nome de Ceuta.

O livro das fortalezas

A súbita riqueza deu grande alento à arquitetura erudita, mas seus reflexos na arquitetura popular não puderam ser detectados. A escassez da documentação contribui para tanto. De qualquer modo, uma fonte de excepcional valor é o Livro das Fortalezas⁹¹. Essa obra foi encomendada pelo rei Dom Manuel I, que encarregou o escudeiro de sua casa, Duarte de Armas, que tinha fama de ser hábil “debuxador” (desenhista), a fazer um levantamento das fortalezas portuguesas situadas ao longo da fronteira com a Espanha, com o propósito de indicar suas condições físicas e assinalar as necessidades de recuperação das mesmas. O empreendimento deve ser depositado no fato de que o rei, dito O Venturoso, conseguiu as divisas, através do comércio no Oriente, que permitissem tais restaurações, e concluir as construções que estavam em andamento ou paradas.

Montado num cavalo, Armas, acompanhado de um criado que seguia a pé (como se representou num grande número de perspectivas), iniciou seu levantamento na primavera de 1509, em Castro Marim, e o concluiu por volta de setembro do mesmo ano, em Caminha, depois de percorrer cerca de 900 km, segundo estudos de Manuel da Silva Castelo Branco⁹². Nesse trajeto, fez o levantamento de 55 castelos, aos quais ainda acrescentou os de Barcelos e de Sintra, que não constavam de seu roteiro original por não estarem localizados na fronteira.

Cada castelo foi representado em duas perspectivas, em geral, opostas entre si, e numa planta baixa. Extrapolando os encargos reais, Armas se esmerou em representar os entornos de cada forte, provavelmente, com a intenção de mostrar as atalaias distantes que faziam parte do sistema de defesa. Nas graficações, podem ser descobertas numerosas facetas da vida urbana e rural de seu tempo que vão bem além da simples representação dos povoados, dos caminhos e dos acidentes geográficos (rios, montes, florestas, etc.). Como os castelos são murados, tem-se algumas dificuldades em avaliar o tipo e o número de construções existentes dentro de suas muralhas. Em Elvas e Castelo Branco, o número de telhados estava

91 ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas*. Lisboa: Inapa & Academia Portuguesa da História, 1997.

92 BRANCO, Manuel da S. C.. Introdução ao livro de ARMAS, Duarte de. *Livros das fortalezas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997, p. 1-22.

acima de uma centena; em Mértola, em torno de 60 construções; uma dezena deles contava com um número que variava entre 20 e 30, com exceção de Castelo Rodrigo, no qual as mesmas ultrapassavam as quatro dezenas. Dez apresentavam um número entre dez e vinte, e a grande maioria não apresentavam a representação de qualquer construção além da do próprio forte.

É sabido que a situação política àquela época era muito instável em razão de que a população procurava se estabelecer junto aos fortés, pelo lado externo, para que seus habitantes pudessem procurar abrigo nos mesmos em caso de ataque. Em apenas seis não consta a presença de qualquer construção fora dos muros; em três (Aldroal, Moura e Terena), seu número ultrapassava a uma centena; em 14, a quantidade estava entre 50 e 100; em 15, seu número se situava entre 20 e 50 unidades, o que significa que as 17 restantes tinham um número pouco expressivo de habitações. Poucos eram os povoados que não apresentavam pelo menos uma capela em seu entorno. Em Acutem, o número de igrejas e capela era cinco. Em nove consta a existência de, pelo menos, um cruzeiro.

Nos desenhos dos fortés situados à beira de rios ou do mar, aparece a representação dos diversos tipos de embarcações usadas nos transportes fluvial e marítimo, bem como canoas, para passageiros. Aparecem azenhas nas margens dos rios ou sobre pequenas barragens em regatos. Dez povoados apresentavam em suas proximidades, em lugar elevado, forcas, por vezes com a representação de um supliciado ainda pendurado. Também chama a atenção o número de povoados que tinham, em suas proximidades, um poço ou uma fonte de água, o que provavelmente se explica pelo fato de que, dentro do povoado, o lençol freático estava contaminado pelos dejetos e lixo produzido.



Figura 98: Parte de uma aldeia junto ao forte de Castro Marim, no Algarve, segundo Duarte de Armas, em 1509, com casas cobertas de telhas e uma azenha.

Figura 99: Parte de uma aldeia junto ao forte de Penha Garcia, no Ribatejo, segundo Duarte de Armas, em 1509, com casas cobertas de xisto e telhas e muros na forma de para-ventos.

Figura 100: Parte de uma aldeia junto ao forte de Portelo, na Serra do Geres (extremo norte), segundo Duarte de Armas, em 1509, com casas cobertas de palha e terrenos fechados com muros para-vento.

A respeito das habitações, pode-se dizer, numa avaliação aproximada, que a metade apresentava um telhado de meia-água e a outra, de duas. Pelo tipo de graficação, depreende-se que o material de cobertura era prioritariamente a telha cerâmica, mas no nordeste do país aparecem graficações que interpretamos como sendo pedras de xisto e, no norte, eram bastante comuns as coberturas de palha ou colmo, como querem os portugueses. Evidentemente, os povoados podiam apresentar um número variado de construções dos três ou dois tipos, o que permite perceber que havia uma hierarquia em seu uso, sendo as telhas as mais valorizadas e a palha destinada às construções mais pobres.

A maioria eram construções de um só piso, onde as janelas, de pequenas dimensões, eram raras e mais numerosas no segundo piso dos sobradinhos. Sobre o material de

construção utilizado, pouco há para identificar: as muralhas e as fortalezas, bem como as pontes, eram de pedra; as igrejas e suas torres, por vezes, também o eram. As paredes das demais construções eram lisas e não permitem deduzir de que material eram feitas.

Aos olhos de nossos dias, os desenhos de Duarte de Armas podem parecer um tanto ingênuos. Mas, considerando o tempo em que foram realizados, os mesmos se apresentam com uma surpreendente naturalidade e de notável domínio das técnicas de representação que podem ser situadas próximo aos da perspectiva exata. No passado, foram atribuídas qualidades de “grande tracista” a seu autor. Castelo Branco coloca seus desenhos “entre as grandes manifestações artísticas portuguesas da (sua) época”⁹³. Esse, talvez, seja um juízo demasiado benevolente, mas, com certeza, atestam o alto desenvolvimento da representação gráfica, com grande domínio das projeções ortogonais como pode ser verificado, especialmente, em suas plantas baixas.

Segundo os estudiosos portugueses, seus desenhos são de surpreendente fidelidade, ainda que o autor tenha forçado algumas vistas no sentido de fazer aparecer o que, de fato, estava escondido. Os povoados e as moradias são representados em perspectiva militar, o que, provavelmente, deve-se à sua formação. As construções dentro dos muros apresentavam mais de um piso e eram bastante próximas entre si, certamente, com o fim de explorar ao máximo o espaço disponível. Em razão disso, é difícil fazer considerações sobre o traçado viário. Já o casario externo era mais baixo e, em geral, distribuído de forma mais generosa sobre o terreno. É comum a existência de um ou mais largos, por vezes, diante das igrejas, e podem ser identificadas ruas de maior ou menor largura. Devido ao esquema de representação utilizado não é possível fazer conjecturas sobre o tipo do aglomerado urbano.

Estas limitações podem, em certa medida, ser minoradas com os estudos das cidades medievais portuguesas. Teixeira e Valla⁹⁴ apresentam o estudo de dois casos que devem ser paradigmáticos para a questão. Segundo esses autores, para os padrões atuais, estas cidades teriam pequenas dimensões, com cerca de mil a dois mil habitantes. Certamente, seriam conglomerados afastados da fronteira, pois esses, pelos desenhos de Duarte de Armas, deveriam ser menores ainda.

Viana do Castelo (figura 101), situada à beira do Rio Lima, era uma cidade de formato irregular, aproximando-se de um oval. Suas muralhas apresentavam quatro portas, diametralmente opostas, duas a duas. No sentido perpendicular ao rio, havia duas ruas que eram cortadas por seis ruas aproximadamente ortogonais, de largura bem menor do que as anteriores e de formato curvo, seguindo as curvas de nível. Estas ruas formavam um sistema de quarteirões centrais na proporção aproximada de um para seis e outros laterais, na proporção aproximada de um para três. Na parte mais alta, próximo ao portão oposto ao rio, junto a um largo na frente e outro atrás, ficava a matriz. O foral de Dom Afonso III, de meados do século XIII, concedeu o título de “vila”, mas sua origem, certamente, é muito mais antiga. Muito se tem especulado sobre a origem de seu traçado. Para alguns, seria uma retomada do modelo das cidades novas romanas, o que dificilmente pode ser sustentado porque a ortogonalidade das ruas é desleixada e não formam uma quadrícula;

93 Idem, *ibidem*, p. 9.

94 TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: Séculos XIII – XVIII*. Lisboa: Horizonte, 1999.

inxiste a praça central (fórum) onde ficava a basílica que os cristãos converteram em matriz, a qual se encontra em local totalmente deslocado, junto à porta principal. Os terrenos são estreitos e apresentam duas testadas, ao contrário dos lotes romanos, que apresentavam contornos murados (figura 20) e abertura para uma só rua. Como o sistema viário interno das cidades romanas era de uma geometria rígida, com quarteirões quadrados, as muralhas apresentavam a forma quadrada ou, no mínimo, retangular, que em nada se assemelham às de Viana do Castelo.

Sua origem tampouco seria germânica, pois estas cidades apresentavam um traçado bem mais livre, embora adaptado às curvas de nível. A existência de um largo junto à matriz poderia indicar alguma identificação com o modelo germânico, mas segundo o mesmo, a sé deveria ficar no centro da cidade, ao contrário do que ocorre em Viana do Castelo. Por razões ainda mais fortes, sua origem ainda não poderia ser islâmica no que concerne ao traçado viário e o posicionamento da mesquita/matriz.

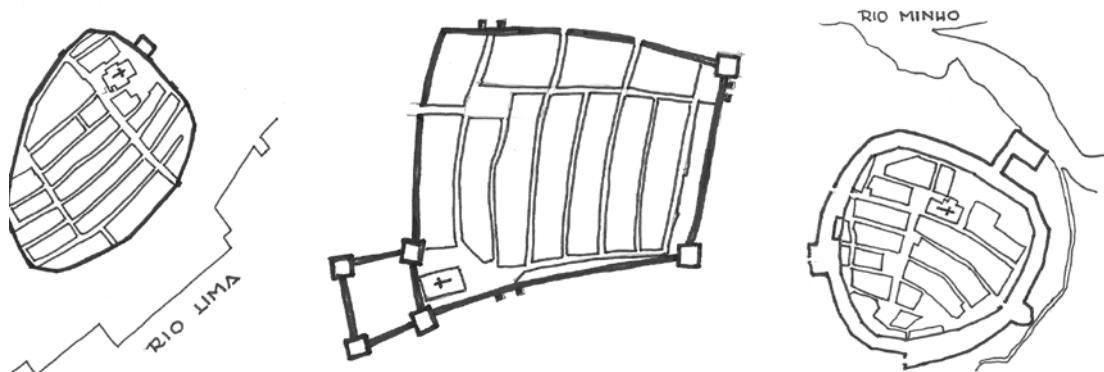


Figura 101: Esquema de cidade Viana do Castelo, no século XV, região norte.

Figura 102: Esquema de cidade Nisa, no século XIV, Ribatejo.

Figura 103: Esquema de cidade Monção, no século XIV, região norte.

Por tudo isso, quer parecer que este traçado remonta às ancestrais origens celtas, que construíam as muralhas de forma a respeitar a conformação da topografia, edificavam seus prédios mais importantes junto à entrada principal e muniam o espaço interior com um sistema de ruas onde as principais eram paralelas entre si e perpendiculares à rua secundárias mais estreitas, formando quarteirões alongados. As ruas são públicas e as edificações particulares. Por essa razão, os traçados urbanos são mais duradouros do que as edificações. As velhas casas de planta redonda da cidade celta, depois das sucessivas invasões, deram lugar a edificações que se adequavam a tais culturas. Apesar de estar localizada no extremo norte de Portugal, a divisão em lotes estreitos e longos deve ser debitada na conta da cultura berbere, como bem o mostra a alvura da cal que confere o aspecto primordial das massas construídas no país: as paredes brancas sob as coberturas vermelhas das telhas cerâmicas.

A história de Nisa (figura 102) difere da de Viana do Castelo. Depois de uma guerra interna, a antiga vila foi destruída; em razão disso, Dom Dinis mandou construir uma vila nova, entre 1280 e 1296, junto a um castelo já existente. Segundo Teixeira e Valla:

A muralha articulada com o castelo (...) delimitava um perímetro quadrangular dentro do qual se implantou um conjunto de quarteirões retangulares. No atual traçado de Nisa intramuros é ainda possível detectar com bastante clareza as características originais do traçado medieval: quarteirões retangulares, com cerca de 100 palmos de largura por 510 palmos de comprimento (22 metros de largura por 113 metros de comprimento), composto por um número idêntico de lotes dispostos paralelamente uns aos outros, de lado a lado do quarteirão, fazendo frente para uma rua principal e para outra rua de traseiras que alternadamente se sucediam. As frentes das casas davam para as ruas principais, enquanto para as ruas traseiras, que eram ruas de serviço, davam os muros dos fundos dos quintais ou construções de acessórias, como estábulos ou armazéns.⁹⁵

Essa interpretação conduz diretamente aos traçados hipotâmicos, da ampliação de Atenas de Péricles até o porto de Pireu. Porém, o traçado de ruas curvas, o desprezo de uma geometria rígida bem como de uma simetria, a proporção dos quarteirões de um para cinco, a implantação da matriz junto ao castelo e à porta de entrada principal do burgo são indicativos de que as origens deste modelo urbano repousam antes na tradição ancestral popular e menos na antiguidade clássica, como também o indicam a divisão dos lotes e imagem da cidade. Monção (figura 103), a cidade mais setentrional do país, apresenta as mesmas características de Nisa.

Outras cidades medievais parecem ter o seu traçado ancestral modificado a partir de concepções visigóticas que tinha por modelo os povoados de uma rua única que foi alargada com a abertura de uma ou duas ruas paralelas. Esta origem lhes conferiu um formato alongado como Chaves, Caminha (figura 104), Monsaraz (figura 105), Miranda do Douro, Valença, Óbidos (figura 106).

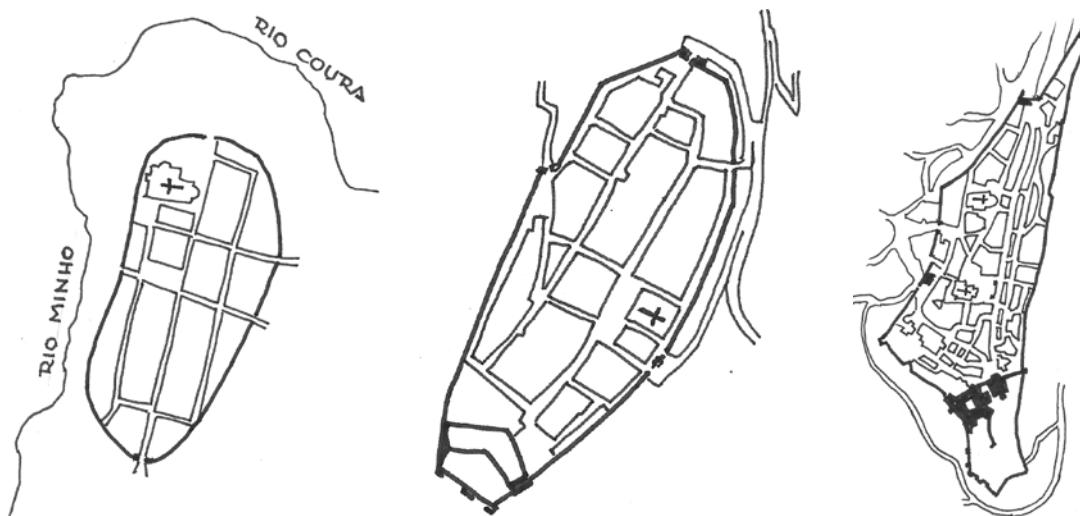


Figura 104: Esquema da cidade de Caminha, no século XVI.

Figura 105: Esquema da cidade de Monsaraz, no século XVI.

Figura 106: Esquema da cidade de Óbidos, na Idade Média.

Nestes desenhos, fica muito evidente que as cidades surgiram como um adendo do castelo, nas quais as muralhas se configuraram como braços estendidos do forte para proteger construções erguidas na sua entrada. Em vista disso, a entrada principal para o

95 Idem, *ibidem*, p. 34-35.

castelo acabou por ficar dentro dos muros, o que levou à necessidade de abrir uma segunda entrada que o comunicasse com o exterior. Isso evidencia a marcante diferenciação entre a classe dos guerreiros (nobres) da dos agricultores servis, ao mesmo tempo que era preciso um esforço supremo da população para investir na construção destas fortificações a fim de garantir um mínimo de segurança.

É curioso observar que, na definição dos modelos urbanos nos tempos da estruturação da nação portuguesa, optou-se por certo equilíbrio entre estas duas tradições (celta e germânica), enquanto seria de esperar que os dominantes fossem os das cidades romanas e islâmicas.

A explicação para o fenômeno parece estar ligada à evolução da constituição do estado português que foi se afirmando com o sucessivo avanço das tropas cristãs do norte em direção ao sul, associado com uma oposição entre as ideologias religiosas. Com isso, os modelos mais livres de composição dos espaços urbanos que caracterizavam as cidades islâmicas eram preteridos. Além disso, as condicionantes ecológicas que motivaram seu surgimento (os ventos superaquecidos provenientes do deserto) deixaram de se fazer presentes. Deste modo, as cidades com plantas muito livres se configuraram como modelos remanescentes de um período passado, como foi mostrado anteriormente no núcleo central de Évora e no bairro da Alfama, em Lisboa. Para ilustrar esta permanência no interior do país, pode-se citar o centro histórico de Loulé (figura 107) ou, preferencialmente, com o povoado de Idanha-a-Velha (figura 108), que persistiu até o presente porque não foi demolida, já que boa parte de seus ocupantes foram levados a se instalar em novo conglomerado, não por acaso recebendo o nome de Idanha-a-Nova.

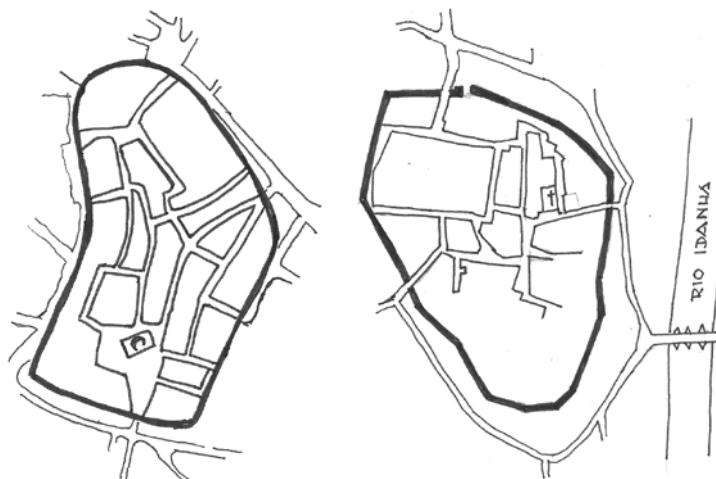


Figura 107: Esquema do núcleo original da cidade de Loulé, no espaço dentro dos muros levantados sob o domínio mourisco.

Figura 108: Esquema da cidade de Idanha-a-Velha.

Como naquele tempo teria sido encarado o modelo de cidade romana? Essa tradição que viria a ser muito valorizada em tempos mais recentes, até a fase dos grandes descobrimentos, também passou por uma fase de abandono resultante das profundas intervenções realizadas pelos sucessivos povos que viriam a dominar a Península. Como o período de domínio mais prolongado foi o do islão, foi a este que foram atribuídas as maiores

modificações. Como exemplo destas modificações pode ser citada a cidade de Beja (figura 109). A antiga cidade, que se constituiu por volta de 400 a.C. pelos celtas, teve grande desenvolvimento no período do domínio romano quando recebeu o nome de *Pax Júlia*. Nela se estabeleceram, sucessivamente, os alanos, os suevos e os visigodos. Anexado ao Califado de Córdoba, seu nome evoluiu para Baja e, sob o domínio berbere, as antigas muralhas romanas foram “modernizadas” para uma forma arredondada. Apesar de tantas vicissitudes, no traçado das ruas em seu centro histórico ainda podem ser percebidos os resquícios da rigidez romana no traçado reticular de suas ruas.

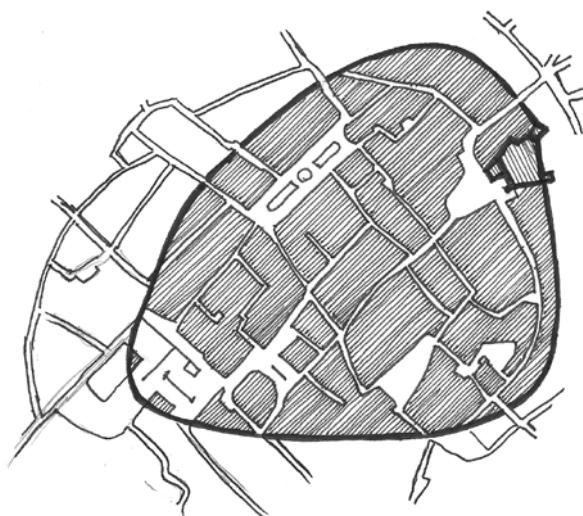


Figura 109: O centro de Beja contido pelas muralhas islâmicas.

99

Um fenômeno semelhante ocorreu com a cidade de Serpa. Também era uma cidade pré-romana que foi reformada pelos conquistadores. A partir da ocupação islâmica, ela foi alvo de profundas adaptações aos modos de vida dos berberes e, em razão disso, o traçado original romano é de percepção mais difícil. Ela foi conquistada por Dom Afonso Henriques no século XII, mas foi no reinado de Dom Dinis, por volta de 1295, que suas muralhas foram restauradas. Como se nota no desenho, a restauração não seguiu rigidamente o traçado original, mas também não se afastou muito da forma de um quadrado dos primórdios. Isso mostra muito bem que, naqueles tempos, ainda não havia se vulgarizado o orgulho das origens latinas.

A diversidade da arquitetura popular

Avanços sucessivos pela costa africana permitiram que, em 1488, Bartolomeu Dias contornasse o Cabo das Tormentas, onde o oceano muda de nome, de Atlântico para Índico. O nome dado por Dias ao cabo correspondia a suas características, mas o rei que não esteve lá para ver resolveu mudá-lo para Boa Esperança.

Cinco anos depois de os Reis Católicos terem tomado Granada, e Colombo ter descoberto a América, Vasco da Gama chegou à Índia. Sua desastrada viagem na qual perdeu a metade de sua frota e dois terços de sua tripulação não impediu que o rei mandasse armar novo comboio para intensificar o comércio. Com o comando confiado a Cabral, recebeu a missão de “descobrir” o Brasil, o qual já estava devidamente registrado nos mapas reais conforme atesta o relatório do Mestre Joanes, um escrivão menos citado que Pero Vaz, natural de Caminha.

Começariam então os três séculos nos quais o Brasil estaria sob a tutela de Portugal, e nos quais aconteceria intensa transferência de homens, costumes e técnicas para a nova terra. Por essa razão, este corresponde ao período mais importante do desenvolvimento da arquitetura portuguesa sob o ponto de vista brasileiro. Nestes três séculos, Portugal passaria por fases muito distintas. Nos primeiros oitenta anos, foram de grande prosperidade, com a afirmação do país como potência mundial. Por questões dinásticas, os sessenta anos seguintes foram de domínio dos espanhóis que, por sua vez, estavam consorciados com os austríacos, onde sua casa reinante (os Habsburger) estava altamente comprometida com a política do Sacro Império Romano de Nação Germânica. Neste período, Portugal perdeu grande parte de suas colônias em decorrência dos conflitos dos austríacos com as novas potências emergentes centro-europeias.

Nos últimos sessenta anos do século XVII, os portugueses tiveram de sustentar uma dura luta para tornar a consolidar a sua independência. Foi só então que o Brasil começou a desempenhar um papel relevante em sua relação com Portugal. O período, que se caracterizou pela expansão das divisas da colônia, terminaria com uma grande agrura em Portugal com a invasão das tropas francesas, e com euforia no Brasil com a transferência da corte ao Rio de Janeiro e a decorrente independência do país.

Aparentemente, nestes três séculos de dominação, a arquitetura popular portuguesa pouco lucrou com a prosperidade e pouco se ressentiu com as dificuldades da nação. Apesar de passar por uma precoce organização estatal centralizada, a população rural permaneceu em condições próximas às do feudalismo sob o ponto de vista de sua fixação à terra. Isso, certamente, muito contribuiu para que os arquitetos do país, em tempos recentes, esmerassem-se em produzir inventários de sua arquitetura dentro das quais é difícil descortinar a sua evolução histórica.

Sob uma rígida orientação positivista, procuraram identificar as características regionais de suas manifestações. Nesse contexto, o conceito de região é de fundamental importância e, neste aspecto, os autores ainda não entraram em acordo. Hoje o país está dividido em 18 distritos, além das duas regiões autônomas (Madeira e Açores), mas esta ordenação não foi utilizada pelos inventariantes. Em seus levantamentos da arquitetura popular promovida pela equipe de Francisco Keil Amaral⁹⁶, o país foi dividido em seis zonas: 1 - Minho, Douro Litoral e Beira Litoral; 2 - Trás-os-Montes e Alto Douro; 3 - Beiras; 4 - Extremadura, Ribatejo e Beira Litoral; 5 - Alentejo e 6 - Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral. Para Mário Moutinho⁹⁷, o país deve ser dividido em duas regiões, norte e sul, com a subdivisão

96 AMARAL, Francisco Keil et. al.. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 24-25, 3. ed. v. 3.

97 MOUTINHO, Mário. *A arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Estampa. 1979.

da primeira em norte litoral (1A) e interior (1B) e a segunda, em centro litoral (2A), Alentejo (2B) e Algarve (2C). Torres e Macias⁹⁸, partindo de premissas que levam em conta apenas as influências islâmicas, dividem as mesmas em cinco regiões: 1 - extremo norte (entre Coimbra e Idanha-a-Velha); 2 - Lisboa e Santarém e arredores; 3 - Évora, com seu entorno; 4 - Baixo Alentejo e 5 - Algarve. Ainda que os nomes, por vezes, se repitam, na implantação territorial, os entendimentos sobre seus significados divergem bastante. Devido a isso, tentaremos fazer um apanhado geral, sem nos apegar estritamente a qualquer autor, tentando pinçar o que parece mais relevante para com a arquitetura brasileira.

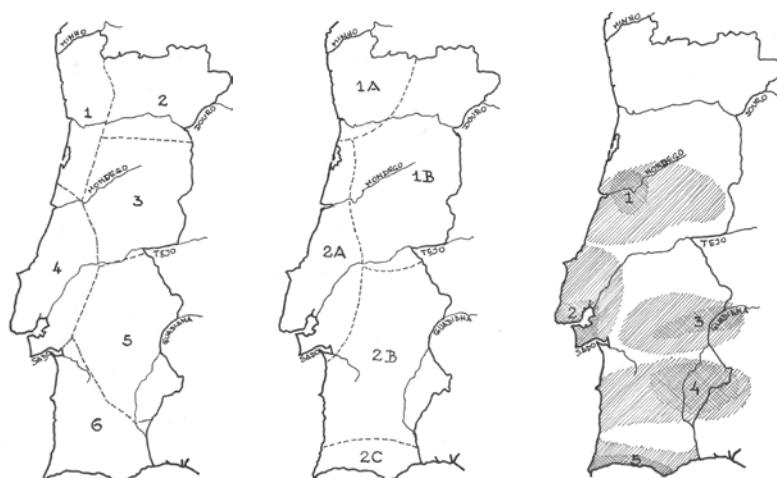


Figura 110: As zonas das casas portuguesas segundo o Inquérito da Arquitetura Popular Portuguesa.

Figura 111 As regiões das casas portuguesas segundo Mário Moutinho.

Figura 112: Os principais territórios de influência muçulmana, segundo Torres & Macias.

Culturalmente, muito próximo da cultura da Galiza, o norte de Portugal se divide em duas áreas paralelas à costa: uma faixa de terras planas se estende ao longo do mar (Litoral Norte) e que vai se elevando à medida que se afasta do mesmo até se delimitar com um relevo alto e muito acidentado que, não por acaso, recebeu o nome de Trás-os-Montes.

O litoral é a região prioritária da rocha de granito que, por vezes, apresenta alguns afloramentos de xisto⁹⁹. Desde tempos imemoriais, o granito foi priorizado na construção como bem o demonstra o fato de ser a região que apresenta a maior concentração de monumentos celtas. Ao longo dos milênios, foi sendo aperfeiçoada a técnica de sua elaboração que, conjugado com sua durabilidade, deixou obras de inestimável valor cultural. Empregado de forma massiva, tais realizações parecem aspirar à eternidade. Sua antiguidade pode ser medida nas reduzidas dimensões de suas aberturas, enquanto o tamanho das pedras utilizadas na construção das paredes remete a uma expressão de grande solidez e atestam o primor do desenvolvimento artesanal (figura 113).

A fertilidade da terra apropriada à agricultura despertou a cobiça dos invasores, cujas culturas se fazem sentir na variedade da ocupação do solo e na variedade formal dos

98 TORRES, Claudio; MACIAS, Santiago. *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Printer, 1998.

99 Rocha muito dura, de estrutura de placas. No caso português, se apresenta mais espesso que a ardósia e mais fino que o basalto brasileiro.

aldeamentos que variam entre uma ocupação a) disseminada; b) linear esparsa; c) linear aglomerado e d) concentrada. É curioso, no entanto, que esta diversidade não se faça sentir de forma tão evidente na arquitetura. A tipologia habitacional varia pouco, sem ser repetitiva (figura 114). O esmerado artesanato da cantaria nada deixa a desejar dos diversos *opus* dos romanos.



Figura 113: Casa de granito em Soajo, Concelho de Arcos de Valdevez, Distrito de Viana do Castelo: quando a fotografamos, em 2014, ainda apresentava-se exatamente como foi encontrada na década de 1950, quando foi registrada por António Menéres, da equipe de Francisco Keil Amaral (Arquitectura Popular de Portugal, p. 79, v. 1).

Figura 114: Conjunto de casas de granito, em Portela de Mércio.

A casa do litoral se caracteriza por apresentar dois pisos – por vezes, com um piso intermediário – dos quais o térreo se destina a serviços complementares como adega, lagar (espaço para maceração de frutos como uva e azeitona), depósito ou o abrigo de animais (figura 115). O piso superior se destina à moradia e, eventualmente, para serviços “limpos”, como um tear ou preparação do linho. Grandes proprietários de terras possuem casas amplas onde o acesso aos cômodos é feito através de uma varanda, em geral, aberta. Os remedaiados possuem casas de dimensões mais modestas, mas com semelhante esquema de uso e forma. Os moradores de menores rendas têm casas de dois cômodos (cozinha e sala), diante do qual está a varanda que, numa extremidade, apresenta o acesso por uma escada e na oposta, a mesma é fechada para abrigar o quarto. Apesar desta constância, esse esquema apresenta grande número de variantes que se perfilam em ruas estreitas por onde circulam as pessoas e os animais a caminho ou de volta das pastagens.

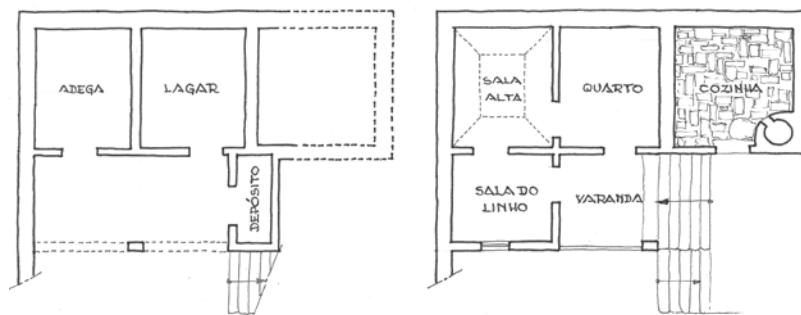


Figura 115: Esquema de uma casa minhota em dois pisos.

O nordeste português apresenta um relevo bastante acidentado que condiciona profundamente a arquitetura local. As partes mais altas não são adequadas à agricultura em razão do que são destinadas ao pastoreio, e onde encontramos as *brandas* antes referidas. Nos vales, encontramos as terras agrícolas que são tratadas em terraços que, remotamente, lembram os andes peruanos.

O relevo acidentado e as consequentes dificuldades de comunicação fizeram com que esta região se convertesse na mais pobre do país. Isso se reflete na arquitetura de forma paradoxal. Por um lado, o material de construção mais corrente é a pedra lavrada que se caracteriza por sua grande durabilidade e, pelo lado oposto, as habitações populares são tão simples, que é comum que se resumem a apenas um cômodo (figura 116). Quando apresentam divisões internas, estas se limitam a um tabuado no qual podem ser pregados horizontalmente sarrafos que servem para fixar a argamassa aplicada em ambos os lados, ditas paredes de estuque (figura 117).

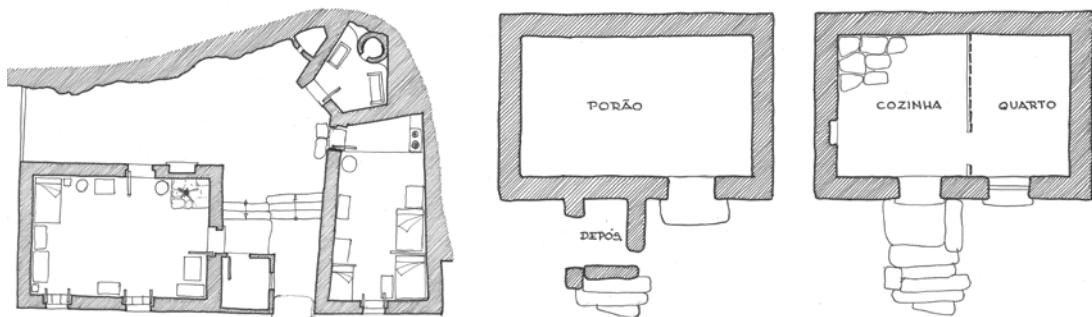


Figura 116: Duas casas de um só cômodo, em Montes, extremo norte do país.

Figuras 117: Plantas baixas esquemáticas de uma casa serrana de dois pisos.

A limitação de recursos, no entanto, não pode servir para inibir a criatividade. Em muitos casos, as pedras são extraídas no canteiro de obras, e de tal modo que a rocha foi extraída sirva de parede para a própria construção como pode ser visto na figura 116.

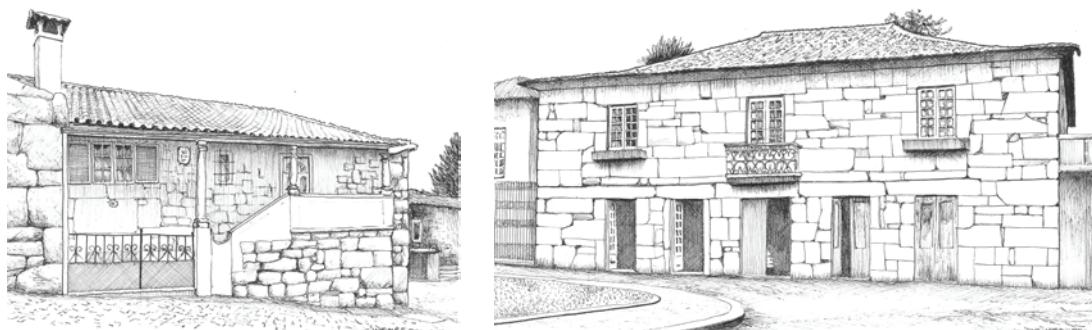


Figura 118: Casa urbana de Penedono, Beira Alta.

Figura 119: Sobrado de granito, em Montalegre, Trás-os-Montes.

A faixa compreendida entre o Douro e o Tejo recebe a designação de Beiras, região em que o Mondego separa a Alta da Baixa, havendo quem ainda individualize uma Beira Litoral localizada ao longo do Oceano. O enquadramento das tipologias arquitetônicas

da região é controvertido: Moutinho a qualifica como Interior Norte, junto com Trás-os-Montes; Amaral et. al.. julgam que se trata de uma região específica, mas ambos incluem a Beira Litoral na região da Extremadura. Torres & Macias, por sua vez, julgam que Coimbra e seus arredores constituem a região mais setentrional da influência muçulmana (berbere).

Sob o ponto de vista geográfico e geológico, o interior é uma continuação de Trás-os-Montes devido às características do terreno e da abundância do granito, ainda que no sudoeste os xistos sejam dominantes. Disso advém que a arquitetura aí praticada seja semelhante a do nordeste:

As casas de dois pisos (...) constituem o tipo dominante. Salvo excepções (...) os interiores são escuros e dum desconforto confrangedor (sic), com mobiliário tosco e escasso. A luz entra por diminutas aberturas. Quase não existem chaminés e o fumo, que enegrece tudo, espalha-se pelas casas antes de sair pelos interstícios das telhas, das pedras e portas. Na sala comum – como recanto da lareira onde se cozinha no chão – e nas alcovas onde mal cabe uma cama, mas dormem várias pessoas, vive a família, quando o trabalho nos campos não exige a sua intervenção e quando a invernia impiedosa a impede de sair. Nas varandas alpendradas – que constituem... os elementos primaciais da Arquitetura Beirã – passam as mulheres e os velhos da casa grande parte dos dias frios mas soalheiros (ensolarados)¹⁰⁰.

Da mesma pobreza se revestem os povoados, onde cada morada foi erguida onde e do modo que foi possível (figura 120 e 121), com a mesma pedra a calçar as ruelas desgasadas pela secular circulação dos carros de bois e dos animais a caminho do pasto. Os largos não passam de alargamentos das ruas para dar algum destaque à igreja, ao mercado ou a alguma edificação importante. Ainda aqui o material dominante nas construções é o granito bruto, mas é mais comum que os contornos das aberturas e os cunhais fossem de pedras aparelhadas. A proximidade da Extremadura – região rica em pedras calcárias – favorece o consumo da cal com a qual se pode dar algum destaque aos contornos das aberturas ou até a cair toda a casa. Tais detalhes parecem fundamentar uma maior influência deixada pelos romanos, muito embora a diversidade das formas dos povoados e de ocupação do território possa ser entendida como a preservação de tipos que caracterizavam os diversos povos que ali marcaram a sua passagem.



Figura 120: Largo em Fonte Arcada, Beira Alta.

Figura 121: Santa Comba Dão: "cada moradia era construída onde e do modo que era possível".

¹⁰⁰ AMARAL, Francisco Keil et. al.. *Arquitectura popular em Portugal*. 3. ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, v. 2, p. 16, 1988.

Na Beira Litoral, evoluiu um tipo de habitação que não pode deixar de ser referido sob o ponto de vista de seu transplante ao Brasil. As costas atlânticas de Portugal são muito acidentadas e abruptas, mas nas imediações da foz do Mondego existem longos areais com dunas que tiveram de ser contidas para não avançarem por sobre as terras de agricultura. Por essa razão, foi criada uma barreira com uma plantação de pinheiros. Como esta areia é fofo e isenta de pedras, este espaço ficou abandonado, mas os moradores das proximidades descobriram que, durante o verão, por ali passavam cardumes de sardinhas. Os berberes introduziram a pesca dita “da xávega”, que consistia no arrasto de uma rede por suas extremidades através de dois cabos. Um barco, dito “do mar” ou “de meia-lua”, navegava em direção ao mar aberto deixando em terra a ponta de um cabo chamado de “mão-de-terra”. Quando este cabo chega ao fim, a uma distância aproximada de dois quilômetros, o barco fazia uma curva num ângulo reto e passava-se a baixar a rede na água. Quando essa estava totalmente submersa, o barco voltava à terra enquanto ia sendo soltado o segundo cabo dito “mão-da-barca”. Depois os cabos eram puxados em paralelo, quando existente, por força animal, mas como a pobreza era grande, geralmente este serviço era feito por força humana. Como se nota, a técnica é praticada em toda a costa brasileira com sucesso até em nossos dias.

No litoral da Beira, estas pescas passaram a ser praticadas em todos os verões. Por isso, foram sendo construídos abrigos com o material à disposição, que foi a madeira dos pinheiros e a cobertura de palha para abrigar os barcos e os pescadores (figura 122). Essa, certamente, foi a razão pela qual estas construções se tornaram conhecidas como *palheiros*, embora fossem, com o passar do tempo, cobertas com telhas canal. Como as casas ficavam abandonadas todos os anos no período da entressafra, o vento podia soterrá-las com areia, razão evocada para explicar a razão pelas quais passaram a ser construídas sobre palafitas. Trata-se, portanto, de construções de pau-a-pique, revestidas com um tabuado onde o desvão sob o piso é utilizado como depósito ou abrigo para o barco (figura 123).



Figura 122: Beira Litoral: “palheiros” originais que, no passado, serviam para o abrigo de barcos e pescadores.

Figura 123: “Palheiros” na praia da Beira Litoral com um “barco do mar” ou “de meia-lua” em primeiro plano.

Embora pouco citados, os palheiros originaram uma tipologia de casas de madeira característica da costa de Leiria. Uma estrutura portante de madeira que se caracteriza pela grande quantidade de esteios verticais, à maneira dos enxaiméis normandos, revestida por um tabuado vertical ou horizontal cujas frestas são vedadas por mata-juntas (figura 124). Como prevenção contra a umidade, essa estrutura era colocada sobre um contrapiso de terra arrematado por uma mureta de pedra ou de tijolos. O piso interno de terra apilada podia servir de acabamento enquanto os pisos intermediários eram de

madeira. Escoras inclinadas colocadas entre os cunhais e baldrames garantiam a estabilidade da estrutura. O forte contraste com que ainda hoje são pintadas as tábuas e as mata-juntas marcam profundamente a plástica destes prédios, e esse talvez seja um dos fortes atrativos para a procura de alojamentos turísticos na atualidade.



Figura 124: Conjunto de modernos palheiros em Costa Nova, próximo a Aveiro.

Figura 125: Duas casas alpendradas em Coimbrão.

É comum que os “palheiros” dos pescadores apresentem um alpendre ao longo de uma fachada lateral, sendo uma solução frequentemente encontrada na mesma latitude, porém situadas no interior. Estas casas são comumente de tijolos, com acabamento caiado e telhados de quatro águas (figura 125).

No Ribatejo, as construções tendem a ser térreas, de planta retangular compreendendo a cozinha, uma pequena sala e um ou dois quartos. Os telhados são de duas águas, com telha canal. As paredes são de adobe, calcário ou tijolo, mas as guarnições das aberturas são de madeira. A característica mais marcante é a caiação policromada (figura 126).

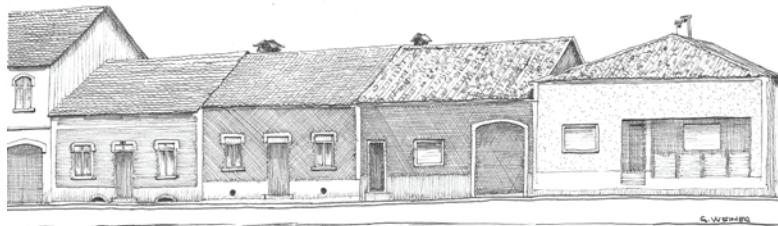


Figura 126: Conjunto de casas ribatejanas.

A Extremadura é a faixa de terra entre o oceano e o baixo Tejo, na qual, para nossos fins, incluímos a margem oriental do Tejo. Entre as serras de Sintra e da Arrábida se formou uma baixada no centro da qual se formou um canal que liga o oceano com a laguna, diante de Lisboa, formada pelo estuário do Tejo. É aí que está a maior concentração populacional do país, e sua importância se define pelo fato de nela estar situada sua capital. A terra não se caracteriza por sua fertilidade, mas a densidade populacional decorre do fato de que o protegido porto de Lisboa sempre foi o elo de ligação com o exterior e o principal entreposto comercial da nação.

A região apresenta fortes contrastes. As terras secas da Serra de Sintra se caracterizam pela existência de matas enquanto a margem oriental do Tejo é baixa, alagadiça e cortada por muitos arroios e, em decorrência, menos povoada. Esta diferença geográfica também corresponde a confrontações culturais marcantes. A população rural é denominada de “saloia”, cujo significado original era “habitante do deserto”. Este termo contém em si a expressão do forte confronto entre a cultura ibérica com a muçulmana, que se exprime de forma marcante na arquitetura e nos modos de vida. Durante o domínio do califado cordobês, Lisboa era o centro da representação do poder no Al Garb, no qual a população muladi e moçárabe ocupava a periferia dos centros urbanos, situação que se inverteu com a recristianização. Isso levou a uma coexistência de modos de vida e de construir diversos.

A tradição nortista da construção em pedra é dominante, mas o granito e o xisto tiveram de ceder, em larga escala, para o calcário representado pelo lioz, que é um tipo raro de pedra que ocorre nos arredores de Lisboa, em especial na Serra de Sintra. Tem variantes de cores, entre rosa e esbranquiçado, mas a forma mais comum é o cinza-claro. É desta forma que encontra seu emprego dominante nos prédios lisboetas e, como se verá adiante, foi trazido em grandes quantidades para o Brasil, como lastro de navios. Seu emprego se sobrepôs ao granito e basalto devido a sua brandura, que facilita o seu trabalho.

Entremeado com as construções de pedra aparecem as de taipa, que eram majoritárias na margem oriental do Tejo e na Serra da Arrábida. Sob o ponto de vista da arquitetura brasileira, é importante assinalar que aí se trata da taipa de pilão, executada à maneira berbere, com dois tabuados (taipais), entre os quais é socada a terra levemente umedecida. Como as paredes eram feitas por segmentos, podiam surgir problemas na ligação entre blocos sobrepostos. Para evitar esse inconveniente, era colocada uma camada de pedras, que eram parcialmente socadas no bloco inferior antes de começar o adensamento da camada superior. Também convém assinalar que tais paredes tinham, no mínimo, 60 cm de espessura.

Em planta, a casa saloia tem a forma retangular. Em geral, apresenta um só piso e, quando tem dois, em baixo encontram-se a cozinha, um depósito e um quarto; e no superior, um segundo dormitório (figura 128). A cobertura de telha canal tem duas ou quatro águas, sendo comuns os beirados galbados (figura 127).

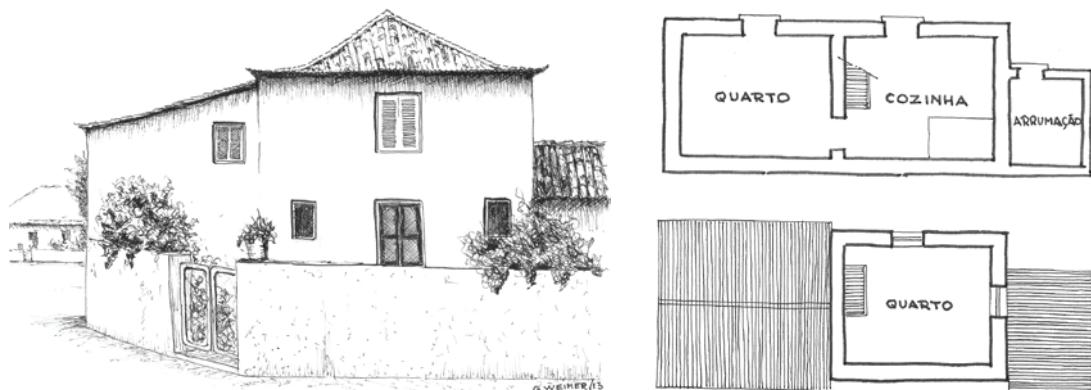


Figura 127: Variante de casa saloia, em Arneiro dos Marinheiros, Sintra.

Figura 128.: Variante de casa Saloia, Extremadura.

Na Serra da Arrebita, difundiu-se uma variante deste tipo que se caracteriza pela existência de contrafortes, ditos “gigantes”, nos cunhais ou em locais intermediários caso as paredes sejam muito longas. Por vezes, um destes escoramentos pode ser utilizado para a construção de um forno (figuras 129 e 130).

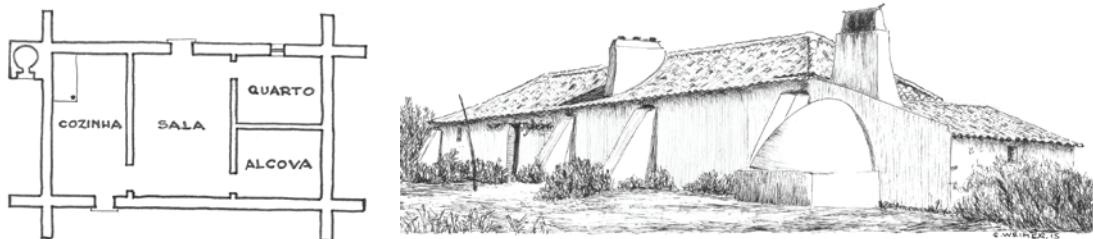


Figura 129: Casa da Arrábida provida de contrafortes denominados de “gigantes”.

Figura 130: Duas casas geminadas em que aparece a importância plástica dos “gigantes”, em Fernão Ferro, Serra Arrábida.

Na arquitetura, é difícil caracterizar o desenho das vilas e cidades estremenhais. A razão principal é que as mesmas existiam desde longo tempo e apresentavam formato que as diversas culturas anteriores lhes haviam imprimido. Com o crescimento da população e das atividades, seguiram-se duas alternativas evolutivas. Por serem estanques as muralhas que protegiam os conglomerados, uma das soluções foi aumentar a densidade com a verticalização das construções e, principalmente, tirar o máximo proveito do espaço intramuros. Isso implicou, em larga escala, na reconstrução das edificações. A segunda solução foi a de construir, fora das muralhas, o que implicava na exposição das edificações aos ataques em casos de guerra. Em razão disso, havia a necessidade de construir novas muralhas para as quais podia ser aproveitada uma parte das já existentes.

É claro que, tanto num caso quanto no outro, o traçado já existente condicionava profundamente os acréscimos. Isso significa que a maior inovação consistia no modo de construir estas muralhas, já que o sistema viário tinha de se sujeitar à rede existente.

Como exemplo dessas adaptações, citamos a cidade de Óbidos (figura 131). Sua conformação iniciou pela construção de um castelo, sucessivamente ampliado em decorrência de novas necessidades. Como insegurança imperante, foi se criando uma aldeia na entrada da fortificação. Com o crescimento da mesma, houve a necessidade de cercá-la com nova muralha. Neste estágio, provavelmente, teria o aspecto das cidades germânicas contemporâneas. Como era muito comum o uso da madeira e, sob a alegação de segurança contra incêndios, estas construções eram isoladas umas das outras. Porém, com a influência de outras concepções culturais e a pressão de maior aproveitamento do espaço interno, as construções foram sendo substituídas por outras coladas entre si e em maior altura, com dois a três pisos. Com isso, o caráter original foi totalmente modificado. As muralhas de pedra à vista passaram a conter edificações de tijolos revestidas de argamassa caiada, que contrastava fortemente com os telhados de cerâmica. Os espaços verdes entre as habitações foram reduzidos a diminutas alfurjas onde uma ou outra árvore de maior porte esparrama os galhos por sobre os muros brancos. As ruas angulosas e empedradas formam uma calha central por onde escorre a água da chuva e, junto às casas, pode haver algum afloramento de terra onde foi

plantada alguma planta de flores que, de resto, crescem em alguns potes cerâmicos suspensos junto às janelas dos sobrados desafiando os historiadores no sentido de juntar as divergências da miscigenação de culturas. Hoje os tempos se tornaram mais pacíficos, e já não há mais necessidade de amuralhar o casario que extrapolou o perímetro medieval.



Figura 131: Planta de Óbidos.

Alguns programas arquitetônicos estremenos devem ser arrolados nesta listagem, não por questões de exclusividade, mas por sua marcada presença. Ao longo da costa, sobre as escarpas marginais, encontra-se um grande número de moinhos de vento que hoje estão quase todos desativados. Como o vento sopra constantemente do oceano para o continente, eles não precisam ser móveis, como nos Açores. Isso permite que sejam mais pesados e imponentes; majoritariamente de alvenaria ou de madeira. Quase sempre o vento é captado por velas de pano (figura 132), mas não são raros os que apresentam aletas de madeira (figura 133).

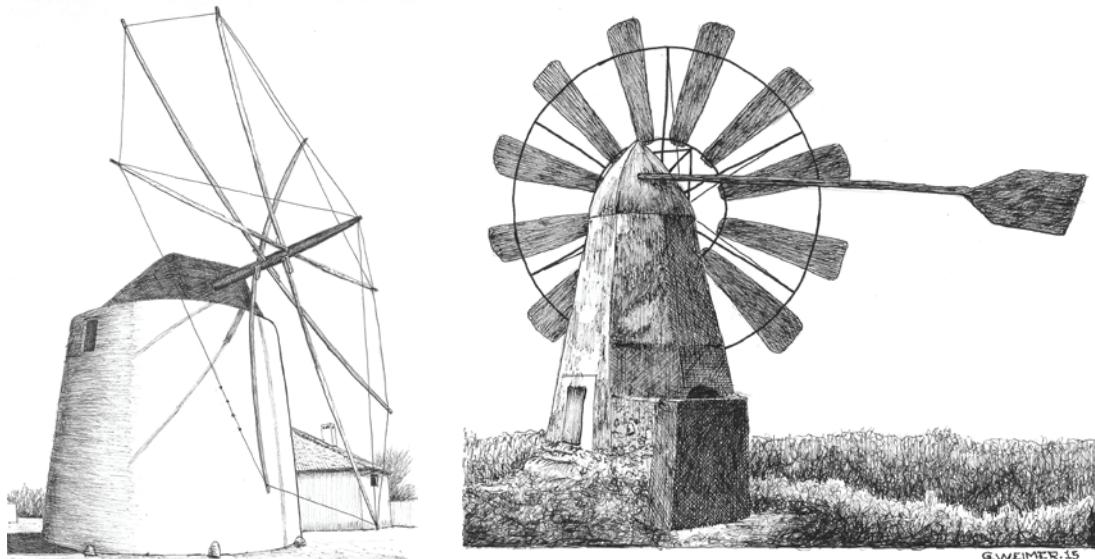


Figura 132: Moinho de vento com velas de pano enroladas na roda, em Santa Luzia, Estremadura.

Figura 133: Moinho de vento com aletas de madeira, arredores de Fátima.

Quando tratamos dos levantamentos de Duarte de Armas, referimo-nos às azenhas onde a energia motriz era conseguida pelo represamento dos riachos. Na desembocadura do Tejo e do Sado, é comum a existência de moinhos de maré (figura 134). Esses são semelhantes àquelas, porém a energia é fornecida pelo movimento das marés. São

construídos em terrenos alagadiços, nos quais é feito um dique provido de uma comporta de modo a formar um lago artificial chamado de albufeira, que enche quando a maré sobe. Quando a maré começa a baixar, esta comporta se fecha automaticamente, fazendo com que a água fique retida. A água armazenada na albufeira passará pelo moinho fornecendo a energia que moverá as pás da roda d'água (figura 135).



Figura 134: Moinho de maré, em Palhais, no Rio Tejo.

Figura 135: Moinho de maré: esquema funcional.

Como a Estremadura se caracteriza pelo encontro de diversas culturas, as técnicas construtivas são variadas. A abundância de pedras calcárias permite a produção da cal, e seu emprego, na forma de cubos ou paralelepípedos, é comum na arquitetura popular. Em construções de melhor qualidade, a preferência é a pedra de lioz. Excepcionalmente, é empregado o granito abundante na Serra de Sintra e o basalto encontra uso raro. As aberturas, em geral, são poucas, menos por onerar a construção, mas pelo peso da tradição berbere. As vergas são retas, mas o emprego de uma triangulação permite desviar as cargas ao maciço das paredes, o que permite o uso de vergas mais esbeltas. Por influência norte-africana, está disseminado o emprego da taipa de pilão e o adobe. Dos romanos vem o emprego da alvenaria de tijolos e o profuso emprego da telha canal. A madeira tem seu uso garantido nos entrepisos e nas estruturas dos telhados. Nas regiões mais pobres, ainda é comum a cobertura com palha.

O Alentejo é o território localizado entre a Estremadura e a fronteira com a Espanha, com um prolongamento pelo interior até Mértola, no Rio Guadiana. Quando se passa pela ponte sobre o Tejo proveniente da costa estremenha, e se parte em direção a leste, por vezes, tem-se a impressão de estar se entrando em outro País. Uma planície extensa e seca em que as temperaturas podem se aproximar dos 50°C no alto verão, com plantações esturricadas onde são raras as árvores que passam a fornecer alguma sombra para abrigar uma população resultante da miscigenação da cultura romana largamente dominada pelos conquistadores berberes. A brancura das construções caiadas lembra, de imediato, a região setentrional de Marrocos.

É uma região pouco povoada¹⁰¹. Admite-se que a razão desta disparidade com a Estremadura seja o resultado da “reconquista” do território, onde prevaleceu a generosidade real na distribuição das terras entre a nobreza. Disso, decorreu a formação dos “latifúndios”

¹⁰¹ Segundo AMARAL, F. Keil et. al... *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 27, 3. ed. vol. 3., a densidade comporta menos de 25 habitantes por quilômetro quadrado enquanto em algumas regiões da Estremadura ela era dez vezes maior.

(segundo a concepção local), ou seja, de grandes propriedades. Propriedades de tamanho médio são denominados de “morgados”¹⁰², em geral, são arrendadas a um empreendedor que procura tirar o máximo de proveito imediato ou de proprietários semi-absentistas que só visitam suas terras de tempos em tempos e deixam sua administração por conta de um encarregado, que ainda hoje é chamado de “feitor”. Os proprietários que exploram diretamente suas terras são mais pobres e donos de “quintas” próximas às cidades e vilas ou de “courelas”, que são propriedades, nominalmente, de 22 por 220 metros.

A pobreza da população se reflete na arquitetura. As moradias são pequenas e muito simples. A entrada se dá pela cozinha da qual se tem acesso à sala de estar. Uma porta é a única abertura que dá aos fundos que se limitam a um pequeno pátio denominado de alfurja, onde pode haver algum abrigo que sirva de depósito ou despensa, que recebe a designação de “arrumo”, “arrumação” ou “arregadação”. Os dormitórios ficam num segundo piso, e a eles se tem acesso através de uma íngreme escada a partir da cozinha (figura 136). Cada quarto tem uma minúscula janela, uma voltada para a rua e outra para o pátio ou para os lados. Neste caso, a única abertura para a rua é a porta de entrada (figura 137).

O fogão é um fogo aberto que dá diretamente para uma chaminé do tipo romano, que se projeta sobre o telhado e forma uma massa pesada marcando plasticamente cada unidade habitacional (figura 137). Em geral, as chaminés são de acabamento muito simples, mas também podem apresentar alguma sofisticação, por influência do Algarve.

É claro que esses dois tipos apresentam muitas variantes nas quais se percebe grande criatividade em se adaptar a espaços mínimos e tirar o maior proveito da área disponível. Esta engenhosidade cria espaços muito dinâmicos com uma constante mudança na perspectiva para quem se desloca através dos povoados e vilas.



Figura 136: Corte de uma casa de Alter do Chão.

Figura 137: Plantas de uma casa em Alter do Chão.

Figura 138: Fachadas de casas em Alter do Chão.

Figura 139: Casa sem janelas em Peroguarda, Alentejo.

102 Do alemão *morgen* = manhã, ou seja, uma terra que pode ser arada em um turno de trabalho.

Junto com o Algarve, esta é a região onde mais se manifestam as influências berberes. Ruas quebradas que dão para pequenos adarves (becos sem saída) com casas geminadas e pátios murados, paredes constantemente caiadas onde só as aberturas podem receber alguma coloração contrastante, tudo lembra o norte de Marrocos, menos a existência de um pátio traseiro que, no entanto, lembra o *Riad* árabe ou a *alfujra* berbere da qual herdou o nome. Um largo diante da Sé ocupa o centro da povoação, no qual se encontra o pelourinho e o prédio da administração local. Quando a aldeia é muito antiga, está murada onde saem, dos portões exteriores, ruas que levam diretamente ao largo central. Em razão disso são, seguidamente, denominadas de “rua direita” (figura 140). Dada à diversidade das origens, é difícil estabelecer uma tipologia para o traçado das povoações.

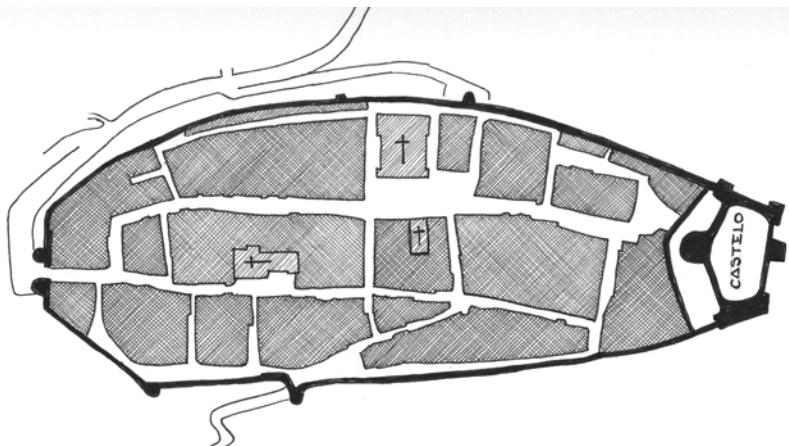


Figura 140: Planta de Monsaraz.

Como característica peculiar da região, pode ser citada um tipo de construção existente nas grandes propriedades denominadas de “montes”, cuja nomenclatura nada tem a ver com o relevo, ainda que, eventualmente, possam estar situadas no topo de uma colina. Trata-se de uma grande habitação coletiva, com uma moradia do feitor diferenciada da dos trabalhadores da propriedade. Neste conjunto, também pode haver um abrigo para o gado e, em geral, um forno de pão ocupa um lugar de destaque. Em vista desta característica, alguns autores os classificam como construções isoladas.

O material de construção mais utilizado é a taipa de pilão. A técnica da preparação da massa da taipa é determinada empiricamente e com a mistura de argila com areia e, por vezes, com alguma cal. Para sua execução, envolvem-se quatro pessoas: uma para preparar a massa, outra para seu transporte e colocação entre os taipais e duas para sua compactação através de um malho, como eles denominam o pilão. Os taipais são constituídos por duas pranchas de madeira espessa, de aproximadamente dois metros de comprimento por meio de altura, e que são amarradas entre si para a massa ser compactada. Quando o taipal está cheio e apilado, as pranchas são desmontadas e remontadas para a execução de mais trecho de parede.

Como a massa só é levemente umedecida, a construção é contínua até completar a execução de todas as paredes. Mas, para garantir a aderência da argamassa, essa só é aplicada depois de um longo tempo para que as paredes estejam totalmente enxutas. De preferência sua aplicação acontece no verão, quando sopra o seco vento do Saara.

Também é no verão que são produzidos os tijolos e as telhas em “fornos” ou “telheiras”. Sua produção é artesanal. A terra é extraída com pá, devidamente molhada e amassada com os pés. Os moldes dos tijolos são cheios um a um. Depois de devidamente compactados, o conteúdo é ordenado em filas ao sol de modo a que esteja bem ventilado. Depois de secos, já podem ser utilizados na forma de adobe, mas é mais comum que sejam queimados em fornos improvisados. Suas dimensões são muito variadas, dependendo da finalidade a que se destinam. É comum a produção de tijolos com pequena espessura, em torno de seis centímetros, o que favorece sua queima. Nestas condições, podem ser utilizados como ladrilhos, diretamente apoiados em contrapisos de terra. Quando eles se destinam à construção de abobadilhas, suas dimensões são maiores, com espessura não inferior a 15 cm.

A construção de abobadilhas, comumente de engra ou de berço, era bastante comum. Nas, os pedreiros expressavam a sua maestria. A argamassa era de cal e areia. Menos frequente era a adição de gesso. Hoje está sendo substituída pelo cimento, que ainda contribui para seu gradativo desaparecimento devido à divulgação das técnicas do concreto armado.

As telhas passam pelo mesmo processo de produção. O barro era prensado sobre uma mesa de modo a formar uma placa trapezoidal de cerca de um centímetro de espessura. Então era colocada sobre uma fôrma de madeira alongada e levemente cônica ao qual a placa era amoldada. Nessas condições, era exposta ao sol até adquirir consistência, permitindo sua retirada da fôrma para novo reaproveitamento. Sua queima era realizada depois de mais um período de secagem.

Na construção de telhados, era corrente a fixação de um plano contínuo de bambus (“cana” no dizer local), fixados sobre as tesouras em cima do qual eram apoiadas as telhas.¹⁰³ Dada à escassez de madeira, esta só era empregada em casos de maior necessidade, porque precisava de ser “importada” de outras regiões, o que implicava maiores custos. Seu uso se restringia aos entrepisos e à estrutura dos telhados.



Figura 141: Mourão, Além-Guadiana.



Figura 142: Casa em Crato, próximo a Portalegre.

¹⁰³ Não foi possível descobrir se também era utilizada a técnica de colocar uma camada de barro compactado sobre as taquaras e que servia como argamassa para fixar as telhas, na forma como a encontramos em algumas regiões do Brasil.

Al Garb era o nome de Portugal ao tempo do domínio muçulmano. Com a mudança para Algarve, sua extensão foi limitada ao sul do país. Com este designativo, entrou para a história do Brasil, porque no tempo do Reino Unido, seu nome constava junto ao do Brasil e de Portugal.

A proximidade do oceano não atenua seu clima seco devido à influência dos ventos do Saara, que favorecem a produção do sal em suas costas. A escassez de chuva é responsável pelo minguado número e fluxo dos rios, e o abastecimento da água é feito através de poços sobre os quais as velhas noras marroquinas hoje estão dando lugar a bombas movidas a eletricidade. E, certamente, é a região que apresenta as maiores influências da cultura islâmica não só pela proximidade, mas, principalmente, pela herança legítima do multissecular domínio berbere.

Geograficamente, está dividida em duas áreas distintas: uma faixa oceânica que contorna uma região mais elevada, cujo pico mais alto mal passa dos 900 m acima do nível do mar e que é chamada de “serra”. Alguns autores julgam existir uma faixa intermediária entre ambas, chamada de Barrocal, o qual se caracterizaria pela abundância do calcário. As casas de Serra refletem a pobreza da região, onde encontramos “montes” de dez a vinte habitações e moradias isoladas com paredes de pedra sem revestimento. A faixa litorânea é mais propícia à agricultura em razão do que as habitações são dispersas. A atividade pesqueira também é relevante e, neste caso, o casario se aglomera em povoados com ruas empedradas que seguem o capricho das curvas de nível e que são cortadas por vielas íngremes, frequentemente em forma de escadarias.

Os “montes” algarvios se assemelham aos do Alentejo. Mas as casas isoladas – em geral, das pequenas propriedades – apresentam algumas peculiaridades¹⁰⁴: duas alcovas estão localizadas na frente da casa, e entre elas há um corredor de acesso que conduz à cozinha e à sala. Por vezes, estas casas apresentam um terraço na cobertura denominado de *açoteia*, que pode ser acessado por uma escada interna ou externa. Ela serve para secar ou corar as roupas, ou secar cereais, abóboras, frutas; e para o descanso ao pôr do sol (figura 143). Pelo fato de sua construção apresentar problemas, tem sido muito estudada, referindo-se à execução de pisos das açoteias. Em geral, são feitas na forma de abobadilhas e, menos frequentes, de abóbadas. Uma terceira forma é a de *dormentes*, que são vigas de madeira roliça espaçadas, de eixo a eixo, na maior dimensão de um tijolo, de modo a que estes formam uma “laje” contínua. Em qualquer variante, há um problema de infiltração da água da chuva. Por isso, é necessário prover estes pisos de certo caimento para o rápido escoamento da água da chuva. Por segurança, pode-se sobrepor duas ou três camadas de tijolos, o que não dispensa o acabamento de lajotas cerâmicas.

Uma característica que tem sido pouco destacada é a plasticidade com que muitas se adaptam ao terreno. Como a região apresenta muitos desníveis, os mesmos têm sido aproveitados para construir casas em vários níveis, o que permite a execução de um telhado de meia-água (figuras 144 e 145).

104 Em se tratando de propriedades rurais, estas habitações vêm acompanhadas de construções complementares como galinheiro, pocilga, celeiro ou cocheiras, etc. Devido à escassez de chuvas, muitas vezes também comparece a cisterna.

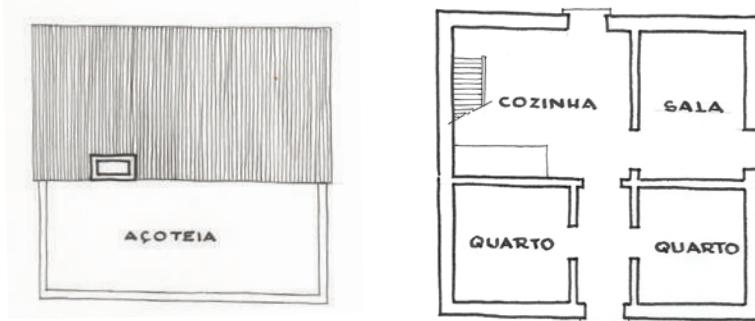


Figura 143: Casa rural serrana, com uma açoteia.

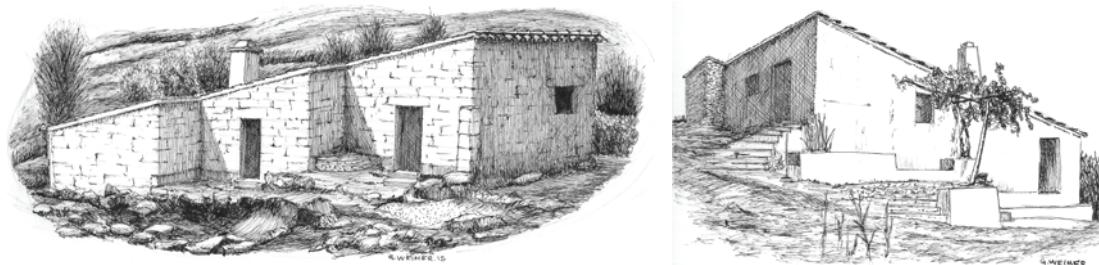


Figura 144: Casa rural com telhado de meia água, em Santa Cruz, Almodovar.

Figura 145: Casa rural em Alcaria Alta, Algarve.

As habitações da faixa costeira apresentam um aspecto assemelhado: o corredor central foi alargado para formar a sala da qual se tem acesso à cozinha que fica aos fundos. Esta se comunica com o paiol (palheiro ou cabana, segundo a linguagem local). Moradores mais aquinhoados podem apresentar uma sala de jantar no lugar do paiol. Como nas casas serranas, também aqui não é raro que os quartos não tenham janelas. Muitas vezes, um pequeno muro caiado delimita um terraço diante das casas que pode estar coberto, parcial ou totalmente, com uma parreira. O piso está revestido de ladrilhos ou de pedras roliças (ditas “calhau”). No verão, é aí que se descansa no fim do dia e se recebe as visitas, como se fosse uma extensão da sala de estar.

Já as casas urbanas, ditas “de pescadores”, são de um só piso. Apresentam uma sala dianteira, uma cozinha nos fundos e uma ou mais alcovas entre ambas (figura 146). Em moradias de pessoas mais aquinhoadas, pode haver um corredor entre a sala e a cozinha, com acesso por portas às alcovas. Essas, entretanto, pouco ajudam na privacidade, pois as paredes divisórias são de meia altura; todavia, favorece a ventilação. Há um pequeno pátio atrás da cozinha como complemento da casa que recebe a designação de alfurja. Quando a casa tem uma açoteia, a escada pode estar na cozinha ou no pátio, como aparece na figura 147. Creio que não há necessidade de se referir ao fato de que esta conformação é idêntica às casas do litoral norte do Magrebe.

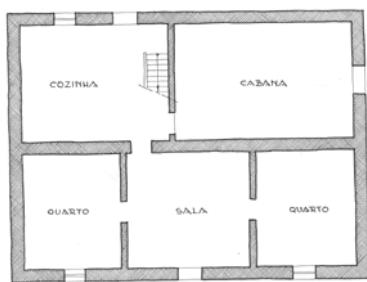


Figura 146: Planta de casa algarvia, em Santa Bárbara, perto de Faro.

Figura 147: Planta de uma casa de povoado de pescadores.

A literatura técnica insiste muito na existência das açoteias na arquitetura algarvia. É claro que elas têm certa importância, mas para nossa surpresa, em visitas à região, pudemos verificar que há certo exagero em relação ao seu número. Elas podem ser encontradas em toda a região, mas é em Olhão e arredores que elas adquirem maior significado. A este respeito Amaral et. al.. registram:

O que individualiza estes aglomerados é a predominância das coberturas horizontais, as açoteias, nas casas de rés-do-chão. Estas foram depois aumentadas em altura, com novos volumes – o mirante e contra mirante –, aos quais se accede por escadas exteriores. Lembram estas construções, os povoados marroquinos e alguns da costa mediterrânea espanhola. Certos autores pretendem ver nestes tipos de casas restos da influência árabe, outros, essencialmente, uma derivante clímática. Para António Sérgio, o estilo das habitações que ali vemos hoje, foi uma cópia direta do marroquino, proveniente das relações com as regiões fronteiras, do lado de além oceano Atlântico.¹⁰⁵

Em geral, seu acesso é feito por uma escada a partir da alfurja e, por vezes, recebe uma cobertura denominada de “pangaio”. Fiel à origem marroquina, nela são realizadas as mesmas atividades. Mas há uma diferença fundamental: as platibandas são bem mais baixas de modo a permitir a comunicação com os vizinhos e pessoas que passam pela rua (figura 60). Essa sutileza serve como um bom parâmetro para indicar o quanto mais liberal é a sociedade ao norte do Gibraltar.

O que mais chama a atenção do neófito é a exuberância formal das chaminés que abundam em todos os aldeamentos meridionais, as quais não servem só para a exaustão do fogo aberto, mas também ajudam a promover a ventilação da casa. Aparentemente, deve ter havido uma concorrência entre os pedreiros na disputa pela forma mais original (figura 148). Segundo Pastor:

As chaminés rendilhadas têm o seu solar, sobretudo na região de Loulé, embora por toda a província, quer no campo, quer nas povoações do interior e do litoral, se encontrem magníficos exemplares. As chaminés, com as mais variadas e caprichosas formas, desde cilíndricas e prismáticas a quadradas, e cobertas por vezes de telhas recurvadas, revelam a persistência da fantasia e da tradição árabe.¹⁰⁶

¹⁰⁵ AMARAL, F. Keil et. al.. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 148-150, 3. ed. vol. 3.

¹⁰⁶ PASTOR, Artur. *Algarve*. Lisboa: Bertrand, 1965.

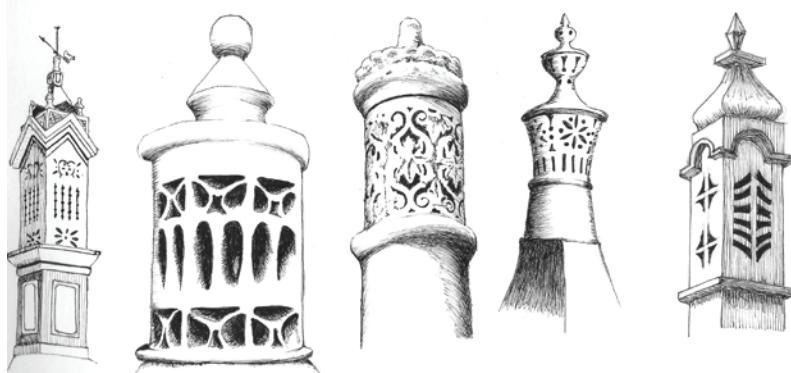


Figura 148: Alguns tipos de chaminés algarvios.

Os povoados apresentam massas construídas bem compactas, quase sempre de casas geminadas. O casario acompanha as ondulações do terreno, com ruas que acompanham as curvas de nível e que são cortadas por vielas íngremes e, por vezes, em forma de escadarias como reza a tradição magrebina. Mas as ruas, mesmo estreitas, não apresentam tão grande número de adarves nem são tão sinuosas. É bom aqui insistir em que, num caso ou outro, não se trata de conformações “labirínticas” como querem alguns autores. O traçado tem origens funcionais bem definidas que também são válidas, especialmente, quando sopram os ventos saarianos.

Sob o aspecto plástico, ainda é necessário assinalar o profuso emprego da cal que alveja tanto exteriores como interiores, como na costa mediterrânea de Marrocos. Este emprego é facilitado pela existência de rochas calcárias no centro da região. Todavia, as bases das construções, os contornos das aberturas e frisos das platibandas recebem alguma cor. Mesmo que a região seja rica em terrenos calcários e argilosos que se prestam muito bem à produção de materiais cerâmicos, verifica-se que a construção com a taipa de pilão é hegemônica. O emprego da cerâmica é limitado, sendo seu uso mais comum na confecção de telhas canal e de tijolos finos utilizados como revestimento do contrapeso. Na construção de abobadelas, pode ser empregado tanto o tijolo fino como o grosso. O xisto e o basalto são pouco utilizados e dão lugar ao calcário por ser mais fácil de ser trabalhado e, comumente, é utilizado nos contornos de portas e janelas.

Considerações complementares

Ao fazermos esta revisão da arquitetura portuguesa sob a ótica de suas influências no Brasil, deparamo-nos seguidamente com a inevitável contradição entre o que denominamos de arquitetura popular e erudita. A diferenciação pode ser simples quando tratamos da produção acadêmica, seja ela conceituada como for, já que ela apresentou diferentes graus de complexidade e de orientação ao longo do tempo. Em consequência desta evolução, torna-se muito difícil estabelecer limites entre uma e outra categorias. Na realidade, existe uma continuidade entre o que é eminentemente popular até o que vem sendo classificado de erudito.

O exemplo mais claro nos parece ser o que aconteceu com a arquitetura eclesiástica em Portugal: desde as mais simples capelas de beira de estrada, nas quais cabe apenas uma figura de santo ou um simples crucifixo, até as mais rebuscadas igrejas barrocas,

encontramos uma vasta gama de construções intermediárias que demonstram esta continuidade de expressão plástica, de qualidade construtiva ou de significado religioso.

Nesse sentido, tal situação ainda se tornou mais complicada quando os portugueses partiram para conquistar terras no além-mar, nas quais encontravam povos de culturas diversas e de outras concepções de mundo. Através desse contato, estabeleceram-se regras de convivência. A reorganização da sociedade conturbou e subverteu as regras vigentes na Europa. É evidente que os conquistadores procuravam impor os seus conceitos e procedimentos, mas foi impossível omitir totalmente os valores dos povos conquistados, e, desta relação de aproximações, resultou uma nova sociedade em que os dois lados tiveram de ceder para poder sobreviver. Em termos de arquitetura, isso significou que certos programas acabaram por receber novos conteúdos expressivos e funcionais que não apresentavam originalmente.

Por certo, os palacetes da nobreza portuguesa se constituíam na expressão mais acurada do poder em Portugal ao lado dos palácios da realeza. Quando os conquistadores se apossaram das colônias, tomavam para si os modelos destas construções quando conseguiam reunir fortuna, ainda que fossem de origem humilde ou, quem sabe, até pessoas de conduta social reprovável. Ao se tornar senhores dentro de uma sociedade escravocrata e constituindo uma família poligâmica, podiam impor o projeto de uma casa senhorial no ultramar; mas, ao se confrontar com uma mão de obra cativa e que dominava outros métodos construtivos, acabaram por “subverter” as regras básicas da arquitetura em Portugal. Se a casa senhorial ocupava lugar de destaque dentro de uma vila ou cidade, ao tentar promover sua reprodução numa casa-grande pernambucana, por exemplo, em razão do que viria a ser rodeada pelo engenho e de casas isoladas e senzalas da mão de obra, seu caráter teria, obrigatoriamente, de mudar por completo do modelo original. Nestas condições, estas casas-grandes ainda poderiam ser enquadradas na categoria das eruditas? Ou seriam consideradas “eruditas” apenas por se constituírem nas moradias dos proprietários dos latifúndios?

Este problema talvez tenha sua versão mais explícita na evolução dos templos. Quando o Império Romano entrou em decadência, o cristianismo foi levado à Península Ibérica. Contudo, foi durante as conquistas dos germanos que o cristianismo mais se expandiu. Disso, resultou a construção de muitas igrejas.

Devido à cultura islâmica, cidades haviam sido divididas em bairros, cada qual em torno de uma mesquita, elencando uma peculiaridade à Península: enquanto na Europa central o burgo se constituía de uma única catedral contígua a sua praça central, no período islâmico, as vilas e cidades foram divididas em bairros, cada qual em torno de uma mesquita. As dimensões desses distritos eram estipuladas de modo que todos seus habitantes ouvissem a voz do muezim os chamando às orações desde o minarete. Com a recristianização, como conta a tradição popular, mesquitas teriam se transformado em igrejas, o que teria feito com que suas vilas e cidades lusitanas fossem divididas em freguesias. Dessa forma, estas mesquitas foram massivamente recicladas para se adaptar à prática do culto cristão, motivo pelo qual as conformações urbanas ibéricas apresentam um número variado de templos, cada qual centralizando uma freguesia.

Estes templos se caracterizam pela diversidade de suas dimensões. Os mais simples são as capelas (figura 149). Seu acabamento e tamanho dependem das condições econômicas da freguesia que as mantém. Dada a quantidade de suas variantes espalhadas pelo país, bem que mereceria um estudo específico que, se existe, ainda não tomamos conhecimento do mesmo. Seu surgimento deve ser debitado à profundidade religiosa do povo e podem ser encontradas nos lugares mais inesperados. Por vezes, de uma simplicidade comovente, e sua capacidade está aquém do número de seus frequentadores. Para solucionar tal problema, o pragmatismo português encontrou soluções simples e econômicas. Uma foi a de construir um púlpito no lado de fora para servir de pregação quando a frequência era demasiado grande (figura 149). A outra foi a de acrescentar dum alpendre, que podia ser construído na frontaria (figura 150) ou num de seus lados (figura 151), onde ele se apresenta como uma antessala da nave provida de bancos de alvenaria ao longo das muretas que limitam seu espaço.



Figura 149: Capela simples com um púlpito externo: Capela de Santo Amaro, em Guimarães.

Figura 150: Capela alpendrada frontal, em Coina.

Figura 151: Capela alpendrada lateral: Capela de Santa Catarina, Vila do Conde.

Uma forma um pouco mais sofisticada de igrejas eram as que apresentavam uma galilé, a qual podia se reduzir a uma simples cobertura oposta sobre a fachada principal, ou a um alpendre que cobria a escadaria de acesso. Quando a igreja tinha três portas, podia haver uma cobertura para cada entrada. Se essas três coberturas se intercomunicavam ou formavam um único espaço, recebia o nome de galilé, que, provavelmente, constituía-se em uma adaptação do nártex das antigas basílicas cristãs romanas em sua adaptação dos tribunais pagãos. A par deste tipo de igrejas, houve uma evolução de igrejas que, sob a influência da arte moçárabe, atingiu um esplendor dificilmente igualável no mundo do barroco, e que já foram profundamente estudados por outros autores.

Outra referência indispensável é a dos sobradinhos. Por influência berbere, os mesmos se destacavam dentro da paisagem urbana lusitana como um demonstrativo de nobreza ou poder. Ao longo do tempo, dentre outras razões, por necessidade de aproveitamento do espaço intramuros, foram sendo toleradas edificações menos nobres com dois e mais pisos à medida que o enriquecimento da sociedade passou a permitir que o estamento mais aquinhoadinho também construísse prédios mais avantajados. Mas, de qualquer modo, a ideia de sobrado permanece no imaginário como uma demonstração de poder que se manteve durante o período colonial no Brasil.

Diretamente relacionado com este tema está colocada a questão das casas esguias do Porto, que vem sendo objeto de intensas discussões em relação ao que foi denominado

“casas magras” de Recife. O tema será retomado mais adiante, mas, desde já, queremos assinalar que há um consenso de que Porto se caracteriza por ser cidade “burguesa”, onde a elite mercantil desempenhou um papel de preponderância até mesmo sobre a nobreza desde muito cedo. Seja através do comércio com o vinho do porto ou como entreposto mercantil, a cidade apresentou características peculiares desde cedo. A densidade comercial condicionou a formação de um conglomerado compacto que obteve a sua expressão na formação de um casario verticalizado, com um programa de atividades comerciais nos pisos inferiores, enquanto os pisos superiores eram destinados à função residencial.

Por razões que serão examinadas mais adiante, autores entendem que este tipo de construções tenha sofrido influências das construções dos Países Baixos, que também se caracterizam por apresentar casas esguias e altas, hipótese essa baseada no fato de que, desde tempos longínquos, houve um intenso comércio com os batavos, o que teria ensejado esta influência na arquitetura.

A nós, parece-nos ser a hegemonia da atividade comercial que proporcionou este adensamento, ocorreu de forma muito distinta nos dois países. Por tradição germânica, desde tempos pré-cristãos, os holandeses usavam os andares superiores para o depósito de suas colheitas e, por força dessa tradição, lá estocavam suas mercadorias. Para isso, lançavam mão de roldanas para içar as mesmas até o depósito. O modo de resolver esta operação era construir um frontão alto para aproveitamento do desvão do telhado e, na ponta da cumeeira, que se projetava sobre a fachada ou de caibro específico enrijecido por uma mão francesa denominado *Gabel* (forquilha), era fixada uma roldana por meio da qual eram içados os volumes.

O modo português de usar a moradia era diferente. Como as mercadorias não eram armazenadas nos pisos superiores, as mesmas eram carregadas por força humana até os depósitos que ficavam nos pisos inferiores. Isso significa que não se empregavam roldanas, o que dispensava a construção de um frontão. Em consequência, no Porto, socializou-se a forma de cobertura formada por quatro águas, com menor inclinação do que as das construções nos Países Baixos, que eram de duas águas. Portanto, desde logo se distinguiam basicamente das casas esguias portuenses, com suas quatro águas, como é mostrado de forma exuberante no livro de Monteiro e Menéres¹⁰⁷ (figura 153). Estes dados demonstram, em nosso entender, sobejamente, que estas hipotéticas influências não aconteceram.

De maneira que essas discussões derivam da existência de casas esguias ou “magras” no Recife, queremos, desde já, assinalar que as mesmas eram utilizadas ao modo das portuenses. Mas sobretudo, dizer que estas casas apresentavam telhados de duas águas com cimento no sentido longitudinal (para frente e fundos), ao que se distinguiram das holandesas, onde a inclinação era feita para os lados. Adiante se verá que existem ainda outras diferenças. Logo, as três versões apresentam características diferentes e inconfundíveis.

É muito curioso que esta discussão se dê em torno das casas esguias do Porto, visto que as casas com os telhados voltados para a rua são muito comuns em todo o norte de Portugal, numa região em que essa cidade se constitui quanto exceção. A seguir,

107 MONTEIRO, Ana; MENÉRES, António. *O Porto visto do céu*. Lisboa: Argentum, 2000, passim.

ilustramos a tal solução com uma casa de Guimarães (figura 153), da mesma forma como o poderíamos fazer com as de outras cidades daquela região.



Figura 152: Vista aérea de parte do centro histórico de Porto mostrando a exuberância dos telhados de quatro águas.



Figura 153: Casas esguias em Guimarães mostrando as águas voltadas para a rua.

Neste contexto, ainda vale a pena fazer-se uma referência a uma nova perspectiva interpretativa da arquitetura portuguesa denominada de “chã”. Em 1978, o historiador norte americano Georges Kubler julgou ter descoberto a existência de um estilo arquitônico próprio de Portugal que teria sido cultivado durante os séculos XVII e XVIII, período de transição do maneirismo ao barroco¹⁰⁸. A expressão mais citada desse período é a do manuelino, que se caracteriza pela exuberância da decoração. Julga Kubler que teria havido uma reação contra os excessos do decorativismo do barroco na forma de uma arquitetura de estrutura clara e robusta, com superfícies lisas e decoração muito contida a exemplo da Sé de Leiria (figura 154), as igrejas de Alcáçovas, da Conceição de Vila Viçosa (figura 155), de Santa Maria de Extremoz (figura 156) e de São Simão, de Eurovilo. Caracterizaria-se por imprimir influências clássicas, formas marcadamente geométricas concebidas dentro da divina proporção e volumetrias de paralelepípedos. Portanto, se enquadraria dentro do universo erudito da arquitetura. A tradução da obra de Kubler para o português suscitou muitas discussões que ainda não conduziram a um consenso.

¹⁰⁸ KLUBLER, George. *Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University, 1972.



Figura 154: Sé de Leiria.

Figura 155: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Figura 156: Igreja de Santa Maria de Extremoz.

Há quem entenda que esta arquitetura se filia à vertente saloia da arquitetura da Estremadura. O termo saloio significa “morador do deserto”, o qual traz, em seu bojo, a ideia de origens berberes que dominaram Portugal durante a Idade Média. Esta arquitetura, de marcada filiação a correntes populares, também apresentava uma oposição à rebuscada arquitetura muçulmana erudita.

À sua época, não era feita diferenciação entre arquitetura erudita e popular, o que pode significar que o enquadramento destas igrejas numa estilística erudita possa não ser procedente, ao mesmo tempo que a simplificação formal por elas apresentadas não passe de uma projeção da arquitetura popular em obras que, atualmente, classificariam de erudita. Esta é uma questão complexa a ser respondida pelos arquitetos portugueses que dispõem de documentação consistente.

Como herdeiros da cultura portuguesa, a presente discussão está chegando ao Brasil e já há quem defenda a tese de que as obras do primeiro século de domínio português se enquadrem dentro desta estilística. A nós, parece-nos ser uma concepção bastante discutível, posto que parece que se trata apenas de uma forma simplificada do barroco lusitano, e resultado das condições de escassez de recursos tanto em Portugal como no Brasil. Tanto é assim que, à medida que o cultivo da cana de açúcar começou a apresentar resultados comerciais vantajosos, esta simplicidade deu lugar a novas igrejas ricamente decoradas, e engendrou a reforma das mais antigas no sentido do acréscimo de adereços mais vistosos.

Como conclusão deste capítulo, queremos assinalar que a riqueza dos estudos e da documentação existente sobre a arquitetura popular de Portugal é tão vasta e apaixonante que nos causa um incômodo ter de encerrar nossas considerações, visto que não almejamos fazer um trabalho sobre a produção dos portugueses e, tão e somente, limitar-nos àquilo que nos pareceu importante para entender às influências que ela deixou no Brasil. Com certeza, os assuntos pinçados não abarcaram todos os temas possíveis de serem examinados. Mas julgamos ter abordado os mais relevantes.

CAPÍTULO 2

ARQUITETURA
do Período Colonial:
séculos XVI e XVII

D

epois de cerca de quarenta mil anos de ocupação da América por povos de origem da Sibéria, na passagem do século XV para o XVI da era cristã, os europeus tomaram conhecimento da existência da América. Depois de viagens exploratórias de navegadores lusitanos e espanhóis pelas costas brasileiras, a realeza de Portugal resolveu tomar posse da terra através de uma cerimônia de oficialização por meio da realização de missa solene em primeiro de maio de 1500 a.D., o último ano do século XV¹. Mas antes disso, em 1498, viera

1 Existe uma controvérsia a respeito do significado desta data. Para Pero Vaz de Caminha seria a data de 1º de maio o da “descoberta” do Brasil, o que – segundo os autores modernos – seria uma contradição, posto que, na mesma carta, é afirmado que no dia 22 de abril teria sido avistado um monte que foi denominado de Pascoal (CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El-Rei D. Manuel*. S.l.: Borsoi, 1931, p. 11) e, portanto, teria sido esta a data da descoberta. Como é sabido que outros navegadores já estiveram na costa brasileira antes destas datas, e que a realeza já tinha até um mapa da terra, evidencia-se que há aí uma divergência de significado das palavras. Se hoje entendemos que “descobrir” tem o significado de achar uma coisa nova e desconhecida, naquele tempo o entendimento era outro, era o de tornar público o que estava “encoberto”, ou seja, o que era mantido em segredo. O conhecimento anterior da terra é evidenciado, entre outros, pela referência que o Mestre Johannes fez em carta de 1º de maio de 1500 ao Rei Dom Manuel (mesma data da de Pero Vaz de Caminha) onde diz: “Quando, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer o mapa-múndi de Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas naquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza também a Mina... (RIBEIRO, Darcy et. al.. A fundação do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 92). Como se vê, o autor classifica este mapa como “antigo”, o que significa que este conhecimento não era recente.



Figura 157: Mapa Mundi do holandês Pieter Platevoort, mais conhecido como Petro Plancio, de 1594.

uma expedição espanhola sob o comando de Alonzo de Ojeda, na qual se encontrava Américo Vespuíco, o qual seria o primeiro a identificar as terras descobertas como um novo continente. Um ano mais tarde, os espanhóis mandaram duas expedições: uma sob o comando de Vicente Yañez de Pinzón e outra com Diego de Lepe para explorar as costas do Atlântico Sul².

A este tempo, os portugueses já haviam se apropriado das características das correntes marítimas e dos ventos dominantes no Atlântico. Disso, resultou o entendimento de que o melhor caminho para chegar à Índia – nome genérico que correspondia ao Extremo Oriente – passava ao longo da costa brasileira. No afã de lá chegar, a costa brasileira passou a servir de ponto de reabastecimentos para a longa viagem de cruzar o Atlântico Sul. Em razão disso, os portugueses mandaram frotas de reconhecimento da costa brasileira. Nestas ocasiões, foram desembarcados criminosos condenados a degredo³, e algumas vítimas de naufrágio conseguiram chegar vivas em terra firme. Esses foram os primeiros portugueses estabelecidos na nova terra, os quais viriam a desempenhar importante papel, mas ambivalente no processo colonizador. O fato de terem cometido crimes graves mostra que se constituíam em pessoas problemáticas, e isso veio a se confirmar quando se iniciou o processo de colonização. Se por um lado eram acusados de serem elementos perturbadores da ordem pública, por outro, faziam as vezes de intermediários entre nativos e

2 Isso significa que, sob o ponto de vista europeu, é equivocada a tão divulgada afirmação de que Pedro Álvares Cabral teria descoberto o Brasil. É claro que, se a terra já era habitada quando os navegadores chegaram aqui, não foram nem espanhóis nem portugueses que descobriram este país.

3 Segundo as leis vigentes em Portugal, havia diversas formas de castigar os criminosos. Entre essas havia dispositivos que obrigavam os condenados a se afastar durante certo tempo de sua freguesia, sua cidade, sua circunscrição ou de seu país, conforme a gravidade do crime cometido. Em casos extremos, os criminosos podiam estar obrigados ao degredo perpétuo. Além dos eventuais naufragos, certamente, foi nesta condição que vieram os primeiros lusos. Sendo pessoas de conduta condenada, podiam causar problemas aos imigrados voluntários, como foi denunciado em diversos documentos da época. Porém, outros foram muito úteis para estabelecer o elo com os nativos que revelavam aos conquistadores os modos de sobrevivência na nova terra.

colonizadores, papel que era de fundamental importância para o processo de colonização por franquear aos chegados os meios disponíveis para a sobrevivência.

Estratégias do estabelecimento

Nestas condições, a política expansionista portuguesa se defrontou com dois problemas concomitantes: priorizar as viagens para o oriente ao mesmo tempo em que tinham de vigiar a costa brasileira que, no final das contas, tinha algum valor estratégico no reabastecimento para a viagem de travessia do Atlântico Sul. Sucessivas viagens de vigilância e de estabelecimento de feitorias visavam à segurança da posse, na providência do reabastecimento de mantimentos e no comércio do pau-brasil, que foi um dos primeiros produtos de interesse de troca. A existência destas feitorias é relatada em diversos documentos. Franco julga que estas feitorias:

(...) seriam instalações muito primitivas, espécie de galpões, cercados de muralhas de pau a pique, ao jeito dos índios e destinados a defender, contra os mesmos, os abnegados brancos que aqui viviam nessa madrugada da nossa civilização. Cercado pela selva, pelo mar e sofrendo a vizinhança do índio em que não podia confiar muito, era natural que o navegador sedentário se lembrasse dos recentes hábitos de agricultor. Daí as plantações existentes nos recintos das feitorias (...)⁴

É claro que aqui se trata de suposições do autor dada a escassez de documentos.

Uma iluminura de um mapa da costa brasileira de 1542 mostra os indígenas carregando troncos de pau-brasil diretamente do mato às embarcações portuguesas. Enquanto não forem encontrados documentos fidedignos, a forma dessas feitorias fica por conta da imaginação.

Desde logo, ficou claro que estavam em jogo muitos interesses no domínio desta terra devido à presença de navegantes de outras nacionalidades. Já em 1501, seria enviada uma expedição sob o comando de Fernão de Loronha (hoje conhecido pelo nome de Fernando Noronha) à costa brasileira que, no ano seguinte, arrendaria todas as terras descobertas. Mas este contrato não levou aos efeitos práticos desejados e, em junho de 1503, Gonçalo Coelho, o pai do futuro Governador Geral Duarte Coelho, partiu de Lisboa com a missão de fazer o reconhecimento da costa desta terra e, nesta viagem, teria assentado em Porto Seguro, no local do descobrimento, um marco de pedra de lioz de três metros de altura e 30 cm de largura, apresentando em sua parte superior o escudo de Portugal e na face oposta, a Cruz de Malta (figura 158)⁵. Esta teria sido a primeira de muitas toneladas destas pedras que viriam a ser trazidas à América. Porém, existe outra pedra semelhante que se encontrava na Praia do Marco, em Touros, Rio Grande do Norte, que os historiadores

4 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: SPAHN, 1944, p. 28.

5 SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos bens tombados Bahia*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983, p. 134. Há quem afirme que o mesmo teria sido trazido pelo donatário Pero Campos de Tourinho, em 1534.

potiguaras garantem ser anterior ao de Porto Seguro, porque teria sido implantado por Gaspar de Lemos em 1501⁶ (figura 159).

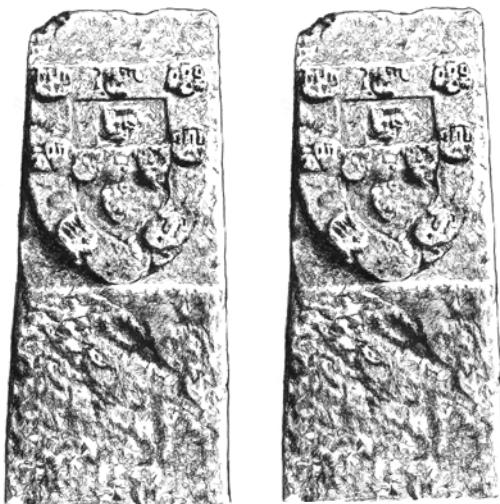


Figura 158: Marco do descobrimento do Brasil, em Porto Seguro: a primeira pedra de lioz trazida ao Brasil.

Figura 159: Marco do descobrimento do Brasil, na Praia do Marco, em Touros, Rio Grande do Norte.

Diante da confirmação da presença de navios de outros países como da Espanha, França, Itália e, até mesmo, de algum estado alemão, os governantes portugueses sentiram-se obrigados a ocupar definitivamente a terra para não ver fracassado seu projeto de posse. A divisão do território em Capitanias Hereditárias, com a doação de quinhões a cortesãos, é bem conhecida. Embora limitados sucessos auferidos por alguns donatários, esse empreendimento também não alcançou os esperados resultados. A razão principal era a expectativa de altos lucros no comércio com o oriente. Outras davam conta do desconhecimento dos meios de sobrevivência na nova terra que veio acompanhada de histórias mirabolantes sobre a existência de seres sobrenaturais e a existência de habitantes antropófagos. A ausência de qualquer estrutura de apoio e a ameaça constante e comprovada de ataques de corsários se constituíram em outros fatores que dificultavam a ocupação. Em razão disso, a fixação de portugueses dependeu, em grande parte, de migrações forçadas, por via de degredo⁷, e de constrangimentos entre os quais a promessa de que na colônia não haveria perseguições do santo ofício, isso na intenção de oferecer uma alternativa a cristãos novos para a constante ameaça das perseguições inquisitoriais.

Cartas de donatários dão conta das imensas dificuldades em estabelecer uma colonização permanente. Em grande parte, elas advinham de atritos entre os próprios

6 CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980, p. 337.

7 Afonso Franco (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: SPAHN, 1944, p. 29) se refere a 24 cristãos que Américo Vespúcio teria deixado na região de Cabo Frio, em 1503; a Diogo Álvares que teria naufragado na Bahia por volta de 1510; a João Braga que foi encontrado por Magalhães no Rio de Janeiro, em 1519; a Antônio Rodrigues, João Ramalho e o bacharel de Cananéia que foram deixados no litoral de São Paulo. Os autores franceses relatam ter encontrado degredados patrícios no Rio de Janeiro. Os cronistas do primeiro século se referem constantemente à existência e perturbações promovidas por degredados. Isso mostra que seu número não deve ter sido desprezível. A constatação da presença de navios de diversas origens em costas brasileiras antes da tomada de posse sugere que os degradados não se reduziam a lusos e franceses.

colonizadores, como brigas e arruaças entre diversas facções, excessos praticados contra os nativos, tensões oriundas diante da insegurança geral levaram a levantes e insurreições que tiveram por consequência até mesmo a morte de pessoas da alta administração das Capitanias. Saint-Hilaire, no início do século XIX comentou que

... os primeiros colonos portugueses que se fixaram no Brasil não eram menos bárbaros que os próprios selvagens. Na maioria exilados da pátria por terem cometido crimes atrozes, não levavam ao Novo Mundo senão vícios. Esses homens acostumados a serem indiferentes às crueldades que os indígenas exerciam contra seus inimigos e os indígenas não tardaram a tomar parte em toda a corrupção dos europeus. Uma população horrível formou-se dessa mistura de oprimidos e opressores.⁸

Como veremos mais adiante, o juízo do autor sobre os portugueses está correto, mas o conceito a respeito dos indígenas está completamente equivocado. Na verdade, os indígenas não só sustentaram os colonos no início, como também construíram seus abrigos. Só depois de serem submetidos à força se rebelaram, o que foi entendido pelos conquistadores como uma prática de crueldades da qual eles se eximiam.

Os assentamentos

As que apresentaram melhores resultados foram as de São Vicente (atual São Paulo), de Martim Afonso de Sousa, e de Pernambuco, de Duarte Coelho. Os irmãos Sousa, Martim Afonso e Pero Lopes também tiveram algum êxito por terem apostado na cultura da cana de açúcar. Segundo a tradição, ruínas no Morro do Marapé, perto de Santos, que chegaram até nossos dias, seriam de engenho mandado construir por Martim Afonso, o qual se tornou conhecido como Engenho de São Jorge dos Erasmos. Ele sofreu um incêndio em 1603. Depois de restaurado, foi vendido ao comerciante flamengo Erasmo Schetz (daí seu nome) e abandonado no século XIX. Hoje restam apenas ruínas (figura 160). Segundo historiadores paulistas, estes seriam os restos de construção portuguesa mais antiga ainda existente no Brasil.

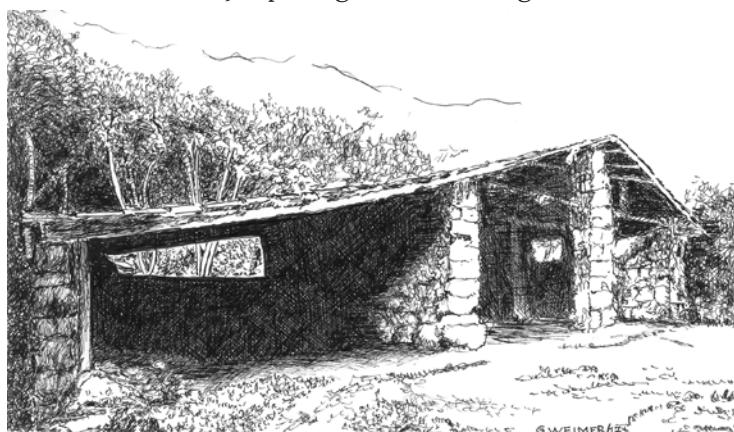


Figura 160: Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, em Morretes, perto de Santos.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 153.

Duarte Coelho, um veterano das investidas no oriente, teve dificuldades com os comerciantes não portugueses do pau-brasil com degredados. Com as insurgências da mão de obra indígena, por não se submeterem ao regime escravocrata, em razão disso foi um pioneiro a julgar que essa deveria ser substituída pela africana por deter maiores conhecimentos de agricultura. Em razão da falta de apoio solicitado ao rei, Coelho resolveu voltar a Portugal para expor esta situação de viva voz ante a realeza. Mal recebido por Dom João III, recolheu-se à sua propriedade em Portugal, onde morreu pouco tempo depois. Porém, seus sucessores conseguiram controlar a desordem e tiveram melhor sorte quando verificaram que plantações de cana-de-açúcar das ilhas do Atlântico apresentavam bons resultados financeiros. Segundo o Diálogo das Grandezas do Brasil: “O açúcar foi trazido em 1530 para o sul do Brasil. Em 1538 começou a ser cultivado em Pernambuco e por volta de 1550, na Bahia (...).”⁹

Este início auspicioso, todavia, foi abortado quando os irmãos se envolveram no projeto colonial na Índia, onde Martim Afonso se tornou governador e Pero Lopes perdeu a vida num naufrágio. Com isso, as cinco capitarias doadas aos irmãos¹⁰ foram abandonadas e entraram em decadência. Como a população dependia, em larga escala, do apoio logístico do além-mar, era evidente que, desde logo, procurassem se estabelecer num sítio abrigado onde pudessem ancorar os navios com segurança. Tal iniciativa já fora tomada por ocasião do “descobrimento”. Como foi expresso na carta de Caminha, foi escolhida uma abertura entre recifes que serviam de quebra-mar, e os navios foram ancorados na foz do rio Buranhém¹¹. Portanto, não foi por acaso que o lugar escolhido recebeu o nome de Porto Seguro.

Da mesma forma também foi escolhido o sítio onde foi implantada a povoação de Olinda que, por muito tempo, foi a capital de Pernambuco. Segundo Gabriel de Souza:

Chegando Duarte Coelho a este porto, desembarcou nele e fortificou-se, onde agora está a vila em um alto livre de pedrastos¹², da melhor maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal que ainda agora está na praça da vila, onde muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam, dos quais foi cercado muitas vezes, mal ferido e mui apertado, onde mataram muita gente; (...)¹³

‘Por entre recifes, entrava-se pela foz do Rio Beberibe onde os navios ancoravam em segurança junto a uma colina sobre a qual foi edificado o núcleo urbano. Segundo princípios do urbanismo medieval, as ruas eram traçadas em ladeiras em cujas calhas centrais eram escoadas as águas da chuva que carregavam o lixo atirado à via pública. Certamente, a implantação tanto de Porto Seguro como de Olinda foi feita em lugar elevado também

9 *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956, p. 194. O manuscrito original foi escrito em 1618.

10 Martim Afonso recebeu as capitarias de São Vicente (correspondente a São Paulo) e do Rio de Janeiro e Pero Lopes, as de Santana (correspondente ao Paraná e Santa Catarina), Santo Amaro (trecho entre São Paulo e Rio de Janeiro) e Itamaracá (correspondente à Paraíba).

11 Num total desrespeito ao significado histórico do local, alguma autoridade municipal autorizou o aterro do local por conta de um empreendimento imobiliário e, ao que nos consta, jamais foi providenciado em qualquer reparação pela iniciativa.

12 Padrasto (Alternativa de padrasto = pedra). S.m. Monte, colina ou construção que domina o terreno.

13 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 28. (Brasiliiana, 117).

por questões de defesa. Não foi muito diferente a implantação de São Vicente, que também foi locada em terreno inclinado dentro da baía de Santos.

Mas, muito em breve, descobriu-se que estes cuidados eram insuficientes: a exposição dos sítios a plena percepção visual a partir do mar facilitava a incursão de piratas, como eram qualificados os navegadores de outras nações. Tanto Olinda como Porto Seguro estavam resguardadas por “muralhas” de recifes, mas São Vicente não dispunha dessa proteção, ainda que fosse um pouco mais abrigado numa entrada lateral da baía de Santos (figura 161C). Mas era facilmente devassada desde o mar. Não é, pois, de admirar que São Vicente fosse abandonada¹⁴ e a população reestabelecida em Santos, um lugar mais protegido na mesma ilha, em sítio resguardado visualmente, atrás de morros. Não era outro o testemunho do padre Fernão Cardim, que esteve no Brasil tratando de questões inquisitoriais e assinalou por volta de 1590 que:

(a capitania da Paraíba) (...) tem na boca da barra uma fortaleza provida de soldados pagos de sua fazenda... A cidade que está situada pelo rio acima ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal.¹⁵

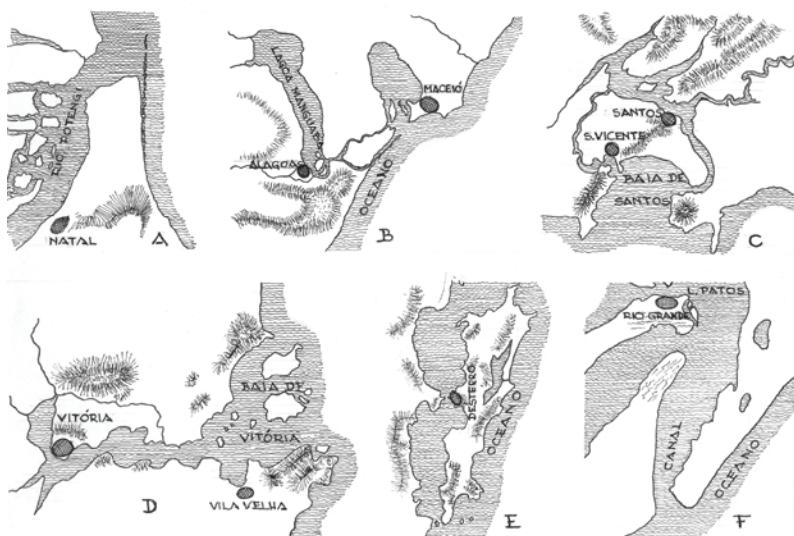


Figura 161: Mapa da implantação dos povoados: A - Natal; B - Alagoas; C - Santos e São Vicente; D - Vitória e Vila Velha; E - Desterro; F - Rio Grande.

Se os portugueses vieram para se assentar de forma permanente, por que se estabeleceram numa ilha e não no continente? Eis aqui o afloramento de outro problema a ser levado em consideração na escolha do sítio para o povoado: de início, o contato com os indígenas era conduzido de forma harmoniosa, pois os recém-chegados pouco conheciam da terra e dos meios utilizados para a sobrevivência. As plantas comestíveis que cultivavam na Europa não vingavam aqui ou produziam pouco. Não havia animais domesticados na

14 Isso não deve ter sido difícil, visto que o povoado, à época, era constituído “por dez a doze casas, uma feita de pedra com seus telhados e uma torre, para a defesa dos índios em tempo de necessidade”, segundo PRADO, J. F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1935, p. 79.

15 CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional (brasiliiana nº 168), 1978, p. 178.

terra. Os frutos dos quais poderiam se beneficiar eram desconhecidos. Certamente, de início, haveriam de se alimentar da caça e da pesca.

Devido a isso, os degredados, ainda que fossem constantes causadores de problemas para os administradores, a pior praga que podia cair sobre a recente colônia, no dizer de Varnhagen¹⁶, foram de suma importância: como já conviviam com os indígenas, com os quais aprenderam os modos de sobrevivência, e aprendido a língua dos nativos, tornaram-se os elementos intermediadores entre as duas culturas.

Como o projeto das capitania hereditárias não correspondia às expectativas do governo português, em 1549, foi posto em prática um terceiro modelo de ocupação com o estabelecimento de um Governo Geral na Baía de Todos os Santos que visava, de início, a dar apoio aos donatários. No decorrer do tempo, no entanto, este governo representativo da coroa haveria de promover a paulatina recompra dos territórios doados com o claro intuito de intervir diretamente na administração das capitania sem necessidade de respeitar cláusulas contidas nas cartas de doação.

Entrementes, surgiu mais um grande problema que viria a conturbar o estabelecimento dos portugueses no Brasil. Em 1580, sobreveio a devastadora união das coroas ibéricas decorrente da morte de Dom Sebastião que não deixara herdeiros. Em decorrência, seu primo Felipe II de Espanha se apossou da coroa portuguesa. Com isso, Portugal não só perdeu a sua independência, pois passou a ser premido a financiar as guerras contra os protestantes dentro do Sacro Império Romano de Nação Germânica, que era dominado pela casa dos Habsburger, para a qual Felipe pertencia. Este estado de beligerância deu motivo a que diversos países se rebelassem e aproveitassem a oportunidade para invadir colônias pertencentes a esta casa real. Isso fez com que Portugal perdesse boa parte das terras conquistadas. Franceses, ingleses e holandeses passaram a invadir as antigas colônias portuguesas e, dentro deste quadro, a posse do Brasil teve um significado relevante pelo fato de estar a produção açucareira produzindo grandes dividendos.

Antes de abordar a arquitetura, julgo necessário tratar da forma de constituição da família brasileira. A maioria dos degredados eram do sexo masculino, do mesmo modo, os conquistadores eram constituídos por soldados vindos na condição de solteiros. O número de famílias já constituídas deve ter sido diminuto. Isso levou a que as famílias aqui constituídas fossem formadas por conquistadores e mulheres nativas. Como já foi assinalado, a estrutura familiar nativa contemplava a poligamia e poliandria. Os conquistadores tinham atrás de si uma longa história da prática de poligamia adquirida pelo multissecular domínio islâmico, o que favoreceu a perpetuação desta forma marital em larga escala. A crer nos relatos dos padres da Companhia de Jesus, estas conformações podiam chegar à formação de haréns de dimensões escandalosas quando não inverossímeis. Com referência aos indígenas, Manoel da Nóbrega relata a seu superior, em meados do século XVI, em Coimbra, que “temo o mau exemplo que o nosso cristianismo lhes dá, porque há homens que a sete e dez anos que se não confessam e parece-me que põem a felicidade em ter muitas mulheres”¹⁷. Sobre a dificuldade de catequizar os nativos, o Superior da Ordem relata:

16 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1981, v. 1, p. 200.

17 NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988, p. 75.

Visitando os povos vizinhos desta terra, confessei a muitos e grande de fruto se fez porque deixaram os pecados e tomaram por mulheres as concubinas ou as abandonaram, posto que entre estes se vêm muitos cristãos que estão no Brasil os quais têm não só uma concubina, mas muitas em casa, fazendo batizar muitas escravas sob o pretexto de bom zelo e para se amancebar com elas, cuidando que por isso não seja pecado e de par com estes estão alguns religiosos que caem no mesmo erro (...) Muitos cristãos, por serem pobres, se têm casado com as negras da terra¹⁸, mas bastantes outros tensionam voltar ao Reino e não queremos absolvê-los por se terem casado em Portugal.¹⁹

Segundo Nóbrega, a degradação moral dos conquistadores era tão grave que até os nativos ficavam escandalizados com a conduta dos cristãos. Em razão disso, a catequese precisava ser realizada longe dos conquistadores devido à:

(...) má vizinhança dos cristãos, assim que nenhuma ajuda nem favor temos dos cristãos, mas antes muitos estorvos, assim de suas palavras, como do exemplo de sua vida, dos quais muitos lhes não ensinam senão a furtar, adulterar e fornigar com as infieis e outros males de que o gentio se escandaliza e estamos fartos de ouvir ao gentio contar coisas vergonhosas dos cristãos; é certo que nos envergonha e tapam a boca que não ousamos de lhe estranhar os seus pecados que neles são muito menos.²⁰

Para não deixar dúvidas, Nóbrega sentenciou: “Cá há clérigos, mas é a escória que de lá vem”.²¹ Para explicitar tais pecados, escreveu:

Os clérigos desta terra têm mais ofício de demônio que de clérigos: porque, além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas...²²

Em geral, têm-se admitido que a introdução de trabalhadores africanos escravizados tenha ocorrido em finais do século XVI. No entanto, pelos escritos dos jesuítas, fica claro que sua presença não era pequena quando chegaram a Salvador em 1549. Segundo a teoria de Varnhagen, os primeiros negros escravizados teriam chegado com os conquistadores, como uma continuidade de uma prática introduzida pelos mouros²³ em Portugal, e que teria se mantido ao longo do tempo. De acordo com a legislação portuguesa então em vigor, a concepção de Varnhagen parece bem fundamentada²⁴. Nestas condições, a reivindicação de Duarte Coelho no que se refere à substituição dos indígenas pelos africanos escravizados deve ser entendida como uma demanda por uma abertura para o seu comércio entre o Brasil e a África poder ser realizado diretamente, sem intermediação de Lisboa.

18 Negro da terra era um dos designativos dos indígenas.

19 *Idem, ibidem*, p. 109.

20 *Idem, ibidem*, p. 172-173.

21 *Idem, ibidem*, p. 77.

22 *Idem, ibidem*, p. 116.

23 À época, Lisboa teria sido um grande mercado de escravizados africanos que teriam sido revendidos para as ilhas do Atlântico depois do pagamento de impostos e, por esta via, teriam vindo para o Brasil.

24 A concepção de que os escravos seriam equivalentes a animais ou bestas, atribuída apenas a castelhanos, não corresponde à verdade. O título 16º do livro IV das Ordenações Manuelinas (de 1512) trata das relações de compra e venda “de escravos e bestas” em termos muito semelhantes às Ordenações Filipinas (de 1603), no título 17º do livro IV. Nas Ordenações Afonsinas a questão do comércio de escravos é tratada em título desvinculado da venda de bestas (título 111, do livro IV). De qualquer modo, indica que havia comércio de escravos na época em que as mesmas foram redigidas (entre 1404 e 1446).

A arquitetura seiscentista

Os relatos seiscentistas sobre o Brasil pouco dizem a respeito das construções, pois se fixam, invariavelmente, na descrição da flora, da fauna e dos nativos. Sobre estes são emitidos os piores conceitos. Os adventícios ficavam receosos diante das notícias de que os nativos praticavam a antropofagia – o que era verdadeiro apenas para alguns grupos –, mas estendida erroneamente serem comuns a todos os nativos. Também escandalizavam, ainda que em menor escala, pela prática da poligamia que fora corrente entre portugueses durante o longo domínio islâmico, mas, especialmente, pela poliandria, considerada absolutamente inadmissível pelos padres da Companhia de Jesus, em especial.

No entanto, quando os conquistadores se transformavam em colonizadores, à medida que se apropriavam dos modos de produção e de sobrevivência na nova terra, procuravam submeter os indígenas a seus serviços, o que ia transformando o contato inicialmente pacífico em atrito, que ia evoluindo para uma oposição sistemática até descamar em conflito aberto. Aí se nota a importância do estabelecimento do povoado numa ilha, pois seria mais fácil perceber a aproximação de inimigos (fossem estes nativos ou piratas) e tomar iniciativas necessárias à defesa. Neste quadro, inserem-se os povoamentos de Santos, Desterro (atual Florianópolis, figura 161E), Vitória (figura 161D).

Mas nem sempre havia ilhas convenientes situadas em locais onde se pretendia estabelecer um povoado. Uma boa opção era a escolha de um local escondido atrás de elevações dentro de baías que, quanto mais fechadas a embocadura, melhor. Opção preferida dos franceses nas duas vilas por eles fundadas (São Luiz e Rio de Janeiro), também adotada pelos portugueses em Alcântara, Cachoeira, São Félix, Vila Velha, Niterói, Paraty, Antonina, Paranaguá, São Francisco do Sul e Laguna.

Outra opção era entrar pela foz de um rio e escolher um sítio protegido nas proximidades, de preferência num istmo para que fosse mais fácil o controle do acesso por via terrestre como foram os casos de Natal (figura 161A). João Pessoa: Rio Grande (figura 161F). Nos dois primeiros casos, os povoados ficam protegidos atrás de morros e, em Rio Grande, atrás das dunas. Procuravam-se sítios, às vezes, mais afastados da foz como Ipojuca, São Cristóvão, Penedo e Campos dos Goytacazes. Já Macapá e Belém foram localizadas longe da foz do Amazonas e do Guamá (afluente do Tocantins). Noutros casos, como em Alagoas (depois, Vila Madalena e, agora, Marechal Deodoro), antiga capital do estado de mesmo nome, para se chegar até o sítio, era necessário passar por canais que só eram conhecidos de peritos (figura 161B). Mas aí se trata de um caso especial, pois o mapa de Barlaeus²⁵, também reproduzido em Reis²⁶, mostra, claramente, que a origem desta vila foi uma *sanzala* africana, da mesma forma como Porto Calvo (*Portus Calvus*) e Sirinhaém (*Civitas Formosa Serinhænsis*).

²⁵ BARLAEUS, Gaspar. História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil. Recife: Prefeitura Municipal, 1980, mapas “*Pagus Alagoæ Australis*”.

²⁶ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP, 2000, prancha 54. Desde logo deve ser assinalado que o título da obra de Reis Fº é um tanto enganosa, posto que grande parte das imagens contemplam conjuntos urbanos que não podem ser classificados nem como “vila” nem como “cidade”.

Não eram estas as únicas estratégias para eleger um sítio de uma população. No caso de Salvador, escolheu-se o interior de uma baía que, todavia, ficava bastante exposta. A seu favor, no entanto, contava com a segurança do terreno: um grande desnível de uma falésia se constituía numa muralha natural para quem a quisesse tomar por mar. As defesas construídas pelo lado oposto foram suficientes para conter eventuais ataques indígenas, mas quando os holandeses atacaram a cidade, a tomaram por aquele lado. Isso mostra sua fragilidade quando o inimigo possuía armas de fogo. Com o domínio pelos batavos no primeiro quartel do século XVII, a problema da defesa foi transferido aos mesmos que o solucionaram com a construção de um longo lago artificial, que se tornou conhecido como o “Dique”, o qual hoje apresenta um tamanho bastante reduzido em sua forma original devido a sucessivos aterros.

Sobre o traçado destes povoados ao longo do período colonial, sabemos pouco. Na alentada compilação de mapas e desenhos implementada pela equipe do professor Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura da USP, foram coligidas 329 imagens de vilas e cidades do período colonial, nos mais variados arquivos que estão assim distribuídos:

Tabela 1: Imagens de vilas e cidades do período colonial

PERÍODO	NÚMERO	ORIGEM LUSO-BRASILEIRA	ORIGEM HOLANDESA	ORIGEM FRANCESA
1500 - 1550	0	0	0	0
1551 - 1600	2	0	1	1
1601 - 1650	101	27	72	2
1651 - 1700	7	3	3	1
1701 - 1750	31	26	3	2
1751 - 1800	154	152	0	2
1801 - 1822	34	34	0	0
Total	329	242	79	8

Fonte: REIS Fº, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP, 2000.

A tabela acima é surpreendente e, ao mesmo tempo, indicativa acerca da importância que era atribuída à Colônia ao longo do tempo. A inexistência de qualquer imagem dos primeiros cinquenta anos de nossa história encontra sua explicação no fato de que a ocupação começou apenas a partir do terceiro decênio, quando a mesma ainda era incipiente. A este tempo se estava a decidir qual o futuro que lhe haveria de ser dado. A doação de Capitanias pouco entusiasmo despertou em seus donatários. Até mesmo os donatários de maior sucesso – os irmãos Souza – resolveram tentar sua sorte na Índia.

Da segunda metade do século XVI temos duas imagens, por sinal, bastante esquemáticas, do Rio de Janeiro: uma de origem francesa relacionada com a incursão dos mesmos e outra de um navegador holandês, que empreendia a primeira circum-navegação financiada por este país. É estranho que não tenha sido encontrada sequer uma iconografia nos arquivos portugueses referente ao período, porque foi uma época em que a produção do

açúcar já estava se consolidando. Para este descaso, certamente, contribuíram a morte do Rei Dom Sebastião e as graves consequências que isso acarretou.

Na primeira metade do século XVII, as atenções estavam voltadas à tomada da Bahia e, depois, de todo o nordeste pelos holandeses, os quais deram substancial contribuição à cartografia da costa brasileira e do registro de suas paisagens. A guerra de retomada obrigou os portugueses a investir no conhecimento da terra.

Na segunda metade deste século, a iconografia quase foi abandonada de todo. Isto foi devido a vários fatores: a decadência da produção do açúcar na Colônia, a reconquista da independência de Portugal e as necessidades da consolidação da mesma ao mesmo tempo que perduravam ameaças dos castelhanos de retomada do território perdido.

O século XVIII foi o da efetiva posse do Brasil. Por isso, houve um substancial investimento no conhecimento da Colônia. A perda das colônias do oriente e a descoberta de minas de diamante e de ouro trouxe novo alento para a exploração colonial. Ainda assim, é de surpreender que não tenha sido produzida uma documentação mais substancial na primeira metade do século. Este aspecto mudou profundamente na segunda metade do século, quando a exploração do ouro entrou em decadência em razão da quase completa exaustão das minas. Mesmo assim, a cartografia teve um grande incremento, motivado, certamente, pela política da expansão do domínio territorial promovido pelo Marquês de Pombal.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, esta dinâmica não pode ser mantida devido às perturbações da política na Europa, que levaram à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte e à fuga da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro. Esta evolução tão conturbada faz com que cada um destes períodos tenha de ser analisado em separado.

À semelhança do desembarque dos degredados que integraram-se à comunidade indígena harmoniosamente, a vinda dos conquistadores se processou de forma pacífica em decorrência de conveniências recíprocas. Os interesses dos europeus se centravam no aprendizado dos modos de sobrevivência, enquanto os indígenas estavam interessados em artefatos trazidos pelos árvorenses, especialmente em ferramentas de ferro que eram muito úteis em suas tarefas como foices, machados, facões, utensílios de metal, etc..

De início, essa convivência foi tão harmoniosa que os nativos se encarregavam de construir as primeiras habitações para os árvorenses. Segundo Anchieta, em 1554, em Piratininga:

De janeiro até o presente tempo permanecemos algumas vezes mais de vinte, em uma casinha feita de barro e paus, coberta de palha, tendo quatorze passos (± 9 m) de comprimento e apenas dez ($\pm 6,5$ m) de largura, onde estão, ao mesmo tempo, a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a dispensa (...) Os índios, por si mesmo, edificaram para nosso uso esta casa; mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, com suor do nosso rosto e o auxílio dos índios.²⁷

Nóbrega deu semelhante testemunho sobre a fundação de Salvador:

Desde logo se fez a paz com o Gentio da terra e se tomou conselho sobre onde se fundaria a nova cidade, chamada Salvador (...) Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas em que se queira emprega-los; podem-se já contar

²⁷ ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988, p. 53.

umas cem casas e se começa a plantar canas de açúcar e muitas outras coisas para o mister da vida.²⁸

Não foi diferente o testemunho de Jean de Léry sobre o estabelecimento dos franceses no Rio de Janeiro:

Villegagnon fez construir duas casinhas, edificando a sua, em que resistiu, no centro da ilha, em uma pedra de cinquenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados desse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construíram não só a sala, onde nos reunímos para a pregação e a refeição, mas ainda vários abrigos em que se acomodavam cerca de oitenta pessoas, inclusive Villegagnon. Entretanto, a não ser a casas do rochedo, construída com madeiramento e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens que, de fato, os fizeram.²⁹

O testemunho de André Thévet apresenta alguma variante. Depois de relatar que os indígenas receberam os franceses “da maneira mais hospitaleira possível”, eles trataram de se estabelecer numa colônia fortificada, mas que, por razões de segurança, não foi permitida a presença dos indígenas. Contudo,

Depois de permanecer ali pelo espaço de dois meses, durante os quais procedemos ao exame de todas as ilhas e sítios em terra firme (...) não se encontrou um lugar mais conveniente para se estabelecer-se uma colônia fortificada do que uma ilhotinha minúscula (...) situada quase na boca do deste rio à qual se deu o nome de Coligny, assim como o forte nele edificado (...) Em seguida, o Senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques destes selvagens (...) e também dos portugueses (...) fortificou o lugar da melhor maneira que pôde. Os víveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país (...) Em troca desses víveres, recebiam de nós alguns objetos de pequeno valor como facas, podões e anzóis.³⁰

Este ainda era o comportamento um século mais tarde, quando os franceses fizeram uma segunda tentativa de colonizar o Brasil, desta vez, sob o comando dos padres capuchinhos. De acordo com o testemunho dos padres:

(Os índios) não deixavam de trabalhar diariamente nas obras da capela (...) Trabalhavam uns em rotear a praça, outros em aplainá-la, outros em derrubar árvores, cortar paus e outros ainda em acertar o madeiramento. Enquanto uns preparavam a pindoba para o teto, outros faziam esteiras de folhas de palmeira, tão bem tecidas e entrelaçadas em quadrados e outras figuras que se tornavam muito bonitas, dignas de ver-se e que serviam para ornamento da capela e do altar.³¹

É de lamentar que não tenhamos iconografia destas construções, pois se trata de prédios híbridos, de palha e taipa, cobertos de palha e de “cortiça”, provavelmente, uma referência a cascas de árvores. Tais características são próprias da arquitetura indígena,

28 NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988, p. 89.

29 LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1961, p. 96.

30 THÉVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1978, p. 93-94.

31 ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 91.

porém a taipa remete às origens africanas. Se fosse taipa de pilão³², teria vindo do norte da África; se fosse leve, da África negra.

Mas a convivência pacífica teve vida curta. À medida que os conquistadores se assenhorearam dos modos de sobrevivência, passaram a submeter os nativos a trabalhos forçados, contra os quais os mesmos se revoltaram. Se a convivência entre os próprios invasores era conturbada, as insurreições indígenas levaram a que se lhes declarasse uma “guerra justa” sempre que houvesse alguma resistência contra a submissão. Na verdade, esta guerra resultou num massacre do qual só poucos nativos conseguiram escapar. Para evitar eventual resistência dos sobreviventes, mandaram padres para estas aldeias para “pacificá-los” por meio da cristianização que, por vezes, não passava de uma expedita cerimônia de batismo massivo.

A primeira providência para identificar a cristianização dos nativos era a elevação de uma grande cruz de madeira no centro da “ocara”, isto é, a praça central da aldeia, como pode ser percebido numa reprodução de um dos primeiros mapas portugueses do levantamento de um trecho da costa marítima da colônia.



Figura 162: Detalhe de um dos primeiros mapas portugueses da costa brasileira mostrando uma aldeia de indígenas cristianizados.

Figura 163: Aldeia missionária de Carapicuíba, próxima à cidade de São Paulo.

Diante da resiliência dos nativos em abandonar suas crenças tradicionais, a catequese dos padres objetivava a conversão das crianças para construírem igrejas, junto às quais edificavam o “colégio”, que consistia num prédio anexo ao templo, com um pátio interno em torno do qual ficavam as salas de aula e, no piso superior, estavam instaladas as celas dos padres (figura 164). Plasticamente, esse conjunto apresentava formas muito simples e constituídas de três elementos formados pela igreja, a torre e o colégio que podiam se ordenar livremente, desde que a torre ficasse junto ao templo.

³² Existem dúvidas sobre a origem da taipa de pilão. Segundo LEMOS, Carlos A.C. (*História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 41), a taipa teria sido introduzida pelos romanos na Península Ibérica. Pelo fato de ser uma técnica característica de regiões de clima muito seco, posto que a terra é muito vulnerável à ação da umidade, esta tese parece ser de difícil sustentação. Pelo fato de que, dentro do contexto da cultura ocidental e envolventes, parece ser evidente que a origem teria sido de zonas desérticas, e como na Península Arábica existem os exemplares mais avançados, considera-se que tenha sido ali a sua origem, de onde se espalhou pelo norte da África e, sucessivamente, ter sido levada ao continente europeu pelos berberes.



Figura 164: Igreja e colégio dos Reis Magos, em Reritiba, Espírito Santo.

A forma improvisada de como eram construídas tais edificações pode ser verificada a partir do levantamento planimétrico realizado pelo IPHAN deste conjunto, como mostram as imagens seguintes (figuras 165 a 167). Isso demonstra que os padres da Companhia tinham pouco preparo para enfrentar os problemas de construção. Neste caso, o simples procedimento de locação da obra apresentou equívocos evidentes, presentes tanto na relação com os alinhamentos da aldeia como na perpendicularidade das paredes.

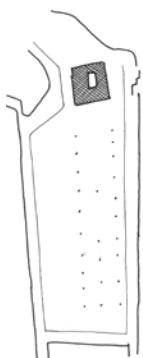


Figura 165: Mapa da implantação do colégio dos Reis Magos.

Figura 166: O conjunto do colégio com a igreja.

Figura 167: Igreja e colégio N. S. da Assunção

Dante das concepções que animavam a fantasia dos colonizadores, a aproximação dos padres requeria muita coragem e desprendimento, especialmente devido à oposição dos xamãs, que eram os depositários da cultura indígena ancestral. Isso se tornava mais agudo quando estes percebiam que os sacerdotes lhes tomavam o poder. Na concepção dos padres, não passavam de meros “feiticeiros”, mensageiros dos demônios, em razão do que tinham de ser combatidos.

Uma vez “pacificada” a tribo, os colonos pobres se estabeleceram na aldeia, e a convivência assimétrica levou à miscigenação da qual resultaram os caboclos que se tornariam parceiros menores dos latifundiários portugueses nos canaviais nordestinos, na prática da agricultura dos paulistas ou mesmo no pastoreio do gado nas fazendas e estância sulinas. Da poligamia praticada nos engenhos, surgiram os feitores que administravam a produção do açúcar e dos demais pequenos produtores agrícolas.

A arquitetura setecentista

Sobre prédios administrativos sabemos pouco. No levantamento das Casas de Câmara e Cadeia realizado por Paulo Thedin Barreto³³, só encontramos referência a três edificações: a de Salvador, que foi profundamente modificada em várias ocasiões, e as de Jaguaripe e Cachoeira, então edificadas nos estertores do século XVII, que também sofreram intervenções modificadoras. Por isso, julgamos mais conveniente analisá-las juntamente com as do século XVIII.

Baseado num croqui encontrado no Archivo General de Índias, em Sevilha, há um quadro a óleo interpretativo do “Paço da Vila de São Paulo”³⁴, de 1628 (figura 168), e ao que tudo indica deve ter sido uma construção de enxaimel e taipa.



Figura 168: Tentativa de reconstituição do primeiro Paço da Vila de São Paulo, a partir de um croqui de 1628 encontrado no Archivo General de Índias, em Sevilha.

Segundo Buescu³⁵, baseado na História da Província de Santa Cruz – Tratado da Terra do Brasil, de Pero Magalhães de Gândavo, em 1576, a Colônia já contava com 3440 “vizinhos”³⁶, 13 povoados e 60 engenhos, cada qual produzindo cerca de três mil arrobas de açúcar, cuja venda correspondia a cerca de três quartos das rendas na Colônia³⁷. Mesmo assim, os governantes portugueses continuavam centrados nas relações comerciais com o oriente que, certamente, eram mais lucrativas.

Dentro deste panorama, a organização social deve ter sido ainda altamente estratificada pelo simples fato de que ela ainda estava se adequando às novas condições de vida.

³³ BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. In: Arquitetura oficial. São Paulo: FAUUSP, 1978, p. 101-253, v. 1.

³⁴ TAUNAY, Affonso de E.. Velho São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 64, 2. v.

³⁵ BUESCU, Mircea. História Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1970, p. 57.

³⁶ Este número certamente se refere apenas aos habitantes brancos, excluindo, portanto, os negros e os índios.

³⁷ Segundo BUESCU, Mircea. Evolução econômica do Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 91 e seguintes, até a primeira metade do século XVII do Brasil, a renda per capita era mais alta que em 1900. Esta avaliação, segundo nos parece, merece uma retificação, pois o autor deve ter considerado que os beneficiados eram constituídos apenas pelos “vizinhos”, ou seja, os conquistadores. Ora, os africanos e os nativos escravizados também faziam parte do processo produtivo e de consumo, em razão do que este índice deve ter sido bem menor.

A classe alta era constituída pelos nobres e administradores, pelos sacerdotes e pelos donos de engenho. Uma classe menos favorecida era formada pelos portugueses pobres que era constituída, primordialmente, por agricultores, pequenos comerciantes e artesãos. Indígenas e negros escravizados formavam a classe dos despossuídos. Cada uma destas classes tinha seus interesses próprios que se materializavam em construções específicas.

À chegada, as construções atendiam às necessidades mais imediatas, razão pela qual utilizavam os materiais à disposição. Tomé de Souza trazia trezentos e vinte homens de armas³⁸, que se tornaram agricultores, e quatrocentos degredados, que formavam o povo. Segundo Pedro Calmon:

Tinha o Salvador mil almas e já os casebres de taipa, segundo seu destino, eram “paço de governo”, “casas de engenho”, “alfândega”, “cadeia”. Em quatro meses fixara-se aquela gente num sítio defensável por quatro faces, murara-o, arruara-o, abrigara ali uma administração, erguera uma “Sé de Palha” (a Igreja da Ajuda), artilhara a muralha, por sinal tão provisória que em vinte anos desapareceu, e instalara uma capital com seu funcionalismo, a sua justiça, os seus armazéns. De começo, trabalharam todos, na promiscuidade mais completa, não se furtando o governador, ao lado dos padres, a ajudar os artifícies como se uma nova vida acabasse aqui (com os) privilégios e diferenças de Portugal.³⁹

Nóbrega dá semelhante testemunho sobre os dias depois de sua chegada a Salvador:

Houve nestes princípios grande trabalho. Mudando-se a outro lugar, fizeram os padres com suas próprias mãos umas pobres casas de barro. Passaram muitas necessidades do temporal. Este lugar foi chamado de Monte Calcário, onde fizeram uma casa e uma igreja pequena.⁴⁰

Atendidas as necessidades mais imediatas, os conquistadores passaram a se certificar sobre os materiais disponíveis para as construções necessárias à sustentação de seu empreendimento colonial. Um dos pioneiros a se estabelecer na Bahia deixou um relato sobre suas experiências no Brasil. Pouco se sabe sobre a vida de Gabriel Soares de Souza. Era um português chegado em 1570, que se estabeleceu como senhor de engenho de fazenda próximo a Jaguaripe. Em inícios de 1587, voltou à ao reino e se apresentou na capital do Reino, em Madri, quando apresentou a um certo Cristóvão de Moura seu Tratado Descritivo do Brasil⁴¹. De seu relato, podemos auferir uma série de dados que permitem traçar algumas diretrizes sobre a arquitetura dos primeiros tempos.

Suas primeiras observações se referem às construções da taipa de pilão da qual os construtores lusitanos dispunham de uma experiência secular. Seu uso havia sido trazido da Península Arábica pelos conquistadores islâmicos para o norte da África, onde deixaram obras que hoje já completaram mais de um milênio de uso contínuo. De lá, a técnica foi trazida para a Península Ibérica nos inícios do século VIII, o que significa que os construtores lusos haviam acumulado uma experiência de oito séculos quando iniciaram sua aventura no

38 Segundo SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 126, teriam sido 600 os soldados.

39 CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Nacional, 1933, p. 22.

40 NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988, p. 34.

41 Esta obra transcrita para o português hodierno, foi publicada pela Editora Nacional, de São Paulo, como o volume 117 da coleção Brasiliana sob o título *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, em 1938.

lado ocidental do Atlântico. Em ofício de 25 de outubro de 1551, sabemos que o governador geral Tomé de Souza mandou “que se pagasse a Pedro André, taipeiro, dois mil e cem réis em dinheiro, que eram devidos de um baluarte e casa de taipa que fez por mando do dito governador na povoação da Praia.”⁴² Esse foi o primeiro forte (denominado da Ribeira) construído para a defesa da primeira capital da Colônia. A conhecida “Planta de Cidade de Salvador” mostra que o mesmo governante mandara cercar a cidade por um longo baluarte que cobria todos os lados, salvo o da baía onde estava protegida pela falésia. O cronista relata que

A cidade do Salvador foi murada e torreada em tempo do governador Tomé de Sousa que a edificou (...) cujos muros vieram ao chão por serem de taipa e se não repararem nunca em o que se descuidaram os governadores, pelo que eles sabem ou por se a cidade ir estendendo muito por fora dos muros; e seja pelo que for, agora não há memória aonde eles estiveram.⁴³

O uso da taipa de pilão tem sido desprezado por alguns historiadores da arquitetura por ser muito “grosseira”. Este, sem dúvida, é um juízo apressado. Em verdade, ela apresenta algumas vantagens nada desprezíveis. Por princípio, trata-se de um material abundante e barato. Seu emprego requer poucos conhecimentos técnicos. Em seu emprego em fortificações, tem a vantagem de funcionar como um material elástico, cuja função é “absorver” as balas de canhão sem que ocorram maiores danos às muralhas no caso de um bombardeio. Ademais, é de fácil conservação e restauração. Todavia, não é um material perfeito: a terra é hidrófila e a absorção da água diminui sua resistência. Por isso, seu emprego só é recomendável em locais secos e de pouca chuva. Seu uso se adequaria muito bem ao sertão nordestino, mas, cedo se percebeu que seu uso não era conveniente em obras nas proximidades do litoral como, aliás, atesta Soares de Souza. Isso levou ao emprego de outro material mais duradouro, ainda que mais trabalhoso e pesado: a pedra.

Pelo fato de que era frequente o emprego da pedra de lioz⁴⁴, dito o mármore português, nos prédios coloniais mais significativos, tem-se divulgado a ideia de que os navios mercantes teriam vindo vazios de Portugal e usado esta pedra como lastro para garantir a estabilidade dos navios. Este fato tocou os brasileiros por sugerir que os colonizadores teriam vindo para trocar açúcar por pedras. Isso pode até ser comovente, mas se constitui em meia verdade. A evidência da importação de algum lioz está longe de se configurar como uma regra para a importação de pedras pelo simples fato de que seria impossível trazer a quantidade necessária para atender a demanda. Vejamos, então, o que dizem os documentos da época:

A primeira coisa que convém para se fortificar a Bahia é que tem pedra alvenaria e cantaria, de que há em todo o seu circuito muita comodidade e grande quantidade

42 Idem, *ibidem*, p. 227.

43 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 137.

44 O lioz é um calcário raro encontrado no concelho de Sintra, perto de Lisboa. Suas origens são do período cretáceo, em depósitos em mar pouco profundo e de águas propícias à proliferação de animais de esqueletos carbonatados. A decomposição de seus ossos forma bancos calcários, semelhantes a recifes combinados com rochas de cor cinza-clara. Foi muito utilizado como pedra ornamental nos mais conhecidos monumentos lisboetas, principalmente, em portadas, cunhais, ombreiras, vergas e peitoris de aberturas. No período colonial era considerada uma pedra nobre e seu uso se restringia a obras requintadas em cidades litorâneas.

para se poder grandes muros, fortalezas e outros edifícios; porque de redor da cidade há muita pedra preta, assim ao longo do mar como pela terra a qual é de pedreiras boas de quebrar, com a qual se fazem paredes mui bem liadas⁴⁵; e pelos limites desta cidade há muita pedra molar como a de alvenaria de Lisboa, com que se faz boa obra: e ao longo do mar, meia léguas da cidade, e em muitos lugares mais afastados, há muitas lagoas, de pedra mole, como tufo, de que se fazem cunhais em obra de alvenaria, com os quais se liam os edifícios que se na terra fazem e se afeiçoam os cunhais pela natureza conforme o para que são necessários.

Quando se edificou a cidade do Salvador, se aproveitaram os edificadores e povoadores dela de uma pedra cinzenta boa de lavrar que iam buscar por mar ao porto de Itapibanga⁴⁶ que está a sete léguas da cidade na mesma Bahia, da qual fizeram as colunas da Sé, portais e cunhais e outras obras proveitosas; mas depois se descobriu outra pedreira melhor que se arranca dos recifes que se cobrem com a preia-mar da maré de águas vivas ao longo do mar, a qual pedra é alva e dura, que o tempo nunca gasta, mas trabalhosa de lavrar que gasta as ferramenta muito; de que se fazem obras mui primas e formosas e campas de sepultura mui grandes; e parece a quem a isto tem atentado que esta pedra se faz de areia congelada; porque ao longo dos mesmos arrecifes, bem chegados a eles é tudo rochedo de pedra preta e este outro é muito branca, depois de lavrada; mas é muito macia, a qual quando a lavram faz sempre uma grã areenta e acham-se muitas vezes no amargo desta pedra cascas de ostras e de outros mariscos, e uns seitas de areia; pelo que se tem esta pedra se formou de areia e que se congelou com a frialdade da água do mar, o que é fácil de crer; porque se acham por estas praias limos enfarinhados de areia que está congelada e dura como pedra e alguns paus de ramos de árvores também cobertos desta massa tão dura como se foram de pedra.⁴⁷

Hoje o corte da pedra é corriqueiro e requer relativamente poucos conhecimentos devido ao ferramental disponível. Este não era o caso nos primeiros tempos da Colônia. O ferro disponível para a fabricação das ponteiras seria o gusa, cuja resistência não era compatível com as solicitações exigidas. Por isso, as “cunheiras”, isto é, as aberturas para a colocação das cunhas eram abertas por meio da percussão com pedras mais duras. Isso requer conhecimento tanto da pedra a ser empregada do mesmo modo como a forma de conseguir fazer um sulco apropriado. Feito isso, era necessário o conhecimento para fazer as cunhas apropriadas que eram enxutas, inseridas no sulco a marreta. Após bem fixadas, eram molhadas para absorver a água e se expandia de modo a rachar a pedra. Para que este processo corresse a contento, era necessário alinhar as “cunheiras” segundo os “veios” da pedra, o que requeria a devida experiência. Portanto, o ofício de canteiro tinha muitos segredos acumulados em prática milenar⁴⁸.

Para o emprego da pedra, o material de ligação disponível, à época, era a cal. Conforme o referido relato, desde logo aqui se produziu cal virgem em quantidade:

A maior parte da cal que se faz na Bahia é das cascas de ostras de que se há tanta quantidade que faz dela muita cal a qual é alvíssima e lisa também, como a de Alcântara; e fazem dela guarnições de estuque mui alvas e primas; e a cal que se faz das ostras é muito fácil de fazer que de pedras; porque gasta pouca lenha e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida e é tão forte que se quer caldeada, e ao caldear ferve em pulos como a cal de pedra de Lisboa. Quanto mais que, quando

45 Liadas = ligadas entre si, por meio de desalinhamento das juntas.

46 Provavelmente Itapiranga (ita = pedra + piranga = vermelho). Existem diversos locais com este nome no Brasil, mas não foi possível localizar um sítio perto de Salvador com este nome.

47 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1934, p. 419-421.

48 AFONSO. Manuel Pires. A arte de trabalhar a pedra. In: Minia. Braga: ASPA, 1981, p. 141-147. Esta técnica de corte de pedra já era usual no Egito faraônico. ASPA – Associação para a defesa, estúdio e divulgação do patrimônio cultural.

não houvera este remédio tão fácil, na ilha de Taparica⁴⁹ se faz muita, que se vende a cruzado e meio; a qual cal é mui estranha, porque se faz de umas pedras que se criam no mar⁵⁰ neste sítio desta ilha e em outras partes, as quais são muito crespas e artificiosas, para outras curiosidades, e não nascem em pedreiras, mas acham-se soltas em muita quantidade.⁵¹

Importante assinalar que, tal como em Portugal, por influência do norte da África, a cal era usada como pintura das paredes onde servia de repelente à água e para fins estéticos. Em reação com a água, solidificava-se, servindo como argamassa e endurecedor superficial dos revestimentos das paredes. Apesar da existência de tintas nativas das mais variadas cores, por influência da tradição lusa, a cal continuou a ser virtualmente o único corante utilizado na construção civil. Segundo o Dialogo das Grandezas do Brasil, as tintas locais eram:

(...) vermelho tirado do urucú(m); amarelo: da tatajuba; preto: do genipapo; vermelho: do araribá; branco: da tabatinga que é usada na falta de cal.⁵² É uma argila branca, compacta, que é encontrada no fundo dos rios e estuários. Ainda é empregada na caiação das casas, na falta de cal.⁵³

Em se tratando de materiais de construção, é interessante verificar que já em 1587 havia uma produção tanto de telhas como de tijolos. Como era comum à época, era também deste material que se fazia o vasilhame da cozinha já que a porcelana era de uso restrito aos moradores de altas rendas. Diz o cronista: “(...) tem a Bahia muito barro de que se faz muita e boa telha e muito tijolo de toda sorte; do que há em cada engenho um forno de tijolo e telha, nos quais se coze muita boa louça e fôrmas que se faz do mesmo barro.”⁵⁴

Por este relato, pode parecer que as coberturas de telhas de barro fossem comuns. Todavia, pelos registros dos bens no primeiro volume do livro do tombo do mosteiro de São Bento⁵⁵, que abrange o período entre 1536 e 1732, nota-se que as compras ou doações de construções para esta congregação incluíam numerosas “cazas de palha”, o que, provavelmente, fazia era uma referência ao material de cobertura. Provavelmente, por estes registros, também se percebe que a construção em alvenaria de tijolos fosse restrita, já que a maioria das construções eram de “pedra e cal”.

Não deve causar surpresa que Soares de Souza fizesse os mais rasgados elogios às madeiras locais, uma vez que a variedade das mesmas era muito superior às conhecidas na Europa.

(A Bahia) tem tantas e tão maravilhosas e formosas madeiras para se fazerem muitas naus, galeões e galés, para quem não faltarão remos com que eles possam remar (...) há muitas castas de madeiras que se serram muito bem (...) para as quais o que faltam são serradores de que se há tantos na Bahia escravos de diversas pessoas (...)

49 Ilha de Itaparica.

50 Pela descrição, trata-se da utilização de corais.

51 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1934, p. 421.

52 Diálogo das Grandezas do Brasil. Salvador: Progresso, 1956, p. 59. O manuscrito original foi escrito em 1618.

53 *Idem, ibidem*, p. 252.

54 *Idem, ibidem*, p. 422.

55 *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.

ajuntar-se-ão pelo menos quatrocentos serradores escravos muito destros e duzentos escravos carpinteiros de machado; e ajuntar-se-ão mais quarenta carpinteiros da ribeira. Portugueses e mestiços, para ajudarem a fazer as embarcações, os quais se ocupam em fazer navios que na terra fazem, caravelões, barcas de engenho e barcos de toda a sorte⁵⁶ (...) na terra há muito ferro de veias para se poder lavar, mas que enquanto se não lavra, será necessário ir de outra parte; mas se necessidade for muita, há outras ferramentas na terra de trabalho, tantas ferragens dos engenhos que se poderão juntar mais de cem mil quintais de ferro (...) Em cada engenho há um ferreiro com sua tenda e com os mais que tem tenda na cidade e em outras partes se pode juntar cinquenta tendas de ferros, com seus mestres obreiros.⁵⁷

Este parágrafo é muito elucidativo a respeito da questão da mão de obra. Escrito por volta de 1587, mostra que a interação entre as diversas etnias já era fluente. Como é sabido, os negros eram peritos na construção da taipa, mas seu domínio no trato da madeira e da pedra era restrito. O mesmo vale para os indígenas, ressalvado que não construíam com terra. Se a solicitação dos construtores portugueses se fez sentir a partir de 1549, temos que, em apenas quatro décadas, negros e mestiços já se haviam transformado em serradores e carpinteiros “destros”. Portanto, já haviam se assenhorado dos procedimentos que eram próprios dos europeus. Isso, com certeza, também deve valer para os demais ofícios intervenientes na construção.

Na opinião de Pedro Calmon, de início a cooperação entre chegados e nativos independia de sua classe. Mas isso, certamente, somente correspondeu aos primeiros tempos. Muito em breve, devem ter-se restabelecidas as relações de classe dos vários grupos que formavam a sociedade, em que cada uma tratava de construir os programas arquitetônicos de seu interesse. Os nobres e administradores, em sua maioria formados por militares, estavam empenhados, prioritariamente, em garantir a posse da terra, o que significava construir fortificações e, secundariamente, prédios administrativos⁵⁸. Dada a precariedade dos materiais empregados e a singeleza das edificações, não sobrou uma sequer destas construções. Pelos relatos da época, sabe-se que as primeiras fortificações não passavam de paliçadas de madeira ou muros de terra. Relata Gabriel S. de Souza que, ao retomar à cidade do Rio de Janeiro, o governador Men de Sá “(...) achou-o fortificado dos franceses na terra firme, onde tinham feito cercas mui grandes e fortes de madeira, com seus baluartes e artilharia, (...) que ali foram carregadas com muitas espingardas (...)”).⁵⁹

A construção feita a mando de Villegagnon deve ter sido paradigmática para as primeiras fortificações brasileiras. Em carta dirigida ao Rei em 1551, Tomé de Souza fez um relatório sobre a construção do primeiro forte, dito “da Ribeira”, onde diz que “ainda que é de madeira, é tão forte que durará, segundo dizem, por vinte anos, por ser de paus de mangue que se criam n’água e são como ferro”⁶⁰. O emprego da madeira evidentemente decorreu de sua abundância e da facilidade de sua obtenção. Porém, havia um senão em

56 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1934, p. 423-424.

57 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 422.

58 No volume da arquitetura oficial publicada pelo MES e reeditado pelo IPHAN em colaboração com a FAU-USP, em 1978, há um inventário realizado por BARRETO, Paulo Therin (*Casas da Câmara e Cadeia*) de 35 casas de câmara e cadeia das quais três são do século XVII, 17, do século XVIII e 15 do século XIX.

59 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 96, (Brasiliana, 117).

60 CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. 240.

seu emprego: sua pouca durabilidade e, ainda que não citado, sua pouca resistência ao fogo. O segundo passo foi empregar um material mais resistente e que permitisse uma execução rápida, que foi o emprego da taipa de pilão.

A conhecida “Planta da Cidade de Salvador” trazida por Tomé de Souza atesta a proposição de cercá-la pelos três lados que davam para o interior por baluartes de taipa da mesma forma como, mais tarde, procedeu-se com a extensão da cidade em direção à povoação indígena original. O lado que dava para o mar ficava protegido pela falésia.

Chama a atenção nas primeiras informações sobre a cidade de Salvador a precoce realização de um número avantajado de sobrados. A existência extensiva de terras a serem ocupadas e as necessidades mais urgentes no estabelecimento de um corpo administrativo induz a supor que as realizações construtivas privilegiasssem as casas térreas. Os dados factuais, no entanto, atestam uma preferência por sobrados. Isso, certamente, tem a ver com a tradição portuguesa, de origem berbere, segundo a qual a imagem da autoridade se identificava com a forma do sobrado. Porém, a existência de uma muralha impunha condições de limitações no uso do espaço intramuros. Como a construção de uma muralha é muito dispendiosa, é lógico que ela adquirisse dimensões mínimas às necessidades, o que tinha por consequência as limitações do espaço interno. Esta deve ter sido uma segunda condicionante para a verticalização das massas construídas.

O clima úmido do litoral mostrou que esta solução não era de todo conveniente, visto que “os muros vieram ao chão”. Seria, logo, necessário achar uma solução mais eficiente, que foi encontrada na alvenaria de pedra, bem mais cara e requeria mão de obra especializada. Como nem indígenas nem negros dominavam estas técnicas, foram os artesão portugueses que se encarregaram do corte e aparelhamento das pedras. Para as condições do imaginário escravista, a execução dos trabalhos manuais era imprópria a homens livres, e – conforme relatado por Soares de Souza – estes trabalhos foram, logo que possível, repassados aos escravizados, que absorveram esse conhecimento de forma surpreendentemente rápida. Eram construções bem mais onerosas do que as de madeira e de taipa. Por isso, requeriam planejamento mais acurado e um investimento financeiro bem mais significativo. Já aos tempos de Duarte Coelho, o segundo governador geral, a cidade foi fortificada com fortões e fortalezas movido pelas insurreições “do gentio que, em seu tempo, se elevou e cometeu grandes insultos.”⁶¹ Por tais razões, a realização das mesmas passou ao encargo dos militares, os quais eram pessoas especializadas em razão do que estas obras deveriam ser enquadradas na categoria das obras eruditas. Essa é a razão pela qual não trataremos aqui deste tema.

A administração da colônia também era bastante precária. O estabelecimento do monopólio comercial implicava em que todas as mercadorias fossem taxadas quando chegavam em Lisboa, e o maior cuidado que as autoridades deveriam ter em relação à colônia era evitar a presença de navios de outros países na costa. Em razão disso, dispomos de poucas informações a respeito de edificações administrativas que se tornaram importantes a partir do século XVIII.

61 SOUZA, Gabriel S. de. Op. cit., p. 131.

Seja por persistência da ideologia religiosa medieval ou por herança do islã, as concepções místicas se constituíam no tecido conjuntivo da sociedade colonial, e essas só começaram a entrar em oclusão quando a Revolução Francesa se fez sentir por volta da chegada da Família Real Portuguesa. Nos primeiros trezentos anos, o significado da igreja era da maior relevância. Obras que nada tinham a ver com a religião como bicas d'água, pontes, encruzilhadas, eram ornadas com cruzes. A Igreja, para além dos encargos do controle religioso através da pregação, encarregava-se de grande parte da administração civil, da administração da justiça e da educação. O clero se constituía na elite dos homens letados dentro de uma sociedade quase que totalmente analfabeta, e o imaginário popular lhe atribuía o saber que conduziria às bem-aventuranças da vida pós-morte. Muitos padres dispunham de grandes fortunas, e a proibição oficial de contrair casamento não se constituía em obstáculo para se amancebar com um bom número de concubinas. No caudal das tradições medievais, as ordens religiosas eram proprietárias de amplas áreas urbanas e de suas respectivas benfeitorias. As rendas auferidas com os aluguéis destes imóveis permitiam que o clero gozasse de regalias e de uma vida luxuosa que era vetada aos paroquianos. Por delegação papal denominada de “padroado régio”, a administração da Igreja em território português era exercida pelo rei que, comumente, nomeava um de seus filhos bastardos ao cargo de cardeal, encarregando-o da administração eclesiástica. Todo o clero era assalariado do governo civil, e boa parte dos bens eclesiásticos era financiada pela mesma fonte.

A arquitetura religiosa

No âmbito das construções, as capelas e as igrejas se constituíam em programas prioritários. As edificações tinham de ser de tamanho a que todos os paroquianos coubessem nelas para a realização de levantamentos censitários, dentre outras finalidades. Esta determinação tinha, como consequência, serem matrizas as maiores construções das cidades coloniais. Por herança da tradição islâmica, cada bairro tinha a sua igreja, geralmente precedida por um “largo” herdado tanto das praças diante das catedrais medievais como dos “zocos” diante das mesquitas islâmicas. O que mais caracterizava estes templos era a luxuosa decoração interna, onde boa parte das esculturas vinha de Portugal.

O templo propriamente dito e a sacristia não tinham apenas funções religiosas, posto que se destinavam também ao convívio social, a realização de festas e reunião das irmandades. Por herança da tradição islâmica, as mulheres eram resguardadas em suas moradias, e a única opção para saída da casa era participar da missa e das novenas.

Ao lado das matrizes ou das igrejas conventuais eram erguidas as igrejas de ordens terceiras, constituídas por irmãos leigos que eram recrutados entre pessoas de maiores cabedais. Por esta razão, as obras também devem ser enquadradas na categoria das obras eruditas. As igrejas dos bairros, ditas paroquiais, eram mais modestas, e sua riqueza dependia de quem financiava sua construção. Algumas eram erguidas com o apoio governamental que se encarregava do salário do pároco. Outras eram erguidas por uma irmandade,

em que a qualidade de sua construção dependia do nível social de seus integrantes. Por vezes, eram erguidas como pagamento de alguma promessa que os crentes julgavam que tinham sido cumpridas ao santo invocado. Algumas capelas eram construídas como parte de um ritual de procissões que percorriam vilas e povoados. Aliás, cada engenho tinha a sua capela. Com o desaparecimento de muitos engenhos e suas respectivas casas-grandes, muitas capelas encontram-se, na atualidade, perdidas em lugares ermos, por vezes, abandonadas.

À parte das construções de templos, a Igreja também dispunha de palácios para as autoridades eclesiásticas, mas eram os conventos que melhor caracterizavam as habitações do clero, sendo, quase que exclusivamente, das ordens primeiras (masculinas), uma vez que, por resolução governamental, era desencorajada a construção de conventos de ordens segundas (femininas) por se entender que havia escassez de mulher brancas na Colônia, e as existentes deveriam se destinar à constituição de famílias.

Também ficavam por conta da Igreja as construções das Santas Casas de Misericórdia, cujas origens se perdem na Baixa Idade Média. Ao contrário do que se entende em nossos dias, essas instituições não se destinavam a fins curativos, mas para abrigar os desenganados, para os preparar ao seu passamento à vida do além. Como a maior parte das doenças era de origem infecciosa, e por não se conhecer antibiótico, os acometidos de doenças não curadas em suas residências eram removidos para essas instituições para a preparação do fim próximo e evitar o contágio da parentela.

A Igreja também se encarregava da administração dos hospícios, que pouco tinha a ver com o abrigo de alienados, mas se destinavam, primordialmente, à hospedagem dos viajantes. Era, portanto, uma adaptação do *fondac*⁶² (a hospedaria islâmica) à cultura cristã. Somente ao longo do tempo, os hospícios passaram a ser destinados aos alienados.

Outra importante função assumida pela Igreja era o abrigo de crianças enjeitadas. Era nas Santas Casas que havia uma “roda dos expostos” onde eram deixadas as crianças indesejadas ou frutos de uniões reprovadas pela sociedade. As custas da manutenção destes serviços dependiam da caridade pública ou das casas de câmara, quando as havia (em vilas e cidades).

Também corria por conta da Igreja a administração e manutenção dos cemitérios. Padres, benfeiteiros e irmãos das ordens terceiras eram sepultados em nichos ou campas nas igrejas. Portanto, cemitérios eram destinados a pessoas de menores posses. Para sepultamento de escravos e marginais havia um cemitério especial.

Diante deste elenco de atividades, percebe-se que o papel desempenhado pela Igreja era da maior importância, já que quase todas suas edificações recebiam a chancela do Estado. No entanto, muitas capelas, oratórios e igrejas eram erguidas por iniciativas particulares, sem supervisão de especialistas, em razão do que devem ser enquadradas dentro da categoria da arquitetura popular.

As primeiras igrejas eram formadas por uma nave simples ao fundo da qual estava a capela do altar. A fachada principal tinha uma porta central, geralmente, encimada por uma janela e uma cruz do topo da frontaria, que era o aspecto da primeira igreja

62 GOITIA, Fernando Chineca. História Geral da Arte – Arquitetura II. Madri: Prado, 1995, p. 8.

construída no Brasil, dita da Glória, porque nela foi entoado pela primeira vez o “*Gloria in excelsis Deo*”, embora tenha sido dedicada a São Francisco e localizada em Porto Seguro, Bahia (figura 169). Foi construída em 1503 e destruída dois anos mais tarde em decorrência de um levante indígena, voltando a ser reconstruída em 1515 e se encontra, inexplicavelmente, em estado de ruína em nossos dias.



Figura 169: Igreja dedicada a São Francisco, em Porto Seguro, conhecida como a da Glória, é tida como a igreja mais antiga do Brasil.



Figura 170: Igreja de São Benedito, em Porto Seguro, Bahia, construída em 1537, junto ao colégio dos jesuítas.

Semelhante é a Igreja de São Benedito (figura 170) que foi construída pelos padres da Companhia, em 1534, sob a supervisão de Azpilcueta Navarro. Foi destruída por incêndio em 1554, e a versão que chegou até nós é de 1563. Ao seu lado ficava o Colégio dos Jesuítas do qual só restam poucas ruínas. Contemporânea a essa igreja, é a capela de Santa Luzia, em Vitória (figura 171), que foi construída a mando do donatário do Espírito Santo, Duarte de Lemos. Sua tipologia foge um pouco do usual por apresentar uma entrada lateral com a peculiaridade de ser encimada por um frontão barroco e uma torre sineira.



Figura 171: Igreja de Santa Luzia, Vitória, Espírito Santo, construída entre 1537 e 1549.

Nos engenhos, era comum a construção de alpendres na parte fronteira das igrejas que se comunicavam com a nave por meio de uma porta e duas janelas, através das quais se podia assistir à missa pelo lado externo. Num dos lados, por vezes, havia uma torre sineira atrás da qual havia uma escada que dava acesso externo ao coro, que podia estar separado da nave por meio de um biombo. Esta organização espacial decorria da estrutura social. O coro era reservado aos donos dos engenhos, seus familiares e correlatos que podiam entrar e sair do templo pela escada oculta atrás da torre (figura 172). Um muro podia ser construído entre a casa-grande e a igreja para proteger a entrada dos donos do engenho da escravaria (figura 173). Toda prudência era desejada para evitar qualquer manifestação de insatisfação e possível revolta. A nave era destinada para os cristãos antigos e aos escravos convertidos (ladinos), enquanto o alpendre abrigava novatos formados pelos negros (boçais) e índios recém batizados.



Figura 172: Capela N. S. da Ajuda, em Cachoeira, Recôncavo Baiano, fins do Século XVI.

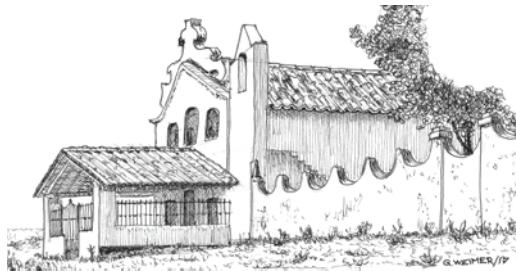


Figura 173: Capela de Nossa Senhora da Escada, Salvador, Bahia, em sua forma original, com acesso reservado dos senhores do engenho, por trás de um muro.



Figura 174: Capela de Nossa Senhora da Escada, vista de trás, em seu estado atual, mostrando o acesso dos senhores de engenho.

A arquitetura de produção

Para sobreviver, os europeus, de início, dependiam da boa vontade dos indígenas que, do mesmo modo como construíram os primeiros abrigos, também forneciam alimentos para os ádvenas. Léry traz o seguinte testemunho:

Como (a Ilha Grande) era habitada por muitos selvagens tupinambás, aliados dos franceses, ali íamos amiúde em nossos escaleres buscar farinha e outros gêneros necessários. Além dessa, encontram-se nesse braço de mar pequenas ilhas desertas, entre outras coisas existem ostras saborosas e grandes. Os selvagens mergulham e trazem de volta grandes pedras com uma infinidade de ostras a que chamam *leripés*. Era preciso arrancá-las à força e em geral cozinhávamos grandes paneladas delas (...) ⁶³

Gândavo fez um relato preciosos sobre a dependência dos portugueses para com os nativos:

A primeira coisa que (os moradores) pretendem adquirir são escravos para nelas farem suas fazendas; e se uma pessoa chega na terra a ter dois pares ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu), logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família; porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam as roças, e dessa maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir o quanto mais crescerão as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como muitos moradores na terra que não menos desta quantia, daí para cima. ⁶⁴

Deste depoimento se percebe que, desde logo, a ideologia dominante consistia em atribuir a administração aos conquistadores enquanto o trabalho físico ficava reservado

63 LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1961, p. 98.

64 GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 73-4.

aos escravos (indígenas e negros)⁶⁵. À medida que iam chegando mais e mais colonizadores, as caça e pesca não mais podiam suprir as demandas em razão de que a agricultura passava a desempenhar um papel mais relevante. Neste sentido, o cultivo da mandioca e seus derivados iam adquirindo cada vez maior importância, a tal ponto que se tornaria o produto de maior demanda. Isso exigia um aperfeiçoamento da produção na qual o ponto de estrangulamento era a ralação das raízes. Os raladores feitos de conchas marítimas dos indígenas passaram a ser substituídos por raladores de chapas de cobre, que eram perfuradas com pregos, já muito comuns no fim do primeiro século, dos quais o marinheiro Caspar Schmalkanden deixou uma interessante ilustração (figura 175), possivelmente, devendo ter sido uma das primeiras inovações tecnológicas inventadas na Colônia. Esta figura confirma a pintura de Frans Post intitulada de “O engenho de mandioca” (figura 176).

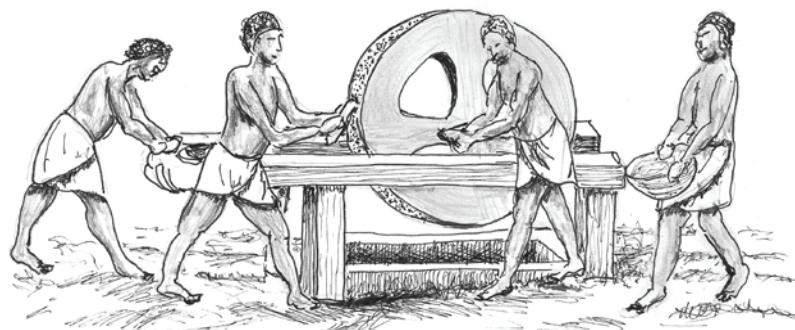


Figura 175: O ralador de raízes de mandioca, segundo Caspar Schmalkanden.

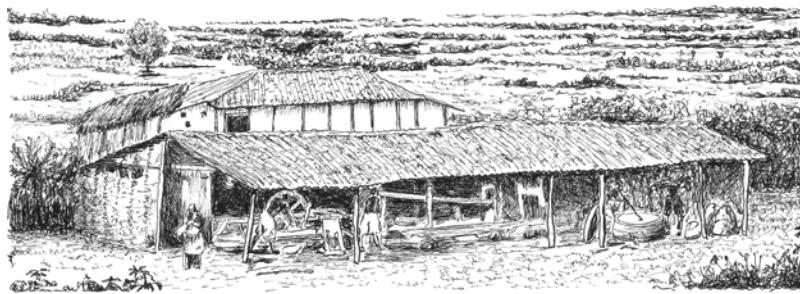


Figura 176: O engenho de mandioca segundo Frans Post.

No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, há uma descrição do processo de fabricação da farinha de mandioca:

(...) depois de assasonada⁶⁶, se tira aquela raiz debaixo da terra, que é da grossura de um braço e, à vezes, mais comprida, a qual, depois de limpa da casca de fora, a ralam em uma roda que para isso têm feita, forrados os seus extremos de cobre, a modo de

65 O sistema escravocrata era corrente na África, mas desconhecida entre os indígenas. Em razão disso, os nativos se recusavam a se submeter a este regime por vias de revoltas e, quando não conseguiam seus intentos, viam-se premidos a se retirar para o interior, o que era interpretado pelos colonizadores como sendo a causa do atraso da Colônia nos seguintes termos: “Uma das coisas por que o Brasil não floresce muito mais é pelos escravos que se levantaram e fugiram para suas terras e fogem a cada dia. E se esses índios não foram tão fugitivos e mutáveis não teria comparação a riqueza do Brasil”. GÂNDAVO, op cit. p. 74.

66 De sazonada = madura.

ralo e, depois, lhe espremem todo o sumo muito bem em uma prensa para o efeito de faz; e assim como tiram mandioca da prensa, a vão pondo de parte feita em umas bolas das quais a desfazem em uns fornos que para isso se lavram de barro, a modo de tachas, com fogo brando e, deste modo, fica feita a farinha; mas para ser boa lhe hão de lançar tapioca, quando mais lhe dançam dá a farinha, das quais a feita por este modo se chama farinha de guerra que dura grande espaço de tempo sem corrupção e a levam para comer no mar.⁶⁷

Para que a farinha possa ser consumida, é necessário que ela seja secada. Para tanto, os indígenas empregavam um cesto especial, formado pelo trançado de taquara chamado de *tipiti* que, submetido à tração⁶⁸, faz escorrer o sumo, por vezes venenoso por conter ácido cianídrico, dependendo do tipo da mandioca. Os europeus fizeram uma inovação: em lugar do tipiti, empregaram a prensa de fuso, que é mostrada no meio da figura 176. Após, coloca-se a massa num tacho, que é aquecido a fogo brando e, constantemente, mexido para evaporar o resto da umidade e o veneno, processo que é mostrado na esquerda da mesma figura. Quando a farinha fica bem seca, ela está apta para o consumo e pode ser armazenada durante um longo tempo.

É curioso que, nesta descrição, não há qualquer referência à produção do polvilho, que é um subproduto dessa produção. Para sua extração, lava-se a massa ralada da mandioca sobre o pano, que é estendido sobre uma cuba. Ao ser lavada, separa-se a farinha do polvilho que se deposita no fundo da cuba. Depois de escoado este recipiente, o polvilho, que forma uma massa compacta, é extraído e colocado para secar ao sol. Depois de seco, os torrões são macerados até formar um pó muito fino, que é usado na preparação de diversos tipos de alimentos.

Grande parte da alimentação dos portugueses era constituída de cereais. Os que eram cultivados na Europa não se adaptaram ao clima da Colônia, sendo o milho o substituto. Os raladores indígenas, feitos com cascas de conchas, puderam ser facilmente substituídos por adaptações dos moinhos de vento, de água ou de maré. Este capítulo de nossa história ainda não foi devidamente estudado, apesar de ter tido uma importância muito grande nos três primeiros séculos de nossa história.

Os moinhos de vento tiveram uma presença tão marcante em Portugal, que ainda existem alguns em atividade. Atualmente, muitos são conservados, como um marco visual de determinadas regiões. Sua existência, certamente, ocorreu no Brasil ainda que haja poucas referências a seu respeito. Graças aos esforços do Prof. Riopardense de Macedo, foi encontrada alguma documentação a respeito de sua existência no Rio Grande do Sul no período colonial⁶⁹. Um dos bairros de Porto Alegre é chamado de Moinhos de Vento por se originar da existência dos mesmos na periferia da vila. A este respeito, há testemunhos de diversos autores, inclusive uma aquarela de Debret⁷⁰ (figura 177).

67 Diálogo das grandezas do Brasil. Salvador: Progresso, 1956, p. 211.

68 RIBEIRO, Berta (Org). Suma etnológica brasileira. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986, p. 304 e seguintes, 2. v.

69 Até pouco tempo atrás ainda existia uma ruína de um moinho de vento em Porto Novo, nas proximidades de Rio Grande. Gravuras antigas atestam a existência de moinhos de vento em Rio Pardo.

70 O título dessa aquarela é “Paranaguá” que, obviamente, é equivocado.



Figura 177: Vista hipotética de Porto Alegre conforme uma aquarela de Debret mostrando dois moinhos de vento, à esquerda, localizados no atual bairro dos Moinhos de Vento.

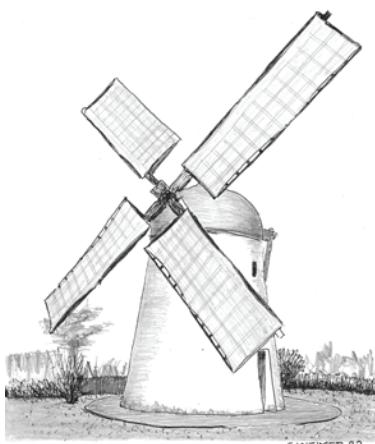


Figura 178: Moinho de vento português que aparentemente correspondia aos encontrados no Morro do Ricaldone, em Porto Alegre.

Os moinhos de água podiam ser de dois tipos: de água rasteira ou copeira conforme a energia da água fosse captada por vigor de seu fluxo horizontal (figura 179 e 180), ou canalizado para a parte superior de uma roda provida de pequenas cubas, que captavam a água fazendo com que o peso excêntrico da roda a fizessem girar (figura 181). Essa última era a forma mais comum devido ao seu aproveitamento superior, mas dependia da existência de um razoável desnível entre a captação e o deságue.

Os moinhos de água rasteira eram de dois tipos: de azenha e de roda d'água. Luccock encontrou uma azenha em funcionamento no interior do Rio de Janeiro por volta de 1816, que descreveu do seguinte modo:

(O moinho) compõe-se de uma roda horizontal, de diâmetro aproximado de quatro a cinco pés; em redor da circunferência, acha-se colocado, no plano da roda, um certo número de pás que semelham uma metade de coco cortado longitudinalmente. A água é encanada por uma calha de madeira a que possa bater com força de encontro às pás, imprimindo rotação ao moinho. O eixo passa através do soalho de um pequenino edifício, onde impele somente um par de mós. Semelhante máquina possui potência mui restrita, mas recomenda-se nas regiões montanhosas por poder aplicar-se a quase qualquer posição, pela simplicidade de sua estrutura e pequeno custo de sua instalação.⁷¹

71 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / EdUSP, 1975, p. 252.

Esta descrição corresponde à figura 183. Foi encontrada uma ilustração de uma azenha um pouco mais simples (figura 180) por apresentar pás menos elaboradas. O alargamento das pás deve ter sido um aperfeiçoamento introduzido ao longo do tempo.

Os moinhos de roda d'água distinguem-se do anterior pelo fato de que a roda, provida de receptáculos denominados de “penas”, era vertical e passava por meio de um canal para onde a água era canalizada, conforme é mostrado na figura 181. No primeiro caso, o eixo da roda se ligava diretamente à mó e, no segundo, havia a necessidade de transmitir a energia à mó através de um sistema de rodas dentadas.

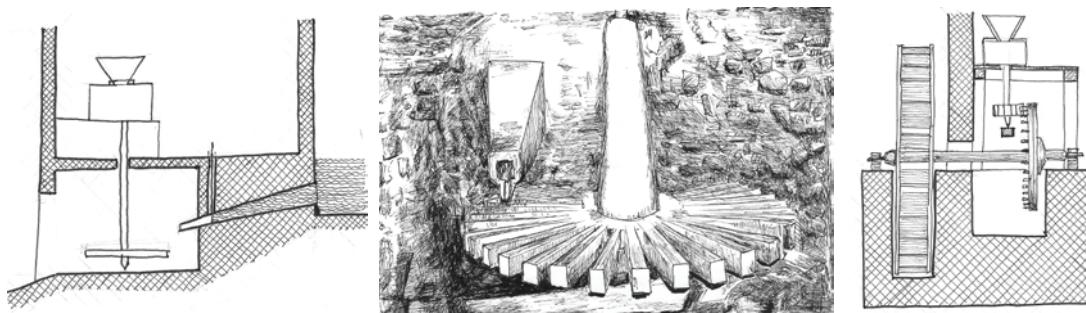


Figura 179: Esquema do funcionamento de uma azenha.

Figura 180: Roda d'água rasteira horizontal (azenha).

Figura 181: Esquema clássico do funcionamento de um moinho de roda d'água.

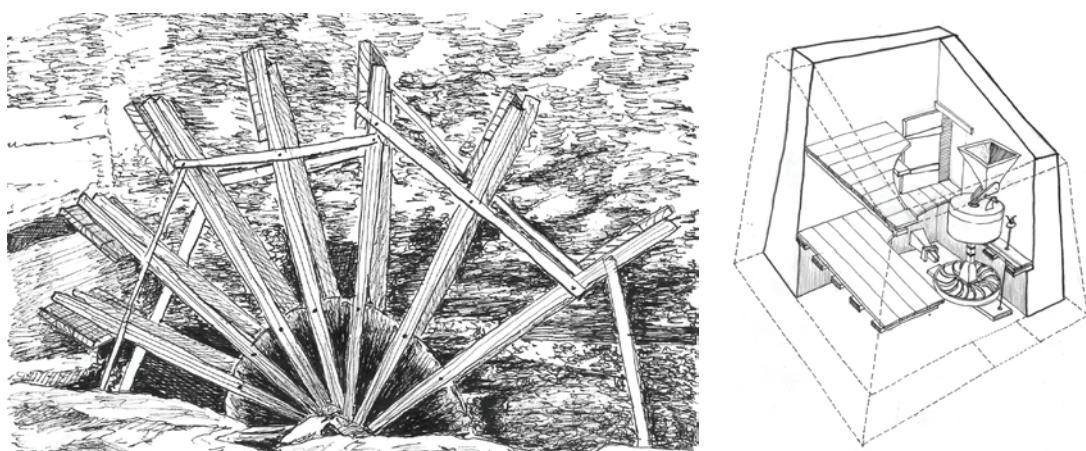


Figura 182: A Roda d'água de um moinho no qual a roda é acionada pela água que flui através de um canal, razão pela qual dispensa os receptáculos, ditos “penas”.

Figura 183: Esquema de uma azenha, com pás de metal, segundo Fioravanti.⁷²

Os moinhos de maré se caracterizavam pelo fato de que, em vez de usar água de rios ou riachos, aproveitavam o movimento das marés para captar energia e acionar a roda do moinho⁷³. Para tanto, a água da enchente era captada por uma grande represa denominada “caldeira”. Na vazante, a caldeira era fechada para a água ficar retida e ser conduzida para

⁷² FIORAVANTI, Carlos. Trigo e milho bem moídos. In: Pesquisa. São Paulo: FAPESP, nov. 2015, p. 90-91.

⁷³ O abandono deste tipo de engenho está sendo reavaliado no contexto da problemática das energias renováveis. Ainda que a captação da energia solar e eólica venham sendo as preferidas, nada indica que o movimento das marés não possa vir a ser reabilitado, especialmente em locais em que o desnível entre as marés é acentuado, como na Baía de São Marcos, no Maranhão.

um sistema de rodízio ou de azenha. Há notícias do período colonial de que este tipo de moinho era comum na ilha de São Luiz e na foz do Rio Amazonas, onde as marés eram mais pronunciadas. Sobre os últimos, Fernando Luiz Tavares Marques defendeu seu mestrado na PUC-RS.⁷⁴ Em 1848, o naturalista Alfred R. Wallace encontrou uma serraria movida a água em pleno funcionamento, nas cercanias de Belém, que descreveu nos seguintes termos:

(O engenho de serra) é movido a água. Para tanto, foram represados dois ou três córregos, formando extensos lagos artificiais... Há uma queda d'água de uns dez pés de altura que, ao invés de ser aplicada diretamente sobre uma roda hidráulica, desce por um conduto em cuja extremidade há uma fenda longitudinal. Daí a água esguichia contra as estreitas pás de uma roda de apenas 20 polegadas de diâmetro, fazendo-a girar com incrível velocidade e, por meio de uma manivela cuja haste está conectada com a serra, comunicando a esta um movimento de vaivém. Cada revolução da roda, por conseguinte, imprime um duplo movimento à serra. Isso economiza os gastos que uma grande e lenta roda dispenderia, evitando as complicadas engrenagens necessárias para que se produzisse um vaivém suficientemente rápido nas serras. E como o engenho possui poucos componentes, é menos suscetível de sofrer desarranjos, não exigindo constantes reparos. Quanto à plataforma que leva a tora. Essa impulsionada para a frente, contra a serra, da maneira usual, mas o método de fazê-la retornar à posição inicial, depois de serrada a tora, é bastante engenhoso. Para tanto, a água é desviada da roda principal, indo movimentar uma roda vertical, na extremidade do eixo da qual há uma roda dentada. Esta suspende uma haste ligada à plataforma que, assim recua de modo veloz e simples. Usa-se apenas uma serra, evitando-se com isso, um outro inconveniente, que é o das desiguais espessuras das tábuas cortadas⁷⁵.

Esta descrição corresponde a uma adaptação de um moinho de maré a uma serraria, o que significa que esta técnica ainda estava em pleno uso em meados do século XIX. Um reparo a ser levantado é o de que, provavelmente, os lagos artificiais fossem enchidos por conta das marés. Também encontramos referência a um remanescente de um moinho de maré na ilha de São Luiz que, todavia, foi transformado em engenho de arroz (figura 184).

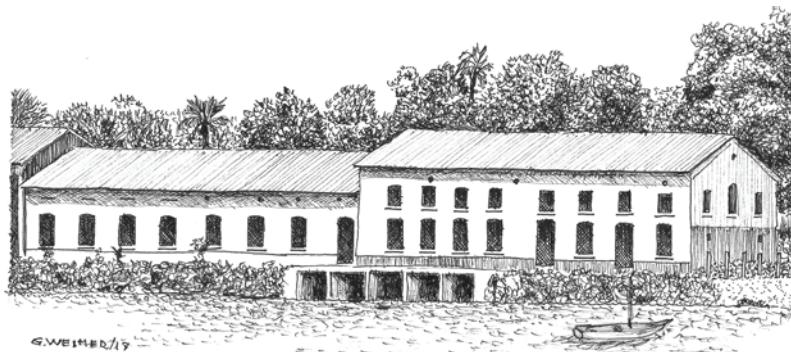


Figura 184: Remanescente de um moinho de maré, no sítio do Tamancão, na ilha de São Luiz, hoje transformado em engenho de arroz.

O consumo do tabaco também encontrou ampla aceitação entre os conquistadores. A forma de consumo indígena, que consistia em macerar as folhas secas e comprimi-las

⁷⁴ MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: Arqueologia de seus sistemas motrizes*. Porto Alegre: PUC-RS, 1993. Dissertação de mestrado.

⁷⁵ WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1979, p. 31.

dentro dos cachimbos, sofreu ainda um aperfeiçoamento da parte dos conquistadores, que passou a enrolar as folhas depois de ter sido extraído o raque, de modo a formar uma “corda” que ia sendo torcida à proporção que as folhas iam secando, e, dessa forma, formar uma massa compacta que era desbastada e macerada para ser envolvido em folhas de palha de milho e consumido na forma de cigarro. Uma alegoria de como passou a ser feita esta produção está ilustrada em obra de Beppe Seccato⁷⁶ (figura 185).



Figura 185: Alegoria ao preparo do fumo, segundo Seccato.

Com certeza, a criação do gado se constituiu num dos fatores da maior importância da economia colonial já no primeiro século. Segundo Soares de Sousa⁷⁷, as primeiras cabeças de gado teriam sido na Bahia e no Pernambuco, vindas do Cabo Verde. Deixadas ao léu, foram se expandindo para o interior, especialmente ao longo das margens do Rio São Francisco, com o acompanhamento dos colonizadores. Desse modo, esta expansão se constituiu num importante fator da ocupação do interior pelos conquistadores. Esta matéria já foi objeto de vários estudos sobre a economia colonial, mas, em termos de arquitetura, não foram encontrados referenciais de suas construções.

Sob o ponto de vista econômico, o programa arquitetônico mais importante, muito rapidamente, passou a ser o dos engenhos de açúcar⁷⁸. Admite-se que o cultivo da cana de açúcar tenha sido introduzido por Martim Afonso de Sousa em São Paulo, em 1530. Este cultivo, porém, não prosperou tanto quanto o do nordeste pelo fato de que tanto Martim

76 SECCATO, Beppe. Brasil: lugares e história. Vecelli: Manole, 1998, p. 37.

77 SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit. p. 175.

78 A cana de açúcar é uma gramínea natural de Melanésia de onde se espalhou pelo sul da Ásia. No século VIII, foi trazida pelos comerciantes árabes para o ocidente e, com a expansão de seu império para a Península Ibérica, veio a ser cultivada em Portugal e Espanha. À época, verificou-se que esta planta se adaptava melhor nas ilhas do Atlântico (Ilha da Madeira, Canárias e Açores). Em meados do século XVI, sua cultura foi trazida para a América (México e Brasil), onde se adaptou magnificamente, fazendo com que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial de açúcar durante o período do domínio espanhol. A política de dominação dos Habsburgo, que englobava a Espanha, fez com que surgissem movimentos insurrecionais em diversos países dominados por esta casa real, o que justificou a invasão do Brasil pelos revoltosos. Com isso, o aprendizado da cultura de seu processamento se socializou, permitindo com que esta cultura passasse a ser praticada em diversos lugares, especialmente, nas ilhas caribenhas. Quando Portugal reconquistou sua independência, teve grandes dificuldades na manutenção de sua liberdade. Isso impediu o governo de prestar a devida atenção à Colônia. Diante disso, a produção do açúcar entrou em decadência.

Afonso, beneficiário de três capitaniias, como seu irmão, Pero Lopes, ao qual foram outorgadas duas capitaniias, envolveram-se nas conquistas portuguesas no Extremo Oriente. Com o afastamento da colônia dos dois, o centro de expansão desta cultura passou a ser a Capitania do Pernambuco, de Duarte Coelho. Segundo Soares de Sousa:

As canas vieram das ilhas da Madeira e (...) em todos os lugares onde são plantadas precisam ser regadas e estercadas. Na Bahia, no entanto, não são nem uma coisa nem outra e assim mesmo são mais altas e com apenas seis meses de plantadas já podem ser colhidas. Na Madeira, só podem ser colhidas depois de 2 anos. Na Bahia há canavais com trinta anos e as terras ainda não estão esgotadas.⁷⁹

Como foi visto, tanto na Madeira como nos Açores, as plantações tinham de ser protegidas por para-ventos de pedra, de arbustos ou de árvores. Por inércia da tradição, os mesmos princípios foram adotados no Brasil, como mostram algumas ilustrações de Albert Eckhout⁸⁰ (figura 186) e de Frans Post⁸¹ (figura 187). Como as características dos ventos no nordeste eram bem diferentes das das ilhas do Atlântico, aqui as proteções não eram necessárias e foram sendo abandonadas ao longo do tempo.



Figura 186: Detalhe da pintura de Albert Eckhout “A mameluca”, mostrando os para-ventos cultivados para proteger os canaviais do vento.

Figura 187: Detalhe da pintura “Paisagem com rio e tatu”, Frans Post, mostrando o mesmo esquema de proteção da lavoura dos ventos.

O conceito de “engenho”, no Brasil, adquiriu três significados diferentes. No sentido lato, por engenho se entendia a gleba latifundiária onde era cultivada a cana e produzido o açúcar. Em um sentido amplo, entendia-se por engenho o conjunto de edificações no qual era feita a manufatura do açúcar incluindo as moradas das pessoas envolvidas em sua produção. No sentido restrito, significava a construção ou conjunto de edificações específicas da produção do produto.

No sentido lato, além da plantação da cana e do centro de produção do açúcar, havia uma reserva de mata que fornecia lenha para o cozimento da calda. Em geral, os autores

⁷⁹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 178 (Brasiliana, 117).

⁸⁰ VALLADARES, Clarival do Prado; MELLO FILHO, Luiz Emygdio. Albert Eckhout: a presença da Holanda no Brasil. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1989, p. 72-73.

⁸¹ BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados*. Recife: Prefeitura Municipal, 1980, passim.

não citam a existência de pastagens aos animais de tração, que não eram poucos. Segundo Vinhena, os engenhos necessitavam cerca de 80 bois ou cavalos⁸², o que significa que as pastagens não eram insignificantes. O mesmo autor assinala que

As terras de cultivo (o senhor de engenho) divide em duas partes, uma para a plantação da cana e outra para pastos do seu gado de trabalho, o que faz o Senhor de Engenho, rodeando-as cada uma de cercas extensíssimas de pau a pique com cancelas nas serventias, e isto para que não saiam os gados que nunca aqui tem pastor.⁸³

Como nas temporadas de produção a moagem era contínua, 24 horas por dia, é provável que o gado também necessitasse de uma alimentação complementar com as folhas das canas ou forragem adequada. Os engenhos maiores ainda dispunham de algumas habitações dos “plantadores”, que eram trabalhadores livres que recebiam um quinhão de terra do dono da gleba em usufruto para o cultivo da cana a ser fornecida ao proprietário, e que davam guarda na periferia do latifúndio para eventuais furtos ou ataques de indígenas. Estes moradores viviam na estrita dependência dos proprietários. Frans Post deixou uma pintura que ilustra as referidas moradias: em sinal de autoridade sobre seus subordinados, eram sobrados (figura 188) de dimensões mais modestas que os dos senhores de engenho, mas conservavam o status de autoridade na medida em que tinham dois pisos, conforme a tradição luso/berbere. Ao mesmo tempo, a presença de amplas varandas denotava uma adaptação ao clima tropical.

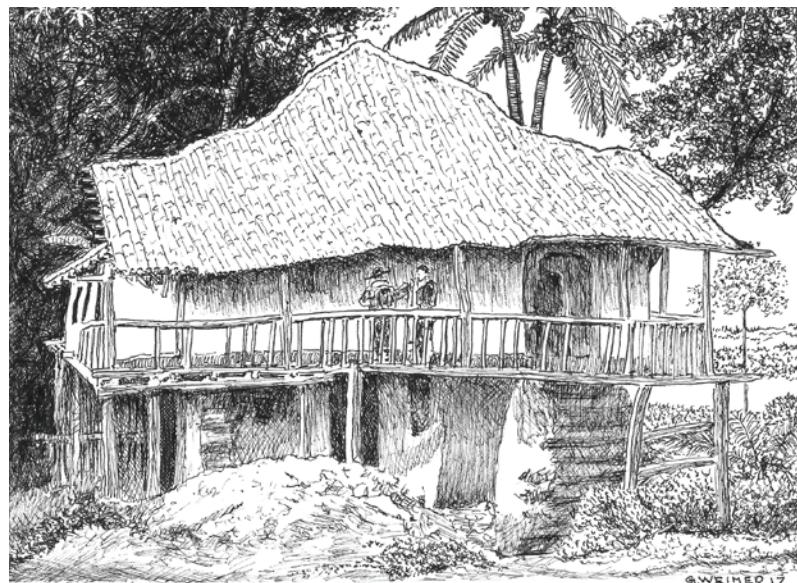


Figura 188: Casa de plantador, segundo Frans Post, em pintura datada de 1655.

82 VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa oficial, 1921, v. 1, p. 183. Os originais foram impressos em 1802.

83 *Idem ibidem*, p. 181-182. É curiosa a construção de cercas de pau a pique tendo em vista que ela é muito trabalhosa. Há diversas variantes de cercas de madeira mais eficientes e mais expeditas, mas todas apresentam uma durabilidade limitada. Cercas de pedra são muito mais duráveis, mas bem custosas. Cercas de taipa muito comuns no sul de Portugal, foram pouco empregadas devido a sua duração limitada em regiões costeiras de muita umidade. Cercas vivas de essências espinhosas ou de galhos secos sobrepostos também têm sido empregados, mas estes são de origem africana. Cercas de sebe, provavelmente, não devem ter sido empregadas devido a sua pouca resistência.

No sentido amplo, o engenho se compunha de várias construções. A mais imponente era a moradia do proprietário, originalmente denominada de casa-forte, hoje conhecida como casa-grande. Esta era, geralmente, um sobrado onde a parte superior era reservada para a moradia e a inferior, a depósitos, oficinas de manutenção ou de ofícios. Por vezes, havia um grande balcão na parte superior onde o dono do engenho dava as ordens aos serviços, não sendo raro que este prédio tivesse uma longa plataforma limitada por uma mureta que servia de proteção para conter um eventual levante. As tensões latentes impunham uma ordenação espacial destinada a permitir um amplo controle das cercanias, especialmente, das moradias dos escravos. Atrás da casa-grande havia uma horta cercada por altos muros, onde também eram cultivadas árvores frutíferas e criados aves e pequenos animais para consumo. Plantações de mandioca, batata, milho e cereais podiam estar dentro ou fora da horta.

Como esta sociedade alimentava profundas concepções religiosas, era julgada imperiosa a presença de uma capela que concorria em importância com a casa-forte. Inicialmente, as duas construções estavam separadas entre si, ainda que implantadas em posição de semelhante destaque no terreno (figura 189).



Figura 189: A capela e a casa forte recebiam uma implantação paisagística com destaque, conforme pintura de Frans Post não datada.

Devido às tensões inerentes ao sistema escravocrata, o acesso à capela era individualizado para os donos e separado dos trabalhadores (figura 173). Isso levou a que, no fim do ciclo do açúcar, a capela fosse integrada no volume da casa-grande, de modo que os proprietários pudessem acessar diretamente balcões ou o coro da capela. Estes espaços, por sua vez, eram protegidos por muxarabis, de forma que pudessem assistir à cerimônia da missa sem serem vistos pelos trabalhadores alocados na nave e no alpendre, quando era o caso. O aspecto monumental destas duas construções remetem ao universo das construções eruditas, que tinha por modelo as casas senhoriais portuguesas. Em razão disso, não nos ocuparemos delas com mais detalhes.

As moradias dos subordinados eram de três categorias. A do(s) feitor(es) tinha(m), por vezes, a forma de um pequeno sobrado para caracterizar sua autoridade. A moradia dos escravos era a sanzala – derivativo de uma das formas de aldeamento do norte

da Angola –, devidamente adaptada ao meio social colonial. A sanzala africana tinha a forma de uma aldeia formada por duas filas de casas geminadas e separadas por um espaço aberto, misto de rua e local de estar ou de convivência. A sanzala colonial, que os brancos rebatizaram como senzala, perdeu uma das filas e era implantada de forma que as entradas das moradias estivessem voltadas à casa-forte de onde podiam ser controladas visualmente. Numa das extremidades, ficava a cozinha onde era preparada a comida para toda a comunidade dos trabalhadores. As moradias eram destinadas para os solteiros. Os poucos escravos casados⁸⁴ habitavam as cubatas, que eram construções isoladas e de um único cômodo. A arquitetura se filiava à vertente africana, razão pela qual extravasava os objetivos deste trabalho.

O funcionamento do engenho propriamente dito requeria um complexo de atividades diversificadas. Os carros de boi de duas rodas unida por um eixo fixo trazia a cana das roças e a depositava sob um telheiro junto às moendas, chamado de picadeiro, que podiam ser de diversas feituras. Aí era espremido o caldo que era levado às caldeiras, onde era fervido para fazer evaporar o líquido, formando o melaço – uma substância pastosa composta de açúcar e líquido. Segundo Sousa: “Por vezes as fornalhas se encontram numa construção separada quando são chamadas de “casas de cozer meles”. Quando esta não existe, é substituída por uma ermida.”⁸⁵

A caldearia⁸⁶ era composta de diversos tachos de grande diâmetro e pouca altura. À medida que a água evaporava, o caldo ia se transformando em melaço, quando era passado de uma caldeira para outra sucessivamente, até adquirir uma boa consistência. A fornalha embaixo dos tachos era alimentada pela lenha colhida na mata e do bagaço das canas espremidas, que eram secadas ao sol numa área contínua às moendas.

Ao adquirir a devida consistência, depositava-se o melaço em “cones” – que, inicialmente, eram recipientes cônicos de cerâmica, com um furo na parte inferior e vedado com uma rolha. Mais tarde, os mesmos foram substituídos por cones metálicos. Estes recipientes eram depositados em prateleiras vazadas de modo a recebê-los com segurança. Para sua guarda havia um compartimento especial denominado de “casa de purgar”⁸⁷. Os cones ficavam intocados até que o açúcar cristalizasse e o líquido se depositasse na parte inferior do recipiente. Então era tirada a rolha para permitir o escoamento do resto do líquido que ainda carregava um resto de açúcar não cristalizado. Este líquido era canalizado para uma cuba, onde ficava para fermentar. Ao fim desse processo, ele era destilado para formar a aguardente, vulgarmente denominada cachaça. A destilação consistia em colocar o líquido fermentado numa caldeira fechada que se comunicava com uma serpentina, que passava

84 O casamento entre escravos era pouco frequente por várias razões. Uma é porque o casamento dependia da anuência do dono, que não tinha maiores interesses em permitir esta união porque, por imposição eclesiástica, a venda de um escravo implicava na venda do cônjuge, o que tornava a transação mais difícil. Mais do que isso, o casamento implicava no fortalecimento mútuo dos nubentes, o que tampouco era de interesse do senhorio. Disso, resultava que o casamento só era concedido como um prêmio à lealdade ao senhorio. Além disso, para se consumar o casamento, ainda era mister atender às disposições da religião ancestral, cujas normas nem sempre se sobreponham aos pressupostos da religião oficial.

85 SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit., p. 173.

86 Em geral, a caldeiraria ficava junto às moendas. Mas, como o calor das fornalhas era muito grande, por vezes, ela ocupava um prédio separado quando, então, era chamado de “casa de cozer meles”, segundo SOUSA, op. cit., p. 173.

87 Quando a casa de purgar era uma construção isolada, era chamada de “ermida”.

por um tanque de água fria. Quando o líquido era fervido, o álcool e a água evaporavam e, ao passar pela serpentina resfriada, voltavam ao estado líquido – que era a cachaça.

Depois de o líquido escoar dos cones, os mesmos eram virados sobre uma mesa para a extração dos chamados “pães de açúcar”, os quais eram mais alvos na parte inferior, e as camadas eram tanto mais escuras quanto mais altas. Com a secccionamento horizontal das camadas, fazia-se a separação qualitativa do açúcar, e os diversos graus de pureza era o critério vigente para a acomodação em caixas específicas, onde o mesmo era macerado para melhor compactação. Após cheias as caixas, as mesmas eram fechadas e levadas ao depósito à espera de sua comercialização.

Como se percebe, para que este processo pudesse ser completado, ainda havia a necessidade de uma serraria para a produção das tábuas, uma ferraria para confecção dos cravos e uma carpintaria para a confecção das caixas.⁸⁸

A produção de açúcar durava cerca de nove meses, com uma pausa hibernal, quando não era conveniente a colheita da cana. Neste período, as carroças ficavam resguardadas num abrigo. Para a movimentação dos carros empregados no transporte da cana e da lenha, necessitavam-se de sessenta bois, segundo avaliação de Cardim⁸⁹. A mão de obra era constituída por sessenta escravos, no mínimo, mas a maioria dos engenhos tinha entre uma centena e duas.

Como não havia estradas, a exportação era feita por via fluvial e marítima. Através de carrinhos, as caixas eram levadas para um atracadouro de onde eram embarcadas em canoas ou saveiros que as levavam às caravelas, que eram os transatlânticos da época.

Dependendo do tamanho do engenho, o processo produtivo podia ser ininterrupto, durante 24 horas por dia, com o revezamento da mão de obra em turnos. Na avaliação de Sousa, em 1587, um engenho produzia, de ordinário, seiscentas e cinquenta arrobas de açúcar por ano⁹⁰, o que corresponde aproximadamente a 35 quilogramas por dia, considerando um período de produção de nove meses por ano. À época, Cardim estimou que a produção de cada engenho pernambucano de era quatro a cinco mil arrobas anuais⁹¹, o que correspondia a uma produção diária entre 220 e 270 quilogramas diários.

A questão mais nevrágica da produção do açúcar era a extração do caldo da cana. Segundo Frei Vicente do Salvador, “antigamente se não usava de outro artifício que picar ou golpear as canas com uma faca e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol”⁹². Certamente, extrair o caldo com golpes de porrete ou um martelo era mais produtivo. Ainda assim, ele deixava a desejar. Um aperfeiçoamento foi o emprego da prensa de

88 Serafim Leite assinala que o Engenho Novo da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro dispunha de olaria, ferraria, carpintaria, serraria de madeira e tanoaria para a fabricação de pipas, tinas e tonéis para aguardente de cana; o Colégio de Belém possuía um engenho que tinha oficinas de carpintaria, de torneiro, de pedreiro, dois teares, uma tenda de ferreiro e serralheiro, uma olaria e uma casadas canoas; a Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, dispunha de hospital, cadeia, e oficinas de ferraria, tecelagem, carpintaria, olaria, casa de cal, casa de farinha, para descascar arroz, casa de curtumes, engenhoca de aguardente, engenho de açúcar, estaleiro para a fabricação de canoas e até de grandes sumacas (i.e. navios de dois mastros). LEITE, Serafim. *Suma histórica da companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação, 1965, p. 184-185.

89 CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1973, p. 193.

90 SOUSA. Op. cit. p. 150.

91 CARDIM. Op. cit., p. 194.

92 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Weisflog, 1918, p. 420.

alçaprema que consistia num tronco de árvore aplinado em um dos lados e sobre o qual se movimentava uma pesada alavanca, dita alçaprema, com a qual a cana era esmagada (figura 190), cuja prensa era denominada “gangorra”⁹³ no período colonial. Para aumentar a eficiência, na extremidade móvel da alçaprema, podia-se afixar um fuso movido por força animal (figura 191).

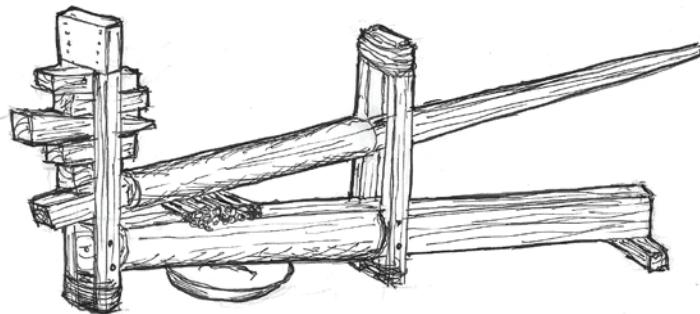


Figura 190: Extração do caldo através de uma “gangorra” (alçaprema).

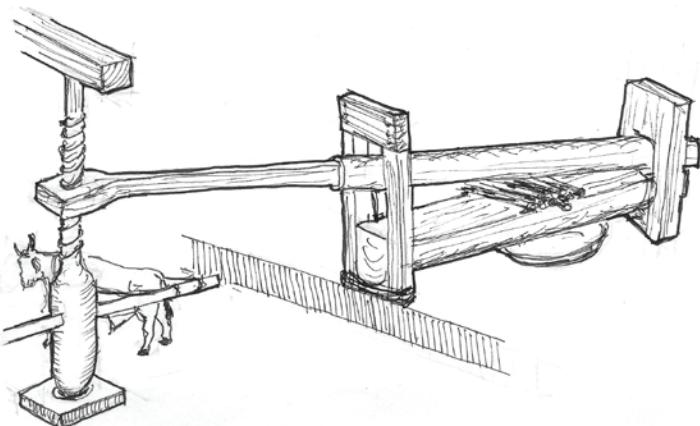


Figura 191: Extração do caldo através de uma alçaprema provida de fuso acionado a força animal.

Novo aperfeiçoamento consistia em passar a cana entre dois cilindros horizontais movidos a roda de água ou força animal e, depois, o resto do caldo era extraído numa gangorra.

Novo aperfeiçoamento foi conseguido com a extração do caldo amassando a cana por uma ou duas mós conjugadas (dito, um casal de mós) que, ao girar em torno de um eixo, esmagava-a e triturava concomitantemente. Essa era uma técnica empregada na Idade Média, na extração de óleo de nozes. Theodor de Bry garante que o engenho de uma mó era empregado na América, na produção do açúcar (figura 192⁹⁴). Especula-se que os holandeses teriam trazido esta técnica para o Brasil, mas até hoje ainda não encontramos uma fonte confiável que atestasse este emprego⁹⁵ entre nós.

93 SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., p. 420 e *Diálogo das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956, p. 211.

94 BRY, Theodor de. *América*. Madri: Siruela, 1995, p. 191.

95 Encontramos engenhos de duas mós sendo utilizado por imigrantes alemães na extração de óleo de amendoim na Colônia Velha, no Rio Grande do Sul.



Figura 192: Engenho de açúcar com uma moenda de esmagamento da cana por uma mó, segundo de Bry⁹⁶.

Com o engenho de duas mós (ou casal de mós) acontece algo semelhante. Frei Vicente do Salvador cita a existência de “engenhos de mós” e “de pilão”, além do de dois ou três tipos de gangorras⁹⁷. A figura 193 mostra como as mós eram acionadas por uma roda de água copeira.

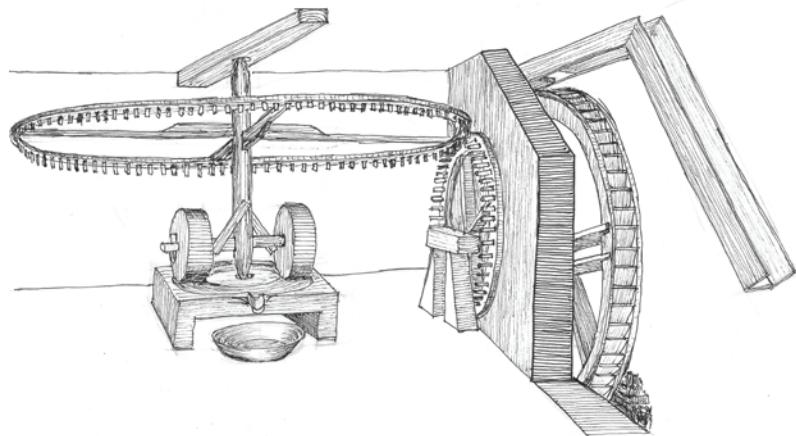


Figura 193: Moenda que funcionava por meio do esmagamento da cana por um “casal de mós” acionada por uma roda de água copeira.

A existência de “engenhos de pilão” é referida por diversos autores, mas não foram encontrados dados mais precisos a esse respeito. Imaginamos que se tratava de monjolos,

⁹⁶ Esta figura nos parece ser uma alegoria sobre a extração do caldo, visto que, por trás da mó, aparecem dois indivíduos esmagando a cana com um martelo e, ao fundo, uma imagem de uma roda de água. Portanto, a figura contempla as três formas possíveis de extrair o caldo.

⁹⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. Op. cit., p. 420.

na forma como é mostrado na figura 194. Seu emprego mais comum é para descascar cereais, na confecção da erva mate e na produção do pó de café, o que não impede que possa ter sido empregado para macerar a cana de açúcar. Ele é composto de um tronco que apresenta uma cuba numa extremidade onde é feita a Trituração destes produtos e de um segundo tronco, devidamente preparado, que é sustentado por um suporte móvel, que apresenta numa das extremidades um pilão e, na outra, uma cuba destinada a receber água. À medida que esta cuba é enchida com o líquido, o equilíbrio faz com que a outra extremidade seja levantada e a anterior, onde está a cuba, baixa com o consequente esvaziamento da água. Com isso, a parte anterior fica mais pesada e o pilão cai para dentro da cuba com os cereais ou similares.

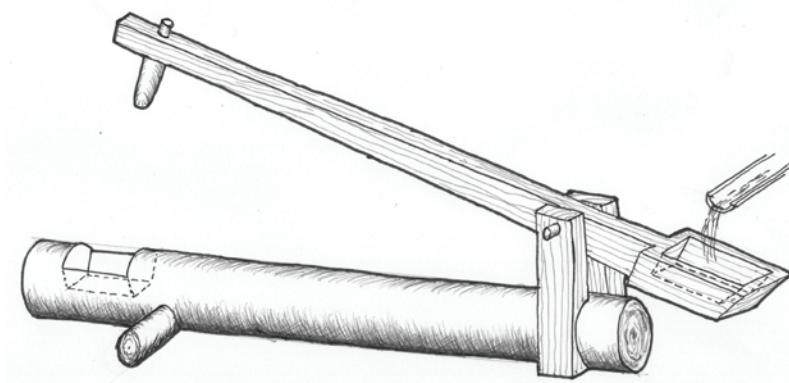


Figura 194: Esquema de um monjolo.

Carlos A.C. Lemos julga que os monjolos seriam de origem da Índia. Porém, convém assinalar que “monjolo” é o nome de uma etnia africana à qual tem-se atribuído a descoberta deste engenho. Os dicionaristas são unâimes em atribuir uma origem africana ao termo. Consta também a existência de uma árvore denominada “Monjolo”, com a qual os mesmos teriam sido confeccionados. Por outro lado, não temos encontrado referências a eles nos tradicionais manuais de carpintaria europeus, o que nos leva a supor que eram desconhecidos naquele subcontinente. Por tudo isso, somos levados a supor, ao contrário do que pensa Lemos, que a origem deste engenho seja de origem africana. Isso, no entanto, não impediu que fossem utilizados em engenhos reinóis.

Estes processos ainda devem ter sido abandonados devido a demandas por maior produtividade. O aperfeiçoamento definitivo foi conseguido por meio do esmagamento das canas entre três cilindros rotativos que podiam ser acionados mediante força motriz na mesma forma como era empregada nos moinhos em Portugal. Segundo Frei Vicente do Salvador, no governo de Diogo de Meneses:

(...) veio (...) um clérigo espanhol das partes do Peru o qual ensinou outro mais fácil e de menos fabrica e custo que é o que hoje se usa que é somente três paus postos por alto muito juntos, dos quais o do meio com uma roda de água ou com uma almanjarra de bois ou cavalos se move e faz mover os outros. Passando a cana por eles duas vezes, larga todo o sumo sem necessidade de gangorras.⁹⁸

98 Idem, *ibidem*, p. 421.

Segundo Sousa, os engenhos podiam ser de água ou movidos a bois. Esclarece o mesmo autor que:

Os engenhos d'água são os preferidos por serem mais rentáveis, mas podem trazer problemas quando há falta d'água em tempos de seca. Além disso, tem limitações quanto a sua capacidade de produção por depender do fluxo d'água. Embora os trapiches sejam mais onerosos, apresentam o conveniente de independe das condições do fluxo d'água bem como podem ser ampliados em tantas moendas como for conveniente.⁹⁹.

Segundo Cardim, havia uma variedade de engenhos de água:

Uns são de água rasteira, outros de água copeira, os quais moem mais e com menos gastos; outros não são d'água, mas moem com bois e chamam-se trapiches; estes têm muito maior fábrica e gasto, ainda que moem menos todo o tempo do ano, o que não têm os d'água, porque às vezes lhes falta.¹⁰⁰

Quando o fluxo de água era abundante e não apresentava um desnível razoável, utilizavam-se os engenhos de água rasteira. Estes apresentavam duas variantes: os de roda horizontal ou de rodízio e os de roda vertical, chamada de azenha na forma como foi visto anteriormente, na construção dos moinhos (figura 180 e 182).

O engenho de roda vertical requeria um fluxo forte e seu aproveitamento era baixo. Por isso, preferiam-se as rodas d'água copeira (figuras 193 e 195) que se caracterizavam por ter o fluxo canalizado para a parte superior da roda a fim de o peso da água mover a roda. Seu aproveitamento energético era maior, mas exigia condições especiais do terreno que permitisse tal instalação.



Figura 195: Engenho de água copeira com moenda de cilindros, segundo Frans Post.

Devido à imprevisibilidade do fluxo da água, a alternativa eram os “engenhos de entorsas”, que consistia em três cilindros alinhados, em que o central era movido por um sistema de rodas dentadas conectado com uma roda de água ou por tração animal. As laterais eram acionadas por engrenagens (ditas “entorsas”). A proximidade entre os cilindros podia ser regulada por um sistema de cunhas. A cana passava duas vezes por este

99 SOUSA, Gabriel Soares de. Op. cit. p. 155.

100 CARDIM, Fernão. Op. cit., p. 193.

esmagamento: no primeiro, de forma mais atenuada; no segundo, de modo a conseguir a maior produção.

Quando os engenhos eram acionados por animais, recebiam a denominação de trá-piches. Embora os custos de produção fossem mais altos, estes engenhos tinham a vantagem de independer do regime das chuvas e podiam ser instalados em números conforme as necessidades, o que não acontecia com os engenhos d'água, posto que estes dependiam da disponibilidade da fonte. Utilizando os mesmos princípios, ao longo do tempo, as moendas acabaram recebendo diversas variantes.

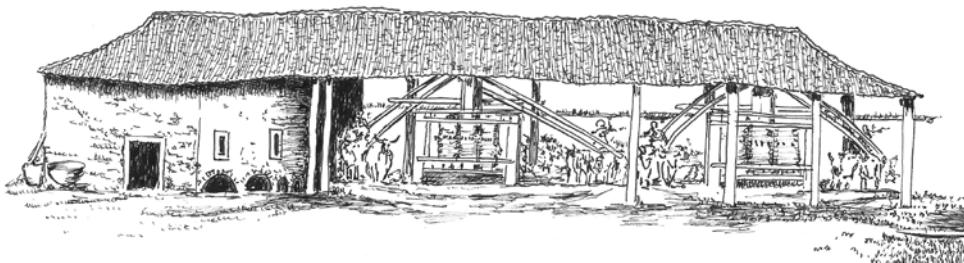


Figura 196: Engenho de duas moendas, segundo Frans Post.

A par destes engenhos, pode-se dizer ainda que havia outras formas das quais, ao que nos consta, só eram empregados no Brasil as moendas acionadas por força humana, cujo emprego se restringia ao uso doméstico. A única referência encontrada foi uma gravura de Debret (figura 197), na qual, por sinal, não estava corretamente representada. Segundo o autor, essa moenda teria sido encontrada num botequim, no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, e usada conforme a solicitação dos fregueses.

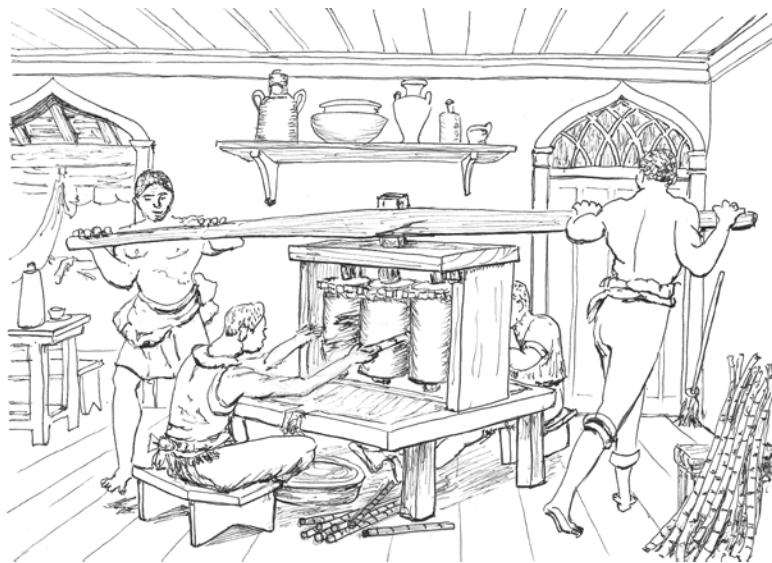


Figura 197: Moenda acionada por força humana.

A demanda do açúcar desafiou a criatividade no sentido do melhoramento da produção. Em decorrência disso, foram surgindo propostas de construção de todo tipo, até mesmo as de caráter eminentemente utópico, a exemplo do da figura 198.

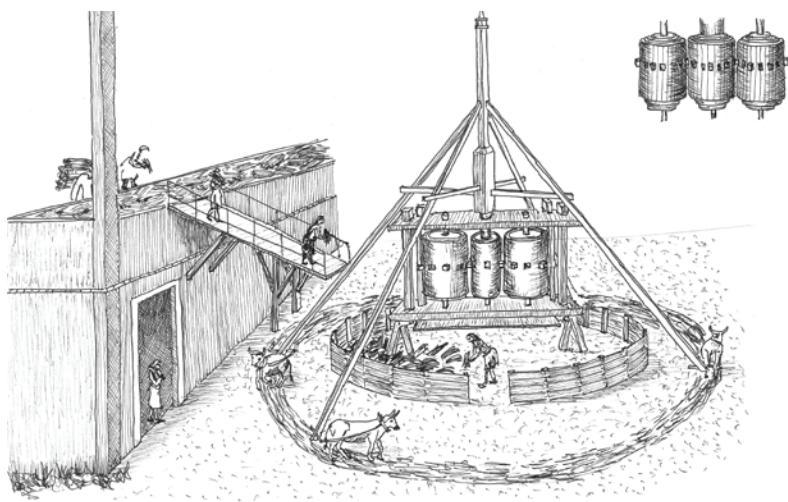


Figura 198: Um engenho de açúcar para produção massiva.

Como se percebe, o preço vantajoso gerou um grande consumo, e o tamanho da demanda serviu de estímulo para um rápido aperfeiçoamento da produção do açúcar. Isso já foi constatado pelo Frei Vicente do Salvador, em inícios do século XVII. A sucessão de várias etapas evolutivas deste processo produtivo indica que o aperfeiçoamento das moendas ocorreu no Brasil, onde as influências portuguesas se fizeram sentir na transferência da tecnologia dos moinhos aos engenhos de açúcar¹⁰¹. A referência encontrada na literatura técnica trata da produção do açúcar na Ilha da Madeira, onde se afirma que a reprodução dos engenhos referidos no capítulo anterior provém de uma interpretação de fontes escritas¹⁰², tendo em vista que os mesmos já não mais são encontrados naquelas plagas. Por isso, somos levados a supor que o aperfeiçoamento dos engenhos ocorreu no Brasil, e que o engenho madeirense, se efetivamente existiu, deve ter sido uma cópia de algum exemplar brasileiro.

A acentuada demanda do açúcar fez com que seu processo produtivo adquirisse uma substancial complexidade. O padre Cardim assinalou que

Em cada um deles (os engenhos), de ordinário há seis, oito e mais fogos de brancos, e ao menos sessenta escravos, que se requerem para o serviço ordinário; mas os mais deles têm cento e duzentos escravos da Guiné e da terra. Os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze revezados; começam a tarefa à meia noite e acabam-se ao dia seguinte às três ou quatro horas depois do meio dia. Em cada tarefa se gasta uma barcada de lenha que tem doze carradas e deita sessenta e setenta fôrmas de açúcar branco, mascavo, malo e alto. Cada fôrma tem pouco mais de meia arroba, ainda que em Pernambuco se usam já grandes de arroba. O serviço é insofrível, sempre os serventes andam correndo e por isso morrem muitos escravos que é o que os endividam sobre todo o gasto. Tem necessidade cada engenho de feitor, carpinteiro, ferreiro, mestre de açúcar com outros oficiais que servem de o purificar; os mestres de açúcar são os senhores de engenho porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama pelo que são tratados com muitos mimos e os senhores lhes são tratados com muito mimos e os senhores lhes dão mesa e cem mil reis e outros mais, cada ano (...)¹⁰³

101 Causa surpresa a afirmação de Frei Vicente de que a moenda de entrosas teria sido trazida do Peru.

102 MESTRE, Victor. *Arquitetura popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum, 2002, p. 254.

103 CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978 (Brasiliana, n.º 168), p. 193-194. A primeira edição foi publicada em fins da década de 1580.

Até hoje a complexidade deste processo não tem sido devidamente valorada. Para nós, parece evidente que este foi um experimento pioneiro que viria a levar à industrialização extensiva alguns séculos mais tarde. Se é verdade que nele ainda não comparecem motores convencionais, a organização em diversos setores que funcionavam de forma concatenada, cada qual sob a supervisão de um mestre especializado, de modo que todas as atividades ocorressem de forma integrada, constituiu-se no mais perfeito modelo de organização dos empreendimentos fabris da chamada revolução industrial.

Sob o ponto de vista estritamente arquitetônico, o arranjo de suas funções podia apresentar formas variadas. Por vezes, cada função recebia um prédio próprio. Neste caso, cada prédio recebia a denominação da atividade nele exercida. Noutros casos, duas ou três atividades eram exercidas num prédio comum. Logo o prédio era nomeado pela atividade tida como mais importante. Na maior parte das vezes, todas as funções eram exercidas num mesmo bloco (figuras 200 e 201) que se esparramava pelo terreno em diversas direções. Neste caso, esta construção denomina-se “engenho”, o que podia causar confusão, porque este também era o nome do conjunto de todas as construções, incluindo as moradias e a casa forte, hoje denominada casa-grande (figura 199). Por isso, preferia-se designá-la por “moita” ou “fábrica”.

Na forma da estratificação social caracterizada por uma nítida diferenciação entre o senhor de engenho e a família dos trabalhadores escravizados, que era intermediada pelos feitores e mestres de ofício, a arquitetura do engenho (entendida em seu conceito amplo) apresentava três linguagens bem diferentes: a capela e a casa-grande, que se identificava com as construções senhoriais portuguesas e deve ser enquadrada na categoria da arquitetura erudita, a qual se diferenciava profundamente das senzalas (habitações dos escravizados solteiros) e das cubatas (moradias dos escravizados casados), que eram uma adaptação local da arquitetura popular africana. A arquitetura das construções de produção, com suas generosas dimensões, não apresentava qualquer pretensão de monumentalismo ou de ostentação, em razão do que ela se filia diretamente à arquitetura popular portuguesa.

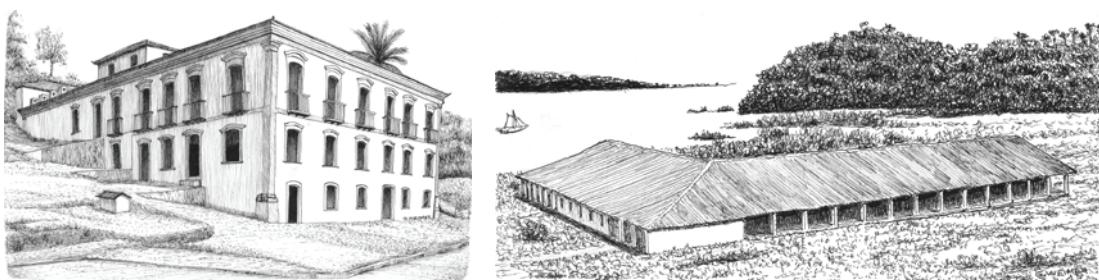
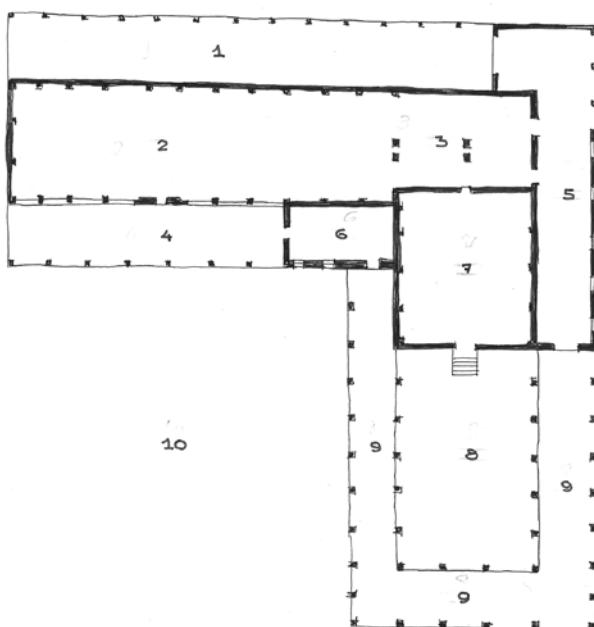


Figura 199: Casa-grande do engenho da freguesia.

Figura 200: Vista da moita do Engenho da Freguesia, cuja existência é documentada no livro de Gabriel Soares de Sousa (1587). Queimada pelos holandeses, foi reconstruída após sua expulsão da Bahia.



Legenda: 1 - Abrigo de carros de boi; 2 - Casa de purgar; 3 - Encaixotamento; 4 - varanda; 5 - Carpintaria/caixaria; 6 - Depósito; 7 - Caldeira; 8 - Moendas; 9 - Picadeiro; 10 - Pátio de secagem do bagaço.

Figura 201: Planta baixa do Engenho da Freguesia, em Candeias, Bahia.

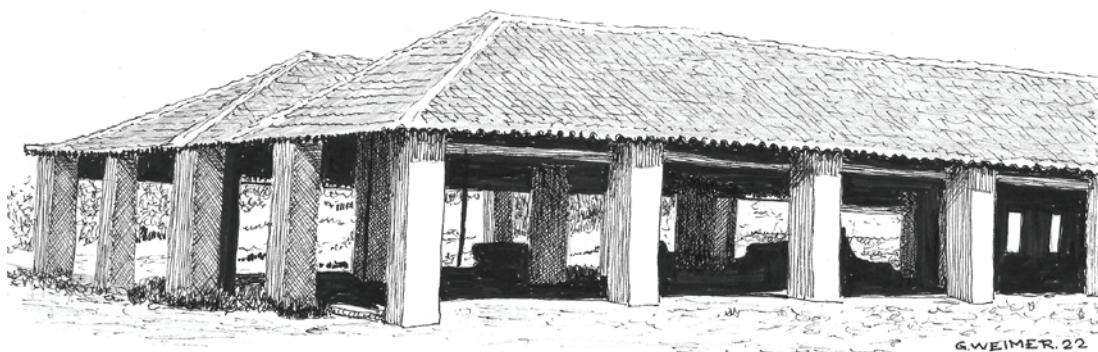


Figura 202: O Morgadio do Reguengo, no Algarve, apresenta um aspecto muito semelhante ao da moita do Engenho da Freguesia.



Figura 203: Engenho Caraíba, em São Francisco do Conde, Recôncavo Baiano, mostrando o contraste entre a casa-grande e a moita.

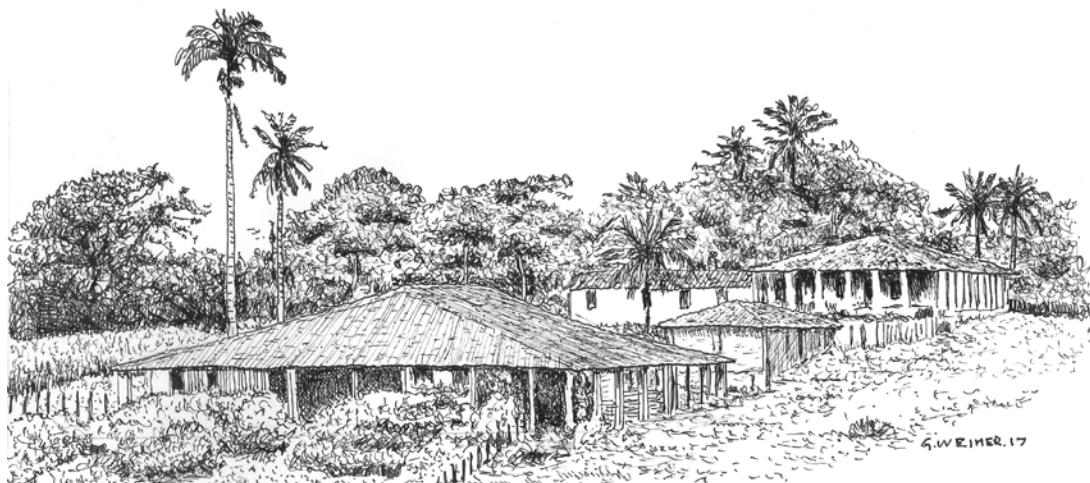


Figura 204: Engenho Pimentel, em São Sebastião do Passé, Bahia, mostrando a hierarquia dos volumes da casa-grande e da moita.

De comum, as edificações de produção tinham a simplicidade de sua construção que se compunha de um telhado apoiado sobre pilares, o que permitia a mais ampla ventilação dos locais de trabalho. Em contraste, alguns espaços ficavam fechados, como era o caso da casa de purgar, para que os cones ficassesem imóveis com o fim de favorecer a cristalização ou do depósito onde eram armazenadas as caixas de açúcar à espera da comercialização. O recinto mais fechado era a caldeira, cuja única abertura era uma ou duas portas. A razão de seu enclausuramento era acudir a evaporação da água, ou seja, a transformação do caldo em melaço. Por ser um espaço confinado muito quente, o trabalho neste local era encarado como o pior castigo e, reza a tradição, que os escravos escalados para aí exercer o trabalho eram acorrentados para evitar qualquer tentativa de fuga.

Também havia espaços intermediários, como a carpintaria e a ferraria, providas de janelas para que houvesse boa ventilação, mas que também pudesse ser fechados quando eram interrompidas as atividades. Dessas disposições, resultava uma expressão plástica que permitia uma identificação das atividades que eram exercidas nos diversos setores da edificação, ao modo como era desejado pelos modernistas dos meados do século passado. A simplicidade da composição dos volumes que formavam a edificação não deixava dúvidas sobre sua origem na arquitetura popular ibérica. E dela, herdou suas contradições, as quais podem ser exemplificadas na estrutura da cobertura do Engenho do Rio Comprido. A cobertura foi feita com telhas canal, ditas portuguesas, cuja origem remonta ao império romano, porém as tesouras apresentam origem germânica, mais especificamente, baixo-saxã, na forma de “pernas escoradas” (*Kehlbalkensparrendach*¹⁰⁴) (figura 205).

104 A evolução das estruturas das coberturas nas construções alemãs foi tratada em nosso livro *Arquitetura popular da imigração* (EdUFRGS, 2005). Assinale-se ainda uma diferença de seu emprego em Portugal relativamente à Alemanha: a existência de fortes nevascas exige que as águas sejam bem inclinadas, o que era complementado com a estocagem de feno para alimentar os animais durante o longo inverno, o que, por sua vez, contribuía para o isolamento térmico da moradia. Em Portugal os invernos eram bem mais amenos, dispensando o armazenamento de feno, e a telha canal não exigia tamanha inclinação das águas. Com isso, os telhados se tornaram bem mais baixos.

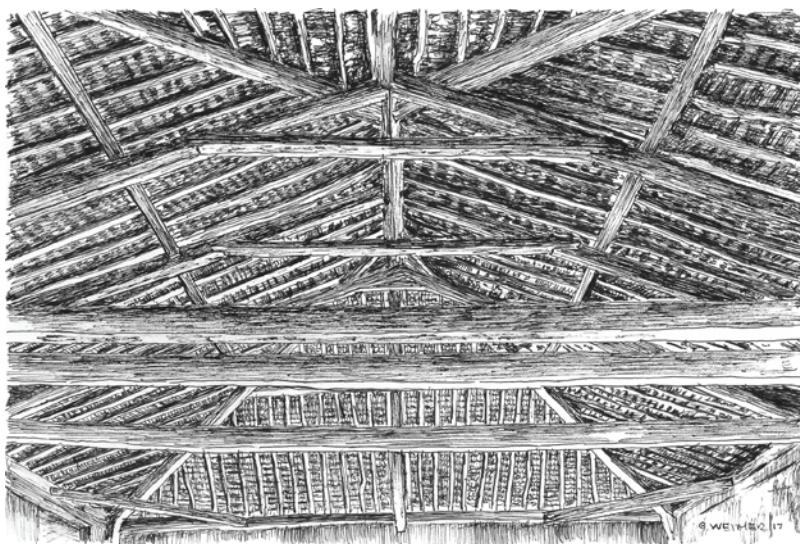


Figura 205: Estrutura da cobertura do Engenho Rio Comprido, em Valência, Pernambuco, no sistema de tesouras com “pernas escoradas”.

Para finalizar as apreciações sobre os engenhos, torna-se oportuno frisar o espantoso crescimento de seu número. Como foi visto, o primeiro engenho teria sido construído a mando de Martim Afonso de Sousa, por volta de 1530. Quando foi verificado que o cultivo da cana de açúcar era promissor, começou sua plantação no Pernambuco, logo se tornando o centro de expansão dessa cultura, pois os irmãos Sousa deixaram a administração de suas capitâncias para se envolver nas guerras de conquista no oriente. Com o reconhecimento do equívoco da distribuição das capitâncias entre os gentis homens da corte lisboeta, e a recompra das mesmas pelo governo português com o estabelecimento de um governo central em Salvador, esta região passou a ser um segundo centro irradiador desta cultura.

A cultura da cana foi um empreendimento tão estupendo que, por volta de 1590, já estavam em funcionamento na Bahia vinte e um engenhos d’água e quinze de bois (trapi-ches), enquanto outros quatro¹⁰⁵ eram construídos; em Pernambuco, havia “sessenta ou mais” engenhos em funcionamento; nas capitâncias de Ilhéus e Porto Seguro, havia “alguns” em cada uma; no Espírito Santo, estavam estabelecidos quatro ou cinco engenhos e, em São Paulo, mais três ou quatro. A estes ainda deve ter havido alguns estabelecidos no Rio de Janeiro¹⁰⁶. Isso significa que, em pouco mais de cinquenta anos, foram construídos cerca de 120 engenhos. Segundo os números indicados pelo Frei Vicente do Salvador, esse número teria sido duplicado até 1627 e, nos inícios do século XVIII, havia chegado a 528 engenhos contando apenas os das capitâncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹⁰⁷. Noutros termos, a renda per capita por volta de 1600 teria sido superior à de 1900¹⁰⁸.

105 SOUSA. Gabriel Sousa de. Op. cit., p. 173.

106 ANCHIETA. José de. *Cartas, informações, fragmentos e sermões*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP. 1988, p. 326 e seguintes.

107 BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 87. Em Pernambuco havia 246 unidades; na Bahia, 146; e no Rio de Janeiro, 136. Isso indica que o centro de maior desenvolvimento econômico, por volta de 1700, era Pernambuco (que ainda englobava os atuais estados de Sergipe e Alagoas), e que o crescimento do Rio de Janeiro se dava às custas da decadência relativa da Bahia.

108 *Idem ibidem*, p. 92.

Apesar da decadência relativa da produção açucareira que se processou a partir da retomada da independência em Portugal, ela se manteve no topo das exportações brasileiras até o fim do século XVII, com quase 80% do valor das exportações¹⁰⁹.

Os povoados

Em outros termos, isso significa que a economia estava centrada nas áreas rurais, onde as vilas e as cidades serviam como entrepostos comerciais e centros religiosos. Isso pode ser percebido no tamanho desproporcional que tinham as sacristias relativamente à nave. A razão era o fato de que grandes festas religiosas (casamentos, batizados, etc.) eram realizadas nas matrizes pela elite nos centros urbanos, para as quais concorria as principais figuras das redondezas unidas por laços de compadrio.

Conglomerados urbanos detinham pouca importância sociocultural e econômica, e dividiram-se em diversas categorias. Caso fossem constituídos por um número limitado de moradias, geralmente, denominadas de “fogos”, recebiam o nome de “lugar” (figura 206).

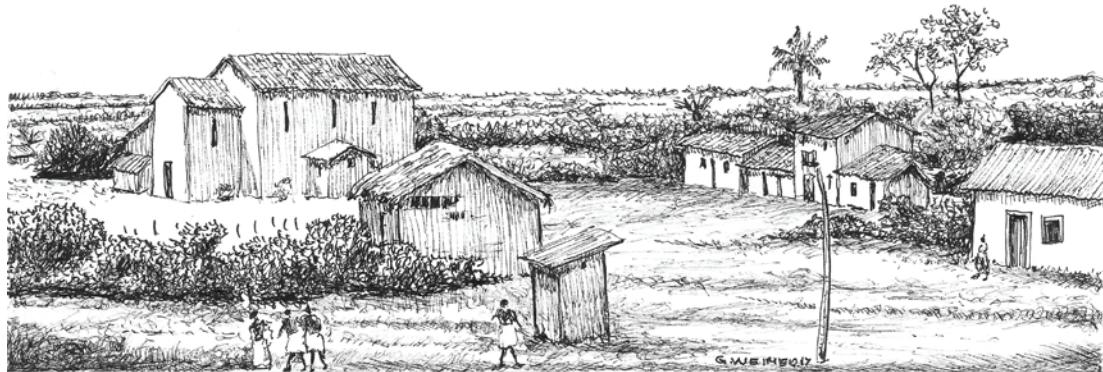


Figura 206: Um lugar, segundo Frans Post.

Se um “lugar” crescia com a adição de mais “fogos”, passava à categoria de “povoado”, “povo” ou “povoação”¹¹⁰, (figura 207) desde que fosse ocupado, majoritariamente, por brancos. Se a maioria dos moradores fosse indígena, denominava-se “aldeia”. Se a preponderância era de negros, o termo usado para designá-lo era “quilombo”. Como podemos observar, os “fogos” estavam separados entre si. Quando os fogos eram geminados e zoneados em duas filas separadas por uma rua, recebiam o nome de “sanzala” que, na boca dos conquistadores, transformou-se em “senzala”.

¹⁰⁹ Idem *Ibidem*, p. 66. Na penúltima década do século XVII, os percentuais dos diversos itens teriam sido os seguintes: açúcar = 79,2 %; fumo = 10,4 %; couros = 6,7 %; pau-brasil = 1,6% e outros = 2,1 %.

¹¹⁰ Em Portugal, também era empregada a palavra “Povoa”. Era muito raro o emprego desse termo no Brasil. Até agora, só encontramos duas ou três referências que empregavam este termo.



Figura 207: Um povoado, segundo Frans Post.

As “vilas” e as “cidades” pertenciam a outra categoria de conglomerados. Independente da preexistência ou não de um “lugar” ou “povoado”, a criação de uma “vila” dependia de uma determinação legal da parte da realeza. A expedição desta carta real era denominada de “termo de fundação”. Portanto, este mesmo também tinha um significado diferente do de hoje. Na atualidade, entende-se por “fundação” a criação de algo novo. No período colonial, significava de passagem para um nível superior. Até os séculos XVIII e XIX, só a realeza (ou, por extensão, seus prepostos) tinha o poder de “fundar” vilas e cidades. No “termo de fundação”, constava a concessão de certas liberdades às comunidades de se autogerir através de uma Câmara de Vereadores, de ministrar a justiça por meio de juiz(es) e de se autoadministrar mediante corpo legislativo formado por vereadores cujo presidente era o alcaide (prefeito), o responsável por administrar um corpo de funcionários cujos postos eram, quase sempre, enumerados neste mesmo termo. Por herança medieval, a amplitude destas liberdades era muito variável e dependente das condições definidas no “termo de fundação”.

Uma “fundação” significava, basicamente, uma mudança de status de um conglomerado, caso pré-existente. Para exemplificar: em algumas destas “ordenações”, o rei dizia que era de sua vontade que fosse “fundada” uma vila junto a uma determinada matriz. Ora, se já existisse uma matriz, estava explícito que na região já existiam outras igrejas, sendo que a primeira não poderia adquirir esta categoria. Se já existiam diversas igrejas na área, era evidente que já havia considerável população estabelecida nela. Isso não implica, obrigatoriamente, que ela já tivesse estabelecido em povoações, mas, diante da tradição portuguesa estabelecida desde a Idade Média, é mais do que esperado que a mesma tenha se agrupado em forma de povoado(s).

Neste ato de fundação, determinavam-se as características de seu estabelecimento. Visualmente, o símbolo de seu poder de autogestão ficava determinado com a construção de um pelourinho que, segundo uma tradição medieval, também servia para amarrar os condenados pelo poder jurídico local a fim de que o infrator se tornasse conhecido do público. A administração ficava instalada na “Casa de Câmara e Cadeia”, diante da qual era erguido o pelourinho. Via de regra, esta Casa era um sobrado no qual funcionava, em seu piso superior, a Câmara de Vereadores e o poder judiciário. O piso inferior era destinado às prisões cujo acesso era feito exclusivamente por alçapões existentes no entrepiso. No

ato do julgamento, se condenado, o réu viria a ser exposto no pelourinho ou baixado diretamente pelo alçapão à prisão.

As vilas podiam ser “fundadas” junto a “lugares” ou a “povoados” ou “fundadas de novo”, isto é, em lugar desabitado. Também é importante assinalar que este conceito nada tinha a ver com tamanho. O exemplo clássico desta diferença era a situação de Recife (figura 209), em Pernambuco, que tinha o status de povoado embora fosse cerca de dez vezes maior que a “cidade” de Olinda (figura 208), título que lhe foi outorgado por seus supostos méritos na expulsão dos holandeses.



Figura 208: A vila de Olinda em 1630 (antes de ser elevada a “cidade”), segundo um desenho de Johannes de Laet.



Figura 209: Um bairro do povoado de Recife, segundo Frans Post, por volta de 1630.

O significado da palavra “cidade” também divergia do de agora. Se uma “vila” tinha méritos especiais ou se distingua por alguma razão, ou ainda, era considerada pelo governo como sendo de alta importância estratégica, ela era elevada à condição de “cidade”¹¹¹, independentemente de suas dimensões ou número de habitantes.

¹¹¹ Por ser a administração pública muito precária, estes trâmites burocráticos nem sempre seguiam as leis estabelecidas. A elevação da capital da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul pode servir de exemplo desses desacertos. Em 1772, o vice-rei ordenou a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre. Com isso, a única Câmara de Vereadores e, portanto, com feições de Assembleia Legislativa da Capitania, também foi objeto dessa transferência. Porém, somente em 1809 ela foi elevada à condição de “vila”, ou seja, durante três décadas e meia manteve o status de povoado. Somente depois da vinda da família real portuguesa, o Rio Grande do Sul foi dividido em seus primeiros quatro municípios, sendo o de Porto Alegre criado em 27 de abril de 1809. Mesmo assim, Porto Alegre ainda manteve seu status de “povoado”, porque lhe faltava o “termo de fundação”. Este só foi emitido em 11 de dezembro de 1810 quando recebeu o pomposo nome de “Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre”. Mais do que isso: só passaria à condição de “cidade” depois de ter sido “fundada” como tal em 14 de novembro de 1822, com o título de “Maior e Valorosa Cidade de Porto Alegre”. Mesmo assim, essa “fundação” só foi efetivada algum tempo mais tarde, porque ela só podia ser oficializada mediante a presença de um emissário do Imperador que presidia a cerimônia de elevação.



Figura 210: A “cidade” do Salvador, capital da Colônia, em 1600, segundo uma reconstituição de Wanderley Pinho com base nos assentamentos do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento.

Para as condições atuais, o número de habitantes destes conglomerados era irrisório. Anchieta fez um levantamento aproximado dos moradores dos diversos conglomerados urbanos por volta de 1585. Em Itamaracá haveria cerca de 50 “vizinhos” portugueses; Recife teria cerca de mil habitantes brancos, além de um número não definido de escravos e, Olinda, cerca de 110 moradores (com exclusão de cerca de dez mil escravos negros e dois mil indígenas distribuídos em sessenta e seis engenhos estabelecidos no interior)¹¹²; a cidade de Salvador teria quase dois mil moradores (e em seus arredores existiam 46 engenhos que empregavam entre 10 e 12 mil negros, além de outros 3 mil escravos negros e oito mil indígenas); Ilhéus teria 150 habitantes brancos que administravam seis engenhos; Porto Seguro teria apenas 50 habitantes brancos; em Vitória havia 150 vizinhos com seis engenhos; Rio de Janeiro tinha 150 habitantes portugueses para os quais devem ser somados cem escravos negros e índios, além de duas aldeias de índios cristãos com cerca de três mil almas. No litoral paulista, São Vicente tinha 50 fogos; Santos tinha cem “vizinhos” e outros tantos soldados; Itanhaém tinha 30 “vizinhos”. Em conjunto, essas três povoações mantinham quatro engenhos. (São Paulo de) Piratininga, em cima da serra, não tinha mais de 120 fogos que, com os habitantes de duas aldeias de índios somavam algo em torno de mil pessoas¹¹³. Segundo José de Alcântara Machado, quinze anos mais tarde, este número teria subido para 150 fogos e mil e quinhentos habitantes¹¹⁴.

Estes dados devem ser muito incompletos, mas permitem estabelecer algumas relações entre as diversas etnias constituintes da população da Colônia, que seria a existência de mais de cinco negros para cada português e mais de três índios para cada português. Noutros termos, para 10% de brancos havia 58,5% de negros e 31,5% de indígenas. Ainda que os portugueses tivessem o pleno poder e constituíssem como classe dominante, diante de tais evidências, seria possível dizer que a arquitetura habitacional fosse primordialmente portuguesa? A verdade é que há poucas informações acerca disso

¹¹² Segundo o padre Cardim: “(A vila de Olinda) (...) tem passante de dois mil vizinhos entre vila e termo, com muita escravaria de Guiné, que serão perto de mil escravos: os índios da terra são já poucos (...) A vila está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar e para a terra; tem boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha (...).” CARDIM, Fernão. Op. cit. p. 201-202.

¹¹³ ANCHIETA, José de. Op. cit. p. 418-432.

¹¹⁴ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943, p. 39.

na literatura consultada. O Livro Velho do Tombo da Bahia¹¹⁵ apresenta as transcrições de numerosos documentos referentes à aquisição pelos frades do Mosteiro de São Bento na forma de compra e de doações de uma imensa área de terras foreiras. Nestas escrituras, há referências a muitas construções, todavia, os dados são muito incompletos e imprecisos. A escritura mais antiga era de 1578 e, a mais recente, de 1705, o que vale dizer que quase todas eram do século XVII. A linguagem seiscentista e setecentista é de difícil compreensão em razão do que foi necessário fazer interpretações de seus conteúdos. Escrivães, por vezes, tinham grande dificuldade com a gramática e com a redação. Quase todas as descrições eram falhas e vagas: “(...) a metade das moradas de cazas dadas da dita Francisca Barbosa que sam as primeiras indo de nosa Senhora dajuda para a porta de Sam Bento”, reza um inventário de 1650. Outro exemplo: a escritura era referente “aos chaôs ... que posuhiam humas cazas telhadas nesta pouaçam que estam na praça deste pouoçam”. Muitas vezes, nem mesmo os endereços dos bens eram especificados. Mesmo assim puderam ser extraídos dados que, em certa medida, podem dar uma ideia das características destas habitações.

Quanto às técnicas construtivas, foi verificado que 44% das casas eram de pedra e cal; 15% de pedra e barro; 4,5% de pedra; 23% eram de palha; e 13,5 % de taipa. Quanto ao número de pisos, 58% eram casas térreas (ou “terreiras”) e 42% sobrados ou assobradados. Possivelmente, a diferença entre um sobrado e um assobradado era o tamanho do piso superior, onde o assobradado se referia à existência de uma camarinha. Quanto à cobertura, 42% eram cobertas com palha e 58% com telhas.

O que significam tais números? Partindo do princípio de que as técnicas do trabalho com pedras era exclusividade da cultura portuguesa, fica evidenciado que, se virtualmente 2/3 das construções eram deste material, a hegemonia das técnicas eram ibéricas. Possivelmente, este índice fosse ainda maior, já que 13,5% das casas eram de taipa: aqui não fica claro se se trata de taipas leves (africanas) ou de pilão (ibérica). As coberturas de palha são empregadas tanto na arquitetura indígena quanto africana e portuguesa. Logo, este dado pouco indica quanto à cultura dominante, mas o fato de que 58% de coberturas serem de telha (certamente, de cerâmica, de canal), novamente aponta no sentido da hegemonia lusitana. Ao passo que há especificações de casas totalmente de palha e de paredes de taipa de mão, o que evidencia o emprego concomitante de técnicas indígenas e africanas.

Outro acervo que tem sido explorado foi o dos inventários paulistas referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII, que estão ordenados em quarenta volumes no Arquivo de São Paulo que, segundo diversos autores, apresentam características semelhantes aos de Salvador antes referidos. Já em 1929, Alcântara Machado publicou uma primeira investigação¹¹⁶ nestes documentos na qual constatou que São Paulo apresentava:

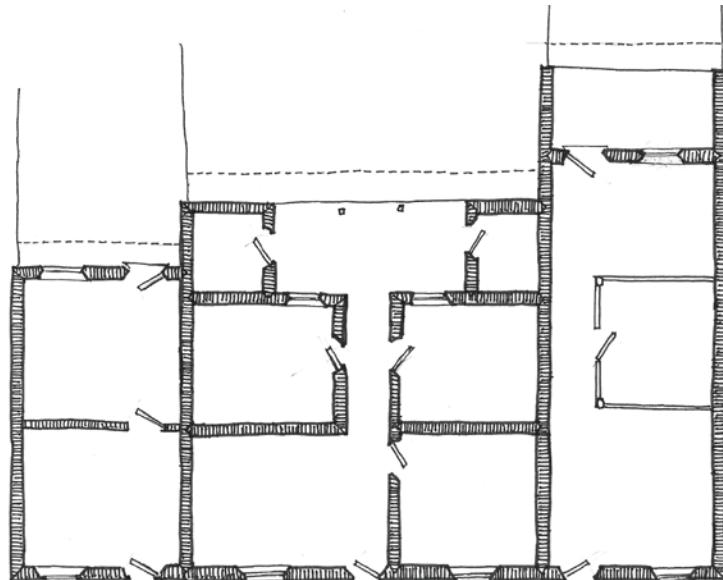
(...) míseras choupanas de que se compõe inicialmente o povoado vão sucedendo as construções de taipa, com exuberantes beirais e rótulas nas portas e janelas, à moda mourisca. As coberturas primitivas de palha aguariranana ou sapé cedem lugar aos telhados. Do empenho com que os paulistas procuraram fomentar o fabrico de telhas dão

115 *Livro velho do tombo do mosteiro de São Bento*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.

116 MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.

testemunhos abundantes as vereações da época. O milheiro é vendido a mil e seiscentos e dois mil réis, preço enorme para a época¹¹⁷.

Segundo o mesmo autor, eram raras as casas que tinham piso *assoalhado de tabuado* e a sala *forrada*, isto é, providas de forro. As paredes eram de taipa de pilão, porém, os *repartimentos* eram de taipa de mão. Isso leva a uma curiosa dicotomia: telhas serem de cerâmica, mas não há referências à fabricação de tijolos que, segundo Lemos, só se teria vulgarizado no século XIX¹¹⁸. Esse autor retomou a análise destes inventários¹¹⁹ depois da II Guerra Mundial, constatando a existência de casas de taipa de pilão e de mão com coberturas de palha ou de telha. Os *repartimentos* internos eram de *taboado pelo meio* ou de taipa de mão. Um termo importante usado em São Paulo era a classificação das moradias em função de seus “*lansos*”. Por este termo, entendia-se um pano de parede localizado entre dois outros que lhe eram ortogonais. Casa de um lanço significava que a sua fachada para a rua era formada por um pano de parede compreendida entre duas paredes laterais; casa de dois lanços significava que, além das paredes laterais, havia uma parede divisória interna, ou seja, a moradia tinha dois compartimentos voltados à rua, assim por diante. Os dados combinados com a afirmação da existência (ou não) de alpendre ou de corredor interno serviram de base para reconstituir algumas plantas de moradias seiscentistas (figura 211). A eventual inexistência de um quintal, em nosso entender, significa a reprodução de casas portuguesas ditas “de alfurja” (com um pátio mínimo) (figura 212).



Figuras 211: Três exemplos de casas urbanas paulistas do século XVII. A primeira e a terceira seriam casas de “um lanço” ou de porta e janela. A segunda, seria uma casa de dois lanços ou de meia morada.

117 Idem, *ibidem*, p. 45.

118 LEMOS, Carlos A.C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel. 1985, p. 40. Segundo esse autor, haveria notícias do emprego eventual de tijolos em São Paulo no século XVII e da existência de índios oleiros vindos da Missão de São Miguel. Enquanto em São Paulo a taipa de pilão era hegemônica, foram os índios oleiros provenientes das missões jesuíticas que socializaram a produção do tijolo no sul do país onde as construções de taipa de pilão são raríssimas.

119 LEMOS, Carlos A.C. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da USP, 1992. Trata-se de uma brochura que reproduziu artigos publicados na revista Acrópole entre 1957 e 1961.

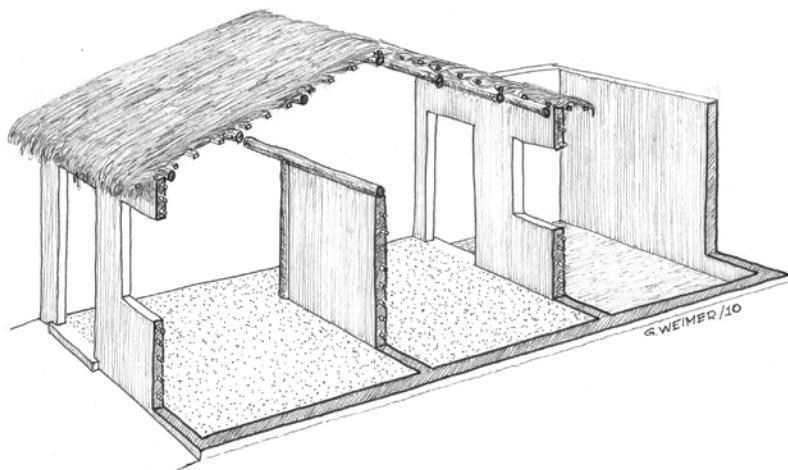


Figura 212: Casa de Alfurja.

Da mesma forma como o emprego da pedra na arquitetura colonial, o da taipa de pilão também vem sendo objeto de contradições. Alguns entusiastas chegaram a afirmar que esta taipa seria uma espécie de marca registrada da arquitetura paulista. Isso significaria que onde há emprego da taipa de pilão, teria havido alguma influência de São Paulo. Como já foi visto anteriormente, em diversos outros locais foi empregada esta técnica construtiva. Em 1549, desde Salvador, o padre Manuel da Nóbrega solicitou o envio de “alguns (oficiais) que façam taipa e carpinteiros¹²⁰”, o que significa que havia demanda destes profissionais na cidade. Como visto, o arquiteto Domingos da Rocha projetou os muros de taipa de Salvador no século XVI, que foram construídos pelo taiseiro Pedro André. Mais de um décimo das casas de Salvador eram de taipa.

Em situações de emergência, era comum a construção de fortés e fortins em taipa de pilão pelas razões de serem construções de fácil execução, muito funcionais e de fácil reparação. Mesmo fortés com muralhas de pedra não dispensavam o reforço interno de plataformas de taipa. Na verdade, o uso de taipa era corrente em construções militares por toda a Colônia, o que significa não ter consistência a ideia de que a taipa seria uma exclusividade paulista.

Se é verdade que a taipa de pilão era hegemonic no planalto paulista, o que, geralmente, tem sido atribuído à falta ou escassez de pedra, no litoral paulista o uso da pedra nas construções foi uma constante. Inclusive o Engenho de São Jorge dos Erasmos era de pedra, a construção portuguesa mais antiga. A abundância da pedra se impôs ao uso da taipa por força da tradição portuguesa. A pedra pode ser assentada com argamassa de barro, mas, em consonância com a tradição lusa, a preferência era dada à argamassa de cal, a qual era reduzida a partir da queima das conchas de ostras marítimas encontradas ao longo do litoral ou, segundo relato do Frei Gaspar da Madre de Deus¹²¹, recuperadas dos antigos sambaquis que o autor denominou de “ostreiras”. Portanto, a concepção de que a taipa de pilão fosse “uma exclusividade mameluca adaptada às condições especiais do planalto de Piratininga e, nessa situação, espalhada pelo mundo conquistado pelas andanças

120 NÓBREGA, Manuel da. Op. cit. p. 85.

121 DEUS, Gaspar da Madre de. *Memória para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953.

do bandeirante”¹²² merece alguns reparos. A denominação “mameluco” foi tomada de empréstimo da cultura otomana, utilizada para se referir a seus mercenários egípcios, e aqui passou a designar os mestiços de indígenas com os portugueses. Ora, os indígenas desconheciam as técnicas de construção com terra¹²³. Portanto, a taipa não pode ser qualificada de “mameluca”, posto ser nitidamente de origem da África Branca e que nos foi legada por via do conquistador português. Isso fica evidente no fato de que foi o padre Afonso Brás que se fez de arquiteto para construir o segundo abrigo dos jesuítas nos altos da Serra do Mar, e que divulgou a técnica que acabou se tornando hegemônica naquela região premido primordialmente, pela inexistência ou escassez de pedras. À medida que os bandeirantes foram se estabelecendo pelos “sertões”, é evidente que levaram consigo estes conhecimentos. Mas isso não quer dizer que se lhes possa atribuir uma exclusividade nesta tarefa. Carlos Lemos, por exemplo, reconhece que a taipa de pilão não deixou raízes em Minas Gerais¹²⁴. Isso decorre, obviamente, da abundância de pedras na região e da escassez de terra própria para a fazer argamassa de barro.

O mesmo autor afirma que a taipa de pilão paulista fora empregada nas charqueadas gaúchas, assim como existam indícios de que alguma influência paulista tenha sido deixada na arquitetura das fazendas ou estâncias ganadeiras sul-rio-grandense parece fora de dúvida¹²⁵. Mas o emprego da taipa de pilão foi muito raro nessa capitania e, quando empregada, restringiu-se a construções militares (fortes, fortins, guarnições, etc.) projetadas e executadas por militares¹²⁶, portanto sem a participação de paulistas. Em sua tese de doutoramento, Ester Gutierrez¹²⁷ assinalou que, nas pausas hibernais do abate do gado, a mão de obra escrava das charqueadas era empregada primordialmente na fabricação de tijolos em razão de que as cidades das charqueadas se caracterizavam por sua arquitetura de tijolos – como, de resto – todas as vilas rio-grandenses, tradição se divulgou a partir das Missões Jesuíticas onde os indígenas aprenderam a fabricação de tijolos dos missionários da Companhia de Jesus¹²⁸. Foram estes indígenas que, reassentados no Rio Gravataí, produziram os tijolos e as telhas com as quais foi construído o povoado de Porto Alegre. A única exceção foi seu palácio governamental, dito Palácio de Barro, que foi construído pelo arquiteto José Joaquim Vieira a mando do temperamental governador Marcelino de Figueiredo, por exigir que a transferência da capital de Viamão para o novo sítio fosse feita com a maior rapidez. Portanto, a opção pela taipa de pilão foi devida à presteza da construção e tampouco teve a ver com influências de paulistas.

122 DEUS, Gaspar da Madre de. *Memória para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953, p. 14.

123 Claro está que as casas semisubterrâneas da cultura caingangue, os assim chamados “buracos de bugre”, também eram de terra, porém se constituem numa variante especial, uma vez que elas se caracterizavam pela simples escavação do solo e não por uma técnica construtiva de confecção de paredes.

124 LEMOS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 43.

125 Numa casa de fazenda em que esta influência pode ser percebida é na da Arvorezinha, no município de Piratini em termos de proporções e características formais. Contudo, este prédio foi construído com pedra e cal.

126 QUEIROZ, M. L. Bertuline. *A vila de Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: EdFURG, 1987, passim.

127 GUTIERREZ, Ester Judith Benjoia. *Barro e sangue*. Pelotas: EdUFPel, 2004, p. 471 e seguintes.

128 Assinale-se que estes indígenas já eram excelentes ceramistas antes da chegada dos missionários da Companhia.

Se o emprego da taipa de pilão foi hegemonic no planalto paulista como fica evidenciado pelos tombamentos relacionados no Guia dos Bens Tombados¹²⁹, isso não quer dizer que o tijolo não tivesse sido empregado. Há documentos demonstrando seu emprego por volta de 1610. Do mesmo modo, há indicativos da presença de índio oleiros em São Paulo provenientes das Missões sul-rio-grandenses¹³⁰. O emprego de taipas de mão e de repartições internas com tábuas também já foi constatado por Machado¹³¹. Isso significa que o emprego da taipa de pilão não foi exclusivo, como alguns autores têm afirmado.

Há, porém, uma questão intrigante no que se refere à queima de objetos cerâmicos. É sabido que a cobertura destas construções foi feita com telhas capa e canal ou portuguesas. Ora, as mesmas tinham de ser queimadas ao modo do tijolo. Por esta razão, fica em aberto a questão das razões pelas quais o tijolo não encontrou maior presença. O emprego majoritário de taipa de pilão seria apenas uma consequência do seu uso primordial pelo padre Afonso Braz na construção do abrigo dos jesuítas, lá pelos meados de 1500? Ou seria consequência da socialização da técnica pelos alunos do padre? Eis um assunto que ainda precisa ser investigado!

Igualmente, intrigante é a questão que diz respeito à habitação rural paulista. Cabe a José de Alcântara Machado, Luís Saia¹³² e Mário de Andrade¹³³ o mérito de ter problematizado a contribuição destas construções no cenário da história de nossa arquitetura popular e de suas técnicas construtivas. A descoberta de mais de uma dezena de construções de configuração singular nos arredores da cidade de São Paulo passou a chamar a atenção de diversos autores. A princípio, foram as próprias construções que serviam de base para estes estudos, porém, já na década de 1930, foram realizadas pesquisas nos arquivos paulistas. Tais estudos foram de grande valia ao nosso aprendizado, em cerca de dez viagens de estudos a Portugal e quatro à África, que empreendemos sem apoio financeiro de órgãos de pesquisa.

A primeira questão a ser examinada parece ser a característica da sociedade que deu origem a esta arquitetura, então marginalizada no extremo sul do Brasil. Os bandeirantes se estabeleceram nos altos da Serra do Mar, o que trazia algumas dificuldades de comunicação com o restante da colônia. Sua língua era o *nheengatu* ou língua geral meridional, o que se constituía em outro empecilho para a convivência com o restante da população da colônia. Em decorrência disso, seu conceito não era dos melhores na oficialidade. Vilhena, por volta de 1800, os qualificava de “homens facínoras, rebeldes ao soberano e insubordináveis às leis”¹³⁴. Com certeza, essa tal marginalidade contribuiu para com a peculiaridade de sua arquitetura.

129 REIS Fº, Nestor Goulart, *Guia dos Bens Tombados*: São Paulo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986, *passim*.

130 LEMOS, Carlos A. C., *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 40.

131 MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1929. p. 45.

132 SAIA, Luís: *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972. Este livro é a reunião de uma série de artigos publicados na revista Acrópole, na década de 1950.

133 ANDRADE, Mário de: Capela de Santo Antônio, in: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: 1937.

134 VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa Oficial, 1921, v. 2, p. 653. O original foi publicado em 1802.

Esta pecha acabou por gerar conflitos que se acentuaram quando, no fim do Império, as elites paulistas assumiram um papel preponderante na economia nacional com o sucesso financeiro da agricultura cafeeira, quando o respectivo passado pouco airoso passou a ser superestimado. A partir daí, a figura do bandeirante passou a ser vista como uma espécie de desbravador dos sertões e alargador das fronteiras nacionais. De marginal, foi promovido a herói da consolidação da nacionalidade brasileira. Alfredo Ellis¹³⁵ descreveu os bandeirantes como uma “raça de gigantes”. Os fatos históricos referentes às suas atividades de prear indígenas resultou no genocídio de populações nativas. Por outro lado, consolidar as fronteiras brasileiras também foi mérito da administração do Marquês de Pombal. A constrangedora pobreza documentada nos inventários seiscentistas foi convertida em estoicismo e despreendimento de bens materiais.

A crise mundial na década de 1930 e a derrocada dos preços do café no mercado internacional deram uma arrefecida neste ufanismo, e novos pesquisadores passaram a examinar a questão com maiores cuidados.

Aqui vale destacar os estudos de Carlos Lemos¹³⁶, que deixaram claro que estas construções eram dos fins do século XVII e ao longo de XVIII. Essas datações vieram a trazer novas perspectivas interpretativas, visto que, neste período, o movimento bandeirista estava em plena decadência, como foi demonstrado por Monteiro¹³⁷. A contribuição do referido autor também se constitui em peça fundamental para a reavaliação da sociedade paulista e de sua arquitetura, por ter demonstrado que sua atividade principal não consistia em apenas na caça ao indígena com o fim de revendê-los às fazendas açucareiras, mas que eram importantes agricultores. Com sua produção de trigo, eles haviam se tornado significativos fornecedores de alimentos no Rio de Janeiro e em outras cidades.

Uma terceira questão importante para esta contribuição levantada por esse autor foi a de que a descoberta das minas de ouro e diamantes trouxe uma profunda modificação à sociedade paulista. Na verdade, a crise já vinha se prenunciando anteriormente:

A partir da segunda metade do século (XVII, acréscimo nosso), a aquisição de mão-de-obra indígena através do apresamento tornou-se crescentemente difícil, pois as expedições passaram a enfrentar sertões pouco conhecidos, distâncias maiores e crescentes resistências indígenas. O declínio na rentabilidade das expedições provocou uma séria crise na economia paulista¹³⁸.

A alternativa encontrada foi agregar a atividade comercial às práticas agrícolas tradicionais, e a demanda pela mão de obra negra nas Gerais fez com que a escravidão indígena passasse a ser substituída pela africana:

Basicamente, a escravidão africana assumiu dois aspectos nitidamente diferentes, embora complementares. E um lado, enquanto mercadoria a ser fornecida para as minas, o comércio do escravo africano colaborou para a transformação de São Paulo em

135 ELLIS Júnior, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.

136 LEMOS, Carlos A.C.. *Casa Paulista*. São Paulo: EdUSP, 1999, entre outras obras.

137 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 80.

138 *Idem, ibidem*, p. 209.

entreposto comercial. Do outro, alguns escravos negros foram integrados às grandes propriedades rurais da região.¹³⁹

A confrontação dos estudos destes dois autores mostra que o surgimento das casas bandeiristas corresponde ao início do desencadeamento desta fase de transformação da sociedade. Para os objetivos da presente contribuição, isso vem a demonstrar que a presença do negro – e de sua cultura técnica – foi fundamental para a configuração das construções das quais passaremos a tratar.

Para Lemos, o emprego da técnica da taipa de pilão surgiu da falta de opções: não havia, na região, jazidas de carbonato de cálcio para a queima da cal; a ausência de pedras apropriadas para a construção impedia a construção desta alvenaria; madeira havia, mas ficava longe, seu transporte era difícil e não havia ferramentas apropriadas para seu preparo. Em compensação havia abundância de terra apropriada para a construção de taipa, disponível sem custos. Segundo Katinsky¹⁴⁰, seu emprego decorria do fato de que a técnica não exigia especialização, posto que nada mais fosse necessário do que deslocar a terra e socá-la. Argumenta esse autor que, se a técnica era tão simples, os indígenas dispunham da capacidade de se apropriar rapidamente de seu uso. Esse domínio teria se tornado tão notório, que a taipa de pilão se tornou conhecida na Colônia como especialidade paulista: “O fato é que (...) a taipa de pilão passou a caracterizar a arquitetura paulista até a segunda metade do século XIX. Todos sabiam que a taipa era especialidade paulista, fato proclamado pelo Brasil a fora.”¹⁴¹

Toda partenogênese parece suspeita quando referida ao gênero humano. Ora, a taipa de pilão, certamente, situa-se entre as técnicas mais antigas conhecidas. Segundo os historiadores europeus, ela passou a ser empregada alguns milênios antes de Cristo, quando os habitantes do “Quarto Crescente” passaram a ocupar a Mesopotâmia do Oriente Próximo. De lá, ela teria se difundido pelo norte da África, contornou o Saara e se embrenhou pela Europa. Com as invasões berberes na Península Ibérica, ela voltou a ser divulgada na região e se tornou hegemônica no sul de Portugal. Certamente, foi por essa via que ela foi trazida para o Brasil. Prova disso é que, desde logo, ela foi empregada em vários locais de nosso país. Imaginar que a técnica surgiu do nada, com feições próprias e específicas, parece-nos inverossímil: experiências milenares demonstram que sua execução apresenta muitas variantes, como pode ser visto em Mullender¹⁴², por exemplo. Além disso, seria ingenuidade imaginar que sua execução fosse tão simples assim: a existência de mestres taipeiros é uma indicação segura da complexidade de sua execução. Para ser duradoura, requeria um domínio de sua técnica. Para a sua durabilidade, é de fundamental importância a quantidade de água utilizada na preparação do barro e dos agregados que são adicionados. Para contornar o inconveniente da secagem do qual, fatalmente, resultam fissuras, é necessário adicionar ramos, galhos, fibras vegetais ou animais, cuja quantidade deve ser criteriosamente empregada.

139 Idem, *ibidem*, p. 221.

140 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 122.

141 LEMOS, Carlos A. C.. *Casa Paulista*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 40.

142 MULLENDER, Jaques et. al.. *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.

Como São Paulo se situava em plena Floresta Atlântica, é difícil imaginar que fosse a dificuldade da aquisição de madeiras que teria levado à construção de taipa de pilão. Tampouco foi a abundância de terra adequada que levou ao emprego desta técnica, pois ela também se prestaria para qualquer uma das muitas variantes de taipas leves, para a confecção do adobe ou do tijolo, do mesmo modo como ela serviu à feitura das telhas cerâmicas que cobriam estas construções. Todas essas técnicas faziam parte das centenárias, quando não milenares, tradições construtivas do conquistador.

Portanto, a hegemônica utilização da taipa de pilão constituiu apenas uma opção – certamente, a mais adequada para as circunstâncias vividas pela população paulista naquele momento histórico – dentre as muitas disponíveis. Como é sabido que São Paulo detinha uma posição de relativa marginalidade no contexto da Colônia até a época da proclamação de independência, parece totalmente fora de propósito as tentativas de enquadrar a linguagem destas construções no âmbito da arquitetura erudita.

Se esta técnica foi trazida pelos conquistadores como é evidente na história da arquitetura portuguesa, impõe-se uma rápida revisão das origens deste povo. Os descendentes dos Cro-Magnon, a partir do primeiro milênio antes da era cristã, receberam a influência dos celtas, que eram peritos na construção com pedras. Enquanto isso, fenícios e outros povos naturais do Oriente Próximo se estabeleceram no litoral sul, povos que eram versados em construções de taipa de pilão. Por volta de 150 a.C., as legiões romanas conquistaram a Península e, durante meio milênio, utilizaram a pedra, o tijolo e a madeira em suas construções.

Com a decadência da Roma Clássica, por volta de 400 a.D., povos germânicos (suevos e visigodos) ocuparam a Península Ibérica, e o seu domínio durou três séculos, os quais eram peritos na construção com pedras e enxaiméis. No alvorecer do século V, invasões islâmicas, provenientes de Marrocos, ocuparam quase toda a Península. Sua elite dirigente, de origem árabe, estabeleceu-se na Andaluzia, e os povos berberes dominaram o resto do território conquistado, incluindo Portugal. Esta gente trouxe uma arquitetura sofisticada e variada. Porém, no nível das construções populares, prevaleceu a milenar técnica da taipa de pilão. A convivência entre muçulmanos e cristãos foi relativamente pacífica. Dos atritos entre feudos cristãos, entre taifas muçulmanas e de feudos associados com taifas que caracterizavam a vida na Idade Média, conduzindo a uma progressiva decadência do poder mourisco, deu condições para que a nobreza cristã, aos poucos, suplantasse a islamita até a definitiva tomada dos últimos redutos em 1492. Como o avanço dos cristãos foi gradual, é difícil definir uma data em que o cristianismo voltou a se tornar hegemônico.

Dentro das perspectivas do tema em pauta, queremos insistir em que os germanos dominaram a região durante três séculos, e que nunca houve um domínio “árabe” em Portugal, mas berbere, por vezes também denominados por “mouros”, segundo uma designação que deveria ser evitada¹⁴³. Todos esses povos deixaram suas marcas na arquitetura portuguesa.

143 “Mouro” é o designativo pátrio dos habitantes da Mauritânia. Nos tempos do Império Romano, era este a denominação de todo o noroeste da África, o que justificava este designativo em referência aos povos berberes que constituíam a base da sociedade daquela região. Porém, com a sucessiva independência de diversos países, desde a Líbia até o Marrocos, hoje esta denominação perdeu sua razão de ser.

Pelo fato de as tipologias das casas dos bandeirantes (ou bandeiristas) serem bastante diversas, como mostra a recente publicação de Lia Mayumi¹⁴⁴, e não se dispõe aqui de espaço suficiente para fazer uma análise mais acurada de suas totalidades, tomou-se como caso-modelo o do sítio do Padre Inácio (figura 213), o qual apresenta uma sala central, de pé-direito duplo, com dois quartos em cada lado. Na frente, há uma varanda que dá acesso a um quarto de hóspedes e a uma capela. A ela, dão a porta de entrada e uma – a única – janela da sala. Nos fundos, há um corredor que leva ao exterior e um compartimento cujo acesso se dá através da sala. Nele, está localizada a escada que leva ao segundo piso que contorna a sala central em forma de L.

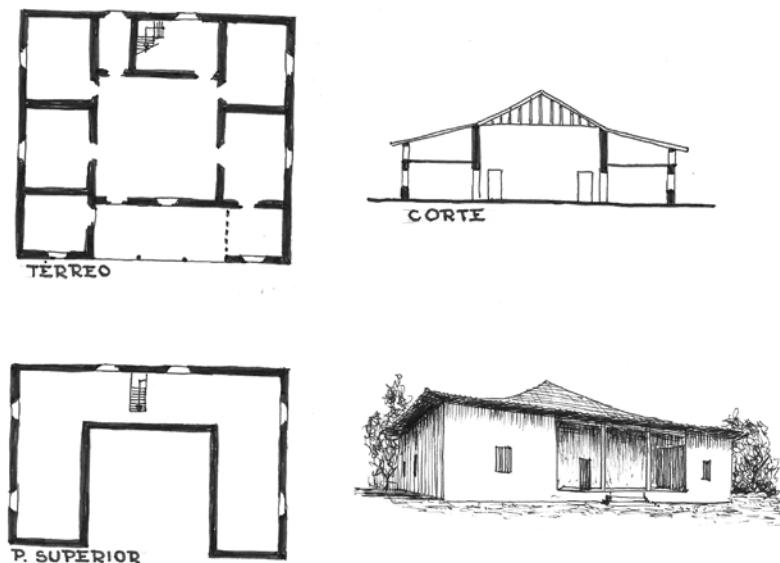


Figura 213: Sítio do Padre Inácio.

Muito se tem especulado sobre a origem deste partido, visto que o mesmo não é encontrado em Portugal. Embora os partidos arquitetônicos no norte daquele país sejam bem diferentes das casas bandeiristas, é relativamente comum naquela região a presença de uma varanda com compartimento fechado numa extremidade. Esse é chamado de “quarto de fora”, ainda que esteja integrado à vida familiar (por vezes, o único quarto da casa). A existência de outro compartimento na extremidade oposta da varanda é pouco frequente e, em geral, destina-se a um depósito, oficina ou função semelhante. Não foi encontrado um exemplar sequer em que se destinasse a uma capela. Pelo fato de ter sido encontrada esta organização na parte dianteira de algumas moradias, elas têm sido apontadas como modelo do partido da casa do bandeirante. Isso, no entanto, parece estar fora de propósito devido ao fato principal de tanto os materiais como a técnica construtiva serem características do sul de Portugal.

Em razão disso, a origem de uma sala com pé-direito duplo pertence à tradição das casas ditas “saloias” (figuras 127 e 128), características da região alentejana, próxima a Lisboa, conforme os estudos de Fernandes e Janeiro¹⁴⁵. Esse termo, de origem berbere (çahroi quer dizer “habitante do deserto”), significa “casa de camponês” no regionalismo lisboeta. Apresentam telhados de quatro águas, sem tesouras, caibros ancorados sobre as paredes, o que leva a que a construção dos beirados fossem galbados, exatamente na forma como tem sido encontrado reiteradas vezes nas casas dos bandeirantes. Isso exclui, desde logo, a teoria de que estes galbos teriam sido trazidos do oriente (China ou Japão) por artesão ou padres jesuítas que lá teriam exercido seus misteres.

A origem saloia das casas bandeiristas, no entanto, apresenta um problema. Nas casas alentejanas não foi encontrado exemplar algum com o prolongamento das quatro águas, à maneira das casas dos bandeirantes. Porém, é muito comum a existência de construções de um, dois ou até três anexos fechados e cobertos pelo prolongamento dos telhados, como foi mostrado na citada obra de Fernandes e Janeiro. Por essa razão, não parece fora de propósito imaginar ser a casa do bandeirante nada mais que uma casa saloia com o prolongamento das quatro águas.

Uma questão discutida, mas que não apresenta consenso, é a função do piso superior. Por certo, não era habitado devido a seu baixo pé-direito. A existência de janelas sem peitoril, especialmente, quando sua base se encontra ao nível do entrepiso, são tão raros na arquitetura que poderiam ser qualificados como “anômala”. Como explicar a sua existência, nas casas bandeiristas, uma vez que o acesso é muito difícil devido ao reduzido pé-direito? Certamente, não se tratavam de janelas convencionais.

Há quem julgue que os mesmos seriam adaptações do dito “piso falso” das casas árabes, onde as mulheres ficam recolhidas quando, na casa, recebia-se uma visita masculina que não fosse da família, conforme descrito por Ochoa¹⁴⁶, e que também servia de oficina de tecelagem e de depósito de alimentos. Como foi visto, este entrepiso de pé-direito de cerca de um metro e meio de altura é denominado de *al mezém*, de onde deriva a palavra “armazém”, e que também servia de depósito de alimentos. Assinale-se que Lemos diz que o piso superior recebia este qualificativo em certas regiões do interior paulista¹⁴⁷.

Essa, no entanto, não parece ser uma origem mais provável. Uma das razões é que, nas casas “árabes” marroquinas, as janelas apresentam um peitoril baixo por terem sido utilizadas em posição sentada pelas mulheres durante o resguardo, por ocasião de visitas de homens não familiares, o que não faz sentido nas casas bandeiristas, pois as aberturas estavam voltadas para o exterior e não para um pátio interno inexistente.

Nos tratados sobre a arquitetura portuguesa tem sido dada pouca atenção às origens germânicas (suevas e visigóticas). E é exatamente aí que foi encontrada a possível origem desta singular solução. Era tradição germânica a estocagem de cereais, especialmente do trigo, sob o telhado. Depois de colhido, necessita de uma secagem suplementar para evitar a criação de fungos. Daí vem a serventia das pequenas janelas ao nível do piso, pois

¹⁴⁵ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lordes. *Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na área Atlântica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.

¹⁴⁶ OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui: notas para uma teoria*. Málaga: Algazara, 1996.

¹⁴⁷ LEMOS, Carlos A.C.. Op. cit. p. 35.

propiciam uma ampla ventilação cruzada ao nível do piso. Corrobora nesta hipótese o fato de que o acesso ao piso superior na casas dos bandeirantes¹⁴⁸ era feito pelo interior da casa, através de um quarto cujo acesso se dava através da sala central, exatamente como entre os povos germânicos¹⁴⁹. Esse entendimento adquire ainda maior consistência com a demonstração de Monteiro, de que os bandeirantes eram grandes produtores de trigo.

Aqui também não deve ser descartada a hipótese de que a origem germânica tenha entrado em sintonia com a tradição islâmica de servir de depósito e resguardo de mulheres, no caso, de haver necessidade do acesso de um homem estranho ao interior da casa.

Outra influência que tem sido desprezada é a da cultura negra. Segundo um estudioso das casas bandeiristas, “o escravo, como é sabido, não é gente, é instrumento e como tal se adapta, até certo ponto, ao viver do senhor¹⁵⁰”. Ora, em se partindo de concepções tão preconceituosas, dificilmente se haverá de encontrar qualquer influência negra nas construções bandeiristas. Os levantamentos mostraram que quase todas essas casas eram construídas sobre plataformas (naturais ou artificiais) de terra, uma solução portuguesa encontrada devido ao clima seco do país, mas é uma solução corrente nas regiões úmidas da África, pois foram os negros que descobriram que a forma mais eficiente de combater a umidade das paredes que penetra por via da capilaridade é a construção sobre plataformas¹⁵¹.

Da mesma forma, é sabido que construções em taipa de pilão eram de domínio de algumas populações africanas¹⁵², o que implica que a mesma também pudesse ser originada por essa via, mas é mais provável que seu uso tenha sido resultado da superposição de duas tradições, ibérica e negra. Isso se torna evidente à medida que as taipas leves também participavam da construção de algumas casas bandeiristas como foi documentado em Lemos¹⁵³.

Esse autor fez longas discussões a respeito dos fogões utilizados nas casas dos bandeirantes¹⁵⁴. A tradição europeia era a de suspender a panela ou chaleira numa corrente ou cremalheira ou, ainda, por meio de uma trempe sobre o fogo, mas a constatação de que majoritariamente os potes de cerâmica ou as chaleiras eram apoiados sobre três pedras ou de blocos de cupinzeiro evidencia a presença africana, pois era esta a forma mais comumente encontrada nas habitações daquele continente.

Curiosa é a questão que envolve a localização da cozinha. Os autores divergem sobre a mesma no que se refere à casa bandeirista. Por vezes, afirma-se que elas se localizavam fora da casa, sob um telheiro, o que, por vezes, é atribuído à tradição indígena.

148 Este piso tem sido designado equivocadamente de “jirau”. Esta palavra indígena designa uma armação horizontal de madeira suspensa a meia altura, em geral, utilizada como depósito de utensílios. Em respeito à cultura indígena, deveria ser evitado o uso indevido do termo.

149 WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005, cap. 4, passim.

150 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 132.

151 Neste sentido há numerosas referências nos capítulos que tratam da África Subsaariana em: OLIVER, Paul: *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999, 3. v.

152 Ver BARDOU, Patrick; ARZOUMANIAN, Varoujan: *Arquitecturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979, p. 33 e seguintes; OLIVER, Paul: *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999, 3. v.

153 LEMOS, Carlos A. C.. *Casa Paulista*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 51.

154 LEMOS, Carlos A. C.. *Casa Paulista*. São Paulo: EdUSP, 1999, p. 33-34.

Noutras, diz-se que se cozinhava dentro da grande sala central, especialmente, em dias frios, quando o fogo também servia de aquecimento da casa. No Sítio da Ressaca, foi localizado um aprofundamento no piso de um cômodo ao lado da sala principal com restos de carvão, o que foi interpretado como sendo um lugar permanente de cozimento. Outros entendem que a cozinha teria sido instalada nos alpendres posteriores, ditos, “de serviço”. Resumindo, pode-se dizer que não havia um lugar definido para esta função ou, então, que ela era exercida em lugares diferentes, conforme a ocasião ou a temperatura ambiente.

Como explicar este estranho comportamento? Dentro das várias vertentes da cultura portuguesa, constatamos que havia uma cozinha nas casas ditas “árabes”, sim, mas ela não servia para cozinhar. Nela, eram guardados os apetrechos de cozimento, pois o ato de cozinhar era feito em fogareiros móveis e praticado no “riad” ou “fujra”, isto é, no espaço aberto central em torno do qual era construída a casa. Terminada a refeição, tudo era recolhido à cozinha onde os apetrechos eram lavados e guardados. Na tradição berbere, havia um espaço chamado de “cozinha” que, no entanto, seria mais correto chamar de comedor, pois o cozimento era realizado sobre um balcão localizado num canto desse espaço onde as panelas eram suspensas em tremes. As refeições eram realizadas no meio do “comedor”, sobre um tapete estendido sobre o chão, no centro do qual ficava a panela com a comida. Todos os convivas se sentavam em seu redor e se servia diretamente com sua colher. Este procedimento evoluiu, em Portugal, com a manutenção do mesmo espaço que continuou a ser denominado de “cozinha”, mas o cozimento era feito num nicho – o lar –, que era fechado com uma cortina ou, eventualmente, com uma porta, cujo balcão sustentava a trempe ou uma corrente na qual era suspensa a panela. Tudo indica que, em tempos antigos, era mantida a tradição de se comer sentado sobre um tapete no meio da cozinha, com todos os convivas se servindo com sua colher ao modo berbere, costume que foi adotado no Brasil à luz de documentos de época. Este costume, ao longo do tempo, foi sendo abandonado com a introdução da mesa de refeições. Os nichos eram denominados de “lar”, por influência da cultura romana, mas pouco tinham a ver com a forma das cozinhas desta cultura que consistiam em grandes espaços de fogo aberto e cuja cobertura terminava em paredes inclinadas, na forma de uma alta chaminé. Essa tipologia era utilizada em castelos e palácios.

Na cultura indígena, as grandes construções coletivas abrigavam muitas famílias, e cada qual mantinha o seu fogo aberto, o qual servia de aquecimento durante a noite e de preparo da alimentação durante o dia. Essa era uma regra que apresentava algumas variantes conforme a cultura ancestral trazida da Sibéria. Ao que nos consta, somente uma linhagem de cultura siberiana cozinhava sob uma cobertura, fora da casa, a dos Cantis, que habitavam no sudeste dos Montes Urais, dos quais descendem os Charruas pampianos. Os demais indígenas mantinham seus fogos dentro das casas. Portanto, seria de esperar que os indígenas apreendidos pelos paulistas mantivessem o local de preparação dos alimentos dentro das habitações.

A diversidade das habitações africanas era tão grande que não é impossível reduzi-las a uma ou poucas tipologias características. Mas, dentre as mesmas, prevalecia, no que diz respeito à emigração para o Brasil, as que eram praticadas a céu aberto ou, preferencialmente, sob uma precária cobertura de palha no meio do conglomerado de construções

monofuncionais que denominamos de *epata*, transcrição do termo Umbundo¹⁵⁵. A “cozinha, em geral, estava locada no centro destas construções e se resumia em três pedras entre as quais era feito o fogo e sobre as quais era apoiada a panela, conforme é mostrado na figura 214. O fogão em si consistia em uma associação de três pedras entre as quais era feito o fogo e sobre a qual era apoiado a panela.



Figura 214: Fogão africano.

Diane de tamanha variedade de tradições, era difícil encontrar uma forma de convergência e, certamente, há de servir de explicação para a diversidade de procedimentos referente à cocção dos alimentos. Esta deve ter se dado de acordo com a diversidade das miscigenações que se processaram. A figura 215, baseado numa gravura de Debret, mostra esta miscigenação conforme a encontrou numa casa num subúrbio do Rio de Janeiro, onde se percebe as pessoas sentadas sobre um tapete (ao modo islâmico) ou sobre uma esteira (indígena ou africana), dentro de uma casa à portuguesa em que o fogão situado em compartimento anexo à sala principal foi construído sobre uma base de barro ao modo sul-angolano e o fogão constituído por três pedras no formato banto. Esta ilustração não se refere a uma casa bandeirista, mas bem pode indicar como se processaram os possíveis arranjos dentro das casas bandeiristas.

¹⁵⁵ Na literatura universal, vem sendo empregado o termo *kraal*, palavra holandesa pronunciada como *crool* ou *cruol*, que foi levada à África do Sul pelos boers e utilizada para caracterizar os assentamentos familiares bantos e, por vezes, de outras culturas, como os *koisam*. Consta que a origem desta palavra seria portuguesa (“*curral*”) que teria sido levada para os Países Baixos pelos judeus perseguidos pela Inquisição. Obviamente, trata-se de um termo pejorativo por ser empregado para designar um cercado de animais e, portanto, totalmente impróprio para um assentamento humano. Como alternativa para uma nomenclatura de significado comprometido, utilizamos o termo africado específico na língua umbundo *epata*. Por ele, é entendido o conjunto de diversas construções monofuncionais (como dormitório, sala, cozinha, etc.), todas independentes entre si. O terreno onde estas construções se encontram é delimitado por um cercado de um variado número de materiais de construção que apresenta um portão de entrada que faz o papel de entrada da moradia. Dependendo do local, a *epata* pode ser tanto o conjunto de construções como o terreno onde elas se encontram.



Figura 215: Desenho de uma casa popular brasileira, baseado em imagem de Debret intitulada “casa de família pobre”, na qual aparece um fogão de três pedras sobre uma plataforma, ao modo africano, a sustentar a panela.

Os levantamentos das casas dos bandeirantes demonstram terem sido recorrentes as construções de guarnições das aberturas em madeira (vergas, ombreiras, peitoris ou soleiras). Os peitoris e vergas eram vazados para embutir os balaústres que as gradeavam e os gonzos das folhas das janelas. Como as guarnições na arquitetura portuguesa eram de pedra, tem-se afirmado que as aberturas das casas dos bandeirantes se constituíam numa adaptação dessa técnica portuguesa para o uso da madeira¹⁵⁶. Outra origem possível seria a influência da arquitetura japonesa¹⁵⁷.

No entanto, a colocação de grades de madeira nas janelas era raro em Portugal e, quando estas existiam, eram de ferro, como o demonstram os levantamentos da arquitetura popular realizado por arquitetos daquele país¹⁵⁸. Folhas de portas e janelas eram fixadas por dobradiças e não por gonzos, o que significa que o entendimento de que esta forma de solucionar o problema das aberturas fosse de origem lusitana é altamente discutível. Pelo contrário, verbetes sobre a arquitetura africana na citada enciclopédia da arquitetura organizada por Paul Oliver mostram que esta solução era comum na arquitetura sudanesa, ao longo da costa do Golfo da Guiné. Aí, a colocação de grades é interpretada como uma defesa dos moradores contra invasões de estranhos, ao contrário das casas bandeiristas, onde as mesmas são vistas como artifício para enclausuramento das mulheres. Isso indica que aqui também ocorreu uma superposição de duas tradições culturais diversas em que a mais antiga passou a ser utilizada para novos fins.

Até aqui foram examinadas apenas características referentes às casas. É claro que estas não estavam isoladas. Em seu entorno, havia outras construções sobre as quais não se dispõe

156 Idem, *ibidem*, p. 121.

157 Idem, *ibidem*, p. 146.

158 AMARAL, Francisco Keil et. al.. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, *passim*, 3. v.

de espaço para maiores considerações, mas é conveniente abordar, pelo menos, dois tópicos. O mesmo também vale para as cercas que protegia as propriedades. Segundo Lemos:

(...) os depósitos de gêneros, os paoís, os moinhos de trigo e milho, a casa de fazer farinha, o monjolo de fazer canjica, o galinheiro, o curral de tirar leite, a moenda de fazer rapadura e para a cachaça e o pomar (...) Tudo protegido por valados, por cercas de madeira ou por muros de taipa.¹⁵⁹

Ora, esta é uma descrição típica de uma *epata* banto que se distribuía, em ampla variedade, por todo o sul da África, como tentamos demonstrar em nosso livro “Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura”¹⁶⁰. A existência de muros era comum no sul de Portugal, mas serviam de proteção dos ventos tórridos proveniente do Saara, e nos Açores, dos fortes marítimos. Em nenhum destes casos para a proteção das benfeitorias.

Para concluir, é a intenção desta contribuição trazer alguns argumentos para o aprofundamento das questões que envolvem as origens das casas bandeiristas. Foram surpreendentes as incidências de influências tão variadas nestas construções, em especial, as de culturas africanas e germânica. Isso levou à conclusão de que as mesmas, bem como seu agenciamento espacial, foram produto de uma profunda miscigenação das culturas básicas de nossa formação étnica na qual o peso, geralmente, atribuído às indígenas, pendeu mais para as africanas.

A questão da mão de obra

Embora seja corrente a opinião de que a arquitetura popular se caracteriza por ser anônima, é evidente que ela era realizada pelos artesãos depositários de milenares tradições construtivas. Numa época em que uma formação superior não estava disponível, eram estes profissionais que detinham os mais avançados saberes arquitetônicos. Por esta razão, é justo que sejam referidos os nomes dos que puderam ser resgatados e que foram os responsáveis por algumas das magníficas obras das quais vimos tratando.

Em diversas passagens das cartas de Nóbrega a seus superiores em Coimbra, ele ressalta a importância dos artesãos. Por ser um grande número destes profissionais degredados¹⁶¹, e, portanto, vieram sem suas famílias. Nóbrega constata que, à fixação da Colônia, fossem mandadas para cá seus familiares e outros que “façam taipa e carpinteiros. Cá está um mestre para as obras que é sobrinho de Luiz Dias, mestre d’El Rei¹⁶²”. Luiz Dias¹⁶³ foi o urbanista que desenhou a planta da cidade do Salvador trazida por Tomé de Sousa, e seu sobrinho, encarregado das obras deste projeto, chamava-se Diogo Peres. Quando

159 Idem *ibidem*, p. 29.

160 WEIMER, Günter. *Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura*. Porto Alegre: EdPUC-RS, 2015, p. 108 e seguintes.

161 A comitiva do 1º governador era composta de “seiscentos soldados e quatrocentos degredados e alguns moradores casados... e outros criados d’El Rei que iam providos de cargos”, segundo SOUSA, Gabriel Soares de. *Op. cit.* p. 126.

162 NÓBREGA, Manoel da. *Op. cit.* p. 85.

163 Serafim Leite afirma que Luiz Dias teria vindo para Salvador, mas pela documentação examinada não encontramos evidências a este respeito.

Nóbrega chegou a Salvador em 1549, já encontrou uma vila na qual “(...) pode-se já contar umas cem casas e se começa plantar canas de açúcar e muitas couosas para o mister da vida (...) Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas em que se queira empregá-los.”¹⁶⁴

No mesmo sentido, Anchieta atestou que, em São Paulo: “(...) os índios por si mesmo edificaram para nosso uso esta casa (moradia dos padres); mandamos agora fazer outra algum tanto maior, cujos arquitetos seremos nós, como suor de nosso rosto e auxílio dos índios.”¹⁶⁵

Na literatura acadêmica que trata da Companhia de Jesus, são citados os nomes de seus líderes e autores de textos. Por esta razão, os nomes dos realizadores de suas obras acabaram por cair no esquecimento. Devido à instabilidade social e à vida pregressa dos artesãos, é possível que a Companhia tenha tratado logo de estabelecer seus próprios quadros. Na verdade, ela dispunha de um verdadeiro exército de irmãos de ofícios e coadjutores que exerciam todo tipo de encargos que sustentavam as atividades da Companhia. Para a manutenção dos conventos, havia os encarregados da limpeza, da cozinha, da rouparia, da confecção de roupas, tecelões e alfaiates, costureiros e bordadores, passamaneiros e cardadores, peleiros, sapateiros, alpargateiros. Enfermeiros, cirurgiões, sangradores e barbeiros eram encarregados do tratamento da saúde. Para a decoração dos templos e conventos, havia escultores, estatuários, estucadores e entalhadores. Ourives e douradores cuidavam do acabamento das obras de escultura e de seus adereços. Para municiar os canteiros de obras, havia oleiros, caieiros, correeiros e marmoristas. Alguns padres exerciam esses ofícios, mas a maior parte ficava por conta dos irmãos de ofício que passavam por constantes deslocamentos a mando dos superiores da Companhia e de acordos com as necessidades circunstanciais.

Muitos dos ofícios citados já não são mais conhecidos em nossos dias. Para o contexto deste trabalho, importam os que se relacionam com as construções dos prédios da Companhia, e que eram compostos de arquitetos¹⁶⁶, mestres de obras¹⁶⁷, carpinteiros¹⁶⁸ – às vezes definidos como “carapinas”, pedreiros¹⁶⁹, ferreiros¹⁷⁰, marceneiros¹⁷¹,

164 Idem, *ibidem*, p. 89.

165 NÓBREGA, Manuel da. Op. cit. p. 53.

166 Dentre estes, conseguimos resgatar os seguintes nomes: Afonso Álvares, Jácomo Antônio Barca, Carlos Belleville, Padre Afonso Brás, Francisco Dias, Francisco Frias de Mesquita, Nicolau de Frias, Gaspar Luiz, Pedro Pereira, Diogo Peres (sobrinho de Luiz Dias, o autor do plano de Salvador), Aloísio Conrado Pfeil, Francisco do Rego, Gaspar Sampères e José Valeriano. A Manuel da Nóbrega, tem sido atribuída a construção da primeira igreja do Brasil, a de Nossa Senhora da Ajuda, de Salvador; para outros a mais antiga teria sido a de São Francisco, de Porto Seguro (figura 169).

167 João de Almeida, Pedro Carneiro de Azevedo, Antônio Duarte, Lourenço Gonçalves, Diogo Jácome, Gaspar Luiz, Manuel de Oliveira, Manuel Mendes, Diogo Pereira, Antônio Pires, Mateus Vaz.

168 Antônio Afonso, Manuel Almeida, Diogo Álvares, Francisco Alvares, Marcelo Alvares, Ricardo Amorim, José de Azevedo, João Batista, João Carneiro, Lourenço Chaves, Antônio Costa, Mateus da Costa, Bento da Cruz, João da Cunha, Gaspar Dias, Antônio Duarte, Jorge Estevão, Antônio Fernandes, Domingos Fernandes, Gonçalo Fernandes, Luiz Fernandes, Luiz Manuel, Pedro Fernandes, André Gonçalves, Bartolomeu Gonçalves, Cristóvão Gonçalves, Lourenço Gonçalves, Manoel Gonçalves, Gregório Mandu, Alexandre de Gusmão, Clemente Martins, Miguel Mendes, Antônio Pinto, Afonso Pires, Antônio Pires, João Rubbiata, Bernardo da Silva, João Silveira, Francisco Simões, Barnabé Telo e José de Torres.

169 Manuel Borges, Manuel Gonçalves Camanho, Estevão, João Fernandes, Jorge Fernandes, Luiz Fernandes, John Fidgett, Nuno Garcia, Manuel da Fonseca, Manuel Inácio, João Mazzi, Francisco Pereira, Francisco do Rego, Manuel da Silva Rego, Manuel da Silva, Lourenço Ribeiro, Gabriel Sequeira de Sá, Pantaleão Silva e Anselmo Tavares.

170 João da Costa, João Fernandes, Francisco da Fonseca e Mateus Nogueira.

171 João Delgado, Manuel de Oliveira, Mateus Vaz.

serradores¹⁷², oleiro¹⁷³, arruadores¹⁷⁴, marmorista¹⁷⁵, canteiro¹⁷⁶, falquejadores, madeireiros, etc.. Em seu livro sobre Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760¹⁷⁷, o padre Serafim Leite fez um amplo estudo sobre estes profissionais e sua contribuição às artes brasileiras do período colonial. A maior parte destes irmãos eram portugueses de nascimento, mas como a organização da Companhia transcendia aos limites nacionais, vários irmãos tinham outras nacionalidades. Acontece, porém, que estes profissionais não conseguiam dar conta de todos os serviços. Por isso, os padres trataram de formar profissionais no Brasil. Dentre eles, havia índios e negros, dos quais conseguimos resgatar os nomes de alguns¹⁷⁸. Assinale-se que, com a escassez de mão-de-obra qualificada, havia um intercâmbio entre as ordens no sentido de otimizar os serviços a serem executados.

É importante assinalar que os nomes aventados para este levantamento foram consultadas, exclusivamente, fontes jesuíticas. Ao serem liberados os documentos das demais ordens atuantes, o Brasil (franciscanos, carmelitas e beneditinos), certamente, este inventário haverá de crescer muito, sem esquecer os profissionais leigos que não devem ter sido poucos.

A participação de cada um destes profissionais é um assunto que necessita de uma investigação mais demorada. Porém, desde já, foi possível identificar algumas destas responsabilidades¹⁷⁹. Se ainda não sabemos exatamente quem fez o que, não quer dizer que as mesmas não tenham autor. Portanto, este desconhecimento deve ser depositado na conta de nossa ignorância e não no fato delas não existirem.

As “vilas” e “cidades” em questão

Ao longo deste capítulo, será abordada a (pouca) importância e o (pequeno) significado das vilas e cidades no contexto social. Se o número de construções era reduzido, era comum que os moradores abastados passavam a maior parte do tempo em seus

172 João de Cresto.

173 Gabriel Lopes; segundo Serafim Leite, o oleiro Amaro Lopes de Piratininga, no século XVI, fabricava ladrilhos, telhas, formas de açúcar, botijas (vasilhame de barro com o formato de garrafas de vidro), quartas (bilhas para oito litros), púcaros (pequeno recipiente provido de asa) e louças em geral (LEITE, Serafim. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Junta de Investigação, 1965, p. 196).

174 Manuel Antônio, Manuel Gonçalves Camanho, Manuel Gonçalves.

175 Manuel Inácio.

176 Manuel Borges; Anselmo Tavares.

177 LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Brolério; e Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953.

178 Carpinteiros: Faustino (índio), Feliz (preto), Inácio (preto), Mandu (índio), Manuel Ângelo (índio), Miguel (índio). Pedreiro: Manuel Garcia (preto), Inácio (preto), Francisco Maçus (preto), Manuel (preto), Matias (índio), Miguel (preto), Francisco Nunes (cafuzo, mestiço de indígena e negro). Ferreiro: Pero (preto). Silvestre (índio).

179 Pedro Garcia de Araújo construiu a capela de N. S. da Penha do Engenho Velho às margens do Rio Paraguaçu, no Recôncavo; Bartolomeu Pires respondeu pela construção da Capela de N.S. das Neves, na ilha da Maré, no Recôncavo; Gregório de Magalhães construiu a Igreja N.S. das Graças, em Salvador; Frei Macário de São João foi o arquiteto e construtor do Mosteiro e da Igreja de São Bento de Salvador; Gabriel Ribeiro construiu a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, de Salvador; o pedreiro Felipe de Oliveira Mendes respondeu pela construção do Solar do Gravatá, Salvador.

engenhos ou fazendas, embora mantivessem casas nas vilas ou cidades que só eram utilizadas esporadicamente, por ocasião de alguma festividade como casamento, batizado ou crisma. Havendo a presença de um padre curado e, consequentemente, havendo a celebração de uma missa aos domingos, a família senhorial ocupava a residência urbana aos fins de semana.

Ao contrário do que acontecia em Portugal, onde os conglomerados urbanos eram muito mais valorizados que a ocupação rural, na Colônia, estes locais eram vistos com temor. Antonil deixou um testemunho bem claro:

Ter os filhos sempre consigo no engenho é criá-los tabaréus¹⁸⁰ que nas conversações não saberão falar de outra coisa mais que do cão, do cavalo e do boi. Deixá-los sós na cidade é dar-lhes liberdade para se fazerem logo viciosos e encherem-se de vergonhosas doenças que se não facilmente curar.¹⁸¹

O baixo desenvolvimento da medicina naquele tempo, trazia poucos recursos para uma série de doenças¹⁸², mas, por certo, o autor estava se referindo principalmente à sífilis que, segundo se admite, teria sido originada na América. Outras doenças contagiosas foram trazidas pelos conquistadores. A cidade era um lugar insalubre, o que não decorria apenas do lascivo comportamento da população. Mas não era esse o único problema apontado pelos viajantes europeus quando tomaram contato com o Brasil. Ruas imundas, lençóis freáticos contaminados, dejetos lançados nos mananciais de abastecimento, constituíam-se em problemas carentes de solução.

Provavelmente, estas deficiências começaram a ser solucionadas pelos holandeses a partir de seus estabelecimentos na Colônia. É sabido que os Países Baixos são tão planos que, na atualidade, seu ponto culminante está a 15m acima do nível do mar, sendo formado por um monte de rejeitos industriais. Por isso, não conseguiam entender como a cidade de Olinda fora edificada na encosta de um morro e se caracterizava por suas ladeiras íngremes que, além disso, ainda eram irregulares, estreitas, mal calçadas e sujas, “verdadeiras cloacas que o pé e o olfato do transeunte evitam com cuidado”¹⁸³.

Estas observações eram repetidas unanimemente por todos os viajantes europeus do século XIX. Robert Walsh escreveu em 1828:

As ruas são excessivamente íngremes, já que todas se elevam pela encosta da colina e são pavimentadas com pequenas pedras assentadas verticalmente no chão, o que as

180 De *tabaré*, i.e. aquele que vive numa aldeia (indígena).

181 Citado em ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997, p. 42.

182 As doenças que mais atormentavam a população, além das doenças sexualmente transmissíveis, eram a varíola, a febre amarela, a malária e o sarampo, para qual a terapia mais recomendada era a sangria. Admite-se que, inicialmente, as vilas e cidades fossem muito saudáveis, mas, ao longo do tempo, tal condição foi piorando rapidamente, com sucessivas ondas de doenças infectocontagiosas. Um dos fatores que contribuiu para tanto, certamente, foi o progressivo adensamento urbano. Ao que tudo indica, inicialmente, as necessidades eram feitas na natureza. Aumentando a densidade populacional, devem ter sido adotadas as tinas de dejetos. O emprego de fossas negras, de origem africana, parece que não eram muito utilizadas, ainda que se constituíssem num mal menor. Em qualquer caso, a contaminação do meio ambiente se constituía em ameaça constante, e precários hábitos de higiene se contribuíam em fontes de disseminação das doenças contagiosas.

183 VAUTIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil, In: *Arquitetura civil I*. São Paulo: FAU/USP e MEC-IPHAN, 1975, p. 35.

torna não apenas pontiagudas como escorregadias. Por isso, as ruas são penosamente difíceis de subir e perigosas ao descer. Vimos alguns cavalos espanhóis descendo uma delas com muita dificuldade, esperando a qualquer momento que eles e sus cavaleiros se despencessem; mas, com uma sagacidade espantosa, os cavalos colocavam suas patas traseiras junto com as dianteiras sempre que chegavam a um local mais íngreme e sem mais esforço frequentemente deslizavam, às vezes por vários metros, devido à velocidade que adquiriam.¹⁸⁴

Spix e Martius chegaram ao exagero de dizer que “as ladeiras íngremes (de Salvador) são parcialmente calçadas com tijolos, onde a passagem de cavalos é virtualmente impossível, podem ser percorridas em palanquins (cadeiras) alugados e carregados por dois robustos escravos negros”¹⁸⁵. Que preconceito: os cavalos estavam quase impossibilitados de subir por elas, por isso eram substituídos por escravos!

Estes juízos foram emitidos no início do século XIX e se referiam a aglomerados urbanos dos primeiros séculos. Evidentemente, faltou aos seus autores uma visão histórica dos fatos. Senão, vejamos: efetivamente, as ruas eram irregulares porque a ideia de regularidade foi revivificada na renascença italiana, e levou algum tempo a ser aceita pelos demais países europeus. Sua aceitação só se tornou hegemônica quando a revolução industrial engendrou a redescoberta dos conceitos clássicos de arquitetura e urbanismo. Nesta época, alguns conglomerados urbanos coloniais já completavam um século de existência. Quase todos os viajantes do século XIX ironizavam o fato de a rua principal ser chamada de “Rua Direita” e ser sinuosa. Não sabiam que a denominação provinha de tempos pretéritos e tinha o significado de “rua direta”, que levava do portão da cidade diretamente à praça central.

Mas não era só a rua principal que era sinuosa. Era a forma mais comum das vias públicas. Thomas Ewbank chegou a afirmar que o sistema viário tinha a forma do de Damasco¹⁸⁶. Seria isso uma referência às origens islâmicas das cidades portuguesas? Sabendo-se quem é o autor desta observação, parece que isso foi uma ironia.

As ruas teriam sido muito estreitas. Efetivamente, suas ruas mal deixavam passar um cavalo, como era argumentado a miúdo. Isso era devido ao fato de que as primeiras vilas e cidades eram destinadas apenas a pedestres. Portanto, não havia necessidade de larguras mais vantajadas. Apenas, embora aos poucos, foram sendo abertas ruas com larguras progressivamente maiores à medida que aumentava a população e melhoravam-se os meios de transporte.

As ruas eram mal calçadas. Pior que isso: em parte, nem calçadas eram. E isso, por uma razão simples: a maior parte da população colonial era constituída por negros e indígenas escravizados. Além do mais, nem conheciam o uso de recobrimento das vias públicas. Mesmo nas cidades mais importantes, os calçamentos só começaram a ser feitos no final do século XVI. Assim mesmo, as amarras do sistema colonial dificultavam todos os

184 WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1985, p. 30, l. v.

185 SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. P. von. *Reisen in Brasilien in den Jahren 1817-1820*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 2, p. 633.

186 EW BANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 73. O autor chega a afirmar que a Rua do Rosário teria 3.60 m de largura, dos quais apenas 1.80 m estariam reservadas ao trânsito de veículos. A sarjeta estaria localizada no meio da rua e ficava num nível de 60 cm abaixo das laterais. Com uma inclinação de 60 cm, em 90 cm esta rua, dificilmente, haveria de ser transitada.

investimentos governamentais que não dissessem respeito à defesa do território. Por isso, cada morador passou a ser obrigado a calçar o trecho fronteiriço de suas casas numa largura de cinco palmos (1,10 m) enquanto a administração colonial se limitava, quando muito, a preencher o restante da rua com saibro ou cascalho. Na precariedade das condições de vida vigente, deveria ser elogiado o fato de que boa parte das ruas já eram calçadas.

Segundo reiteradas observações dos viajantes, sabe-se que “a calçada inclina-se desde as casas de ambos os lados para o meio da rua.”¹⁸⁷ Disso resultava que, se as ruas não apresentassem um desnível, formavam poças d’água que se transformavam em charcos em cada chuva. Para evitar esse inconveniente, procurava-se dar um traçado em desnível. Porém, havia um motivo mais forte para lançar mão de tal procedimento. Boa parte do lixo era despejado na rua. Disso, aproveitavam-se os animais que se alimentavam dos restos dos nutrientes. Rodrigues Ferreira narra que tivera um encontro com uma autoridade governamental da qual cobrou o fato de que não mandava capinar as ruas. Então soube que isso era proposital “para não privar o gado da erva que o sustentava”¹⁸⁸. A descrição de Maria Graham da cidade de Salvador em 1821, foi desoladora:

A rua pela qual entramos (...) ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que tenho estado. É extremamente estreita; apesar disso os artífices trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livre, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais.¹⁸⁹

Outros autores dão testemunho a aspectos ainda mais comprometedores. O que, no entanto, passou despercebido a estes viajantes é que tais características não ocorreram por acaso. Ao longo do processo de industrialização na Europa, foram sendo tomadas sucessivas iniciativas de higienização das cidades que melhoraram, consideravelmente, as condições de vida das mesmas. As amarras do monopólio português fizeram com que estes conhecimentos chegassem muito devagar à Colônia em razão do que foram sendo empregados os procedimentos tradicionais das vilas e cidades medievais, como eram praticadas não só em Portugal, mas em toda Europa. Assim, o lixo continuava a ser lançado na rua como em tempos passados, e a razão pela qual as ruas se constituíam de ladeiras para que as chuvas carreassem o lixo morro abaixo. E isso havia uma razão óbvia: quanto mais íngreme era a rua, mais eficiente era seu carreamento ladeira abaixo por ocasião das enxurradas. Esta era a razão pela qual as ladeiras seguiam a linha de maior declividade e desembocavam no mar, em algum curso d’água ou numa região pantanosa. Porém, quando a declividade era muito grande, de modo a dificultar o deslocamento, procurava-se encompridá-las ao longo das encostas, nas ditas “ladeiras”. A diminuta largura de muitas

187 EW BANK, Thomas. Op. cit., p. 73.

188 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970, p. 498.

189 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1990, p. 165.

ruas decorria da mesma tradição medieval do uso exclusivo por pedestres onde o trânsito de montarias ou carros de boi era eventual quando não proibido.

É claro que a análise das vilas e cidades é dificultada devido à carência de fontes¹⁹⁰, posto que as críticas dos viajantes do século XIX, normalmente evocadas, são oriundas de uma distância temporal secular. Isso, no entanto, não explica o fato de não haver referência às origens indígenas de muitos assentamentos (o que fica até mesmo muito explícito nos nomes de um sem número das mesmas) ou das senzalas africanas como Vila Madalena (figura 216), Sirinhaém (figura 217), Porto Calvo (figura 218).

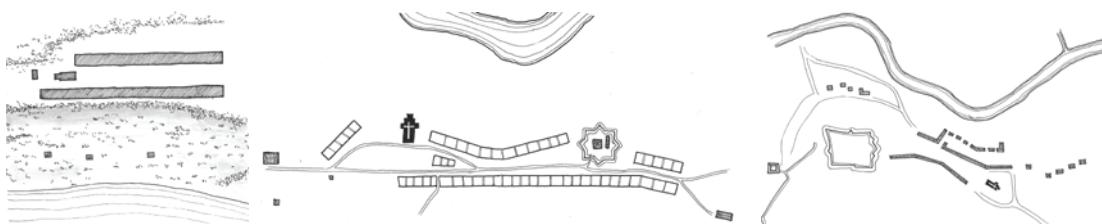


Figura 216: Planta da Vila Madalena (atual, Marechal Deodoro), antiga capital de Alagoas, em 1637.

Figura 217: Planta de Sirinhaém, Pernambuco, em ±1640.

Figura 218: Planta de Porto Calvo, Alagoas, em ±1640.

Sobre a origem indígena nas primeiras vilas brasileiras, temos apenas 4 imagens do século XVI, respectivamente, duas do Rio de Janeiro (não reproduzidas por serem muito precárias), da Vila Vale Verde (figura 219) e Trancoso (figura 220), ambas na Bahia, além da figura 162, apresentada no início deste capítulo.

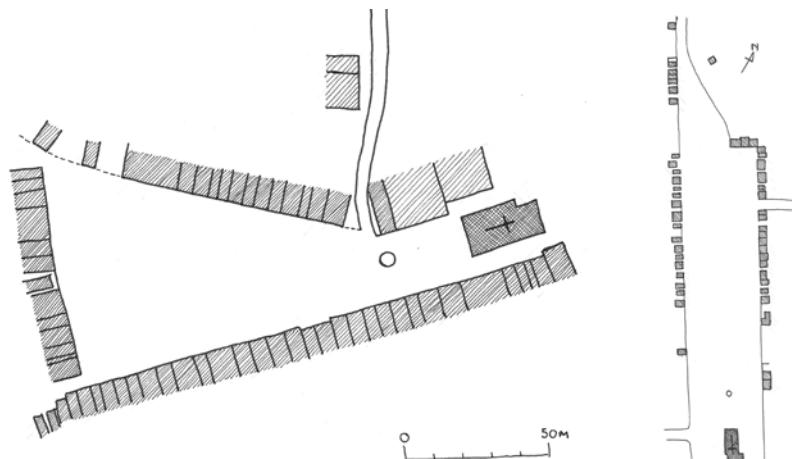


Figura 219: Vila Vale Verde, Porto Seguro Bahia, século XVI.

Figura 220: Trancoso, Bahia, 1586.

190 No exaustivo levantamento de imagens de vilas e cidades coloniais realizada pela equipe do Professor Nestor Goulart Reis Fº, só há duas figuras (precárias) referente ao século XVI, e dentre as 68 referidas ao século seguinte, 49 foram realizadas pelos invasores holandeses, e somente 19 pelos portugueses. Se tivesse incluído as figuras publicadas no livro de Barleus (BARLEUS, Carpar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1980), esta desproporção seria bem maior. Do século XVIII, há 182 imagens (muitas foram realizadas por técnicos estrangeiros a serviço de Portugal), das quais apenas nove têm origem estrangeira.

Estas, no entanto, não parecem ser as representações mais felizes das aldeias indígenas e de mestiços. Como a política colonial manteve uma certa constância ao longo do tempo, a ocupação territorial aconteceu progressivamente a partir dos mesmos métodos. Por isso, não parece ser demasiadamente ousada a invocação de exemplos dos séculos seguintes que ilustram esta evolução.

Para analisar a evolução dos assentamentos urbanos nos primeiros séculos, recorremos a convenções internacionais que as classificam em diversos modelos. Segundo Radig¹⁹¹, estes tipos seriam: a) aldeia-ponto, formado por diversas ruas que se entrecruzam livremente, b) aldeia-circular, na qual as construções se ordenam em torno de uma praça central, c) aldeia-rua, na qual construções se ordenam ao longo de uma via pública, d) aldeia-âncora, semelhante à anterior, porém, com um alargamento central da rua, e) aldeia-fileira, semelhante à aldeia-rua, porém, com construções apenas num lado de seus lados (ao longo de um rio, por exemplo), aldeia-disseminada, quando as construções se distribuem livremente pelo terreno, com relativo distanciamento entre si.

Uma das formas mais comuns foi a aldeia-rua, que se apresenta em variadas versões que incluem as adaptações das *sanzalas* africanas originárias do norte de Angola. A relevância das aldeias-rua advém de sua simplicidade e de sua funcionalidade, visto que o abastecimento de água era primordial e sua implantação ao longo de cursos de água trazia facilidades. A seleção de alguns exemplos mostrados a seguir foi feita no sentido de mostrar a sua variedade distribuída por todo o território nacional.

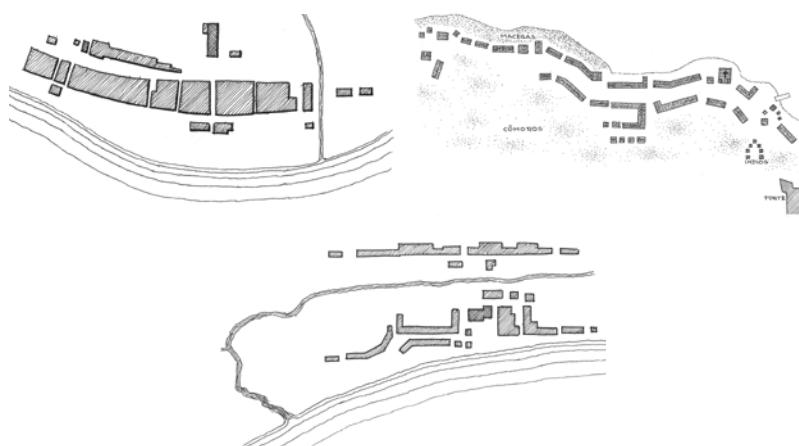


Figura 221: Vila de São Sebastião, São Paulo, levantamento de 1815.

Figura 222: Vila de Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 1750.

Figura 223: Vila de Cananéia, São Paulo, em 1776.

À medida que os aldeamentos iam crescendo, conservavam a forma linear de expansão, como é mostrado nos exemplos seguintes.

¹⁹¹ RADIG, Werner. *Die Siedlungstypen in Deutschland und ihre frühgeschichtlichen Wurzeln*. Berlin: Henschelverlag, 1955, passim. Aqui é importante assinalar que o termo “aldeia” utilizado pelo autor deriva do contexto centro-europeu. Isto cria certa incongruência quando aplicada ao Brasil, já aqui esse termo adquiriu um significado pouco diferente qual seja, o de que se refere a um assentamento indígena.

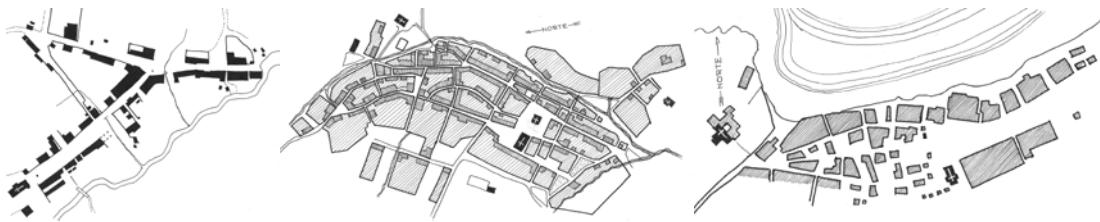


Figura 224: Magé, em 1790.

Figura 225: Cuiabá, em 1777.

Figura 226: Cabo Frio, no inicio do século XIX.

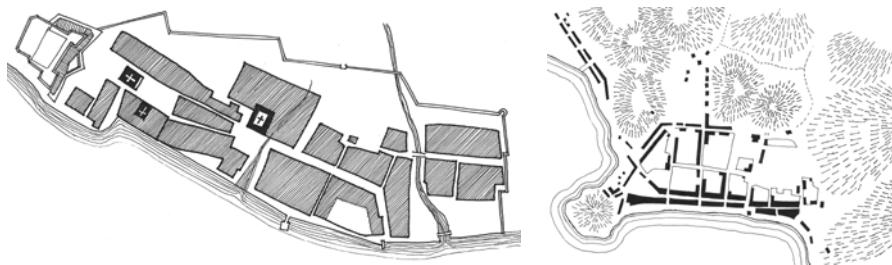


Figura 227: Santos, em 1714.

Figura 228: Laguna, Santa Catarina.

A origem das aldeias-âncora remonta à Idade Média, quando havia um alargamento na rua em forma de uma espécie de praça onde era deixado o gado à noite, nos dias de verão. Entre nós, este tipo de assentamento adquiriu uma conformação especial nas povoações que surgiam ao longo dos caminhos de tropas. Nesta “âncora”, deixavam-se os animais das tropas quando o acampamento ocorria no centro dos assentamentos. Mas ao contrário do que acontecia nos aldeamentos medievais europeus, no qual o alargamento tinha formas livres, aqui os alinhamentos do casario eram paralelos entre si, provavelmente, por influência dos assentamentos tupi-guarani.

Na aquarela de autoria de Debret, de Torres, no Rio Grande do Sul (figura 229), percebe-se a existência de cercados entre as casas e, no contorno da praça, além de um portão de entrada, que são evidentes representações da função de contenção de uma tropa. Outras vilas ainda hoje conservam os testemunhos deste alargamento nas ruas principais, como São Francisco de Paula (figura 230), Passo Fundo (figura 231), Santo Antônio da Patrulha (figura 232 e 233), Vacaria (figura 235) e Torres, no Rio Grande do Sul; Curitibanos e Mafra em Santa Catarina; e Paranaguá (figura 234) e Castro, no Paraná.



Figura 229: Torres, Rio Grande do Sul, segundo uma aquarela de Debret.

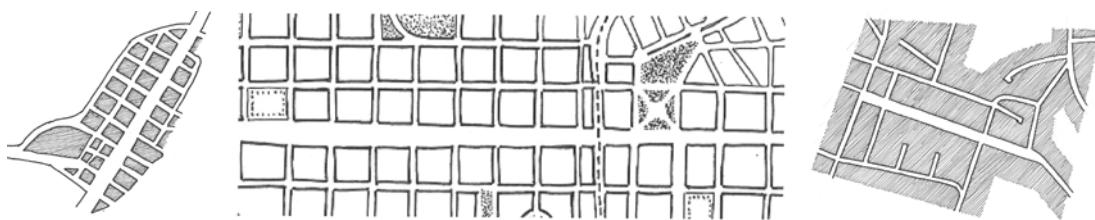


Figura 230: Esquema da ocupação pioneira de São Francisco de Paula, de Cima da Serra, Rio Grande do Sul.

Figura 231: Esquema viário do sítio original de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Figura 232: Centro histórico de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul. Consta na memória dos habitantes locais que a antiga igreja teria ficado no fim da rua principal (atual Borges de Medeiros), de onde se deduz que o aspecto da mesma teria sido semelhante à de Paranaguá.



Figura 233: Rua principal de Santo Antônio da Patrulha.



Figura 234: Vila de Paranaguá, litoral paranaense no início do século XX.

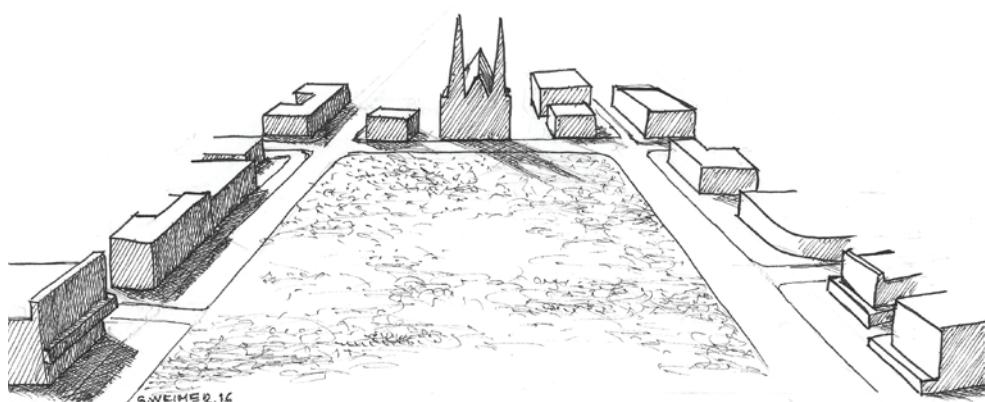


Figura 235: Esquema volumétrico de parte do centro histórico de Vacaria, que mostra o espaço destinado à pernoite das tropas muares, e que hoje se encontra transformado em praça.

A denominação de aldeia circular também pode criar alguma dissintonia com a realidade brasileira. Para Reading, este tipo se caracteriza pelo fato de que as construções se distribuem em torno de uma praça central. A denominação deriva do fato de que este espaço público se aproximava de uma circunferência na Europa.

O caso mais radical deste tipo de aldeia foi o de alguns grupos ianomami que, literalmente, abriam uma única construção contínua circular para um espaço central. Uma variante deste tipo é o da casa-aldeia onde toda a tribo ocupava uma só construção, e que era mais comum na Amazônia. Aldeias circulares, com diversas construções, eram comuns na cultura macro-jê, mas essas se mantiveram restritas aos grupos indígenas. O contrário ocorreu com as aldeias com uma praça central quadrada, ora limitada por quatro (eventualmente, mais) casas de clãs. Exemplos de aproveitamento destes aldeamentos são representados nas figuras seguintes (236 a 239). Essas eram típicas da cultura tupi-guarani, que se tornou mais conhecida por se situar ao longo da costa; portanto, foi com ela que os conquistadores primeiro tomaram conhecimento e se apropriaram para sua utilização.

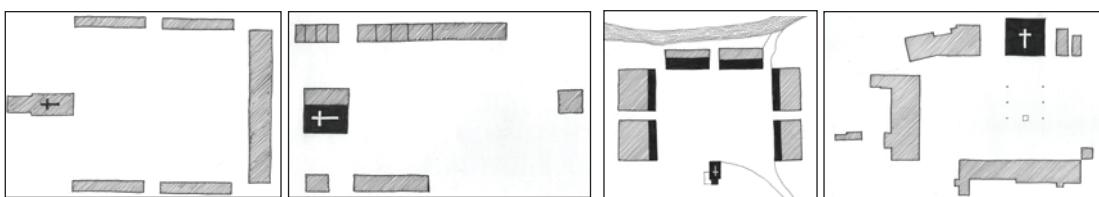


Figura 236: Santana, Goiás, em 1775.

Figura 237: São José de Arapiraca, em 1776.

Figura 238: Guaratuba 1815.

Figura 239: Aldeia de Carapicuíba, em São Paulo.

A razão pela qual os conquistadores passaram a incorporar essa tipologia em seu modo de ser decorre do fato de que era corrente a existência de um “largo” no centro das aldeias portuguesas, e que remetia a origens variadas como dos romanos, dos germanos e dos berberes. As figuras seguintes tornam mais explícitas a forma como ocorreu essa interação. Sabe-se que os indígenas desconheciam a propriedade privada (salvo objetos pessoais), ao contrário dos conquistadores. No caso da vila de Ourém, no Pará (figura 240), percebe-se a existência desta “praça” central na qual foi construída uma capela. Em dois lados deste espaço, alinharam-se as moradias dos indígenas, enquanto no terceiro lado se encontram as habitações dos conquistadores que podem ser identificadas pelo fato de apresentarem um cercado em seus fundos, correspondentes a um pátio privado. Situação semelhante detectamos na representação de Ubatuba (figura 241), onde os conquistadores ocuparam os dois lados da “praca”, enquanto as habitações dos indígenas se alinhavam ao longo de uma via de circulação, no decorrer de um curso de água (à semelhança de uma aldeia-fileira, segundo a classificação de Radig). Semelhante segregação também caracteriza a vila de São José de Mossâmedes, em Goiás (figura 242), em que podem ser identificadas as moradias dos colonizadores pela indicação dos pátios cercados na parte de trás.

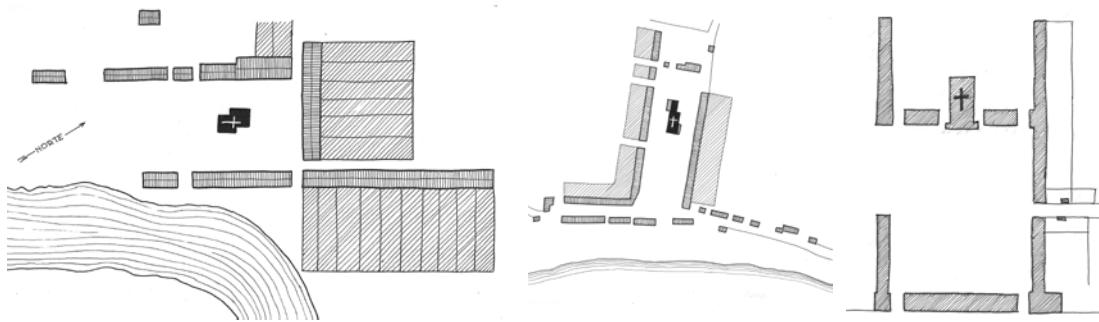


Figura 240: Vila de Ourém, Pará, em 1754.

Figura 241: Vila de Ubatuba, São Paulo, em 1815.

Figura 242: Vila de São José de Mossâmedes, Goiás, em 1801.

À medida que a ordem dos colonizadores era imposta aos nativos, o crescimento dos aldeamentos originais ia se adequando aos preceitos europeus, como pode ser visto nas figuras seguintes (243 a 245).

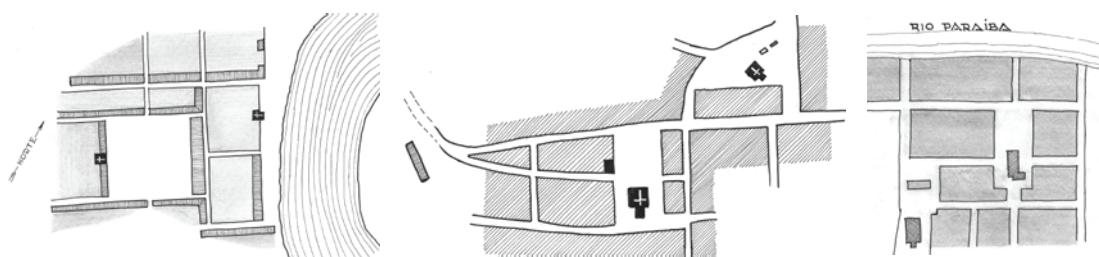


Figura 243: Vila de Bragança, Pará, em 1754.

Figura 244: Vila de Jacareí, São Paulo, em 1821.

Figura 245: Vila de Lorena, em São Paulo, 1821.

As aldeias-ponto foram menos frequentes. No entanto, foram encontrados alguns exemplares como a de Jaguaripe (figura 246), na Bahia, Fortaleza, a capital do Ceará (figura 247), e Triunfo (figura 248), no Rio Grande do Sul.

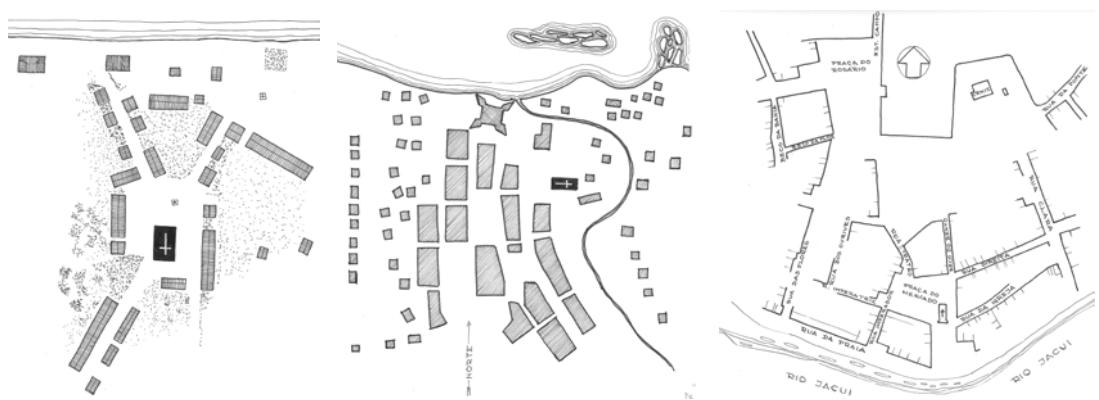


Figura 246: Vila de Jaguaripe, Bahia, em 1705.

Figura 247: Vila de Fortaleza, Ceará, em 1813.

Figura 248: Vila de Triunfo, Rio Grande do Sul.

O aldeamento disseminado assumiu características próprias no Brasil colonial. Na Europa, pelo fato de que o território era intensamente povoado e dividido em pequenas propriedades, a paisagem assumiu aspectos muito diferentes do Brasil, onde a divisão em sesmaria fazia com que a distância entre as sedes das fazendas e estâncias fossem muito grandes, de modo que, dificilmente, pudesse ser estabelecida uma visualização conjunta de duas ou mais propriedades.

Em consequência da política expansionista da Casa de Bragança no Brasil, herdamos algumas sedes de missões construídas sob a liderança dos padres da Companhia de Jesus. A partir dos inícios do século XVII, seus padres fizeram incursões em território rio-grandense em missões transitórias de pregações em cerca de duas dezenas de locais. Quando conseguiram conquistar a confiança dos indígenas, trataram de construir centros missionários definitivos que se tornaram conhecidos como os Sete Povos das Missões. Com base na documentação disponível, tentamos reconstruir a dinâmica evolutiva destes assentamentos. Inicialmente, erguia-se uma cruz no centro da aldeia indígena (*ocara*) (figura 249). Logo a seguir, construíam uma capela nesta “praça” (figura 250). Com o tempo, foram agregando novas funções, como um pátio para a escola e para as oficinas. Neste tempo, foram implantadas áreas para a agricultura (o *tupambaé* = o campo de Deus) (figura 251). À medida que iam sendo incorporadas mais tribos, o aldeamento crescia, evoluindo para uma nítida separação entre a área destinada às moradias dos nativos e de uma área “religiosa” composta pela residência dos padres (poucos em número), igreja, escola, oficinas e pelo cemitério, bem como o *tupambaé* (figura 252). Pode-se considerar como uma área de transição, o *cotiguaçú* (dito, a casa das virgens¹⁹²). Pouco afastado do aldeamento, ficava a hospedaria destinada ao pernoite de visitantes¹⁹³. Ao redor do assentamento, ficavam as terras cultivadas e os ervais denominadas de *abambaé* (campo dos homens).

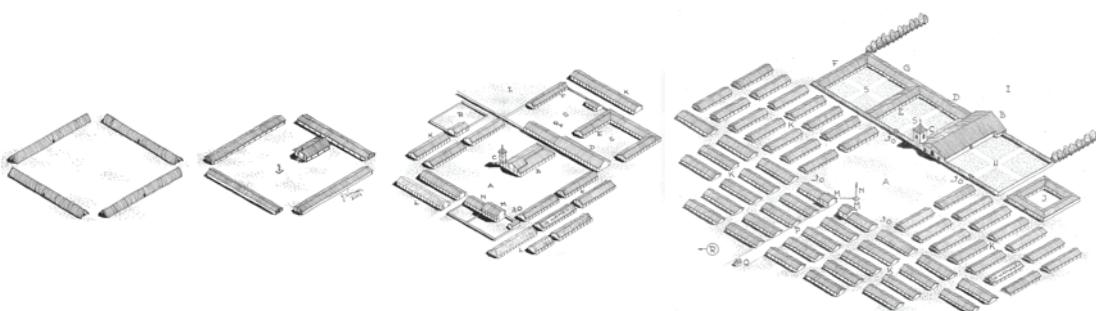


Figura 249: Esquema de uma aldeia guarani antes do início da catequese.

Figura 250: Esquema de uma aldeia guarani nos inícios da ação missionária, com a construção da igreja dentro da ocara.

Figura 251: Esquema da evolução de uma aldeia com reserva de uma área para escolas e oficinas.

Figura 252: Esquema da evolução final de uma missão, com nítida separação entre a área das moradias dos indígenas e do primado dos padres.

¹⁹² Para obstaculizar a prática da poligamia, os padres se utilizavam do costume indígena de recolher as meninas adolescentes numa cabana de resguardo com o fim de evitar gravidezes precoces. Os padres passaram a estender este resguardo para mulheres maduras quando essas enviuvavam. Além disso, estas mulheres passaram a permanecer em resguardo até que fosse encontrado um pretendente matrimonial.

¹⁹³ Como os indígenas eram muito sensíveis ao contágio de doenças infecciosas, os forasteiros eram proibidos de entrar nas aldeias, e seu contato era limitado apenas ao estritamente necessário. Por isso, ficavam hospedados no *tambo*, que era uma hospedaria que ficava um pouco afastada da aldeia propriamente dita.

E as vilas e cidades que foram edificadas majoritariamente pelos conquistadores desde a origem?

Desde a década de 1930, a questão do traçado das vilas e cidades tem sido objeto de polêmicas, geradas a partir da metáfora de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, quando ele afirmou que, na América, as cidades castelhanas eram “ladrilhadas”, enquanto as lusitanas eram “semeadas”, numa alusão ao regramento do traçado viário estabelecido pelas ordenações espanholas em oposição a um hipotético “desleixo” utilizado no traçado urbano do lado português. Essa polêmica se intensificou ao se descobrirem numerosos documentos nos arquivos (principalmente portugueses) que pareciam desmentir a opinião de Buarque de Holanda. O argumento principal a favor do regramento foi o projeto de Luís Dias para a cidade de Salvador¹⁹⁴, que foi implantado pelo primeiro governador geral em 1549. Nesse sentido, argumentava-se que, desde o início, as cidades brasileiras teriam sido planejadas.

Provavelmente, a razão focal destas desavenças tenha sido o entendimento sobre o significado do termo “planejamento”. Para uns, o mesmo se evidenciaria no traçado paralelo e ortogonal das ruas dentro dos princípios adotados nas “cidades novas”, durante o domínio de Roma. Esse entendimento, obviamente, opunha-se ao traçado “livre” nas cidades germânicas que atendiam ao princípio da funcionalidade no deslocamento pelas vias ou do traçado, intencionalmente irregular, das cidades berberes, que adotavam o princípio para dificultar ao máximo a circulação de ventos muito aquecidos pelas ruas provenientes dos desertos. Neste caso, quanto maior o número de chicanas existentes dentro das cidades a obstaculizar o vento, tanto maior era a retenção do ar fresco dentro da urbe. Evidentemente, esse também era um procedimento intencionalmente perseguido ao se conceber o traçado das ruas. Portanto, em um ou em outro caso, havia uma concepção preliminar a nortear a construção das cidades, isto é, de um planejamento.

A existência de três orientações culturais na formação básica da nacionalidade brasileira trouxe muitas dificuldades para a análise das componentes culturais que devem ter influenciado na definição dos traçados urbanos. Usamos por ponto de partida, a excelente compilação de imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial organizada pelo Professor Nestor Goulart Reis Fº, ao qual se deve o mais completo levantamento sobre o assunto e que foi um dos pioneiros na revisão a favor da tese do planejamento urbano pelas autoridades coloniais. Para o exame mais acurado desta questão, utilizamos a compilação do Professor Reis Fº. Dentre as 329 figuras levantadas, deixamos de lado as das cidades de Recife (por ter origem holandesa) e de São Luís do Maranhão (de origem francesa). Igualmente, não utilizamos as que indicavam nitidamente a origem africana e indígena. Descartamos também as perspectivas e desenhos que não permitam identificar o traçado viário pertinente. Do total, sobraram 74 imagens de cidades e vilas referentes aos séculos XVI e XVII para esta análise, as quais foram classificadas em a) rigidamente regradas (14

194 A possível vinda de Luís Dias a Salvador também tem sido objeto de discordia. Segundo alguns, o projeto teria sido trazido e aqui implantado por técnicos vindos com a armada de Tomé de Souza. Segundo Sousa Viterbo, no entanto, Dias teria estado em Salvador entre 1549 e 1554 (*Dicionário Histórico e Documental...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, v. 1, p. 279-280).

unidades), b)mediamente regradas (17 unidades) e c) de traçado “livre” (43 unidades)¹⁹⁵. Uma avaliação complementar mostrou que das 31 unidades que compõem os dois primeiros grupos, 20 foram projetadas no período pombalino, o que quer dizer que, provavelmente, apenas uma ou outra efetivamente foi construída, assunto a qual voltaremos com considerações mais explícitas no capítulo seguinte. Excluindo as vinte, a proporção entre as regradas e as de traçado “livre” é de 11 para 43.

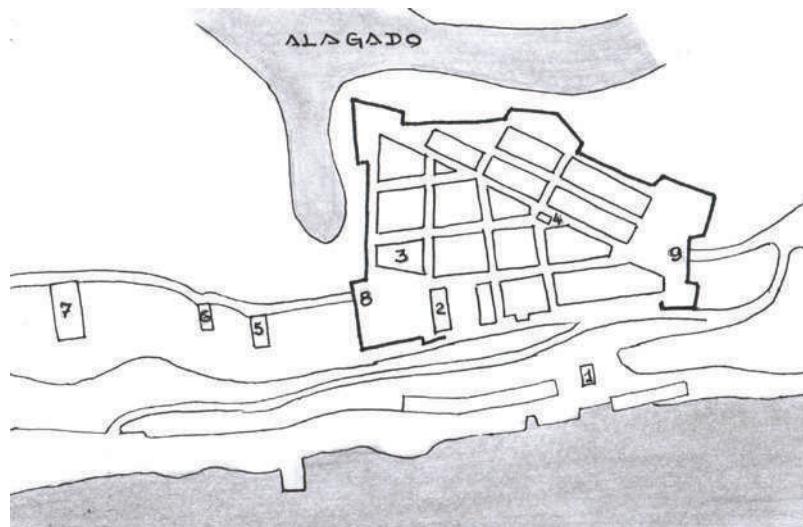
A escassez de dados também dificulta a análise da evolução das vilas e cidades. No caso de Salvador, há documentos que atestam a existência de um aldeamento indígena que se tornou conhecido como Paraguaçu, antes da vinda do primeiro governador geral, que não é referido em imagem conhecida. Quando Tomé de Souza veio para assumir o posto de Governador Geral, trouxe consigo determinações muito precisas sobre a instalação da cidade:

Deve ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de auguas e porto em posam amarrar os navios e vararem se quando cumprir porque todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asentado que dela se favoreçam e provejam todallas terras do Brasil e no sitio quer melhor parecer ordenais que se façam hua fortaleza de gramdura e ficam que a requer o luguar em que a ffizerdes conformando vos as traças e amostras que levais com os oficiais que pera isso la mando e com quaisquer outras pessoa que o bem entenderão e pera esta obra em vos companhia alguns fficiaes asy pedreiros e carpinteiros como outros poderam servir de ffazer cal telha tijolo.¹⁹⁶

Supõe Manuel Teixeira que estas “traças” (figura 253) sejam de autoria de Miguel de Arruda, por ter sido o arquiteto das obras militares de D. João III. O encarregado das obras de implantação do projeto foi o pedreiro Luiz Dias, que para tanto foi nomeado “mestre das obras da fortaleza de Salvador”. Aparentemente, este projeto foi demasiado acanhado para atender as necessidades, posto que, enquanto estavam sendo construídas as muralhas, começaram a ser construídas diversas obras fora desses limites, de modo que foi necessário expandir o perímetro urbano cujo projeto tem sido atribuído a Luiz Dias (figura 253A). Essa ampliação ainda não foi suficiente, visto que, nos fins do primeiro quartel do século XVII, a cidade já se expandira na forma de vias sinuosas por sobre os topos das colinas adjacentes (figura 254).

195 Aqui deve ser assinalado que estes números foram obtidos por uma avaliação interpretativa, cuja precisão pode ser contestada. Nossa intenção foi a de levantar números que possam apontar, no mínimo, uma tendência.

196 TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português*. Lisboa: Horizonte, 1999, p. 224.



Legenda: 1 - Igreja de N. S. da Conceição; 2 - Palácio do Governo; 3 - Casa de Câmara e Cadeia; 4 - Igreja de N. S. da Ajuda; 5 - Igreja da Misericórdia; 6 - Igreja do Salvador; 7 - Colégio dos Jesuitas; 8 - Porta de Santa Catarina; 9 - Porta de Santa Luzia.

Figura 253: Planta de Salvador por volta de 1560.

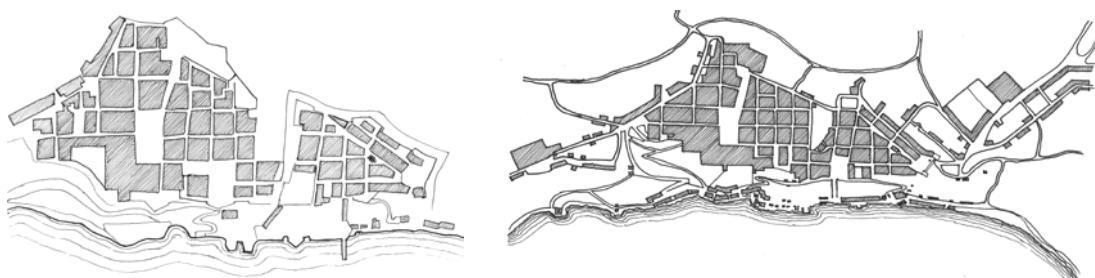


Figura 253A: Traçado de Salvador em fins do século XVI.

Figura 254: Salvador, levantamento de 1624.

A cidade de Belém, no Pará, também suscita controvérsias: o mapa mais antigo disponível mostra que uma parte, junto ao forte e num dos lados da desembocadura do igarapé, apresentava um traçado regular, enquanto o do outro lado do mesmo era constituído por um conjunto de moradias que se distribuíam aleatoriamente ao longo de duas vias (figura 255). Não sabemos qual a parte mais antiga. Se as duas partes surgiram ao mesmo tempo, tratava-se de uma solução híbrida. No entanto, é mais provável que as vias do lado oriental tenham surgido com a expansão da parte regular. Neste caso, teria se repetido o mesmo fenômeno observado em Salvador.

Do mesmo modo, o Rio de Janeiro tem sido apresentado como sendo uma cidade regrada. No entanto, os desenhos mais抗igos mostram que, inicialmente, surgiu uma aldeia linear, sem traçado definido, ao longo da praia entre os morros de Santo Antônio e de São Bento. Isso significa que a cidade surgiu com um traçado “livre” (figura 256). Somente em fins do século XVII e inícios do seguinte, seu crescimento foi acompanhado de uma regularização das vias urbanas.

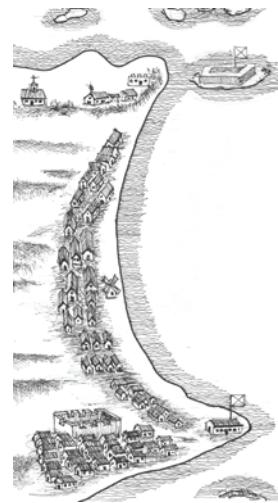
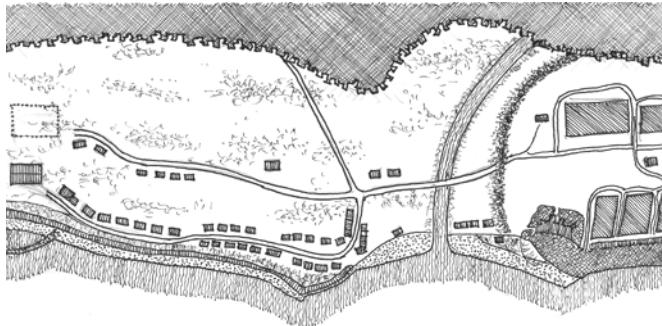


Figura 255: Belém do Pará, em 1640.

Figura 256: Rio de Janeiro, em 1660.

Olinda, por muito tempo, a capital de Pernambuco, foi criada antes de Salvador. O traçado reproduzido (figura 257) data de 1630, quando ela já estava por completar um século de existência, mostra um traçado nitidamente ditado pela conformação do terreno, onde as ladeiras eram implantadas no sentido tradicional de escoamento das águas com o objetivo de carrear o lixo. Portanto, havia um planejamento por trás de seu traçado, que pouco tinha a ver com linearidade e ortogonalidade.

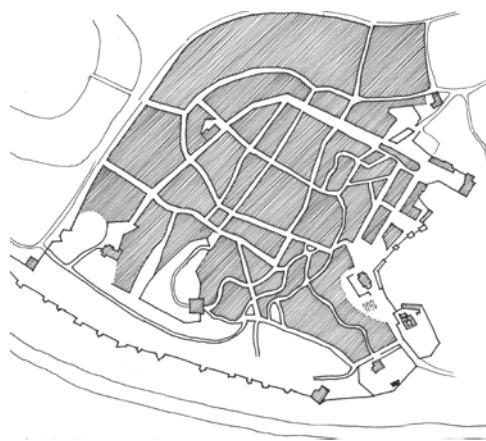


Figura 257: Olinda em 1630.

Vitória, a capital do Espírito Santo, nasceu com um modesto lugarejo (figura 258) que evoluiu com um traçado livre (figura 259). Vila Velha, que se constituiu no primeiro assentamento da capitania, ainda se mantinha num estado de grande pobreza quando foi visitada por Maximilian von Wied-Neuwied, em inícios do século XIX:

Vila Velha do Espírito Santo, pequena e miserável vila aberta, construída quase toda numa praça. Numa das extremidades fica a igreja, e na outra, a casa da Câmara (edifício

real ou câmara municipal).¹⁹⁷ A vila é formada de baixos casebres de barro e decai a olhos vistos, desde que se fundou a vila de Vitória, na margem norte, a meia légua de distância...¹⁹⁸

Ao contrário, Vitória lhe causou boa impressão. Na segunda metade do século XVII, não passava de um povoado quando Maximilian a visitou, e a ela se referiu nos seguintes termos:

A cidade de Nossa Senhora da Vitória é um lugar limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português, com balcões e rótulas de madeira, ruas calçadas, uma câmara municipal razoavelmente grande e o convento dos jesuítas, ocupado pelo governador, que tem, a sua disposição, uma companhia de tropa regular.¹⁹⁹

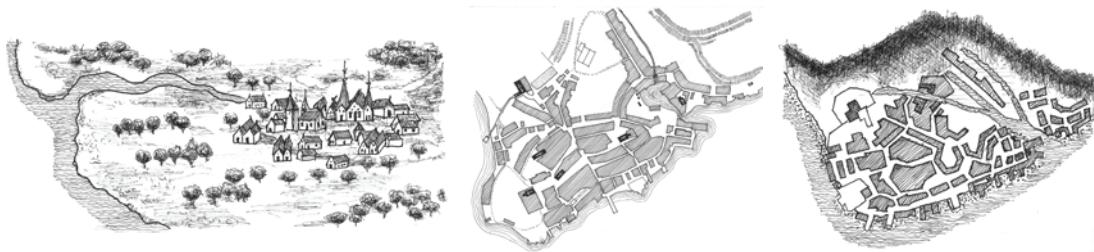


Figura 258: Vitória, em 1660.

Figura 259: Vitória, nos inícios do século XVIII.

Figura 260: Vitória, em 1767.

As raras iconografias de outros assentamentos dificilmente ascenderiam ao qualificativo de “lugar” ou “povoado”, como mostram as ilustrações de São Cristóvão, capital de Sergipe (figura 261), de Morro de São Paulo (figura 262), no sul da Bahia, ou São Vicente, no litoral paulista (figura 263).

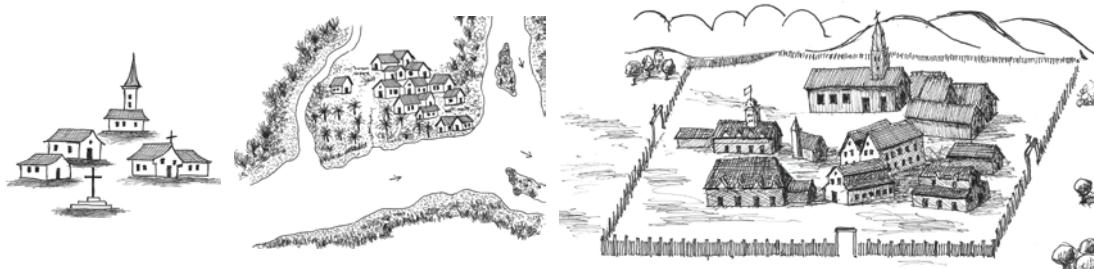


Figura 261: São Cristóvão, capital de Capitania do Sergipe, em 1631.

Figura 262: Morro de São Paulo, em 1630.

Figura 263: São Vicente, em 1615.

Por fim, ainda vale a pena fazer uma rápida referência à Colônia do Santíssimo Sacramento (figuras 264 e 265), localizado no Rio da Prata, defronte a Buenos Aires. Esse assentamento foi construído a partir de 1680, como marco das pretensões portuguesas de estender seu domínio até o território hoje constituído pelo Uruguai. Localizado numa

197 MAXIMILIAN, príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos 1815 a 1817*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 123.

198 *Idem, ibidem*, p. 141.

199 *Idem. Ibidem*, p. 142.

península e protegida por uma muralha, foi objeto de diversas modificações de traçado, mas, em sua forma atual, ainda se percebe uma certa regularidade, o que não impediu que as ruas, com sarjeta central e em declive, desembocassem no rio.



Figura 264: Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680.

Legenda: 1 - Praça de armas; 2 - Palácio do governo; 3 - Igreja matriz; 4 - Colégio; 5 - Alfândega; 6 - Casa da pólvora; 7 - Moinho de vento.



Figura 265: Colônia do Sacramento, elevação norte.

Conclusões

Podemos dizer que nas primeiras três décadas, depois da assim denominada “descoberta do Brasil”, a ocupação do território se resumiu no estabelecimento de eventuais entrepostos comerciais e na deportação de criminosos condenados por degredo.

A partir da década de 1530, foram tomadas tímidas iniciativas em torno da posse da terra movido por interesses de viabilização das viagens comerciais para o Extremo Oriente. Dentre as diversas tentativas de encontrar uma atividade econômica compensatória na nova terra, o cultivo da cana de açúcar mostrou ser a mais promissora.

Quando ficou evidenciado que a produção do açúcar tinha um grande mercado de consumo na Europa, questões de sucessão dinástica em Portugal levaram à união das Coroas Ibéricas, em 1580, sob o poder da Casa dos Habsburger que, por sua vez, lideravam o Sacro Império Romano de Nação Germânica.

Para Portugal, essa união foi desastrosa, posto que as contradições internas da política da casa dominante estavam fomentando revoltas generalizadas que levaram a invasões ou tomadas de territórios portugueses por parte de países emergentes. A situação mais grave vivida no Brasil foi a invasão por parte da Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos e seu domínio durante 24 anos do nordeste brasileiro tem sido em grande parte mitificado pelos historiadores nacionais. Na verdade, aproximadamente o primeiro terço do tempo desta ocupação foi consumido em conflitos armados, que resultaram na afirmação do domínio batavo. O segundo terço se constituiu numa fase de prosperidade e de grande desenvolvimento econômico durante a administração de Maurício de Nassau. O último terço correspondeu ao surgimento de um conflito entre os interesses dos holandeses com a Inglaterra, o que resultou na demissão de Nassau e na retomada dos conflitos bélicos entre lusos e batavos, os quais resultaram na expulsão dos invasores. Por concepções de diversos matizes, a administração tem sido louvada em prosa e versos, mas poucas vezes é referido que este período de esplendor durou menos de uma década, e que mais da metade do tempo de presença holandesa no nordeste foi consumida em guerras e em destruições.

Quando Portugal recuperou sua independência²⁰⁰, em 1640, a Companhia das Índias Ocidentais já entrara em conflito aberto com a Inglaterra. Isso resultou na demissão de Nassau do posto de governador e na pressão econômica dos holandeses no sentido da cobrança de dívidas assumidas na compra pelos novos donos dos engenhos “abandonados”, que, de fato, haviam sido tomados dos conquistadores ou de seus descendentes.

Como os portugueses mantinham estreitas relações comerciais com a Holanda, criou-se uma situação diplomática muito complicada devido à situação ambígua criada pelo conflito de interesses dos lusos com os ingleses e os holandeses. A forma encontrada para resolver este problema foi tomar o abastecimento com armamento inglês repassado,

200 A reconquistada da independência de Portugal ocorreu numa conjuntura muito complexa. Como parte das guerras que assolaram a Europa, conhecida como “a guerra dos trinta anos”, a França entrou em guerra contra a Espanha, que era detentora do domínio da Holanda. Embora a França fosse um país católico, procurava desestabilizar a Casa dos Habsburgos, que se consideravam como os paladinos da defesa do catolicismo. A insurgência dos holandeses protestantes contra a Espanha encontrou apoio interno dos judeus sefarditas que haviam sido expulsos da Espanha e de Portugal, e encontraram abrigo nos Países Baixos. Isso justificou a invasão do Brasil, à época, sob o domínio espanhol. Ao mesmo tempo, a Inglaterra, alinhada do lado protestante, opunha-se tanto à Espanha como à França e, em consequência, à Holanda, por ser espaço territorial espanhol. Com a guerra entre a França e a Espanha, Portugal, que se encontrava enfraquecido em decorrência das espoliações que os Habsburgos exerciam sobre a Península Ibérica, reconquistou a sua independência, mas herdou os problemas decorrentes das disputas entre a Holanda e Espanha e entre a Inglaterra e Espanha. Quando os holandeses se tornaram independentes da Espanha, já estavam estabelecidos no nordeste do Brasil. Alegando que teriam sido os “brasileiros”, isto é, os indígenas, que se revoltaram contra o domínio holandês, os portugueses, subsidiados pelos ingleses, conseguiram expulsar os holandeses que, por sua vez, entraram em conflito com os ingleses, agora, não por alegadas razões religiosas, mas definitivamente, por disputa imperialista do comércio internacional. Como retaliação, os holandeses invadiram o território estadunidense que era colônia inglesa e o sul da África onde, mais tarde, seriam alvo de retaliação da parte dos ingleses. Por sua parte, Portugal viria a ficar envolvida em um longo período de confrontações com a Espanha conhecida como a “guerra de restauração”, que durou de 1640 a 1668.

através de Portugal, para os assim chamados “brasileiros” (denominação utilizada pela primeira vez e tendo como qualificativo atribuído aos indígenas) que teriam promovido a expulsão dos batavos “contra os interesses da Coroa Portuguesa”, como teriam argumentado pela diplomacia portuguesa.

Esta interpretação, no entanto, é questionável. Estudos de Evaldo Cabral de Mello²⁰¹ mostram que, por trás dos acontecimentos bélicos, desenvolveu-se uma intensa atividade diplomática, o que levou a troca do território nordestino por amplos territórios portugueses no ultramar, dos quais a África do Sul foi a mais importante. As negociações foram muito difíceis para Portugal devido a sua precária situação econômica decorrente dos confrontos bélicos com a Espanha. A ameaça de invasão dos holandeses em Portugal teve seu ápice no bloqueio da entrada do Tejo pela marinha holandesa, e que foi solucionado com amplas concessões por parte dos lusitanos.

A reconquista do poder na Colônia não trouxe grande recompensa para Portugal que, de resto, encontrava-se numa situação política interna muito difícil devido às constantes ameaças do exército castelhano que teimava em retomar o poder no território português. Por outro lado, as potências emergentes, que haviam transitoriamente ocupado partes do Brasil, haviam aprendido a técnica da produção do açúcar, e passaram a produzi-lo em áreas mais próximas da Europa, como nas ilhas do Caribe, o que fez com que o preço do açúcar caísse progressivamente no mercado internacional.

Apesar dos grandes conflitos militares e políticos na Europa, a Colônia viveu uma fase de euforia econômica durante o assim chamado “domínio espanhol” que permitiu fazer generosos investimentos na arquitetura, especialmente, no setor religioso e nas sedes dos engenhos. Segundo os estudos de Mircea Buesco, o nível de vida gozado pelas elites nacionais teria sido maior que o de 1900. Claro está que os privilégios ficavam restritos à elite colonial dentro de um sistema escravocrata desumano que dizimava tanto os nativos como os africanos, que se constituíam na ampla maioria da população colonial. Consequentemente, os beneficiários foram os diversos setores da elite colonial. Em termos de arquitetura, isso significou um estupendo investimento na arquitetura erudita. É claro que os setores menos favorecidos também devem ter sido premiados com o bem-estar econômico, mas estes resultados não foram de ordem a deixar testemunhos marcantes.

Com a produção de açúcar em colônias caribenhas dos países europeus, a economia colonial entrou em rápido declínio na segunda metade do século XVII. Diante dos problemas internos vividos em Portugal, a administração colonial acabou por se tornar cada vez mais desleixada.

Como a economia estava alicerçada na produção do açúcar e, secundariamente, na cultura do tabaco e na criação do gado, os investimentos em arquitetura eram feitos na área rural, ao longo da costa. Nesta estrutura social, os conglomerados urbanos tinham pouca expressão na qual muitas moradias de baixa qualidade serviam de utilidade passageira durante os fins de semana e, por ocasião, de comemorações religiosas. A qualificação de “vila” ou “cidade” pode ser enganosa, pois, não passavam de lugarejos aos olhos

201 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

hodiernos. A precariedade das construções – com eventuais exceções de fortões militares e algumas igrejas – muito pouco chegou até nossos dias.

Nos últimos anos do século XVII, foram descobertas as minas de ouro e de diamantes nas Minas Gerais, que abririam uma nova fase na história da Colônia e de sua arquitetura. E esse será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

ARQUITETURA
do Período Colonial:
o século XVIII

As concepções de que se tinha da América do Sul e do Brasil, isso em meados do século XVIII, ainda eram bastante imprecisas conforme é mostrado nas duas figuras a seguir. A primeira (figura 266) foi publicada na Alemanha em 1750, e mostra que nem mesmo a divisão das terras correspondia aos domínios efetivos da Coroa Espanhola. O mapa português (figura 267), da mesma época, também apresentava contornos muito precários, mas a ocupação de seu território já se aproximava bastante mais da área efetivamente sob domínio da Coroa lusitana.

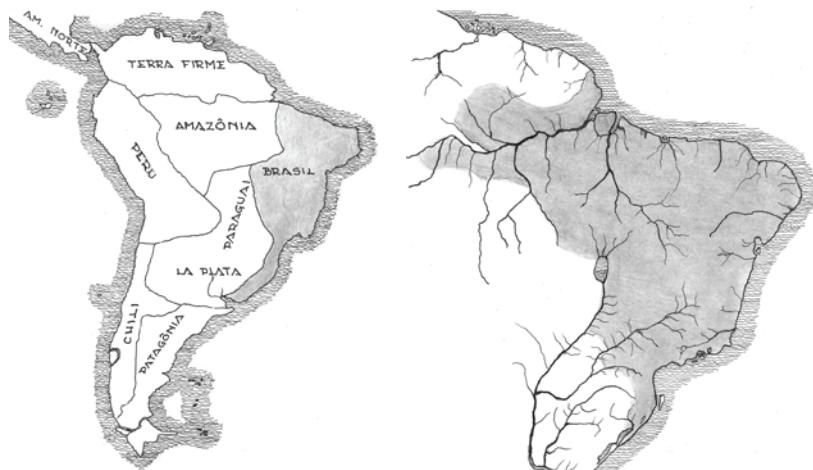


Figura 266: A forma como era concebida a divisão da América do Sul, segundo mapa do alemão Hermann Moll, de 1750.

Figura 267: Mapa do Brasil, segundo o português José Monteiro de Carvalho, em 1749.

Quando iniciamos a redação do presente capítulo, não prevíamos a dificuldade que se nos apresentaram. Depois de reescrevê-lo diversas vezes, ficamos convencidos de que sobre o tema pairam interpretações divergentes que dificultam uma visão de conjunto. A razão principal desta confusão foi uma discussão paroquial que se estabeleceu a partir do golpe de 1930. Nesta época, propagou-se sobre o mundo ocidental a teoria da eugenia. Suas terríveis consequências são hoje bem conhecidas, mas em seu tempo as discussões não correram dentro dos parâmetros que, em geral, são apresentados. Como era evidente, essa teoria não se aplicava ao Brasil diante da fortíssima miscigenação que havia sido produzida ao longo dos séculos. Mas, ainda assim, não ficamos isentos de suas consequências. Quando os estados totalitários proclamavam a superioridade genética de suas respectivas populações, um grupo de intelectuais nacionais contra-atacaram proclamando a superioridade da razão mestiça¹. Curioso é que esta elite se intitulou de “antirracista”, como se a hipotética superioridade da “raça mestiça” não se constituísse em outra manifestação perversa do mesmo racismo.

Um derivativo dessas concepções atingiu diretamente o modo de compreender a arquitetura. Além da tradicional rivalidade entre cariocas e paulistas que se digladiavam em torno de suas respectivas “superioridades” estaduais dentro do contexto nacional, com base na importância política dos primeiros e na econômica, dos segundos, outros regionalismos entraram na discussão. Dentro do contexto da política do “café-com-leite”, os mineiros desfraldaram a bandeira do primado de sua região com base na tese de que na confluência de migrantes originários dos diversos recantos da Colônia teria se formado o verdadeiro “espírito nacional” e, em decorrência, a primeira versão verdadeiramente nacional da arquitetura brasileira.

Os baianos, por sua vez, não podiam ficar de fora destas disputas, e se ungiram com os louros de terem sediado a primeira capital do país e, por isso, de terem sido a “céu-la-mater” da nacionalidade. Porém, foram os pernambucanos que se empenharam com mais vigor na defesa dos valores nordestinos e, até hoje, estão empolgados em descobrir uma hipotética “escola pernambucana” de arquitetura, em oposição a uma suposta “escola paulista” e à “escola carioca”. Quando, por fim, foi deflagrado o golpe de 1930, procurou-se acabar com esses regionalismos simbolizado na queima das bandeiras dos estados. Mesmo assim, a divisão do poder entre os novos ministros deixou de premiar elites regionais. Dentro deste contexto, o Ministério da Educação e Saúde ao qual estava afeita a questão do patrimônio histórico e artístico coube aos dirigentes mineiros. Sob a custódia dos mesmos, foram tomadas as iniciativas de proteção de bens arquitetônicos que privilegiaram as obras mais hierarquizadas do barroco mineiro.

Esta teoria, obviamente, não se sustenta, entre outras razões, à medida que uma das primeiras medidas da Coroa Portuguesa quando foi informada dessas descobertas, foi expulsar os nativos da região, na chamada Guerra dos Emboabas, a fim de colocá-la sob a administração direta e por agentes reinóis de confiança. Assim sendo, os novos administradores haveriam de impor os seus conceitos de arquitetura a ser praticada na

1 SKIDMORE Thomas. *Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 225.

região. Isso significa que a presença portuguesa haveria de impor um redirecionamento conservador reinol em oposição a eventuais aspirações inovadoras dos nativos.

Portanto, para melhor entender o desenvolvimento da arquitetura, torna-se necessário fazer uma digressão sobre a política portuguesa de consolidar o território nacional. Enquanto as riquezas eram auferidas ao longo da costa, as vias de comunicação entre as diversas regiões, eram as de via marítima. Eventuais penetrações, seja por via oficial (ditas entradas) ou de iniciativa particular (ditas, bandeiras), procuravam seguir as vias fluviais cujo traçado era imposto pelo relevo. Os objetivos das incursões eram de várias naturezas, mas a principal consistia em prear indígenas para a agricultura. É claro que a procura das minas de esmeraldas e do sonhado Eldorado alimentava a fantasia dos aventureiros. Quando, finalmente, foi encontrado o arremedo da cidade de ouro num interior, para a época, longínquo, foi necessário rever a política de ocupação da Colônia a partir da costa.

Quando um empreendimento dá certo, muitos advogam a autoria. Se o resultado esperado não ocorre, é difícil descobrir o responsável. Quando os resultados são estupendos, aparecem muitos aspirantes a heróis. Com a descoberta de minas de ouro no Brasil Central aconteceu o mesmo: até hoje, a disputa pela autoria da façanha apresenta um grande número de candidatos. Certo é que, na última década do século XVII, espalhou-se a notícia da existência de reservas auríferas no entorno das nascentes do Rio Doce.

Este fato aconteceu numa conjuntura muito especial, em geral caracterizada pela derrocada do preço internacional do açúcar. Holandeses, ingleses e franceses teriam invadido o Brasil como retaliação contra a política de dominação da Casa dos Habsburgos e, como efeito colateral, para se assenhorar dos segredos da produção do produto. De posse destes conhecimentos, teriam instalado seus próprios centros de produção no norte da América do Sul e nas ilhas do Caribe fazendo com que o preço despencasse no mercado internacional, gerando uma irremediável decadência dessa produção no Brasil.

Essa, no entanto, é apenas uma meia verdade. Segundo uma estimativa de Mircea Buescu (Tabela 2), houve uma evolução explosiva da produção do açúcar nos tempos da união dos países ibéricos (1580/1640) que evoluiu para um alto patamar até o fim deste período, quando a produção por engenho começou a baixar, o que era compensado com a instalação de novos engenhos. Porém, para os fins do século XVII, ao serem descobertas as minas de ouro, este aumento não conseguiu manter a mesma produção que, efetivamente, passou a experimentar uma leve decadência.

**TABELA 2: Evolução estimada dos engenhos de açúcar,
da produção e da produção média anual por engenho**

Ano	Número de engenhos	Produção total (arrobas)	Média por engenho (arrobas)
1570	60	180.000	3.000
1583	120	360.000	3.000
1600	200	1.200.000	6.000
1630	250	1.500.000	6.000
1640	300	1.800.000	6.000
1650	350	2.000.000	6.000
1670	500	2.000.000	4.000
1710	650	1.650.000	2.500

Fonte: BUECU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*, Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 52.

219

AAs estimativas das exportações do Brasil feitas por Mircea Buescu (Tabela 3) mostram que o principal produto de exportação em todo o período colonial foi o açúcar, porém, a partir da reconquista de independência de Portugal, em 1640, sua importância relativa entrou em progressiva decadência.

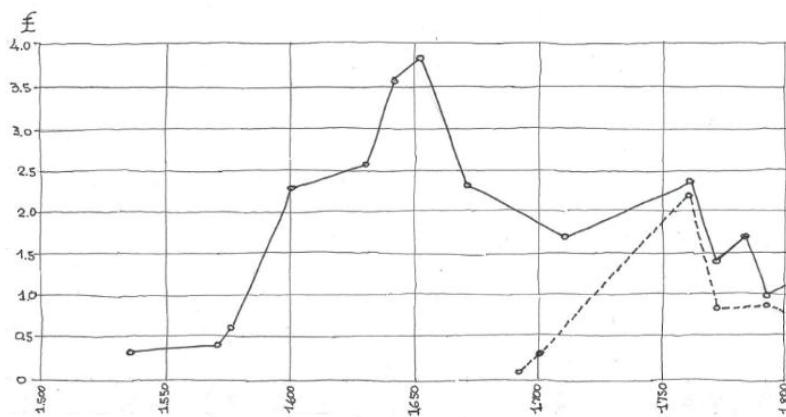
TABELA 3: Composição das exportações do Brasil entre 1600 e 1800

Anos	1600	1650	1700	1750	1800
Açúcar	90%	95%	75%	47%	31%
Pau-Brasil	4%	2%	2%	0	0
Fumo	0	0	0	2%	6%
Couro	0	0	4%	2%	6%
Mineração	0	0	13%	47%	24%
Algodão	0	0	0	0%	6%

Fonte: BUECU, Mircea. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1970. Págs. 167 e 199.

Esta tabela mostra que, a partir do novo século (XVIII) outra fonte de renda passou a fazer acirrada concorrência ao açúcar: a mineração do ouro chegou a valores próximos aos do açúcar por volta de 1750 (Tabela 4). Esta diversificação da produção deveria ser entendida como um fator positivo para a renda colonial, especialmente, pelo fato de que outras fontes de renda, como a agricultura e a pecuária começaram a adquirir maior relevância. Sob outro ponto de vista, constata-se que o incremento de outras atividades aumentou de importância nas últimas décadas do século XVIII, o que indica que a produção tanto do açúcar como do ouro já não mais se mostrava tão atraente. Quais seriam as razões dessas transformações? A queda do preço do açúcar no mercado internacional foi um destes fatores² e o esgotamento das minas comprometeu os rendimentos do ouro.

TABELA 4: Estimativa das exportações de açúcar e de ouro

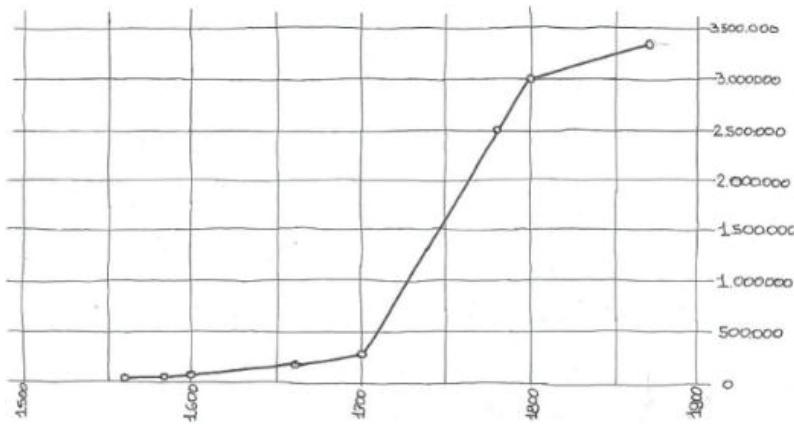


Fonte: SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1977, p. 382a.

Figura: Estimativa dos valores (em milhões de libras esterlinas) de exportação de açúcar (traço contínuo) e de ouro (tracejado).

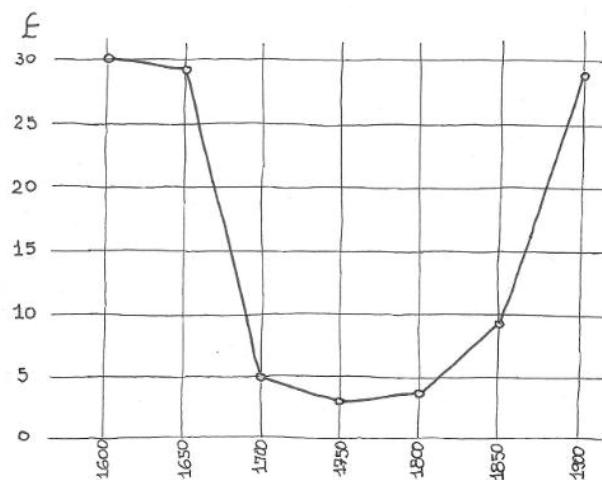
O fator mais relevante desta reorientação da economia colonial foi a chegada em massa de imigrantes (Tabela 5). Entre 1700 e 1800, a população passou, em números redondos, de 300 mil para 3 milhões de habitantes. Isso significa que uma renda relativamente estabilizada passou a ser rateada entre uma população dez vezes maior. Ou ainda, que a renda per capita se tornou sensivelmente menor (Tabela 6).

2 O principal fator foi a produção intensiva da cana de açúcar na América Central, em colônias dos países centrais. A paulatina introdução de meios mais modernos de produção com força motriz foi um duro golpe na produção açucareira do Brasil.

TABELA 5: Estimativa da evolução da população brasileira

Fonte: Simonsen, Roberto C. História econômica do Brasil, São Paulo, Nacional, 1977, p. 382a.

Figura: Evolução estimada do número de habitantes do Brasil.

TABELA 6: Estimativa da evolução da renda per capita

Fonte: BUESCU, Mircea. Evolução econômica do Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 92. Valores em libras esterlinas.

Como se pode perceber, ao fim de um século, os rendimentos médios de cada indivíduo foram reduzidos a um décimo do que havia no início do período. Esses dados trazem uma série de problemas que necessitam ser explicitados para que se possa entender o que se passou com a arquitetura. O mais difícil é entender as razões que levaram a uma imigração massiva no século XVIII, que se caracterizou pela retração econômica, e que essa não ocorreu no século XVII quando o açúcar garantia uma vida faustosa aos donos de engenho.

Como foi visto, o início da colonização foi muito conturbado por motivo da imigração forçada de elementos associais no reino, dos preconceitos existentes em relação à terra e a seus habitantes e as condições de vida totalmente diferentes em relação à Europa. Essas condicionantes mudaram consideravelmente no século XVIII. Dois séculos de vivência nos trópicos já haviam facultado uma adaptação ao novo meio ambiente, e empreendimentos

de sucesso haviam fornecido condições de uma existência faustosa, pelo menos, para a elite dominante.

A retaliações contra os Habsburgos (a família reinante da Áustria e Espanha) levou à necessidade de reconquistar antigas possessões como Angola, por exemplo, foi possível ao custo da perda da África do Sul, por exemplo. Além disso, Portugal estava sob a constante pressão da Espanha em retomar o domínio do país. Esses fatores consumiram as economias do país. Apesar das invasões ocorridas, a maior parte do Brasil continuava sob o domínio português. Com isso, cresceram os interesses de Portugal de desenvolver a economia brasileira.

Quando Portugal reconquistou sua independência, tais fatos resultaram em grandes problemas para a coroa que puderam ser revertidos por meio de engenhosas armações diplomáticas associadas a confrontações bélicas desgastantes com os novos conquistadores.

Com a reconquista desses territórios perdidos, os portugueses também apelaram para retaliação contra a Espanha estendendo seu território até o Rio da Prata, cuja opção não foi gratuita, uma vez que almejavam tirar proveito do contrabando da prata que era desviado das minas andinas por via dos rios que escoavam pela costa oriental dos Andes e cuja rota seguia pelos rios Pilcomayo, Paraguai e Paraná, que terminava no estuário providencialmente denominado “da Prata”. Já em 1680, Portugal tomou iniciativas para concretizar esta política com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, exatamente na margem oposta da capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, Buenos Aires.

A decadência econômica da produção do açúcar acenou à abertura de novas possibilidade de fontes de renda, mas um fator inesperado veio a frear estas perspectivas: o encontro do hipotético Eldorado acenava com um enriquecimento fácil para o qual seria necessário apenas um pouco de sorte, algumas bateias e alguns escravos. Evidentemente, os ideais patrimonialistas, hegemônicos à época, alimentavam maiores simpatias pelo acúmulo do ouro do que pela exploração de um complexo empreendimento açucareiro.

As vias de comunicação

Com isso, formou-se uma corrida populacional para a Serra do Cipó, onde nascia o Rio Doce. A descoberta de tão ricas fontes de riqueza levou à reorientação da política de domínio da Colônia. A necessidade mais imediata foi a de abrir vias de comunicação, visto que as usuais vias marítimas só atendiam às demandas dos diversos centros econômicos estabelecidos ao longo da costa. As vias de penetração, abertas pelas “entradas” e “bandeiras” que haviam se constituído nas primeiras experiências de desbravamento do interior, utilizavam-se das vias fluviais que atendiam a imposições do relevo e, em muitos casos, afrontavam os interesses da política. É certo que, às margens destes rios, iam surgindo pequenos assentamentos, chamados de “lugares” na linguagem da época. Com a fixação de uma região de alta importância econômica numa região montanhosa, em que não havia cursos de água naveáveis, foi necessária a abertura de vias de comunicação terrestres

que proporcionaram uma nova ocupação para as forças militares encarregadas da defesa da Colônia, que consistia na substituição da construção de fortés à beira do oceano pela abertura de estradas que, ao longo do tempo e na medida das necessidades, passaram a ser calçadas por pedras disponíveis na região nos trechos mais perigosos. As grandes distâncias a serem percorridas entre estes centros exigiam grandes investimentos financeiros para tornar estas vias carroçáveis. Isso requeria também a construção de pontes ou a pavimentação de fundo de cursos d'água de pouca profundidade. A seus leitores europeus, Saint-Hilaire advertia:

Não se viaja no Brasil por caminhos traçados com arte; não se atravessam campos cultivados. Os atalhos tortuosos, estreitos e, muitas vezes perigosos que se necessita de percorrer através de florestas e de campos despojados de árvores, adormecem-vos com sua monotonia e as fazendas que se encontram de longe em longe assemelham-se tanto em sua construção que a descrição de uma torna inútil a de todas as outras.³

O deslocamento por estas vias se dava em montarias cavalares ou liteiras conduzidas por duas cavalgaduras, bem como carroças providas de uma cobertura para um precário conforto dos viajantes. Porém, o mais comum era a condução de tropas de muares realizadas por especialistas denominados de “tropeiros”:

Dá-se o nome de tropeiro aos homens que conduzem as caravanias de burros destinados a empreender essas viagens e outras semelhantes. As tropas... são divididas em lotes de sete animais e cada um é confiado à guarda de um negro ou mulato que, caminhando na retaguarda dos cargueiros de que está encarregado⁴, os incita e dirige por meio de gritos ou por um assobio bastante brando. Costuma-se carregar cada besta com oito arrobas (cerca de 120 quilos) e, para não as ferir, iguala-se a carga com o maior cuidado. Cada caravanai que chega a um rancho aí toma o seu lugar; são logo descarregados; arruma-se as mercadorias em ordem, cada animal recebe sua ração de milho; levam-nos ao pasto; arranjam-se lhes as albardas e se desentortam os cravos destinados a ferrá-los. Enquanto isso o mais jovem da tropa vai buscar água e lenha, acende o fogo, arma em redor três bastões que se unem superiormente, amarra-os e suspende o caldeirão na tripeça onde se põe a cozinhar o feijão preto destinado ao jantar do dia e ao almoço do dia seguinte. Os tropeiros das diversas caravanias se aproximam uns dos outros, põem-se a conversar, relatando suas viagens e aventuras amorosas e, às vezes, um deles encanta o trabalho dos vizinhos tocando guitarra e cantando alguma dessas áreas brasileiras que tem tanta graça e doçura.⁵

Desse relato, percebe-se que, além da abertura, era necessário prover as vias com certa infraestrutura à sua utilização⁶. Uma era abrigos denominados de “ranchos”, que podiam ser “reais” ao serem construídos às expensas do governo ou privados, quando sua

³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 295.

⁴ Nem sempre os condutores de lotes acompanhavam a tropa a pé: há documentos que os mostram cavalgando ao seu lado.

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 41.

⁶ Burton assinala que havia cinco tipos de locais para pernoite: 1) o pouso, um simples terreno de acampamento, utilizável sem tributos; 2) o rancho, que consistia numa construção aberta, mas provida de cobertura; 3) a venda ao pulperia, que consistia numa casa comercial junto à qual havia um quarto disponibilizado ao pernoite de um viajante; 4) a estalagem ou hospedaria, que consistia numa construção especializada, com quartos providos com algum conforto; e os 5) hotéis, que, além disso, ainda forneciam refeições aos hóspedes. BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 100-101.

organização corria por conta de particulares. Nesse caso, sua ocupação era remunerada. Também podiam ser classificados segundo os “confortos” oferecidos. Quando o pernoite era realizado em locais ermos, descarregavam-se os animais e as albardas eram ordenadas de modo a formar um “cercado” fechado, como mostrado nas figuras 268 e 269.

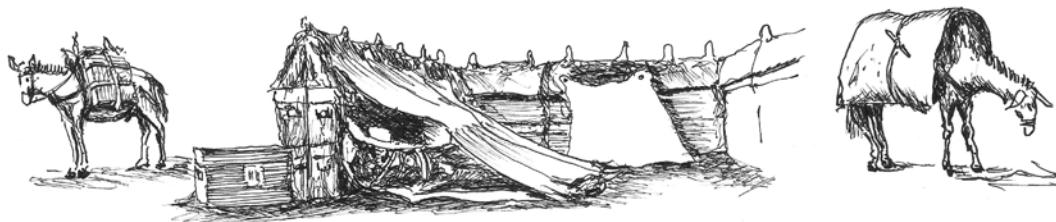


Figura 268: Esquema de um abrigo noturno, ao ar livre, segundo Debret: à esquerda, uma mula com uma sela e carregada com duas albardas; no centro, uma albarda separada e outras empilhadas que serviam para apoio de uma cobertura de couro sob a qual dormiam os tropeiros; sobre as albardas era colocada a sela, que fazia o papel de cobertura e servia de apoio a um couro que servia de cobertura da “cama”; à direita, uma mula carregada com duas albardas e coberta por um couro da cobertura noturna e que servia de proteção da carga numa eventual chuva.

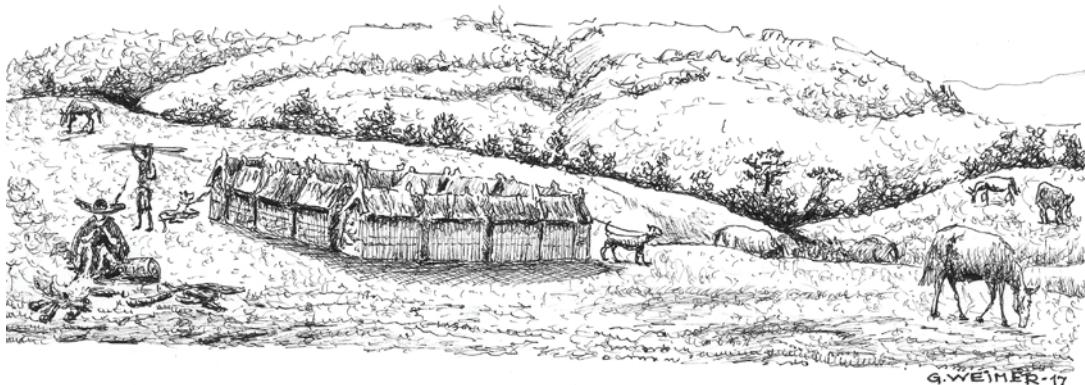


Figura 269: Um exemplo típico de arquitetura efêmera: um acampamento noturno ao ar livre, formado pelas albardas das mercadorias transportadas, tendo a sela como cobertura.

Quando o movimento era mais intenso e ocorria a passagem mais frequente de caravanas, acabavam por se estabelecer certos locais propícios ao pernoite que Saint-Hilaire descreve do seguinte modo:

Esses locais (ranchos) são facilmente reconhecíveis pelos vestígios das fogueiras e as estacas no chão, onde são amarrados os animais. É sempre à beira dos córregos e geralmente debaixo de árvores copadas que são armados os pousos, e em vários desses locais encontrei barracas feitas com folhas de palmeira, deixadas pelos viajantes.⁷

Quando o trânsito era mais intenso, eram construídos abrigos de diversas características, de acordo com as necessidades locais. Os mais simples são formados por uma série de pilares gravados no chão e que sustentam um simples telhado de capim ou de telhas cerâmicas, quando as mesmas eram disponíveis (figura 270 e 271). Em geral, os abrigos dispunham de um gramado conexo onde os animais podiam pastar após ingerir sua ração de cereais (preferencialmente, milho). Como a região de mineração ficava em terras altas,

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 87

a cerca de mil metros acima do nível do mar, à noite podia fazer bastante frio em razão de os ranchos serem fechados por paredes para a proteção contra o vento (figura 272). Segundo Saint-Hilaire:

Um rancho propriamente dito, é um grande galpão destinado a receber os viajantes. Esse galpão não passa, frequentemente, de um telhado sustido por postes; mas nas zonas elevadas e, por consequência, frias como a que se acha a fazenda do Farias, os ranchos são ordinariamente fechados por muros. O do Faria não tinha, além da porta, senão duas pequenas aberturas; a fumaça de nosso fogão, cegava-me e eu não dispunha de tempo suficiente, de dia, para analisar as plantas colhidas. Ademais o telhado, malconservado, havia ao que parece, deixado passar a água das chuvas e o terreno que servia de soalho achava-se úmido e quase escorregadio. É preciso notar que esse quadro não é exclusivo do rancho do Faria; ele se adapta igualmente a muitos outros desses galpões.⁸

Ou ainda:

Essa casa chamada de Rancho do Meio da Serra não oferece, absolutamente comodidade. É uma grande construção sem janelas, rodeada no interior de leitos ou canapés rústicos (*jiraus*) e onde a fumaça, não tendo outra saída que a porta, nos incomodava extremamente enquanto trabalhava.⁹

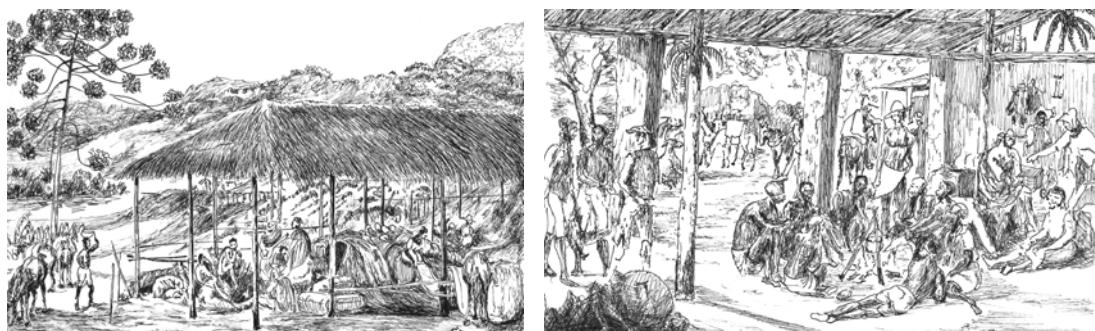


Figura 270: Um rancho aberto, das terras baixas, segundo Rugendas.

Figura 271: Um rancho serrano, com um lado aberto e com a proteção de paredes pelos demais, segundo Rugendas.



Figura 272: Ruínas de um rancho na região mineradora sobrevivente até nossos dias. Os restos indicam que o prédio foi vandalizado com o desaparecimento de portas e janelas.

Figura 273: Uma moradia abandonada, à beira da estrada, podia servir de rancho, conforme atesta Rugendas.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 118.

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, USP, 1974, p. 51.

Por vezes, casas abandonadas que se encontravam ao longo do caminho, eram utilizadas para o pernoite. Rugendas documentou uma delas (figura 273). Por outras vezes, o rancho podia oferecer alguma privacidade quando o espaço interno era dividido por tabiques, e cada viajante podia se instalar num “quarto” individual. Como atesta Saint-Hilaire:

Dormi numa destas choças que a gente encontra pelo caminho antes de chegar à Serra da Canastra (...) A mais humilde habitação de Sologne¹⁰ oferece mais conforto do que qualquer dessas miseráveis palhoças. São de construídas de paus cruzados e barro, que se desprende facilmente. Um miúdo capim, arrancado com as raízes e a terra que se envolve, serve-lhes de cobertura. Seu interior é dividido por tabiques em minúsculos cômodos escuros, cujo único mobiliário consiste num par de tamboretes e alguns catres miseráveis (...) Nas paredes estão penduradas algumas roupas e uma cela. O que há de extraordinário em tudo isso é que são homens brancos que moram nessas palhoças (...)¹¹

Em lugares estratégicos, como no cruzamento de caminhos diversos no qual podia ocorrer o encontro de algumas caravanas, eram edificadas hospedarias rurais que, por certo, não primavam pelo conforto na hospedagem, mas serviam para o breve congaçamento dos viajantes. Segundo Saint-Hilaire:

Não se pode imaginá-las mais miseráveis... uma multidão de choças nestas condições. Esses jiraus, por exemplo... e que claramente atestam extrema indigência, substituem geralmente os leitos nas casas pobres. Eis como se constroem esses pobres catres: fincam-se na terra, perto das paredes, quatro estacas que se dispõem à maneira das quatro colunas de um leito e, a cada par de esteios mais aproximados, fixam-se, com um corte flexível e resistente, um pedaço de madeira transversal. Sobre esses dois travessões que se deformam, estendem-se varais e que se cobrem com uma esteira ou couro cru e nas armações que se dorme, encostado na parede e envolto em uma coberta ou capote.¹²

Quando se chegava a uma vila, havia acomodações que recebiam o qualificativo de hospedarias urbanas, nas quais os quartos dispunham de móveis e acomodações mais confortáveis que as encontradas pelos caminhos interioranos. Todavia, Saint-Hilaire não apresenta um quadro muito elogioso a este respeito:

A hospedaria onde parei em S. João (del Rei) me havia sido indicada como sendo a melhor, e era suja e infecta. Estrebarias descobertas circundavam o pátio dessa hospedaria. Os quartos não tinham outro mobiliário, além de uma cama, uma mesa, um tamborete coberto de couro; o odor de minha cama era absolutamente o mesmo de um hospital mal cuidado. Essa descrição adapta-se, de resto, a quase todas as hospedarias mal cuidadas da Província de Minas Gerais, e mesmo do Rio de Janeiro, mantidas nesta época por portugueses da Europa e por brasileiros.¹³

10 Localidade no Vale do Loire, França.

11 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 105. Os comentários de Saint-Hilaire derivam do fato de que estas construções são de origem africana.

12 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 169. Esta solução, provavelmente, é de origem africana. Em viagem pela contra-costa daquele continente, visitamos algumas casas de nativos. Aí verificamos que é comum a construção de um estrado de ripas de madeira sustentado por algumas estacas fincadas no chão. Sobre este estrado, estendia-se um couro cuja finalidade era o de dar um acabamento liso e compensar as diferenças da elasticidade das ripas.

13 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 111.

Os viajantes são unâimes em assinalar que, ao longo destes deslocamentos, era exercida a prostituição, especialmente, nas hospedarias urbanas. Algumas vilas gozavam de renome pela qualidade de seus lupanares, como foi o caso de Barbacena, que foi assim descrita por Saint-Hilaire:

Barbacena é célebre entre os tropeiros pela quantidade de mulatas prostitutas que a habitam e entre cujas mãos esses homens deixam o fruto do trabalho. Sem a menor cerimônia, vêm oferecer-se essas mulheres pelos albergues; muitas vezes os viajantes as convidam para o jantar e com elas dançam batuques e danças lúbricas que (...) se tornaram nacionais na Província de Minas Gerais.¹⁴

A par destes serviços, era comum a existência de casas comerciais ao longo destes caminhos e que eram denominados de “vendas”, estes estabelecimentos também serviam de locais de encontro dos viajantes entre si e com os moradores das circunvizinhanças. Segundo o testemunho de Saint-Hilaire:

As vendas não são como as nossas tabernas¹⁵, consagradas unicamente ao comércio de bebidas alcoólicas; encontram-se nelas, além dessas, toda espécie de comestíveis. As mercadorias são arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes ou dependuradas dos vigamentos. Como em todas as lojas, o mercador se posta atrás do balcão voltado para a porta e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada de cachaça, cujo sabor detestável tem algo de cobre e da fumaça. Não se encontra nas vendas um só assento e, por conseguinte, se é obrigado a ficar em pé.¹⁶

Burton apresentou uma descrição mais amena destas vendas:

(Nelas) vende-se de tudo, desde alho e livro de missa, até cachaça, doces e velas; às vezes, é dupla, com um lado para secos e outro para molhados. Um balcão, sobre o qual se embalança uma grosseira balança, divide-a no sentido do comprimento. Entre ela e a porta, ficam tamboretes, caixas e barris virados para baixo. O freguês cumprimenta o dono, levanta a mão ao chapéu e o dono o convida para sentar-se. Atrás do balcão é o espaço sagrado, que leva ao gineceu. As prateleiras de madeira sem verniz estão cheias de latas, de canecas e outros recipientes, e, em ambos os lados, garrafas cheias e vazias, em pé ou deitadas. No chão, há sacos de sal, e barris abertos, com rapadura e feijão, um caixote com milho, pilhas de toucinho e carne salgada, a popular “carne seca”, uma corda de fuma preto enrolada em uma estaca e garrafas e garrafões de cachaça. As mercadorias são guarda-chuvas, ferraduras, chapéus, espelho, cintos, garruchas, espingardas baratas, munição e linha de costura – na verdade, tudo de que podem precisar homens e mulheres rústicas. A venda tem, em geral, um quarto onde os viajantes podem se acomodar, com uma gamela para ablucções, um catre, uma mesa de pernas compridas e um banco baixo.¹⁷

Aparentemente, era frequente a associação de diferentes programas arquitetônicos no mesmo prédio. Isso facilitava o atendimento de necessidades diversas num território pouco ocupado, e servia de atrativo para atividades diversas. Além da associação da venda com uma hospedaria, flagramos a associação de uma venda com a de um rancho¹⁸, representado na figura 274.

¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 64.

¹⁵ O autor estava se dirigindo ao público francês e não ao brasileiro quando redigiu este texto.

¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 40.

¹⁷ BURTON Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 101.

¹⁸ ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/EdUSP, 1981, p. 84b.



Figura 274: Uma associação de programas, como o de uma venda com um rancho, era uma solução que favorecia a ocupação do sertão.

Com a súbita importância econômica adquirida pela região mineradora, na Serra do Espinhaço, surgiu a imperiosa necessidade de construção de uma via de comunicação a um porto marítimo. Ainda que o porto mais próximo fosse o do Rio de Janeiro, possivelmente, para evitar o fisco, a ligação com o mar era feita por sobre essa serra, passando, depois, pela Serra da Mantiqueira e pelos baixios do Vale do Rio Paraíba do Sul, para transpor a Serra da Bocaina e, finalmente, dar em Paraty, que estava situada na Baía da Ilha Grande, no extremo sul da Capitania do Rio de Janeiro. Esta estrada, chamada de Caminho Velho (figura 275), correspondia à antiga trilha aberta pelos indígenas guaianás para suas peregrinações anuais rumo ao mar para uma temporada de pesca. É possível que a utilização de um caminho já conhecido tenha de ser depositada na valorização de uma tradição.



Figura 275: Situação geográfica da região mineradora com o esquema das principais estradas reais abertas nas primeiras décadas do século XVIII.

O crucial significado desta via exigiu ser a mesma pavimentada nos pontos mais críticos com variados tipos de pedras, conforme sua disponibilidade nas diversas regiões.

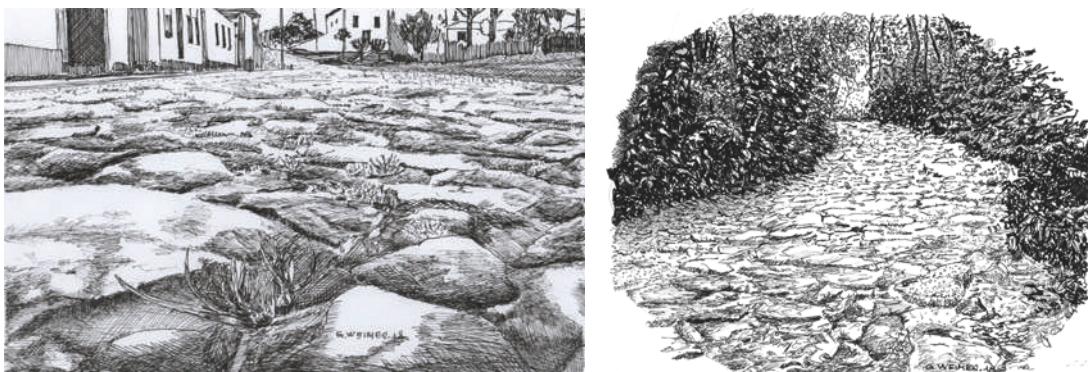


Figura 276: A estrada real não só facultava a ligação entre a região mineira com o litoral – e, por consequência, a Portugal – mas permitia a ligação entre os diversos sítios urbanos.

Figura 277: Boa parte das estradas reais eram de terra apilada pelas patas das cavalgaduras, mas trechos de difícil percurso tinham de ser pavimentados, entre eles, os trechos que passavam pelas matas ou terrenos íngremes.

Paraty já existia em 1650, portanto, seus inícios se situam bem antes da descoberta das minas. Nos inícios do século XVIII, já havia se estabelecido um comércio intenso com Vila Rica. Quando a Coroa tomou posse da região das minas, após expulsão dos nacionais, fechou este caminho e reprimiu toda a circulação que passasse por ele. Para ter um eficaz controle do comércio com a região mineira, abriu uma nova estrada denominada de Caminho Novo. Partindo do fundo da Baía de Guanabara, seguia por Petrópolis, Paraíba do Sul, Juiz de Fora, Palmira (hoje, Santos Dumont), Barbacena, Carandaí até Ouro Branco e Vila Rica. Uma das primeiras providências foi estabelecer nela, na periferia da região mineradora, um prédio do fisco, que passou a ser chamado de Casa do Bandeirante devido a suas semelhanças com a arquitetura paulista (figura 278).



Figura 278: A Casa do Bandeirante, na realidade, era um posto de arrecadação de impostos sobre as mercadorias que transitavam pelo Caminho Novo.

Figura 279: O Caminho dos Diamantes, a estrada pavimentada entre Vila Rica (Ouro Preto) e o Arraial do Tijuco (Diamantina).

Com a descoberta das minas de pedras preciosas, abre-se outro caminho, o “Dos Diamantes” (figura 279), entre 1725 e 1735, que comunicava a Vila Rica ao Arraial do Tijuco (hoje, Diamantina), cuja distância era pouco menor que a de Vila Rica ao Rio de Janeiro. A importância tanto econômica quanto política dessas vias fez com que se buscasse a sua pavimentação, o que representou, à época, um investimento significativo. O mesmo era feito com pedras roliças ou, preferencialmente, com pedras chatas dependendo da

disponibilidade local, as quais eram simplesmente fixadas sobre o solo apilado e com juntas preenchidas com terra (figuras 276 e 277).

A descoberta do ouro aguçou a cobiça dos paulistas, que passaram a vasculhar o interior do território castelhano e, em 1719, foram descobertas minas auríferas em Cuiabá. Uma década depois, foram descobertas as da Vila Boa de Goiás (Goiás Velho). Não conseguimos saber quando foram abertos os caminhos que levaram a esses locais, mas, em 1818, o sargento-mor Luiz D'Alincourt foi encarregado de fazer um levantamento das condições existenciais dos caminhos que levavam do porto de Santos, em São Paulo, até a cidade de Cuiabá, que a este tempo, fazia parte dessa capitania. Sobre o percurso (figura 280), deixou um diário que foi publicado com o título de “*Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*”¹⁹, concluído em 1826. Nele, são feitos comentários gerais das condições de diversas estradas, dos empreendimentos de apoio como pousadas, ranchos, vendas, engenhos, “lugares” (povoados incipientes), etc., existentes ao longo da mesma e das características de rios a serem varados, além de apresentar panorama geral da rede urbana. Talvez a contribuição mais importante aos viajantes de então fosse o fornecimento da relação dos pousos existentes e a distância entre eles, que variavam entre 5 e 45 km, com uma média de 19,5 km. Admitindo que se todos os dias fosse feito um deslocamento vinte quilômetros²⁰, seriam necessários 120 dias de deslocamento para percorrer a distância de 2350 km entre Santos e Cuiabá!



Figura 280: Tentativa de reconstituição do caminho trilhado por Luiz d'Alincourt em 1817, entre Santos e Cuiabá.

Ainda que os historiadores da arquitetura brasileira tenham dado especial destaque às realizações do ciclo do ouro, a Colônia não se resumiu apenas a Minas Gerais como, aliás, tentamos mostrar no início deste capítulo quando procuramos mostrar que a produção nordestina estava longe de ser eclipsada pela mineira. Se é verdade que a obsessiva procura por novas minas auríferas e/ou diamantinas colocou por terra os tratados

19 Publicado pela editora Itatiaia de Belo Horizonte em conjunto com a editora da USP, em 1975.

20 ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/EdUSP, 1981, p. 69, atesta que a marcha diária era, no máximo, de 24 quilômetros ou de quatro léguas, segundo a medida da época.

internacionais de fronteiras vigentes, não foi menos relevante a política expansionista que, na verdade, passou a ser praticada bem antes das descobertas das minas. Quando a Coroa portuguesa decidiu estender seus domínios até o Rio da Prata e fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento em sua margem setentrional, em 1680, a necessidade de uma ligação por terra se tornou evidente. A existência de uma praia contínua, praticamente sem obstáculos, entre Laguna, em Santa Catarina, e Punta del Este e Montevidéu, no Uruguai, facilitou sobremaneira a ligação terrestre entre a Colônia do Sacramento, criada em decorrência do crescente comércio clandestino da prata que estava sendo desviado de sua exploração no altiplano boliviano por via dos rios Pilcomayo, Paraguai e Paraná. O contrabando era tão ostensivo que até a desembocadura do rio Paraná passou a ser denominado oficialmente de Rio da Prata.

Segundo o tratado de Tordesilhas, a fronteira entre as terras portuguesas e castelhanas passaria a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. Quando foi elaborado este acordo bilateral, não foi levado em consideração, nestas disposições, que Cabo Verde era constituído por um arquipélago. Quando a marcação definitiva desta fronteira se tornou premente para a estabelecimento concreto da mesma, surgiram as divergências interpretativas destas disposições. Para os castelhanos, o ponto a partir de onde deveria ser medida a distância convencionada seria o mais oriental das ilhas, enquanto os portugueses entendiam que era o sítio mais ocidental. No primeiro caso, o meridiano de Tordesilhas deveria passar um pouco mais a sul da vila de Santos, no litoral paulista, e, no segundo caso, ele passaria pela entrada da Laguna, no litoral catarinense, onde foi fundada, provisoriamente, a vila do mesmo nome.

Isso significa que a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento significou um flagrante desrespeito ao tratado firmado. Como consequência, inevitavelmente, confrontos bélicos se tornaram constantes até a impositiva criação do estado uruguai, já no período republicano. Neste meio tempo, a sobrevivência de Sacramento dependia, prioritariamente, do abastecimento por via marítima e, secundariamente, por via terrestre, que era feito por sobre os areais que se estendiam sem obstáculos, desde Laguna até a elevação onde foi erguido um forte no Monte de Santo Ovídeo que se transformou, por corruptela, em Montevidéu.

Claro está que o deslocamento pelos fofos areais à beira-mar não se constituía num terreno ideal para o transporte. Isso veio a se tornar crucial quando o abastecimento de gado proveniente das margens baianas do Rio São Francisco para as Minas Gerais começou a escassear, sendo necessário conduzir o gado e carne salgada (charque) da Campanha do Rio Grande do Sul até Sorocaba, de onde ele era repassado para as Minas. Por isso, o tenente José Custódio de Sá e Faria, recém-chegado de Lisboa, em 1745, foi encarregado de abrir um caminho entre Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul, e Sorocaba, em São Paulo. Sobre este empreendimento deixou um relatório com o título *Roteiro que se fez do Caminho do Sertão que principia na Patrulha onde se acha Curral da Contagem, pegado ao rio do Sino p^a entrar a subir a Serra e seguir p^a Corituba e São Paulo, anno 1745*, que passou a ser conhecido como Caminho de Lages ou do Mato Português. (figura 281).

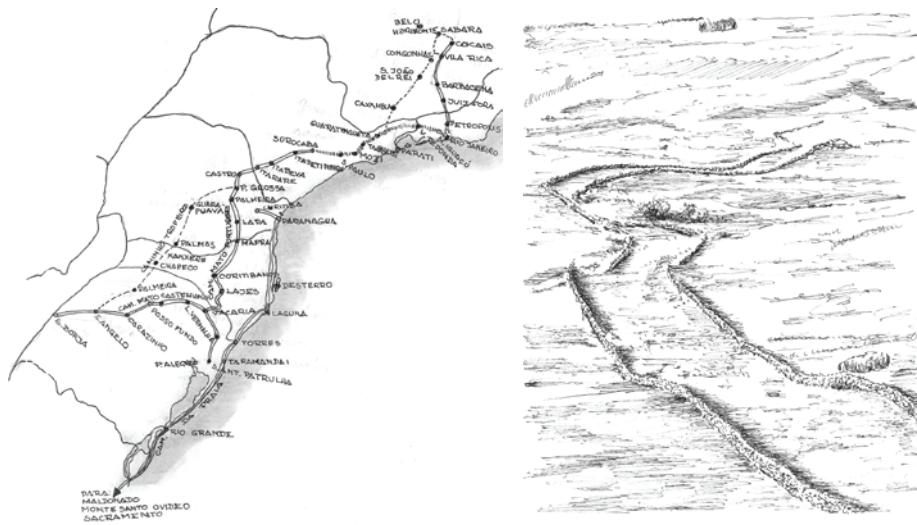


Figura 281: Mapa das vias terrestres que ligavam a região platina à região sudeste da Colônia.

Figura 282: Trecho do “caminho das tropas”, no planalto lajeano, em Santa Catarina.

Esse caminho, com mais de mil quilômetros de extensão, passando por Francisco de Paula de Cima da Serra, Bom Jesus, Vacaria, no Rio Grande do Sul; e por Lajes, Ponte Alta, Santa Cecília, Papanduva e Mafra, em Santa Catarina; e por Rio Negro, Tamanduá, Castro, Jaguariaiva e Itararé que ficava na divisa entre Paraná e São Paulo, seguindo por Itapeva, Itapetininga até Sorocaba²¹, serviu, durante muito tempo, para o escoamento do gado da Campanha Sul-rio-grandense e, depois, como roteiro para o deslocamento das tropas de mulas ao se incrementar o comércio bilateral. Para evitar a dispersão do gado xucro, o caminho foi cercado de muros de pedra (impropriamente denominados de “muros de taipa”) em ambos os lados, cujos resquícios ainda podem ser encontrados em alguns trechos (figura 282). Mais tarde, este caminho foi ampliado com uma ligação chamada de “Mato Castelhano”, entre São Borja e Vacaria, passando por Santo Ângelo, Carazinho, Passo Fundo e Lagoa Vermelha, ou seja, passando pelo divisor de águas entre as bacias dos Rio Pelotas/Uruguai e Jacuí. Incrementando-se o comércio com o norte do Rio Grande do Sul com Sorocaba, foi aberto um caminho alternativo entre Santo Ângelo e Ponta Grossa, no Paraná, passando por Palmeira das Missões, Chapecó, Xanxerê, Palmas, Guaratuba e Imbituba, que foi chamado de Caminho dos Tropeiros.

Além de dar sustentação à anexação desta vasta região ao domínio português, esta rede viária também serviu a estruturação de uma rede urbana pioneira que foi se estruturando a partir dos locais de pouso.

No nordeste, a ocupação do interior ocorreu através da expansão do gado. Deixado ao leu, ele foi avançando desde o atual município de Mata de São João, na costa setentrional da Bahia, pelo sertão adentro até alcançar o Rio São Francisco. Migrando em direção sul, chegou ao norte de Minas Gerais onde atravessou o rio e passou a se expandir pelo vale deste rio em direção ao norte. Por tal via chegou a se espalhar por todo o sertão. Como a criação do gado foi um privilégio conferido pelo Rei a Garcia d’Ávila, toda a região em

²¹ Como se nota, mais tarde, o traçado da atual rodovia BR-101 seguiu aproximadamente o caminho aberto por Sá e Faria.

que pastava o gado era tida como pertencente a esta família. Porém, devido a espantosa dimensão que tomou esta propriedade, não foi possível controlar todo o território, fazendo com que ele se fracionasse em propriedades menores. Ao longo do tempo, foram surgindo caminhos pelo qual circulava o respectivo gado, que ligavam o sertão ao litoral do mesmo modo que os lugarejos interioranos entre si.

Foi deste modo que foi descoberto um quilombo escondido atrás da Chapada Diamantina, em sua encosta meridional, por volta de 1680. Por isso, o local foi denominado de Pouso dos Crioulos. Com a repressão dos reinóis aos nacionais nas Minas Gerais, os bandeirantes chegaram a este local por volta de 1725 e, por essa época, já foi aberta uma estrada que contornava a Chapada pelo lado oriental e indo até Jacobina, que tinha uma ligação com Feira de Santana e Salvador. Não se sabe quando foi descoberto ouro na região, mas a vila gozou de grande desenvolvimento na segunda metade do século XVIII. Com o esgotamento dos mananciais, a vila entrou em ostracismo, que não foi completo devido ao comércio e ao contrabando que circulava através de sua ligação com Diamantina, em Minas Gerais. Seguindo ao longo do Rio Jequitinhonha, chegava-se a Salinas, no norte de Minas Gerais e, de lá, seguindo pelo sertão, chegava-se a Brumado, no sul da Bahia, onde se subia pelo Rio de Contas e chegava à vila. Abandonada em meio ao sertão, onde as autoridades não eram desejadas devido ao comércio ilegal, a vila se conservou e se constitui num bem preservado sítio que mereceria ser melhor conhecido. Depois da Independência, ela voltaria a ter alguma importância devido a novas descobertas em suas proximidades, como será visto no capítulo seguinte.



Figura 283: Ligação de Vila Rica a Jacobina, no sertão da Bahia, em fins do século XVII.

Como o sucesso da exploração das minas e a sangrenta expulsão dos nacionais da região, estes formaram uma corrida na procura de novas jazidas. Nas penetrações ao interior, destacaram-se os paulistas que reorientaram suas diretrizes exploratórias, deslocando a ênfase na captura de mão de obra indígena para a prática da agricultura para priorizar a procura de novas minas. Os resultados positivos destas procuras levaram à

organização de expedições oficiais de levantamentos do interior do continente, com um flagrante desrespeito aos tratados internacionais sobre a divisão territorial da América.

Devido à inexistência de caminhos terrestres, inicialmente, os rios serviram de vias de penetração. Ao contrário destas práticas, a partir de então, tratou-se de criar povoações ao longo dos caminhos que iam sendo abertos, que garantissem a presença portuguesa em território castelhano. No princípio, esta penetração foi orientada para oeste e, seguindo em paralelo à rede fluvial. Ao atingir o grande vale entre o Planalto Brasileiro e os Andes, os deslocamentos foram desviados para a direção norte, ao longo dos afluentes meridionais do Rio Solimões/Amazonas.

Para a realização destes serviços, foram convocados jovens militares formados na Aula de Fortificações e Arquitetura que daria origem às Academias Reais de Fortificações, Artilharia a Desenho nas principais cidades da Colônia. As tarefas mais importantes eram confiadas a engenheiros portugueses, dentre os quais devem ser citados os nomes de José da Silva Paes, José Fernandes Pinto Alpoim, José Custódio de Sá e Faria e Francisco João Roscio, dentre muitos outros. Devido a estes serviços prestados, os citados chegaram ao mais alto posto da hierarquia militar, o de brigadeiro.

A abertura dessas vias não encerra este capítulo, pois temos informações da existência de caminhos que levavam ao “sertão” a partir de várias capitais de capitania nortistas, sobre as quais, no entanto, ainda não temos informações mais detalhadas.

A arquitetura das regiões mineradoras

A chegada massiva de imigrantes portugueses atraídos pela notícia da descoberta de um Eldorado no Brasil trouxe sérias consequências para a economia colonial no que concerne à renda média. Como foi visto, o crescimento do produto interno bruto ficou muito aquém do aumento da população. Tal fenômeno se manifestou de forma muito diferente nas diversas regiões da Colônia. Nas zonas açucareiras houve uma estagnação na produção arquitetônica. Houve pouco incremento de novas construções, e muitos engenhos grandes deram lugar a engenhos menores.

Ao contrário, os poucos sítios auríferos e diamantinos foram rateados entre alguns privilegiados que detinham algum tipo de vínculo de apoio com as autoridades coloniais constituídas. Os referidos privilégios lhes garantiram a posse de “arraiais” auríferos, propiciando-lhes rápido acúmulo de riqueza e possibilitando a criação de obras de grande qualidade arquitetônica, em destaque obras de cunho religioso.

Esta organização social ensejou uma forma particular de urbanização. Inicialmente, as pepitas eram encontradas em aluviões dos rios. Os chefetes locais loteavam, entre si, trechos de aluviões e, ao longo deles, estabelecia-se junto aos seus subordinados (formados por supervisores que recebiam o qualificativo de feitores, responsáveis por controlar rigidamente a extração do ouro pela mão de obra escravizada). Isso engendrou a formação de um núcleo urbano específico formado pelo casarão do proprietário, junto ao qual eram erguidas as casas dos feitores e as senzalas dos escravizados, os tais “arraiais”,

cuja denominação remetia à tradição portuguesa medieval, quando o exército do rei se estabelecia temporariamente em terras de algum senhor feudal por motivos de guerras internas. Findos os confrontos, as tropas reais se retiravam e o território ocupado revertia ao domínio do senhor feudal. A retomada desta denominação tinha valor simbólico de a concessão de domínio do local se constituir enquanto benesse do rei que, no entanto, perdeu sua concessão transitória para se tornar definitiva.

À medida que se consolidava a exploração aurífera, os arraiais iam crescendo de modo a se emendarem com os da vizinhança, formando, dessa forma, um povoado²² (povoação, povo ou povoar). Como estes arraais eram de reduzidas dimensões, sua junção resultava na formação de uma série de pequenos conglomerados do tipo ganglionar²³.

Em termos de arquitetura, isso significou que, apesar de uma generalizada retração do nível de vida, surgiram sítios pontuais com uma esdrúxula concentração de riquezas. Isso permitiu a realização de avultados investimentos em construções nos locais. Como a população de cada arraial era limitada, o tamanho das igrejas tinha dimensões correspondentes, as quais, apenas para termos de comparação, distinguiam-se das matrizes das zonas açucareiras que tinham dimensões bem mais avantajadas. Como o território, em geral, era muito acidentado, os povoados assim formados se amoldavam ao terreno de acordo com os caprichos da topografia, entre o vale do rio e a encosta dos morros (figura 284).

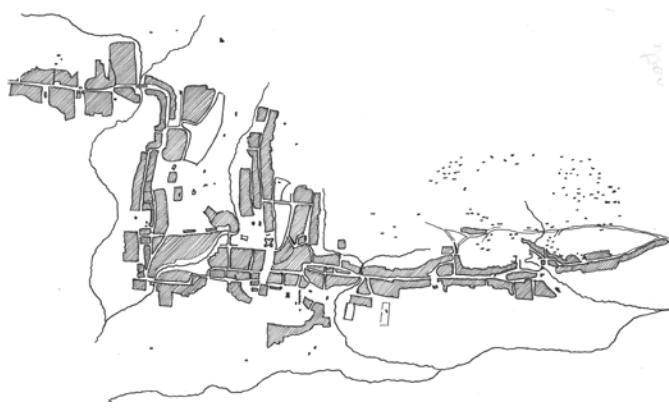


Figura 284: Levantamento da Vila Rica (depois, Ouro Preto), em 1755, por Manuel Ribeiro Guimarães.

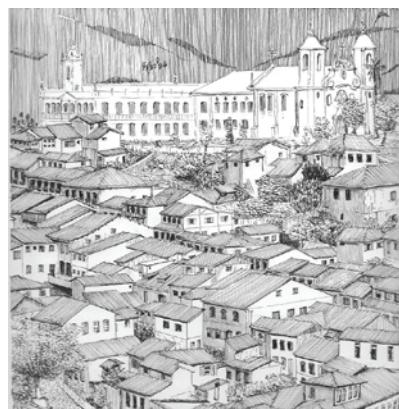


Figura 285: Encosta urbanizada de Ouro Preto.

Com o crescimento das organizações urbanas, começaram a surgir centros de conglomeração que engendraram a formação de núcleos urbanos, como foi o caso mais marcante de Vila Rica (Ouro Preto), dada a sua condição de capital da Capitania (figura 285).

Em casos específicos, quando surgiam condições especiais do terreno, estes povoados podiam assumir o tipo de “aldeia-ponto”, isto é, quando as construções eram erguidas em torno de uma praça central, onde o sistema viário se estendia livremente com uma acomodação à conformação topográfica, como foi o caso Mariana (figuras 287 e 288) ou

²² Se o povoado era formado preponderantemente por indígenas, chamava-se “aldeia”; quando de negros, de “quilombo”.

²³ Segundo a classificação das formas das aldeias, estes arraais eram do tipo das “aldeias-rua” que, à medida que iam se formando uma continuidade entre os arraais, adquiriam uma conformação peculiar que denominamos de “ganglionar”.

do Tijuco (depois, Diamantina) (figuras 289 e 290), possivelmente, por influência de São Paulo (figura 286) de onde vieram os primeiros moradores.

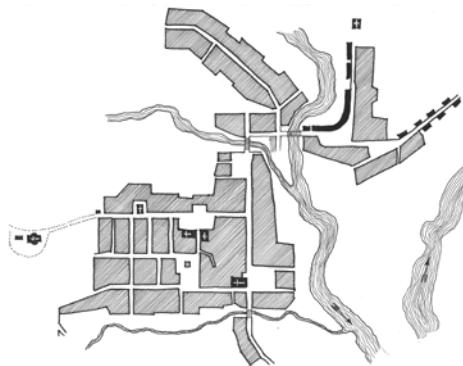
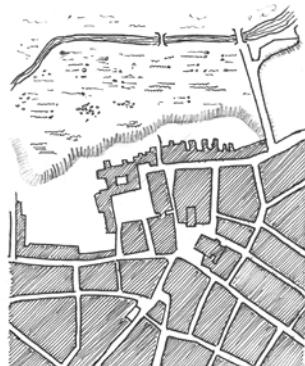


Figura 286: Centro histórico de São Paulo, segundo mapa de 1842.

Figura 287: Planta de Marina da segunda metade do século XVIII.

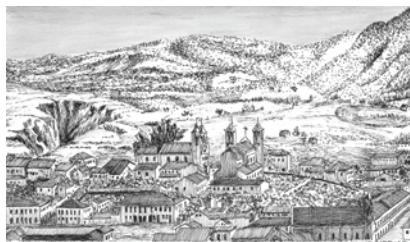


Figura 288: Imagem de Mariana de 1846.

Figura 289: Planta do Arraial do Tijuco (hoje, Diamantina) de 1784.

Figura 290: Vista do centro histórico de Diamantina.

A cobrança de 20% de impostos sobre a renda auferida²⁴ deu condições para substancial investimento governamental, no sentido de melhorar as condições de vida dos respectivos vilarejos como a realização de calçamento das ruas (figura 291), construção de fontes d'água (figuras 292 e 293), de pontes (figuras 294 e 295) e de serviços públicos.

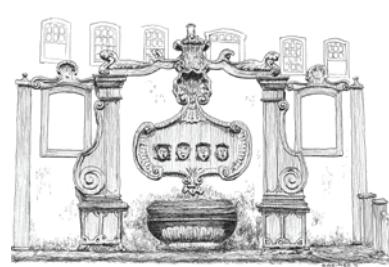


Figura 291: Casario de Ouro Preto, Minas Gerais, com destaque para o calçamento das ruas.

Figura 292: Chafariz junto à Igreja de S. Pedro dos Clérigos, Mariana, Minas Gerais.

Figura 293: Chafariz de Marília, Ouro Preto, Minas Gerais.

²⁴ Na Idade Média, os impostos eram divididos entre poder civil e eclesiástico num montante de 10% sobre a renda auferida para cada uma das partes. Num acordo entre as realezas ibéricas com o papado denominado de “padroado régio”, através do qual o Vaticano repassava ao governo civil a administração da Igreja no território de cada país. Depois este direito passou a ser praticado em suas respectivas colônias. Desta forma, o governo civil também passou a cobrar o dízimo eclesiástico com o compromisso de sustentar as despesas clericais.



Figura 294: Ponte da Cadeia, São João del Rei, Minas Gerais.

Figura 295: Ponte urbana, Tiradentes, Minas Gerais.

A concentração de riquezas fez com que a segurança se tornasse um problema relevante. O contrabando, os assaltos e as insurgências civis foram constantes. Para garantir um mínimo de ordem, a administração pública teve de ser marcada por uma presença forte. Em termos de arquitetura, isso se traduziu na construção de prédios administrativos grandiosos, isto é, os edifícios pioneiros (figura 296) de modestas dimensões foram substituídos por prédios mais imponentes (figura 297) à medida que crescia o volume das divisas auferidas.



Figura 296: A primeira casa de câmara da Vila do Carmo (depois Mariana).

Figura 297: Casa de Câmara e Cadeia definitiva de Mariana. Projeto e construção do mestre de risco (pedreiro, carpinteiro e arquiteto) José Pereira dos Santos, em 1782.

A situação de insegurança fez surgir um programa original²⁵: o das Casas de Câmara e Cadeia (figura 297), que consistiam em sobrados em que o piso superior, dito “planta alta”, era destinado ao Conselho da Intendência, o que seria, na atualidade, a Câmara de Vereadores. Seu presidente também assumia funções de governante da comunidade, ou seja, a dos prefeitos hodiernos. O espaço ocupado para reuniões do Conselho também era utilizado para as sessões dos julgamentos judiciais. Se acusado, o condenado podia ser posto diretamente em um calabouço instalado no andar térreo, denominado de planta-baixa, através de um alçapão, ou amarrado no pelourinho que ficava em praça pública, diante da Casa de Câmara e Cadeia (figuras 297 a 300), para que o público tomasse

²⁵ Pelos dados por nós levantados, a Casa de Câmara e Cadeia mais antiga é a da Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que foi construída em 1698.

conhecimento de quem era o condenado²⁶, que, após a exposição, era posto no calabouço. Tais compartimentos não tinham portas e a sobrevivência dos presos dependia da benevolência da população local ao lhes ofertar os alimentos necessários que eram passados através das janelas.

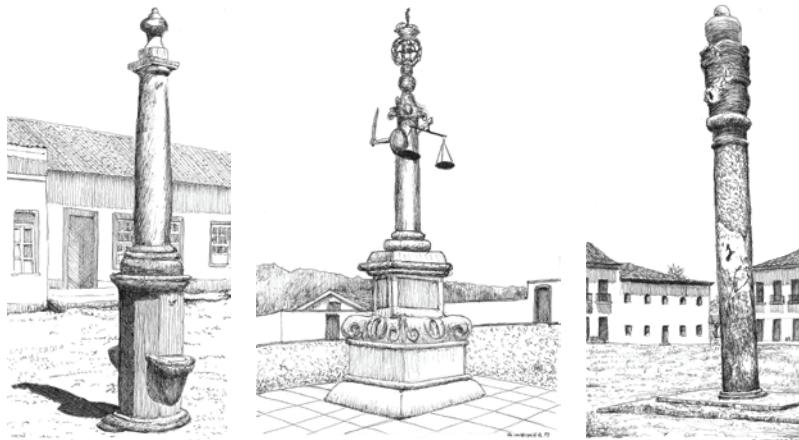


Figura 298: Pelourinho de São João del Rei.

Figura 299: Pelourinho de Mariana.

Figura 300: Pelourinho de Alcântara, Maranhão.

Talvez a expressão mais característica dessa busca da segurança através da monumentalidade tenha sido o palácio governamental da Vila Rica, projeto de José Francisco Pinto Alpoim, o qual não seguiu os modelos correntes para este tipo de programa para adotar, em sua base, forma tradicional de fortalezas portuguesas (figura 301).



Figura 301: Palácio do Governo em Vila Rica, projeto de José Fernandes Pinto Alpoim, de 1741.

Esse projeto foi concebido em 1741, juntamente com o da Câmara e Cadeia²⁷. É interessante assinalar que estes dois prédios foram construídos numa praça que passou a se

26 Devido aos abusos praticados contra os negros, os pelourinhos foram destruídos ou danificados em grande número, por ocasião da abolição da escravidão. É claro que os pelourinhos não podiam ser culpados pelos desmandos praticados, mas eles haviam se tornado símbolos da violência e dos suplícios impostos aos condenados. Efetivamente, eram erigidos como símbolo do poder real, e inaugurados com pompa e com a presença de um preposto governamental sempre que os povoados eram elevados à condição de "vila". Ao que nos consta, os três pelourinhos representados nas figuras 298, 299 e 300 são os únicos que sobreviveram à onda iconoclasta. O que está nas condições mais precárias é o de Alcântara, descoberto por acaso ao ser escavado o terreno da praça central da vila.

27 SOUZA, Wladimir Alves de. *Guia dos Bens Tomados Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985, p. 234.

constituir como o centro da vila onde, contrariando a tradição lusitana, não foi construída a igreja matriz, nem mesmo qualquer igreja, posto que essas já haviam sido construídas anteriormente em “arraiais”. Nesta ocasião, o rei ainda era Dom João V, o que mostra que as tensões entre a Igreja e o Estado já haviam começado a aflorar e se tornariam agudas depois da coroação de Dom José I quando o Marquês de Pombal assumiu o cargo de primeiro ministro. A partir de então, foi estabelecida a diretriz de separar, espacialmente, o poder temporal do religioso. Isso significa que o projeto desta praça, hoje denominada de Tiradentes (figura 302), constituiu-se em uma experiência precoce desta dicotomia. Tanto isso é verdade, que nela não se encontra qualquer edificação religiosa e a sede do bispado foi estabelecida em Mariana (figura 303), que ficava a alguns quilômetros da capital. Mais do que isso: o prédio da Casa de Câmara e da Cadeia não apresenta características que poderiam ser identificadas com uma expressão religiosa, mas de uma residência senhorial.

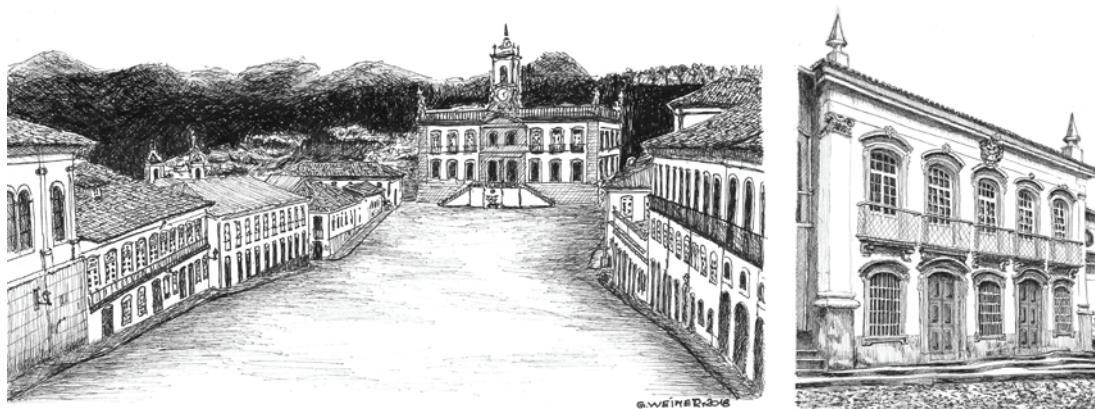


Figura 302: Praça Tiradentes, em Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, vista desde o palácio do governo.

Figura 303: Casa Capitular, sede do bispado, em Mariana (hoje, Museu Arquidiocesano), com início da construção em 1770 e conclusão em inícios do século XIX. Autoria desconhecida.

No que se refere ao projeto de Casa da Câmara e Cadeia, a proposta de Alpoim não chegou a ser implantada devido ao fato de que o governador das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, foi transferido ao Rio de Janeiro para ocupar o posto de Governador Geral, e o corpo técnico que o assessorava na Gerais o acompanhou na transferência. Na ocasião, Dom João V estava empenhado na construção de diversas obras em Portugal (Convento de Mafra, aqueduto de Águas Livres, Capela de São João Batista, etc.), razão pela qual a construção da Casas de Câmara e Cadeia foi adiada até 1784, quando o novo governador Luiz da Cunha Menezes trouxe um “risco novo”, o qual fora desenhado por Manuel Ribeiro Guimarães. O projeto não se coaduna com os procedimentos adotados na Colônia e se apóia em regras adotadas em Portugal. Embora o piso térreo tenha sido reservado quase integralmente para prisões, estas eram acessadas por portas, com dispensa de alçapões. A altura do embasamento das fundações impossibilitava a comunicação direta da população civil com os presos, com o fim de lhes passar alimentos (figura 304), visto que a alimentação dos presos dependia da caridade pública. Disso, deduz-se que o autor do projeto, intencionalmente, retomou procedimentos vigentes na Metrópole em detrimento dos costumes locais. Outro indicativo desta postura decorre de ter sido empregada uma

balaustrada no coroamento das fachadas, o que denota o início das influências francesas na arquitetura portuguesa.

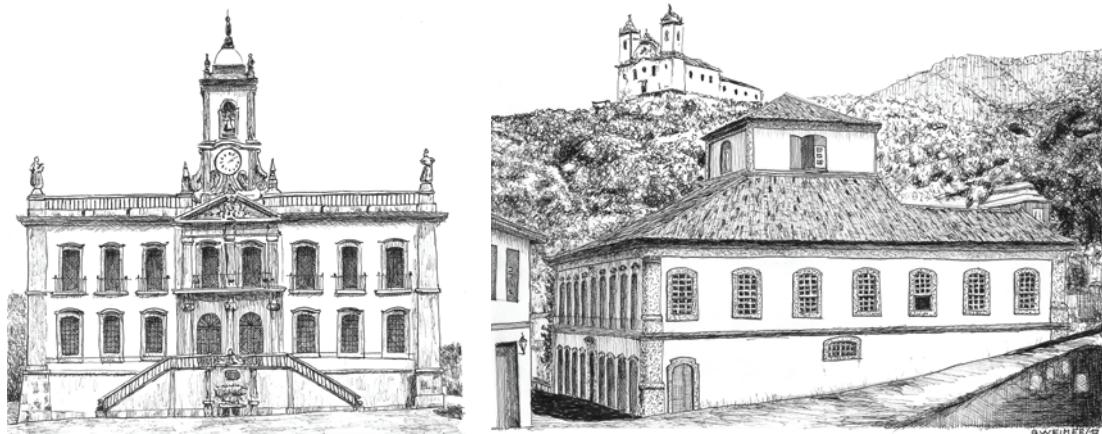


Figura 304: Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica (Ouro Preto), projeto de Manuel Ribeiro Guimarães, realizado em 1784.

Figura 305: Casa dos Contos, prédio que servia para a fazenda e cunhagem de moedas, foi originalmente construída para residência. A adequação às finalidades do fisco foi terminada em 1787.

Outra construção de alta importância foi o prédio da Junta Real da Fazenda onde era fundido o ouro em pó na forma de barras. Ao ser fundido, era cobrado o imposto de um quinto do peso total. Portanto, funcionava como centro de arrecadação. Lá também eram cunhadas moedas. Originalmente, o prédio era a residência de João Rodrigues de Macedo, mas ele foi incorporado à fazenda pública como pagamento de dívidas para com o fisco. Apesar de ter recebido a denominação popular de Casa dos Contos, trata-se de um exemplar prédio residencial da alta hierarquia social (figura 305).

Em se tratando de uma região interiorana, protegida de agressões externas, não havia necessidade de construção de fortificações. Em razão disso, o trabalho dos arquitetos militares foi redirecionado à produção de obras religiosas e civis, enquanto o papel de defensor da ideologia oficial continuou a ser desempenhado pela Igreja. Por isso, foram-lhe disponibilizados generosos recursos financeiros. Em decorrência, as igrejas têm sido apresentadas como as mais expressivas características da arquitetura das Minas Gerais, apesar de apresentarem, em geral, dimensões relativamente reduzidas, visto que atendiam a demandas da população de um arraial. Devido a isso, esta produção foi objeto de numerosos estudos, e o IPHAN apoiou uma intensa busca na documentação da época, do mesmo modo como foi campeão na restauração e conservação destes prédios. Porém, parece que até o presente ainda não foram bem esclarecidas algumas questões, como as influências externas destes prédios advindos da passagem do barroco para o rococó de possível inspiração na arquitetura bávara, a alta qualificação plástica de sua produção que não passou pelo crivo de arquitetos de formação requintada e que, mesmo assim, tornaram-se produtores de obras primorosas, com um destaque especial à enigmática figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Como representante de sua diversificada obra em escultura e arquitetura, cumpre registrar sua obra arquitetônica mais festejada, a Igreja de São Francisco de Assis, que o povo apelidou de São Chico de Baixo (figura 306).



Figura 306: Igreja de São Francisco de Assis, de 1766, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, que também contou com a participação nas pinturas internas do festejado pintor Manuel da Costa Ataíde.

Acerca da evolução das obras mais expressivas da arquitetura religiosa ainda foram publicados numerosos estudos, o que tornaria redundante insistir neste tema. Todavia, parece ser pertinente focar nas poucas manifestações populares estudadas. As primeiras construções, devido a sua precariedade, já desapareceram. Podemos imaginar que tivessem sido capelas de pedra argamassadas com barro e cobertas de palha, uma em cada arraial. A julgar pelas capelas mais antigas, seriam construções de nave única, sem capela-mor e com um simples altar sobre o qual era colocada a imagem do orago, o santo de veneração da comunidade. Suas dimensões reduzidas talvez não comportassem todos os fiéis em dias de festa, ocasião em que os oficiantes presidiam as cerimônias na frente das capelas, como foi visto ter sido o costume em Portugal.

Com a consolidação dos assentamentos, possivelmente, estas capelinhas devem ter sido substituídas por construções mais duradouras, devendo receber um nicho para albergar a imagem do orago ou uma extensão da capela para receber um altar onde um retábulo esculpido servia de ornato para entronizar a imagem venerada. O certo é que o respectivo nicho evoluiu para uma capela-mor, espacialmente separada da nave por um arco cruzeiro.

A seguir, uma sacristia foi acrescentada ao lado da capela-mor, onde eram guardados os paramentos ceremoniais, e uma pia servia para as ablucções dos padres e a limpeza do vasilhame do ceremonial. Além disso, a sacristia também servia para guardar bandeiras, andores e objetos ceremoniais (figura 308).

Para valorizar, espacialmente, a capela-mor, ela era acessada por alguns degraus e um púlpito, à pregação, era colocado num dos lados da nave. Para melhorar as condições da pregação, o púlpito passou a ser transferido para o meio da nave com um acesso por trás da parede. Dois púlpitos, um em cada lado, favorecia a imponência de cerimônia: um para a pregação e outro para a leitura dos textos sagrados²⁸. Um acréscimo de um coro sobre

28 O da direita de quem entra era denominado da Epístola e o da esquerda, do Evangelho.

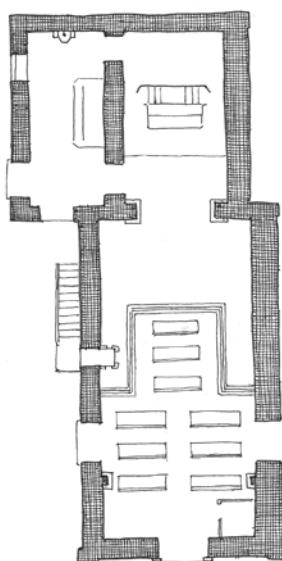
a entrada permitia abrigar um conjunto vocal ou servir de guarida para os maiorais do arraial como forma de segurança. Seu acesso era feito por uma íngreme escada, em geral, localizado no lado direito de quem entra, dito “da Epistola”. A abertura de duas ou mais janelas servia para iluminar o coro e para dinamizar a composição da fachada. O acréscimo de altares laterais aumentava a suntuosidade do espaço, especialmente, quando eram colocados num nível mais alto do que o do centro da nave. A instalação de um cercado para proteger os altares aumentava a distância entre santos e fiéis, o que era compensado com o aumento da imponência dos retábulos.

Com tudo isso, estas capelas serviam mais para a ostentação do que para a prática religiosa. Tanto isso é verdade, que a maior parte do espaço interno não era acessado pelo público, previsto para um máximo de trinta pessoas sentadas com o eventual acréscimo de mais alguns acentos no coro (figura 308).

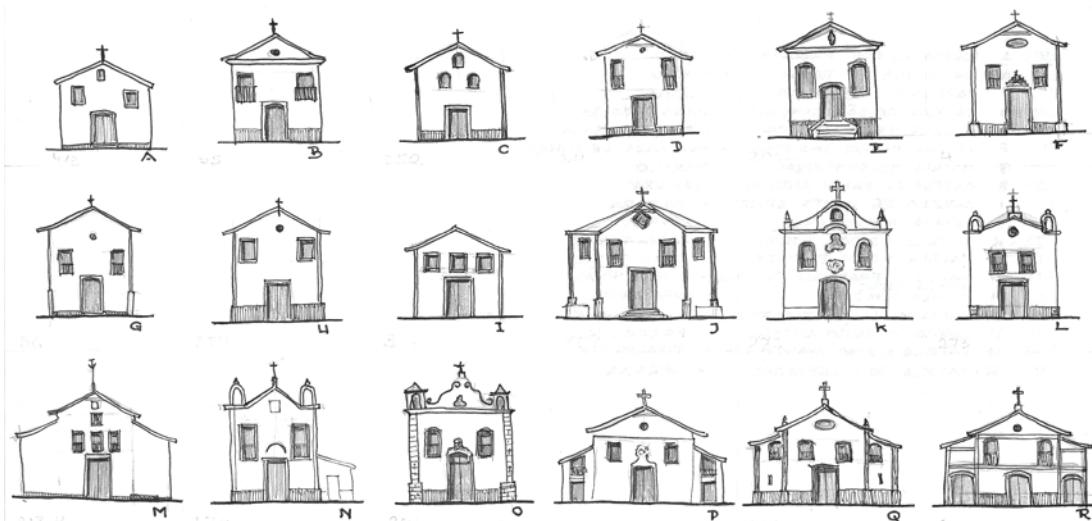


Figura 307: Capela de Padre Faria, Ouro Preto.

Figura 308: Planta baixa da capela de Padre Faria.



Como a história, tradicionalmente, tem valorizado obras mais imponentes, é fácil de entender que os estudos e a documentação têm privilegiado matrizes e igrejas das elites. A divisão territorial em arraiais, no entanto, favoreceu, em significativo número, a construção de capelas e de pequenas igrejas. Elas têm sido caracterizadas como tendo uma fachada quadrada com um frontão triangular sobreposto e com três aberturas (duas janelas e uma porta), formando um triângulo equilátero. Esta, no entanto, é uma simplificação exagerada. Dentre quarenta capelas tombadas pelo Serviço do Patrimônio na região mineira, foi possível distinguir uma variedade tipológica bem maior: a) as destituídas de torre sineira (figura 309), b) as de torre sineira centrada (figura 310), c) as de torre sineira lateral (figura 311) e d) as de duas torres (figura 312). Como pode ser visto nestes esquemas ilustrativos, cada um destes tipos apresenta um número maior ou menor de variedades. No conjunto, não encontramos dois exemplares iguais. Isso mostra que, apesar da simplicidade, seus arquitetos apresentavam um espírito criativo bem marcado, ao contrário do que as teorias convencionais sobre arquitetura popular tentam negar.



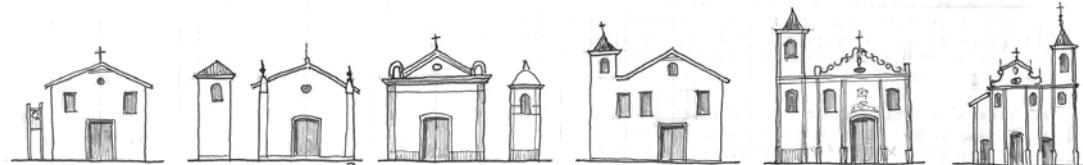
Legenda: A - Igreja dos Prazeres, em Serra; B - Igreja do Rosário, em Berilo; C - Capela do Rosário, em Sabará; D - Capela de São Gonçalo, em Minas Novas; E - Capela de N. S. da Conceição, em Matias Barbosa; F - Igreja Matriz de São José, em Alvorada de Minas; G - Matriz de N. S. da Conceição, em Berilo; H - Capela de Santo Antônio, em Sabará; I - Capela de Santa Efigênia, em Sabará; J - Igreja de N. S. do Rosário, em Lavras; k - Capela de N. S. das Dores, em Ouro Preto; L - Capela de N. S. de Piedade, em Minas Novas; M - Igreja Matriz de São Francisco de Assis, em Minas Novas; N - Capela de Bom Jesus, em Ouro Preto; O - Igreja Matriz de Santo Antônio, em Miguel Leme; P - Igreja de Santo Antônio, em Paracatu; Q - Capela de São João Evangelista, em Tiradentes e R - Capela de São Sebastião, em Araxá.

Figura 309: Esquema da variedade das fachadas de algumas capelas e igrejas mineiras sem torre.



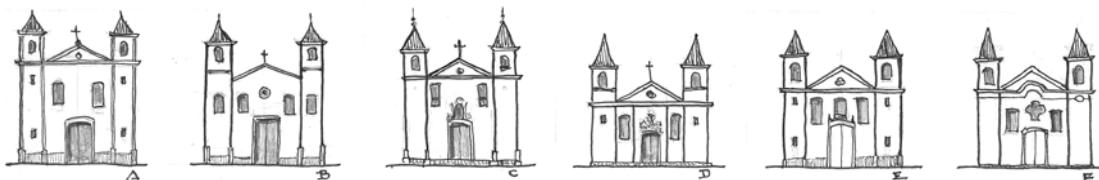
Legenda: A - Igreja Matriz de Santa Cruz, em Chapada do Norte; B - Igreja do Senhor Bom Jesus, em Couto Magalhães; C - Igreja Matriz de N. S. da Conceição, em Couto de Magalhães; D - Igreja de N. S. do Amparo, em Diamantina; E - Igreja de N. S. da Assunção, em Sabará; F - Igreja de N.S. das Mercês, em Mariana; G - Igreja de Sant'Ana, em Barão de Cocais; H - Igreja de N. S. dos Anjos, em Mariana; I - Igreja de São José, em Nova Era; J - Igreja de N. S. do Rosário dos Pretos, em Conceição do Mato A Dentro; K - Capela de Sant'Ana, em Mariana; e L- Capela de N. S. do O, em Sabará

Figura 310: Esquema da variedade das fachadas de algumas capelas e igrejas mineiras com torres centradas.



Legenda: A - Igreja de N. S. do Rosário, em Chapada do Norte; B - Capela de Sant'Ana, em Ouro Preto; C - Capela de S. Sebastião, em Ouro Preto; D - Capela do Bom Jesus da Lapa, em Chapada do Norte; E - Igreja de São Francisco de Assis, em Diamantina; e F - Igreja de N. S. do Rosário, em Diamantina. Ver também a Capela do Padre Faria, em Ouro Preto (figura 308) e a Igreja do Senhor do Bonfim, em S. João del Rei (figura 318).

Figura 311: Esquema da variedade de fachadas de algumas capelas e igrejas mineiras com torre (ou sineira) lateral.



Legenda: A- Igreja de N. S. das Mercês, em Sabará; B- do Bom Jesus do Matosinho, em Serro; C- Igreja Matriz de N. S. de Nazaré, em Mariana; D- Igreja de N. S. do Rosário, em Santa Rita Durão, Mariana; E- Igreja de N. S. de Nazaré, em Caeté e F- Igreja de N. S. da Conceição, em Conceição do Mato a Dentro.

Figura 312: Esquema da variedade de fachadas de algumas igrejas mineiras com duas torres laterais.

As manifestações da fé religiosa com a realização de pomposas procissões pelas vias públicas ensejavam a construção de numerosas capelas de dimensões ainda menores, destinadas a celebrar os passos da paixão do Cristo. Inspirado nas monumentais escadarias de acesso ao santuário do Bom Jesus, da cidade de Braga, ou de Nossa Senhora da Penada, o santuário de Bom Jesus de Matosinhos tem sido muito festejado devido aos conjuntos de esculturas de Antônio Francisco Lisboa e, por isso mesmo, elas têm sido enquadradas nos capítulos da arquitetura erudita. No entanto, obras bem mais modestas que se espalham por toda a região da mineração, como Ouro Preto, Sabará, Tiradentes, São João del Rei, apresentam grande qualidade arquitetônica. Devido a seu exíguo tamanho, talvez fosse mais conveniente qualificá-las como simples oratórios. Seu uso era muito restrito: só eram abertas uma vez ao ano, durante as procissões da Paixão de Cristo (figuras 313 a 316).

244

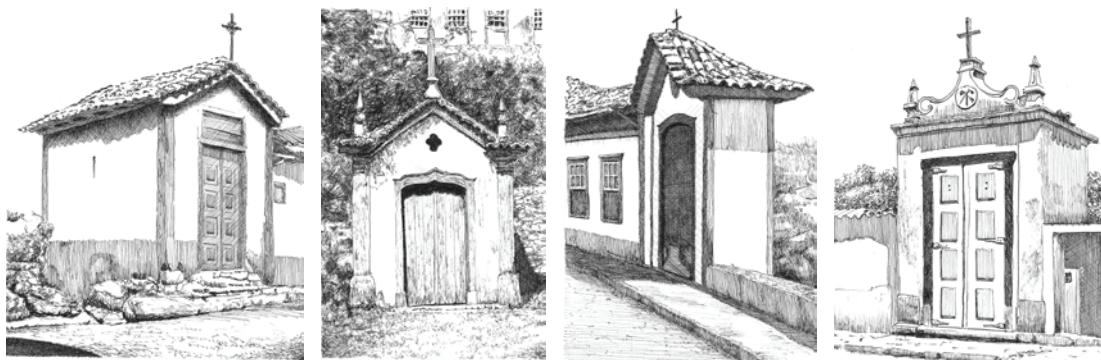


Figura 313: Passo da Ponte Seca, Ouro Preto.

Figura 314: Passo da Ponte, Ouro Preto, Minas Gerais.

Figura 315: Passo da Rua São José, Ouro Preto.

Figura 316: Passo em Tiradentes.

Uma característica peculiar da arquitetura eclesiástica decorreu das tensões surgidas entre o Estado e as Ordens Religiosas sob o governo do Marquês do Pombal. Como elas haviam adquirido muito poder no decorrer da evolução histórica, o poder civil português entrou em confronto direto com as mesmas. Na disputa pelo poder, o Primeiro Ministro baixou diretrizes no sentido de separar praças “civis” (onde seriam construídos prédios administrativos do poder civil) das praças “religiosas”. Este problema interno de Portugal acabou por ser transferido para o Brasil. Nas cidades mineiras, as tensões entre os poderes civil e eclesiástico se manifestaram de forma ainda mais radicais à medida que ordens religiosas foram proibidas de se estabelecer naquele território, e os padres apenas podiam

passar pelo território por um tempo limitado, desde que fossem autorizados para tanto e mediante expedição de passaporte específico, de validade temporária. Disso, resultou que todas as instalações religiosas fossem administradas por Ordens Terceiras. À medida que a presença da Igreja era relativizada mesmo diante de uma profunda afeição às práticas religiosas por parte da população, a liberdade da concepção de igrejas e capelas favoreceu a criatividade, como foi visto anteriormente e pode ser confirmado nas figuras seguintes.

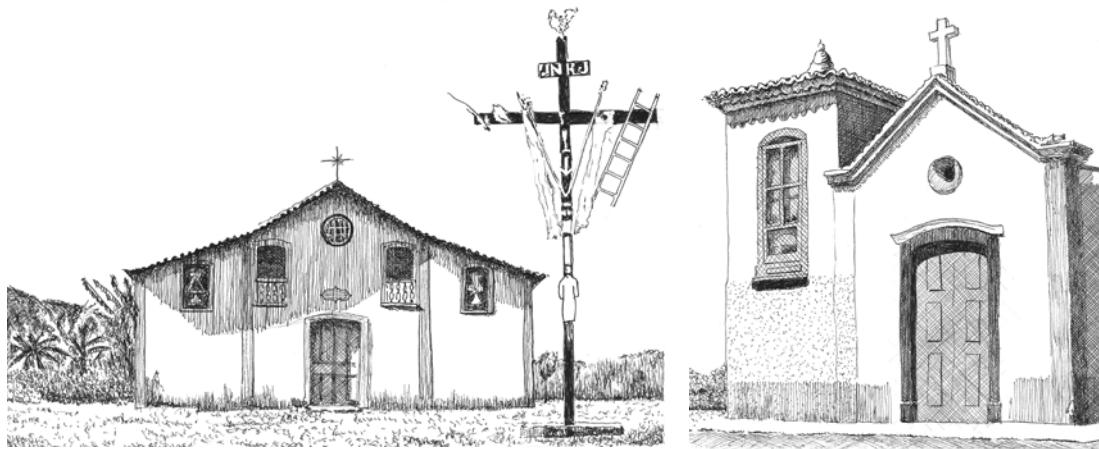


Figura 317: Igreja de São Francisco de Paula, em Tiradentes.

Figura 318: Igreja do Senhor do Bonfim, São João del Rei.

Uma peculiaridade da sociedade mineira foi a de que, ao contrário do restante da colônia, em que a Igreja era responsável pela (precária) educação da juventude, em Minas Gerais, a educação ficou por conta do ensino doméstico. A causa principal foi a proibição do estabelecimento das ordens religiosas, caracterizada pela modéstia de seus resultados. Se, no restante da colônia, a educação era precária e piorou após a expulsão dos jesuítas, em 1759, na região mineira, a situação era pior ainda. A exceção se limitava às famílias mais abastadas que tinham condições de mandar seus filhos estudar em Portugal, de onde muitos voltaram formados em direito na Universidade de Coimbra, que era o curso mais procurado.

A referida situação só foi revertida após a fuga da Família Real para o Brasil, quando foram fundados os primeiros cursos superiores “civis” que viriam a complementar os diversos cursos de formação de militares já existentes na Colônia.

A par dos cursos militares, houve uma experiência pouco referida na literatura específica brasileira que, dado a precariedade geral da educação²⁹, foi de grande importância

²⁹ Talvez a mais perversa política portuguesa referente à dominação colonial foi o desprezo que era dado à educação. Gerações e mais gerações de analfabetos foram mais fáceis de serem administrados do que pessoas educadas. A educação era delegada às instituições religiosas que, como é sabido, dependiam do governo português e, como tal, não passavam de funcionários a serviço de Lisboa e não do Vaticano. Desta condição, só escaparam os jesuítas, aos quais deve ser dado o mérito de terem sido os maiores sustentáculos da educação no período colonial. Seus objetivos eram salvar as almas dos pecadores e, para isso, em seu ensino enfatizavam a teologia, a oratória e a língua latina. Entre outras razões, esta conduta ética incomodava o governo civil português que almejava um clero submisso e manipulável através do padroado que o papa concedera à realeza portuguesa e, por isso mesmo, via nos padres da Companhia um estorvo ao contrário das demais ordens existentes no país. As crescentes tensões entre o clero e o governo civil levou à expulsão dos inacianos de todo o território lusitano, em 1759, a exemplo do que acontecera três anos antes em território castelhano. Embora a demanda por educação fosse precária e alienada dos problemas mais imediatos, a expulsão dos educadores deixou atrás de si um vácuo que, involuntariamente, acabou por ser preenchido pelos profissionais vindos da Europa e pelos formados pelas escolas militares coloniais.

no panorama nacional. Consta que, por volta de 1770, em Minas Gerais, surgiu uma figura mística conhecida como Irmão Lourenço de Nossa Senhora, que teria adquirido uma sesmaria na região do Caraça, na Serra do Espinhaço. Segundo a tradição, ele teria sido o último sobrevivente da família Távora, perseguida pelo Marquês de Pombal. Em 1791, ele teria criado uma irmandade com o nome de Nossa Senhora Mãe dos Homens e construído um santuário com uma hospedaria em sua propriedade, a qual recebia peregrinos para fins de instrução religiosa (figura 319).



Figura 319: O Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por volta de 1780.

Antes de falecer, em 1819, portanto, a vésperas da proclamação da independência, fez a doação de seus bens à Fazenda Real e, no ano seguinte, foi criada uma escola de ensino médio que recebeu a denominação de Educandário do Caraça por estar estabelecido na serra de mesmo nome. Na ocasião, foi feita uma profunda ampliação das instalações para adaptá-las às novas funções. Foi então que a antiga capela foi demolida e substituída por uma igreja neogótica, que se constituiu numa das primeiras manifestações da nova linguagem estilística no país (figura 320)³⁰. Dada à carência de outras instituições congêneres na região, nela se formou a intelectualidade regional, dentro da qual se contam presidentes da República, políticos, profissionais liberais e militares de relevo, tanto do Império como da Primeira República.



Figura 320: O Educandário do Caraça, na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, depois de sua reforma nos inícios do período imperial, quando a igreja original foi substituída por uma neogótica.

³⁰ Pela mesma época também tivemos algumas esporádicas realizações nesta linguagem no Rio de Janeiro como atestam algumas aquarelas e desenhos de Debret.

Nos tratados oficiais da história da arquitetura, são privilegiadas as matrizes, os prédios governamentais e os palacetes das autoridades coloniais (figuras 301 e 304). Obviamente, essas não foram as realizações pioneiras. Os primeiros prédios foram construídos pelos primeiros povoadores, constituídos, majoritariamente, por aventureiros. Segundo Sylvio de Vasconcelos:

Vieram homens das mais diversas procedências e raças: paulistas afeitos à vida rude, experimentados no sertão e caça do índio, brasileiros do norte, boiadeiros, vadios do litoral, ciganos, judeus e cristãos-novos, uns prontos para a guerra e para a desobediência. De outro lado, seriam pouco acomodados os portugueses que para cá se aventuraram, deixando na terra os mais tímidos e prudentes; calejados, muitos, nas lides do mar, no comércio com o Oriente e nas guerras em que se vinha emprenhando a Metrópole.³¹

Segundo o referido autor, da confluência de culturas e saberes tão variados teria se forjado o surgimento de uma autêntica arquitetura brasileira, livre das imposições da Metrópole. Esse conceito é muito questionável por encerrar o desprezo por dois séculos de realizações arquitetônicas na Colônia³². No período, já havia processado interações nos mais diversos níveis entre os formadores da população brasileira. Além disso, na relação dos componentes humanos apresentada por S. Vasconcelos, foram excluídos os indígenas e os negros. Segundo o autor, os primeiros eram “indolentes por natureza, ferozes alguns e, em geral, resistentes aos duros trabalhos das extrações, não seria proveitosa a sua utilização³³”, e os “homens de cor” “também influiriam na formação da sociedade local, aumentando suas tendências desordeiras ou supersticiosas (...)³⁴”. Sobretudo, esses odiosos preconceitos racistas não impediram a geração de uma extensa mestiçagem das escravizadas com a elite tida por branca nem mesmo utilização de técnicas construtivas africanas e nativas na conformação ambiental e construtiva da Colônia.

Sob o ponto de vista estritamente arquitetônico, surge outro problema que coloca dúvidas sobre o primado da “brasiliidade” da arquitetura mineira. O estabelecimento de assentamentos humanos em terras interioranas e distantes de eventuais ataques externos, além do território bastante acidentado e rochoso, deveria engendrar a construção de obras isoladas (figura 321) que – a bem da verdade – efetivamente, existiram, mas foi dada prioridade a construções geminadas. E isso remete à tradição portuguesa. Portanto, se os

31 VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 33-34.

32 Por trás desta teoria parece se esconder a longa e pouco profícua disputa acerca da “superioridade” das elites regionais na formação da nacionalidade. Gilberto Freyre tentou demonstrar que a prioridade pertencia aos nordestinos apoiados na economia do açúcar. Em oposição, os paulistas contra-atacaram com a valoração das incursões dos bandeirantes para o interior, na pregação do indígena, supostamente, para revender aos engenhos como mão de obra escravizada, fato atualmente superado, pois é sabido que os silvícolas eram aproveitados na agricultura de São Paulo. A estas duas teses, opunham-se os cariocas por julgarem que ser Rio de Janeiro o centro administrativo da Colônia e, portanto, lhes cabia a prioridade cultural da Nação. Dentro deste entrevero, Sylvio de Vasconcelos surgiu como uma quarta alternativa ao propor a contribuição dos mineiros como vanguarda da nacionalidade apoiados no alto significado da produção mineradora. A nós, parece-nos que cada uma destas interpretações tem a sua de validade, mas seria muito pretensioso que as respectivas contribuições fossem mais importantes do que as demais. Tampouco julgamos que as contribuições das demais capitâncias tivessem um valor subalterno na formação da nacionalidade.

33 *Idem, ibidem*, p. 34.

34 *Idem, ibidem*, p. 38.

primeiros ocupantes foram os paulistas, seria de esperar que trouxessem seus conceitos de habitação. Todavia, em não encontrando terras favoráveis à construção da taipa de pilão que cultivavam há mais de um século e meio, optaram por construções de alvenaria de pedra. Pelos dados disponíveis, percebe-se que partidos gerais paulistas, se foram constatados, seu número foi tão reduzido que não passou de pouquíssimos exemplares (figura 322), o que reduz em muito o seu significado.



Figura 321: Casario de Lavras Novas, Minas Gerais, com uma casa de meia morada, à esquerda, e uma de três quartos de morada, à direita.

Figura 322: Planta de Fazenda do Manso³⁵, na qual se percebe a origem paulista.

A questão que nos parece ser fundamental neste contexto foi a tomada da região pelas forças portuguesas. O estabelecimento na região de um governo reinol que tratou logo de expulsar os “brasileiros” que poderiam colocar em xeque suas autoridades, veio acompanhado de uma valorização dos preceitos vigentes na metrópole. No sentido da afirmação de uma nacionalidade, o estabelecimento destas autoridades significou um retrocesso ou, pelo menos, um redirecionamento de ênfase no rumo das origens ibéricas. O verso da mesma moeda é o fato de que as condições socioambientais e econômicas divergiam das da metrópole, o que viria em apoio da tese da autonomia da evolução arquitetônica colonial. Dentro desta contradição, onde estaria a verdade?

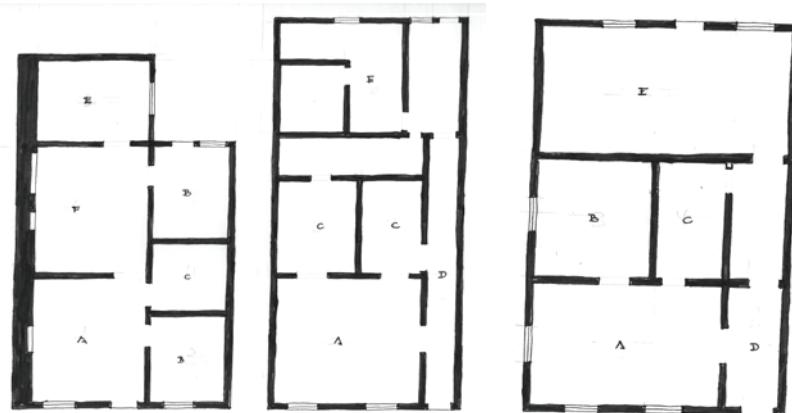
As primeiras habitações denominadas de “ranchos”, possivelmente, fossem de barro (taipa) revestindo um pano de galhos entrelaçados (taipa de sebe). Seu desaparecimento deve ser depositado na conta da precariedade dos materiais empregados, o que explica encontrarmos apenas algumas ruínas de fundações de pedra, permitindo fazer uma recomposição de suas plantas. Eram construções de um espaço interno único, segundo Sylvio de Vasconcelos, de cerca de 15 m², com uma porta e uma janela. Dada a extrema simplicidade desta organização, suas semelhanças com obras congêneres portuguesas são evidentes, como não podia deixar de ser.

O emprego de materiais diferentes permite identificar acréscimos posteriores de outros compartimentos, formando uma tipologia denominada de “casas dos morros” por S. Vasconcelos. O acréscimo de paredes divisórias internas teria permitido identificar espaços específicos como dormitório, sala e cozinha.

35 Idem, *ibidem*, p. 130.

O passo seguinte desta evolução teria sido o surgimento de moradias com um número maior de peças, destacando-se a inclusão de alcovas. A contemplação de uma varanda na parte fronteira da casa tanto pode ser interpretada como a permanência da arquitetura bandeirista quanto da portuguesa. Segundo S. Vasconcelos, estas seriam as “casas de arrabalde”³⁶ (figura 322).

Outra forma de organização do espaço habitacional seria a “casa urbana térrea”. Em plantas assemelhadas às das “casas de arrabalde”, diferenciavam-se delas por estarem premidas entre as limitações das divisas do terreno, apresentando uma composição alongada no sentido da profundidade do lote com uma sala na frente e uma cozinha atrás. Os demais espaços eram contidos por estes extremos e um corredor, peça que “constituía a dinâmica das plantas”. Ele não só estabelecia a ligação entre as várias peças da casa como também a via pública com os quintais³⁷ (figura 323).



Legenda: A - Sala; B - Quarto; C - Alcova; D - Corredor; E - Serviços; F - Comedor.

Figura 323: Três plantas baixas tipo de casas urbanas, segundo Sylvio de Vasconcellos.

Por isso, causa certa surpresa o fato de que a preferência recaiu sobre a construção de casas geminadas, onde os vizinhos compartilhavam as despesas da construção das paredes lindeiras, sobre as divisas dos lotes. Assim, ambos podiam aproveitar a mesma parede para apoiar a estrutura transversal dos telhados de suas respectivas moradias³⁸. Seria esse um procedimento derivado de necessidades econômicas? Em terras de diamantes e ouro? Difícil de acreditar! Por certo, tal opção tem muito mais a ver com a tradição lusitana. É claro que a forma livre (caótica, segundo alguns) como foi feita a ocupação do terreno e a insegurança resultante da apropriação das riquezas minerais pelas autoridades portuguesas, por via da força, levou a uma necessidade de apoio solidário entre a vizinhança. Porém, mesmo depois de estabelecidas as autoridades reinóis, esse programa continuou a ser praticado, o que demonstra que não era a segurança o único fator a engendrar este partido. Logo, parece ser bem mais provável que a manutenção

36 Esta não parece ser uma denominação feliz, posto que o termo “arrabalde” remete ao entendimento da existência de um bairro mais ou menos distante. Por influência da tradição portuguesa, os diversos trechos em que foram divididas as margens dos riachos auríferos foram denominados de “arraias”, em razão do que parece ser mais correto chamar esta variante de “casa de arraial”.

37 VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 133.

38 Técnica conhecida como “construção por meia”.

deste partido fosse o fruto da conservação de uma tradição milenar trazida pelos berberes (mouros) do norte da África à Península e desembarcado aqui com os conquistadores no continente americano. Noutros termos, isso significa que valeu para toda a Colônia, e não apenas para Minas Gerais. Para que se estabelecesse esta unidade arquitetônica em todo o território – a despeito da existência de algumas variantes regionais, como será visto adiante – contribuíram vários fatores como a homogeneidade decorrente da presença dos nativos interagindo com as mesma corrente imigratória, a mesma organização social, à semelhança do sistema produtivo, à similitude das condições climáticas, sem esquecer a maiúscula importância das vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas.

Feita tal constatação, cumpre examinar a extensão das semelhanças e/ou diferenças apresentada pelas realizações arquitetônicas daquele período. Esta não é uma tarefa fácil devido à precariedade das fontes que, em regra, estavam mais ocupadas em registrar as obras monumentais em detrimento das de caráter popular, ao mesmo tempo em que a precariedade dos processos construtivo e, principalmente, a virulência com que vem sendo implementada a modernização, colocou por terra a maior parte da produção arquitetônica daquela época. Mesmo assim, as novas orientações da economia e da política fizeram com que se abandonassem algumas vilas e cidades na mudança de capitais, a obsolescência de determinadas formas de produção, como a dos engenhos de açúcar, o esgotamento das minas auríferas, a falta de adaptação de sistemas produtivos, etc.. Seja na forma de ruínas, de conservação precária ou de ações de efetiva conservação, fornecem-nos elementos valiosos para o nosso estudo.

A questão do estilo

Antes de prosseguir na análise da arquitetura deste século, parece-nos ser importante fazer um intervalo para examinar uma questão bastante complexa no que se refere à evolução dos estilos. No período colonial brasileiro, a linguagem hegemônica da Europa era o barroco que tem sido cantado em prosa e verso pela história oficial da arquitetura brasileira. Acontece, porém, que essa linguagem se caracteriza pela acentuada elaboração formal de seus elementos constituintes. No Brasil, tais conceitos se aplicam muito bem às construções mais representativas como igrejas (figura 306), palácios e palacetes (figuras 304, 305 e 306); e vale, especialmente, para a estatuária e retábulos vindos de Portugal. Porém, quando se trata de obras menos dependentes dos centros de poder, torna-se difícil aplicar este qualificativo devido à singeleza de suas composições resultante da escassez de recursos, da simplicidade das relações sociais ou da limitação dos horizontes culturais. Assim mesmo, como foi visto anteriormente, a presença marcante das autoridades portuguesas nas Minas Gerais não serviu de impedimento ao emprego de formas mais simplificadas nas igrejas e capelas da região. Para Alberto Sousa³⁹, a razão desta simplicidade decorria da permanência da linguagem clássica ao longo de todo o

39 SOUSA, A. *A progénie brasileira de uma fachada da renascença*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017, passim.

período colonial. A tomar-se, por verdadeira, esta interpretação deve ser acrescentada que os cânones clássicos foram tomados com grande liberalidade, posto que a variedade das soluções foi muito grande e, dificilmente, pode ser notada uma aproximação mais estreita com o modelo primordial, que seria a ermida de Nossa Senhora da Conceição em Tomar, Portugal. Em nosso entender – o que, em princípio, não se opõe às conclusões de Sousa – perece-nos que esta singeleza das composições arquitetônicas se constituem numa evolução do saber popular, certamente, por influência da arquitetura erudita. Noutros termos, o classicismo foi trazido para o Brasil, o qual tomou um rumo próprio ditado pelas condições socioeconômicas da Colônia.

De longa data, esta linguagem vem sendo definida como “colonial”. Porém, essa qualificação tem encontrado críticas no sentido de que, na história da arquitetura europeia, não existe esta corrente. Isso nem poderia ser diferente, visto que lá o conceito “colonial” tem um significado completamente diferente. José Mariano F.^o procurou uma alternativa ao denominar esta linguagem de “tradicional”⁴⁰. Essa também não nos parece ser uma denominação feliz pelo fato de não especificar a tradição a que se refere. Por tais razões, o termo “colonial” parece ser o mais apropriado ainda que deve ser feita uma ressalva, já que esta linguagem continuou a ser usada pelo peso da tradição durante o período Imperial.

A arquitetura religiosa

Em decorrência da nova estruturação da produção açucareira, ocorreu o abandono de engenhos deficitários e o surgimento de novos engenhos de menores dimensões e, certamente, de maior produtividade. Curioso é o fato de que os abandonados foram se transformando em ruínas, porém as capelas acabaram por serem mantidas pela população. Isso pode causar algumas surpresas. Quando se viaja pelo sertão, seguidamente encontramos igrejas ou capelas isoladas em meio ao descampado e sem qualquer outra construção nas proximidades. Mesmo assim, é evidente que há um cuidado em preservar a edificação e suas alfaias (figura 324).



Figura 324: Capela do antigo Engenho da Penha, em Riachuelo, Sergipe.

⁴⁰ MARIANO FILHO, José. *Influências muçulmanas na Arquitetura Tradicional Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d., p. 10 e seguintes. O autor atribuiu características próprias da arquitetura colonial brasileira que, em seu entender, diferenciavam-na da portuguesa. O Professor Júlio N. Barros de Curtis intitulou uma de suas obras “Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil” (Porto Alegre, Ritter dos Reis, 2003), sem, no entanto, se deter no significado que atribui ao conceito “tradicional”.

A melhor interpretação deste fenômeno encontrado parece ser o temor dos sertanejos de uma eventual vingança do orago em caso de desleixo de sua “morada”. Por isso, deve ter se criado alguma distribuição de responsabilidades referente à manutenção do templo, entre os moradores afastados.

Dado à nova conjuntura da economia, especialmente, com a valorização das Minas em detrimento da produção do açúcar, o incremento maior foi a da construção de capelas em lugar das igrejas, as quais foram surgindo sob as mais variadas motivações (figuras 325, 326, 327 e 328).



Figura 325 : Capela de São Roque, Sirinhaém, Pernambuco.

Figura 326: Capela de São José do Jenipapo, em Castro Alves, interior da Bahia.

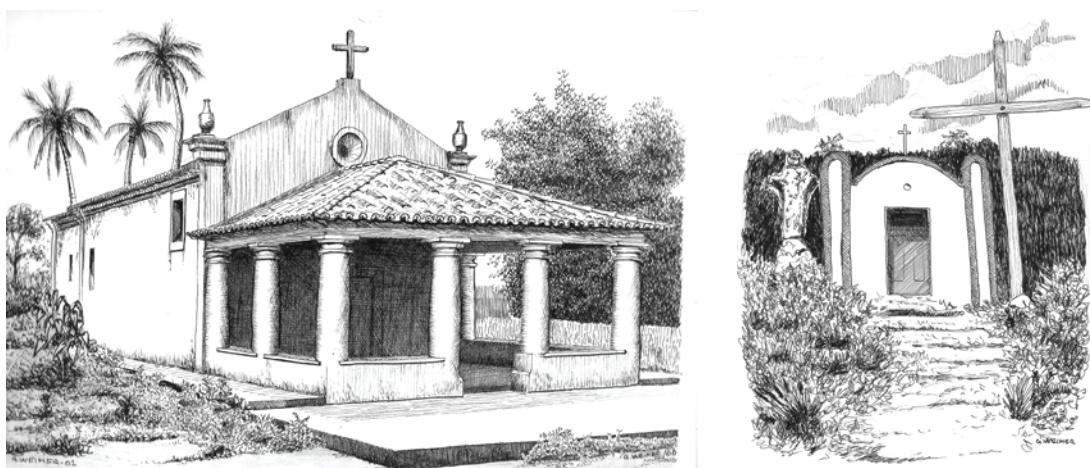


Figura 327: Capela alpendrada de N.S. do Socorro da Fazenda do Socorro, na Paraíba (ver semelhança com a figura 150).

Figura 328: Capela de peregrinação em lugar ermo da Chapada Diamantina.

A massiva emigração de portugueses para a Colônia, motivado pelo visionário enriquecimento no Eldorado, acarretou problemas para a Coroa e, quando houve necessidade de sustentar a política de anexação de regiões periféricas, a administração reinol tratou de engajar emigrantes nas ilhas do Atlântico, dos Açores e da Madeira, os quais se espalharam por toda a Colônia, mas tiveram maior importância na ocupação da embocadura do Rio Amazonas, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Como as ilhas começaram a ser ocupadas, por volta de 1460, por cidadãos de origem judaica, que encontraram uma

relativa segurança longe do Santo Ofício, trataram de construir capelas dedicadas ao Espírito Santo que serviam, por via de sincretismo, como imagem de Jeová. Como tal, essas capelas passaram a ser conhecidas como “Impérios do Espírito Santo” e prosperaram à margem do poder da Igreja. Como uma considerável porção destes imigrantes se estabeleceram nas duas capitâncias mais meridionais, a criação destes Impérios passou a marcar época no início de sua anexação ao território da Colônia. A tradição de construir apenas um altar ao Divino trouxe tensões entre a Igreja e os ilhéus. Isso chegou a tais estranhamentos que, um após outro, os Impérios foram sendo abandonados de modo que, dos originais, sobraram apenas um diminuto número que acabaram por serem utilizados a outras funções: o de Taquari (figura 329) foi transformado em cinema antes de ser fechado definitivamente; o de Triunfo (figura 331) foi utilizado para fins assistenciais até ruir completamente; e o de Porto Alegre (figura 331) foi transformado em igreja em outro local sob a alegação de que seu terreno seria ocupado por uma nova matriz.



Figura 329: Império do Divino Espírito Santo de Taquari, Rio Grande do Sul.

Figura 330: Império do Divino Espírito Santo de Triunfo, Rio Grande do Sul.

Figura 331: Império do Divino Espírito Santo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Ainda que, no século XVIII, a religião continuasse a desempenhar um papel de significativa importância, preocupações de ordem política e administrativa contribuíram para uma certa retração nos sentimentos religiosos; e, por consequência, teve um começo de retração nos investimentos em obras religiosas para o favorecimento de obras civis, especialmente, de sobrados. Na verdade, a conservação de obras necessárias à manutenção das igrejas mais importantes construídas no passado consumiram grandes valores. A vinda de um considerável corpo técnico diretamente do Reino fez com que igrejas novas fossem, majoritariamente, projetadas e administradas pelos mesmos. Por esta razão, deveriam ser consideradas como pertencentes ao quadro das obras eruditas, ressalvando que a diferença entre uma categoria e outras era mais teórica do que prática. Isso não impede que se possa fazer uma relativa distinção entre as duas categorias e, até mesmo, introduzir uma terceira categoria que estaria colocada entre as duas anteriores. Esse, por exemplo, é o caso da Igreja de N. S. da Conceição dos Homens Pardos (figura 332), existente no bairro do Boqueirão, em Salvador. Desconhece-se quem foi seu autor, e o fato de ter sido construída por mulatos permitiria classificá-la como popular, embora sua expressão plástica requintada demonstre desenvoltura profissional de seu autor. Sob tal aspecto, claramente, ela se diferencia daque-las obras de marcada caracterização popular que exemplificamos, como a Igreja de Santo Amaro (figura 333), na vila de mesmo nome, em General Câmara, Rio Grande do Sul.



Figura 332: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Boqueirão, Salvador, Bahia.

Figura 333: Igreja de Santo Amaro, em General Câmara, Rio Grande do Sul, de caráter eminentemente popular.

Não julgamos necessário analisar as igrejas eruditas pelo fato de já terem sido cantadas em prosa e verso por um grande número de publicações. Porém, o expressivo aumento populacional da Colônia, que foi direcionado no sentido de uma correspondente ampliação do território, efetivamente ocupado, propiciou que surgissem programas bastante diversificados, dependentes das situações locais.

Um caso curioso é o da igreja/fortaleza de N. S. da Conceição, em Viamão, Rio Grande do Sul. Com a tomada da vila de Rio Grande, as tropas portuguesas tiveram de se retirar para Viamão e tratar de sua defesa. Por premência de tempo, entendeu-se que havia necessidade de – ao mesmo tempo – construir uma igreja digna de uma vila que era a capital da Capitania e de uma fortaleza. Assim surgiu a nova matriz que apresenta paredes de 3,30 m de espessura. O projeto foi de autoria do governador da Capitania, o conhecido brigadeiro José Custódio de Sá e Faria que chegou mesmo a introduzir alguns elementos da arquitetura neoclássica. Como ele foi afastado das obras quando elas ainda não estavam concluídas em virtude de sua transferência para o Rio de Janeiro, as finalizações devem ter ficado por algum construtor local que não tinha formação mais acurada e, por esta razão, acabou por coroar as torres com sineiras de caráter eminentemente popular (figura 334).

Um dos encargos mais importantes dos técnicos enviados ao Brasil desde Portugal foi fazer um levantamento geográfico do território, pois estava-se tornando imperioso estabelecer os limites entre as terras de Portugal e de Castela. Em suas andanças pelo interior do continente, iam realizando projetos urbanísticos e de edificações de toda ordem, e hoje é difícil descobrir que obras foram cunhadas por eles. O caso de José Custódio de Sá e Faria é exemplar. Sua formação superior lhe garantiu o reconhecimento de ter sido um dos mais relevantes arquitetos em Portugal em seu tempo, qualificativo que o acompanhou depois de sua vinda ao Brasil, como também nos países do Prata, onde atuou por muitos anos depois de ter sido preso por ocasião da queda da vila do Desterro (hoje, Florianópolis), e para lá conduzido. Foi autor, dentre muitos outros, do projeto da Igreja de Santa Cruz dos Militares no Rio de Janeiro, tida como uma das obras da fase de transição ao neoclássico, e marcante participação nos projetos das catedrais de Montevideu, Buenos Aires, e Assunção, dentre outros projetos da mais alta relevância.

Na condição de governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande numa situação deveras conturbada devido à tomada de Rio Grande, de forma emergencial, projetou e construiu a igreja-fortaleza de Viamão. Em razão dos fracassos da Comissão de Limites,

foi necessário assentar, açodadamente, imigrantes açorianos em Taquari. Para tanto, projetou uma igreja (figura 334) que, dificilmente, deixaria de ser enquadrada dentro da tradição da arquitetura popular.

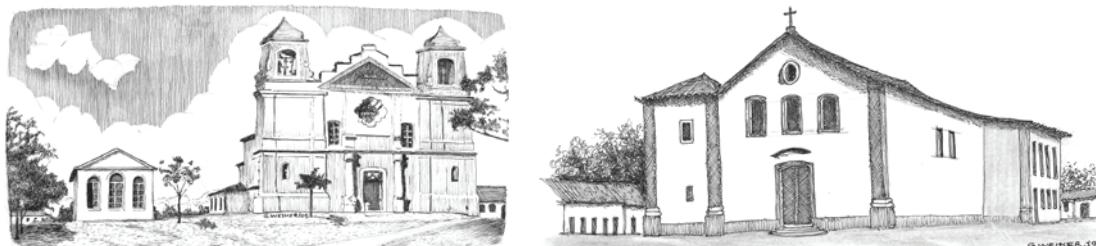


Figura 334: A igreja/fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Rio Grande do Sul e o império.

Figura 335: Igreja de São José, em Taquari, Rio Grande do Sul, na forma como se encontrava em 1906, quando já tinha sido acrescida da sacristia, sem que tivesse sido concluída a torre.

Algo semelhante se passou em Cananéia, no interior de São Paulo. Sá e Faria ficou retido na vila por razões circunstanciais. Nesta ocasião, aproveitou sua estada para fazer o projeto da matriz local (figura 335), a partir de uma técnica da tradição construtiva do sul de Portugal, empregando “gigantes”⁴¹ (contrafortes para reforçar a estabilidade das paredes), rarissimamente encontradas no Brasil. Se não tivesse sido encontrado o desenho original com a assinatura do autor, muito dificilmente sua autoria haveria de ser atribuída a um profissional de tamanho prestígio.

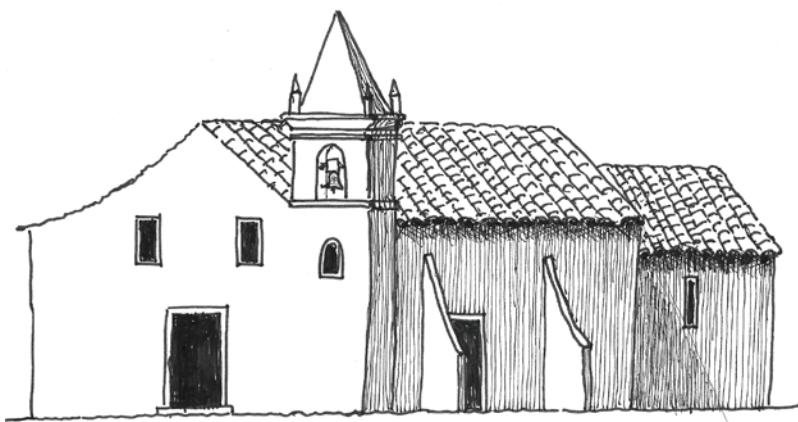


Figura 336: Igreja matriz de Cananéia, no sul de São Paulo. Por sua linguagem formal e a existência de “gigantes” que reforçam a estabilidade das paredes, esse templo haveria de ser classificado como pertencente ao universo da arquitetura popular. No entanto, o projeto original traz a assinatura do arquiteto (e brigadeiro) José Custódio de Sá e Faria.

A incipiente laicização da sociedade ainda teve consequências sobre a construção das igrejas. Como a destinação de verbas a obras públicas era direcionada cada vez mais a obras administrativas e de infraestrutura, restringia-se às de caráter religioso. Os reclamos populares, no entanto, persistiam. A solução mais frequente encontrada era a comunidade promover uma festa para arrecadar fundos com os quais se fazia a compra do terreno e

⁴¹ Que seja de nosso conhecimento, a única igreja que também foi construída desta forma foi a de São Nicolau, nas proximidades de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

dos materiais às fundações. Depois se fazia um abaixo-assinado ao presidente provincial alegando a necessidade da construção do templo, e que a comunidade teria esgotado sua possibilidade de angariar fundos. Em razão disso, solicitavam apoio governamental para prosseguir nas obras iniciadas. O governante, então, alegava não dispor de verbas para tal fim, mas trataria de fazer uma loteria cujos rendimentos teriam o destino solicitado. Acontecia, porém, que essas solicitações eram muito frequentes em razão de que os rendimentos acabavam por serem destinados a várias obras ao mesmo tempo. Por isso, era imperioso que se fizessem diversas loterias até que se arrecadassem fundos necessários até terminar as obras. Ao mesmo tempo, deve ser acrescido que as verbas mais polpudas acabavam por ser destinadas às irmandades de brancos enquanto as dos negros e pardos dependiam, principalmente, dos sacrifícios dos irmãos. Esses procedimentos levavam a que as obras dos negros e mulatos acabavam por ser concluídas mais rapidamente que as dos brancos ricos.

Fortes e fortalezas

As costas brasileiras foram objeto de constantes visitas de navios de potências europeias durante os primeiros dois séculos, e culminaram em duas tentativas de estabelecimento de colônias, tanto por parte dos franceses como dos holandeses. Ataques por parte de corsários de diversas nações foram acompanhados de tentativas de estabelecimento de feitorias em suas costas, mas estas iniciativas não lograram êxito. Ainda que esporádicos atos de comércio com indígenas tenham ocorrido em pleno século XVIII, a verdade é que houve um reconhecimento tácito de que o domínio da Colônia era português, panorama que explica a razão pela qual tenha havido, nos dois primeiros séculos, constante construção de fortés por parte das forças lusas, acompanhado do temor de rebeliões indígenas que não se submetiam à espoliação de sua força de trabalho e à escravidão. Isso significa que, no século XVIII, a construção de fortés e fortalezas perdeu a sua importância ainda que, talvez mais por tradição, continuassem a ser construídos em menor número.

Havia, no entanto, algumas exceções. Sob a ameaça dos castelhanos de invadir o sul do Brasil para retomar as terras que os portugueses haviam se apropriado em flagrante desrespeito ao Tratado de Tordesilhas, os reinóis se apressaram em fortificar a capital da Colônia, o Rio de Janeiro e, logo a seguir, quando foi percebido que a armada que estava sendo montada pelos espanhóis tinha por objetivo retomar o sul do Brasil, trataram de construir, em pouco tempo, várias instalações militares para a defesa de Desterro, na Ilha de Santa Catarina.

Na Amazônia, também houve várias iniciativas para construir fortificações na foz e no interior. O significado destas construções será analisado mais adiante.

Resumindo, podemos dizer que as construções de fortificações passou a depender de circunstâncias locais e decresceu em importância em relação aos dois primeiros séculos. Com isso, as atividades dos técnicos portugueses e estrangeiros, contratados pela Coroa, puderam ser deslocadas para outras atividades de maior interesse administrativo e de ocupação.

Casas de câmara e cadeia

Dentro desta nova conjuntura, como prioridade, no sentido da afirmação do poderio colonial, surgiu o estabelecimento de uma ordem institucional acompanhada do fortalecimento das atividades repressivas. Desse modo, a prioridade das construções de fortões foi deslocada à edificação de Casas de Câmara e Cadeia. Como foi visto, por tradição de origem berbere, estas construções recebiam a forma de sobrado. Isso se coadunava com o costume de agregar a função administrativa à jurídica de modo que, na planta “alta”, estava instalado o poder administrativo e jurídico e, na planta “baixa”, a prisão, na forma como foi visto anteriormente, em relação às Minas Gerais. No consciente levantamento das casas de câmara e cadeia realizado por Paulo T. Barreto⁴², não foi encontrada uma única que fugisse a tal regra. Isso vale até mesmo para locais distantes das sedes do poder constituído, como em Pilar (hoje, Itace), na Paraíba (figura 336), ou em Laguna (figura 337), extremo sul da Colônia, do ponto de vista português, segundo a interpretação portuguesa do Tratado de Tordesilhas.



Figura 337: Casa de Câmara e Cadeia de Pilar (hoje Itace), Paraíba.

Figura 338: Casa de Câmara e Cadeia, em Laguna. Santa Catarina.

Em vilas mais importantes, as Casas de Câmara e Cadeia, naturalmente, eram maiores. Porém, seguiam o mesmo partido como pode ser visto nas ilustrações das de Vila Mocha (hoje Oeiras, antiga capital da Capitania do Piauí), (figura 339); ilustrações de Rio de Contas (figura 340) e de Porto Seguro (figura 341), ambas na Bahia, e de Goiás Velho (figura 342).



Figura 339: Casa de Câmara e Cadeia da Vila Mocha (atual Oeiras), antiga capital do Piauí. Construída no início do século XVIII, recebeu algumas modificações durante o período imperial.

Figura 340: Casa de Câmara e Cadeia da Vila Mocha (atual Oeiras), antiga capital do Piauí. Construída no início do século XVIII, recebeu algumas modificações durante o período imperial. BR-82. Construção provável em meados do Séc. XVIII.

42 BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. In: Arquitetura Oficial I. São Paulo: FA-USP, 1978, p. 103-253.

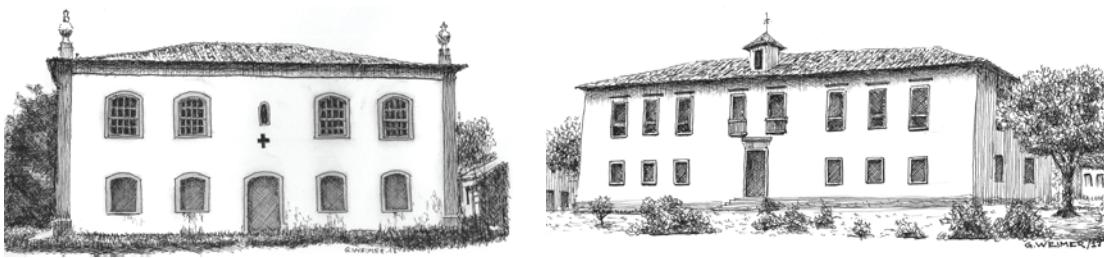


Figura 341: Casa de Câmara e Cadeia de Porto Seguro, foi construída em 1772.

Figura 342: Casa de Câmara e Cadeia de Goiás Velho, de 1766.

Dentro deste sub-capítulo, também deve ser feita uma referência às sedes dos governos das Capitanias. Pela dinâmica das transformações políticas e administrativas, é compreensível que tenham surgido novas necessidades. Em decorrência, há uma constante precisão de modificações e ampliações. Como não há uma política de valorização de prédios históricos consistente neste país, só sobreviveram alguns destes palácios, mas a maior parte foi colocada por terra, sobrando apenas o do Pará, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. O primeiro não se enquadra dentro da tradição lusa. Foi projetado pelo italiano Antônio Landi, seguindo o ideário neoclássico. O de Minas Gerais sobreviveu devido à transferência da Capital para Belo Horizonte, e foi reciclado para dar lugar à Escola de Engenharia de Minas. Sua forma de forte não se enquadra dentro daquilo que se caracterizaria como um palácio governamental. O do Rio de Janeiro, dito Palácio Imperial, já se aproximou também da nascente linguagem neoclássica. Em consequência, somos forçados a constatar que a história de nossos palácios governamentais coloniais fazem parte de um capítulo dos prédios tombados (a picareta). Um dos que mais se aproximou da tradição lusa foi o do Rio Grande do Sul, chamado, depreciativamente, de Palácio de Barro (figura 342). Ainda assim, esta imagem é proveniente de uma fase posterior a uma de suas reformas, quando os beirados foram substituídos por platibandas, atendendo a determinações do Imperador. Após a Proclamação da República, também foi demolido para dar lugar a um prédio “estilo império (francês)”.

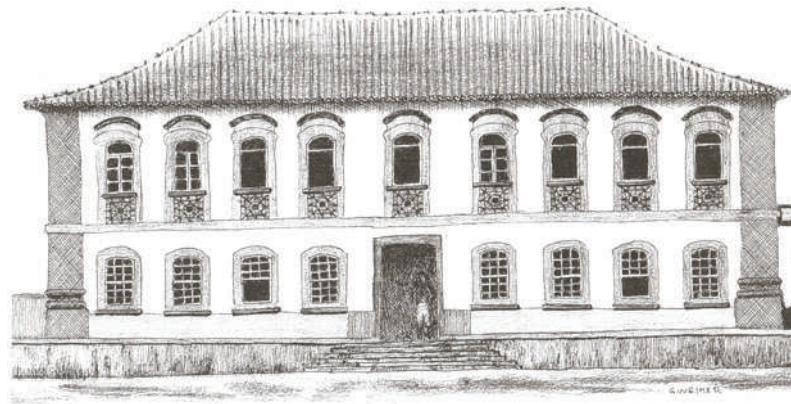


Figura 343: Palácio do Governo (dito Palácio de Barro), da Capitania do Rio Grande de São Pedro, construído entre 1772 e 1793, de autoria do arquiteto Joaquim José Vieira.

A arquitetura residencial

Dentre os poucos textos que tratam da arquitetura popular, as quatro cartas que o arquiteto Louis Léger Vauthier mandou a seu amigo César Daly, que residia na França, lá pelos meados do século XIX, são os mais citados e, já na primeira, o autor afirma que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”⁴³. Esse conceito tem sido repetido à exaustão e tem servido como desculpa para que a análise destas construções não tivessem sido objeto de maiores atenções. Aqui convém fazer um comentário à parte para discutir em que medida tal concepção pode ser tomada como verdadeira. Será que, dentro da rica tradição arquitetônica portuguesa, foi trazido só um modelo único de habitação e reproduzido quase à exaustão? Será que a interação de portugueses vindos das mais diversas barragens lusitanas teve tamanho embotamento criativo, que só tiveram condições de reproduzir, virtualmente, um único modelo de habitação?

Para responder a estes questionamentos, será conveniente começar a examinar as formas mais simples de habitações. Por serem produtos de gente muito simples, é difícil garantir que aquelas que conseguimos inventariar tenham sido produzidas no século XVIII. Contudo, a forma desprestensiosa como foram realizadas, certamente, deveria corresponder aos modos de construção daquela época.

A sua forma mais singela seria a de um único espaço interno, com aproveitamento de protuberâncias naturais que favoreçam o abrigo. Na Serra da Capivara, encontra-se uma documentação sobre as moradias trogloditas que se assemelham com as das ruínas de Igatu (figura 352), no município de Andaraí, na Chapada Diamantina, que foram inventariadas pela primeira vez pela equipe de Paulo Ormindo de Azevedo, quando fazia levantamentos para o acervo cultural da Bahia. Nessa ocasião, encontrou um bom número de “tocas” ou “locas” nas encostas da Chapada Diamantina, no município de Andaraí, Bahia. Sobre as mesmas escreveu o seguinte:

As “tocas” são lapas complementadas por alvenarias de pedra seca, que serviam de habitação a garimpeiros. Possuem, normalmente, um ou dois ambientes. A “toca” levantada (AP-432), se constitui, na verdade, em um conjunto de três habitações. A maior dispõe de dois ambientes e as demais, de apenas um espaço. As paredes, embora de alvenaria de pedra seca, em geral, rejuntadas de barro pela parte interior, não alcançam o teto da lapa, deixando uma abertura corrida que serve de ventilação e iluminação. Pode-se distinguir dois tipos de “tocas”: as de uso temporário e as de uso perene. As primeiras, mais toscas, dispõem, geralmente, de uma única abertura: a porta de acesso, protegida por uma cortina de pano ou esteira, como no caso em questão. O piso é, em geral, de barro e a altura do pé direito varia muito. No caso em análise, esta variação oscila entre 1,66 e 2,43 m.⁴⁴

O exemplar reproduzido a seguir, dito toca do Bambulim (figuras 343 e 344), faz parte do ciclo mineiro daquela região que corresponde à época da passagem do século XVIII para o seguinte.

43 VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: MEC-IPHAN, 1975, p. 37.

44 AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de. *Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1980, p. 185-186.



Figura 344: Toca do Bambulim, ruínas de Igatu, Chapada Diamantina, Bahia.

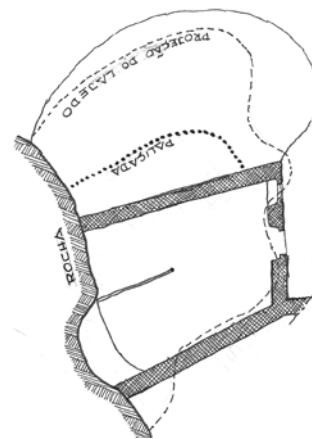


Figura 345: Planta Baixa da Toca do Bambulim.

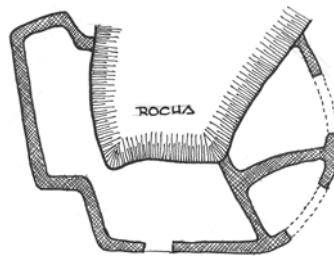
Na mesma região, faz parte um conjunto de três “tocas” no município de Andaraí, reproduzidos a seguir (figuras 345 e 346).



Figura 346: Um conjunto de três “tocas” em Igatu, Município de Andaraí, Chapada Diamantina, Bahia.

Figura 347: Planta baixa do conjunto.

Figura 347A: Abrigo de minerador perto de Lençóis, Chapada Diamantina.



Nós tivemos a oportunidade de documentar a existência de um abrigo (figura 347), provavelmente de um minerador, nas proximidades de Lençóis, na mesma Chapada que se assemelha à outra documentada pelo engenheiro baiano Theodoro Sampaio, isso lá pelos fins do século XIX (figura 348). Os abrigos se caracterizam por terem paredes feitas com pedras sem acabamento nem argamassa e cobertas com palha, que é sustentada por um simples encaibramento de galhos roliços. A existência de frestas entre as pedras facilita uma ventilação e iluminação que dispensa janelas. Não temos notícias da existência de “brandas” (abrigos de pedra em forma de cúpula, de origem celta, comuns no norte de Portugal), mas suas soluções construtivas remetem diretamente a elas, a despeito do emprego de coberturas vegetais.



Figura 348: Abrigo de um minerador encontrado na Chapada Diamantina.

Figura 349: Abrigo de pedra bruta, coberto de capim, em fotografia de Theodoro Sampaio.

Sylvio de Vasconcellos admite ter sido esta solução também, a mais antiga encontrada na arquitetura das Minas Gerais. No passar dos tempos, no entanto, teriam sido acrescentados alguns “puxados” que tornaram mais complexa a sua utilização, descaracterizando-a de sua forma original.

Habitação vedadas totalmente por paredes e com um só cômodo são relativamente comuns quando se filiam a correntes culturais africanas, mas, as que se filiam à tradição lusa são bem mais raras (figuras 350 e 351).



Figura 350: Casa mínima, em São Raimundo Nonato, Piauí.

Figura 351: Casa mínima, de um só espaço interno, em Niquelândia, interior de Goiás.

Casas de alfurma

Casas simples, de dois compartimentos internos, não eram raridade no terceiro século de nossa história. Tratava-se das casas de alfurma⁴⁵, assim denominadas por apresentarem um pequeno pátio com esta denominação, nos fundos (figura 351). Por influência africana, ele podia ser parcialmente coberto para abrigar um fogão formado por três pedras sobre as quais era apoiada a panela. Debret deixou uma aquarela intitulada de “casa de uma família pobre” (figura 215), a qual apresenta uma vista interna de uma destas casas com o fogão colocado dentro da habitação. Ela é muito ilustrativa sobre a hibridação que estava sujeita à tradição de habitar: o sistema construtivo e a cobertura de telha canal se filiavam à tradição

⁴⁵ Designa-se de “alfurma” (do árabe, *al fujra*) um pequeno pátio interno, destinado às ventilação e iluminação dos cômodos de uma construção. Por extensão, entende-se por “casa de alfurma” uma moradia provida de pátio destinado à iluminação e à ventilação da cozinha.

lusitana; a velha senhora estava sentada sobre um tapete, à maneira berbere; a sua filha, em postura semelhante, estava sentada sobre uma esteira de confecção indígena de mesma filiação da rede de dormir; através da porta vê-se a cozinha com o fogão composto de um estrado de barro sobre o qual existem três pedras que sustentam uma panela de barro, como reza a tradição africana. Tudo indica que a utilização noturna da casa consistia em que a velha dormisse na rede, à maneira indígena, e sua filha sobre o tapete, ao modo berbere, e a escrava, na cozinha, do jeito africano, sobre a esteira e um apoio de madeira sobre o qual reclinava a cabeça. Para melhor explicitar uma casa de alfurja, fizemos um corte esquemático (figura 351) que, todavia, recebeu uma cobertura de capim que, provavelmente, era mais comum em casas pobres e conforme indica a documentação levantada.

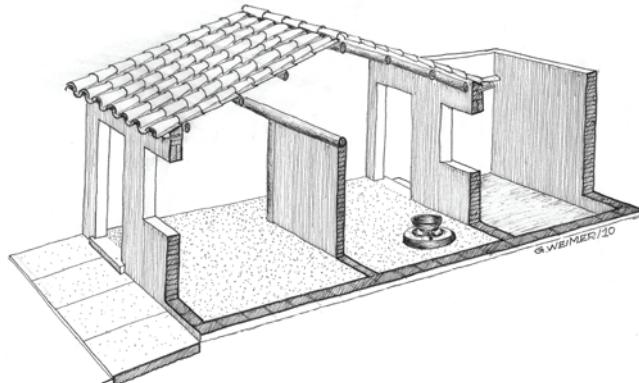


Figura 352: Corte esquemático de uma casa de alfurja, com um fogão africano.

No sul de Portugal, são encontradas algumas variantes de casas que apresentam apenas a porta como abertura para a rua, solução herdada da tradição berbere, que é muito rara no Brasil. Assim mesmo, ela foi encontrada. Num caso, a frente do terreno era fechada por um muro coroado por uma fila de telhas simulando uma cobertura de telhas canal, mas a porta dava para um jardim através do qual se tinha acesso à casa propriamente dita (figura 352). Outra apresentava uma porta que dava acesso diretamente à sala e aos demais cômodos – com exceção das alcovas –, eram ventiladas e/ou iluminadas por aberturas que davam para os fundos do terreno (figura 353).

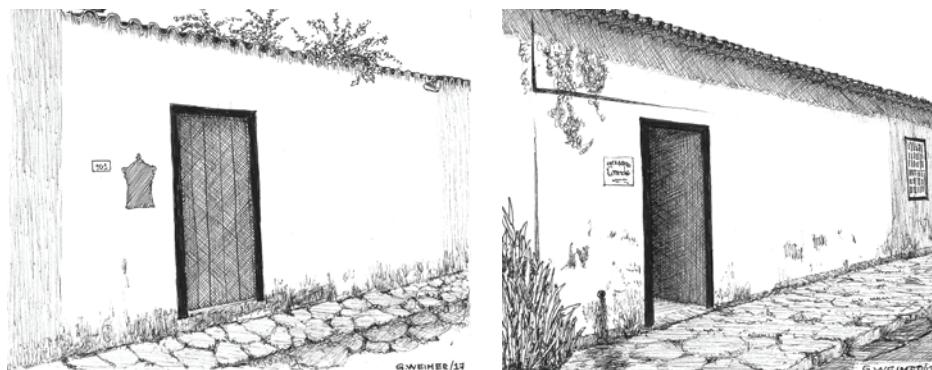


Figura 353: Uma moradia cujo único acesso do exterior é feito por uma porta que dá para um jardim interno, em Paraty, sul do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 354: Uma moradia cujo único acesso do exterior é feito por uma porta que dá acesso direto à moradia, em Paraty, sul do Estado do Rio de Janeiro.

Como foi visto, o tradicional programa berbere rural das casas composto por uma sala central (o “meio da casa”), com um compartimento de um lado (o quarto de cama) e com a cozinha do lado oposto (figura LB-94). Em sua forma rural, esse modelo pode ser encontrado pelo país a fora. Ao se adequar a uma forma urbana, ele sofreu uma metamorfose à medida que o acesso à sala teve de ser voltado para a rua e à cozinha, voltada para os fundos. Daí decorreu que o quarto, na forma de alcova, teria de ficar no meio da casa. Foi nesta condição que o conquistador também trouxe esta alternativa ao Brasil. Elas se tornaram muito comuns, encontradas em todas as latitudes da Colônia. Para ilustrar esse fato, escolhemos exemplares de regiões distantes entre si. A solução com o acesso pela sala no meio da casa é comumente rural e se tornou conhecida como “casa açoriana” (figuras 354 e 366), e não deve ser confundida com uma casa de “meia morada” que será vista mais adiante, enquanto a versão urbana é conhecida como “casa de porta e janela” (figuras 355 e 356).



Figura 355: Casa “açoriana” na Estrada do Mato Grosso (Partenon), periferia de Porto Alegre.

Figura 356: Duas casas de “porta e janela” em Recife, Pernambuco. Uma com entrada lateral e outra sem esta comodidade.

Casas de porta e janela

Nas casas de porta e janela mais pobres não havia um corredor ao longo da alcova para ligar a sala à cozinha, mas a introdução deste melhoramento não se fez esperar por ser óbvia. Ora, esta era a solução tradicional das casas urbanas portuguesas de origem berbere⁴⁶.



Figura 357: Duas casas de “porta e janela” geminadas, em Laguna, Santa Catarina.

Figura 358: Duas casas de porta e janela geminadas da Vila Amazônia, em Belém do Pará.

⁴⁶ Ver AMARAL, Francisco Keil do. *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Sindicato dos arquitetos portugueses, 1988, v. 3, p. 206; MOURINHO, Mário. *A arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1979, p. 149; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. e GALHANO, Fernando. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, passim e outros.

Era muito comum a construção de casas geminadas que podia ser na versão da simetria de translação⁴⁷ (figura 358), mas a solução preferencial era a simetria especular⁴⁸ (figura 357). Por vezes, eram combinadas as duas soluções (figura 359). Na combinação destas variantes ao longo de uma via pública, podiam ser encontradas as mais diversas soluções. Uma variante é a casa com acesso lateral para o pátio dos fundos (figura 360).



Figura 359: Três casas geminadas em Florianópolis.

Figura 360: Casa de porta e janela, com entrada lateral, em Paraty, Rio de Janeiro.



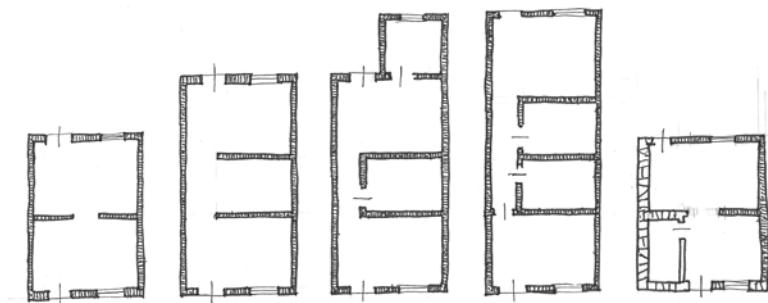
Figura 361: Duas casas de porta e janela geminadas, em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 362: Três casas de porta e janela e uma de meia morada, em Laguna, Santa Catarina.

A legislação portuguesa era bastante rígida em relação ao aspecto externo, para a rua, das construções, estabelecendo gabaritos para dimensões de portas e janelas, bem como dos beirados, mas concedia ampla liberdade quanto às divisões internas. Disso, resultou que construções pequenas apresentavam pouca diversidade (figuras 362 a 366). Porém, aumentava à medida que as construções aumentavam de tamanho.

47 Por deslocamento.

48 Semelhante à reflexão no espelho.



Figuras de 363 a 367: Algumas variantes de plantas baixas de casas de porta e janela.

Casas de meia morada

Quando a casa apresentava duas janelas e uma porta recebia a designação de “casa de meia morada”, a qual apresentava variantes: porta colocada entre as janelas (figura 368) ou sua colocação ao lado das janelas (figuras 369, 370 e 371), à direita ou à esquerda. Por vezes, estas casas apresentavam entrada lateral, que ligava a rua diretamente ao quintal (figura 374). Da mesma maneira, era comum a construção de paredes sobre a divisa, dita “em meia”, quando era utilizada a simetria de translação (figura 369), embora a simetria espelhada fosse a preferida (figuras 370 e 371). Nesse caso, em geral, as portas ficavam lado a lado.

265



Figura 368: Casario em Tiradentes, Minas Gerais, destacando o emprego de janelas fechadas com rótulas de reixas.

Figura 369: Conjunto de três casas de meia morada em Goiás Velho: a da direita com porta central e as duas seguintes com porta lateral.



Figura 370: Duas casas de meia morada geminadas, em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 371: Conjunto de duas casas de meia morada, em Desterro (Florianópolis), Santa Catarina.

Aqui convém assinalar que nem sempre há uma fachada tão simples, correspondia uma planta baixa com as mesmas características (figuras 372 e 373).

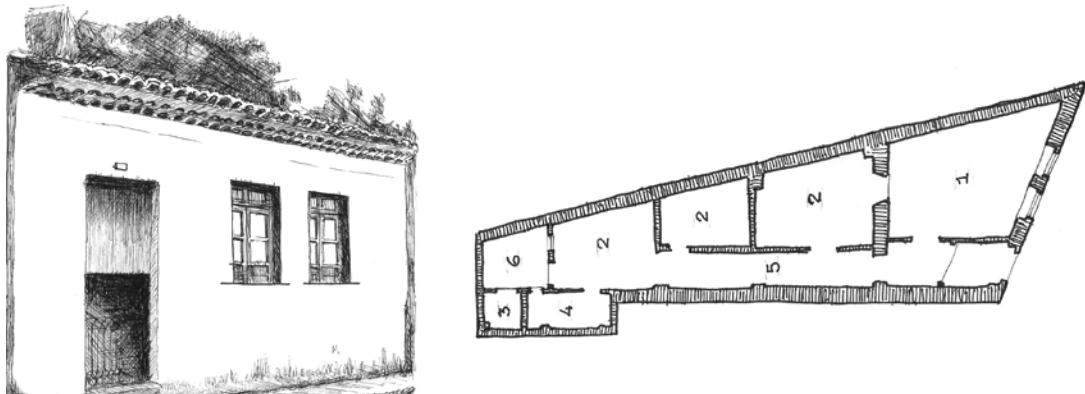


Figura 372: Casa na Rua Inácio Acioli, 4, Salvador. Paulo Ormindo Salvador.

Figura 373: Planta baixa da mesma casa.

Legenda: 1 - pátio; 2 - quarto; 3 - sala; 4 - sanitário, 5 - cozinha; 6 - circulação.

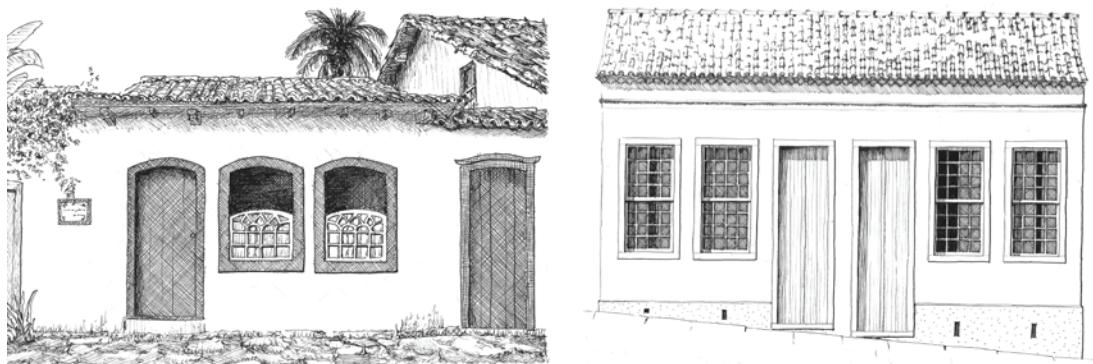
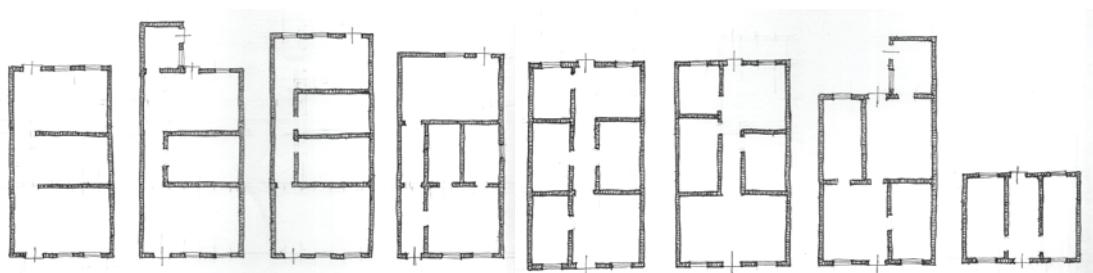


Figura 374: Casa de meia morada, com entrada lateral, em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 375: Duas casas de meia morada na Rua do Arvoredo (Rua Fernando Machado), em Porto Alegre.

O alargamento da construção facultava uma variedade maior de plantas baixas (figuras de 376 a 383).



Figuras de 376 a 383: Algumas variantes de plantas baixas encontradas em casa de meia morada.

Casas de três quartos de morada

Em apresentando três janelas, a nomenclatura das moradias era a de “casa de três quartos de morada”, cuja solução requeria investimento maior na construção e, por consequência, seu proprietário era tido como tendo certo grau de projeção social. Na fachada apresentava duas variantes básicas. Ou a porta ficava numa das extremidades (figuras 383 e 384) ou ela era implantada de forma assimétrica, com duas janelas num e uma janela noutro lado (figuras 385 e 386), à direita ou à esquerda. Da mesma maneira, era comum a construção de paredes compartilhadas sobre a divisa. Uma característica que começa a se impor neste tipo de programa é o fato de que surgiam casas isoladas dos prédios lindeiros, o que, certamente, estava vinculado à ostentação de seu proprietário (figuras 385 e 386).

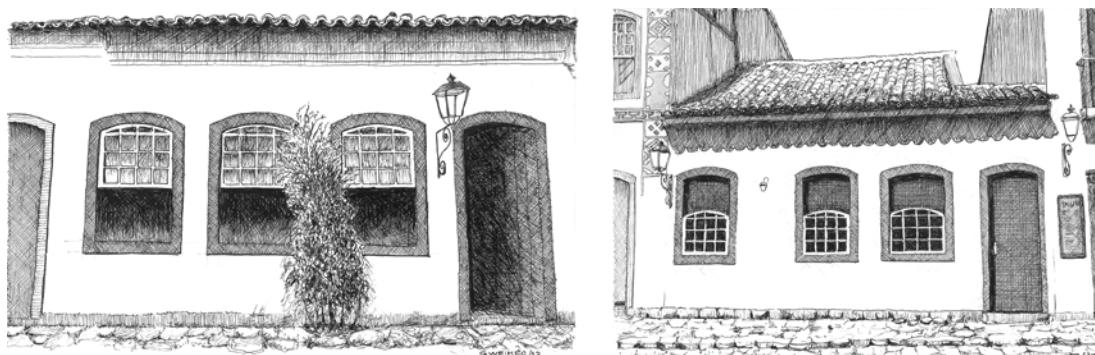
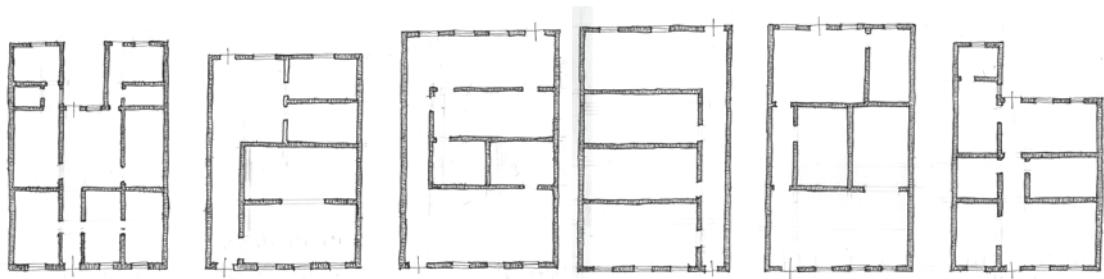


Figura 384: Casa de três quartos de morada com porta lateral, em Paraty, Rio de Janeiro.
 Figura 385: Casa de três quartos de morada com acesso lateral aberto, em Paraty, Rio de Janeiro.



Figura 386: Casa de três quartos de morada com porta entre janela, em Paraty, Rio de Janeiro.
 Figura 387: Casa de três quartos de morada, em Triunfo, Rio Grande do Sul.

Como nos tipos anteriores, a construção também podia apresentar uma porta lateral, de acesso, coberto ou não, ao pátio (figura 384). Da mesma forma, havia inúmeras variantes de distribuição dos espaços internos das casas (figuras de 387 a 392).



Figuras de 388 a 393: Algumas variantes possíveis em planta baixa de casas de três quartos de morada.

Casas de morada inteira

As casas de morada inteira, isto é, com quatro janelas além da(s) porta(s), por apresentarem maior número de elementos de composição, teoricamente, deveriam apresentar maior variedade de modelos. Isso, no entanto, não aconteceu na prática, porque requeriam maiores investimentos e, por tradição de origem moura, pessoas mais aquinhoadas de recursos financeiros davam preferência a sobrados. Os tipos básicos eram as casas térreas de porta central (figuras 393 e 394) e de porta lateral (figura 395). No primeiro caso, normalmente, a porta dava diretamente à sala, e ela a um escritório. A sala se ligava à área de serviços que ficava nos fundos por meio de um corredor que dava acesso a um número variável de alcovas conforme constituição da família. Como pode ver nestas duas ilustrações, dava-se preferência à colocação da porta no eixo de simetria.

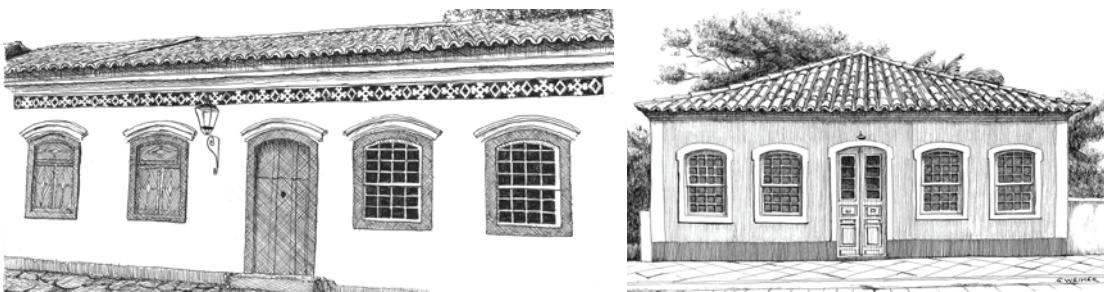


Figura 394: Casa de nascimento de Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente da República, em Marechal Deodoro, a antiga capital de Alagoas.

Figura 395: Casa de “morada inteira” em Triunfo, Rio Grande do Sul.

Devido à presença de maior número de elementos composticionais, a porta podia estar situada numa das extremidades da construção (figura 395) ou com uma janela de um lado e três janelas do outro (figura 396). Quando a porta era lateral, a sala tinha dimensões maiores, mas o esquema funcional era semelhante ao caso anterior.

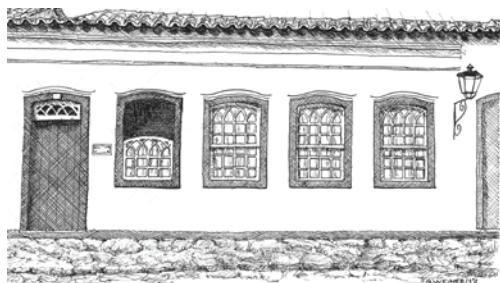


Figura 396: Casa de “morada inteira”, em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 397: Casa de David Canabarro com um “anexo”, em forma de oficina, em Taquari, Rio Grande do Sul.

Casas de morada e meia

Se a moradia apresentava mais de quatro janelas, independentemente de seu número, era denominada “casa morada e meia”. A presença de vários elementos composicionais permitia uma variada disposição dos mesmos, como é demonstrado nos desenhos seguintes. Suas dimensões indicavam seu pertencimento a pessoas de boas condições financeiras (figuras 398, 399, 400 e 401).



Figura 398: Casa Caldas Júnior, em Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul.

Figura 399: Planta baixa da mesma casa.

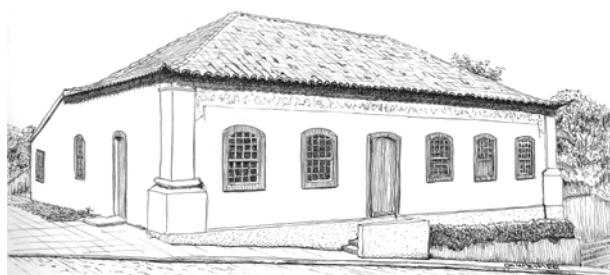


Figura 400: Uma “casa de morada e meia”, em Triunfo, Rio Grande do Sul.

Figura 401: Cara de “morada e meia”, em Paraty, Rio de Janeiro.

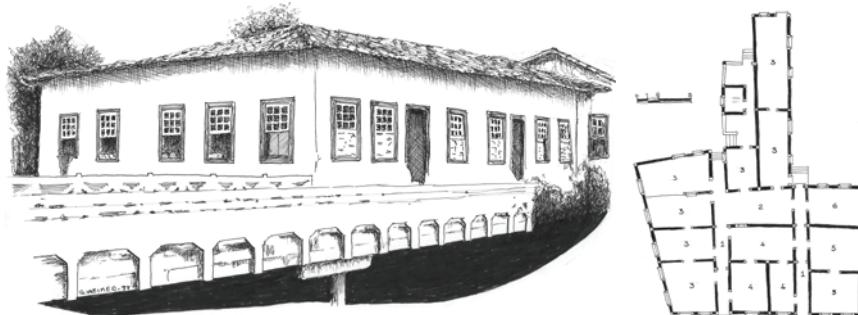


Figura 402: Casa residencial da poetisa Cora Coralina que, originalmente, fora a moradia do governante da capitania de Goiás, na Vila Boa de Goiás.

Figura 403: Planta baixa da mesma casa. AP- 438.

Construções com maior número de janelas e portas, em geral, estavam associadas a mais funções, preferencialmente, de comércio. Por vezes, a segunda podia servir para fins de serviço, oficina, depósito, despensa, almoxarifado, etc. (figuras 397 e 404). Também foram encontrados exemplares em que a segunda porta era utilizada como uma entrada de serviço.

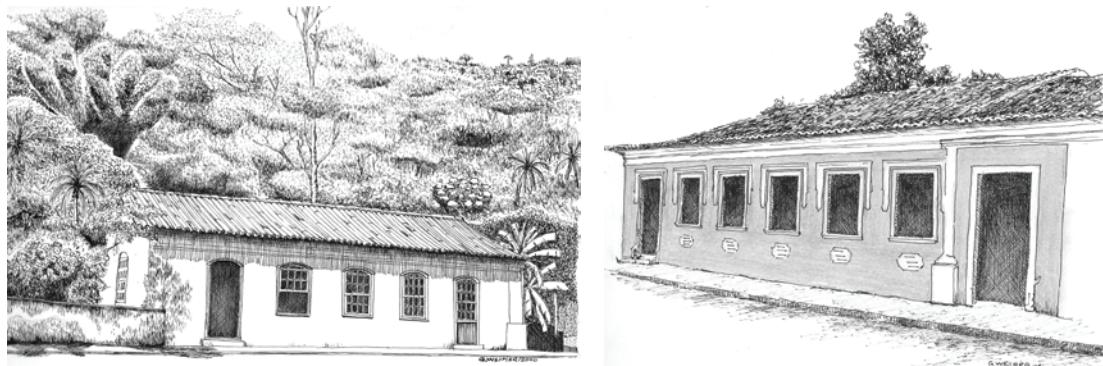


Figura 404: Moradia em Sambaqui, Santa Catarina.

Figura 405: Solução semelhante a uma “casa de moradia inteira” com em São Raimundo Nonato, no sertão do Piauí.

O mais comum, no entanto, era que servisse a de uma segunda residência, quando um patriarca construía uma espécie de anexo para moradia de algum filho. Neste caso, é exemplificado numa casa em Porto Seguro (figuras 406 e 407). Originalmente, a construção abrigava uma residência única, mas ao longo do tempo, uma parte foi convertida numa segunda morada com um acréscimo (aparentemente, em duas etapas).



Figura 406: Casa em Porto Seguro.

Figura 407: Planta baixa da mesma moradia..

No caso excepcional da Casa Azambuja, em Santo Amaro (figura 408), Rio Grande do Sul, que apresenta três portas, a da direita dava acesso a uma área de serviços complementares, mas as outras duas davam acesso a áreas nitidamente habitacionais.



Figura 408: Casa Azambuja, Santo Amaro, Rio Grande do Sul

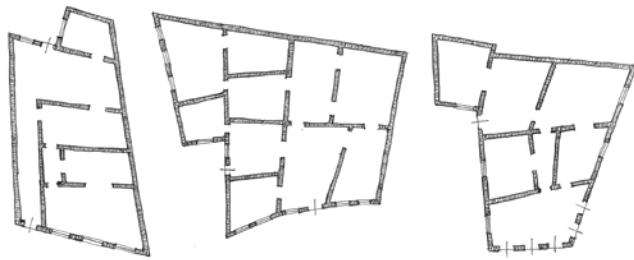
Pelas ordenações reais portuguesas, havia orientações sobre a disposição plástica das fachadas das construções, mas deixavam ampla liberdade sobre as divisões internas. Isso poderia indicar que aí houvesse a mais ampla diversidade das funções internas das moradias. Todavia, isso não corresponde à verdade, visto que grande parte das moradias eram modestas, o que condicionava a que as funções se distribuíssem num número limitado de esquemas. A liberdade de composição interna se tornava mais diversificada à medida que a área construída se tornava maior.

É conveniente assinalar que as plantas também podiam apresentar uma disposição simétrica. Os esquemas de plantas apresentados se referem a construções mais comuns. Porém, em muitos casos, as condições urbanas ou topográficas não permitiam a implantação de plantas bem ordenadas (figuras 409 e 410). Por vezes, encontramos verdadeiros malabarismos nestas ordenações espaciais, dentre as quais selecionamos alguns casos exemplares (figuras de 411 a 413).



Figura 409: Condições adversas na implantação das construções no terreno podiam se constituir em sérios problemas, como nesta moradia de Ouro Preto, Minas Gerais.

Figura 410: Implantação de uma casa em Ouro Preto.



Figuras de 411 a 413: Algumas variantes de plantas de moradias adaptadas a contextos urbanos adversos.

Seja por tradição cultural, por segurança ou pelas concepções patrimonialistas então vigentes, exerciam-se atividades comerciais junto às casas, independentemente do tamanho do empreendimento (figuras 414, 415 e 416), que era denominado “venda”. Além da atividade comercial, desempenhavam diversas funções adicionais: eram o ponto de reunião dos homens que passavam em revista os últimos acontecimentos enquanto tomavam alguns “martelos” de cachaça, discutiam política ou praticavam algumas atividades lúdicas. Isto só por si mostra a importância destes locais.



Figura 414: Casa mista, em Paraty.

Figura 415: Mimoso do Sul, sul do Espírito Santo.

Figura 416: Casa de várias funções, em Ouro Branco, Minas Gerais.

Ao isolar estas tipologias, pode parecer que esta não era a norma: evidentemente, distribuíam-se de forma aleatória, conforme as condições dos moradores ou proprietários (figuras 417 e 418).

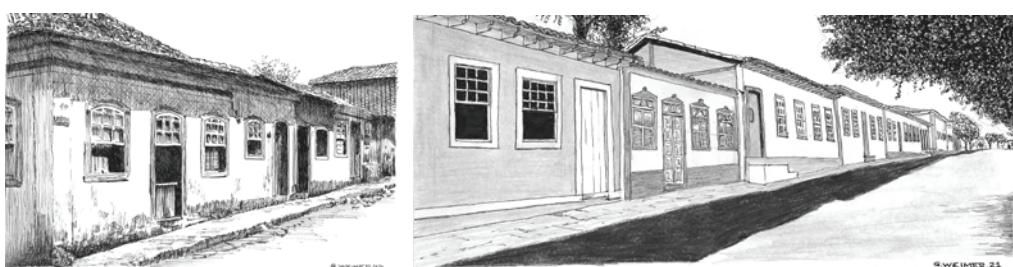


Figura 417: Conjunto de casas em Florianópolis, em sequência: uma de meia morada, de porta e janela, de meia morada e de porta e janela.

Figura 418: Conjunto de casas em Pirenópolis, Goiás.

Após o exame da aparência dessas construções, pode-se afirmar que o conceito da semelhança das mesmas (“quem viu uma, viu quase todas”, no dizer de Vauthier⁴⁹) não corresponde à verdade. É claro que as condições materiais combinadas com o “espírito da época” podem ter conduzido a um direcionamento formal constante que teve como consequência uma ambiguidade que merece ser examinada, o que será feito mais adiante. A par disso, as construções apresentavam alguns problemas que começaram a ser discutidos pelos viajantes do século XIX. Um deles foi a existência de alcovas sem iluminação e ventilação diretas. Como foi visto, esta forma de habitação foi trazida para Portugal pelas invasões berberes, povos que viviam junto ao deserto; logo, em um clima muito seco para o qual esta solução era muito adequada. Esta multissecular tradição arquitetônica encontrou boa acolhida em Portugal por apresentar um clima semelhante, ainda que mais atenuado, sendo também trazida para o Brasil onde encontrou plena adequação em algumas regiões, como o sertão nordestino. Mas as regiões litorâneas, com umidade costumeiramente muito elevada, a solução encontra justificativa na tradição, mas não na higiene das habitações. A falta de raios solares bactericidas e de uma ventilação abundante, com certeza, foi um fator que favorecia a proliferação de doenças transmissíveis. O mesmo também valia para corredores mal iluminados.

Mais grave, porém, foi a questão dos dejetos humanos e do lixo. Uma solução foi a construção de fossas negras nos fundos dos terrenos. Enquanto as moradias eram rurais ou de pequenos conjuntos urbanos, não havia problemas maiores. No entanto, à medida que as vilas se tornavam maiores e mais concentradas, as fossas passaram a contaminar as fontes de água que iam, progressivamente, perdendo a sua condição de consumo e aumentar o fator de contaminação de doenças infectocontagiosas. Talvez seja por isso que esta solução encontrava pouco emprego nas vilas e cidades.

Uma forma de contornar os inconvenientes foi o uso de tinas de madeira, que eram chamadas de “tigres”, como retretes, que, de tempos em tempos, eram levadas a algum curso d’água ou mar para serem esvaziadas e lavadas. Para realizar esta detestável tarefa, havia um escravo chamado de “cabungueiro”. Evidentemente, não era uma solução satisfatória devido aos odores que se espalhavam pelas casas e pela contaminação dos meios hídricos que, por vezes, serviam de abastecimento de água ou de lavatório das roupas.

Como se estes problemas não bastasse, ainda havia outros inconvenientes decorrentes do fato de se despejar o lixo na rua, com o qual animais se alimentavam e, segundo o testemunho de diversos autores, era comum receberem dejetos humanos. Em meio a toda esta imundice, artesãos das mais variadas especialidades ofereciam seus serviços. Não há dúvida de que, à luz dos depoimentos destes viajantes, as vilas e cidades coloniais eram muito pouco convidativas, e as reservas que havia em relação a elas eram bem fundamentadas.

49 VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FA-USP/MEC-IPHAN, 1981, p. 37.

Os sobrados

Na primeira parte deste trabalho, tratamos do ideário que acompanhava a concepção a respeito dos sobrados: desde sua origem no norte da África e em sua expansão pela Península Ibérica, esse tipo sempre foi associado à ideia de poder.

Isso engendrou uma espécie de obsessão por esta estrutura de moradia. Embora os recursos financeiros do proprietário não fossem de ordem a fazer jus a este status, era constante a procura de soluções construtivas que, pelo menos, induzissem à criação de um cenário que simulasse semelhante solução. Foi nesta orientação que surgiu o que foi denominado de “falso sobrado”, o qual podia ser conseguido de duas formas: uma consistia em colocar um segundo piso no prédio recuado das divisas laterais, mas aprumado na fachada principal da edificação (figuras de 419 a 421). Equivocadamente, estas águas-furtadas têm sido, por vezes, denominadas “camarinha”⁵⁰. Por vezes, este aproveitamento passou a se estender por grande parte da cobertura, (figura 419).



Figura 418: Um pseudo-sobrado em São Luís do Maranhão, com uma “camarinha” embutido no telhado

Figura 420: Casa da Camarinha, em Piratini, Rio Grande do Sul.



Figura 421: Solar de Macaíba, em Natal, Rio Grande do Norte.

Outra solução consistia em elevar o teto da edificação de modo a que se pudesse inserir na fachada uma ou mais pequenas aberturas (janelas), que poderiam induzir ao passante a entender que o prédio tivesse efetivamente dois pisos (figuras 422 e 423).

⁵⁰ Nos primeiros séculos, este diminutivo de “câmara” era empregado para designar um dormitório, preferencialmente, uma alcova. Com o tempo, este termo passou a ser usado para caracterizar um dormitório que emergia do centro do telhado de quatro águas com a finalidade complementar de servir de posto de controle das cercanias. Em decorrência, o aproveitamento de uma águas-furtada também acabou genericamente por receber esta designação.



Figura 422: Falso sobrado em Santana do Paraíba, em São Paulo, onde uma abertura superior simula a existência de um segundo piso.

Figura 423: Dois falsos sobrados na Rua do Ouvidor, em São Paulo.

Por vezes, era aproveitado o declive do terreno para implantar a moradia num nível mais alto. Esta solução pode ser interpretada como uma adaptação da moradia às condições da topografia. A correção deste entendimento não exclui, no entanto, o fato de esta solução ter sido usada para conferir uma certa imponênci a estas construções⁵¹ (figura 424). Ao mesmo tempo, deve ser relevada a preferência para a abertura de ruas em ladeira para fins de escoamento d'água, ensejava um cuidado na construção das calçadas onde era necessário o emprego de escadas e rampas. Uma solução apropriada para vencer os desniveis podia contribuir para um bom acabamento dos passeios (figuras 425 e 426).

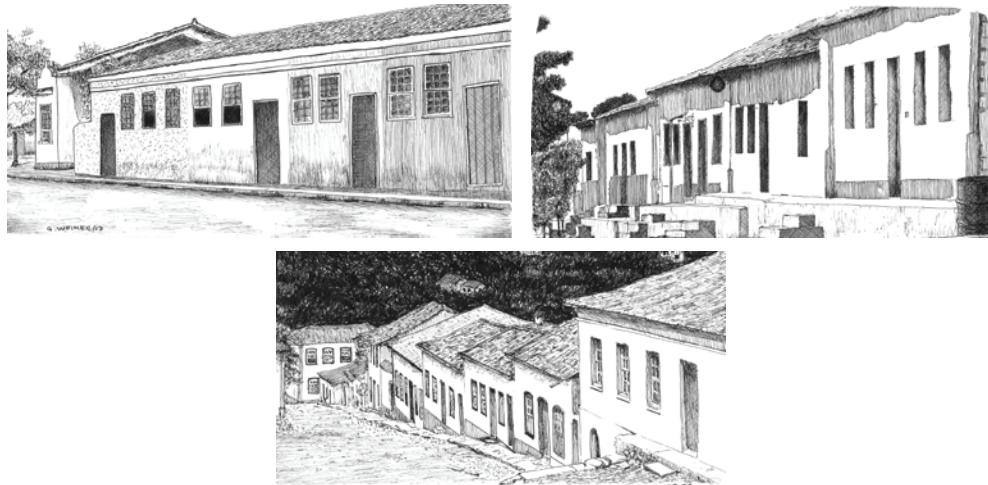


Figura 424: Conjunto de casas operárias em Cachoeira, no Recôncavo baiano.

Figura 425: Gameleiras do Assuruá.

Figura 426: Largo em Tiradentes, Minas Gerais.

Por outro lado, deve-se observar que nem sempre a existência de pequenas aberturas na parte superior de uma fachada venha a ser um simulacro de um sobrado. Um exemplo típico são algumas casas bandeiristas vistas anteriormente (figuras 422 e 423), nos falsos

⁵¹ Em Portugal e, em especial, nos Açores, era corrente aproveitar a altura das fundações para inserir nela(s) janela(s) e/ou porta(s) em nichos na alvenaria, ou aplicar uma pintura-de-engano com o fim único de simular um sobrado. Não descartando a possibilidade de que semelhante recurso também fosse empregado no Brasil, ainda não encontramos esta solução no território nacional.

sobrados ou a casa comercial em Mucugê, no sertão da Bahia (figura 560). Nos primeiros casos, tratava-se de aberturas de iluminação e, na casa de Mucugê, de janelas para o mesmo fim, além de servir para ventilação.

A construção de um sobrado facultava a existência de um balcão que se projetava sobre a via pública e, frequentemente, eram providos de muxarabis (figura 427). Consta que, num ataque de mau humor, nosso primeiro imperador ordenou a demolição de todos os muxarabis de seu reino. O de Olinda é um dos raros que sobreviveram e, ao que tudo indica, eram comuns no período colonial. Como o conceito de sobrado⁵², na cultura portuguesa, vinha associado com a ideia de poder, esta tipologia não se prestava muito bem ao exercício da arquitetura popular⁵³. Por outro lado, era difícil estabelecer os limites entre o popular e o erudito, por existir uma continuidade entre suas formas mais singelas e as mais portentosas. A aspiração de possuir uma moradia de dois pisos perpassava a toda a sociedade colonial. Os sobrados mais simples correspondiam aos das casas de porta e janela (figura 428).



Figura 427: Sobrado em Olinda, com balcão de muxarabi.

Figura 428: Sobrado em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 429: Dois sobrados conjugados do tipo “porta e janela” na Rua Santa Teresa, São João del Rei, em Minas Gerais.

Os sobrados que correspondiam às habitações de meia morada eram mais comuns que as anteriores, pois elas já correspondiam a proprietários de maior poder aquisitivo, a exemplo da casa do inconfidente e poeta Cláudio Manoel da Costa, em Mariana, Minas Gerais (figura 430). Esse exemplar é interessante por apresentar janelas com e sem balcão e um balcão com muxarabis. Além disso, era provido de duas janelas e uma porta no piso térreo e duas aberturas no piso superior, logo podendo ser uma transição entre os sobrados correspondentes aos de porta e janela e os de meia morada. Os de meia morada mais

52 O conceito de sobrado variou em sua evolução histórica e, na atualidade, é ambíguo. Aparentemente, em sua origem servia para designar um entrepiso de madeira. Depois o conceito se estendeu para qualificar o piso superior que teria “sobrado” na construção do prédio. Posteriormente, o termo se estendeu a qualquer número de pisos quando, então, o prédio de dois pisos passou a ser designado de “assobradado”. Com o surgimento de edificações de concreto armado, o conceito passou a ser entendido com uma construção antiga.

53 Por vezes, descobrem-se verdadeiras façanhas na construção de sobrados. Deparei-me com um caso bem curioso em Porto Alegre, onde foi construído um sobrado, na Rua Lopo Gonçalves, com duas moradias sobrepostas e com entradas independentes, num terreno de uma braça (2,2m) de largura!

comum eram os de porta e duas janelas no térreo e três janelas, por vezes, com balcão, em cima. Em Porto Alegre sobrou, quase por milagre, um sobrado no qual foi deixada à mostra uma parte de sua estrutura de enxaimel, com o madeiramento estrutural falquejado, isto é, aparelhado a machado (figura 431) o que atesta sua ancianidade. Na figura 432, referente a sobrados semelhantes, é mostrado como os mesmos se inseriam na paisagem urbana, neste caso, na Vila Boa de Goiás, a antiga capital da Capitania.



Figura 430: Sobrado do tipo “meia morada”, pertencente ao inconfidente Cláudio Manuel da Costa, em Mariana, Minas Gerais.

Figura 431: Sobrado com estrutura de enxaimel, situado na Rua Riachuelo 645, em Porto Alegre.

Figura 432: Dois sobrados, em Goiás Velho.

Por apresentarem maior número que elementos plásticos, estes sobrados apresentavam maior variedade de conformações, como os de acesso direto da rua (figura 433), de acesso lateral (figura 434) ou com comércio no térreo (figura 435).



Figura 433 a 435: Sobrados em Paraty.

A divisão em planta desses sobrados era, em geral, muito simples: a porta dava para um corredor que levava à escada ou abria para um vestíbulo em que se guardava a cadeirinha de arruar, a diligência, apetrechos de montaria e assemelhados. Num dos lados da escada, ficava o dormitório dos escravos homens e, no outro, um quarto de hóspedes e/ou o quarto dos filhos homens adultos. Subindo pela escada, dava-se para um pequeno

corredor que dava na sala da frente, que era uma espécie de androceu, local de vivência dos homens e na qual eram recebidas as visitas. Para os fundos, o corredor dava na sala de trás, que era reservada às mulheres (gineceu). Cada uma destas salas tinha como anexo uma alcova, e um corredor por trás delas abrigava a latrina de tanoaria, dita “tigre”. A escada ainda levava à água-furtada onde se encontravam a cozinha, o comedor e os quartos das escravas. Como não era digno andar a pé pelas ruas, era comum a existência de uma cocheira para uma montaria no pátio traseiro ou como tração para a diligência, se fosse o caso (figuras 436 a 439).

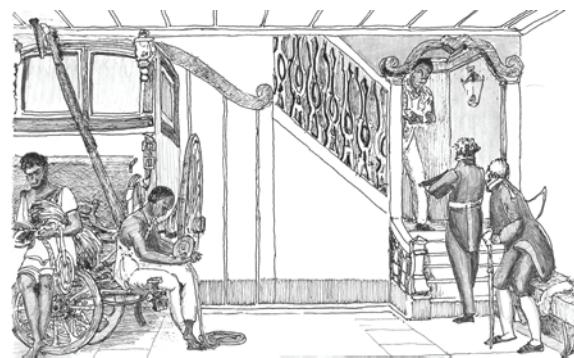
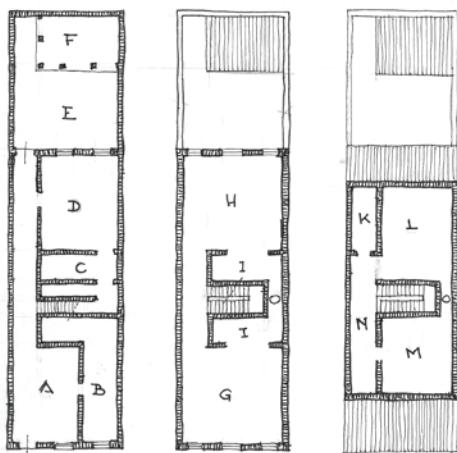


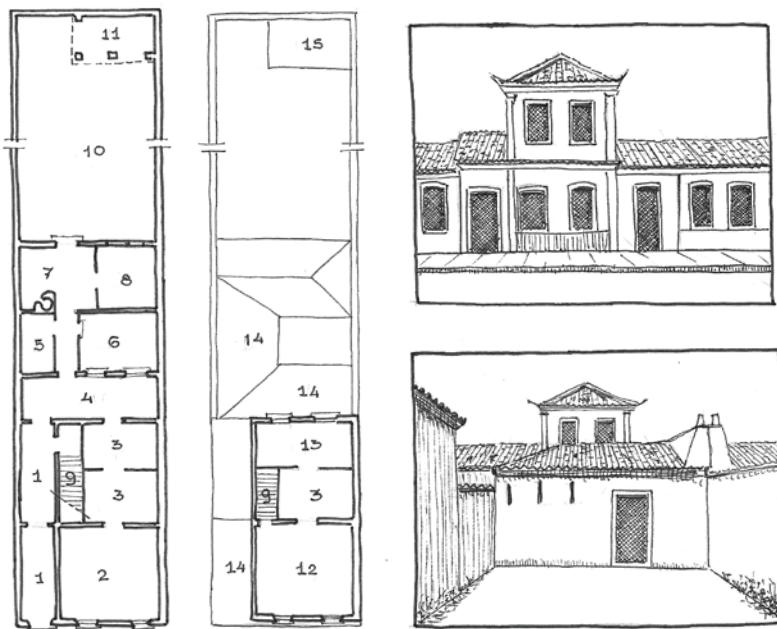
Figura 436: Planta Baixa de um sobrado típico de Recife, segundo Vautier. A - Vestíbulo; B - Dormitório de escravos homens; C - alcova (dormitório de filho adulto); D - hóspedes; E - pátio; F - cocheira.

Figura 437: Piso superior do mesmo sobrado: G -sala da frente (androceu); H - Sala de trás (ou de costura, gineceu); I - alcovas.

Figura 438: Água-furtada do mesmo: K -copa; L - refeitório; M - cozinha; N - dormitório das escravas.

Figura 439: Imagem de vestíbulo, segundo Debret.

Nos inícios do século XIX, Debret documentou uma casa de classe média, qualificando-a de típica, no Rio de Janeiro (figuras de 440 a 443). Aparentemente, ela deve ter sido construída em duas etapas: uma a partir do alinhamento da rua e o acréscimo posterior que contém o dormitório dos escravos (com precaríssimas janelas de ventilação), uma alcova e a cozinha que apresenta um “lar”, uma herança portuguesa pouquíssimas vezes encontradas no Brasil



Legenda: 1 - corredor; 2 - sala de visita; 3 - alcovas; 4 - comedor; 5 - copa; 6 - área aberta; 7 - cozinha; 8 - dormitório dos escravos; 9 - escada; 10 - aljube; 11 - estrebaria; 12 - sala; 13 - costura; 14 - telhados; 15 - telhado da estrebaria.

Figura 440: Planta-baixa de uma casa urbana típica, segundo Debret.

Figura 441: Planta-alta de uma casa urbana típica, segundo Debret.

Figura 442: Fachada principal de uma casa urbana típica, segundo Debret.

Figura 443: Fachada posterior de uma casa urbana típica, segundo Debret.

Vauthier, em meados do século XIX, fez uma descrição destas casas coloniais. Sobre a sala do piso superior, ele diz:

As paredes são caiadas; os elementos de madeira, pintados de cinzento claro. O mobiliário é muito simples. No meio, há uma mesa redonda, sustentada por uma coluna maciça, de onde partem três pés trabalhados com mais ou menos gosto. À esquerda, ao longo da parede, um canapé⁵⁴ de madeira escura, com assento de palhinha, onde se acha instalado o dono da casa, e, aos lados, estão simetricamente dispostas as cadeiras de construção semelhante à do canapé... depois, a um ângulo, pendurada obliquamente em dois ganchos, uma rede que acaba de ser usada (...)⁵⁵

Sobre a sala dos fundos, ele afirma:

(...) se nos fosse permitido penetrar na sala dos fundos, nesse gineceu fechado aos olhos profanos, iríamos encontrá-lo perfeitamente semelhante à peça de onde saímos. Reina aí a mais perfeita desordem, porém, o mobiliário é tão simples quanto o da outra. Falta a mesa redonda, o canapé é substituído por um móvel do mesmo gênero, embora mais comprido e mais simples, e podendo servir também de leito de repouso. Em vez de uma rede, encontraremos duas. Duas jovens escravas, sentadas ao chão, sobre esteiras, cossem ou fazem renda; Crianças de quatro ou cinco anos, vestidas de camisinhas curtas ou mais primitivamente ainda, correm pela sala; um recém-nascido, deitado no soalho, na mais simples das instalações, besunta as faces de doce que tira de uma tigela ou,

54 Espécie de sofá com encosto e braços no qual se podem sentar uma a três pessoas.

55 VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. São Paulo: MEC/IPHAN/FAU-USP, 1981, p. 39.

então, mastiga silenciosamente alguns penduricalhos de seu trancelim, do qual pendem medalhas e relíquias destinadas a manter à distância o espírito maligno.⁵⁶

Segundo Pohl, “a decoração interna limita-se, na maioria dos casos, às quatro paredes caiadas e, raramente, algumas cadeiras de couro... e grosseiros e passados armários e mesas”⁵⁷. Saint-Hilaire se escandaliza com os “pequenos cubículos obscuros fechados por portas e é lá onde se dorme”⁵⁸. Em Catas Altas, constatou-se que:

(...) as casas oferecem poucas comodidades e não possuem, em geral, nenhum ornato sobre as brancas paredes... não se conhecem nas casas nenhum desses móveis que acumulamos em nossos aposentos, guardam-se as roupas nas malas, ou, antes, despenduram-se em cordas, a fim de preservá-las da umidade e dos insetos. As cadeiras são raras e as pessoas se sentam em bancos, tamboretes de madeira e escabelos.⁵⁹

No quarto oferecido a Saint-Hilaire, ele constatou que “não há menos pulgas que na fazenda. Os insetos são devido ao pouco cuidado tomado em varrer as casas e à grande quantidade de insetos que se criam e penetram em todas as partes.”⁶⁰ A falta de asseio e a desordem interna destas casas são referência constante nos relatos dos viajantes. Mas, o importante nestas citações, é a clara indicação de uma extensa miscigenação de costumes e de modos de vida que podem ser exemplificados nos poucos mobiliários herdados na cultura islâmica, no uso das redes e esteiras de origem indígena e no modo de sentar das mucamas africanas.

Sobre os recursos composicionais dos prédios, deve ser salientado a conjugação de duas moradias num só corpo de construção (figura 444) com o objetivo de conferir maior imponência ao conjunto. Quando eram construídos numa esquina – algo muito desejado – era possível dar melhores condições de habitabilidade à medida que podiam ser providas de janelas na fachada lateral.

Por outro lado, a rigidez das normas de posturas impunha regras fazendo com que construções lindeiras apresentassem a mesma conformação de portas e janelas, bem como a mesma continuidade dos beirados, sem que tivessem qualquer relação direta entre elas (figura 445).



Figura 444: Sobrado de duas moradias conjugadas, em Paraty, sul do estado do Rio de Janeiro.



Figura 445: Conjunto de sobrados em Paraty, Rio de Janeiro.

56 Idem, *ibidem*, p. 41.

57 POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 141.

58 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 25.

59 Idem. *Ibidem*, p. 97.

60 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 38.

Sobrados com mais aberturas apresentavam uma variedade maior na ordenação das aberturas externas (figuras 444, 445 e 446). Para tanto, também contribuíam o emprego (ou não) de sacadas e os acabamentos de seus respectivos parapeitos.



Figura 446: Sobrado em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 447: Sobrado em Paraty, Rio de Janeiro.

Figura 448: Sobrado do balcão corrido, em São Cristóvão, Sergipe.

Formalmente, tais padrões pouco variavam em relação com construções semelhantes existentes em Portugal. Todavia, por influência do clima, algumas inovações foram incluídas como a colocação de balcões nas elevações traseiras (figura 449). Devido ao alto grau da umidade relativa, em especial, na faixa litorânea, passou-se a revestir fachadas inteiras com azulejos ou telhas canal (figura 450).



Figura 449: Uma varanda guarnecida por um parapeito fechado por adufas, em Diamantina, Minas Gerais.

Figura 450: Fachada lateral de um sobrado em Salvador, com revestimento integral e com telhas canal.

Habitações suburbanas

Como a dominante da vida colonial era rural, a urbanização foi lenta e gradual. Como as fontes d'água se tornavam poluídas com facilidade quando aumentava a aglomeração das habitações, uma providência tomada era a distribuição das moradias em áreas maiores, o que significava a construção de bairros periféricos a certa distância entre si e, em decorrência, o surgimento de moradias semiurbanas.

Uma das formas de aproximação com as cidades foi a de manter uma casa de “negócios” no núcleo urbano com a concomitante manutenção de uma residência na periferia do conglomerado, ou habitar nas proximidades de uma vila que era abastecida com a produção agrícola, de pesca ou criação de animais. As construções recebiam a denominação de “casa de bairro”, de “chácara”, de “pescador”, etc.. Exemplo de uma casa de chácara é a propriedade do padre José Martiniano Pereira de Alencar, mais tarde senador do Império, mas que se tornou mais conhecido por ter sido o pai do escritor José de Alencar (figura 451). Uma casa de bairro exemplar é representada numa gravura de Rugendas, situada em Cantagalo, no Rio de Janeiro (figura 452), ou a casa de pescador da periferia de Paraty, no Rio de Janeiro (figura 453) ou, ainda, uma casa de agricultor, nas proximidades de Salvador, Bahia (figura 454).



Figura 451: Casa de chácara, de propriedade do padre José Martiniano Pereira de Alencar (pai de José de Alencar), situada nas proximidades de Fortaleza, Ceará.

Figura 452: Casa de bairro do Rio de Janeiro.

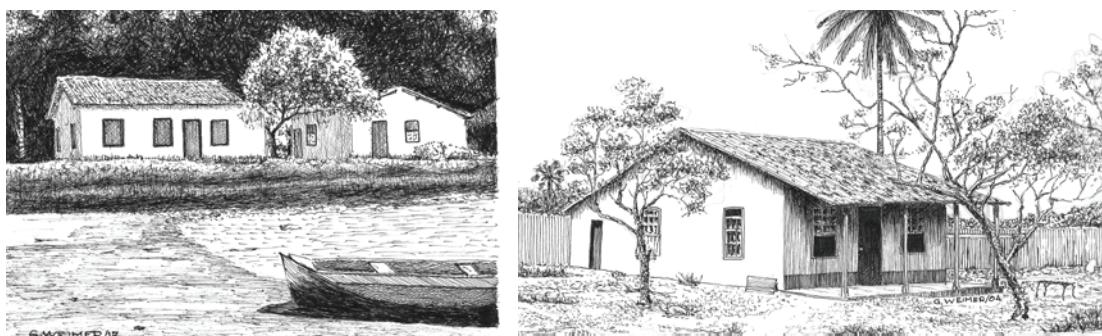


Figura 453: Casa de Pescador, em Paraty.

Figura 454: Casa de agricultor, situada nas proximidades de Salvador, Bahia.

A classe dos mais pobres era constituída pelos escravos negros (vivendo em senzalas, na forma como foi visto no capítulo anterior) e indígenas, bem como por reinóis empobrecidos.

O casamento entre escravos era acompanhado das dificuldades que os conceitos africanos apresentavam e que contradiziam os dos cristãos. Para a classe senhorial, o casamento só era válido se realizado sob o aval da Igreja. E esta concessão, dificilmente, era dada pelo fato de que este casamento implicava que os cônjuges não poderiam mais ser separados. Isso contradizia aos interesses dos senhores pelo fato de impossibilitar uma venda futura de apenas um dos casados. Por isso, a concessão só era dada em casos excepcionais, dando o direito ao casal de construir uma habitação separada das senzalas. Isso também podia acontecer no caso de algum escravo receber uma alforria (figuras 415 AP-146). Nesses casos, a construção era deixada por conta dos beneficiados que as executavam, obviamente, segundo técnicas africanas que conheciam.

Porém, com a exploração do ouro e dos diamantes, mudou a relação entre o senhorio e o escravo, que precisava ser menos opressivo pelas condições do trabalho. Isso se refletiu nos modos de habitar que se tornaram mais próximos, incorporando as suas habitações às casas dos senhorios, mais especificamente, nos pisos térreos dos sobrados. Estas habitações eram denominadas de enxovias. Nas imagens seguintes, são mostradas suas características principais. A figura 455 mostra o aspecto urbano de um sobrado de um minerador com a residência senhorial na parte superior, a enxovia, no térreo e o portão de acesso ao pátio interno. A figura 456 é deste pátio interno mostrando os acessos às enxovias, na parte inferior da mesma residência. A figura 457 mostra o interior da enxovia da Casa de Contos de Ouro Preto.



Figura 455: Sobrado de minerador, em Sabará. Minas Gerais.

Figura 456: Pátio interno do mesmo sobrado.

Figura 457: Aspecto da enxovia da Casa de Contos, em Ouro Preto.

Quando os escravos conseguiam se libertar do sistema, seja por concessão de alforria ou por fuga, quando então procuravam se associar às aldeias africanas, aqui denominadas quilombos, seus construtores também recorriam às milenares técnicas africanas. Isso não impedia o aproveitamento de técnicas dos escravocratas, com destaque para a cobertura com telhas cerâmicas, que eram de maior durabilidade. Na organização espacial destes quilombos, que podiam se constituir à margem dos interesses senhoriais ou existir com o beneplácito dos mesmos, as tentativas eram as de reconstituir os velhos quilombos africanos com prováveis atritos entre os componentes do grupo dado à grande diversidade cultural de seus integrantes.

A situação dos portugueses pobres também passava por vicissitudes. De início, seus casamentos se davam com as nativas e negras devido à carência de mulheres brancas.

É voz corrente de que, quando nascia uma menina branca, as famílias tratavam de acertar casamentos futuros entre seus filhos para garantir uma prole branca. Por outro lado, a ideologia machista vigente acabou por relegar às mulheres uma vida enclausurada, “de serralho”, no dizer de Vauthier. Com isso, criou-se uma ambiguidade de comportamento em que as exterioridades procuravam manter a fidelidade aos usos e costumes lusitanos, mas a vida interna das habitações se aproximava mais das dos indígenas e dos negros. A maioria das casas era do tipo porta e janela que em sua versão mais pobre, era a das alfurjas, compostas de apenas uma sala, que também servia de dormitório para toda a família e de uma cozinha que servia de dormitório dos escravos. Uma forma pouco melhorada era a que apresentava uma alcova entre a sala e a cozinha. Essa concedia alguma privacidade ao casal que dormia sobre um catre⁶¹, posto que o restante da família e seus agregados dormiam sobre esteiras ou tapetes que eram recolhidos durante o dia. Aqueles que apresentavam melhores condições econômicas agregavam maior número de alcovas ou construíam a casa mais larga, ditas de meia morada, com maior número de alcova e, eventualmente, um arremedo de cozinha na parte exterior da habitação, ao modo africano. Os móveis eram escassos; comia-se sobre uma esteira, sentado sobre o piso e com as mãos. Para o resguardo da vida íntima, as janelas externas eram providas de muxarabis, que permitiam uma copiosa ventilação e a observação do exterior, sem que os moradores pudessem ser vistos desde a rua.

Arquitetura rural

Como as atenções dos historiadores da arquitetura oficial estavam unicamente voltadas às obras das elites, seus esforços de estudos se ocupavam com a evolução dos engenhos dos grandes proprietários. Como foi visto, a descoberta das minas de ouro e diamantes redirecionou os interesses pela produção do açúcar, em parte, pela obsessão na exploração mineradora e, por outra, pela concorrência internacional da produção do açúcar. Isso se refletiu na decadência dos grandes engenhos e a manutenção de uma expressiva produção que equivalia à da exportação de minérios, foi mantida pela criação de um número suficiente de pequenos engenhos que compensavam a retração da produção dos grandes empreendimentos, cujo processo passou a ser visto como retrocesso na arquitetura fabril. Enquanto se reajustava a produção açucareira, então acompanhada de uma incipiente diversificação da produção agrícola, a arquitetura mineira ia se aperfeiçoando em qualidade para chegar a obras mais expressivas a partir do começo da exaustão das minas.

Como a produção aurífera ia diminuindo à medida que o fim do século ia se aproximando, foi necessário redirecionar a vida econômica no sentido de reativar a agricultura. Então, a diversificação da produção se tornou uma necessidade premente. Como, entrementes, o desenvolvimento econômico havia se deslocado do nordeste para o centro-sul da colônia, foi aí que se investiram muito mais na agricultura, e os estabelecimentos agrícolas passaram a receber a denominação de “fazendas”. Surgidas nas cercanias mais férteis

61 Uma cama composta por um couro sustentado por estacas cravadas no piso.

do sul da Capitania das Minas Gerais, expandiram-se na direção do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde acabariam por se especializar na produção do café à medida que se evoluiria politicamente, para a centralização do poder do Reino no Rio de Janeiro.

Sobre a arquitetura das fazendas já foram feitas diversas publicações de peso, razão pela qual não abordaremos esta matéria. Apenas para ilustração, selecionamos um exemplar desta arquitetura surgida em fins do século, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo (figuras 458 e 459).

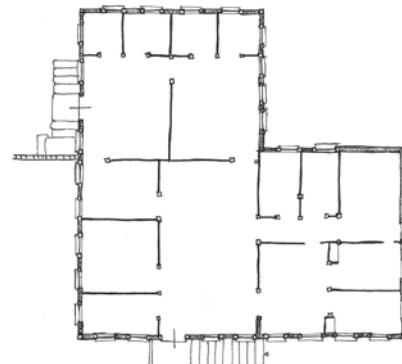
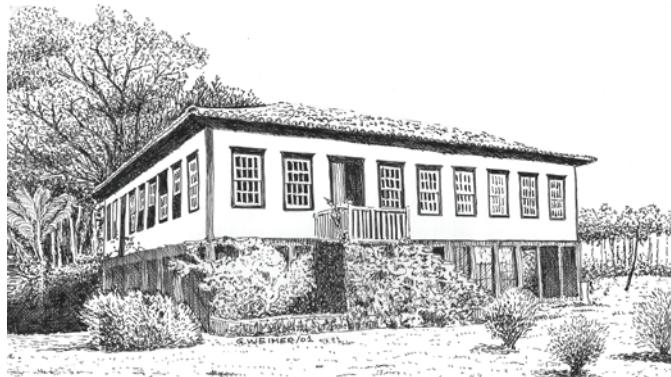


Figura 458: Fazenda Ribeirão Fundo, em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais.

Figura 459: Planta baixa de Fazenda Ribeirão Fundo, em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais.

Pelas descrições dos viajantes, nota-se não se diferenciar o aspecto interior destas casas das casas urbanas. Uma gravura de Rugendas (figura 460) mostra uma cena semelhante à descrita por Saint-Hilaire: a dona da casa se embalando numa rede, rodeada por mucamas sentadas no chão sobre esteiras, bordando ou amamentando o recém-nascido da senhora, móveis escassos, crianças brincando em meio à maior desordem perceptível nos fardos de feno que estavam à espera de serem trabalhados.



Figura 460: Interior de casa de fazenda, segundo Rugendas.

Se esse era o aspecto das casas dos fazendeiros ricos, a dos pobres era ainda mais precária. Saint-Hilaire descreve uma delas nos seguintes termos:

Havia ali um engenho-de-açúcar ao ar livre, como são geralmente os dos colonos de poucas posses e uma dúzia de casinhas esparsas. Uma delas pertencia ao proprietário e as outras eram habitadas por escravos e agregados. Todas, porém, tinham uma aparência igualmente miserável, sendo impossível distinguir a do dono. Os trajes dos moradores desses miseráveis casebres combinavam com a miséria que eles indicavam. O mais bem vestido trazia apenas calções de algodão e uma camisa do mesmo tecido, traje habitual dos habitantes mais pobres do interior do Brasil.⁶²

Sabemos pouco sobre a arquitetura rural popular colonial. Seu conhecimento ainda se encontra em quase completa orfandade. Para contornar esses obstáculos, socorremo-nos dos relatos feitos pelos viajantes que passaram a percorrer o país a partir da Abertura dos Portos, que aconteceu nos inícios do século seguinte, mas especificamente, do I Império. John Luccock chegou poucos meses depois da abertura, em meados de 1808, voltando à Inglaterra dez anos mais tarde; John Mawe, chegou em 1809 e permanecendo até 1810; Auguste de Saint-Hilaire que veio em 1816 e por aqui circulou até 1822; Johann Emmanuel Pohl aqui permaneceu entre 1817 e 1831; Alcide d'Orbigny publicou seu relato do Brasil em 1826; e o naturalista Charles Darwin passou pelo Rio de Janeiro em 1826. Evidentemente, também nos socorremos da obra gráfica dos desenhistas que acompanharam as incursões ou deixaram documentos baseados em figuras destes viajantes. Enquanto justificativa desta postura, partimos do princípio de que tais relatos contemplavam realizações originárias do período colonial ou se alinhavam na evolução da arquitetura colonial para o início do período imperial. Não desprezamos algumas referências esparsas de outras origens.

Chama a atenção, nestes relatos, que os europeus pouco se referiam a casas luso-brasileiras, pois suas atenções estavam voltadas, prioritariamente, para as “estranhas” habitações dos negros e dos indígenas. Luccock, chegando a Rio Grande em 1809, e não encontrando outro abrigo, relata que

Aluguei uma casa igual à maior parte das do lugar; constava de um pavimento térreo apenas, tinha uma sala dando para a rua e iluminada por uma única janela sem vidros nem venezianas e que, quando os escuros estavam abertos, fazia com que se devassasse a sala toda e mais o que se passava nela. Por trás ficava uma alcova de dormir e uma cozinha de chão num puxado.⁶³

Havia na sala umas poucas cadeiras de assentos e espaldares de couro estufados, muito convenientes para o transporte, por serem de dobra, e uma excelente mesa de madeira escura, repousando sobre quatro pernas recurvadas, reunidas por meio de travessas à altura das curvaturas (...) Quanto ao mobiliário da alcova, fui mais conformado aos usos; esse aposento de dormir, se é que assim se o pode denominar, contém, no geral, uma cama, por vezes ricamente entalhada, com estrado de ripado em vez de serapilheira, para que desarmando-se, feito as cadeiras, ocupe menos espaço em caso de mudança. O colchão é um saco de algodão grosso recheado de lã ou guedelha de lã; o chumaço e os travesseiros semelhantes, e enchidos dão duro que lhes dá o formato e algo do aspecto de rolos compressores. Os lençóis são de algodão, esplendidamente

62 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 110.

63 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 125.

alvejado (...) Não me consta que existam fogões ou lareiras em nenhuma das cozinhas de São Pedro (...) A um canto há uma espécie de divã feito de pranchões e erguido a cerca de seis polegadas (15 cm) acima do chão de terra e que constitui a cama dos criados, tanto homens como mulheres, cada um dos quais se embrulha nuns pares de jardas (91,44 cm) de baeta⁶⁴ azul, a fim de se proteger contra os mosquitos. Com o mesmo propósito acendem-se fogueiras de lenha à noite na cozinha e queimam-se ervas odoríferas nas alcovas.⁶⁵

Evidentemente, tratava-se de uma casa de alfurja, porém que se distinguia do modelo original lusitano por ter uma cozinha de três pedras, à africana. A ausência de muxarabis denota sua pobreza. Em realidade, tratava-se de uma casa urbana, mas que esta não diferia muito da de estancieiro “de nível inferior” encontrada nas cercanias até o Rio Paraná:

(A casa) era feita de um arcabouço de madeira, a que se prendiam barrotes de cavidas ou vergôntreas de uma planta aqui chamada de Cipó, que cresce abundantemente por todas estas paragens, suporta bem ao ser torcida e amarra solidamente as partes componentes do edifício. Entre as cavidas entretêm-se outros cipós, sendo os vazios tomados com argamassa de bom traço, posta de sopapo e alisada só com a mão. As paredes ficam ásperas, mas, em geral, tornadas de melhor aparência pela caiação que se lhe aplica. O teto é feito de capim longo e grosso, o piso de terra batida e os aposentos não possuem lareira. No Brasil, uma porta construída de pranchas constitui uma distinção legal entre uma casa e um simples pouso, uma residência permanente e uma residência eventual, dispondo esta última, por vezes, de uma porta feita de palha torcida ao redor de paus ou de um couro esticado sobre uma armação de madeira. Tais portas são comuns nas novas províncias, mas não no Rio Grande do Sul. Ao cômodos de habitação da casa em questão situada no pavimento térreo e separados dos outros por paredes semelhantes às que já foram descritas, embora de contextura mais leve. A cozinha, de qualidade inferior à do restante do edifício, era ali pegada à casa; por vezes colocam-na a certa distância.

Nas casas da categoria que descrevemos, a peça principal do mobiliário dos aposentos melhores é a infalível massa comprida e tosca, com seus respectivos bancos, feitos de madeira bastante dura para que sirvam a várias gerações. Há também armários e canastras feitas de madeira ou de couro e, por vezes, de palha. Sobre uma cômoda com gavetas (...) achava-se um oratório com portas de abrir, contendo um crucifixo, enfeitado de prata e flores artificiais e protegidas por uma lâmina de vidro (...) As mulheres, com os joelhos rente aos queixos, accoravam-se mais do que se sentavam sobre cadeiras de um feitio singular, com cerca de dezoito polegadas de comprido, doze de largo e seis de lado (45cm X 30cm X 15 cm), afundadas no meio de modo a pessoa ficava apenas a uma polegada do chão, como se estivesse dentro de uma tina. Havia, nas outras partes da casa, grande escassez de acomodações, por mais humildes que fossem. O aparelho de cozinhar constituía numa fogueira rodeada de três pedras que sustentavam as panelas de barro. Nos dormitórios, as camas não passavam de quatro esteios fincados no chão, reunidos por traves e com um couro esticado por cima.⁶⁶

Esse testemunho mostra claramente que a miscigenação dos povos fatalmente teria de se transmitir para a tecnologia. Uma estrutura de enxaimel à portuguesa era complementada por uma vedação de taipa de sopapo, ao modo africano, da mesma forma como o fogão de três pedras. Embora a tradição portuguesa se caracterizasse pela escassez do mobiliário doméstico, o que se acentua nas tradições indígenas e africanas,

64 Tecido artesanal.

65 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 126.

66 *Idem, ibidem*, p. 130-131.

surpreendentemente, o número de móveis (neste caso específico) é relativamente grande; porém, cadeiras muito baixas remetem às culturas não ibéricas. A amarração das peças estruturais com cipós, a cobertura de palha e portas de palha ou de couro são típicas da cultura nativa. Embora a técnica de construção das paredes seja africana, o acabamento das mesmas deixou de receber uma camada de tabatinga e, em seu lugar, empregou-se milenar caiação à portuguesa. Embora fosse hegemonic o uso de dormir em redes, o fato de se dormir em cama remete à cultura lusa, porém o fato de se fazer camas com couros esticados sobre esteios fincados no chão sobre as quais era posto um colchão de palha de milho desfiado, conforme atestam outros autores, parece-nos ser fruto de uma criatividade local. Este tipo de inovação foi se tornando cada vez mais numeroso. D'Orbigny assinala que, em Bom Sucesso, os muxarabis passaram a ser feito com taquaras⁶⁷. Conforme a região, as paredes eram revestidas externamente com tabatinga⁶⁸. Pohl é bem explícito no que diz respeito a esta miscigenação de técnicas:

Habitualmente são escravos que fazem a construção. Vigas recém-queimadas são enterradas verticalmente, em três fileiras, de modo a do meio ultrapasse regularmente em altura de outras duas. As vigas são ligadas por traves transversais, sem pregos, mas por meio de cipós e tudo coberto de telhas. Varas igualmente amarradas com cipós e revestidas com barro formam as paredes principais e laterais, nas quais, depois, conforme a necessidade ou o arbítrio, se encaixam portas e janelas. Assim pode ocorrer, como vi aqui, ser começada a construção de uma casa e, em tempo incrivelmente breve, estar já terminada e habitada.⁶⁹

As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caiadas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por panos de linho esticado.⁷⁰ As casas (, em Arraial de Crixás) são de madeira e barro, mal construídas, baixas, outras apenas rebocadas por fora.⁷¹

Por esses depoimentos, nota-se que uma das primeiras inovações (a depender da proximidade dos grandes centros, no caso, do Rio de Janeiro) foi a substituição das efêmeras coberturas de palha por telhas de cerâmicas.

Uma casa de fazenda de nível pouco mais elevado (denominada de Santo Antônio) foi visitada por Mawe, viajando pelo interior do Rio de Janeiro, que descreve como sendo “nova e bem construída, possuindo apenas quatro peças, todas assoalhadas, conforto raro nestas paragens”⁷². A escassez de mobiliário é anotada com frequência. Orbigny assinala que:

O mobiliário das casas não corresponde ao seu aspecto exterior. Vêm-se apenas algumas cadeiras antigas de jacarandá, de encosto alto e com assentos de couro. Não tem secretárias, nem cômodas, nem armários.⁷³

Taubaté não tem casas de mais de um piso. As paredes são de ripas cheias de barro e cobertas por uma espécie de argila que se encontra à margem do rio. O mobiliário daquelas casas não é dos mais suntuosos: alguns bancos de pau, uma mesa, uma arca,

67 ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 130.

68 *Idem, ibidem*, p. 174.

69 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 57.

70 POHL, Johann Emanuel. *Idem, ibidem*, p. 116.

71 POHL, Johann Emanuel. *Idem, ibidem*, p. 186.

72 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1978, p. 102.

73 ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 143.

um leito que consiste em uma esteira de palha ou um couro de boi preso, sustentado por cavilhas. Em lugar da cama, os taubateanos preferem, muitas vezes, as redes.⁷⁴

Em sua rápida passagem pelo Rio de Janeiro, Charles Darwin fez uma incursão para o interior na qual fez algumas anotações sobre as casas que encontrou:

Essas casas geralmente são espaçosas, construídas com postes verticais de ramos que são depois rebocados. Raramente possuem soalho; janelas com vidraças, nunca. São, entretanto, geralmente muito bem cobertas. Como, via de regra, a parte da frente é toda aberta, formando uma espécie de alpendre, em cujo interior se colocam mesas e bancos. Os dormitórios são contíguos de cada lado, e neles os hóspedes podem dormir, com o conforto que lhes é possível, sobre uma plataforma de madeira e um magro colchão de capim.⁷⁵

Na vila de Sossego, interior do Rio de Janeiro, esteve hospedado numa casa com as seguintes características:

A casa era simples, e, embora tivesse a forma de um celeiro, estava bem de acordo com o clima. Na sala havia sofás e cadeiras douradas que faziam um enorme contraste com o teto de sapê, com as paredes caiadas e com as janelas sem vidraças. A casa, os armazéns, o estábulo e a oficina para os negros, que tinham aprendido a fazer vários trabalhos, compreendiam um quadrilátero malformado em cujo centro se via uma grande pilha de café a secar.⁷⁶

Estas anotações pouco acrescentam ao que já foi visto. No entanto, apontam para uma questão importante: a existência de um alpendre diante da moradia. Tudo indica que tal solução era corriqueira (figuras 460 e 461). Sua origem é controvertida. Sabe-se que era uma solução comum em Portugal, mas, muitas vezes, suas extremidades eram fechadas, como acontece nas casas bandeiristas. Aqui, elas são predominantemente contínuas e, não raro, contornam dois, três ou todos os lados da construção. A razão funcional é evidente: aplacar as incidências dos raios solares. Alguns julgam que se trata de uma solução importada da arquitetura malaia ou da Índia. Porém, esta solução também é muito comum na África. Por essa razão, há necessidade de um aprofundamento da questão antes de se chegar a um juízo definitivo. De nossa parte, julgamos que a origem africana parece ser mais plausível devido ao fato de que seus construtores (escravizados) as conhecerem em sua terra natal.



Figura 461: Casa de fazenda da Serra da Mantiqueira.

Figura 462: Casa na subida da Serra do Mar, perto de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, segundo Rugendas.

74 ORBIGNY, Alcide d'. *Idem, ibidem*, p. 174.

75 DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. Porto Alegre: L&PM, 2014, v. 1 p. 34-35.

76 DARWIN, Charles. *Idem, ibidem*, p. 37.

A arquitetura da expansão para o sertão

Devido a suas secas sazonais, o semiárido nordestino, inicialmente, era tomado como uma terra insegura devido aos ataques de desforra dos indígenas e do estabelecimento de quilombos (vilas) de negros que não se submetiam à escravidão. Todavia, a concessão do privilégio da criação do gado dado pelo Rei de Portugal à família dos Garcia d'Ávila, que construiu sua sede em Guaratuba, pouco a norte de Salvador da Bahia, serviu de motivação para o estabelecimento de pessoas no interior da região. As primeiras cabeças de gado foram deixadas ao relento e, paulatinamente, expandiram-se rumo ao sertão até chegarem à margem oriental do Rio São Francisco. A partir daí, expandiram-se rumo ao norte do Estado da Bahia e ao território do atual Estado do Sergipe. Outra parte se expandiu para o sul, até se adentrar no atual estado de Minas Gerais, onde conseguiu atravessar o Rio e rumar pelo lado ocidental do vale do mesmo rio. A partir daí, avançou pelo interior do nordeste, ocupando o interior dos diversos estados nordestinos. Como os Garcia d'Ávila detinham o privilégio da criação de gado, reivindicaram todo esse imenso território para ser seu propriedade que, segundo consta, teria sido um dos maiores “feudos” dos quais se tem notícia. Deixando de lado o efetivo significado da palavra feudo, a verdade é que esta família não tinha condições de administrar um território tão vasto e, em consequência, foram se estabelecendo, à revelia, outros ocupantes resultantes da miscigenação de lusos, indígenas e negros. Dentro desta estrutura social, é evidente que os que carregavam uma ascendência mais significativa de portugueses acabaram ficando com os latifúndios enquanto os demais foram obrigados a se submeter aos desmandos dos grandes proprietários. Aos poucos, muitos foram se estabelecendo nas cidades do litoral, deixando a administração de suas propriedades por conta de prepostos. Deste modo, foi se criando uma hierarquia de expressões arquitetônicas, onde as mais bem aquinhoadas mantinham maior proximidade com a arquitetura lusitana (figura 463), enquanto os moradores de menores cabedais se aproximavam mais da tradição africana e indígena (figuras 464 e 465).



Figura 463: Casa de um administrador de uma fazenda de gado, no Vale do Rio São Francisco, Bahia.

Figura 464: São Raimundo Nonato, alto sertão do Piauí.

Figura 465: São Raimundo Nonato, alto sertão do Piauí.



Figura 466: Igreja de Santana, meados do século XVIII, de taipa de pilão da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso.

O testemunho dos viajantes do século XIX

Após uma distância temporal mais que secular entre o período de construção e a atualidade, depois da realização de reformas e adaptações aos tempos modernos, estas construções inspiram uma certa nostalgia e admiração de sua existência. Mas esta não era a percepção dos viajantes que as visitaram após a abertura dos portos. Ainda que possam ser levantadas dúvidas sobre suas observações, não podemos deixar de considerar que foram eles que nos deixaram copiosa documentação a seu respeito. O fato de suas presenças terem se dado já no período em que o país estava se tornando independente, não significa que suas vivências não remetam à manutenção de costumes próprios do período anterior.

A chegada dos viajantes se deu pelos portos das cidades mais importantes, que causaram-lhe as primeiras surpreendentes impressões. Vindos do Velho Continente, eram recebidos com atenção e respeito pelos moradores. Em geral, eram convidados para os eventos mais importantes. Apesar dessas benesses, ficavam intrigados com os costumes sociais. Lindley⁷⁷ participou de uma festa da alta sociedade de Salvador sobre a qual deixou o seguinte relato:

Os convidados eram bem finos, embora eles tivessem o horrível costume do país, qual seja o de comer com as mãos, em vez de usar facas e garfos, posto que não houvesse falta destes utensílios. Primeiro tomam entre os dedos um pouco de carne (que é sempre bem passada que se separa facilmente) e, depois, legumes e farinha. Mergulham isto no molho ou na sopa que têm em abundância nos seus pratos, esmagam o conjunto na palma da mão, fazendo um bolo mais ou menos do tamanho de um pequeno sabonete, o qual, assim pronto, levam à boca, preparando outro enquanto comem. Por mais grosseiro e repugnante que possa parecer este quadro, não lhe carrego as tintas. Ambos os sexos adotam por igual esta prática que predomina em quase todas as classes. E até mesmo perante estranhos, se acaso tomam faca e garfo, cansam-se logo de um estilo tão pouco usual, lento e enfadonho; abandonam involuntariamente

⁷⁷ Em 1803, foi preso em Porto Seguro o inglês Thomas Lindley por praticar o contrabando. Depois de algum tempo, foi transferido a Salvador onde gozou de alguma liberdade que tornou possível sua convivência com a sociedade local até lhe ser permitida sua volta à Inglaterra em decorrência da abertura dos portos. Em seu país, publicou sua memória referentes aos anos que passou no Brasil.

o talher e recam no hábito antigo, com redobrada avidez. É verdade que, a exemplo do Oriente, trazem-lhes água antes e depois das refeições; mas isto não desculpa, de modo algum, esse costume bárbaro e pouco asseado⁷⁸.

Luccock começou sua entrada no Rio de Janeiro. Suas primeiras impressões não foram menos surpreendentes. Sobre as moradias, fez os seguintes comentários:

As paredes internas das casas, primitivamente rebocadas e caiadas, raras vezes recebem uma segunda camada, e por falta dela acabam tornando-se amareladas e esverdeadas de bolor. Os cubículos em que se acham os leitos, raramente são abertos à influência purificadora do ar livre; nem tão pouco expostas ao sol as camas, embora úmidas de suor. A fim de tornar os quartos toleráveis e deles expulsar os miasmas de que se acham penetrados, costumam-se queimar substâncias odoríferas logo antes da hora de recolher; logrado pelo seu perfume agradável, o ocupante fica, algum tempo insensível à dor, acordando, porém, frequentemente desfigurado, por ter sido agredido em seu curto repouso por milhares de atacantes invisíveis. Suas mordidelas produzem inflamações e inchaços, com ligeira febre durante cuja vigência diz-se que o sangue passa por qualquer transformação que o torna intragável aos seus atormentados (...)

Se dos dormitórios continuarmos para a cozinha, outras inconveniências não se farão esperar. Entre as piores acha-se uma tina⁷⁹ destinada a receber todas as imundices e refugos da casa; que, nalguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutras, somente uma vez por semana, de acordo com o número de escravos, seu asseio e pontualidade, porém, sempre que carregado, já sobremodo insuportável. Se acontecer desabar aguaceiro, logo surgem em geral, essas tintas, despeja-se-lhes o conteúdo em plena rua, deixando-se que a enxurrada o leve. Nas casas em que não se usa desses barris, toda espécie de detritos é atirada ao pátio, formando uma montoeira mais repugnante do que é possível a uma imaginação limpa fazer ideia. E ali fica, ajudando a criar os insetos e originando doenças, à espera de que as chuvas pesadas do clima tropical a leve (...)

Seja qual for (...) a maneira pela qual em parte-se evapore e desseque sob a ação do calor, o fato é que o monturo não cessa de se acumular nas praias. Cloacina não possui altar no Rio e em lugar de seu templo, usa-se uma espécie de *pot de chambre*. A praia, terrenos baldios e becos escuros, apresentam camadas espessas de abominações sempre frescas.⁸⁰

Uma solução mais recomendável para a construção de retretes era na forma de fossas negras no fundo do terreno, o que atenuava os odores dentro da moradia, mas podia contaminar o lençol freático. A consequência imediata era o comprometimento das fontes de água que forneciam líquido para uso doméstico. Para solucionar este problema, era necessário buscar água em fonte distante, de preferência a sopé de algum morro coberto de mata nativa, ou construir aquedutos para prover a distribuição em diferentes bicas espalhadas pela cidade. A existência de terrenos profundos, amiúde, era comprometida pela criação de cabras, porcos e toda espécie de aves que se constituía em outra fonte de odores que empasteava os ares.

78 LINDLY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969, p. 63.

79 Estas tintas eram chamadas de “tigres” e se destinavam, principalmente, a receber os dejetos humanos. De tempos em tempos, eram levados ao mar ou a algum curso d’água, onde o seu conteúdo era despejado e lavado internamente. Muitas vezes, estes cursos d’água eram o manancial da água consumida, o que se constituía em fonte de disseminação de doenças infectocontagiosas. Embora fossem as tintas lavadas diariamente, o que não era muito comum, seus odores contaminavam o ar pela casa e pelas ruas.

80 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 89.

Não paravam aí os pontos de emanções malcheiroosas. Maria Graham atesta que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador:

(...) é muito bela, mas seu cheiro interior é repugnante. O assoalho é formado de quadriláteros de pedra e dentro de cada um há uma almofada de madeira de cerca de nove pés (2,97m) por seis (1,98m); sob cada almofada há uma sepultura na qual os mortos são lançados despidos até que alcancem certo número, quando, com pouco de cal viva, a catacumba é coberta por uma laje e abre-se novo quadrilátero, e assim rotativamente.⁸¹

As impressões sobre as residências pernambucanas não foi menos severa:

Em primeiro lugar, as casas, na maior parte, são repugnantemente sujas. O andar térreo consiste geralmente em celas para os escravos, cavalariças, etc.; as escadas são estreitas e escuras e, em mais de uma casa, esperamos em uma passagem enquanto os criados corriam a abrir portas e janelas das salas de visitas e a chamar as patroas que gozavam os trajes caseiros em seus quartos (...) Quando, em qualquer das casas, o estrondo de abrir as janelas cobertas de teias terminava e a família se reunia, por duas ou três vezes, os criados tinham de transportar pratos de açúcar, mandioca e outras provisões que tinham sido colocadas nas melhores salas para secar. Há geralmente um sofá em cada extremidade da peça e, à esquerda e à direita, uma longa fila de cadeiras como se nunca pudessem ser usadas de lugar (...) Gravuras e pinturas, as últimas os piores borrões que já vi, decoravam geralmente as paredes. Há, além disso, crucifixos e outras coisas do gênero.⁸²

Passados os primeiros sustos, a autora mostrou ser menos contundente com as casas das classes intermediária e pobre de Salvador:

As (...) casas são feitas ou com uma bela pedra azul, tirada da praia ou de tijolos. São todas caiadas; onde o chão não é calçado de madeira, há um belo tijolo, de seis por nove polegadas e três de espessura (15 por 22,5 por 7,5cm); são cobertas com telhas vermelhas redondas⁸³. As casas são geralmente de um só andar, com um ou dois quartos em cima como sótão. Em baixo da casa há uma espécie de porão no qual vivem os escravos. Realmente fiquei às vezes a imaginar como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares.

As cabanas dos pobres são feitas de estacas verticais de galhos de árvores trançadas entre elas, cobertas e revestidas seja com folhas de coqueiro, seja com barro.⁸⁴

Ao chegar ao Rio de Janeiro e encontrar boa acolhida na corte, a autora mudou a sua opinião significativamente. Segundo seu parecer:

81 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1990, p. 170.

82 *Idem ibidem*, p. 168-169.

83 Deve se tratar de telhas cerâmicas do tipo “rabo de castor”.

84 *Idem, ibidem*, p. 183. Na literatura técnica sobre as moradias dos escravos, encontram-se referências às senzalas que já foram estudadas por diversos autores, mas pouco se tem trabalhado sobre as cubatas e os quilombos que se formavam nas proximidades dos engenhos como parte integrante da mão de obra dos mesmos. A autora observou que “(...) nas suas cabanas (os escravos) podem usufruir alguma coisa semelhante às bençãos da liberdade, nos laços e benefícios da família que eles não estão impedidos de manter. Entrei em várias das cabanas e achei-as mais limpas e mais confortáveis do que esperava (...) Estes escravos de fora da casa (...) estão em geral em condições muito superiores aos escravos (...) cuja posição é mais próxima à deles (seus senhores), porque “Quando mais o senhor está distante de nós em lugar e categoria, mais liberdade usufruímos, menos são inspecionados e controladas nossas ações e mais pálida fica a cruel comparação entre nossa sujeição e a liberdade ou mesmo o domínio do outra”. Mas, na melhor das hipóteses, os confortos dos escravos serão precários. *Idem*, p. 178-179.

As casas são construídas em grande parte como as do sul da Europa. Há geralmente um pátio, de um lado do qual fica a casa de residência. Os outros lados são formados pelos serviços e pelo jardim. Algumas vezes o jardim fica logo junto à casa. E o que se dá geralmente nos subúrbios. Na cidade muito poucas casas ostentam sequer o luxo de um jardim. Estes jardins assemelham-se mais às plantações de flores do Oriente, mas casam bem com o clima.⁸⁵

Passei a tarde com a Sr.^a Rio Seco. Sua casa é realmente magnífica. Tem salão de bai-
le, de música, uma gruta e fontes, além de aposentos extremamente belos de várias
espécies, tanto para uso da família como das visitas, com louças da China e relógios
franceses em número bem maior do que pensaríamos em exibir, mas que não combi-
nam mal com as cortinas de seda e as molduras douradas.⁸⁶

Outros autores externaram pontos de vista muito divergentes. Pohl assistiu à cons-
trução de uma casa dos subúrbios do Rio de Janeiro:

(...) tive ocasião de observar a maneira local de construir casas. Habitualmente são es-
cravos que fazem a construção. Vigas recém-queimadas são enterradas verticalmente
em três fileiras, de modo que o meio ultrapassa regularmente a altura das outras duas.
As vigas são ligadas por traves transversais, sem pregos, mas por meio de cipós e tudo é
coberto de telhas. Varas igualmente amarradas com cipós e revestidas de barro, formam
as paredes principais e laterais, nas quais depois, conforme a necessidade e o arbítrio,
são encaixadas portas e janelas. Assim pode ocorrer, como vi aqui, ser começada a cons-
trução de uma casa e, em tempo incrivelmente breve, estar já terminada e habitada.⁸⁷

As casas dos subúrbios (...) têm apenas o andar térreo com uma ou duas janelas no
máximo para a rua. Nessas mesquinhas residências moram muitas vezes dez ou doze
inquilinos, apertados em pequenas dependências e alcovas.⁸⁸

Essas citações refletem bem a profunda clivagem existente entre as classes sociais.
Se a nobreza se vangloriava com os produtos importados da Europa, as classes mais baixas
tinham de lançar mão dos recursos e tecnologias locais. Nelas, as hibridações se consti-
tuíam na regra: os enxaiméis lusos se combinavam com as taipas leves, e o revestimento
com tabatinga própria dos negros. Comumente, os pisos eram de chão batido. Uma sala
de visitas com piso de tábuas denotava alguma projeção social.

As inovações trazidas da Europa dificilmente chegavam ao interior. Dentre os nume-
rosos relatos sobre suas aventuras pelo interior do país, Spix e Martius deixaram o seguinte
testemunho sobre uma parada na estrada que ia do Rio de Janeiro a São Paulo:

Descansamos um dia em Taubaté, para deixar enxugar a nossa bagagem encharcada.
A casa que um morador da vila compartilhou conosco, era, de resto, pouco própria
para nos oferecer teto conveniente. As casas são raramente de mais de um pavimento,
as paredes são quase geralmente de vigas fracas ou de vigas amarradas com cipós,
barreadas e caiadas com tabatinga que se encontra aqui e acolá, à margem do rio: o
telhado consiste em telhas ocas ou ripas, raras vezes de palha descuidadamente colo-
cada, e nas paredes abrem-se uma ou duas janelas de rótulas. O interior corresponde
à efêmera construção e ao material pobre. A porta de entrada, em geral de meio ou
inteiramente fechada com tranca, dá logo na praça principal da casa que, sem soalho e
sem paredes caiadas, mais parece um paiol. Este compartimento serve de sala de estar.
Dispensa ou também algum quarto contíguo para hóspedes, ocupa, o resto da casa. A
parte dos fundos estão os quartos da mulher e do resto da família que aqui, segundo

85 Idem, *ibidem*, p. 198.

86 Idem, *ibidem*, p. 273.

87 POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 57.

88 Idem, *ibidem*, p. 39.

o costume português, logo se retiram para esses cômodos quando chegam pessoas estranhas. Dessas peças passa-se à varanda coberta que, em geral, ocupa quase toda a extensão e dá para o quintal. Às vezes também existe uma idêntica varanda na frente da casa. A cozinha e o rancho dos criados, em geral, um pobre telhado, acham-se no fundo do quintal, atrás da casa.

O mobiliário dessas casas limita-se ao estritamente necessário; às mais das vezes, consiste apenas, em alguns bancos e cadeiras de pau, uma mesa, uma grande arca, uma cama com tabuado assentado sobre quatro paus (*jiraus*) coberta com esteira ou couro de boi. Em vez de leitos, servem-se os brasileiros quase por toda a parte, de redes tecidas (*maqueiras*), que, nas províncias de São Paulo e Minas, são mais fortes e caprichosas, feitas com fio de algodão branco e de cor.⁸⁹

A Vila Boa, capital de Goiás, apesar de sua importância administrativa, não primava pela excelência de sua arquitetura, no entender de Pohl. Seu entendimento foi expresso do seguinte modo:

A cidade inteira tem cerca de 700 casas, a maioria construída de madeira e barro, de um só andar. Na estação chuvosa frequentemente nelas penetra água e então desabam muitos casebres mal construídos. São raras as janelas envidraçadas. Habitualmente a mica extraída na capitania substitui os vidros. Tem a vantagem de permitir ver bem, através das janelas, de dentro para fora, enquanto que de fora para dentro, nada se pode distinguir... Os moradores não sabem construir o forro do teto que geralmente é substituído por um pano esticado sobre o aposento. A decoração interna limita-se, na maioria dos casos, às quatro paredes caiadas e, raramente, alguma cadeira de couro, dos casos, às quatro paredes caiadas e, raramente, alguma cadeira de couro, restos da idade do ouro, e grosseiros armários e mesas.⁹⁰

Vilas e cidades

Com a retomada dos interesses pelo Brasil, motivada pela descoberta das minas no Brasil Central, o governo português tratou de estruturar de forma mais consistente a administração da Colônia. A descoberta de diversos sítios propícios à mineração em uma região interiorana de difícil acesso e precárias condições de segurança, levou ao surgimento de numerosos povoados⁹¹ que, por necessidade de apoio mútuo, foram se conectando entre si por meio de uma rede de caminhos que ligavam estes arraiais entre si.

89 SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P.. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 193, v. 1.

90 POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976, p. 141

91 Por povoado ou povoação, entendia-se um conjunto de prédios com as respectivas vias públicas, desde que a população fosse majoritariamente de brancos. Quando seu número era reduzido, recebia denominação de "lugar". Se a população fosse predominantemente de indígenas, recebia o nome de aldeia e, de negros, quilombo. As denominações diferiam de "vila" e "cidade" que, para ostentar tal denominação, tinham de ser "fundadas", isto é, receber alvará real com esta designação. Com a guerra dos Emboabas, criou-se uma situação especial advinda do fato de que os "povoados" eram pequenos, mas ocupados por reinóis que queriam se diferenciar dos nativos. Para tanto, ressuscitaram uma antiga denominação medieval portuguesa, da época das fricções entre mouros e cristãos, quando o rei se reservava o direito de ocupar transitoriamente um sítio pertencente ao domínio de algum feudo para fins militares. Terminado o conflito, o sítio era devolvido a seu suserano. A denominação deste sítio era "arraial", termo derivado do árabe com o significado de "do rei". Por semelhança, nas Minas Gerais, os sítios delegados a algum chefete local passaram a receber esta denominação, como se fosse uma concessão real e cuja posse acabou por se tornar definitiva.

Com a retomada dos interesses pelo Brasil, motivada pela descoberta das minas no Brasil Central, o governo português tratou de estruturar de forma mais consistente a administração da Colônia. A descoberta de diversos sítios propícios à mineração em uma região interiorana de difícil acesso e precárias condições de segurança, levou ao surgimento de numerosos povoados que, por necessidade de apoio mútuo, foram se conectando entre si por meio de uma rede de caminhos que ligavam estes arraiais entre si.

Para consolidar seu poder, no sentido de controlar a arrecadação de impostos, o governo reinol tratou de se impor por via de força militar e ampliar o número de vilas e cidades através do fomento de forte imigração de lusos. Isso significou também construir casas de câmaras e cadeia, fortificações e, principalmente, igrejas e capelas, bem como muitas moradias. A esta altura dos acontecimentos, Recife (figura 480), a capital econômica da Colônia, e Salvador (figura 482), a capital administrativa, já haviam chegado a um significativo desenvolvimento arquitetônico e urbano. Mas com a descoberta das minas de ouro e diamantes, os interesses econômicos se deslocaram para o sudeste da Colônia. O Rio de Janeiro, que até então ocupava uma posição periférica dentro do contexto nacional, passou a se desenvolver rapidamente, até que, em 1763, a capital da colônia foi transferida para essa cidade.

A nova conjuntura econômica levou a uma profunda reorganização na distribuição populacional. As fantasias por um enriquecimento rápido fizeram com que houvesse um deslocamento generalizado ao sudeste, e a imigração proveniente de Portugal ameaçava a estabilidade social nesse país, forçando o governo impor restrições ao movimento migratório. No sentido de preservar um mínimo de ordem na exploração das minas com o fim de garantir a segurança da arrecadação de impostos, foi imposto um severo controle no acesso às regiões de mineração, privilegiando a entrada de reinóis em detrimento dos nacionais. Até mesmo a entrada de portugueses passou a ser limitada, e as esperanças de um enriquecimento súbito tiveram de ser substituídas por uma vida de pioneiro, e que tinha, pelo menos, a vantagem de uma aquisição fácil de terras que havia em abundância - para isso, a coroa se mostrava generosa na concessão de sesmarias.

Se este incremento populacional fez diminuir drasticamente a renda per capita, criou-se a contingência da concentração populacional em vilas e cidades bem, como a necessidade de organizar a administração da Colônia. O aumento dos interesses da Coroa pôde muito bem ser avaliado no sentido do envio de peritos e técnicos para cá. Segundo o levantamento realizado por Sousa Viterbo, nota-se que dentre os 156 técnicos enviados ao Brasil durante o período colonial, 9 vieram no século XVI, 14 no século XVII e 133 no século XVIII e inícios do seguinte. Só esses números por si constituem num eloquente indicativo sobre a valoração que a Colônia passou a ter no contexto administrativo do Reino. Baseado nos dados levantados pelo mesmo autor, percebe-se que, nos dois primeiros séculos, estes técnicos vinham incumbidos de determinadas tarefas que, uma vez concluídas, tratavam de retornar o mais rapidamente possível a Portugal. Esta postura mudou profundamente no século XVIII. Ainda que se percebesse que as vinculações com o Reino permanecessem muito ativas, o certo é que sua estada no Brasil foi significativamente mais longa quando não definitiva.

Baseado em estudos realizados por Frei Vicente do Salvador⁹², Gabriel Soares de Sousa⁹³, Luiz d'Alincourt⁹⁴, Manuel Ayres do Casal⁹⁵, Nestor Goulart Reis Filho⁹⁶, Pero Magalhães Gandavo⁹⁷ e Sebastião da Rocha Pita⁹⁸, além de algumas referências de viajantes do século XIX, realizamos o levantamento de 175 nomes de vilas e cidades⁹⁹ do período colonial. Dessas, 21 são do século XVI; 37, do século XVII; e 90, do século XVIII.

Desde longa data, discute-se a política de estabelecimento de uma política de criação referente a uma rede urbana por parte da coroa portuguesa. De acordo com o que já foi exposto no capítulo anterior, o estabelecimento dos conglomerados urbanos, desde cedo, suscitou controvérsias dado às condições do modo como foi levada à colonização. Por um lado, as revoltas indígenas se constituíam em ameaças internas, e a política de corso praticada pelas potências europeias a seu tempo punham em constante perigo a integridade das comunidades.

Esse problema se potencializou à medida que se processou um considerável incremento à imigração, que teve por consequência lógica o aumento do número de povoações e vilas. Tendo sido encontradas minas de metais e pedras preciosas, que imediatamente foram ocupadas por forças reinóis, as expectativas de enriquecimento rápido levaram aventureiros de toda ordem a se espalharem pelo interior à procura de novas jazidas. Embora, por ocasião, fossem encontrados alguns sítios propícios, a verdade é que eles não chegaram perto dos mananciais encontrados nas Gerais. As consequências das descobertas atiçavam a cobiça e incrementavam a penetração, para o interior, de uma população que, até então, estava concentrada na costa.

É claro que o governo português não ficou alheio a este desenvolvimento social. Uma bem urdida política de expansão territorial fez com que este movimento de penetração fosse incentivado, quando não capitaneado pelo governo colonial, através de expedições oficiais ou particulares visando à fixação da população no interior, enquanto o governo tratava de consolidar os estabelecimentos ao longo da costa. A fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, no Rio da Prata, diante de Buenos Aires, em 1680, materializava as intenções de expandir os domínios da Coroa até aquele rio, ao mesmo tempo em que se ocupava com a conquista definitiva de grande parte da Amazônia, empreendimento que será analisado mais adiante.

De imediato, vamos nos deter na expansão urbana. Discutida há muito tempo, a questão é saber se estes assentamentos eram planejados ou não. Ou ainda, em que medida

92 História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

93 Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Nacional, 1938.

94 Memória sobre a Viagem do Posto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975.

95 Corografia Brasílica. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.

96 Evolução Urbana do Brasil 1500/1720. São Paulo: Pini, 2000; *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: USP, 2000.

97 História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam de Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

98 História da América Portuguesa. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.

99 Os dados sobre a elevação de vilas à categoria de cidades são controversos, posto que surgiram confusões com atos de elevação à condição de vila e de cidade que constituem atos diferentes. Certo é que, no primeiro século, nomearam-se as cidades Salvador, Filipéia (atual João Pessoa) e São Sebastião do Rio de Janeiro. No século XVII, subiram de categoria Belém, São Luiz, Olinda e Cabo Frio. No século XVIII, São Paulo de Piratininga foi agraciada com esta elevação.

eles eram objetos de algum planejamento. O conceito mais antigo era de que as vilas passavam por um processo de “semeadura” (entendido como um nascimento e desenvolvimento espontâneo dos conglomerados urbanos), que foi defendida por Sérgio Buarque de Holanda em oposição a um processo de “ladrilhamento” realizado na América Espanhola, com base nas ordenações Filipinas, cuja tese tem sido colocada sob suspeita desde meados do século passado em decorrência da documentação encontrada em arquivos portugueses.

A questão básica que parece estar presente nesta discussão é o conceito de “planejamento”. Por um lado, tem-se entendido que um “planejamento” pressupõe algum regramento geométrico urbano na distribuição dos espaços abertos e construídos: desenho das ruas e praças, ordenamento das defesas, se for o caso, etc.. Na ausência destes requisitos, o conglomerado teria um traçado “livre”, “espontâneo” ou “orgânico”. Como paradigma das cidades planejadas, citam-se cidades novas romanas ao passo que as cidades islâmicas à beira dos desertos têm sido invocadas como exemplos de traçado espontâneo. Acontece, porém, que os traçados “em forma de labirinto” das últimas não aconteceram por acaso: elas respondem por uma necessidade ecológica de impedir que os ventos quentes do deserto encanem pelas ruas e, assim, venham a aumentar as altas temperaturas durante o dia. Portanto, esses traçados “livres” também são intencionais. Noutros termos, isso significa que cada traçado adotado, seja mais ou menos rígido ou normatizado, atende a um determinado modelo que evoluiu por um complexo sistema de necessidades e de resoluções que passaram a ser adotadas pela sociedade envolvida. Nada evolui do nada; cada coisa evolui através de um processo histórico específico. A questão, portanto, é examinar qual foi o modelo específico pelo qual passou cada conglomerado. Na tradição portuguesa, estes modelos variaram ao longo do tempo e em conformidade com os grupos que dominaram a região. À rigidez dos traçados urbanos impostos pelos romanos se opunha a flexibilidade dos povos germânicos (suevos e godos) e muçulmanos (berberes e omíadas), com intermediação de certo liberalismo dos traçados celtas.

A diversidade oriunda das origens se materializou na variedade dos traçados das vilas coloniais, potencializada pela contribuição das concepções de negros e indígenas. Os partidários da ideia de que as vilas tenham sido planejadas no rigor dos traçados regredidos partem do fato de que a primeira capital tenha sido planejada pelo “mestre de fortaleza” Luiz Dias que, segundo Sousa Viterbo¹⁰⁰, esteve na Bahia, entre 1549 e 1553, para fazer a implantação da cidade e, como tal, teria criado o pressuposto de que os demais conglomerados urbanos também teriam de passar pelo mesmo processo. Acontece, porém, que a questão apresenta alguns detalhes que não podem ser esquecidos: antes da chegada do primeiro Governador Geral, já havia um vilarejo junto ao qual fora implantado o projeto de Dias e, mais do que isso, o crescimento da cidade para além dos limites da proposta de Dias aconteceu de uma forma espontânea, seguindo as imposições do terreno muito acidentado. Daí resulta a interrogação: até que ponto este conglomerado tão heterodoxo pode ser considerado planejado?

Em sua publicação *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, o Professor Nestor Goulart Reis Filho e sua equipe reuniram uma variada documentação iconográfica que

100 Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, v. 1, p. 279 e seguintes.

apresenta um bom número de plantas e imagens de vilas de vilas rigidamente regradas que poderiam atestar a determinação da Coroa na implantação de conglomerados regrados. Um exame mais minucioso, no entanto, mostra que muitos destes projetos nunca foram implantados, e o que prevaleceu foram os traçados livres nos quais pode ser observada certa preponderância de aldeias-rua (com o casario construído ao longo de uma via pública).

É claro que as atenções no traçado das vilas, por parte da Coroa, era que se privilegiasse os conglomerados mais importantes. Vejamos, portanto, o que ocorreu com os vários assentamentos. Em Belém, surgiram diversos quarteirões retangulares, organizados de forma mais ou menos livre em torno do forte que deu origem à cidade. Só no século XVIII, houve uma expansão para além de um igarapé, que recebeu um traçado viário mais regrado.

O rígido traçado de São Luiz deve ser deixado de lado por ter sido implantado por franceses, e sua expansão ocorreu por imposição das “leyes de Índias” durante a união das coroas ibéricas. Do mesmo modo, Recife foi obra de holandeses. O traçado de Fortaleza era totalmente livre, do mesmo modo que a Vila Mocha (atual Oeiras, antiga capital do Piauí).

Olinda apresentava um traçado que tinha por base um traçado viário de ruas que se aproximavam da ortogonalidade que, todavia, foi adaptado às irregularidades do relevo de modo a contemplar os declives que favoreciam o escoamento das águas em dias de chuva, carreando ladeira abaixo o lixo que era depositado nas vias públicas, prática de origem medieval.

Penedo, construída para garantir a entrada ao Rio São Francisco, mostrava traçado totalmente livre. Vitória, capital do Espírito Santo, espremia-se entre o mar e a montanha de forma aleatória. Inicialmente, o Rio de Janeiro se compunha de uma longa vila ao longo do mar, entre os morros de Santo Antônio e São Bento. Só no século XVIII, sua expansão para o interior recebeu um sistema viário no qual percebemos algum regramento. São Paulo foi um conglomerado livre formado entre os riachos do Anhangabaú e Jacareí. Santos se formou como uma aldeia-rua que se estendeu ao longo de um braço de mar, semelhante à vila de São Sebastião e de Iguapé. Paranaguá, Laguna e Rio Grande eram vilas lineares, que se estendiam ao longo da praia, à semelhança do Rio de Janeiro. Desterro (atual Florianópolis) teve o mesmo princípio, e evoluiu ao longo de algumas vielas ortogonais à rua principal, à beira-mar.

Nas Minas Gerais, Vila Rica se formou na forma de uma aldeia-rua, ao contrário de Mariana, que apresentava um traçado regrado, enquanto o Arraial do Tijuco (atual Diamantina) tinha a forma de uma aldeia-ponto (com ruas em diversas direções a partir da praça central). As demais vilas mineiras como Barão de Cocais, Sabará, Caeté, Santa Bárbara, etc., também apresentavam traçados livres e adequados ao relevo. Diante deste quadro, não há como negar a presença de algumas regulamentações urbanas, mas a maioria dos conglomerados passaram por um crescimento espontâneo.

Em oposição a esses dados, surgiram argumentos de que técnicos portugueses ou estrangeiros contratados teriam deixado desenhos que confirmariam a ação de um planejamento primordial, do mesmo modo como foi encontrado um bom número de vilas que se formavam ao redor de uma praça, quadrada ou retangular. A presença de vilas rigidamente regradas não pode ser ignorada. Entre elas se incluem vilas como Paraíba

ou Cidade Frederica (atual João Pessoa); Vila Viçosa, Vila Nova do Prado, Alcobaça, Portalegre, na Bahia; São João e Itapicuru, em Piauí; Taubaté e Pindamonhangaba, em São Paulo; Vila Bela, Casal Vasco, em Mato Grosso; Taquari, no Rio Grande do Sul, além de diversas vilas na Amazônia. Fica evidenciado, nos dados ora apresentados, que o regramento de vias em paralelas e ortogonais se tornou mais presente no século XVIII, época em que houve um substancial aumento do número de técnicos na Colônia cuja ação teria resultado numa organização espacial mais acurada nas vilas.

Como contraponto a este entendimento, fica patente que numerosos desenhos feitos por estes técnicos não passavam de simples levantamentos de traçados de vilas já existentes, não apresentando indícios de planejamento regrado. Em outros casos, os desenhos não passavam de intenções, e sua realização nunca aconteceu quando não se tratava de grosseiras falsificações.

Diante de um panorama tão contraditório, resolvemos examinar a origem das 175 vilas coloniais que foi possível indexar. Como a categoria de vila passava a vigorar somente a partir de uma ordenação oficial chamada de fundação, procuramos levantar, através das mais diversas fontes, como a Encyclopédia dos Municípios editada pelo IBGE, bem como por informações eletrônicas (Wikipédia e história dos municípios), se as vilas apresentavam dados existenciais antes de sua elevação à nova categoria ou se haviam sido “fundadas de novo”, o que significava que foram criadas em lugar ermo, isto é, a partir de uma ordem governamental em sítio ainda não ocupado. Quando não havia indicativo da existência de uma povoação que desse lugar à nova vila, foi considerado que elas teriam sido criadas “de novo”. Isso, obviamente, podia acontecer por simples omissão deste dado. Portanto, a inexistência deste indicativo não garantia que a nova vila não apresentasse antecedentes.

TABELA 7: A formação das vilas no período colonial

Vilas com antecedentes de ocupação			Vilas criadas “de novo” ou sem antecedentes de ocupação		
Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XVI	Século XVII	Século XVIII
16	37	90	5	16	20

Fontes: História de municípios brasileiros.

Isso significa que, das 175 vilas indexadas, 143 apresentavam alguma formação precedente, como um pequeno conglomerado (lugar), uma povoação (ou povoado ou póvoa), um assentamento (arraial ou uma praça de armas), um quilombo ou, principalmente, uma aldeia indígena. Das demais 41 vilas, não temos dados acerca da preexistência ou não de algum assentamento anterior à elevação à condição de vila. Como a maior parte surgiu antes da elevação formal da parte governamental, logo, significa que elas se formaram sem a intervenção de um planejamento primordial.

Diante deste quadro, parece que a formação das vilas aconteceu por interesse da Coroa que, se por um lado impunha algum entrave no deslocamento da população em locais específicos, como o acesso às Gerais, por outro, incentivava a ocupação do território de forma extensiva e espontânea, sem maiores interferências, impondo-se apenas quando necessário fosse na tomada de algumas iniciativas pontuais na criação de vilas em determinados lugares, isso em decorrência de interesses políticos específicos nos quais preponderava a ampliação do domínio territorial.

Nestas condições, quais teriam sido as atribuições dos técnicos mandados à Colônia? Durante os dois séculos, como já foi visto, eles vinham, preponderantemente, com encargos específicos como implantar cidades (como no caso paradigmático de Luiz Dias), construir prédios (igrejas, colégios), fazer levantamentos geográficos e corográficos (de rios, do relevo, da costa), administrar ou auxiliar na administração civil e, principalmente, construir fortificações e integrar o exército em caso de guerras ou revoltas. Prenunciando o que viria a acontecer no século XVII, por vezes, suas nomeações não especificavam as funções específicas a exercer, substituindo-as por qualificativos genéricos como “fazer as obras necessárias” ou se empenhar em “obras do Meu (do Rei) agrado”. Em compensação, elas especificavam o tempo em que deveriam ficar no Brasil e o soldo que deveriam receber.

No século XVIII, os lucros obtidos com a cultura da cana de açúcar e dos minerais exigiam maiores investimentos no sentido de garantir o domínio da colônia. Com uma infraestrutura mais consolidada, as exigências se diversificaram e os técnicos, predominantemente militares, passaram a atuar num largo espectro das atividades. Ressalta-se investimento realizado no levantamento territorial com a graficação de mapas, apresentação de relatórios e pareceres, divisão e demarcação de lotes e sesmarias, abertura de vias terrestres e fluviais. Durante as incursões, encarregaram-se de projetar prédios e fiscalizar os que estavam em construção e emitir opiniões e orientação sobre obras em andamento, resultando num considerável melhoramento das condições das vilas sob todos os aspectos, inclusive a implantação dos regulamentos das ordenações acerca da organização plástica das mesmas. Essas se referiam, principalmente, a gabaritos que deveriam obedecer a altura das vergas de portas e janelas, os pés-direitos, peitoris das janelas, etc., ao mesmo tempo em que concediam ampla liberdade à divisão interna das peças. Isso teve duas consequências principais: a) a padronização das fachadas conferia aos conglomerados urbanos uma grande unidade plástica (figuras 467 e 469) e b) limitava bastante as possibilidades de usufruir a pretendida liberdade da organização dos espaços internos. Esses regramentos indicam a provável contratação de arruadores (que eram técnicos especializados) a fim de demarcar novas ruas, definir gabaritos e alinhamentos das ruas existentes, bem como providenciar, no “nivelamento” das vias públicas, termo sob o qual se entendia sua adequação ao trânsito de pedestres e carros de tração animal. Parece incontestável a atuação de um arruador em Cachoeira (figura 467), no Recôncavo baiano. Desde longa data, a cidade tem recebido elogios por suas qualidades plásticas. Spix e Martius deixaram as seguintes observações:

O aspecto desta vila de belos edifícios e movimentada pela atividade europeia foi um verdadeiro gozo para nós, depois de longa temporada no sertão, tanto que procurei conservar sua lembrança mediante um esboço reproduzido em nosso “Atlas” sob a

epígrafe “Vila da Cachoeira” Ela reclina-se ao sopé de um outeiro todo plantado de canaviais e fumo e é, sem dúvida, não só uma das vilas mais ricas e populosas, como também uma das mais aprazíveis de todo o Brasil. Um sem número de vendas e lojas, sortidas dos mais diversos artigos europeus, dão boa ideia da animação de seu comércio. A vila conta perto de 1.000 casas e mais de 10.000 habitantes, entre os quais estão relativamente muitos portugueses.¹⁰¹

Pela opinião dos autores, parece evidente que a situação desta cidade é excepcional em oposição às características das do interior. Porém, se examinarmos a planta da cidade (figura 467), nota-se que seu traçado está muito longe de corresponder a estas ponderações. O desenho mostra que seu crescimento ocorreu ao sabor de um ideário tradicional, pouco rígido e sujeito a improvisações.

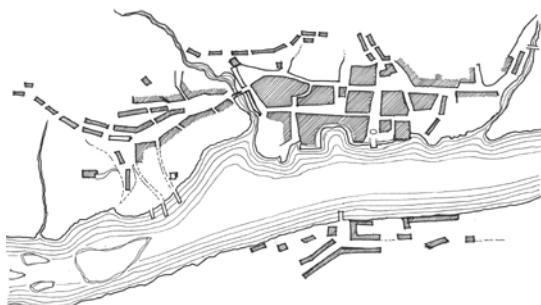
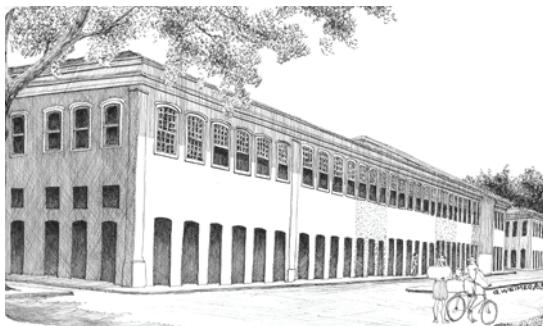


Figura 467: Conjunto de sobrados, em Cachoeira, Bahia.

Figura 468: Planta de Cachoeira e de São Félix, Recôncavo baiano.

O que este caso nos mostra é que a integração plástica decorre da conjugação de vários fatores, e que a participação de um arruador não é decisiva. A maioria das vilas da época, por certo, não tinha a participação destes profissionais, como mostram suas respectivas plantas; mas, nem por isso, deixavam de apresentar unidade plástica, a exemplo do Rio de Contas (figura 468), situado no interior baiano, de Santo Amaro, no interior do Rio Grande do Sul (figura 470); ou Cananéia, em São Paulo (figura 471).



Figura 469: Um aspecto da cidade de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, interior baiano.



Figura 470: Vista de Santo Amaro, município de General Câmara, Rio Grande do Sul.

¹⁰¹ SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1., p. 270. (O original é de 1823).



Figura 471: Vila de Cananéia.

Outro aspecto que tomou relevância diz respeito ao tratamento dos espaços públicos. Com a reconstrução de Lisboa após seu famoso terremoto, a cidade recebeu uma larga avenida denominada de “Passeio Público” e destinado ao convívio urbano. O sucesso deste empreendimento teve reflexos no Brasil. O exemplo mais conhecido é o do Rio de Janeiro, de autoria de Mestre Ataíde. Aí se tratava de uma praça aos moldes dos jardins barrocos, mas a forma de via pública amplamente arborizada passou a ser implantada também em diversas cidades. Da mesma forma, tradicionais largos secos diante das igrejas foram se tornando independentes da função religiosa, convertendo-se em praças arborizadas.

Porém, o aspecto urbano mais relevante foi o do calçamento das ruas. Como grande parte das construções eram de taipa, a chuva era prejudicial à consistência das paredes externas. Uma forma de minorar o problema era a colocação de “calços” na base das paredes que eram pedras chatas, colocadas de forma inclinada, para que os pingos dos beirados, ao caírem, fossem projetados para o centro da via pública, que, de início, eram de terra. Como as ruas eram imundas devido ao lixo acumulado, as pessoas transitavam por sobre estes “calços” que, em sua continuidade, passaram a ser denominada de “calçadas”¹⁰² (figura 472). O passo seguinte foi calçar toda a rua com pedras irregulares, mantendo o caimento para o centro da via. (figura 473).



Figura 472: Aspecto dos “calços” num trecho de rua de Paraty.

Figura 473: Aspecto de uma rua em Paraty mostrando as calçadas já plenamente formadas e o caimento da rua uma sarjeta central.

¹⁰² Segundo Zake (TACLA, Zake. *O livro da arte de construir*. São Paulo: Unipress, 1984, p. 96-97), o termo seria de origem latina (calciata), definido como “faixa de chão pavimentada contínua junto às paredes externas de um edifício e que acompanha o seu perímetro, destinado à circulação externa e proteção contra a infiltração das águas de chuva.”

A partir desses melhoramentos, os conglomerados urbanos adquiriram um substancial aumento de qualidade formal. Pouco tem sido relevado à qualidade plástica destas cidades, o que, ao que tudo indica, foi perdida de forma irrecuperável (figuras 472, 490, 418). Teóricos do ecletismo advogavam, inconsistentemente, para que cada projeto se adequasse a seu entorno e respeitasse as características dos prédios vizinhos já existentes. Na prática, no entanto, percebe-se que esta postulação dificilmente foi seguida: o individualismo característico de uma sociedade industrial, em que prevalecem as relações de concorrência entre os membros da sociedade, o respeito pelo entorno foi paulatinamente sendo esquecido; especialmente, quando nos defrontamos com um capitalismo selvagem que se abateu no Brasil, e do qual não se observa uma superação dentro de um prazo previsível. Por isso mesmo, a extraordinária unidade formal deve ser preservada e enaltecida como uma possibilidade a ser recuperada num futuro que não seja tão distante.

Um aspecto urbano que parece ter sido exclusivo do Rio Grande do Sul se refere à colocação de “frades de pedra”, afastados entre si a certa distância para separar a área restrita ao deslocamento dos pedestres da de veículos e de montarias (figura 474). Os tais frades também serviam para amarrar os animais.



Figura 474: Rua da Graça (hoje, dos Andrade) com os frades de pedra separando as calçadas da via de trânsito.

Chama a atenção o reduzido tamanho das vilas. Debret deixou uma série de desenhos nos quais são representados alguns destes aglomeramentos urbanos (figuras 475, 476 e 477). Dados disponíveis na Internet¹⁰³ indicam que os municípios de Franca, Areias, Mogi das Cruzes (figura 475), Bananal, Lorena e Taubaté tinham, em 1822, respectivamente, 2.485, 6.857, 8.624, 1.727, 6.100 e 8.177 habitantes. Diante das representações gráficas de Debret, deduz-se que era mínima a população de cada circunscrição¹⁰⁴ que estava domiciliada na respectiva vila até os inícios do período imperial.

103 ROCHA, Ilana Peliciani. A Demografia Escrava de São Paulo em 1829. Disponível em: <http://www.2082-6392-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2019.

104 Foi somente no início do Império que foram criados os primeiros municípios. Durante o período colonial, por vezes, as circunscrições em que atuavam nas câmaras eram denominadas de “repúblicas”. Como o termo adquiriu novo significado posteriormente, preferimos não usá-lo.

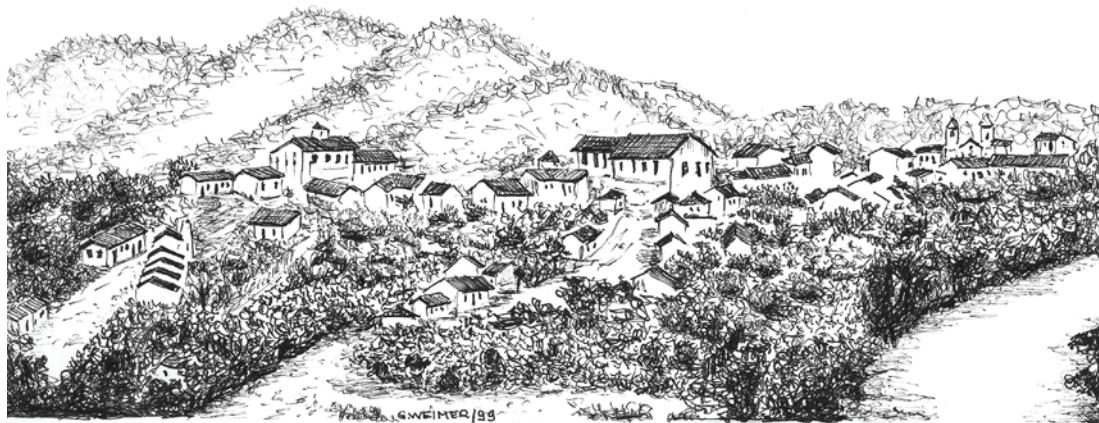


Figura 475: Vila de Guaratinguetá, em São Paulo, em 1827.



Figura 476: Vila de Mogi das Cruzes, São Paulo, em 1827.



Figura 477: Vila de Triunfo, Rio Grande do Sul, em 1872.

Esta relação também é válida para as capitais das capitâncias sulinas, cujas circunscrições, à época da proclamação da independência, tinham uma população estimada em 9.300 para São Paulo¹⁰⁵ (figura 478), 3.000 para Curitiba¹⁰⁶ (figura 479) e 12.000 para Porto Alegre¹⁰⁷.

105 Encyclopédia Mirador Internacional. Rio de Janeiro: 1987, p. 102-13, v. 18. A população atual da cidade de São Paulo é estimada em 12.200 mil habitantes. Isso significa que a população de então equivale a 0,00025% da população atual, sem considerar a população da região metropolitana

106 Curitiba Antiga. População de Curitiba Antigamente desde o ano 1780 até o ano 1900. Disponível em: <http://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/423/Populacao-de-Curitiba-Antigamente-desde-o-ano-1780-ate-o-ano-1900.html>. Acesso em 27.07.2019, às 10 hrs. Atualmente a população da cidade de Curitiba é estimada em cerca de 1.960 mil habitantes. Isso significa que a população de então equivale a 0,0015% da população atual, sem considerar a população da região metropolitana.

107 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 42. A população atual é estimada em 1.500 mil habitantes, ou seja, a população de então equivale a 0,008% da atual, sem considerar a região metropolitana.



Figura 478: São Paulo, zona norte, em 1821.



Figura 479: Vila de Coritiba (hoje Curitiba), Capital do Paraná, em 1827.

A importância da vila de São Paulo decorria do fato de ser a capital da capitania mais meridional da Colônia, embora tivesse uma posição de marginalidade dentro do contexto político. Dificilmente, pode ser encontrada uma imagem dela dos primeiros três séculos, o que demonstra sua limitada importância dentro do contexto colonial. Foi apenas a partir da expansão da fronteira agrícola, no segundo quartel do século XIX, e com a valorização da cultura do café, que ela cresceu de forma muito rápida, tanto que, no fim do período imperial, já procurava rivalizar em importância econômica com a capital do país.

Nas cidades mais importantes do período colonial, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, houve uma evidente densificação populacional, embora não tivéssemos conseguido dados numéricos a este respeito. No caso da capital pernambucana, percebe-se que Olinda estagnou com a transferência da administração para Recife. Assim, a antiga capital conservou uma baixa densidade, perceptível na abundância de massas verdes entremeando o casario (figura 480). Recife (figura 479), por sua vez, passou por um processo de intenso aglomeramento imobiliário que dava pouco espaço para a massa vegetal. Ao mesmo tempo, verifica-se uma verticalização acentuada da massa edificada, chegando até a apresentar sete pisos, o que, para a época, era considerado uma ousadia construtiva.



Figura 480: Aspecto de parte de Recife, em 1759.

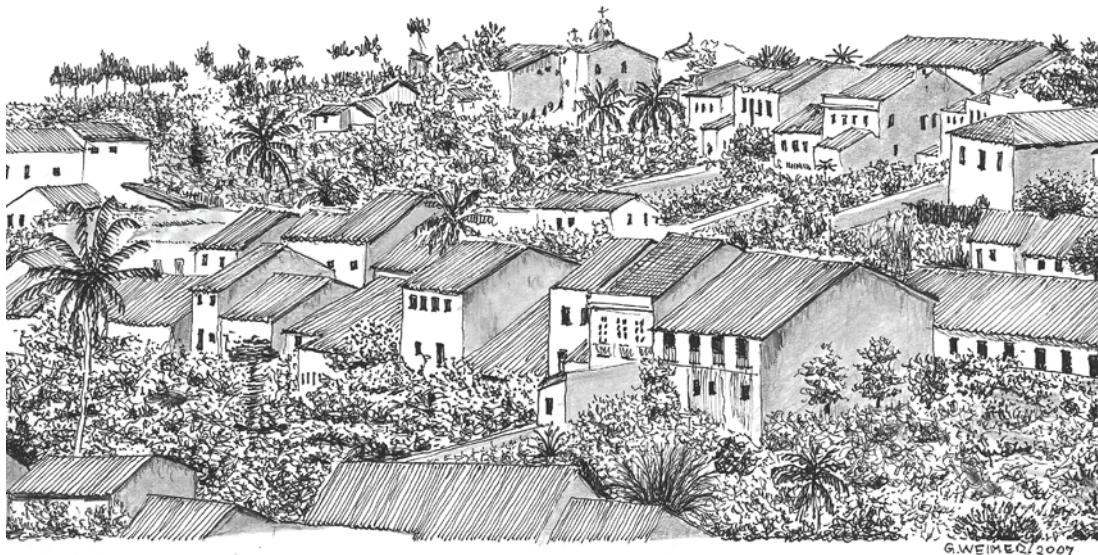


Figura 4810: Olinda, em por volta de 1870. Seu aspecto, provavelmente, pouco difere do do século XVIII.

Salvador cresceu devagar. Em 1624, a cidade já havia ultrapassado o sítio original planejado por Luís Dias. Ao longo do mar, havia se formado a Cidade Baixa. A antiga aldeia de Catarina de Paraguaçu se tornou mais densa e se expandiu ao longo das atuais ruas Sete de Setembro e Carlos Gomes, em direção ao forte de São Pedro. Pelo lado oposto, expandiu-se pelas ruas do Carmo e Direita de Santo Antônio até o largo de mesmo nome. Pelo lado oposto ao mar, transpassou a Baixa do Sapateiro que, à época, constituía-se num prolongamento do Dique. No centro histórico, surgiram prédios mais altos, três e quatro pisos (figuras 482 e 483).



Figura 482: Pelourinho, em Salvador da Bahia.

Figura 483: Largo do Pelourinho, em Salvador, Bahia.

Até meados do século XVII, a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro se resumia num casario distribuído livremente ao longo da praia, entre os morros de Santo Antônio e de São Bento. Nos inícios de século XVIII, ruas já haviam sido abertas mais ou menos ortogonais entre si, no sentido da interiorização. Todavia, esta expansão foi predominantemente no

sentido horizontal. Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, cresceu sua importância. Em 1733, Gomes Freire de Andrade foi nomeado capitão-geral do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nesse posto, encarregou o brigadeiro e arquiteto José Fernandes Pinto Alpoim de construir um palácio governamental (figura 484) entre a Rua Direita e a praia que viria a ser conhecido como o paço da cidade a partir da vinda da família real e, depois da declaração da independência, de Paço Imperial. Ao longo do tempo foram sendo construídos prédios de três pisos ao redor deste espaço, que viria a ser o mais representativo da cidade (figura 589).



Figura 484: O palácio do governo (forma original, antes das reformas) ao ser denominado Paço Imperial.

Mesmo com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, e a abertura de uma Estrada Real direta para as Minas Gerais, com o consequente fechamento do ramal para Paraty, não se percebem relevantes melhoramentos na cidade. Uma tímida ocupação territorial se instalou por trás do maciço da Tijuca, para a assim chamada Zona Norte. O crescimento acelerado só aconteceria no novo século, com a proclamação da independência.

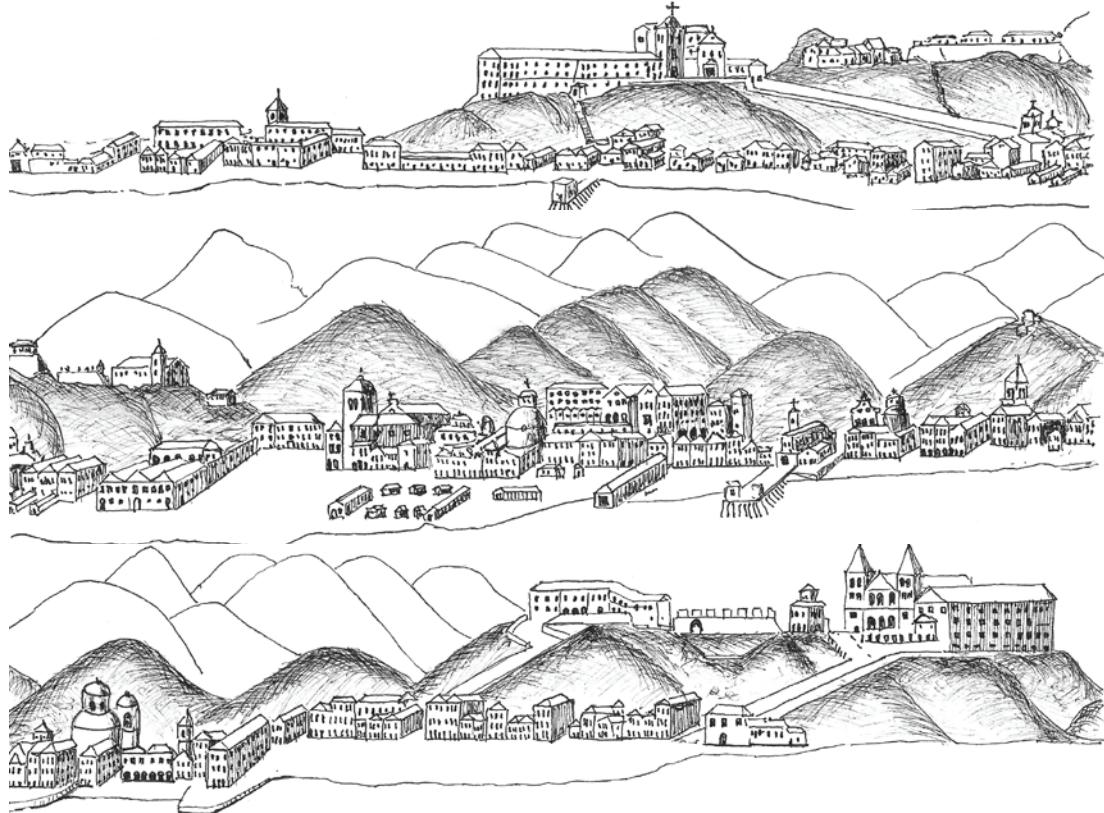


Figura 485: Rio de Janeiro, em 1775: A) do morro de Santo Antônio com o convento dos jesuítas, B) o centro da cidade e C) até o Morro de São Bento.



Uma questão, em geral pouco analisada, é o aspecto interno das vilas e cidades. Uma copiosa documentação a esse respeito foi deixada pelos viajantes que chegaram a partir da abertura dos portos. Se é certo que, à época, já não mais estávamos sob a administração a partir de Lisboa, nem por isso, os testemunhos deixados deixam de refletir a situação dos conglomerados que se encontravam no fim do período colonial.

Tem-se colocado certas reservas acerca desses relatos, já que os viajantes vinham dos centros mais adiantados da Europa e pouco tomavam conhecimento do que acontecia nas zonas rurais de seus respectivos países. A veracidade destas ressalvas é bem fundamentada, como pode ser percebido nas entrelinhas ou explicitamente em seus relatos, os quais são evitados de contradições. Por vezes, fazem elogios aos conglomerados e, mais adiante, as apreciações se tornam muito severas. Para exemplificar, Spix e Martius descrevem a vila de São Paulo nos seguintes termos:

Acha-se a cidade de São Paulo situada numa elevação sobre a extensa planície e Piratininga. A arquitetura de suas casas com sacadas de gradil, que ainda não desapareceram aqui, como no Rio, indica mais de um século de existência: contudo, são as ruas muito mais largas, claras e asseadas e as casas têm, na maioria, dois pavimentos. Aqui raramente se constrói com tijolo, ainda menos com cantaria; levantam-se as paredes com duas filas de fortes mourões ou gradeados, entre os quais se calca o barro (*casa de taipa*), sistema muito parecido com o pisé francês. O palácio do governador, antigamente Colégio dos Jesuítas, é de belo estilo, mas, agora ameaça ruína; também o palácio do bispo e o mosteiro dos carmelitas são edifícios imponentes; a catedral e algumas outras igrejas são grandes, embora ornamentadas sem bom gosto; no mais, a feição da arquitetura é insignificante e burguesa.¹⁰⁸



Figura 486: Rua da Boa Morte, em São Paulo.

Opinião bem diferente teve Maria Graham quando visitou Salvador na mesma época, e fez as seguintes observações:

A rua pela qual entramos (...) ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo em que tenho estado. É extremamente

¹⁰⁸ SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. *Reisen in Brasilien in den Jahren 1817-1820*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 1, p. 204.

estreita; apesar disso os artifícies trazem seus bancos e ferramentas para a rua. Nos espaços que deixam livre, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se os animais.¹⁰⁹

Seriam essas diferenças regionais que permitiriam alguma generalização? A verdade é que as contradições devem ser recebidas e avaliadas com cuidado, porque são os documentos disponíveis. Colocando os autores na sucessão cronológica em que passaram pelo país, pode-se perceber uma evolução no processo de urbanização.

O primeiro autor a ser referido é Thomas Lindley, um corsário inglês que foi retido em Salvador, em 1803, quando foi preso praticando contrabando. Suas anotações pouco se referem às cidades pelas quais andou, mas, sobretudo, centram-se nos estranhos costumes praticados por seus habitantes. Porém, algumas observações sobre as cidades podem ser encontradas em seus relatos. Sobre Porto Seguro, observou que: “As casas têm geralmente um só pavimento, são baixas e mal construídas, de tijolos moles, juntados com barro e recobertos de argamassa. Todas têm aspecto sujo e miserável.”¹¹⁰.

Sua apreciação sobre Salvador não é menos contundente:

As ruas são apertadas, estreitas, miseravelmente pavimentadas, nunca são limpas, apresentando-se sempre repugnanteamente imundas. Os fundos de várias delas são depósitos de lixo que, exposto a tão intenso calor, afeta seriamente a saúde dos habitantes, se não fossem os ares salubres, em consequência da situação elevada do lugar¹¹¹.

Alguns membros das classes elevadas, não em grande número, construíram grandes e elegantes mansões (principalmente nos arredores da cidade), mobiliados adequadamente. Há também habitações de gente rica, espaçosas e cômodas, porém desleixadamente mobiliadas. Vistas da rua, têm aparência triste e suja; e o que prometem do exterior, cumprem integralmente no interior. Efetivamente, nunca vi país cujos habitantes fossem tão completamente descuidados como o Brasil, em matéria de asseio. As casas pertencentes aos comerciantes e donos de lojas são ainda mais repugnantes: possuem janelas de arriar, feitas de madeira, em vez de vidraças, desprovidas de qualquer pintura, que, aliás, daria graça e conservação. A classe mais baixa, constituída de soldados, mulatos e negras, vive em choças cobertas de telha e sem forro, dotadas de uma única janela de rótula. Esse tipo de construções diversas (com exceção de uma ou duas ruas), acham-se misturadas umas às outras por toda a cidade, que exibe aparência variegada e desagradável¹¹².

Acerca desses pátios, o príncipe Maximilian de Wied-Neuwied anotou que muitas casas “(...) possuem quintais cercados de troncos, onde se criam cabras, porcos e toda espécie de aves domésticas”, o que certamente não contribuiu para salubridade dos ares.

Spix e Martius, que vieram na viagem da Princesa Leopoldina, chegaram ao exagero de dizer que “as ladeiras íngremes (de Salvador) são parcialmente calçadas com tijolos, onde a passagem de cavalos é virtualmente impossível, podem ser percorridas em palanquins

109 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1990, p. 165

110 LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939, p. 148-149.

111 *Idem. Ibidem*, p. 163.

112 *Idem, ibidem*, p. 164.

(cadeiras) alugados e carregados por dois robustos escravos negros"¹¹³. Essa observação bem diz dos preconceitos existentes quanto aos escravizados: o costume corrente era que a classe senhorial não colocasse os pés na rua, e a forma mais comum era que as mulheres se deslocassem carregadas em palanquins. Aos olhos dos naturalistas, porém, quando os cavalos estavam quase impossibilitados de subir pelas ladeiras, eram substituídos por escravos. Ou seja, os cativos ocupariam uma categoria inferior à dos animais.

Robert Walsh, que passou por Salvador em 1828, apresenta outra versão sobre estas ladeiras:

As ruas são excessivamente íngremes, já que todas se elevam pela encosta da colina e são pavimentadas com pequenas pedras assentadas verticalmente no chão o que as torna não apenas pontiagudas como escorregadias. Por isso, as ruas são penosamente difíceis de subir e perigosas ao descer. Vimos alguns cavalos espanhóis descendo uma delas com muita dificuldade, esperando a qualquer momento que eles e seus cavaleiros se despencassem; mas, com uma sagacidade espantosa, os cavalos colocavam suas patas traseiras junto com as dianteiras sempre que chegavam a um local mais íngreme e sem mais esforço frequentemente deslizavam, às vezes por vários metros, devido à velocidade que adquiriam.¹¹⁴

Observações depreciativas a respeito do traçado irregular das ruas são recorrentes entre estes viajantes. Thomas Ewbank chegou a afirmar que o sistema viário do Rio de Janeiro tinha a forma do de Damasco¹¹⁵. Seria isso uma referência às origens islâmicas das cidades portuguesas? Ou seria uma simples ironia?

Tais juízos foram emitidos no início do século XIX, mas que, certamente, também eram válidos para o século anterior. Evidentemente, faltou aos seus autores uma visão histórica dos fatos. Senão, vejamos: de fato, as ruas eram irregulares porque a ideia de regularidade foi revivificada na renascença italiana, baseada nas cidades novas do Império Romano. As cidades medievais europeias conservavam traçados livres à época em que estes autores estiveram no Brasil. Somente as cidades mais importantes da Europa haviam tratado de seus melhoramentos urbanos, cujas iniciativas ainda não tinham chegado ao Brasil. Nesta época, os conglomerados coloniais já tinham uma existência multissecular. Do mesmo modo, muitos viajantes do século XIX ironizavam o fato de que a rua principal ser chamada de “Rua Direita” enquanto era muito sinuosa. Não sabiam que a denominação provinha de tempos pretéritos e tinha o significado de “rua direta”, levando diretamente do portão da cidade à praça central. Tampouco conheciam os antecedentes históricos das influências berberes na cultura portuguesa. Como já visto, nas cidades à beira do Saara o traçado irregular das vias era uma imposição funcional que acabou por ser incorporado à tradição do urbanismo lusitano. Não é, pois, de admirar que seus reflexos também aflorassem no Brasil.

Ressalva constante é a de que as ruas teriam sido muito estreitas. Efetivamente, algumas ruas mal deixavam passar um cavalo, como era argumentado amiúde, fato esse explicado em virtude de as primeiras vilas e cidades serem destinadas apenas a pedestres.

¹¹³ SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. P. von. *Reisen in Brasilien in den Jahren 1817-1820*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 2, p. 633.

¹¹⁴ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1985, p. 30, v. 1.

¹¹⁵ EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 73. O autor chega a afirmar que a Rua do Rosário teria 3.60m de largura, dos quais apenas 1.80m estariam reservadas ao trânsito de veículos. A sarjeta estaria localizada no meio da rua e ficava num nível de 60cm, abaixo das laterais. Com uma inclinação de 60 cm em 90cm, esta rua dificilmente haveria de ser transitada.

Logo, não havia necessidade de larguras mais avantajadas. Como as vilas eram muradas como meio de defesa, o espaço interno tinha de ser muito bem aproveitado. Uma das consequências foi a compactação das massas construídas tanto na Europa quanto no Brasil. Só, aos poucos, foram sendo abertas ruas com larguras progressivamente maiores, à medida que aumentava a população e melhoravam os meios de transporte. Lá e aqui.

Segundo reiteradas observações dos viajantes, sabe-se que “a calçada inclina-se desde as casas de ambos os lados para o meio da rua.”¹¹⁶ Disso, resultava que, se a rua não apresentasse um desnível, formavam-se poças d’água, transformadas em charcos a cada chuva. Para evitar esse inconveniente, procurava-se dar um traçado em desnível. Porém, havia um motivo mais forte para lançar mão de tal procedimento. Boa parte do lixo era despejado na rua. Desse modo, aproveitavam-se os animais que se alimentavam dos restos dos nutrientes. Rodrigues Ferreira narra que se encontrara com uma autoridade governamental da qual cobrou o fato de ele não mandar capinar as ruas. Então, soube que isso era proposital “para não privar o gado da erva que o sustentava”¹¹⁷.

Na periferia das cidades, as condições de habitabilidade eram bem piores. Luccock assinalava que: “Nos arrabaldes da cidade (do Rio de Janeiro) as ruas são sem calçamento, as casas de um só pavimento, baixas, pequenas e sujas e, tanto portas como janelas, são de rótulas e abrem-se para fora, com prejuízo dos transeuntes”.¹¹⁸

Rugendas não deixou por menos:

Nos bairros mais feios, na costa setentrional, na vizinhança do Saco do Alferes e, finalmente, nos arrabaldes de Mata-Porcos e Catumbi as ruas são bastante irregulares. As residências não passam, em geral, de miseráveis choupanas, esparsas ao acaso ou empilhadas umas contra as outras, entre a colina e o mar.¹¹⁹

Não há como negar que tal comportamento reflete um atraso em relação ao que começava a se impor na Europa. Mas também deve ser assinalado que o mesmo ainda persistia no Velho Continente, nos burgos mais afastados dos centros importantes. Também aqui, as vilas quando mais distantes apresentavam deficiências de toda ordem.

A existência de fortes contrastes entre o centro das vilas e a periferia também foi descrita pelo príncipe Maximilian:

Vila Velha do Espírito Santo (...) é formada de baixos casebres de barro e decai a olhos vistos, desde que se fundou a vila de Vitória, na margem norte, a meia légua de distância... A cidade de Nossa Senhora da Vitória é um lugar limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português.¹²⁰

Apesar do monopólio e dos cuidados mantidos por Portugal em relação às minas de ouro e diamantes, esses segredos transpiraram. Tanto isso é verdade que, quando foram

¹¹⁶ EWBANK, Thomas. Op.cit, p. 73.

¹¹⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970, p. 498.

¹¹⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 25.

¹¹⁹ RUGENDAS, Johann Moritz von. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins/EdUSP, 1972, p. 15.

¹²⁰ MAXIMILIAN, príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos 1815 a 1817*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 141.

abertos os portos, acorreram viajantes com a maior curiosidade sobre sua existência e trataram logo em visitá-las. Lá chegando, a curiosidade se transformou em decepção. Com o esgotamento das minas de ouro, as vilas entraram em decadência e ainda apresentavam o “ultrapassado” estilo barroco. Nesse sentido, a descrição de Spix e Martius da Vila do Príncipe é paradigmática:

As ruas (da vila do Príncipe, hoje Serro, (figuras 486 e 487)) são ladeiras tortuosas e mal calcadas; as casas, pequenas e pobres. Na ocasião de nossa demora ali, estava-se justamente cuidando da construção duma nova igreja. O número de seus habitantes tem-se reduzido nos últimos decênios visto o pouco resultado das minas de ouro cada vez mais minguados, de sorte que, atualmente, não conta mais de 3.000 almas e nesta zona de antiga opulência só se encontram vestígios de miséria.¹²¹



Figura 487: Vista panorâmica de Serro, Minas Gerais.

Figura 488: Uma ladeira calçada de Serro.

De forma geral, os juízos emitidos sobre as vilas do interior foram mais benevolentes do que seria de esperar. Claro está que lhes era difícil de entender que as moradias fossem de taipa, pequena e pobres. Mesmo assim, por vezes, reconhecia nelas algumas qualidades. Segundo Saint-Hilaire, a Vila de Barbacena:

(...) foi construída sobre a crista de duas colinas (...) aí se cortam duas ruas principais que são bem traçadas e bastante largas; uma delas é calçada em toda a largura e as outras são unicamente em frente às casas (...) A maioria das casas possui um pequeno jardim. Aí vimos latadas carregadas de belos cachos de uva, pessegueiros cobertos de frutos, algumas flores cultivadas nos jardins da Europa (...)¹²²

Sobre a Vila de Icó, no Ceará, Gardner diz que:

A cidade consiste de três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores (...) A rua principal é larga, com algumas lojas bem sortidas; tem quatro belas igrejas, um sólido cárcere e um mercado em que diariamente se expõem à venda carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões, melancias, laranjas e limas.¹²³

121 SPIX J.B. von; MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 2, p. 94. (Original de 1823). Sobre o ritmo da decadência de Diamantina, os autores deixaram os seguintes dados sobre a mão de obra escravizada: Diminuiu o número de trabalhadores, ao escassear o lucro da extração. De 1771 a 1775, trabalhavam 4.500 escravos ou mesmo 5.000; de 1795 a 1801, 1.700; de 1801 a 1814, 2.100 até 2.800; de 1814 a 1817, de 1.600 até 1800; de 1817 até à ocasião de nossa entrada, 1.020. *Idem, ibidem*, p. 100, v. 2.

122 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 62.

123 GARDNER, Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 87.

Afastado dos centros de decisão, segundo Mawe, em Desterro (hoje Florianópolis): “As casas são bem construídas, com dois ou três andares, assoalhadas de madeira, jardins tratados, apresentando excelente vegetação e flores. A cidade possui várias ruas e conta com cinco a seis mil habitantes. É um porto livre.”¹²⁴



Para concluir, cumpre fazer algumas considerações a respeito das vilas setecentistas. O baixo desenvolvimento cultural do país não tem permitido que se prestassem as devidas atenções à preservação de nosso patrimônio arquitetônico e urbanístico (apesar do denodado empenho dos encarregados dos órgãos competentes). Sítios históricos vêm sendo submetidos a uma febril renovação arquitetônica e urbana. Assim, o desaparecimento destas realizações tem sido assustadoramente alto. Apenas centros urbanos que acabaram sendo marginalizados dentro do processo de desenvolvimento acabaram por terem tido uma razoável conservação. Por isso, é necessário relevar a importância de alguns sítios que ainda não sofreram o impacto destruidor desta onda renovadora. Dentre eles, assume especial importância a cidade como Paraty, no sul do Rio de Janeiro.

A formação do povoado foi anterior a 1650, e adquiriu especial importância com a descoberta das minas por se encontrar numa rota tradicional aberta por indígenas de suas peregrinações anuais rumo à costa do oceano. Como entreposto das riquezas oriundas das minas, adquiriu um rápido e significativo enriquecimento nos inícios do século XVIII, subitamente estancado pela determinação real do fechamento da estrada que a ligava ao interior de Minas Gerais. Com isto, a vila caiu em letargia, o que propiciou a conservação de seu patrimônio arquitetônico e urbano. Enquanto o Rio de Janeiro assumiu as funções administrativas inerentes a sua categoria de capital da Colônia, o que teve, por consequência, uma sucessiva evolução de seu desenvolvimento, acarretando, assim, a demolição de considerável parte da massa arquitetônica histórica, a de Paraty permaneceu estática. Sua paulatina decadência, por falta de conservação, pôde ser revertida depois da criação dos serviços de proteção patrimonial (figura 488). Deste modo, a arquitetura de Paraty, certamente, teve um papel da maior importância por ter servido de modelo aos prédios que passaram a ser erguidos nas regiões de mineração, e hoje se constituem num sítio exemplar da arquitetura de antanho.

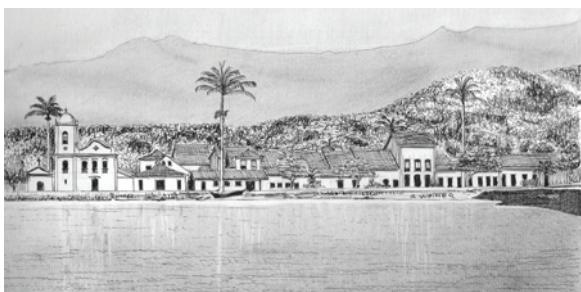


Figura 489: Aspecto atual de Paraty, visto desde o seu acesso por via marítima; ao fundo, com a Serra da Bocaina.

Figura 490: Rua Samuel Costa, Paraty, RJ, mostrando a extraordinária unidade formal das massas construídas.

124 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1978, p. 52.

Casos semelhantes ocorreram com as vilas de São Cristóvão e Vila Madalena (atual Marechal Deodoro), antigas capitais de Sergipe e Alagoas que entraram em estagnação com as transferências das capitais para Aracajú e Maceió. Neste rol, também devem ser incluídas as vilas mineiras que entraram em letargia com o esgotamento das minas. No entanto, elas correm perigo em sua integralidade. Nas primeiras visitas de viajantes, Vila Rica foi objeto de elogios. Luccock, um dos primeiros viajantes a visitá-la, anotou que as cinco mil casas:

(...) são todas elas caiadas por fora (...) As fontes públicas, catorze ao todo, acham-se dispersas pela cidade; são geralmente, belas construções e providas abundantemente de água. Os edifícios públicos, de comércio e de diversões são feitos de pedra, com algum direito a serem classificados de belos; alguns deles possuem de fato um aspecto de grandiosidade desconhecido em outras vilas do Brasil.¹²⁵

Ele não foi o único autor a emitir elogios semelhantes. Com a criação do serviço do patrimônio, Ouro Preto foi uma das primeiras cidades a ser colocadas sob proteção e receber polpidas verbas para a sua restauração. No entanto, a falta de uma legislação adequada no sentido de sua efetiva preservação fez com que recebesse sucessivas construções adicionais, deformando de tal modo seu aspecto original que, já correm rumores sobre a retirada de seu reconhecimento como patrimônio da humanidade. Se não forem tomadas as devidas providências, as demais cidades também correm o perigo de perder sua representatividade.

Amazônia

Um dos fatos mais significativos para a história do Brasil foi a política de expansão territorial do Brasil na Amazônia. Segundo o Tratado de Tordesilhas, por imprecisão de dados, no norte do Brasil, a fronteira entre as posses das coroas ibéricas passaria em alguma latitude entre o ponto da costa onde Maranhão faz divisa com o Pará, onde viria a ser construída a cidade de Belém. Isso quer dizer que nem mesmo a desembocadura do Rio Amazonas ficaria do lado brasileiro. Em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco ergueu um fortim junto à baía de Guajará, ao qual deu o nome de Presépio de Belém. Na verdade, isso não consistia em desrespeito ao Tratado, posto que, à época, Portugal e Espanha faziam parte do mesmo reino. Por esta mesma razão, conflitos políticos internos da Europa levaram a hostilidades entre a Inglaterra, a Holanda e, pouco depois, a França contra a Casa dos Habsburgos, que dominava o vasto Império Austríaco e a Espanha. O objetivo dos três países era ocupar o território entre o mar do Caribe e a margem setentrional do Rio Amazonas e, para tanto, entraram pelo Rio Amazonas numerosas unidades militares com o objetivo de garantir a região meridional dessas possessões.

125 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 332.

Como as tropas espanholas sediadas na América estavam ocupadas em garantir o domínio da cobiçada região das minas de prata situadas nos Andes, o rei determinou que as tropas portuguesas defendessem a Amazônia. Na verdade, os portugueses já haviam ocupado a costa meridional do atual Estado do Pará com as vilas de Bragança (a 198 km de Belém), de Vigia (a 99 km de Belém), Cametá (a 171 km de Belém) e Curuçá (a 140 km de Belém), antes do começo da construção do forte de Belém. Além disso, ainda haviam sido instaladas algumas missões de catequese em Curupá (próxima à foz do Xingu) e Monte Alegre (próximo à foz do Tocantins).

O lógico seria combater os invasores a partir do Atlântico, onde estavam estabelecidos os portugueses. Além do mais, a Espanha estava envolvida com problemas diplomáticos e de soberania em várias frentes dentro da Europa. Adler Homero Fonseca de Castro fez um minucioso levantamento dessas instalações militares construídas pelos três países nas entradas do rio Amazonas, que chegou ao expressivo número de 84 unidades¹²⁶. A expulsão dos invasores levou a duas consequências fundamentais: por um lado, forçou ingleses e holandeses (com os franceses em inícios do século XVII) a se limitarem a conquistar o território a partir do mar do Caribe, levando os portugueses a entrarem pelo Rio Amazonas e se estabelecerem nas fortificações conquistadas sob a alegação de impedir novas invasões. As instalações eram, em sua maioria, de terra, que era o material disponível, mas pouco adequado para o clima super úmido. Por isso, estes estabelecimentos tinham uma duração limitada e acabavam por serem abandonados após algum tempo. Mas justificou – embora de forma temerária – a defesa do Baixo Amazonas pelos lusos, uma vez que os espanhóis não trataram de colocar a região sob sua guarda. Aproveitando essa indefinição, os portugueses acabaram por avançar cada vez mais pelo território com o envio de padres missionários com a justificativa de cristianizar os pagãos. Estas diretrizes passaram a receber fortes incentivos quando foram descobertas minas de metais e pedras preciosas nas Gerais, em território brasileiro.

Quando os “brasileiros” foram expulsos da região mineradora e descobriram novos mananciais em território espanhol, em Goiás e em Mato Grosso, sem que houvesse retaliações por parte dos castelhanos, o avanço foi se tornando vigoroso. Tanto isso é verdade que, em 1745, portanto cinco anos antes do Tratado de Madri, quando Charles Marie de La Condamine, a mando do rei da França, fez o percurso do Pacífico ao Atlântico para fazer observações astronômicas, descendo o rio Solimões, e partindo de Pebas, o último assentamento espanhol do Equador (hoje Peru), chegou a São Paulo de Olivença, situada à margem do Rio Solimões, próxima à atual tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru, a primeira missão portuguesa, da ordem dos carmelitas, que descreveu nos seguintes termos: “Em São Paulo (de Olivença) começamos a ver, em lugar de casas e igreja de bambu, capela e presbitério de pedra, de terra e tijolos e muros alvejados com asseio”.¹²⁷

Se havia uma missão tão avançada em território espanhol, é de supor que também houvesse outras ao longo do Amazonas/Solimões. Uma vez estabelecidas as missões

126 CASTRO, Adler Homer Fonseca de. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009, v. 2, passim.

127 CONDAMINE, Charles Marie de La. *Viagem na América descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 76.

religiosas, o governo português tratou de iniciativas voltadas a consolidar a posse de um vastíssimo território que triplicaria a área tratada da Colônia. A Colônia do Santíssimo Sacramento já havia sido fundada em 1680; as incursões a partir do sudeste já haviam chegado até a margem do Rio Paraguai, mas as fronteiras na Amazônia ainda estavam por ser definidas.

Como Portugal não dispunha de um corpo técnico em número necessário para assumir as numerosas tarefas demandadas no Novo Mundo, o governo complementou o número de profissionais com a contratação de técnicos estrangeiros, dentre os quais citamos os italianos Antonio Giuseppe Landi, Enrico Antonio Galluzzi Giovanni Angelo Brunelli, Domenico Sambucetti e Michelangelo Blasco; os alemães Adam Leopold von Breuning, Emmanuel Fritz Goetz, Johann Andreas Schwebel, Kaspar Johann Gerhard von Gronfeld e Philipp Friedrich Sturm; o sueco Jakob (Jacques) Funck e o croata Ignác Szentháromság, dentre outros¹²⁸. Esses eram integrantes da Comissão de Demarcação da fronteira setentrional do Brasil, que ainda era integrada pelos portugueses Sebastião José da Silva e Gregório Rebelo Guerreiro Camacho. Os técnicos foram contratados durante o reinado de Dom João V, mas a morte do monarca, em 1750, foi adiada a ida dos contratados a Belém.

Neste meio tempo houve uma transformação na política portuguesa, e a autoridade de maior destaque do período passou a ser o futuro Marquês de Pombal¹²⁹. Depois de encargos diplomáticos em Londres e Viena, ele retornou a Lisboa onde passou a integrar o corpo de ministros. Em pouco tempo, foi imposta uma nova ordem política na qual o Marquês de Pombal se tornou o supremo mandatário do governo, cabendo ao rei Dom José I apenas encargos de representação.

¹²⁸ SOUSA VITERBO cita um bom número de outros profissionais contratados para esta finalidade a ser desempenhada na “América do Sul” no *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988, vol. 3. *passim*. Uma biografia dos alemães pode ser encontrada em OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teutônica à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968, *passim*.

¹²⁹ Influenciado pelo iluminismo nascente, Pombal foi nomeado embaixador de Portugal em Londres e em Viena, onde rapidamente se assenhoreou das macelas da diplomacia internacional. Através de seu voluntarismo, conseguiu manobrar a política portuguesa no sentido de se tornar o Secretário de Estado do Reino que corresponderia ao atual posto de primeiro ministro, relegando ao rei D. José I o encargo representativo da Nação. Neste posto, atuou entre 1750 e 1777, quando o Rei foi assassinado e, em consequência, perdeu seu posto. São bem conhecidas as reformas inovadoras que introduziu no reino e que lhe custaram grande admiração e muitas inimizades. Sob o conteúdo do qual estamos tratando, vale assinalar que no início de seu governo aconteceu o terremoto de Lisboa (em 1º de novembro de 1755) em que foi destruída boa parte da capital portuguesa. Sua reconstrução lhe deu oportunidade de demonstrar sua capacidade de grande administrador com a aplicação de um racionalismo de inspiração clássica. A tênue capitalização dos princípios arquitetônicos renascentistas que haviam se estabelecido em Portugal após os grandes descobrimentos, voltou a ser valorizada com as imperiosas demandas da reconstrução da Baixa Pombalina, em Lisboa. Com isso, houve uma inflexão dos princípios de composição barrocos em direção ao classicismo. A oposição entre o poder religioso e o civil que assumiu certa gravidade aos tempos de Pombal, resultou na definição de praças administrativas separadas das do poder religioso. Esta é uma importante questão da história da arquitetura nacional. Ainda não foi devidamente estudada a influência destes preceitos no cenário da colônia. A atuação de Pombal no Brasil sempre foi encarada com reservas, entre outros, devido à expulsão dos jesuítas sob a alegação de que constituíam um poder paralelo dentro do Estado e decretação da derrama que levou à Inconfidência Mineira. Como a educação na colônia estava virtualmente monopolizada nas mãos dos jesuítas, esta expulsão representou um percalço na cultura colonial e a integração dos indígenas na vida nacional por via da catequese sofreu sério abalo. Porém, pouco tem sido estudada e valorizada sua atuação diplomática na expansão e consolidação das fronteiras coloniais através dos firmes governos de Gomes Freire de Andrade no Rio de Janeiro e de Mendonça Furtado no Grão-Pará.

Referente à Amazônia, Pombal estruturou uma política de dominação efetiva da Amazônia por meio de ações comerciais com a implantação de um “Secretíssimo Plano de Comércio”. As diretrizes deste plano foram mantidas no maior segredo, e poucas pessoas tinham conhecimento dele, entre as quais o governador do Pará, João Pereira Caldas, e seu substituto, o irmão de Pombal, Francisco Xavier Mendonça Furtado, além do primeiro ministro. Até hoje não foi encontrado original deste documento, mas sabe-se de algumas de suas disposições por terem sido transcritas na correspondência entre estas autoridades. Esse fato vem causando muitas controvérsias entre os historiadores, mas as evidências de seus efeitos têm conferido credibilidade ao mesmo¹³⁰. É sabido que o acesso à Planície Amazônica a partir do Oceano Pacífico era muito penoso devido às escarpadas dos Andes e da floresta tropical. Pombal percebeu que o acesso àquela região pelo lado Atlântico seria bem mais conveniente com a utilização da rede fluvial, pela qual seria possível encontrar apoio dos habitantes castelhanos já estabelecidos na planície amazônica, e uma política de incentivos comerciais facilitaria a obtenção de seus objetivos¹³¹. Para colocar em prática essas diretrizes, seria necessária uma intensiva propaganda sobre as iniciativas de ocupação territorial.

De imediato, mandou fazer minucioso levantamento de todas as aldeias indígenas existentes ao longo dos principais rios. Para elas, mandou confeccionar planos urbanísticos hipotéticos muito avançados para a época (figuras 491 e 492). Para as “iniciativas” permanecerem em segredo, Pombal mandou retirar os técnicos estrangeiros menos confiáveis, contratados durante o reinado de João V, das frentes de fixação de novas fronteiras para evitar que suas intenções expansionistas fossem divulgadas quando os mesmos voltassem a seus respectivos países¹³². Além de mandar confeccionar uma série de planos urbanísticos para hipotéticos assentamentos, forjou nomeações das autoridades administrativas para estas hipotéticas comunidades. Mais que isso, mandou confeccionar hipotéticos desenhos desses “assentamentos”, cuja única e remota vinculação com a realidade era dar sua locação como sendo a de aldeias indígenas efetivamente existentes (figuras 493 e 495), e seus habitantes (na linguagem da época, eram denominados de “negros da terra”, “gentios da terra”, quando não eram desprezados e denominados “selvagens”, “bárbaros”) foram promovidos a cidadãos portugueses. Suas aldeias foram transformadas em “vilas”, conforme atesta o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira¹³³, que percorreu a Amazônia entre 1785 e 1787.

130 Corcino Medeiros dos SANTOS fez um detalhado estudo sobre o mesmo que foi publicado, em 2008, pelo Senado Federal, no volume 86, com o título de *Três ensaios de história colonial*.

131 Pelo Tratado de Madri, de janeiro de 1750, portanto, antes de Pombal ter assumido o poder, havia sido aceito tanto por Portugal como pela Espanha o princípio do direito romano do “uti possidetis, ita possideatis” (quem possui de fato, deve possuir de direito), Pombal tratou de tirar bons proveitos deste acerto. Tratou logo de “legitimar” a ocupação do interior da Amazônia e, para tanto, passou a promover os desprezados indígenas a cidadãos “portugueses”.

132 Michelangelo Blasco voltou ao Rio de Janeiro de onde foi mandado ao Rio Grande do Sul, onde desempenhou funções importantes, mas não participou da demarcação de fronteiras para o que havia sido contratado. Landi também foi destituído deste encargo, mas permaneceu em Belém, onde se fez pioneiro na introdução da arquitetura neoclássica no Brasil em significativos projetos em prédios importantes, novos e em reforma de construções já existentes. Além disso, fez bons negócios na exploração da agricultura do cacau e do milho, na implantação de indústrias de olaria e de cerâmica vitrificada.

133 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Emílio Goeldi. S.d., p. 718.

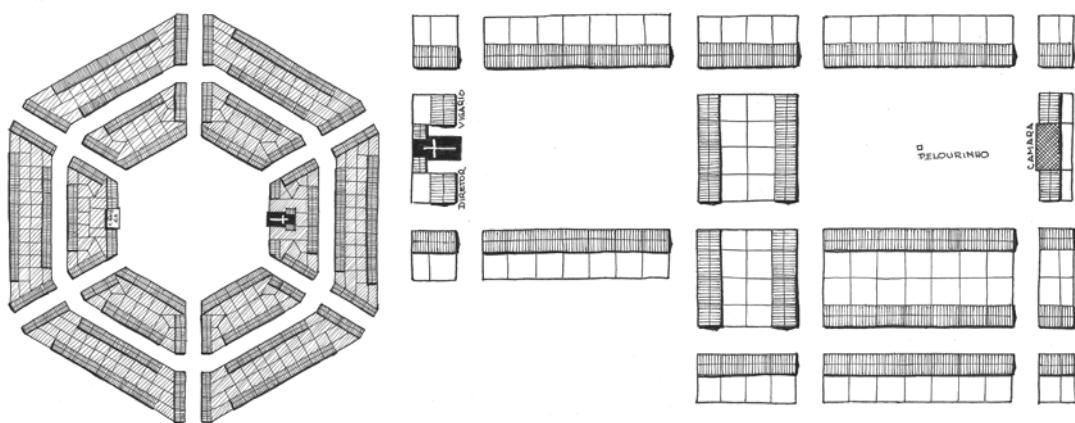


Figura 491: Projeto de uma hipotética “Villa de Serpa, erigida pelo Ilmo. Sr. Joaquim de Mello e Povoas, Gov. desta Capitania”. Projeto de Philipp Sturm, de 1759.

Figura 492: “Projeto da Va. de Silviz”, proposta pioneira da separação nítida da praça da Igreja da Casa de Câmara e Cadeia. Projeto de Philipp Friedrich Sturm, de 1759



Figura 493: “Projecto da Boa Vista, (n)o pé da boca do Rio Xingu”, uma fantasiosa perspectiva de um povoado que foi “contemplado” até mesmo com diversos sobradinhos.



Figura 494: Vista da fantasiosa Vila de Borba, a Nova. Para conferir veracidade ao desenho, a mesma foi complementada com algumas palhoças indígenas nos fundos.



Figura 495: “Aldeia de Guaricuru, no Rio de mesmo nome, administrada pelos Padres da Compª.”

Como a intenção política era a anexação do território, Pombal tratou de construir alguns fortins e, possivelmente, simulou a construção de outros. A representações dos mesmos era tão ficcional que, seguindo a tradição europeia, os “implantava” no topo de morros (figura 496 e 497) sem ao menos levar em consideração que a bacia do Solimões/Amazonas se caracteriza por ser marcadamente plana.

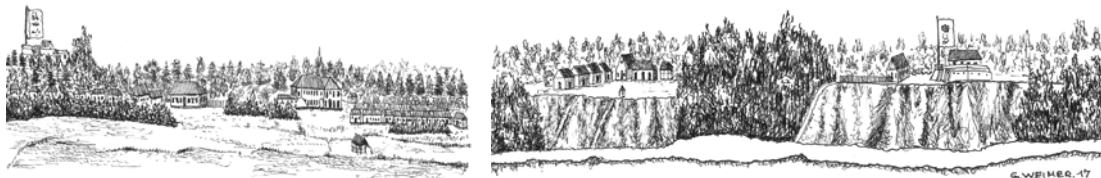


Figura 496: “Projecto da Fortaleza de Tapajós, com a sua aldea”.

Figura 497: “Fortaleza de Pauxis, no Rio Amazonas”.

O quanto precárias eram as tentativas de ocupação efetiva da região é relatada pelo médico Robert Avé-Lallémand, que a percorreu entre 1858-9. Segundo suas observações, a povoação de São José de Marabitanas tinha 35 pequenas casas mal rebocadas, cobertas de palha, sem divisões internas, todas velhas e ameaçando ruína, com uma pequena capela de paredes reentrantes, pilares carcomidos, telhado esburacado e o interior em ruína; na povoação de Cucuí nada mais havia além de um péssimo quartel inacabado; a de São Marcelino estava abandonada, contava com 11 casas pequenas, cobertas de palha e fora invadida pelo mato; já Nossa Senhora da Guia contava com 15 casas e uma capela coberta de palha bastante arruinada; em São Felipe estava abandonada e invadida pelo mato; em Santa Ana fora abandonada; a aldeia do Carmo tinha sete casas velhas, uma quase pronta, duas abandonadas e em ruínas e uma capela ameaçando desmoronar-se, e mais treze aldeias em condições semelhantes.¹³⁴ Isso demonstra a quanto precária foi esta ocupação.

Na verdade, toda mentira se torna crível quando se transforma em meia verdade. Direcionando sua política neste sentido, mandatários portugueses resolveram, efetivamente, construir alguns fortins pela Amazônia, além de duas fortalezas de consideráveis dimensões: uma na entrada da Amazônia e outra, nos confins.

O primeiro foi construído próximo à Macapá, em razão do que recebeu o nome de São José (nome do rei) de Macapá (figura 498). Localizado próximo à embocadura do Rio Amazonas, pelo lado setentrional, ficando a 350 km, em linha reta, da cidade mais próxima que era Belém. Entre essas duas localidades ficavam o Rio Amazonas, a Ilha da Queimada, a Ilha de Marajó e a Baía de Marajó, o que significa ser muito maior a ligação por via fluvial entre ambas. A obra foi realizada em condições bastante adversas. A escassez de mão de obra qualificada levou à necessidade do emprego de mão de obra nativa que pouco estava habilitada a executar as tarefas. Isso levou à revolta da mesma, que só pôde ser contida com muito esforço e habilidades. As obras foram iniciadas em 1756 e inauguradas em 1764 o que por si só constituía numa performance extraordinária para as condições da época.

134 AVÉ-LALLEMAND, Robert B. *Viagens pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1961, p. 123 e seguintes. 2. v.

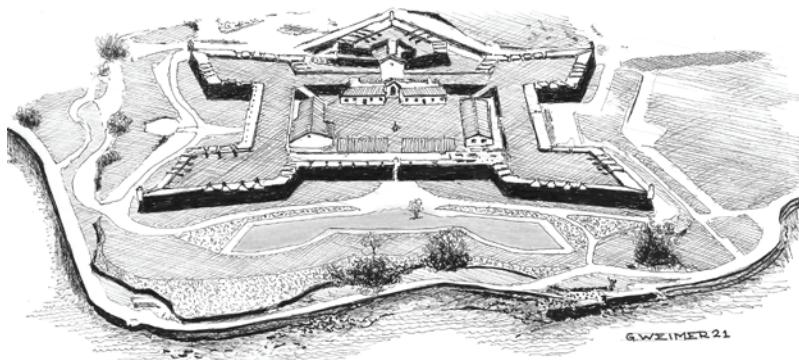


Figura 498: Forte de São José de Macapá, projeto e construção de Enrico Antonio Galluzzi (estado atual).

A construção desse forte tinha, obviamente, um valor mais simbólico do que prático: deveria servir de defesa e salvaguarda da entrada do Rio Amazonas. Para as condições da época, isso constituía mais numa afirmação de soberania do que efeitos práticos, uma vez que os canhões não conseguiriam cobrir a largura do rio. Ademais, o canal sul do Amazonas que separava a Ilha da Queimada da do Marajó estava totalmente desprotegido. As intenções de dominação territorial deste empreendimento ficavam bem evidenciadas pelo fato do forte ter sido construído no lado setentrional, posto que os domínios portugueses ficavam a sul.

Nos confins, foi construído o Real Forte Príncipe da Beira, na margem oriental do Rio Guaporé, no atual Estado de Rondônia, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e que viria a ser a maior fortaleza portuguesa fora da Europa (figura 499). Seu projeto é de 1775, mas sua construção só pôde ser iniciada em junho de 1776, no fim do governo de Pombal. Segundo A.L. Pereira Ferraz:

(...) sua construção se fez com a cal enviada de Corumbá, pela via fluvial do Javari e dali à do Guaporé. Só em 1782, as pedras remetidas deram para o fabrico de 2000 alqueires. Executando-se as obras de cantaria no Juruá e o restante veio do Pará, pelo Rio Madeira... Fortificação quadrangular (...) mede cada face 119,50 m, havendo nos ângulos baluartes de 59 m sobre 48m na máxima altura¹³⁵.

Esses dados se constituem em apenas alguns indicativos para as enormes dificuldades¹³⁶ de se revestirem a realização da obra. Construído em meio a uma floresta ameaçadora, sem ter sido jamais utilizado para fins bélicos, sua importância decorre de ter sido um dos mais importantes marcos que alicerçaram a expansão do território brasileiro até as proximidades da Cordilheira dos Andes. Suas dimensões gigantescas elevadas numa região

135 FERRAZ, A. L. Pereira. Real Forte Príncipe da Beira, In: Arquitetura Oficial. São Paulo: FAU-USP, 1978, p. 115.

136 A cal tinha de ser transportada por uma distância de mais de mil quilômetros em linha reta. É sabido que a Amazônia é muito pobre em jazidas de pedra. Segundo Pereira Ferraz, elas teriam vindo do Pará em local de extração não definido e de Juruá. Isso significa que as que vinham do Pará teriam de ser transportadas por, no mínimo, 1800 km. As que vinham de Juruá, teriam de descer o rio de mesmo nome até desembocar no Solimões, navegar por este rio até a desembocadura do Madeira, pelo qual subiriam até o Guaporé para só então chegar ao canteiro de obras. Esse percurso correspondia a uma distância aproximada de 2440 km. O alqueire foi uma antiga medida de volume ou de peso, variável de local para local. No Pará, seu peso era avaliado em 30 kg. Se este foi o valor considerado pelo autor, teriam sido transportadas cerca de 60 toneladas de pedra em apenas um ano! Sem querer apelar para exageros, sua construção pode ser qualificada de verdadeira epopeia.

de difícil acesso e num virtual deserto demográfico são indicativos claros de que se tratava de uma obra destinada a dar credibilidade à ocupação da Amazônia pelos portugueses.



Figura 499: O Real Forte Príncipe da Beira, projeto atribuído a Domingos Sambrucetti, de 1775.

Outro marco de menores dimensões, mas nem por isso de menos importância, foi a construção do Forte de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra (ou simplesmente Forte de Coimbra, figura 500), localizado à margem oriental do Rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia, a 100 km ao sul de Corumbá e a 40 km ao norte do encontro das três fronteiras (Paraguai, Bolívia e Brasil). Sua situação talvez tivesse um acesso ainda mais difícil do que o do Príncipe da Beira por estar assentado pelo Pantanal Mato-grossense. Por isso mesmo, segundo o naturalista estadunidense Herbert Smith, “é talvez este o forte mais indefensável que jamais se edificou”¹³⁷. Esse conceito foi emitido pelo fato de que, estando situado à encosta, seu interior era perfeitamente visível a partir de qualquer embarcação que navegassem pelo rio. Logo, tornaria-se alvo fácil de uma artilharia. O autor mal conhecia as condições geográficas da região em que se encontrava (um imenso pântano intransitável por terra na maior parte do ano). Se o soubesse, seu juízo ainda seria mais contundente. Estas características constituem em indicativos de que sua construção tinha uma função antes propagandística que militar. Em 1775, portanto, ainda durante a administração pomonalina, o Capitão Matias Ribeiro da Costa iniciou a construção desse forte que, a seu tempo, foi chamado de Presídio de Nova Coimbra. Em 1797, foi reformado e ampliado pelo Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra na forma como se encontra na atualidade.

137 SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p. 261.

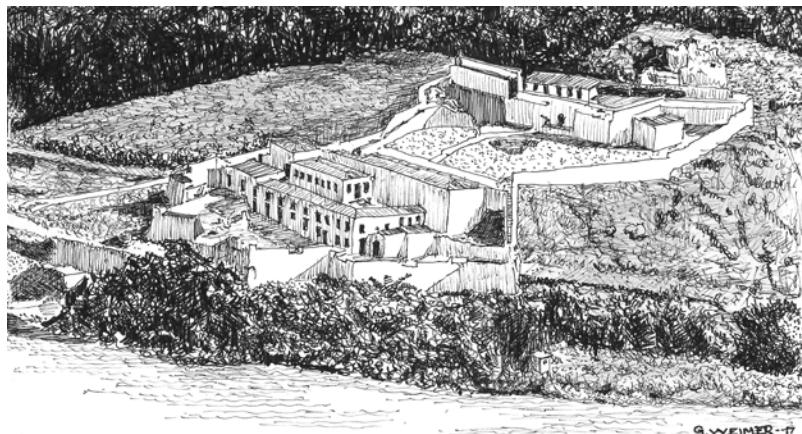


Figura 500: O Real Forte Príncipe da Beira, projeto atribuído a Domingos Sambrucetti, de 1775.

A anexação de grande parte da Amazônia ao Brasil foi um dos maiores feitos da política pombalina, quase triplicando o território nacional. Nesse empreendimento, a construção de fortes e fortins foi de decisiva relevância, apesar de não ter recebido o devido valor na história nacional. Como efeitos colaterais desta política, devem ser citadas as contribuições de técnicos estrangeiros, os quais prestaram inestimável serviço à nação e que não podem ser analisados neste trabalho. Porém, deve ser ressaltada a maiúscula contribuição de Landi na contemporização da linguagem arquitetônica¹³⁸, ao lado expoentes portugueses como José Custódio de Sá e Faria e José Fernandes Pinto Alpoim.

323

Conclusões

Para finalizar este capítulo, vale assinalar que o século XVIII foi da maior importância para o desenvolvimento da colônia. No século XVI, seus interesses estavam para o Extremo Oriente, até que, em 1580, em consequência da desastrada morte de Dom Sebastião (o qual não deixou descendentes), levou Portugal a perder sua independência, e o domínio da Casa de Habsburgo mostrou ser calamitoso. Envolvido em diversos conflitos internos do Sacro Império Romano de Nação Germânica, entre as quais a guerra dos trinta anos (1618-1648), tanto Portugal quanto Espanha tiveram de arcar com custos de beligerâncias que pouco tinham a ver com seus interesses diretos. Sob o domínio dos Habsburgos, Portugal sofreu grandes perdas em suas colônias ultramarinas. Percebendo os desgastes aos quais seus dominadores estavam expostos, Portugal proclamou sua independência em 1640, audácia que levou a uma guerra que se tornou conhecida como “da Restauração”, que se estendeu até 1668. O fim dessa guerra de 28 anos não significou a reconquista da paz. Inconformados com a perda, os Habsburgos passaram a hostilizar os lusos com ataques esporádicos a partir da Espanha (Batalha de Montes Claros, Batalha de Castelo Rodrigo

¹³⁸ Antonio Giuseppe Landi era natural de Bolonha e, dispensado da demarcação de limites para a qual tinha sido contratado, passou a realizar obras como o Palácio do Governo do Pará, a fachada da Catedral de N. S. da Graça, a igreja de N. S. do Rosário, a Igreja de Sant'Ana e a Igreja São João Batista, dentre outras.

e Batalha do Ameixal). Esse estado de insegurança exigia uma permanente atenção na defesa de suas fronteiras e altos gastos com a manutenção de seus exércitos. No Brasil, os conflitos com os Habsburgos levaram os holandeses a conquistar vasto território do nordeste. Assegurada a independência, os portugueses se viram na difícil situação de reconquistar o domínio sobre esse território sem se indispor com seus antigos aliados batavos. Isso exigiu muita perícia, tanto militar quanto diplomática. Como a economia do açúcar voltou a representar bons ganhos econômicos, e Portugal necessitava para sustentar sua autonomia, cresceu a importância do Brasil. Já não era mais o oriente que era o foco principal da política colonial portuguesa, mas seus domínios na América do Sul. Foi somente às custas de concessões de vastos territórios portugueses no além-mar aos holandeses que Portugal conseguiu reaver o domínio do nordeste brasileiro.

Nos alvores do novo século, chegou a Portugal a notícia da descoberta de minas de ouro e, logo a seguir, de diamantes no sertão brasileiro, sendo esse mais um fator que fez crescer a importância da colônia e levou os portugueses a investirem maciçamente em seu domínio. Além disso, fomentou uma política de expansão de seus domínios na América, razão pela qual não é totalmente descabida a afirmação de que a verdadeira descoberta do Brasil passou a ser feita somente a partir dos inícios do século XVIII.

A par disso, houve queda dos preços do açúcar no mercado internacional devido ao surgimento de novos centros de produção. Isso fez com que minorassem os investimentos no nordeste, que foram redirecionados para o centro-sul. A expulsão dos mineradores brasileiros na Guerra dos Emboabas das regiões das minas fez com que os mesmos se adentrassem em território espanhol à procura de novos mananciais, o que aconteceu com o aval da Coroa, a qual, por sua vez, também promoveu o envio de exploradores para terras situadas além dos limites fixados em tratados internacionais. A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro foi o resultado prático da reconfiguração do quadro socioeconômico da colônia.

A migração massiva de Portugal ao Brasil foi utilizada para garantir a expansão das fronteiras, no surgimento de novas povoações e no aprimoramento administrativo governamental. Com isso, houve um considerável incremento das artes, entre elas a arquitetura assumiu um papel de destaque. A presença de um crescente número de técnicos, preponderantemente militares, estimulou a qualidade das obras que passaram a ser realizadas. Mas isso não aconteceu de forma igualitária. O labor dos técnicos se fez sentir, prioritariamente, nos centros mais importantes da colônia. Vindos de Portugal ou contratados noutros países, foram eles que realizaram as primeiras obras com influência das retomadas dos conceitos renascentistas. Explorando as mais distantes terras interioranas, produziam mapas de decisiva relevância na posterior fixação das fronteiras entre os domínios de Portugal e Espanha. Foi só então que foram inventariadas as principais vilas e cidades brasileiras. Ações de conquista e ocupação de território espanhol fizeram com que o território nacional aumentasse cerca de uma vez e meia suas dimensões em relação aos dispositivos conveniados no Tratado de Tordesilhas. Estas penetrações em território espanhol oportunizavam a criação de novos povoados e contribuíram no melhoramento da arquitetura e no traçado viário das vilas.

Sempre se tem atribuído a descoberta do Brasil a Pedro Álvares Cabral, mas os aventureiros que passaram a devassar os sertões sul-americanos à procura de novas minas foram os verdadeiros descobridores das terras de nosso país. Para tanto, contavam com o apoio do governo português, que, a partir de uma política muito bem estruturada, passou a incorporar ao território nacional uma área correspondente a uma vez e meia a área conveniadas com os espanhóis no Tratado de Madri, cuja matéria será tratada, com mais vagar, no capítulo seguinte, por ter sido crucial na conformação das fronteiras depois da declaração da independência.

CAPÍTULO 4

ARQUITETURA
do Período do Império

O

processo de transformação da colônia em país independente não foi fácil nem tranquilo, como comumente se tem afirmado. É certo que diversos fatores estavam a condicionar uma evolução neste sentido, como foi visto no capítulo anterior. O esgotamento das minas levou a uma crise institucional que se agravou com a cobrança de impostos devidos. A necessidade de procurar por novas fontes de produção levou à decadência dos núcleos urbanos da região mineira e a uma retração da sociedade para a vida rural. A chegada intempestiva e inesperada da elite administrativa em 1808 levou a uma profunda transformação da sociedade. A abertura dos portos facultou a introdução de produtos industriais desconhecidos, e o comércio direto dos produtores com os compradores estrangeiros, sem a intermediação de Lisboa, contribuiu para uma nova mentalidade dos nativos. O prepotente comportamento da nobreza diante da sociedade transformou a aceitação passiva de autoridades estabelecidas em terras distantes num sentimento de contestação frente às arbitrariedades de pessoas perdulárias que justificavam seu comportamento como sendo de designação divina. Uma religião a serviço dos interesses do governo civil, e que havia entrado em conflito com a cúpula administrativa nos tempos de Pombal, conduziu a uma religiosidade superficial em que conceitos medievais passaram a perder sua credibilidade para o que também contribuiu a generalizada postura de um clero corrupto e permissivo.

Quando o movimento de restauração se espalhou pela Europa com a definitiva derrota de Napoleão Bonaparte, Portugal se libertou do domínio francês frente à exigência de retorno da elite política para Lisboa, precipitaram-se os acontecimentos. Em poucos

anos, chegou-se ao consenso de que era inadmissível voltar à condição colonial após o Rio de Janeiro ter sido, por quase uma década, a capital do reino.

A declaração da independência trouxe consigo enormes problemas como a permanência das tropas portuguesas na Bahia e a continuidade da luta por sua expulsão sem que houvesse um exército nacional regular, o retorno das tropas portuguesas deixando o território cisplatino ao abandono, a imperiosa necessidade do estabelecimento de uma administração nacional e a exigência da Inglaterra do pagamento das dívidas deixadas por Portugal, entre outros. A súbita conquista de maioria administrativa trouxe consigo um sentimento de insegurança característico da autodeterminação conquistada. Embora libertada das amarras coloniais, a jovem nação se espelhava nos acontecimentos europeus para definir seu estilo de vida.

Nessa época, a vida no Velho Continente passava por situações dramáticas. A rígida ordem feudal entrava em seus estertores, e a tentativa de afirmação através de uma centralização do poder nas mãos de monarcas absolutistas nada mais fez que apressar o seu fim. A revolução industrial derrubou velhos paradigmas, oferecendo novas possibilidades de subsistência aos antigos servos feudais que acorreram em massa às cidades, em tal número que não foi possível fornecer condições mínimas de sobrevivência. Esta convergência tornou visível a miséria à qual os servos estavam expostos e se constituiu, no meio da cultura que gestavam, constantes revoltas. Este movimento se manifestou, de forma pioneira, na Inglaterra, e foi se espalhando por toda a Europa. Aos poucos, foi assumindo graus crescentes de violência que teve seu desfecho mais agudo na chamada “revolução francesa”, destituindo a monarquia, em um período muito apropriadamente chamado de “terror”.

Depois de um período da anarquia, o exército francês tomou para si o poder com a promessa de restabelecer a ordem em um regime de liberdade. Contra as expectativas dos liberais, Napoleão Bonaparte, o comandante do exército, fez-se proclamar imperador e, para atenuar as gravíssimas contradições políticas e sociais internas, passou reincidemente a hostilizar os países vizinhos, declarando-lhes sucessivas guerras de conquista. Este projeto, de início, foi altamente compensador à França. Mas as sucessivas aventuras de conquista foram esvaindo as forças armadas e redundou em tragédia na frustrada tentativa de conquistar a Rússia. Disso, aproveitaram-se os líderes do antigo regime para promover a restauração da ordem social nos antigos moldes. A consequência imediata foram novas insurreições que, por sua vez, levaram à nova queda da monarquia com uma nova ascensão dos bonapartistas, em 1851. O governo autoritário de Napoleão III teve fim com a derrota francesa na guerra franco-prussiana, em 1870. A instauração de novo período republicano contrastou com a unificação alemã sob o comando do Imperador Guilherme I.

É evidente que, com tantas idas e vindas, os rumos evolutivos da cultura e da arquitetura, em particular, foram confusos e contraditórios. Se por um lado a nobreza se identificava com a linguagem barroca, a burguesia valorizava a linguagem clássica. Isso acontecia à custa de graves permissões no plano funcional. Movimentos contrários à industrialização almejavam um retorno às estilísticas medievais. A abertura das fronteiras comerciais fortaleceu os ideais expansionistas e imperialistas das potências europeias, e

contatos com o além-mar fomentaram a imitação de estilos dos pré-colombianos até os do extremo-oriente. Escavações arqueológicas engendraram construções de “ruínas” do período homérico e romano. Diante de tamanha confusão, ao fim do período, surgiu até mesmo a ideia de imitar a natureza nas formas arquitetônicas realizadas com materiais industrializados, na assim chamada “arte nova”.

Julgamos necessário retomar esta revisão para entender a evolução da arquitetura no Brasil. Devido às dificuldades de comunicação que era feita por via de lerdos veleiros, os acontecimentos na Europa aqui pareciam mais confusos do que efetivamente eram. Ainda mergulhado numa ordem escravocrata, as elites brasileiras tinham pouca compreensão sobre o significado de insurreições populares. As que foram surgindo, em consequência de uma conduta pouco apropriada de nosso imperador e de uma administração precária, eram esmagadas com violência. A inexistência de uma nobreza de sangue foi “corrigida” por uma nobreza de nomeação aferrada a modos de vida coloniais, que procurava compensar seu provincianismo com o consumo de produtos importados e inadequados para as nossas condições tropicais. Modismos importados sem uma correspondente base social se limitavam às grandes cidades. A inesperada chegada de cerca de dez mil pessoas que acompanharam a família real, em 1808, causou os maiores problemas para o Rio de Janeiro, cuja população devia ser entre 50 e 60 mil habitantes. O professor Paulo Santos descreve as improvisações dos primeiros anos nos seguintes termos:

O Palácio dos Vice-Reis foi transformado em Paço Real e residência do Príncipe Regente; no Convento do Carmo, que se uniu ao Paço por um passadiço (depois de transferidos os religiosos para o Hospício dos Barbadinhos e estes para a Casa de Nossa Senhora da Glória), agenciaram-se os quartos da Rainha e suas damas, aparelhando-se a igreja do Convento para funcionar como Capela Real e outras partes dele, para ucharia¹, cozinha e oficinas do Paço: a Casa da Câmara e Cadeia, ligada ao Paço por outro passadiço, acomodavam-se os serviços (mudando-se os presos para o aljube e os camaristas para o consistório da Igreja do Rosário); A Casa da Moeda continuou, provisoriamente no Palácio, e providenciou-se a construção de outro edifício para recebê-la, no quartel junto ao Real Trem (transportado o Esquadrão para a Praça do Rosário) instalaram-se as cavalariças reais, acomodando-se as do Esquadrão na rua detrás do hospício, onde existia o jogo da bola de Bento Esteves e ao longo da Praia de D. Manuel construíram-se cocheiras para os coches (...)²

A prepotência com que os reinóis tratavam os cariocas tem sido cantada em prosa e verso. Esse comportamento não foi fácil de ser absorvido pela população local, mas a ascensão da colônia à condição de sede do Reino foi recebida com entusiasmo. Aos poucos, as transformações sociais e políticas tomaram conta da nação, e se firmaram definitivamente após conquistada a independência. Seria de se esperar que a vinda da família real, com seu exército de servidores, engendrasse uma retomada da tradição arquitetônica lusitana, com ênfase na linguagem barroca, já que esta era tida como peculiar da nobreza. Mas não foi isso que ocorreu. Por paradoxal que possa parecer, arquitetos europeus praticantes das linguagens neoclássica e renascentista se tornaram arautos dessas estilísticas em nossa terra. Mas sua ação se limitou a prédios oficiais e oficiais do Rio de Janeiro. Só aos poucos, essa novidade recebeu a adesão das demais cidades.

1 Espaço destinado à guarda de alimentos e/ou prataria e louças.

2 SANTOS, Paulo F.. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981, p. 43.

No capítulo anterior, mostramos que a revivescência das linguagens de origem grego-romana já havia servido de modelo para realizações de obras no fim do século anterior. Portanto, a vinda de arquitetos europeus nos anos conturbados que se seguiram à vinda da família real não se constituiu numa novidade, e a efetiva prática profissional de Pézérat e Montigny foi bastante limitada. A tão louvada vinda de artistas bonapartistas fugitivos da ação repressora da restauração teve importância menor do que a que lhe tem sido atribuída. Aos poucos, diminuiu a perseguição aos bonapartistas. Isso fez com que alguns retornassem à França. Outros faleceram neste meio tempo. Isso fez com que a importância dos franceses tivesse um significado limitado no desenvolvimento da Academia de Belas Artes. Quando o prédio destinado ao funcionamento da Academia finalmente foi liberado para o ensino, dentre os artistas franceses, apenas Debret e Montigny ainda estavam no Brasil. O primeiro faria as malas em 1831 para voltar a Paris. Grandjean de Montigny foi o único integrante do grupo que permaneceu no Brasil até o fim da sua vida. Em 25 anos de magistério, formou apenas cerca de 50 arquitetos, número excessivamente limitado para as necessidades da Nação. Quem efetivamente comandava as realizações arquitetônicas de relevo social durante o Império foram os egressos das escolas militares, enquanto a grande massa das construções civis era comandada por técnicos de formação empírica tradicional, praticante de uma linguagem barroca simplificada.

A reorganização administrativa do país (ou seria a efetiva organização?) teve múltiplas consequências no plano de empreendimentos de construção. A divisão das antigas “capitanias”, então rebatizadas como províncias, criou novos pólos de desenvolvimento, requerendo a construção de intendências que passaram a ser separadas das prisões em substituição às antigas casas de câmara e cadeia. Isso levou a uma reestruturação da vida nesses conglomerados. Segundo Saint-Hilaire:

(...) está na moda nos últimos anos elevar a cidades os povoados mais insignificantes. Mas raramente era o bem comum que se consultava quando eram feitas as mudanças. Se traziam proveito para um pequeno número de indivíduos, a grande maioria dos habitantes tinha de se conformar com elas. Quando um povoado é elevado a cidade ele passa a ter justiça própria, o que acarreta a nomeação de vários funcionários cuja manutenção vai onerar os bolsos dos cidadãos. A paz do lugar logo é perturbada pela chegada de um batalhão de funcionários subalternos que têm o dom inato de provocar querelas, sem as quais parece que não sabem viver (...) Os homens mais felizes que há no Brasil são os que vivem em lugares distantes de um fórum. Quando surge alguma disputa entre eles a questão é resolvida amigavelmente, ou então faz-se justiça pelas próprias mãos (...) matando-se o desafeto.³

³ SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem às Nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 37.

O esgotamento das minas e suas consequências

Ainda que a importância do ouro e dos diamantes estivesse longe de monopolizar a economia do século XVIII, as concepções patrimonialistas que primavam na sociedade majoritária fez com que se conceituasse o século XVIII como o “do ciclo do ouro”. Esgotadas as minas, a região entrou em decadência, tendo como alternativa econômica a volta à prática da agricultura e a pecuária enquanto atividade complementar. O virtual monopólio do açúcar havia sido perdido. Por isso, a alternativa era a prática de uma agricultura diversificada ainda atrelada a uma organização social escravista e uma economia agroexportadora. Apesar das instabilidades políticas, durante os primeiros vinte anos de independência, a evolução econômica apresentou resultados altamente satisfatórios, como pode ser observado na seguinte tabela de exportações:

TABELA 8: Exportações no início do período imperial

Exportações	1820	1840
Açúcar	30%	27%
Algodão	21%	8%
Café	18%	42%
Couros e peles	14%	9%

Fonte: IBGE A economia brasileira no Império, mídia eletrônica.

Segundo a mesma fonte, neste período, as “exportações brasileiras dobraram em volume e triplicaram em valor nominal, enquanto seu valor em libras esterlinas aumentou em 40%”. Essa expansão da lavoura do café se acentuou na II Império e, em 1880, o produto chegaria a abarcar 61% das exportações do país. Isso significou uma colossal centralização da economia em São Paulo que, entretanto, havia se tornado seu maior produtor. As consequências foram múltiplas. Com a ampliação da fronteira agrícola, houve uma expansão populacional rumando ao interior. Para o escoamento da produção, foram feitos altos investimentos em ferrovias. As tentativas de investir na industrialização encontraram boa acolhida enquanto estavam voltadas ao atendimento das demandas da cafeicultura, mas quando houve tentativa de extrapolar estas limitações, a política dominada pelos cafeicultores obstaculizou investimentos. Com isso, a industrialização progrediu de forma lenta, embora passasse a se constituir numa promessa de emprego para a população tradicional, e a mão de obra cativa deu lugar à livre formada por imigrantes europeus.

Talvez as transformações mais importantes tenham sido as sociais. A expansão da agricultura requeria um correspondente alargamento na disposição da mão de obra⁴.

⁴ Segundo POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 37, a população brasileira de 4 100 00 habitantes, por volta de 1820, era composta de 22% de brancos, 46,3% de negros escravizados, 3,9% de negros livres, 4,9% de mulatos escravos, 12,2% de mulatos livres, de 10,7 de indígenas.

Efetivamente, na primeira metade do século, devem ter vindo cerca de 1,3 milhões de imigrantes africanos, dos quais cerca de 2/3 eram destinados à lavoura do café. A agressiva imposição da Inglaterra de barrar a “importação” de escravizados em 1850, por via legal, fez com que este comércio passasse a ocorrer por via de contrabando, baixando de uma média de 26 mil escravos por ano para 7,6 mil nos anos subsequentes. Quando a marinha inglesa interveio para coibir esta prática, impôs-se uma revisão da política de imigração com a substituição dos africanos por europeus. Isso significou a substituição do sistema escravocrata pela remuneração do trabalho. Com a expansão da lavoura do café, o engajamento de imigrantes foi espetacular:

TABELA 9: Evolução do número de imigrantes europeus por década

1840/9	1850/9	1860/9	1870/9	1880 /9	1890/9	1840/1899
6 795	121 744	108 098	270 684	720 684	1 198 327	2 426 332

Fonte: IBGE: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 225.

Noutros termos, isso significa que, com o incremento de 1,3 milhões de africanos na primeira metade do século, mais o de 2,4 milhões de europeus, somada ao crescimento vegetativo da população, seu número total passou de 4,85 milhões de habitantes acumulados nos três séculos coloniais para quase 18 milhões no período do Império⁵. A imigração de portugueses permaneceu estável durante o Império⁶. Nos três primeiros séculos, avalia-se que teriam ingressado na Colônia cerca de 900 mil lusitanos e, no século XIX, 359 mil, aproximadamente. Somente no fim do período, houve um incremento de imigrantes ibéricos conforme mostram os seguintes dados:

TABELA 10: Número de imigrantes no período 1884 e 1889

Nacionalidade	1884 a 1889
Italiana	233 331
Portugueses	66 365
Espanhóis	19 493
Alemães	10 513
Total de 26 nacionalidade	343 115

Fonte: Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, n. 4, out. 1949, p. 617.

⁵ Em 2000, chegou a 190,32 milhões de habitantes.

⁶ Aparentemente, houve um desestímulo de parte a parte nestas migrações. O embaixador brasileiro em Lisboa, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, comunicou às autoridades brasileiras que “a emigração portuguesa já não é, como foi, tão útil ao Brasil, e que virá mesmo a ser perniciosa a ambas as nações, se não for regulada por um tratado.” Em: Revista de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, n. 3-4, 1942, p. 86.

Esses dados mostram que dois terços de todos os imigrantes eram italianos; que a proporção de portugueses diminuiu drasticamente e que o aumento significativo de imigrantes fez com que a cultura arquitetônica trazida pelos portugueses tivesse de ser compartilhada com 26 culturas diferentes.

Apesar da expansão da economia cafeeira, a reacomodação da população foi relativamente baixa, mantendo uma disparidade muito grande na acomodação regional, como pode ser visto na tabela seguinte (avaliações estimadas em 1819):

TABELA 11:Distribuição percentual da população por regiões

População	1819	1900
Norte	4%	4%
Nordeste	47%	38.7%
Centro-Oeste	3%	2.1%
Sudeste	40%	44.9%
Sul	5%	10.3%

Fonte: IBGE: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000, p. 34.

Esses dados mostram que houve uma tênue reacomodação da população, que favoreceu as regiões sudeste e sul. Porém, tais migrações foram significativas dentro de cada região, no sentido de favorecer a urbanização. Entre 1822 e 1889, a população do Rio de Janeiro passou de 112 700 para 275 mil habitantes, aproximadamente; Salvador, de 70 mil para 174 mil; Recife, de 30 mil para 112 mil; São Paulo, de 20 mil para 65 mil; Porto Alegre, de 16 mil para 65 mil. Como se verá mais adiante, isso se refletiu, principalmente, no crescimento das habitações marginais.

Vias de comunicação

A elevação de categoria dos povoados decorreu da resolução de dividir o território em municípios, cujas sedes passaram a ser denominadas de vila⁷. Essa nova organização trouxe consigo a necessidade de promover a interligação entre as municipalidades através de uma rede de vias de comunicação (tema que ainda está por ser estudado de forma mais acurada). Fizemos uma avaliação do processo de aberturas no Rio Grande do Sul, e que, possivelmente, tenha sido semelhante no restante do país.

De imediato, promoveu-se a desobstrução dos rios que se constituíam na principal rede de comunicação. Durante o I Império, não foi possível avançar muito neste sentido em virtude das perturbações da ordem que começaram a se manifestar a partir da abdicação de

⁷ Um levantamento em desenvolvimento já revelou que entre 1815 e 1820 foram criadas 174 vilas (número incompleto), o que corresponde ao número de criação de vilas em todo o período colonial (21 no século XVI, 53 no século XVII e 110 no século XVIII, formando um total de 175 vilas).

Pedro I. Estas insurreições se tornaram cada vez mais intensas até a tomada de Porto Alegre por rebeldes, em 20 de setembro de 1835, que tem sido balizada como o início da Guerra dos Farrapos. Durante os dez anos seguintes, em que formalmente teria durado o conflito, houve uma destruição, em regra, da precária infraestrutura que havia sido construída até então.

Restabelecida a ordem através de uma indenização monetária dos revoltosos vencidos (!), foi necessário fazer maciços investimentos na construção de prédios destinados à repressão, como Casas de Câmara nas sedes dos municípios criados e respectivas cadeias. E as igrejas, sistematicamente vandalizadas, passaram a ser reformadas quando não tinham de ser totalmente reconstruídas. Mas os mais avultados investimentos⁸ foram aplicados em vias de comunicação. De imediato, rios passaram a ser desobstruídos para facilitar a navegação e receberam portos em pontos estratégicos. A partir deles, abriram-se estradas de terra para o interior pelas quais escoava-se a produção, especialmente, das pequenas propriedades, já que nas fazendas e estâncias era criado o gado que “se transportava a si próprio”. De imediato, surgiram reivindicações para que fossem construídas pontes sobre os rios mais profundos (figuras 501, 502 e 503). Baseado nas falas dos presidentes perante a Assembleia dos Representantes (Legislativa) da Província do Rio Grande do Sul entre 1846 e 1855, foi constatado que 19,71% das verbas destinadas a obras públicas foram investidos em prédios governamentais, 52,14% em pontes e 28,15% em estradas⁹.

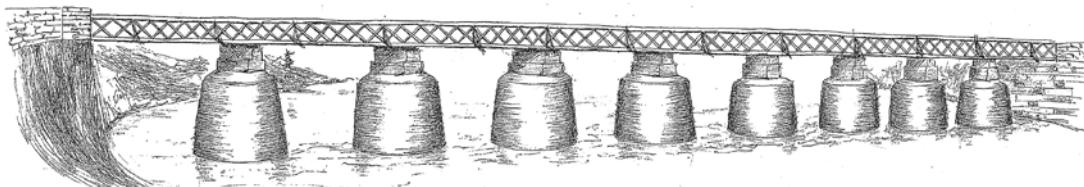


Figura 501: Ponte sobre o Rio Jacuí, projeto do arquiteto Georg Karl Philipp Theodor von Normann.

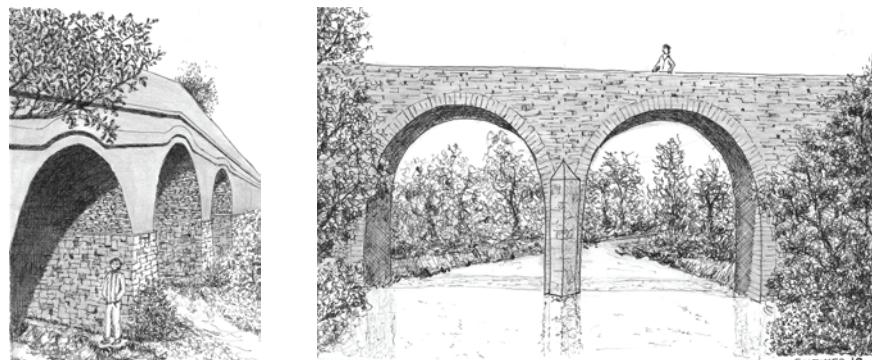


Figura 502: Ponte sobre o Rio Botucaraí, em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, projeto do capitão Lopo de Almeida Henrique Botelho de Melo, em 1848.

Figura 503: Ponte sobre o Arroio Feitoria, em Dois Irmãos, Rio Grande do Sul, em 1854. Construção de Jacob Blauth e Nicolau Dapper.

⁸ Nestes investimentos não foram contabilizados os destinados à defesa. Por ser a única fronteira “aberta”, isto é, de campos sem florestas, foi grande o investimento em instalações militares que, no entanto, corriam por conta do governo central em razão do que não tivemos acesso ao montante dos mesmos.

⁹ Estes dados são aproximados, posto que alguns presidentes só se referiam a algumas obras das quais não explicitavam o montante investido e até mesmo nem se referiam aos mesmos. Noutras vezes, referiam-se apenas aos preços orçados sem indicação dos valores efetivamente investidos no ano. Logo, eles só podem ser tomados como percentuais aproximados.

A decadência da exploração mineradora forçou as atividades econômicas a voltarem a se direcionar para a produção agrícola. Mas não se tratava aqui de um retorno ao modo de produção do período colonial, posto que é perceptível uma diversificação dos tipos de agricultura. Na zona da mata nordestina continuou a ser cultivada a cana de açúcar, porém, no Maranhão, a produção do algodão com exportação para a Inglaterra e à França garantiu um progresso econômico e intelectual marcante. E suas consequências sobre a arquitetura deixaram marcas profundas como será visto mais adiante. Porém, como a centralização da administração havia se deslocado para o sudeste, foi aí que se operaram as maiores transformações. Em lugar da tradicional monocultura, as atividades agrícolas se diversificaram em distintos ramos da assim denominada agricultura tropical. No mercado interno, a produção maior era a da mandioca, mas para a exportação, o produto que paulatinamente passou a ser mais procurado foi o café que, por sinal, não era nativo, mas se adaptou muito bem às condições do Vale do Paraíba, ensejando desenvolvimento de uma arquitetura rural esplendorosa que rivalizava com a arquitetura acadêmica urbana¹⁰.

À medida que a área de produção agrícola passou a ocupar uma área cada vez maior do território, houve a necessidade de abrir um crescente número de vias de comunicação. Isso veio a aumentar a importância das vias já existentes, e se refletiu na necessidade da pavimentação das mesmas. Originalmente, as novas vias consistiam no melhoramento das antigas trilhas abertas pelos indígenas. Para controlar a circulação por elas, criaram-se postos de fiscalização, e o estabelecimento de regras de uso das mesmas. A expansão da agricultura teve duas consequências imediatas: a) a supressão destes controles e b) a criação de novos caminhos. Onde havia campos abertos, a criação do gado fomentou o surgimento de vias de deslocamento do mesmo. As carretas seguiram os caminhos abertos pelas boiadas. Nas terras agricultáveis surgidas em razão da queima indiscriminada da floresta virgem foram abertas “picadas”, ou seja, estradas precárias adaptadas às características do terreno, as quais foram sendo, aos poucos, melhoradas em seus pontos mais críticos. Deste modo, foi sendo criada uma complexa rede de vias interligadas, cujos cruzamentos favoreciam o surgimento de novos lugares que evoluíam a povoações, seguindo a dinâmica que já vinha se estruturando desde o fim do período colonial.

Um considerável melhoramento surgiu em meados do segundo império com a construção de estradas de ferro. A primeira foi a Estrada de Ferro Mauá, criada em 1852 e inaugurada dois anos mais tarde. Depois, seguiram as ligações entre Recife e o Rio São Francisco e a Central do Brasil, ambas em 1858. Dois anos mais tarde, foi inaugurada a ligação de Salvador ao Rio São Francisco. O acerto destes empreendimentos fomentou uma intensiva construção para o escoamento da produção cafeeira com a Santos-Jundiaí (Santos Jundiaí), em 1867; a Cia. Paulista, em 1882, a Mongeana e a Sorocabana, ambas

10 É interessante observar que, enquanto os prédios oficiais seguiam com maior ou menor rigor as regras da composição clássica, Grandjean de Montigny – tido como um dos introdutores do classicismo no Brasil – não se manteve muito fiel a estes preceitos em sua residência particular. Nela abriu mão do indefectível frontão na divina proporção e um telhado de quatro águas não lhe pareceu inconveniente. Por outro lado, rodeou a residência propriamente dito de largos avarandados que remetem diretamente às antigas casas-grandes rurais, certamente com o intuito de preservação contra a intensidade da insolação. Isso mostra, em nossos entender, que o arquiteto não se manteve insensível às condições climáticas locais, mesmo que tivesse de transcender a normas compostionais que muitos de seus alunos não ousaram fazer.

em 1875, e a Santo Amaro, em 1880. O restante do país também passou a ser contemplado com estes melhoramentos com a construção da Central da Bahia, em 1876, a Paranaguá - Curitiba, em 1883, a Porto Alegre - Novo Hamburgo e a Teresa Cristina, ambas, em 1884. Com a progressiva concentração de capital em São Paulo, e ensejada pela produção cafeeira, puderam ser realizadas memoráveis obras de engenharia na construção de ferrovias. (figura 504).

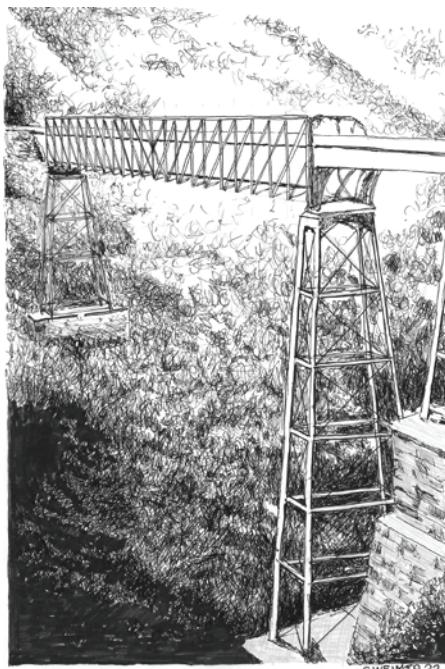


Figura 504: Viaduto de ferro da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, (1860-1869).

Este quadro mostra bem a distribuição dos centros econômicos mais importantes. Salvo as de São Paulo, todas se estendiam em paralelo à costa marítima, mostrando resiliência na interiorização da economia. A massiva aplicação de recursos na expansão ferroviária em São Paulo prenunciava a expansão colonial rumo ao interior no instante que mostrava o anômalo e desigual desenvolvimento econômico do país, onde os impostos arrecadados em todo o país eram aplicados concentradamente no sudeste. Disso, resultou um país tão desigual caracterizado por haver áreas com condições de vida de primeiro mundo em contraste com outras em que ainda se vive, literalmente, na Idade da Pedra, e com uma das piores distribuições de renda na comparação com os demais países do mundo.

A arquitetura rural

Este quadro definiu a evolução da arquitetura de então. Enquanto nas cidades maiores era experimentada uma arquitetura acadêmica de influências greco-romanas e renascentista, nas grandes fazendas cafeicultoras ainda imperava o regime escravocrata, que muito devagar começava a dar alguma trégua à brutalidade de sua prática. A

expansão da cultura cafeeira exigia uma crescente demanda de mão de obra escrava que, por imposição da Coroa Britânica, deixou de ser importada da África, passou a ser regrada no restante do país. Desta forma, organizaram-se massivas migrações de escravos para as lavouras paulistas. Como estas migrações internas não supriam as necessidades, passaram a ser importados agricultores centro-europeus, que entraram em atrito com os modos de tratamento dos senhores de fazendas. A posterior “libertação” dos escravos significou sua sumária exclusão do mercado de trabalho e sua marginalização social, enquanto os imigrantes passaram a se insurgir contra as formas tradicionais de submissão da mão de obra aos desmandos dos donos de fazenda, muitas vezes, portadores de extemporâneos títulos de nobreza.

Em termos de arquitetura, isso significa que o enriquecimento dessa “nobreza” rural permitiu a construção de sedes de fazendas cada vez mais sofisticadas a partir dos conhecimentos empíricos dos construtores locais. A introdução das capelas no corpo da casa-grande, com um uso restrito à família senhorial, foi uma delas. A importação de novos materiais, como o vidro para as janelas, calhas de ferro para os telhados, gradis e colunas de ferro fundido, louça sanitária para a higiene pessoal, papéis de parede pouco adequados ao clima quente e úmido foram algumas destas inovações que, em maior ou menor escala, conflitavam com os modos de vida tradicionais. A este respeito, Saint-Hilaire deixou o seguinte testemunho:

A casa do proprietário (da Fazenda Pau Grande) tem um andar além do rés-do-chão; apresenta dezesseis janelas de frente ornadas de balcões de ferro; de fabrico europeu e, no meio do edifício, há uma grande capela ao mesmo nível que ele, mas cujo teto é totalmente distinto. O lado do edifício que encosta em um morro, tem duas alas entre as quais há um pátio estreito. Como na maioria das casas portuguesas e espanholas, o andar térreo é habitado pelos senhores; uma escada de madeira, muito mal construída, conduz aos apartamentos; os da parte de trás, são reservados às senhoras; os da frente consistem numa série de grandes peças todas dependentes umas das outras e muito pouco mobiliadas; ao fundo dessas peças estão pequenos cubículos obscuros fechados com portas, e é lá que se dorme. Tal distribuição não é peculiar Pau Grande; encontramo-la com bastante frequência nas casas antigas de certa importância e está de acordo com os costumes do país. As mulheres que pouco convivem com estranhos, que geralmente nunca se mostram, devem habitar um local completamente separado. Os homens, ignorando os encantos da leitura e do estudo, entregues a seus prazeres ou ocupações externas, mal têm necessidade de encontrar apartamentos em que se possam reunir; e, para se deitarem, não importa que os quartos sejam escuros ou mal iluminados: uma célula privada de luz é mesmo preferível para quem dormir durante o dia¹¹.

A tradição islâmica dispensava o uso de “móvels”, visto que os utilizados eram fixos. Com a abertura dos portos à disposição no mercado de móveis convencionais, que se restringiam, até então, ao uso da nobreza, passou a ser facultada à nobreza de nomeação recente. Sua disposição no espaço interno da casa era pouco conhecida, e seu uso teria de passar por um período de aprendizado da mesma forma que a disposição de talheres de prata não impedia que se continuasse a comer com as mãos.

11 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSPo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 25.

Na segunda metade do II Reinado, foram introduzidas novas práticas como o revestimento da escaiola (imitação de mármore) no revestimento das paredes, com papéis especialmente produzidos para esta finalidade, e na pintura de guirlandas e motivos florais nas paredes. Também passaram a ser apreciadas as “pinturas de engano”, que consistiam em decorações pictóricas imitando armários ou cristaleiras com vasos, frutas, estatuetas e semelhantes. Motivos florais, bucólicos, paisagens rurais, gaiolas de pássaros, tudo servia de motivos de decoração, manipulados com caprichosas projeções de sombras, davam realismo a cenas que simulavam tridimensionalidade. Os viajantes ainda insistem em anotar a presença de quadros e gravuras de desencontradas origens e de qualidade discutível que ornavam as paredes.

Devagar os móveis passavam a ser arranjados de modo a atender a certas funções de uso, e tapetes de motivos do movimento inglês de artes e ofícios demonstravam o apuro decorativo com a aposentadoria dos tapetes islâmicos.

O partido arquitetônico das sedes das fazendas se adaptou aos novos tempos. A aproximação física entre a casa-grande e a senzala mostrava que as relações de trabalho se tornaram menos tensas, cuja adequação se tornou necessária quando, em 1850, a marinha inglesa obstruiu a entrada da Baía de Guanabara exigindo uma definitiva lei que proibisse o comércio transatlântico de escravos, já que as leis anteriores – que também haviam sido impostas – não vinham sendo cumpridas. A lei Eusébio de Queiroz colocou essas transações na ilegalidade, mas não impediu sua continuidade, a partir de então, como contrabando que ocorria sob o beneplácito das autoridades. Somente em 1858, quando a marinha inglesa passou a praticar guerra de pirataria com o aprisionamento dos navios negreiros com sua recondução aos países africanos para devolver os cativos nos portos de origem, e com a alegada incorporação das naves à marinha inglesa¹², ficou evidenciado que escravidão estava se aproximando do fim. A perda de alguma “peça” só poderia ser reposta pela aquisição no mercado interno, fazendo com que os preços dos escravos se tornassem cada vez menos praticáveis. Isso teve por consequência uma exponencial valorização do preço do escravo que, na praça do Rio de Janeiro, passou de 378 mil-réis em 1845 para 1.059 mil-réis em 1865¹³. Disso, resultou um sensível melhoramento das senzalas, num mais adequado tratamento da mão de obra no que concerne à alimentação, saúde e alojamento (figuras 505 e 506).



Figura 505: Fazenda Fortaleza de Santana.

Figura 506: Fazenda do Pau d'Alho.

¹² Na verdade, os navios eram leiloados na Inglaterra a particulares, pois eles eram inapropriados para o uso da marinha.

¹³ BUESCU, Mircea. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1970, p. 245.

Estas iniciativas, no entanto, estavam se tornando inócuas devido à dinâmica da evolução socioeconômica, fazendo-se necessário procurar alternativas, como a contratação de agricultores europeus. Disso, resultaram dois problemas conjugados: a sumária colocação dos cativos fora do mercado de trabalho levou à marginalização dos mesmos, deixando-os em situações precárias de sobrevivência, resultando em agitações sociais e, por outro lado, a inconformidade dos imigrantes em se submeter aos tratamentos autoritários, usuais no regime escravocrata, dos donos das fazendas que também levou a sublevações.

Centralizava-se o partido arquitetônico no pátio de secagem do café. Num de seus lados, erguia-se o sobrado chamado de casa-grande, e num ou dois lados as senzalas. Instalavam-se, no quarto lado, abrigos de café para recolhimento em caso de chuva, depósitos do café beneficiado, tulhas de secagem do café (figuras 507 e 508) que lembram, em sua forma, os espigueiros do norte de Portugal. Dependendo do tamanho do empreendimento, havia instalações complementares para descascar as bagas do café, oficinas de manutenção especializadas no trabalho de diversos materiais, atafona para a preparação da farinha de mandioca e à lavagem do polvilho, de moradias de feitores e administradores, abrigos de carroças e estábulos para as bestas de carga.



Figura 507: Fazenda Cataguá, segundo pintura de Georg Grimm, estado do Rio de Janeiro.

Figura 508: Tulha de secagem do café na Fazenda Lajeadinho, em Xavante, São Paulo: a semelhança com os espigueiros do norte de Portugal seria uma mera coincidência?

Sobre as sedes das fazendas cafeeiras já foram feitas diversas publicações, uma das razões pelas quais não queremos insistir nessa matéria, mas julgamos interessante fazer algumas anotações pertinentes. Em sua *gestalt*, a casa-grande se assemelhava com as tradicionais casas-grandes dos engenhos de açúcar, porém, alguma aproximação com o classicismo era bem-vinda. Isso aparece, por exemplo, no rigor de uma composição espacial das elevações (figura 509), na substituição das colunas de alvenaria por outras de ferro (figura 510), ou no largo emprego de gradis de ferro fundido. A importação de novos materiais, como calhas de ferro, permitia uma configuração mais complexa das coberturas (figura 511). As aberturas se tornaram maiores com o generoso emprego do vidro, por vezes, trabalhado com jato de areia. Elementos de ferro fundido permitiam introduzir elegantes escadas e ampliar a área construída com a anexação de amplas varandas em uma ou mais fachadas (figura 511). A elevação do piso permitia a introdução de escadas monumentais providas de guarda-corpos de ferro (figura 512).



Figura 509: Fazenda da Independência.



Figura 510: Fazenda Guariroba, em Souzas, São Paulo.



Figura 511: Casa-grande da Fazenda Felicíssima, em São Carlos, São Paulo.



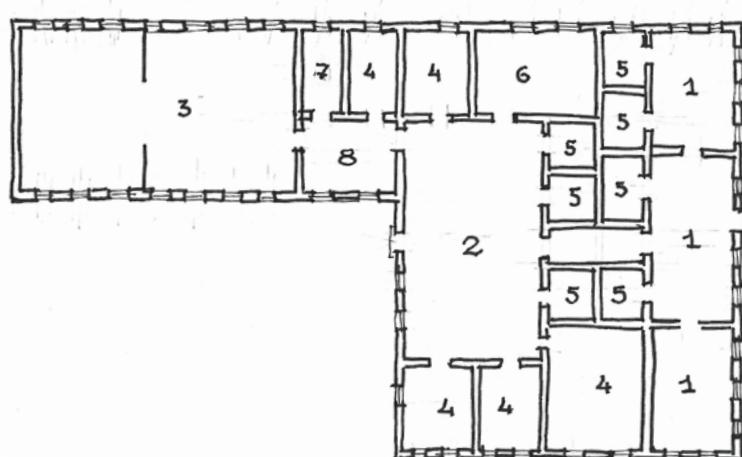
Figura 512: Fazenda do Resgate, em Bananal.



Figura 513: Fazenda do Capão Alto, Paraná.

Os costumes mouriscos foram perdendo sua rigidez. Durante o I Império, mulheres ficavam resguardadas dos olhares de estranhos; com o beneplácito de Pedro II, começaram a participar da vida social e chegaram até a receber uma sala especial à convivência com as amigas – as chamadas “salas de costura” – porém, devidamente separada da dos cavalheiros que se reuniam em seu *fumoir*. A riqueza recente fomentou um intensivo convívio social que se refletia em amplas salas de jantar – também chamadas de varanda – onde se reunia a nata estamental dos grandes proprietários. A oferta de laudos ágapes requeria grande atividade nas cozinhas que se tornaram, por força dessa solicitação, bastante amplas.

A assimilação dessas novidades foi se impondo aos poucos. Ainda não havia uma percepção quanto ao zoneamento das atividades internas: distribuíam-se os dormitórios por entre os espaços sociais, o que não impedia que recebessem amplas janelas constituídas em um considerável ganho na higiene desses compartimentos. As donzelas, porém, continuavam confinadas em minúsculas alcovas que preservavam suas virtudes, mas que, sobretudo, não as livravam do odor do mofo e de doenças infectocontagiosas nem dispensavam a queima de ervas aromáticas para atenuar o desconforto. Tudo isso pode ser percebido na planta baixa da casa grande da Fazenda Malhã, que elegemos para a exemplificação do partido (figura 514).



Legenda: 1 - Sala; 2 - Varanda; 3 - Cozinha; 4 - Quarto; 5 - Alcova; 6 - Depósito; 7 - Despensa; 8 - Queijos.

Figura 514: Planta baixa da Fazenda Malhã, em São Carlos, São Paulo.

Este estado de benemerência, contudo, não apagava as tensas relações de trabalho depois da libertação dos escravos e sua substituição por operários “livres”. A começar pelos alojamentos, que passaram a ser as antigas senzalas dos escravos (figuras 515 e 516). A introdução de reformas para melhor receber os novos contratados não conseguia mudar as relações de dependência gestadas em seculares costumes de tratamento autoritário dos senhores para com o “elemento servil”.

343



Legenda: 1- Sala; 2 - Cozinha; 3 - Quarto.

Figura 515: Fazenda Santa Maria de Monjolinho, São Carlos, São Paulo. Adaptação da antiga senzala às necessidades dos agricultores imigrantes.



Figura 516: Fazenda do Pinhal. A antiga senzala foi adaptada para alojar colonos imigrantes.

Uma questão bem mais aguda – e, por isso mesmo, bem mais “esquecida” – foi o que ocorreu com os escravos “libertados”. Excluídos do mercado de trabalho, tinham de tratar da sobrevivência sem que lhes fossem fornecidas as devidas condições para tanto. Então, não lhes restava outra solução senão se arranchar em locais marginalizados (figura 517) e se submeter a atividades casuais que teimavam em aparecer. As condições destas habitações foram assim descritas por Saint-Hilaire:

No campo e frequentemente na cidade, não usam chaminé e o fogo é aceso no meio da cozinha, mas a fumaça pode se elevar e escapar pelos oitões que são geralmente abertos. Na miserável habitação em que passei o dia, ela não tinha por saída senão uma porta, muito estreita e prejudicou-me a vista. Os móveis da cabana resumiam-se em jirau dispostos ao redor, uma mesa e alguma louça¹⁴.

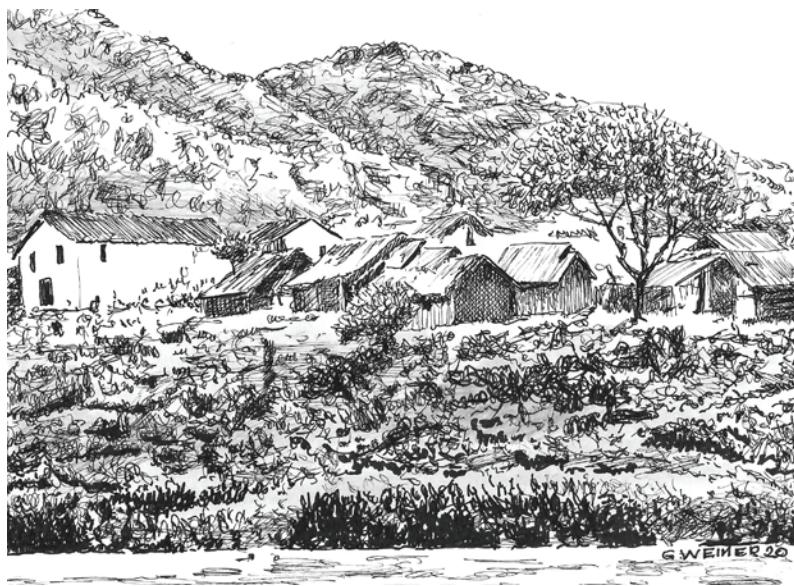


Figura 517: Assentamento de negros nas margens do Ribeira do Iguape, na divisa entre São Paulo e Paraná.

O resultado foi a gestação de revoltas e insubordinações. Como a propriedade do solo era tida como intocada, e a reforma fundiária inaceitável sob o ponto de vista ideológico, a alternativa foi migrar para as cidades onde se defrontavam com a escassez de imóveis, que foi solucionada de três formas diferentes. A mais ousada era a construção de “casas de renda”, ou construções destinadas ao aluguel de pessoas de médio poder aquisitivo, que eram construídas por empreendedores imobiliários ou por empresários fabris (ditos “homens de negócio”) para seus empregados mais qualificados.

Para as pessoas de baixas condições econômicas, donos de terrenos profundos, encontraram uma boa fonte de renda construindo ao longo das divisas de seus imóveis uma série de quartos para serem alugados aos migrados. No fundo do terreno, podia existir precárias instalações sanitárias de uso comum a todos os moradores, cujas habitações foram denominadas “cortiços”, tornaram-se mais comuns no período republicano, razão pela qual elas serão mais bem analisadas no capítulo seguinte.

¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 22.

A terceira solução foi o assentamento dessa população em locais periféricos, em pequenos agrupamentos nos interstícios urbanos desocupados (figura 518) que foram aumentando em tamanho à medida que ia se incrementando as migrações para as cidades (figura 519). Estes conglomerados recebiam as mais diversas denominações nas diferentes regiões, até se estabelecer a denominação consensual de “favela”, comum no Rio de Janeiro. Esse tipo de habitação, ao que parece, já apareceu no início do período colonial, mas teve considerável incremento com a abolição da escravidão, quando a maior parte da população negra foi simplesmente expulsa dos centros das cidades.

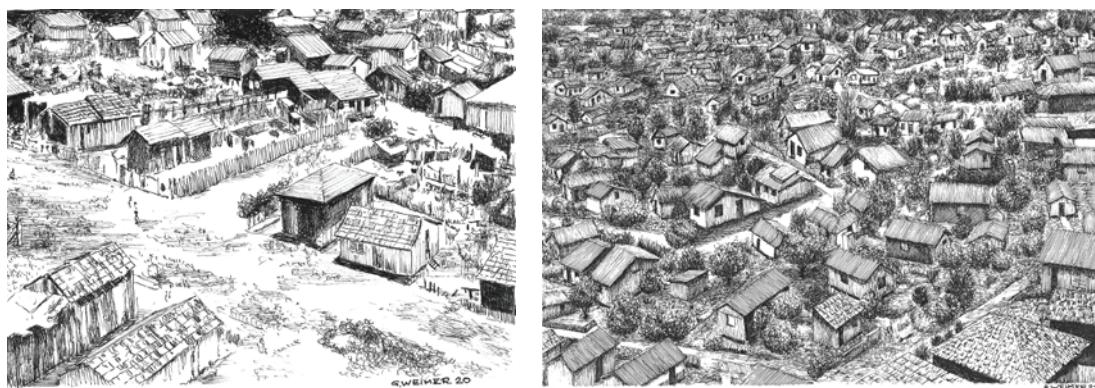


Figura 518: Vila São José, em Porto Alegre.

Figura 519: Vila de malocas na periferia de Porto Alegre.

Por volta de 1840, Kidder visitou a casa de um carpinteiro em Campinas, que descreveu da seguinte maneira:

O Sr. Theobaldo não empregava seus conhecimentos em sua própria casa, pois o assolo e as paredes eram feitos da mesma substância que a estrada. Durante a noite só vira o alpendre de fora. Agora ia ter oportunidade de ver o interior da casa. O Sr. Theobaldo era meio índio, meio mulato e penso que, si pudesse ter ainda um extra, seria de português amarelo. Ele e seus filhos formavam uma aliança tão estreita com a substância de que eram feitos seus assoalhos que se podia dizer literalmente que todos (a julgar pelo aspecto) eram da “poeira da terra”. A cozinha que servia de sala de visitas e sala de jantar, não tinha chaminé, nem cadeiras, nem qualquer os objetos que fazem parte da vida civilizada. Umas vasilhas de barro eram os utensílios culinários e um fogo num canto da sala, no estilo Patagônicos (pois vira coisa semelhante entre os habitantes da Terra do Figo) serviam para cozinhar, a fumaça escapando como pudesse.¹⁵

Por se tratar, primordialmente, de uma população negra, estas construções se aproximavam mais das tradições africanas, como os mocambos, as palafitas e congêneres.

Com o crescimento das cidades, os terrenos passaram a ser valorizados e, sob a alegação da “falta de moralidade” dos ocupantes e da necessidade de promover a “higienização social”, seus ocupantes foram sendo empurrados para sítios cada vez mais distantes. Por falta de outras opções, a migração para as cidades cresceu de forma explosiva, e hoje se constituem em bairros que agregam milhões de habitantes. Num sentido de autodefesa gestada em secular marginalização, tentam sobreviver em comunidades autônomas e em conflito aberto com o poder constituído.

15 KIDDER, Daniel Parich; FLETCHER, J.C.. *O Brasil e os Brasileiros*. São Paulo: Nacional, 1941, v. 2, p. 107-108.

Com a introdução de novos conceitos de arquitetura, é fácil compreender que a tradição lusitana mantivesse sua sobrevivência no interior, o que viria a ser entendido como sendo atrasado e fora de moda. Aliás, a falta de transformações sociais mais profundas que haviam gestado os novos conceitos arquitetônicos na Europa, fez com que os mesmos aqui fossem entendidos como um modismo, conforme o demonstrou o professor Goulart Reis Fº. em seu livro *Quadro da Arquitetura Brasileira*¹⁶. E o ecletismo era muito propício a este entendimento.

A grandeza do Nordeste havia sido a produção do açúcar dos dois primeiros séculos. Quando foram descobertas as minas de ouro e diamantes, as atenções se voltaram para o sudeste da Colônia, e o açúcar teve de dividir as honras de ser o mais importante produto de exportação com os minerais. Ao mesmo tempo, a produção do açúcar passou a ser feita em colônias caribenhais dos países centrais. A perda de um virtual monopólio forçou a uma reordenação da produção em engenhos menores e mais numerosos.

Quando o Brasil se tornou independente, a concorrência internacional havia se tornado ainda mais aguda. A tradição de produção por meio de mão de obra escrava, apesar de um explosivo incremento de comércio transatlântico de escravos, não conseguiu fazer frente à produção mecanizada implantada nas ilhas do Caribe. A importação de máquinas a vapor não foi suficientemente ampla para fazer frente a esta concorrência, mas promoveu nova e profunda mudança interna. Como as máquinas a vapor eram mais produtivas, os engenhos mecanizados passaram a monopolizar a produção em suas circunscrições fazendo com que os donos de fazendas, transformados em usineiros, tornassem-se mais ricos em detrimento dos produtores mais artesanais que entraram em decadência. A diversificação da produção agrícola foi uma das alternativas para os pequenos produtores, fazendo com que a produção de açúcar se tornasse cada vez menos importante.

Dentro deste contexto, a arquitetura teve poucas oportunidades de novas realizações. Dentro do possível, procurava-se manter as velhas construções, e apenas quando isso se tornava impossível, surgiam as possibilidades de realizar construções novas, que acabavam por ser influenciadas em sua linguagem, pelos novos conceitos (figuras 520 e 521).



Figura 520: Engenho de Massangana, Cabo, Pernambuco.



Figura 521: Engenho de São Miguel, Quissamã, Rio de Janeiro. Construção de 1886.

Ao longo do tempo, foram realizados bastante estudos sobre estes estabelecimentos. Neles, as atenções estão voltadas para as casas-grandes e pouca atenção é dispensada às habitações dos escravos e dos feitores. Nos inícios do reinado, as senzalas continuavam a apresentar condições muito precárias.

Arquiteturas regionais

Diante da decadência física e econômica dessas cidades, a alternativa de sobrevivência dessa população foi a migração para outras bandas ou retornar à atividade agrícola. A formação de grandes fazendas concedidas a batentes militares foi uma das tradições da administração governamental que foi mantida. Em 1867, Burton visitou uma fazenda em Catas Altas que descreveu da seguinte forma:

Era uma habitação comum do interior, um terreiro usado pelos negros e animais, uma escada de madeira lavando à “sala” ou quarto de hóspedes e, por trás, o gineceu e a cozinha, que são lugares interditos, da “sancta” da dona. A sala da frente tem uma mesa de madeira, sempre quinze centímetros mais alta do que devia, um banco ou dois para os mais humildes e uma dúzia de cadeiras com assento e encosto de palinha; são famosas como estragadoras de roupas e um instrumento de tortura para quem se lembra do divã. As paredes, desprovidas de papel, são enfeitadas com troféus de caça, armas, arreios de cavalo, estampas da Virgem, dos santos, de velhos portugueses ilustres, do Sítio de Arronches, de Napoleão Bonaparte; às vezes há um espelho e um relógio ianque, alto e magro; e, nos lugares mais atrasados, há um oratório portátil, edição de um altar, com 60 centímetros de altura, alojando santos padroeiros de tamanho proporcional estampas, flores e ramalhetes; defendem as pequenas quantias e os poucos valiosos objetos que lhe são confiados pelo dono da casa. No chão sem tapete, há, muitas vezes, um grande pote de barro com água, com uma tampa de madeira e uma caneca de lata, fonte dos sedentos. A família dorme na parte de dentro e o quarto dá para a sala; essas alcovas sem janelas – não havendo necessidade de luz à noite e sesta – são exatamente as que Roma deixou como herança a suas filhas Portugal e Espanha¹⁷. Cada uma tem uma ou duas camas ordinárias, forradas com esteiras, couro ou tábuas e um colchão recheado de capim ou palha de milho. As roupas de cama são, geralmente, boas, sempre limpas e as fronhas têm rendas nas extremidades. A sala de jantar fica, muitas vezes, no interior da casa, onde o elemento feminino, ajustando-se atrás da porta, pode ver o estranho, sem ser visto. Uma das peculiaridades da mesa é a absoluta necessidade de uma toalha... Outra peculiaridade é a presença do paliteiro, de formato esquisito (...)¹⁸

¹⁷ Se é certo que os dormitórios dos romanos, denominados “cubiculum”, apresentavam as características aventadas, mas a forma de sua implantação dentro da residência remetia à arquitetura berbere (ou moura).

¹⁸ BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 259.

A região da mineração era rica em minérios, mas a terra era pouco adequada à prática da agricultura. Por isso, houve uma migração para sítios mais afastados, em especial no sul da Província onde surgiu um rico conjunto de fazendas (figura 522), que permanece pouco conhecido por ter sido eclipsado pelos estabelecimentos congêneres do Vale do Parnaíba.

Em planta baixa, a organização dos espaços carece de funcionalidade, como já foi visto nas construções congêneres do século anterior. Mas houve uma modificação substancial no que concerne à prática religiosa. Talvez, por imposição de atuação limitada das ordens religiosas impostas por Pombal, as capelas conexas foram substituídas – quando o foram – por pequenas capelas internas, de uso exclusivo do círculo familiar.



Figura 522: Fazenda Cachoeira, Conceição dos Ouros, Minas Gerais.

Outra fonte de riqueza foi a criação do gado. A introdução do bovino no Brasil ocorreu em duas regiões diferentes. Em 1540, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca desembarcou em Santa Catarina e seguiu viagem até Assunção do Paraguai. Nesta expedição trouxe os primeiros animais de porte (gado e cavalos) que se espalharam pelo sul da América a partir daquela cidade. Os missionários jesuítas trouxeram os primeiros animais para as Missões do Rio Grandedo Sul.

No nordeste, as primeiras cabeças vieram com o primeiro governador geral e coube a seu parentado, Garcia d'Ávila, o privilégio da criação do gado de genealogia norte-africana, foi deixado em liberdade, expandindo-se pelo interior, em terras desocupadas. Aproveitando-se de seus privilégios reais, estas terras acabaram por ser apropriadas pelos Garcia d'Ávila, formando, possivelmente, o maior latifúndio das Américas. A decadência desse clã fez com que esta criação se diversificasse e fosse assumida por outros criadores. Àquela altura, as fazendas já haviam assumido uma organização interna com o cercamento do quinhão de terra, a existência de um curral para a seleção do gado, uma roça cercada para evitar a invasão do gado, um açude, tudo centralizado pela sede da fazenda que, em raras ocasiões, podia ser complementada com uma capela.

Quando se chegou à Independência, na zona da mata nordestina, havia se estruturado uma complexa rede de proprietários que adaptaram a arquitetura tradicional, de origem lusitana, de suas sedes das fazendas ao meio ambiente. A generalizada diversificação da produção que foi sendo adotada em todo o país, fez com que, ao lado da criação do gado, passasse a ser praticada uma agricultura que deixou de ser só de subsistência. Sua produção se tornou objeto de troca.

Uma das adaptações das casas consistia em rodear as construções tradicionais por largos alpendres, cuja cobertura era o prolongamento dos telhados da moradia. Isso significa que o pé-direito se tornava muito baixo, em sua periferia, o que era muito conveniente por permitir uma ampla ventilação e, ao mesmo tempo, quebrar a alta luminosidade do sol escaldante (figuras 523 e 524). Estes alpendres passaram a ter uma utilização diversificada. Serviam para o convívio familiar e social, de depósito e de manipulação dos produtos agrícolas, à realização de serviços domésticos, no qual o forasteiro poderia estender sua rede ao pernoite. Podia servir até mesmo para o confinamento de algum animal que necessitava de algum cuidado.



Figura 523: Fazenda Malhada Grande, em Granja, Ceará, Século XIX.

Figura 524: Fazenda Malhada Grande, em Granja, Ceará, Século XIX.

Após o conturbado I Reinado e do regime regencial, a política se estabilizou e as melhorias foram chegando ao interior do sertão. Isso significa que as melhorias da arquitetura passaram a ser sentidas cada vez mais. As formas improvisadas de ampliações sucessivas começaram a fazer parte de projetos originais, o que lhes conferiu maior qualidade plástica (figura 525), até mesmo no alto sertão.

No sentido de apaziguar as tensões que varreram a nação durante os inícios da independência, e cooptar as lideranças políticas locais, o governo passou a fazer uma generosa concessão de títulos de nobreza, cuja ascensão social trazia consigo adoção de novos costumes e valores. Na arquitetura, esta nobreza nomeada acabou por adotar formas mais sofisticadas em suas residências, as quais se aproximavam do neoclassicismo (figura 526), com uma rigidez na composição dos volumes, com a abolição dos alpendres e com pés-direito mais altos, a exemplo da residência do Conde de Icó, no alto sertão cearense.



Figura 525: Fazenda do Francês, em Aracati, alto sertão do Ceará.

Figura 526: Residência do Visconde de Icó, em Saboeiro, alto sertão do Ceará, meados do século XIX.

Para além das casas senhoriais, sobreviviam os pobres em condições humildes e submissas. Suas moradias refletiam uma realidade que Gustavo Barroso descreveu da seguinte forma:

Todas as casas sertanejas são humildes, quer sejam de palha só ou de palha e taipa quer sejam de taipa e telha. São baixas, rebocadas rudemente, rodeados de alpendres, paredes caiadas e nuas (...) São sempre edificadas numa elevação do terreno, batidas de vento e do sol, comum amplo e limpo terreiro na frente, atrás um quintalejo cercado, um retalho de terra, onde se erguem canteiros rudes. Sua construção é segura e forte (...) São de tamanho regular com quatro abas de telhado, portas pesadas de umburana, rijos sabiás madeirando as paredes, unidos por finas ripas de morroró seguras de lios rachados e na taipa é o barro atirado por cima às bofetadas, toscamente. As paredes dos alpendres são cobertas de pregos e forquilhas onde o matuto arma redes para dormir e descansar, pendura arreios e todos os apetrechos necessários aos cavalos e ao gado.

O lugar mais importante é a sala ou o copiar. Das paredes pendem objetos de toda a sorte, cabrestos, peias, chicotes, cordas, arreios, sacos de sementes, chapéus de palha e couro, armas brancas e de fogo, tudo sujo com as dejecções das moscas; pelo meio, no barro socado do chão, erram bancos e mochos de sola cheios de pregos de metal; aos cantos, entre paus, surgem canos de espingarda, cabos de enxadas e de alviões; alinhama-se, encostado às paredes, malas, baús de pregaria e caçambas de carregar queijo e, num canto, o pote d'água enganchado uma forquilha de três galhos (...) Os quartos são nus, somente as redes pendem flacidamente dos armadores e os baús perlongas as paredes (...) A cozinha acumula as funções d'queijaria, Junto às trempes toscas e aos grandes fogões de alvenaria, rente às prateleiras pejadas de louça grossa, encostada à parede de tacanha, a gasta prensa de fazer queijo repousa numa aluvião de moscas que a cobrem, sussurrando.¹⁹

No extremo sul, a penetração do gado aconteceu por ação dos conquistadores castelhanos e os padres jesuítas se tornaram os responsáveis por sua disseminação. Sua criação, nos campos abertos e amplos missioneiros, fez com que parte do gado se tornasse chimarrão e acabasse por se constituir, ao longo dos séculos, numa variante genética denominada “Franqueira”. Com a expulsão dos padres da Companhia, em 1759, a posse do território se tornou questionável. Com a penetração dos súditos de Portugal em território castelhano, o gado bravio foi sendo confinado em fazendas e estâncias legitimadas com a concessão de cartas de sesmarias²⁰ por parte das autoridades portuguesas.

A população rio-grandense se formou a partir de migrações internas²¹. A incorporação forçada de “elementos associais” no exército e ser enviada ao sul para garantir a posse do território, veio a constituir a maioria dos povoadores da Capitania. Essa gente proveio das

19 BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol (natureza e costumes do norte)*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1930, p. 191-193.

20 A disposição de um território imenso e com a existência de uma reduzida população que as pudesse ocupar, fato utilizado para justificar sua legitimação de posse, foram sendo feitas concessões a pessoas de confiança dos governantes de sesmarias que, teoricamente, teriam a área de uma légua (6,6 Km) em quadra. Como, assim mesmo, restavam muitas terras desocupadas, passaram a ser concedidas sesmarias “de campo”, cujas dimensões teóricas seriam uma légua de frente por três de fundo. Com a inexistência de agrimensores qualificados, essas dimensões passaram a ser avaliadas pelo deslocamento de um cavalo encilhado. Uma hora de marcha equivaleria a uma légua de distância. Evidentemente, os cavalos bem nutridos dos poderosos, eram mais céleres que os matungos dos menos favorecidos.

21 A partir de 1824, houve uma imigração alemã que foi suspensa entre 1830 e 1846 em decorrência de problemas políticos no Rio de Janeiro e da Guerra dos Farrapos e, com altos e baixos, voltou a se processar até os inícios da I Guerra Mundial, com sensível arrefecimento após o conflito. A partir de 1875, a imigração se diversificou com pessoas vindas de diversos países, com prioridade de italianos. Esta população permaneceu, em larga escala, marginalizada da sociedade envolvente, e passou a se integrar lentamente em decorrência de uma política agressiva contra estes “elementos inassimiláveis” da ditadura estadonovista.

mais diferentes regiões da Colônia. Disso, resultou que a arquitetura apresentasse uma variedade de linguagens, ainda que apresentasse certa homogeneidade no partido geral.

As construções das fazendas envolviam um pátio central, rigidamente cercado por um alto muro, quando não havia uma construção que cumprisse esta função. Esse espaço separava as áreas destinadas a cativos e livres. Nesse muro, havia um portão de dimensões monumentais, que servia de controle dos escravos quando saíam ao trabalho e quando se recolhiam ao fim do dia. Internamente, os espaços dos donos ainda eram separados do pátio por um alpendre mais elevado para facilitar o controle do “elemento servil”. As dependências dos escravos não apresentavam aberturas para o exterior para evitar fugas. Havia uma precária divisão em compartimentos para os diversos grupos e uma cozinha onde eram preparadas as refeições dos cativos, dita “cozinha de fora”.

A organização interna dos espaços se assemelhava à que foi vista nas fazendas de café (figura 514), das quais, no entanto, distinguiam-se por não apresentarem alcovas. Uma das raras exceções foi a da Fazenda da Lapa (figuras 527 e 528). A existência de uma capela conectada à habitação decorreu da condição de que seu proprietário era um sacerdote e que viria a ser o primeiro bispo da Província. Por outro lado, havia uma segregação da cozinha (“de dentro”), cujas ligações com o refeitório se dava a certa distância, através de um corredor ou uma copa intermediária. Certamente, as condições de habitabilidade destas construções eram superiores às das fazendas ao norte por possuírem aberturas para o exterior, que permitia a ventilação e a insolação. No entanto, sob o ponto de vista do acabamento, o piso ainda era de chão batido salvo raras exceções, quando a sala recebia um tabuado (figuras 529 e 530).

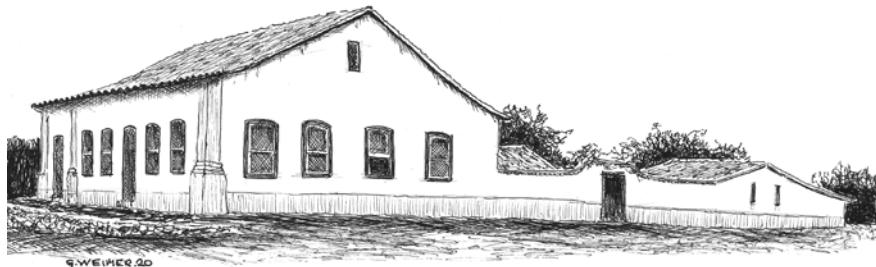


Figura 527: Fazenda da Lapa (ou do Bispo), ± 1850, em Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul. Proprietário: Dom Feliciano José Rodrigues Prates, I bispo do Rio Grande do Sul.

Figura 528: Planta baixa da mesma fazenda.

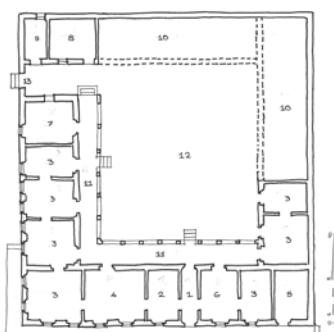
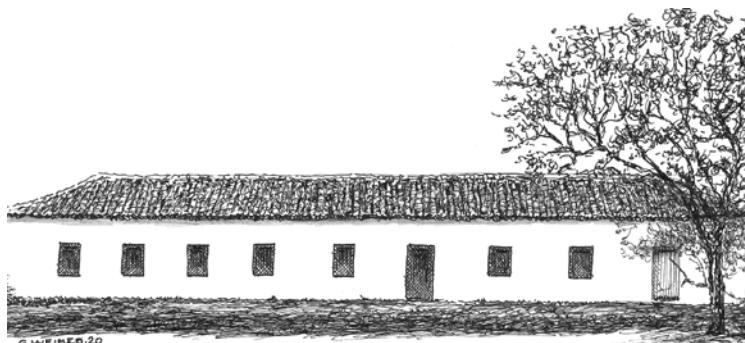


Figura 529: Fazenda da Arvorezinha, em Piratini, Rio Grande do Sul.

Figura 530: Planta baixa da mesma fazenda.

Uma questão controvertida tem sido a do papel dos escravos nestas organizações rurais da Campanha. Alguns viajantes do século XIX assinalaram que as relações patronais teriam sido mais amenas que no resto do país. Disso, os entusiastas do gauchismo têm se valido para admitir que a escravidão teria sido muito branda e virtualmente inexistente. Efetivamente, havia razões para um tratamento menos aguerrido devido a dois fatos conjugados: o pastoreio era exercido a cavalo, e a proximidade com os Campos Neutrals (uma espécie de terra de ninguém onde se refugiavam, em terras dominadas por indígenas, pessoas que tinham contas a acertar com a justiça de um lado ou de outro, de cuja miscigenação surgiram os gaúchos) e a Banda Oriental, de onde, dificilmente, podiam ser recambiados. Mas essas suposições não encontram apoio nas estatísticas, e são desmentidas pela arquitetura. Se é verdade que as senzalas se encontravam em marcante proximidade da moradia senhorial, não é menos verdade que os alojamentos dos escravos eram rigidamente controlados e murados, apresentando precárias condições de aeração como subterfúgio para evitar eventuais fugas dos cativos. As dimensões das senzalas mostram que o número dos escravos era muito grande, e o mito de uma escravidão branda é uma tautologia: a escravidão é intrinsecamente violenta pela simples razão de rebaixar o ser humano à condição de mercadoria.

No verso desta mesma moeda, deve ser assinalado que, no fim do Império, surgiram fazendas em que os escravos eram alojados nos pisos térreos de sobrados ou eram remanejados para esse local quando as antigas senzalas se tornaram muito precárias (figuras 531 e 532). Isso, no entanto, não impedia que houvesse uma clara marcação plástica que diferenciava as áreas reservadas aos dois grupos. No térreo, o piso era de chão batido; o pé-direito era baixo e as janelas pequenas e gradeadas; as paredes divisórias eram poucas e precárias; o mobiliário, escasso e rústico. Em cima, o entrepiso era de madeira; as janelas grandes, abertas e envidraçadas; o pé-direito, alto; o mobiliário, abundante, por vezes, importado; as paredes, caiadas e ornadas de quadros.



Figura 531: Fazenda da Figueira, fachada principal, inícios do século XIX, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.

Figura 532: Pátio interno da mesma mostrando as enxovias no piso térreo.

Além da dualidade senhor/escravo, as fazendas comportavam uma classe intermediária que era a dos peões, muitas vezes, denominados gaúchos ou guascas que eram, em sua maioria, mestiços de indígenas com brancos, aos quais cabia a tarefa de resguardar o gado para que não deixassem os campos do proprietário e para vigiar a presença de intrusos. Construíam suas casas junto às divisas da propriedade em adobe ou taipa (figuras 533 e 534), o que denota influências africanas.



Figura 533: Casa de adobe, em Bagé, RS.

Figura 534: Casa de taipa, em Bagé, RS.

Todavia, a alternativa mais comum dessas habitações eram as casas de torrões (figura 535), que eram construídos com “placas” de terra enraizadas de gramíneas e empilhadas com juntas alternadas ao reverso de como eram encontradas na natureza, de onde eram retiradas com pás de corte. Sua semelhança com a taipa de pilão era patente, porém, não era apiloadas entre taipais, posto que as raízes da grama faziam o papel de aglomerante. Para distribuir a carga do telhado, o topo das paredes era protegido por galhos, à semelhança de frechais. Esse madeiramento era apoiado à estrutura do telhado (figuras 535 e 536).



Figura 535: Casa de torrões da região pampeana do Rio Grande do Sul.

Figura 536: A cobertura de uma casa de torrões.

Junto às residências dos proprietários era erguido uma construção semelhante aos ranchos descritos no capítulo anterior que, no sul, eram denominados de “galpões”. Contudo, tinham funções múltiplas, como servirem de depósito de toda ordem de necessidades da pecuária, de dormitório dos peões que estavam diretamente ligados aos serviços dos proprietários e dos viajantes – ditos tropeiros – encarregados de promover o deslocamento das tropas de gado. No centro desta construção, ardia um “fogo de chão” ao redor do qual se reunia a “peonada” para confraternizar e tomar o chimarrão. Consta no folclore que este fogo era constantemente realimentado para que nunca se extinguisse, o que denota a sobrevivências de costumes provenientes do sul de Angola.

Provavelmente, este quadro se repetia em todo o país. Um dos primeiros visitantes do Brasil após a Abertura foi Johann Pohl, que resumiu da seguinte forma as habitações dos trabalhadores no Arraial de Crixás: “As casas são de madeira e barro, mal construídas, baixas, outras apenas rebocadas por fora.”²² Pela mesma época, Saint-Hilaire se abrigou durante um temporal numa destas casas na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a descreveu nos seguintes termos:

22 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 186.

No campo e frequentemente na cidade, não usam chaminé e o fogo é aceso no meio da cozinha, mas a fumaça pode se elevar e escapar pelos oitões que são geralmente abertos. Na miserável habitação em que passei o dia, ela não tinha por saída senão uma porta, muito estreita e prejudicou-me a vista. Os móveis da cabana resumiam-se em jirau dispostos ao redor, uma mesa e alguma louça.²³

No interior de Goiás, o mesmo autor encontrou um local que caracterizou da seguinte forma:

Este sítio (Taipa ou Sítio Novo), que abrigava duas ou três famílias, compunha-se de algumas casinhas feitas de barro cinzento, umas de palha, outras de folhas de buriti (1819). Nenhuma delas tinha janelas e as portas, muito frágeis, fazendo lembrar as nossas treliças, eram feitas com folhas de buriti, dispostas verticalmente e ligadas umas às outras com cipó.²⁴

Na mesma província, num lugar chamado Francisco Alves, o mesmo viajante constatou que, no mesmo,

(...) havia um engenho de açúcar ao ar livre, como são geralmente os dos colonos de poucas posses, e uma dúzia de casinhas esparsas. Uma delas pertencia ao proprietário e as outras eram habitadas por escravos e agregados. Todas, porém, tinham uma aparência igualmente miserável, sendo impossível distinguir a do dono.²⁵

Arquitetura urbana

Com a libertação das amarras coloniais, fortaleceu-se a economia, tanto por via do mercado interno como do comércio internacional. E isso foi marcante na arquitetura. Paradoxalmente, a vinda da corte portuguesa trouxe consigo novos conceitos da arquitetura clássica para os grandes centros, fazendo com que os conceitos tradicionais da cultura lusa passassem a ser vistas como atraso. Estas novidades levaram algum tempo para serem adotadas nos centros menores, criando-se bolsões conservadores mantidos relativamente fiéis às tradições. O enriquecimento dos privilegiados lhes facultou a possibilidade de construir prédios maiores e representativos de sua abastança (figuras 537 e 538). Contudo, sorrateiramente, foram sendo adotados certos procedimentos construtivos que pouco conflituavam com a tradição. Um deles foi a criação de um colchão de ar entre o solo e o piso interno, o que contribuía para a maior durabilidade dos prédios. O provimento de pequenas janelas chamadas de “gateiras” ao longo da periferia destes colchões propiciava uma ventilação cruzada que contribuía à remoção da umidade. A médio prazo, talvez por imposição da inclinação do terreno, percebeu-se que um colchão de maior altura permitia sua utilização como depósito. Mais adiante, esse colchão evoluiu para um porão que podia abrigar determinadas funções domésticas.

23 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 22.

24 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 22.

25 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 110.

Outro conceito divulgado pelos seguidores do positivismo é a teoria dos “miasmas”²⁶. Para combater este “mal”, advogava a abundância de ar dentro das construções e a facilidade de sua remoção. Na prática, isso significava o aumento do pé-direito dos prédios e a abertura de um maior número de janelas.

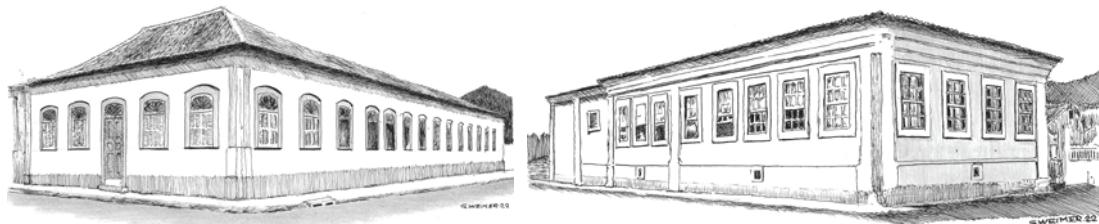


Figura 537: Casa em Iguape, São Paulo.

Figura 538: Casa Mendonça, em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo, a tradição portuguesa de associar o sobrado à noção de poder também manteve sua permanência. Porém, o acréscimo de uma camarinha foi um modismo que contou com as simpatias de muitos seguidores. Por se tratar de pessoas mais próximas do poder, seguia-se mais à risca as determinações imperiais de substituir os beirais por platibandas (figuras de 539 a 542).

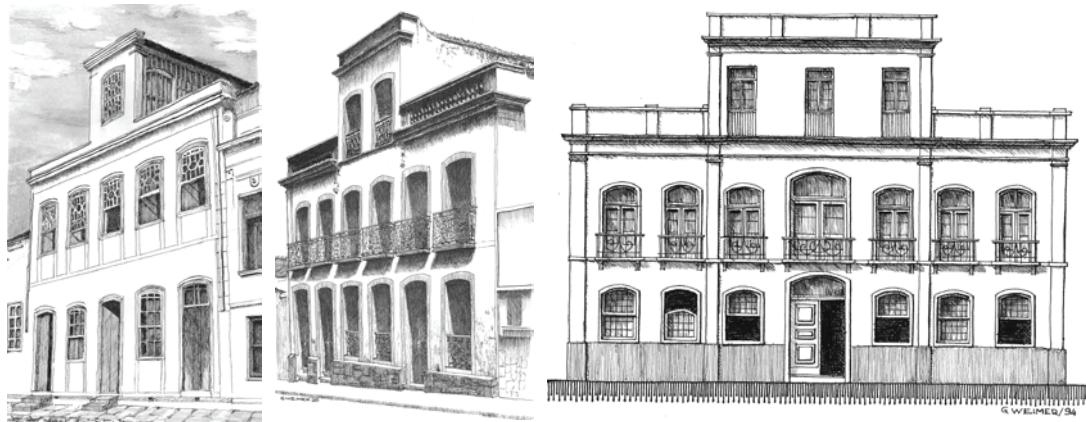


Figura 539: Sobrado na Rua da Ponte (atual, Riachuelo), de meados do século XIX.

Figura 540: Solar de Dom Diogo de Souza, que foi presidente do Rio Grande do Sul, governador geral de Angola e vice-rei da Índia. Construção de 1809.

Figura 541: Solar do Conde de Porto Alegre, em 1859, atual sede do IAB-RS.

26 Segundo esta teoria, as epidemias de doenças tropicais não tinham qualificação própria da população acometida.

As epidemias de febre amarela e varíola eram causadas por miasmas. A filosofia grega clássica considerava que esses miasmas eram gerados por grande parte

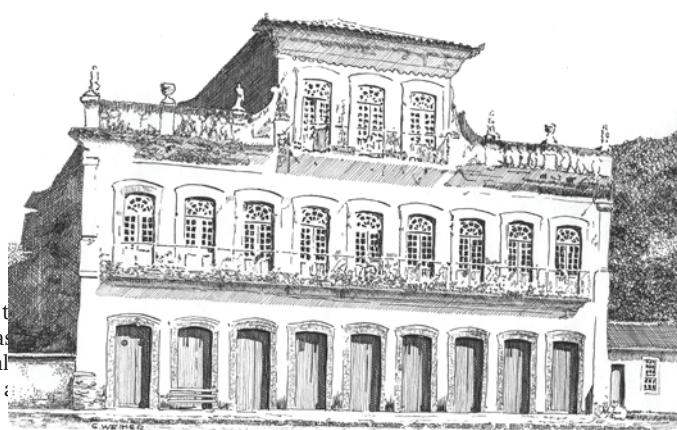


Figura 542 Casa Baltasar Fortes, grande comerciante e fazendeiro de Ubatuba, litoral paulista.

Os processos de passagem são acompanhados de situações contraditórias. No caso brasileiro, uma das formas encontradas foi uma densificação urbana da verticalização dentro de parâmetros tradicionais (figura 543) em centros interioranos. No Rio de Janeiro, constituído no maior centro irradiador do neoclassicismo, surgiram construções ambíguas, a exemplo do curioso sobrado da Rua Caju de 1875, no qual houve um tratamento plástico totalmente diferenciado nas elevações como vergas retas tradicionais numa fachada, e outra com arcos plenos na lateral (figura 544).

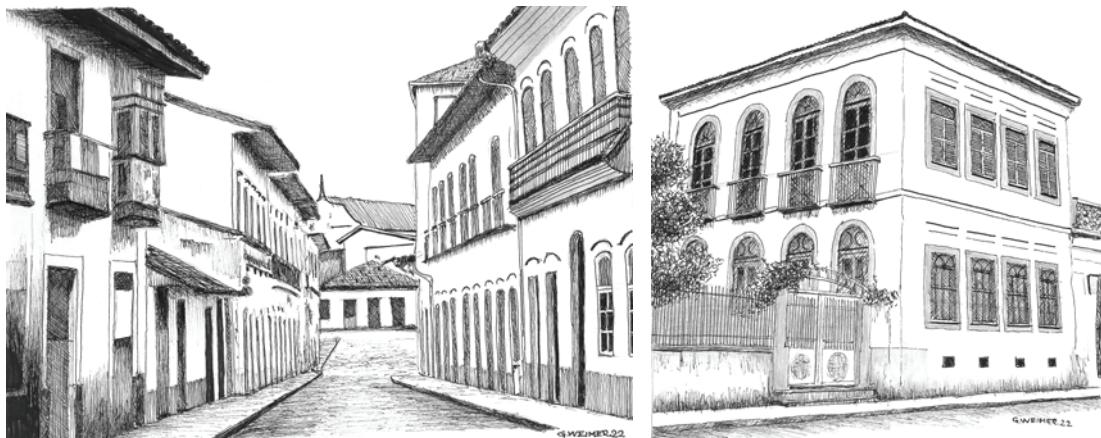


Figura 543: São Paulo começa a se verticalizar; Rua do Rosário (depois, 15 de Novembro), em 1861.

Figura 544: Sobrado na Rua Caju, Rio de Janeiro, com tratamento diferenciado nas elevações.

Outra alternativa não menos curiosa foi o simples aumento do número de pisos construídos em linguagem tradicional, como no Edifício Malakov (figura 545), o primeiro “arranha-céu” de Porto Alegre, ou na construção das “casas magras” ou “esguias” de Recife (figura 546), que tem suscitado ardorosas discussões sobre sua origem remota, se holandesa ou portuguesa, sem levar em conta de que o Brasil sempre foi um país privilegiado em miscigenações, arquitetônicas inclusive.

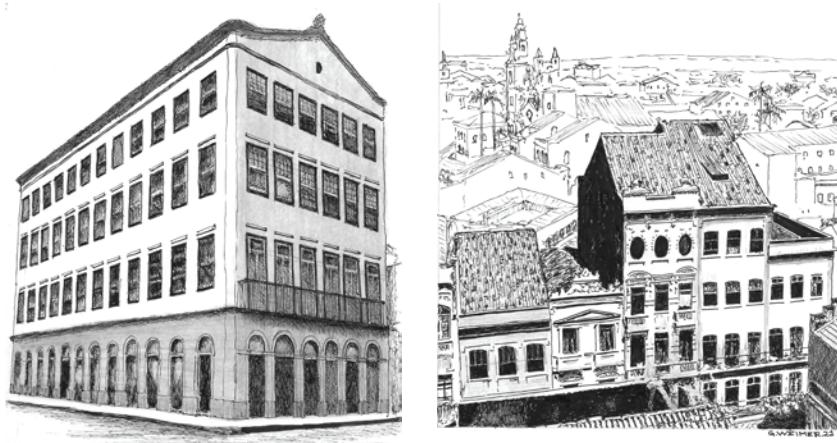


Figura 545: Edifício Malakov, construído entre 1856 e 1860, em Porto Alegre.

Figura 546: Casa esguias de Recife.

Nas classes intermediárias, os acontecimentos foram semelhantes. Durante a primeira metade do período ainda havia uma certa prevalência das tradições portuguesas (figura 547), mas à medida que passou a haver um massivo afluxo de imigrantes europeus, a arquitetura passou a se diversificar. Construções marcadas pela influência portuguesa se adequavam à nova contingência. Típicas casas de porta e janela geminadas passaram a receber telhados de duas águas, que despejavam em calhas longitudinais para evitar os beirais quando os mesmos passaram a ser proibidos (figura 548).



Figura 547: Ladeira 330, em Porto Alegre.

Figura 548: Vila operária na Travessa Marquesa de Santos, no Rio de Janeiro.

Pessoas mais pobres continuavam a se aglomerar em quarteirões urbanos menos valorizados e tratavam de construir moradias com paredes a meia para minorar custos em casas de porta e janela, ou de meia morada conforme as disponibilidades financeiras como foi visto no capítulo anterior. A partir do II Império, os acontecimentos passaram a se precipitar quando a marinha inglesa acabou de vez com o comércio intercontinental de escravos. Isso fez com que o preço dos escravos se tornasse cada vez mais alto, o que impunha a procura de novas alternativas. Uma delas foi a procura da substituição da mão de obra escravizada pela livre, de colonos europeus. Quando esta alternativa não aconteceu como esperado – apesar de se dizer que os cafeicultores eram liberais – a verdade é que procuravam comprar escravos “a qualquer preço” nos estados menos capitalizados. A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai se constituiu em outro fator de perturbação da ordem estabelecida. Como um grande número de escravos foram mobilizados para a luta em substituição dos filhos das famílias abastadas, mexeu com a moral da nacionalidade à medida que pôs a descoberto uma patética verdade de que os párias da sociedade morreram em defesa da pátria que os escravizava, e os que conseguiam voltar vivos das frentes de batalha passavam pela estranhíssima condição de seres vilipendiados que deveriam ser tratados como heróis ao modo daqueles que tinham pele mais clara.

Isso fez com que fossem concedidos cada vez maior número de alforrias, sem que fossem tomadas as devidas providências para os libertados encontrarem dignas condições de sobrevivência. Pressões internacionais e ideologias libertárias emanadas do exterior acabaram a迫使 os dirigentes da Nação a terminar de vez com o regime

escravocrata, o que foi acompanhado com violentas ações de expulsão dos ex-cativos dos centros das cidades. Com isso, não lhes restavam outras alternativas a não ser se aquilombar na periferia das cidades (figuras 549 a 551) à procura de alguma oportunidade para garantir a própria sobrevivência. Este foi um movimento que se generalizou em todo o país, e não foi o plano de reforma da Avenida Central do Rio de Janeiro que deu início ao processo de “favelização”, como se tem afirmado. O “bota abaixo”, de Pereira Passos, foi apenas mais um fator que agravou a situação. Imagens da época mostram que, em seus princípios, a densidade das regiões ocupadas era relativamente pequena, o que contribuía para um ambiente relativamente saudável, o que veio a piorar seriamente com a evolução posterior.

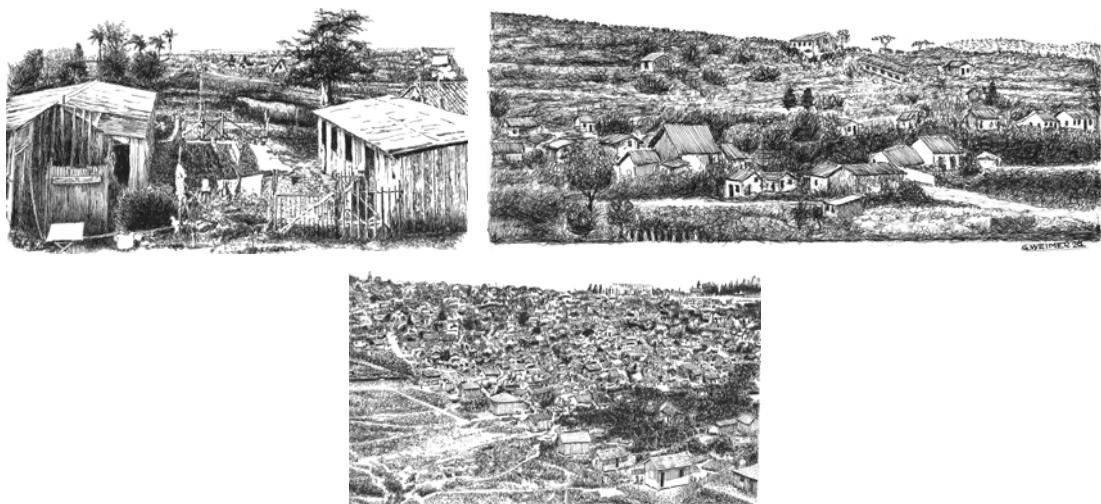


Figura 549: Colônia Africana, em Porto Alegre. | Figura 550: Colônia Africana. | Figura 551: Colônia africana.

As vilas

O século XIX se caracteriza por uma profunda transformação da sociedade. A inesperada vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, acompanhada de todo um exército de servidores e lacaios, alavancou a Colônia a centro administrativo e político do Reino, mantendo esta posição por quase uma década. A volta da realeza para Portugal não signifcou um retorno às condições coloniais anteriores, visto que o herdeiro da Coroa assumiu o posto de Príncipe Regente aqui estabelecido.

A proclamação da Independência teve um significado semelhante a uma declaração de maioridade da Nação, que foi acompanhada de uma séria crise econômica decorrente do novo *status* e da instabilidade política causada pelo comportamento temperamental do Imperador. Isso levou a que, num curto período de apenas nove anos, a sua situação se tornasse tão desfavorável que ele se viu compelido a deixar o país sob a alegação de que deveria se empenhar em novas confrontações em Portugal, no sentido de recuperar o trono do país do qual seu irmão Miguel havia se apropriado em desrespeito aos acordos firmados com o Imperador do Brasil, segundo o qual ele seria o regente daquela nação até

que sua sobrinha Maria da Glória com ele casasse e assumisse o trono luso como Dona Maria II de Portugal.

O vácuo político deixado no Brasil em decorrência da abdicação do trono a favor de seu filho Pedro, de apenas cinco anos de idade, foi precariamente preenchido por um conturbado período regencial, que durou dez anos. Insurgências em diversos pontos do país só puderam ser amainadas com o coroamento de um menino de apenas quinze anos de idade. Ainda que esse fato possa parecer estranho, a verdade é que, a partir de então, o país entrou num período de relativa calma durante quase meio século. Perturbações, como a impositiva abolição do comércio negreiro transoceânico da parte da Inglaterra e a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, seguramente, serviram de marcos que consolidaram a nacionalidade e se constituíram em etapas de um marcante amadurecimento político do país.

Sob o ponto de vista da arquitetura, o século XIX se caracterizou por uma intensa urbanização da população. Claro está que isso não aconteceu de supetão. De início, a maior parte da população vivia no campo. Nos fins de semana, os grandes proprietários se dirigiam às vilas onde mantinham residência alternativa. Nestes conglomerados de construções, havia uma pacata atividade comercial em “vendas” que intermediavam os produtos de artesãos e agricultores, serviam de cenário para festas religiosas sincréticas, para o repouso dos tropeiros em viagem de negócios, ao mesmo tempo em que iam estabelecendo vinculações internas.

Com a divisão do território em municípios aos quais se passaria a atribuir certa independência administrativa, muitas povoações adquiriram maior importância social ao serem promovidas à condição de “vila”. O simples fato de nelas se estabelecer uma hierarquia burocrática de funcionários remunerados, constituiu-se em situação que, se não era totalmente inusitada, pelo menos contribuiu para a afirmação de importância. No capítulo anterior havíamos referido que no período colonial teriam sido criadas 175 vilas. Segundo nossos levantamentos, durante o período do Reino Unido e nos primeiros anos da Independência, foram criados nada menos de 174 novos municípios. Como a sede municipal requeria instalações específicas, criou-se a demanda de construção de igual número de Câmaras. Isso foi conseguido através do desvio dos generosos investimentos que vinham sendo feitos na construção de prédios religiosos para a administração civil. Como as Câmaras passaram a ser dissociadas das Cadeias, foi necessário, teoricamente, construir dois prédios novos em cada município. E este era um encargo muito grande para estas comunidades porque – e aqui é importante insistir – as vilas eram muito pequenas. A figura 552 mostra a vila de Castro, no planalto paranaense, que era um importante centro no caminho das tropas. Do mesmo modo, São Francisco do Sul era uma importante vila no nordeste de Santa Catarina (figura 553).



Figura 552: A vila de Castro, no interior do Paraná, era um importante entreposto no Caminho das Tropas.



Figura 553: A vila de São Francisco do Sul, um importante centro no nordeste do litoral catarinense.

Durante o período do Reino Unido, as lideranças nacionais tiveram a possibilidade de se inserir no sistema de comércio internacional. Com a abertura dos portos, passou-se a estabelecer uma relação direta com os mercados de consumo, possibilitando a aquisição de produtos industrializados até então desconhecidos ou difíceis de adquirir. Isso veio a trazer novos valores e modificar os costumes tradicionais. Esses impactos se fizeram sentir de forma mais marcante nos centros comerciais localizados ao longo da costa. Mas a intensificação das relações comerciais passou a incentivar as relações internas, fazendo com que as novidades importadas, aos poucos, também se divulgassem no interior e influenciassem a arquitetura. Isso aconteceu de forma mais intensa nas fazendas próximas do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba.

Esta, porém, estava longe de ser o que se poderia qualificar de regra para o que acontecia pelo interior do país. Muito antes pelo contrário: acompanhando as descrições dos primeiros viajantes, chega-se à conclusão de que as condições desses aglomeramentos eram, via de regra, muito precárias. Um dos primeiros viajantes a percorrer o interior do Brasil foi John Luccock. Iniciou sua viagem no Rio da Prata, em 1808, e se deslocou pela costa até o Rio de Janeiro. Em sua passagem pelo Rio Grande do Sul, passou por São José do Norte, e o descreveu do seguinte modo: “(...) consta de umas cem cabanas miseráveis, situadas sem regularidade por entre montes de areia solta; mesmo naquilo a que chamam de rua, os transeuntes enterram os pés até os tornozelos.”²⁷

Ao longo da costa de Santa Catarina encontrou “sete aldeias miseráveis, compostas de choças feitas de barro, colocado sem regularidade e conta trinta mil habitantes.”²⁸ Na Praia do Anjo, no Rio de Janeiro, Saint-Hilaire encontrou uma vila que:

(...) compõe-se de uma pequena capela (...) e uma vintena de choupanas construídas desordenadamente na praia e entremeadas de arbustos. Estas choupanas são pequenas, baixas, mal iluminadas, cobertas de colmo, construídas de pau a pique e barro, e acham-se em muito mau estado. Algumas tomaram uma posição de tal modo oblíqua pela ação do vento, que se acredita que iriam tombar. Os esteios colocados nos quatro ângulos dessas casas não são lavrados e terminam em pequenas forquilhas, sobre as quais descansam os madeiramentos da cobertura.²⁹

Seguindo por estas veredas, podemos encontrar um bom número de descrições semelhantes. Como a pobreza era grande, os autores encontraram poucas motivações para retratar estas vilas e povoações. Eventuais figuras ilustrativas podem nos dar alguma ideia das suas configurações, como é o caso (já visto) de uma aquarela de Debret da Vila de Mogi das Cruzes (figura 476), em São Paulo ou a de Triunfo, no Rio Grande do Sul (figura 477), que, provavelmente, tinha condições melhores que as antes descritas.

Já assinalamos anteriormente que, no período colonial, as famílias passavam pouco tempo nas vilas, já que viviam, na maior parte do tempo, em suas fazendas. Só vinham à vila em ocasiões especiais ou, se a propriedade rural não ficava muito longe, nos fins de

27 LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSPo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 153.

28 *Idem. ibidem*, p. 160.

29 SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSPo: Itatiaia/EdUSP, 1973, p. 172.

semana quando a vinda era aproveitada para fazer compras nas “vendas” locais e participar de cultos religiosos. O testemunho de Saint-Hilaire da vila do Coração de Jesus devia servir de modelo a tantas outras vilas interioranas:

Trinta ou quarenta casas constituíam toda a povoação: na maioria foram construídas na parte central do planalto que termina no morro e formam uma rua muito larga, regular, mas bastante curta. Embora geralmente cobertas de telhas, essas casas estão longe de ser belas; não se faz entrar em suas estruturas senão terra vermelha e estacas de pau a pique trançadas com bambus; são pequenas e não se tem sequer o cuidado de conservá-las bem... Quando não se encontra na povoação sacerdote para celebrar a missa, quase todas as casas se encontram fechadas; não se contam mais de sete que são habitadas durante toda a semana e ocupam-nas operários e mulheres de má vida.³⁰

É claro que, ao lado destas, também havia outras que, por diversas razões, destacavam-se e apresentavam condições melhores decorrente de uma atividade comercial mais desenvolvida. Um exemplo é o de Guarapari, no Espírito Santo:

(Guarapari) tem mais de 300 casas e mais de 2.400 habitantes. A rua pela qual cheguei ao Rio Guarapari é bastante larga e ladeada de casas mal conservadas, na maioria, cobertas de telhas. Diante das portas e das janelas de sacada há, costumeiramente, uma espécie de tela muito fina que substitui as venezianas e se assemelha à empregada em muitas partes do Brasil para fazer peneiras. Não se cuidou de calçar a rua de que acabo de falar e nela, como em Cabo Frio, cresce um gramado muito fino, de bonito afeito.³¹

Não é muito diferente o juízo que o mesmo autor fez de Araxá, em Minas Gerais:

Há, em Araxá, uma praça muito ampla e de traçado regular, mas as casas que dão para essa praça ficam espalhadas aqui e ali, um pouco desordenadamente... Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para a missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem na cidade, nos dias de semana, os artesãos - alguns dos quais bastante habilidosos - as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais de Minas.³²

A maior parte dos viajantes do século XIX veio para estudar a flora e a fauna do país, o que não os impedia que alimentassem a intenção de conhecer as regiões de mineração. A fama da riqueza da região havia transposto as fronteiras e aguçado a curiosidade. Porém, os primeiros viajantes que chegaram às minas, quando já estavam exauridas, ficaram decepcionados com o que encontraram. Pohl, em 1817, limitou-se a comentar sobre Ouro Preto o seguinte:

A situação da cidade não oferece vista atraente, antes apresenta um aspecto tristonho pela peculiaridade das formas em derredor... As casas da classe mais pobre têm paredes de barro e são caiadas. Particularmente ruins são as casas de onde começa a cidade, na estrada de Mariana para cá. São em geral choças baixas, não caiadas, muitas

³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 359.

³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974, p. 35.

³² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 129-130.

já em escombros e com sua situação desordenada e seus muros de pedras apenas empilhadas concorrem não pouco para tornar negativa a primeira impressão que se tem de Vila Rica.³³

Rugendas deixou alguns desenhos que atestam esta involução (figuras 554 e 555).



Figura 554: Matosinho, Minas Gerais, em 1824.

Figura 555: Sabará, Minas Gerais, em 1824, segundo Rugendas.

Em seus tempos de maior atividade econômica, a população da cidade chegava a 100.000 habitantes³⁴. Quando Pohl a visitou, seu número era estimado em 8.600 habitantes. São números que mostram o tamanho desse retrocesso e expressam o nível do abandono. Um dos viajantes opinou que o nome adequado seria o de Vila Pobre e não o de Vila Rica.

Alguns anos mais tarde, Orbigny faria um relato não menos contundente da capital de Minas Gerais:

As casas (...) são de aspecto mesquinho. Separadas por quintais compridos e mal cuidados, onde as laranjeiras e os cafeeiros espalham sua verdura sombria, aquelas casas não dão ideia da riqueza e importância de Vila Rica. Tudo, na cidade, no meio dos outeiros nus e severos, reflete a decadência e o abandono; tudo é triste e melancólico.³⁵

É curioso que estes viajantes só se referiam, de passagem, às construções de igrejas e do governo, sem expressar qualquer atenção maior. Isso, certamente, refletia a baixa consideração que alimentavam pelo barroco. De especial, apenas algum elogio à Casa de Câmara e Cadeia ou à Casa de Contos da Vila Rica.

O esgotamento das minas nas Gerais não acabou com a busca de novos mananciais. Quando deixou de se encontrar diamantes em Rio de Contas, essa vila também entrou em recesso; porém, como era o núcleo mais desenvolvido do sertão baiano, conseguiu se manter com certa atividade econômica no sul da Chapada Diamantina como centro de escoamento da produção das fazendas de gado que haviam se formado a partir do esfacelamento das propriedades dos Dias d'Ávila. Segundo a tradição local, por volta de 1820,

33 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 396-397. O autor reuniu estatísticas populacionais de onze localidades, dentre elas classificou a cidade de Barbacena com cerca de 14.000 habitantes, a vila Goiás com 9.300 habitantes, o povoado de São Jorge com 2100 habitantes e as demais como arraiais, com população variando entre 6.200 e 1.000 habitantes. Cada população era dividida segundo sua cor, o que permitiu calcular as médias que deram os seguintes resultados: 19,15% eram de brancos, 29,62%, mulatos e 51,23%, negros. Esses dados se constituem numa explicação da baixa pregnância de lusitanismos dessas construções.

34 Segundo MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 69, a população correspondia à metade da população de Lisboa e ao dobro da do Rio de Janeiro.

35 ORBIGNY, Alcide d'. Op. cit. p. 149.

teriam sido encontrados diamantes no atual município de Mucugê. A extração teria sido mantida em segredo até aproximadamente 1840, quando a notícia transpirou e motivou uma corrida para o sudeste da Chapada onde foram descobertos dois locais diamantíferos: Igatu e Lençóis, conferindo um reavivamento econômico a Rio de Contas, documentado por alguns casarões surgidos nesta fase (figuras 556 e 557). Em alguns casos, já se percebe alguma influência das novas tendências da arquitetura, como a concepção de que um pé-direito alto seria mais saudável (figura 558).

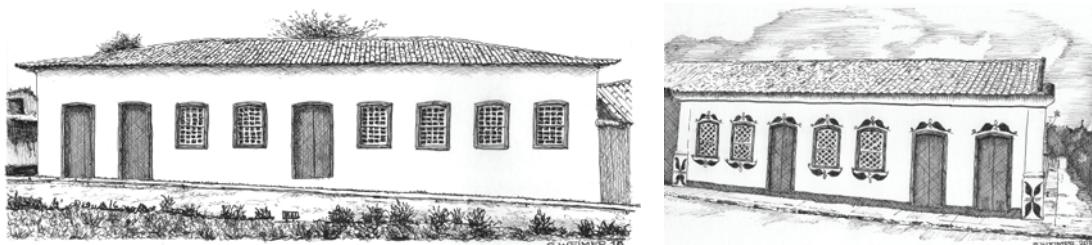


Figura 556: Casarão na Praça Senador Tanajura, 52, em Rio de Contas, extremo sul da Chapada Diamantina, Sertão da Bahia.

Figura 557: Moradia, Rua Barão de Macaúbas, 57, em Rio de Contas.

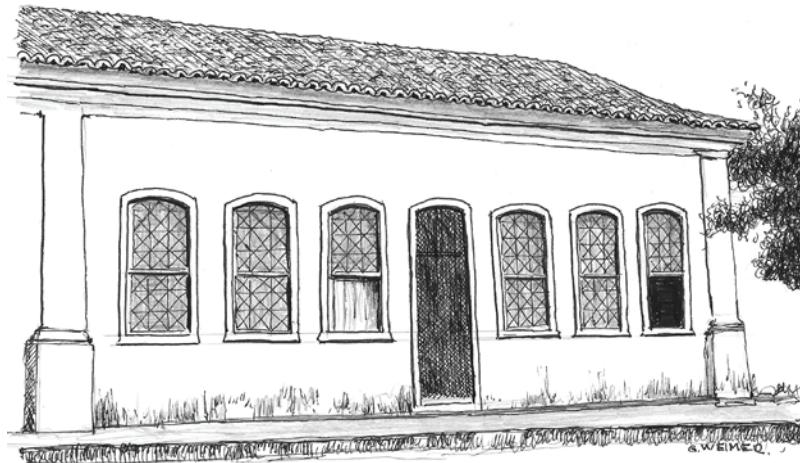


Figura 558: Casa à Rua Barão do Rio Branco, 12, de 1875, em Rio de Contas.

É desconhecida a época de surgimento de Mucugê (figura 559), que estava relacionada com a apropriação de uma grande gleba pelo sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado. Spix e Martius registram a passagem, em 1818, pela propriedade, mas não se referem à povoação por ser pouco significativa. Mas, em 1847, foi elevada à “vila”, o que mostra a importância adquirida com a descoberta das pedras preciosas quando sua população já era avaliada em 30.000 habitantes. Em 1872, sua população havia se reduzido à metade, o que mostra que a riqueza proporcionada pela mineração estava entrando em acentuada decadência, de modo que, em meados do século XX, havia se reduzido a cerca de 500 moradores. Por ter se convertido numa cidade estacionária, ela conservou as características de sua arquitetura original quase inalterada (figuras de 560 a 565).



Figura 559: Planta do centro de Mucugê.

Figura 560: Conjunto urbano da Rua Direita do Comércio, Mucugê.

Figura 561: Rua Rodrigues Lima, 57, Mucugê, Bahia, Século XIX.

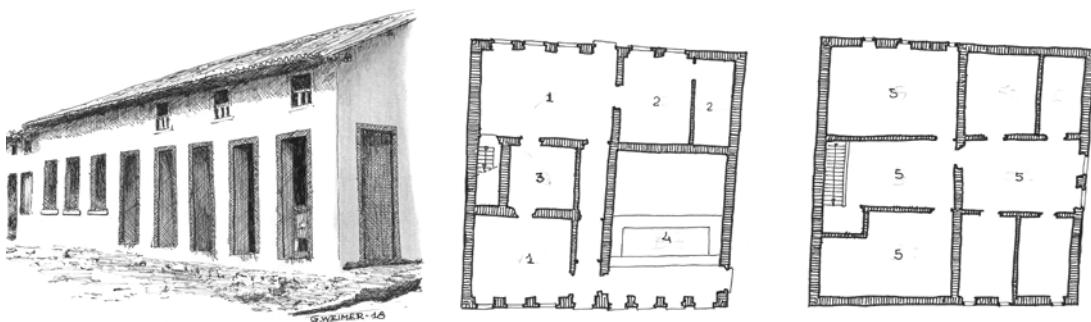


Figura 562: Mucugê, Rua Direita do Comércio, 140.

Figura 563: Plantas da mesma casa. | Legenda: 1 - Sala; 2 - Quarto; 3 - Alcova; 4 - Comércio; 5 - Dormitórios.

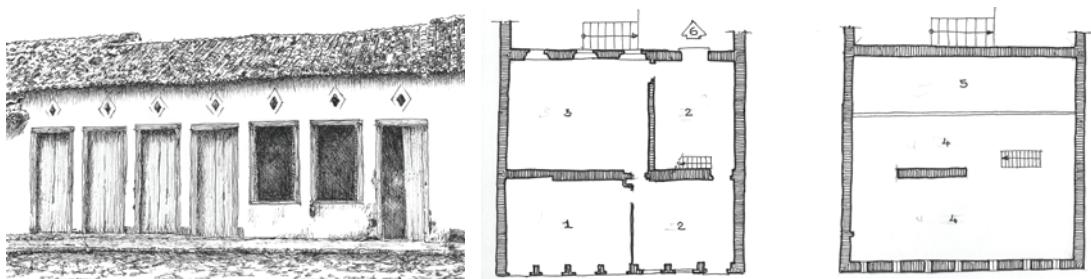


Figura 564: Mucugê, residência e casa comercial na Praça Cel. Propércio, 80.

Figura 565: Plantas da mesma residência. AP-442. | Legenda: 1 - Comércio; 2 - Sala; 3 - Cozinha; 4 - Depósito; 5 - Vazio.

A história de Igatu é ainda mais dramática: com a descoberta das minas de diamantes, atraiu um grande número de garimpeiros, mas, em poucos anos, os mananciais começaram a esgotar. Nos fins do Império, abandonou-se a vila, com a população migrando para o sul. Porém, uma parte se estabeleceu em um local próximo, na Vila de Igatu (figura 570), que sobrevive até hoje. A parte abandonada constitui num interessante conjunto de ruínas, que está sendo promovida como a Machu Picchu brasileira e que, injustificadamente, é pouco conhecida (figuras 568 e 569). Segundo Paulo Ormindo D. de Azevedo:

O afluxo para este distrito de enormes levas de garimpeiros nos meados de século XIX, provocou um grave problema habitacional, que teve como resposta o surgimento de uma arquitetura espontânea. Grutas naturais foram fechadas com alvenaria de pedra-seca (figura 566 e 567) para se transformarem em habitações conhecidas como “locas” ou “tocas”. Outra forma de arquitetura espontânea são os ranchos de pedra, cobertos por pindoba³⁶.

Como parte da Estrada Real que leva de Diamantina até Jacobina, no alto sertão baiano, o trecho entre Igatu e Andaraí foi totalmente pavimentado, o que mostra a importância do sítio na segunda metade do século XIX. A Vila de Igatu conserva suas características originais e começa a ter alguma dinâmica econômica com um crescente movimento turístico.

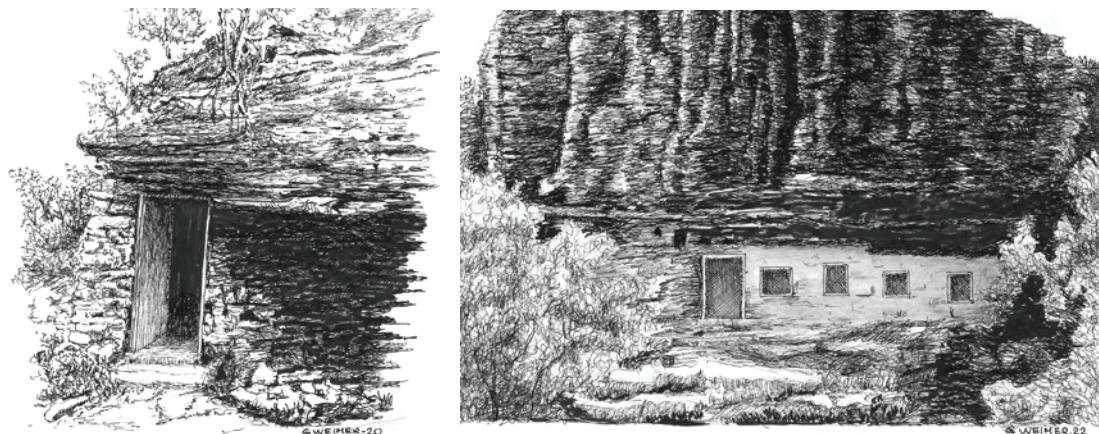


Figura 566: “Toca” de mineradores, na Chapada Diamantina.

Figura 567: “Toca” de alvenaria de pedra-seca, na Chapada Diamantina.



Figura 568: Ruínas de Igatu.

Figura 569: Ruínas de Igatu.

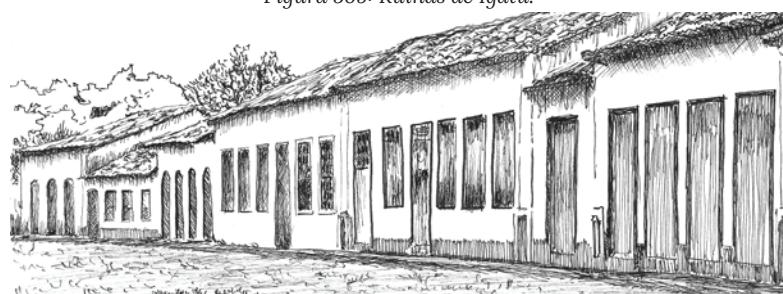


Figura 570: Aspecto da atual Vila de Igatu, na Chapada Diamantina, Bahia.

36 AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Salvador, Governo do Estado, 1980, p. 176.

Mais ao norte, localizada aproximadamente no centro da Chapada, está a vila de Lençóis, na qual descobriram-se as minas de diamantes pela mesma época. O período de maior pujança iniciou a declinar por volta de 1870, causada pelas descobertas das minas de diamantes na África do Sul, segundo a visão dos saudosistas que rejeitam a razão mais concreta, do esgotamento dos mananciais.

Por se encontrar nas proximidades de uma importante estrada que levava até as margens do Rio São Francisco, ela adquiriu uma relativa importância e conserva, até hoje, a situação de um polo regional (figura 571), razão pela qual sua arquitetura foi influenciada pelo assim chamado “gótico nordestino”, que consistia em transformar as tradicionais vergas retas das abertura numa triangulação (figura 576) ao lado de formas tradicionais (figuras 572 e 575) ou, preferencialmente, uma verga ogival (figuras 572 e 573). Essa solução é encontrada em toda a região nordestina (figura 574).

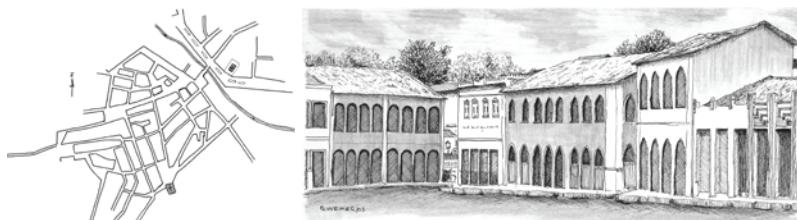


Figura 571: Lençóis: planta de 1850.

Figura 572: Lençóis: vista da Praça Horácio de Matos.

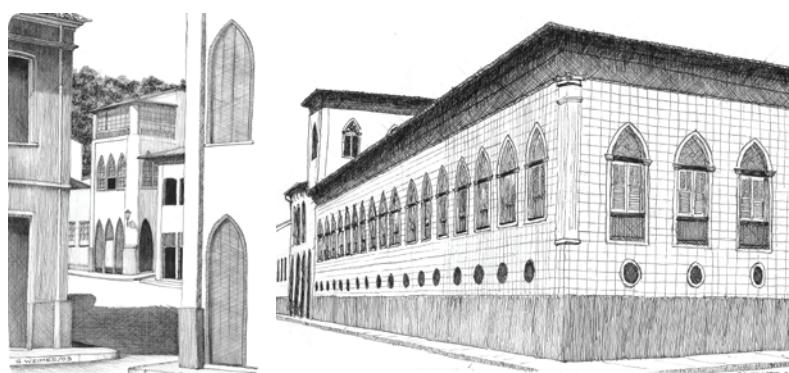


Figura 573: Lençóis.

Figura 574: Casarão no Canto da Viração, São Luís.

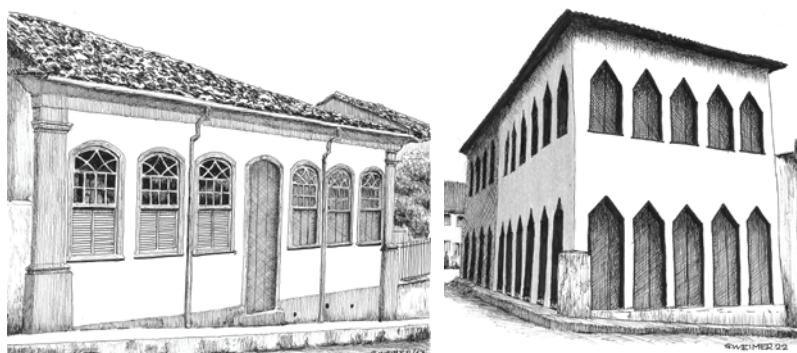


Figura 575: Casarão da Rua Sete de Setembro, 880, em Lençóis, Bahia.

Figura 576: Sobrado, no assim chamado “estilo gótico nordestino”, à Rua Sete de Setembro, 54, em Lençóis, Bahia.

Quando as vilas ficavam próximas à costa ou de cidades importantes, e, principalmente, caso se constituíssem num importante centro comercial, podiam ser feitos relevantes melhoramentos. Um bom exemplo desta transformação foi a vila de São Carlos, depois denominada de Campinas. Até o fim do século XVIII, não passava de um povoado cuja sustentação econômica era basicamente a produção de açúcar. Após a independência, começou a sentir os efeitos do comércio internacional e, na década de 1820, já havia se tornado um importante centro do interior de São Paulo. A vida socioeconômica havia se tornado mais rica e os mais afortunados podiam se dar ao luxo de morar em mansões primorosas. Sobre Campinas, selecionamos os seguintes relatos:

Entre 1818 e 1823, o arraial de São Carlos ou Campinas, devolveu-se consideravelmente. Seu progresso tornou-se ainda mais notável depois que o Brasil adquiriu sua independência, e, em 1840, o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade, com o nome de São Carlos... o termo de Campinas contava, em 1819, com aproximadamente 6.000 habitantes.³⁷

A casa do capitão-mor, que era muito bonita, mostrava que o proprietário era um homem de posses. As salas de visita e de jantar e os quartos que me foram mostradas tinham as paredes pintadas a óleo até meia altura, imitando mármore e, em seguida caídas até o teto, ornadas com guirlandas de flores. Nessa época esse tipo de decoração, não de todo destituído de elegância, parecia bastante em uso entre os brasileiros ricos.³⁸

Quinze anos mais tarde, Gardner escreveu admirado:

Quem sabe se pela mente de algum tropeiro desconhecido passou algum dia a ideia de que este lugar remoto seria em pouco mais de meio século um verdadeiro empório de riqueza e de civilização? O certo, porém, é que dos ranchos aglomerados nasceu em breve um arraial e do arraial criou-se uma vila e da vila fundou-se uma cidade que é uma das primeiras da província de São Paulo e faz parte de um dos municípios destaque em produção agrícola e fortunas locais só tem paralelo como Bananal.³⁹

Sabe-se que no I Império e no período regencial, a administração do país foi muito conturbada. O endividamento do governo junto aos bancos ingleses, que englobavam pagamentos de dívidas da Coroa Portuguesa; a luta pela independência, que continuava na Bahia; as dificuldades políticas decorrente da aprovação da constituição; a instabilidade governamental, que redundou na abdicação do Imperador e no surgimento de numerosos levantes em todo o país; foram dificuldades que obstaculizaram a condução administrativa do país. É fácil entender que, as vilas mais afastadas do poder central, foram as que mais padeciam deste marasmo. Orbigny traçou o seguinte quadro da vila de Oeiras, a antiga Vila Mocha, a capital do Piauí, em 1826:

Todas as casas que restaram têm um aspecto doloroso de desordem, sujeira e miséria. É o aspecto que oferecem, mais ou menos, todas as aldeias indígenas em que foram

37 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 109-110.

38 *Idem, ibidem*, p. 111.

39 GARDNER, Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, EdUSP, 1975, p. 133.

reunidos, quase pela força, homens habituados a uma vida nômade, tendo-lhes sido imposto, como chefe, um soldado ébrio (...)⁴⁰

Oeiras não passa de um amontoado de casas baixas, com algumas paredes caiadas.⁴¹

Cuiabá, a futura capital de Mato Grosso, também passava por semelhantes vicissitudes. Ainda que as casas apresentassem, nos fundos, hortas e pomares com árvores frutíferas – que atenuava seu aspecto decadente –, seu aspecto era pouco atrativo:

Rebocam-se por fora as habitações com tabatinga que lhes dá extrema alvura: entre tanto muitas há, principalmente nos arredores, que conservam a cor sombria da taipa de que são feitas, bem como todos os muros e cercados. Não há uma só casa que tenha chaminé: a cozinha faz-se no jardim, debaixo de um telheiro. O edifício em que estão o presidente e a intendência chama-se palácio: é térreo; as janelas, únicas na cidade, têm caixilhos com vidro.⁴²

Pela mesma época, George Gardner passou pela vila de Icó, sertão do Ceará. Esta apresentava bem melhores condições que as precedentes, mesmo estando bem afastada da costa e dos centros do poder, como pode ser percebido na seguinte descrição:

A cidade (de Icó) consiste de três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. As casas são feitas de tijolos, por não se encontrar nos arredores madeira de dimensões suficientes. Com exceção de meia dúzia, são todas térreas e branqueadas por uma espécie de cal⁴³ abundantíssima na região montanhosa a umas trinta léguas para o oeste. A rua principal é larga, com lojas bem sortidas; tem quatro belas igrejas, um sólido cárcere, e um mercado...⁴⁴

Em Goiás, nas margens do Rio São Francisco, o mesmo autor encontrou uma vila que apresentava um aspecto não muito recomendável:

A vila de São Romão está situada na margem sul do Rio São Francisco, distrito de Paracatu. É pequena... com diversas ruas longas e irregulares. As casas são todas de um andar e, sem exceção, feitas de varas barreadas com argila, por não haver pedra na vizinhança. As ruas principais correm paralelamente ao rio e três delas, que lhe ficam mais próximas, são quase anualmente inundadas pelo extravasamento das águas durante as chuvas... A casa que ocupamos era uma das expostas a inundações e, embora o assolo estivesse pelo menos quatro pés (1.32m) acima do nível da rua, tinha de ser abandonada por algum tempo anualmente.⁴⁵

Essas descrições se repetem à exaustão. No entanto, vez por outra há referências ao emprego do tijolo e ao adobe, embora na absoluta maior parte das vezes, as paredes são de taipa sustentada por um tramado de galhos ou bambus. A ausência de vidros nas janelas é

40 ORBIGNY, Alcide d.. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 93.

41 *Idem, ibidem* p. 94.

42 FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977, p. 137.

43 Certamente, trata-se de tabatinga.

44 GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 87.

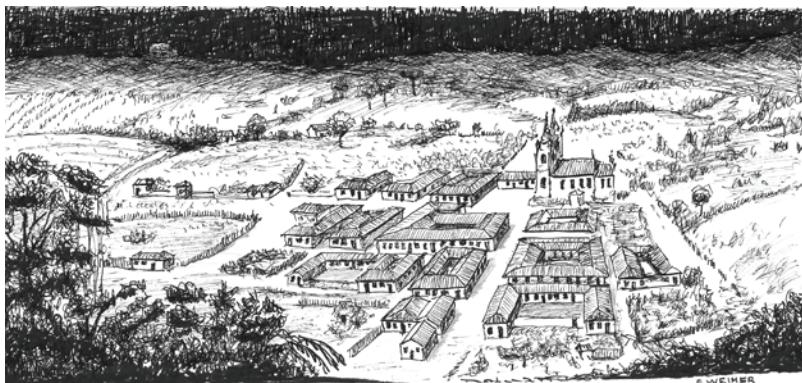
45 *Idem, ibidem*.

uma constante, o que pressupõe serem fechadas com tampos quando não eram garnecidas com muxarabis de bambu; por vezes, podiam ser complementadas por tecidos, o que leva a crer que se tratasse de cortinas. Somente algumas igrejas apresentavam janelas vedadas por placas de mica.

É curioso o fato de que fossem muito raros os tijolos, mas era constante o emprego de telhas cerâmicas. Embora ambos os elementos passassem por produção semelhante e fossem queimados da mesma forma, é difícil entender a razão pela qual o tijolo encontrasse tanta resiliência.

Nas regiões com uma economia mais dinâmica, as vilas apresentavam melhores condições. Uma vila importante era Taubaté (figura 577). Por estar situada a meio caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, talvez fosse a via de comunicação que, à época, apresentava maior tráfego. Saint-Hilaire a descreveu nos seguintes termos:

Consta de cinco ruas longitudinais, todas pouco largas, mas muito limpas e cortadas por várias outras. As casas próximas umas das outras são pequenas, baixas, cobertas de telhas e só têm o rés-do-chão. A maioria apresenta fachada caiada e tem um quintalzinho plantado de bananeiras e cafeeiros (...) Como em todas as cidades do interior do Brasil, a maioria das casas fica fechada durante a semana só sendo habitada nos domingos e dias de festa. Encontram-se em Taubaté operários de diferentes profissões, várias estalagens, muitas vendas (...) As estalagens não passam de verdadeiros prostíbulos (...)⁴⁶



369

Figura 577: Taubaté em Debret, no Brasil.

Quatro anos mais tarde Orbigny a visitou e deixou as seguintes observações:

Taubaté não tem casas de mais de um piso. As paredes são de ripas cheias de barro e cobertas por uma espécie de argila que se encontra à margem do rio. O mobiliário daquelas casas não é dos mais suntuosos: alguns bancos de pau, uma mesa, uma arca, um leito que consiste em uma esteira de palha ou um couro de boi preso, sustentado por cavilhas. Em lugar da cama, os taubateanos preferem, muitas vezes, as redes.⁴⁷

Outra vila importante, situada na estrada real do Rio de Janeiro a Vila Rica, foi Barbacena. Saint-Hilaire a descreveu do seguinte modo:

46 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 75-76.

47 ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem Pintoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 174.

As casas são baixas e pequenas, mas bem bonitas. Cinco ou seis têm um andar além do térreo e entre estas, existe uma que se torna notada pela bela parreira que lhe cobre a fachada. Vêem-se em Barbacena várias lojas bem sortidas, diversas vendas e algumas estalagens... Barbacena é célebre entre os tropeiros, pela quantidade de mulatas que nela habitam e entre as quais deixam os homens o fruto de seu trabalho.⁴⁸

No II Império, aconteceram alguns fatos que haveriam de mudar profundamente as relações sociais no Brasil. A partir da coroação de Pedro II, isso aos quatorze anos, houve certa estabilidade política permitindo que os movimentos insurrecionais fossem sendo debilitados, fator decisivo para que pudesse avançar a organização administrativa do país, e a agricultura foi a alternativa para fazer frente à derrocada do esgotamento das minas. Como visto, o fator mais marcante, certamente, foi a iniciativa da marinha inglesa em acabar com o comércio transcontinental da mão de obra escravizada em 1850.

Com a definitiva interrupção da contínua substituição da mão de obra por novos escravos africanos, o sistema foi forçado a se realimentar internamente. Isso fez com que o preço dos escravos aumentasse desmesuradamente. Com esta valorização, era necessário melhorar as condições de vida dos escravizados em termos de uma alimentação mais adequada, provisão de cuidados médicos e uma exposição mais moderada a trabalhos.

Embora a passagem da importação livre de mão de obra escrava para a proibição legal desse comércio se passasse ao contrabando, e, por fim, cessasse definitivamente o comércio transatlântico, isso não acabou com a exploração da mão de obra escravizada, mas significou o começo do fim. Por um lado, isso fica claro, na aprovação de leis que impunham limitações à escravidão como as dos sexagenários e do ventre livre, que também eram burladas a rodo e, por outro uma política de angariamento de mão de obra livre europeia. Diante desta dialética, fomos surpreendidos com uma afirmação de Ribeyrolles que, em 1858, referindo-se às moradias dos escravos, escreveu:

Essas casas, construídas de barro, sem janelas e cobertas de palha, chamam-se senzalas na linguagem da região, e cada negro tem a sua. De ordinário, mal cheirosas, infectas, desprovidas de mobiliário. Entretanto, não chegam à miséria dos *bas-fonds* de Lille ou de certos quarteirões de Paris ou de Londres⁴⁹.

Quando se examina as descrições que Engels fez sobre a situação das classes trabalhadoras na Inglaterra⁵⁰, esta observação ganha sentido e consistência. Esta foi uma questão também colocada pelo naturalista escocês George Gardner nos seguintes termos:

Antes de chegar ao Brasil, fora eu levado a crer, por notícias publicadas na Inglaterra, que a condição do escravo no Brasil era a mais desgraçada que se podia conceber; as narrativas que ouvi quando aportei, dadas por indivíduos que ora sei mal informados, tendiam a confirmar essa crença. Poucos anos de residência no país (...) contribuíram para alterar sensivelmente as primeiras impressões. Não sou defensor da escravatura; desejaría, ao contrário, vê-la extirpada da face da terra, mas nunca dei ouvidos aos que

48 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 39-40.

49 RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, v. 2, p. 44.

50 ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Bom Tempo, 2010, *passim*. Copyright de 1845.

figuram o senhor de escravos no Brasil como um monstro cruel (...) Os escravos são bem tratados na maior parte das plantações e parecem muito felizes (...) conversei com muitos cativos em toda a parte do país e só de uns poucos ouvi expressões de pesar por terem sido trazidos de sua terra, ou de desejo de voltar para lá⁵¹.

Essas ideias são desconcertantes e, certamente, a ideia de que os cativos fossem felizes é questionável. O fato de que os mesmos cultivassem hortas em torno de suas habitações tem sido visto com uma espoliação suplementar de seu trabalho. Gardner admite como inquestionável a condição de inferioridade intelectual dos escravos. Mesmo tomando esta opinião estapafúrdia em consideração, penso que, efetivamente, a proibição do transporte negreiro significou uma profunda transformação na sociedade brasileira que levou, progressivamente, à constatação de que o sistema escravocrata estava superado ao ponto de que a nominal abolição da escravatura tenha sido apenas um episódio de um processo em andamento. Este decreto levou à marginalização dos cativos libertos e se configurou no primeiro estágio de uma paulatina integração numa sociedade industrial. Essa transformação social foi o carro-chefe que facultou a aceitação de técnicas africanas na construção civil em igualdade de condições de técnicas lusitanas, cuja expressão mais fácil de ser percebida são as construções de diferentes tipos de taipa conjugado com coberturas de telhas cerâmicas.

As mudanças na construção civil

A partir dos relatos dos viajantes do II Império, percebe-se que as condições das vilas haviam começado a se modificar para melhor. Augusto E. Zaluar, que viajou do Rio para São Paulo, em 1860, assim se manifestou a respeito de Barra Mansa, uma vila situada na divisa entre Rio e São Paulo, e em Rezende, no Rio de Janeiro:

A Câmara Municipal (de Barra Mansa) (...) é o edifício mais completo da povoação. Sua arquitetura é simples e elegante, mas ao mesmo tempo, majestosa (...) As ruas da cidade são regulares e espaçosas; as casas têm, entre algumas de gosto moderno, bonitos sobradinhos; mas o resto é pela maior parte ainda aspecto monótono e triste.⁵²

As casas (de Resende), pela maior parte, são de gosto pesado, irregulares e velhas, edificadas em ruas estreitas e tortuosas que se tornam, depois das chuvas, verdadeiramente intransitáveis. No entanto, uma numerosa povoação ali se aninha e admira como tanta gente faça tão pouco rumor! Alguns prédios, porém, de construção moderna se destacam dos outros e fazem o efeito das saias balão no meio de um grupo de vestidos escorridos e sem roda.⁵³

Deve-se compreender que, para o autor, “gosto moderno” significava neoclassicismo e “casas de gosto pesado, irregulares e velhas” eram identificadas como sendo do período colonial, identificado com as tradições lusas. Zaluar marca de forma muito clara estas diferenças. Para ele,

51 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*, Belo Horizonte / Itatiaia, São Paulo / EdUSP, 1975, p. 25.

52 ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 25.

53 *Idem, ibidem*, p. 35.

(...) nada mais triste do que ver hoje uma povoação do interior! As ruas são despovoadas; as famílias apenas por milagre saem à rua ou aparecem às janelas; por toda a parte reina o desalento e a solidão... Os edifícios permanecem desertos e no meio das praças públicas continuam tranquilos a pastar, como quem não se importa das posturas municipais e muito menos do fiscal que as deveria pôr em prática⁵⁴.

Em oposição a esta situação de marasmo interiorano, nas vilas “modernas” (a exemplo de Barra Mansa), a população se faz permanente e começa a ostentar edificações primorosas:

A casa do Sr. Comendador José de Sousa Breves (...) é um palácio elegante, e seria mesmo um suntuoso edifício em qualquer grande cidade. (...) Um delicioso jardim se desdobra como um tapete de flores pelo pendor da colina sobre que está assentada esta suntuosa habitação, e dá-lhe um novo realce. Duas escadarias laterais de mármore levam a uma espaçosa varanda para onde deita a porta do salão de espera que é uma vasta quadra cujas paredes são adornadas pelos primorosos retratos de S.M. o Imperador e S.M. a Imperatriz, devidos ao hábil pincel de Cromovelton. Seis ou oito gravuras, representando as cópias de diferentes quadros de Horácio Vernet, completam a decoração artística desta elegante sala, correspondendo a mobília e os ornatos ao bom gosto que por toda parte reina. Sala nobre é uma peça soberba. Grandes espelhos de Veneza, ricos candelabros de prata, lustres, mobília, tudo disputa a primazia ao que deste gênero se vê de mais ostentoso na própria capital do Império.⁵⁵

Até as fazendas, no caso, a do Barão de Bela Vista, dos arredores da vila, passam a apresentar os reflexos dos novos tempos:

A sala de visitas, toda de branco, com frisos e ornatos dourados, tem o teto de muito gosto e nos painéis das portas delicadas pinturas representando os pássaros mais bonitos e conhecidos do Brasil pousando nos ramos das árvores e arbustos de sua predileção de cujos troncos se vem pender deliciosos e magníficos frutos... Esta residência pitoresca, que faz lembrar os castelos da Escócia e os cantos de Ossian, edificada em uma altura, e ao lado se uma abundante cocheira que se despenha com murmúrio eterno batendo pelas penhas escarpadas dos rochedos, é uma das vivendas mais poéticas que tenho encontrado em minhas viagens.⁵⁶

A partir de então, as vilas passaram a “(...) oferecer um aspecto agradável e metódico. Suas ruas são perfeitamente alinhadas, quase todas planas, e os prédios, ainda que pouco importantes pela maior parte, construídos com regularidade.”⁵⁷ Contudo, estas vilas começaram a apresentar alguns inconvenientes, cujo significado é pouco referido:

O outro bairro, abaixo daquele, é habitado pelas classes pobres e quase todas as casas são ainda ali cobertas de sapé, o que forma um contraste que não deixa de ter seu tanto ou quanto de pitoresco, visto a certa distância.⁵⁸

A casa do caipira é semelhante à tenda árabe... Os compartimentos internos compõem-se habitualmente de uma cozinha e um quarto, separados por uma cortina de chita servindo de porta e onde vivem a companheira (...) e os filhos, se os tem.⁵⁹

54 *Idem, ibidem*, p. 47.

55 *Idem, ibidem*, p. 19.

56 *Idem, ibidem*, p. 49-50.

57 *Idem, ibidem*, p. 53.

58 *Idem, ibidem*, p. 53.

59 *Idem, ibidem*, p. 73

Itú é uma das cidades mais regulares da província. Suas ruas são diretas e calçadas por maior parte; seus edifícios são dos mais importantes e disputando primazia aos melhores da capital; e hoje é adornada de casas muito bem construídas, e mesmo de alguns prédios magníficos.⁶⁰

Esses relatos mostram que, no período, já havia se formado uma grande diversificação entre os conglomerados urbanos. A existência de vilas que concorriam em tamanho e em nível cultural – mesmo que baixo – com os grandes centros, ao lado de vilas de tamanho médio e que adquiriam cada vez maior importância sociocultural e de vila estagnadas, decadentes e, até mesmo, miseráveis. Já, nesta época, percebe-se uma maior dinâmica evolutiva apesar do severo atraso cultural que se refletia nas precárias condições higiênicas descritas no capítulo anterior e que se mantinham no novo século.

Para concluir, convém tornar a assinalar que o conceito de vila, à época, era diferente do que temos hoje. Para que um povoado passasse à categoria de “vila”, era necessária a expedição de uma ordem de “fundação”, que independia de seu tamanho e correspondia a interesses políticos em jogo. Como a população do país era minúscula para as condições atuais, isso se refletia no tamanho das vilas. Seu traçado ia-se delineando na medida de seu crescimento, sem uma ordenação prévia. A pobreza generalizada impedia a construção de prédios mais significativos, os quais se resumiam em igrejas e sobrados dos chefetes locais, situados em locais privilegiados no contexto urbano, seguindo a tradição que os portugueses herdaram dos berberes. Como eram desconhecidos os princípios de higiene domiciliar e de saneamento urbano, as condições de habitabilidade eram muito precárias. Como o lixo e dejetos humanos eram simplesmente atirados na rua, comprometiam o lençol freático. Isso levava a duas consequências imediatas: por um lado, os conglomerados não podiam ultrapassar certas dimensões para atenuar a contaminação do subsolo e, por outro, construí-los em terreno em declive de modo que as águas ao consumo pudessem ser captadas na periferia mais alta do terreno, que não estava contaminado. Quando a pressão imobiliária se tornava muito grande em função da migração para as cidades, procurava-se construir “arraiais” relativamente isolados entre si, de modo que os efluentes de um não viessem a contaminar o subsolo do outro. Tais conhecimentos tinham sido adquiridos empiricamente, pois o conhecimento da existência de microrganismos patogênicos só viria a ser divulgado no período republicano.

A arquitetura urbana

A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do país foi bastante heterogênea. Isso fez com que surgissem diferenciações regionais marcantes entre as cidades brasileiras. De um lado, ficavam as cidades que polarizavam o comércio internacional, nas quais as influências dos conceitos internacionais (neoclássicos e ecléticos) se tornaram hegemônicos como em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo lado oposto, em cidades importantes que, por

uma ou outra razão, ficaram marginalizadas dentro desse processo, tais influências só passaram a se manifestar paulatinamente. Paraty foi uma das cidades que melhor se enquadraram dentro deste processo de marginalização no desenvolvimento da arquitetura, no sul da Província do Rio de Janeiro (figura 578). Com o fechamento da Estrada Real, que levava às regiões das minas, a capital da província passou a elipsar atividades políticas do país, relegando Paraty a uma marginalidade e a uma sobrevivência à base de atividades agrícolas. Na época, tornou-se conhecida pela qualidade da produção de destilados.

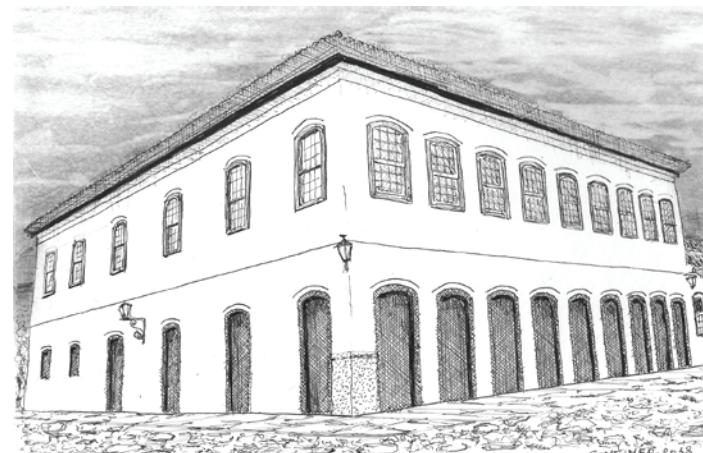


Figura 578: Planta de Paraty, em 1856.

Figura 579: Fórum de Paraty.

Desse período colonial, ela conservou suas igrejas, suas casas comerciais, residências vistas no capítulo anterior, mas novas construções foram agregadas a este patrimônio como o fórum (figura 579) e alguns sobrados. Em relação à arquitetura civil, só uma investigação mais acurada permitiria definir, objetivamente, o que foi produzido no período colonial e no imperial.

Situações semelhantes foram vividas por numerosas cidades coloniais. Laguna e Desterro (hoje, Florianópolis) tiveram muita importância geopolítica no período colonial por se constituírem marcos na ocupação do território no extremo sul. Mas, quando a coroa tomou a decisão de ocupar o território até a margem setentrional do Rio da Prata, esses assentamentos perderam a importância. A política de ocupação do Rio Grande do Sul fez com que uma parte de sua população fosse deslocada para esta Capitania. Outras cidades entraram em estagnação devido à transferência da administração para novos assentamentos como da Vila Mocha (hoje, Oeiras) para Teresina, da Vila Madalena (hoje, Marechal Deodoro) para Maceió, de São Cristóvão para Aracaju.

As cidades da mineração entraram em estagnação ou em decadência quando se esgotaram os objetos da mineração. Enquanto outras entraram em letargia diante do deslocamento dos interesses econômicos. A complexidade administrativa herdada do período colonial também contribuiu para esta situação: havia capitâncias que eram administradas diretamente a partir de Lisboa, outras que eram administradas por vias indiretas, através de capitães de capitâncias mais privilegiadas. Por vezes, eram nomeados vice-reis para administrar um punhado de capitâncias, enquanto outras ficavam a cargo de capitães

dependentes diretamente de Portugal. Nessas condições, dificilmente, poder-se-ia falar da existência de uma rede urbana, visto que a conexão entre as vilas e cidades só ocorriam com relativa fluidez em nível regional e, precariamente, no nível supra regional.

Com a proclamação da independência, foi necessário fazer uma profunda reorganização administrativa do país. A criação intempestiva de municipalidades se constituiu na forma mais adequada de atingir as regiões mais longínquas, e isso só pode ser feito por meio de cooptação das lideranças regionais que, em compensação, reivindicavam larga independência de poder central para suas regiões de atuação. A formação de um baronato de profundas raízes rurais se constituiu num entrave à expansão urbana. Isso significa que aqui foi freado o vertiginoso crescimento populacional urbano que estava se processando na Europa, ao mesmo tempo que puderam ser importados novos conceitos de arquitetura pelas elites urbanas; todavia, sem que houvesse uma transformação social que os sustentasse. Na Europa, aquilo que significou uma profunda transformação de conceitos, aqui se apresentou como um novo modismo sujeito a sucessivas inovações passageiras. Esta matéria foi profundamente examinada em tese de autoria de Nestor Goulart Reis Filho e publicada com o título *Quadro da Arquitetura do Brasil*⁶¹.

Para além destas transformações superficiais, o país não permaneceu totalmente à margem dos acontecimentos internacionais. Se a produção do açúcar passou a sofrer forte concorrência dos produtores caribenhos, a perda de um virtual monopólio de sua produção obrigou os produtores a se defrontar com uma nova realidade materializada na livre concorrência. O esgotamento das minas obrigou a sociedade a voltar à produção agrícola; porém, a partir de então, não mais os termos do período do ciclo do açúcar. A alternativa foi o de uma produção mais diversificada, a assim chamada “agricultura tropical” que, ao fim e ao cabo, acabou por convergir para um novo monopólio com a produção do café. Um dos carros-chefes da produção industrial nos países centrais foi a tecelagem, e o Maranhão encontrou um auspicioso mercado em sua produção de algodão em seu fornecimento, principalmente, aos tecelões ingleses e estadunidenses. A partir da segunda metade do II Reinado, a Amazônia encontrou um crescente mercado com a produção do látex. A ação da marinha inglesa, em 1850, ao obrigar o Brasil a aprovar uma lei “definitiva” proibindo o comércio transcontinental de escravos, somente terminado com a intervenção da mesma força militar por via de ações de pirataria oito anos mais tarde, obrigou agricultores brasileiros a repensar a forma da organização da produção agrícola.

Com isso, a forma escravocrata entrou em decadência para dar lugar – embora muito devagar – ao trabalho livre e remunerado. No plano das ideias, as transformações sociais que foram sendo divulgadas a partir da revolução industrial na Inglaterra e com a afirmação do regime napoleônico também mexeu com a intelectualidade brasileira, dando sustentação para o surgimento de diversos movimentos insurrecionais contra o governo central; todavia, à parte de uma participação popular como aconteceu na Europa. Tudo isso significa que, mesmo não havendo modificações substanciais na estrutura social brasileira, ela não ficou totalmente alheia ao que se passava na Europa. E disso a arquitetura se tornou testemunha. Senão, vejamos.

61 São Paulo: Perspectiva, 1970.

Arquitetura religiosa

Das transformações mais profundas da sociedade no período imperial, a do comportamento religioso da população foi uma. Se a construção de igrejas foi o programa prioritário da sociedade no último século do período colonial, durante o Império, o interesse pela construção de tais obras foi reduzido radicalmente. Nem mesmo as cuidadosas investigações do Serviço do Patrimônio (SPHAN) encontraram um acervo consistente que julgassem digno de ser colocado sob proteção. Mesmo que se evoque certos conceitos vigentes de menosprezo pelo ecletismo, não resta dúvida, que não foi esse fato que levou a tal procedimento.

Dificilmente, poder-se-á invocar uma crescente laicização da sociedade, uma vez que esta se conservava quase que integralmente católica, e a importância da Igreja ainda conservava os encargos herdados do período anterior, como a obrigatoriedade de comungar em determinados dias para fins de recenseamento ou a legalização civil através do batismo, casamento e encomendação de defuntos não esquecendo de que boa parte dos conflitos entre os paroquianos era arbitrada pela autoridade eclesiástica.

Certamente, a involução dos sentimentos religiosos deve ter começado com a expulsão dos jesuítas na década de 1750, que se constituíam no setor mais sério dentre as ordens religiosas aqui estabelecidas, já que é sabido que as demais ordens eram permissivas e mais atreladas aos interesses governamentais em detrimento de uma seriedade religiosa. A vida dissoluta de grande parte do clero contribuiu, em larga escala, nesta involução.

Ao se disseminarem, na Europa, revoltas populares de caráter profundamente anticlerical, o papado romano se viu impelido a suscitar uma reforma interna, levando ao movimento ultramontano e que acabou, por vias transversas, a gerar um conflito aberto do poder religioso brasileiro com o civil, aqui denominado “questão religiosa”, que eclodiu em inícios da década de 1870. Disso resultou uma rápida involução do apoio do governo imperial no financiamento das despesas da Igreja. Isso se materializou num diminuto investimento em obras religiosas, e as poucas obras realizadas deixaram de lado a barroca para adotar o neogótico baseado em modelos centro-europeus, uma linguagem que pouco tinha a ver com a tradição ibérica.

Fortes e fortalezas

No setor dos investimentos governamentais, a involução de construções de defesa foi ainda maior. Se nos dois primeiros séculos a tônica foi construir fortões ao longo da costa como marcos do domínio do governo lusitano, e cuja eficiência era muito relativa diante da imensidão de território a ser defendido, no terceiro século, a construção de defesa em locais avançados dentro de território espanhol conveniado, este tipo de defesa se tornou obsoleto. Por vezes, obras que haviam sido iniciadas foram simplesmente abandonadas na segunda metade do século, a exemplo do forte de Caçapava, no Rio Grande do Sul.

Prédios governamentais

Desde longa data, a justiça vinha sendo administrada nas intendências, e os juízes dividiam o espaço com os intendentes e seus funcionários, enquanto o piso térreo ainda era reservado à prisão. O programa ainda seria mantido em vilas interioranas durante algum tempo, com algumas melhorias, conforme estudos de Paulo Thedim Barreto⁶², mas, *grosso modo*, continuavam a apresentar a mesma *Gestalt* dos prédios similares coloniais (figuras 580 e 581). A construção de Casa de Câmara nos municípios criados deu lugar a que se encontrasse um ambiente propício à realização de julgamentos por via judicial em lugar do arbitramento realizado pelos prelados. Com isso, a justiça passou a ser transferida do poder religioso para o civil.



Figura 580: Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim, no Ceará.

Figura 581: Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, em São Paulo.

A partir da Independência, aumentou a burocracia e deu início a impor a divisão das funções. A criação de municípios veio a intensificar investimentos neste setor. Nos centros mais importantes, fizeram-se sentir melhor as inovações. Em sua forma, prédios permaneciam semelhantes às antigas Casas de Câmara e Cadeia, mas com a diferença de que o piso térreo deixou de servir de prisão para abrigar funções burocráticas. Esta solução, na verdade, já vinha sendo experimentada desde o fim do período colonial. Em razão disso, os prédios administrativos deixaram de ser denominados Câmara e Cadeia e passaram a receber o novo qualificativo de Casa de Câmara ou de Câmara e Audiência. Em geral, as construções eram realizadas em linguagem neoclássica. Essa divisão de atividades impunha a construção de cadeias como prédios independentes que acabaram por migrar à periferia dos centros urbanos. O caso de Casa de Câmara e Cadeia de Santos (figura 582), construída a partir de 1839, fugiu a esta regra, mas, mesmo assim, inovou com a incorporação de balcões com gradis de ferro e, durante algum tempo, ainda ocupava a função carcerária.

62 BARRETO, Paolo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia de Santos. In: Arquitetura Oficial I. São Paulo: Mec-IPHAN, USP, FAU, 1978, p. 101-253.



Figura 582: A Casa de Câmara e Cadeia de Santos.

As cidades

No plano econômico, houve uma diversificação regional adequada às condições ecológicas. No extremo sul, a sustentação econômica se baseou na pecuária e na produção do charque, atividade herdada da tradição indígena. Após a decadência da mineração, o sudeste enveredou pela produção, a agricultura “tropical” que, aos poucos, foi monopolizada pela do café. Salvador e, principalmente, Recife continuaram a ser os grandes produtores de açúcar, apesar de sofrerem forte concorrência dos produtores caribenhos. A florescente indústria têxtil dos Estados Unidos passou a ser o maior consumidor da produção do algodão que se tornou o carro-chefe da produção agrícola do Maranhão. A região amazônica teve desenvolvimento muito contido até a segunda metade do segundo reinado, quando cresceu a importância da produção da borracha, entrando num ciclo de crescimento acelerado até sofrer um súbito revés nas vésperas da I Guerra Mundial. Cumpre, portanto, examinar o desenvolvimento urbano das principais cidades de então.

378

Salvador

A antiga capital da Colônia foi analisada no capítulo anterior. Tendo em vista a escassez de dados, utilizamos, como fonte de informações, observações descritivas dos viajantes do início do século sob o argumento de que seus relatos refletiam a situação anterior, do período colonial. Além disso, a transferência da Capital para o Rio de Janeiro, em 1763, resultou numa certa estagnação da cidade. Uma demonstração dessa situação é o fato de que escassearam as referências dos viajantes que tinham suas atenções mais voltadas para o sudeste. No início do I Império, a cidade recebeu a visita da inglesa Maria Graham, cujos relatos sobre a cidade não são nada elogiosos:

(...) as casas, na maioria, são repugnanteamente sujas. O andar térreo consiste geralmente em celas para os escravos, cavalariças, etc., as escadas são estreitas e escuras e, em mais de uma casa, esperamos em uma passagem enquanto os criados corriam a abrir portas e janelas das salas de visita e a chamar as patroas que gozavam os traços caseiros em seus quartos. Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade (...) Há geralmente um sofá em cada

extremidade da peça e, à esquerda e à direita, uma longa fila de cadeiras como se nunca pudessem ser mudadas de lugar. Entre as duas filas de assentos há um espaço que, disseram-me, é muito usado para dançar; e em cada casa vi, ou um violão ou um piano e, geralmente ambos. Gravuras e pinturas, as últimas os piores borrões que vi, decoravam geralmente as paredes. Há, além disso, crucifixos e outras coisas no gênero. Algumas casas, porém, são mais bem arranjadas. Uma (...) era empapelada, o soalho tapetado e as mesas ornamentadas com belas porcelanas da Índia e da França.⁶³

Os dois mapas a seguir (figuras 583 e 584) ilustram a cidade numa distância temporal de um quarto de século, parecem testemunhar esta letargia. Aí percebe-se que a cidade já havia extrapolado o primitivo núcleo planejado por Luís Dias. O “dique” que os holandeses haviam construído para a defesa da cidade já fora, em boa parte, aterrado: a Avenida J.J. Seabra, popularmente conhecida como a Baixa do Sapateiro, já havia sido convertido de canal em rua; por sobre as falésias, a cidade havia se expandido em direção norte, até os fortões de Santo Antônio e do Barbalho, adaptando-se à topografia do terreno. Na direção oposta, pelos costados do Mosteiro de São Bento, a cidade cresceria em direção ao forte de São Pedro, pelas atuais ruas Chile, Carlos Gomes e Sete de Setembro, sob semelhantes premissas. Para além da Baixa do Sapateiro, já haviam se estruturado os bairros da Barroquinha e da Saúde que, pelo traçado viário, é facilmente perceptível, que esta expansão aconteceu de forma espontânea, sem planejamento. Na estreita faixa entre as falésias e a praia, havia se expandido o longo bairro do Comércio, que tanto causara espanto por suas precárias condições de higiene aos viajantes do início do século.

Francamente, era uma cidade setorizada, onde a elite branca habitava o alto das falésias: lugar mais saudável e de “bons ventos”. A população negra se arranchava nas encostas e os descendentes dos muçulmanos estavam estabelecidos na Mouraria, nome mais que expressivo de seus habitantes. Ao contrário de Portugal, não nos consta da existência de uma “judiaria”, já que os hebreus haviam sido forçados a se “converter” ao cristianismo e, sendo cristão, haveriam de se portar condignamente, pois ninguém queria correr o risco de ser julgado no “inevitável” Juízo Final com comprometedoras relações com algum dos descendentes dos assassinos do Filho Único de Nosso Senhor. Por isso, os judeus eram vigiados permanentemente e não podiam incorrer em atos que denunciassem práticas judaizantes, como varrer a casa nas sextas-feiras à tarde (véspera do Sabat), lavar a casa depois da morte de algum de seus moradores ou outras práticas igualmente condenáveis. Cultos de matriz africana eram praticados, às escondidas, afastados do centro urbano, por serem tidos como práticas demoníacas.



Figura 583: Salvador, em 1785.

Figura 584: Salvador, em inícios do século XIX.

63 Idem, *ibidem*, p. 168.

As mesmas características podem ser percebidas no mapa seguinte (figura 584), datado da época da Proclamação da Independência: um crescimento “desordenado”, com um traçado adaptado à topografia, conforme ditava a tradição muçulmana e africana. Um dos viajantes que se deteve na descrição da cidade no período do II Império foi Avé-Lallémant:

No alto da costa, casas de campo, vistosos jardins, praças e o forte de São Pedro; em baixo, na praia começa a verdadeira cidade com casas altas, ruas estreitas e sujas e intensa vida comercial. Em cima, no alto, para o interior, a cidade alta, continuação alcantilada da cidade baixa, uma babel de casas, igrejas, conventos, um caos de vielas, praças, recantos, becos e travessas que sobem e descem e em cuja conexão, só depois de algum tempo, pode o recém-chegado descobrir alguma ordem.⁶⁴

O autor se refere a ruas estreitas e sujas, mas essa observação está longe de expressar a repulsa sentida pelos visitantes do início de século. Na verdade, já haviam sido introduzidas outras inovações: no bairro do Comércio haviam surgido altos casarões de cinco pisos (figura 585), com ruas bem mais asseadas; as naturais dificuldades em se deslocar pelas íngremes ladeiras impostas pelas falésias, haviam sido amainadas pela constrição de planos inclinados com trilhos sobre os quais corriam vagonetas transportando passageiros e mercadorias. Em 1873, foi inaugurado o elevador Lacerda (figura 586) que, segundo os baianos, teria sido, em seu tempo, não só o primeiro, mas também o mais alto elevador urbano do mundo. Eram sinais de que a cidade tornara a retomar a modernização durante o II Império. No fim do período, a cidade já havia se expandido, ao longo da costa, desde o Forte de Santo Antônio (na Barra) até a península de Itapagipe. Nas extremidades, a ocupação era muito rala e formada por pequenos conglomerados de população branca e negra. Neste sentido, a imagem da Barra (figura 587) é muito expressiva por materializar a clivagem social através de três categorias de edificações: em primeiro plano, as moradias dos negros, em segundo plano, as casas dos brancos pobres e, ao fundo, o forte, obra de engenheiros militares.

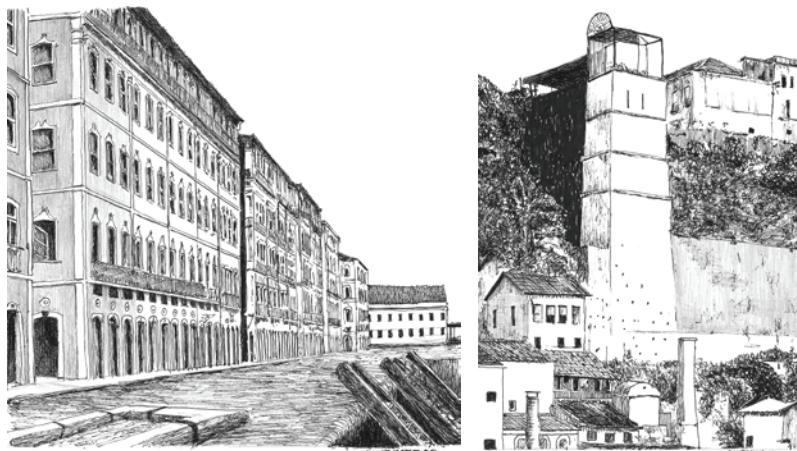


Figura 585: Cais da Amarração, Salvador, Bahia, em 1860. O prédio da Alfândega ao fundo está em construção.

Figura 586: Elevador Lacerda, uma maravilha tecnológica, em fins do Império. Ao seu lado, no alto, o palácio governamental



Figura 587: A Barra, Salvador, mostrando a clivagem social: no primeiro plano as casas “africanas”, no segundo plano as “portuguesas” e o forte de Santo Antônio da Barra, conforme sua reforma do século XVIII, de autoria de engenheiros militares.

Rio de Janeiro

381

A cidade mais importante do país era o Rio de Janeiro por ter se tornado a capital do Império (figura 589) e o centro mais importante da vida cultural, social e comercial. Até o fim do período colonial, a área ocupada era delimitada entre os morros de Santo Antônio, sobre o qual estava edificado o mosteiro dos jesuítas, e de São Bento, com o mosteiro dos beneditinos (figura 588). As barreiras naturais faziam com que a expansão se processasse no sentido do afastamento da praia, para o interior. Seus prédios mais importantes, herdados do século XVIII, eram as igrejas, mosteiros, o palácio governamental e o aqueduto da Lapa. Dispunha, inclusive, de um parque comunitário, o dito Passeio Público, que era considerado, à época, como um grande melhoramento. Já à época do Reino Unido, começaram a aparecer construções suburbanas na Praia do Flamengo e construções mais modestas, ao longo da costa, por trás do morro de São Bento.



Figura 588: Rio de Janeiro em 1820, vista desde o Morro de São Bento, com o convento dos jesuítas sobre o morro de Santo Antônio ao fundo.

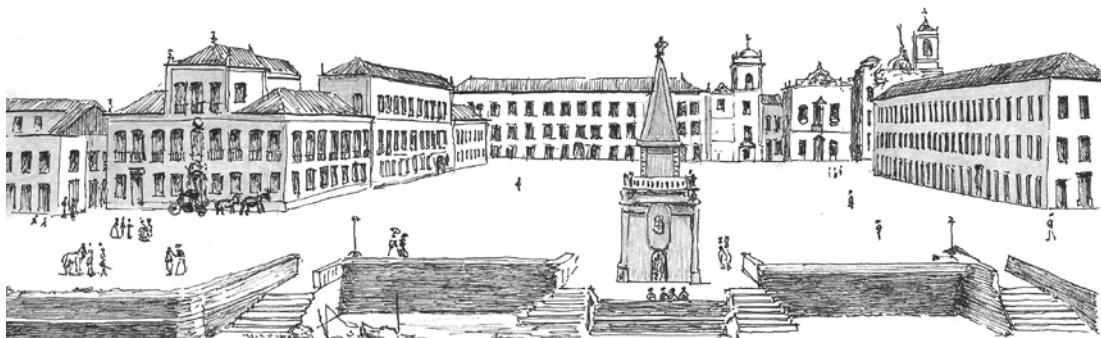


Figura 589: O Paço Imperial do Rio de Janeiro, na forma como foi encontrado pela Corte Portuguesa, em 1820.

A partir da vinda da Corte Portuguesa, passaram a soprar os ares de modernidade sobre a arquitetura da cidade, o que significou a substituição da tradição barroca pela do neoclassicismo. Arquitetos franceses contratados pela elite governamental passaram a realizar obras dentro do espírito chamado de “retorno à ordem”, sendo experimentado desde o fim do período colonial em diversos pontos do país. Com a formação de arquitetos fora das escolas militares, os conceitos de composição clássica passaram a adquirir status oficial.

Os historiadores da arquitetura do Brasil têm cantado em prosa e verso a excelência desta arquitetura partindo do princípio de que só obras exponenciais eram “dignas de serem indexadas”. Quando deixamos de lado estes conceitos elitistas, percebemos que o status da arte era bem menos risonho. É aí que os relatos dos viajantes podem nos fornecer um bom manancial de dados. Por estarem descomprometidos com o ufanismo da nacionalidade, tinham uma visão bem mais crítica da realidade nacional que, todavia, não pode ser tomada sem os devidos cuidados por serem egressos de ambientes europeus de elite. Naquela época, viajar era um empreendimento caro, e a disponibilidade para tais investimentos estava restrita à nobreza e a seus protegidos, ressalvada a condição dos tropeiros. Os cuidados a serem tomados eram, basicamente, o de distinguir o que é descrição de fatos e situações da opinião a respeito dos mesmos.

A primeira impressão dos viajantes, quando chegavam de navio para o Rio de Janeiro, era de deslumbramento diante da implantação paisagística da cidade. Mas este sentimento se desvanecia quando desembarcavam. Ruas sujas, cheias de poças de águas estagnadas, residências guarnecididas de muxarabis por todos os lados, casas com pisos de chão batido eram aspectos que causavam surpresas e desdém aos recém-chegados. O testemunho de Luccock é marcante:

As ruas são retas e estreitas, calçadas com granito no centro (...) (aí) reina grande uniformidade entre os edifícios⁶⁵; são, em geral, de dois pavimentos, mas a linha se quebra por alguns que têm três e por outros que só possuem o térreo (...) As paredes (...) são

65 Há muitas referências a esta uniformidade que, em geral, é vista com reservas. Isto é compreensível diante da diversidade da arquitetura das cidades europeias, onde muralhas e castelos medievais se misturavam com igrejas góticas, e uma diferenciada arquitetura das classes populares. Diante de uma história milenar das cidades, as nossas eram recentes e formalizadas dentro de uma linguagem de um barroco muito simplificado que parecia estranho para quem havia se acostumado a viver em centros bem mais cosmopolitas que as cidades brasileiras submetidas ao monopólio português.

bem construídas de granito; as soleiras, umbrais e vergas são de quartzo maciço ou feldspato; os tetos são por toda parte cobertos de telhas semi-tubulares. O pavimento inferior é, em geral, ocupado pela loja ou armazém; o segundo e terceiro, quando este existe, pelos aposentos da família, para cujo acesso existem corredores estreitos e compridos, tirados do andar térreo e comunicando com a rua. Nos arrabaldes da cidade as ruas são sem calçamento, as casas de um só pavimento, baixas, pequenas e sujas e tanto portas como janelas são de rótulas (muxarabis) e abrem-se para fora, com prejuízo dos transeuntes. Entre os objetos que mais atraia a atenção de um estrangeiro, nas ruas de Rio, achavam-se as proeminências das janelas de cima, chamadas gelosias. Em cada janela e ao mesmo nível que o assoalho do cômodo, havia uma espécie de plataforma de pedra, de cerca de dois pés e meios (82 cm) de balanço, que servia de base ao balcão, não apenas alto quanto o peito, mas erguendo-se até o cimo da janela. Era feito de treliça, em geral, de modelo caprichoso e dividido em painéis ou compartimentos, alguns munidos de dobradiças na parte de cima de maneira a formar uma espécie de alcâpão que, quando aberto, por pouco que fosse, permitia às pessoas do balcão olharem para baixo, à rua, sem que elas próprias fossem vistas. Os interstícios da treliça servem a um fim de grande uso neste clima quente, a saber, a introdução de ar na casa. Emprestavam essas gelosias às fachadas das casas uma aparência carregada e suspicaz, tornando as ruas sombrias e indicando que seus habitantes eram pouco sociáveis; essa, pelo menos, era a impressão causada sobre um espírito desacostumado delas... Poucos meses depois destas notas terem sido registradas, o Regente baixou uma ordem mandando reduzi-las a balcões modernos.⁶⁶

John Mawe, um contemporâneo de Luccock, em geral, muito complacente com os lugares que visitou, foi mais severo em sua apreciação quando se referiu a aspectos urbanos do Rio de Janeiro:

383

As ruas, a princípio, atravancadas por balcões de grades⁶⁷, de aparência muito pesada, impedindo a circulação do ar, mas foram retirados por ordem do governo. Os maiores incômodos que ainda perduram resultam do costume de andar a cavalo nas calçadas, e das quinquelharias penduradas nas lojas e nas casas que se abrem todas para a rua, com grande aborrecimento para os pedestres; posso também acrescentar as inúmeras poças de água estagnada, que, por ser baixo o lugar, só com muito trabalho poder ser trenadas e, no verão, emitem pútridas exalações.⁶⁸

Sobre a obstrução das ruas, Luccock observa que:

Ao passarmos pelas ruas, observamos às portas de cada loja bancos compridos que, durante o dia, ficavam cobertas de mercadorias, servindo de uma espécie de vitrine; à tarde transformavam-se em assentos de pessoas que ficavam a jogar gamão sobre tábuas chatas e grossas.⁶⁹

Pohl, um dos integrantes da comitiva da Princesa Leopoldina, acostumado com as benesses das cortes vienenses, ficou estupefato com o Rio de Janeiro:

66 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 25.

67 O autor, obviamente, estava se referindo aos muxarabis, de origem muçulmana, que serviam, dentre outras, para amenizar a alta luminosidade ambiental o que diferia diametralmente das condições da Europa Central, onde a baixa luminosidade requeria aberturas generosas.

68 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 81.

69 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 26.

O interior da cidade não corresponde à impressão pitoresca que o seu panorama causa. O estilo da construção das casas é uniforme, a pavimentação é ruim e a iluminação das ruas é fraca; as igrejas, com suas torres, vistas de longe, surpreendem pela quantidade ou pela situação e agradam aos olhos, mas, de perto, não satisfazem. As torres, aqui, têm forma em geral pouco imponente; falta-lhes inteiramente, a audácia de uma construção remontada. Os próprios templos são construídos com mau gosto e sobre-carregados, no interior, de ornatos de obra de talha e dourados. Falta-lhes o mais alto adorno artístico: belos retábulos, aqui só se encontram raramente. Ordinariamente, são substituídas por imagens de madeira que de modo algum, se realçam pelo valor artístico... As casas dos subúrbios, como também as da cidade, são igualmente construídas de pedra e cobertas de telhas, porém apenas têm o andar térreo com uma ou duas janelas no máximo para a rua. Nessas mesquinhas residências eram, muitas vezes, dez a doze inquilinos, apartados em pequenas dependências ou alcovas.⁷⁰

Comentários tão depreciativos sobre nossas construções barrocas são muito expressivos sobre a conceituação da arquitetura vigente à época. Em plena efervescência do neoclássico na Europa, Pohl ficou surpreso com o “atraso” do Brasil em relação à arquitetura. Enquanto na Europa os arquitetos se digladiavam em torno do primado de conceitos neoclássicos e góticos, no Brasil, ainda estávamos aferrados a tradições barrocas que, além do mais, ainda careciam da escala monumental que deveriam dignificar um governo que se dizia imperial. Tudo isso mostra que ele se constitui num dos arautos do neoclassicismo que viria a ser a tônica da aristocracia urbana brasileira durante o Império. Sua vivência no resguardo da corte vienense também mostra sua alienação em relação à arquitetura popular, tanto na Áustria como no Brasil.

O tenente Carl Seidler tem recebido críticas ainda mais severas por autores nacionais: tem sido acusado de aventureiro, interesseiro e, por não ter logrado a fortuna que esperava amealhar no Brasil, teria retornado à Alemanha com o objetivo de denegrir a imagem do país. No entanto, não nos parece que este juízo possa ser sustentado. Em suas descrições cáusticas sobre o Brasil, fez eco com tantos outros autores. Quanto a suas opiniões das cidades e suas construções, elas são perfeitamente inteligíveis se tomarmos em consideração os conceitos neoclássicos que haviam se tornado hegemônicos na Europa. Senão, vejamos:

As casas no Rio de Janeiro são (...) em geral baixas, pequenas, sujas, sem gosto e incômodas; só nas mais ricas se veem tapetes e muitas vezes o rés-do-chão não é assoalhado. Em toda parte, reina arranjo barroco do material, da distribuição e dos ornamentos arquitetônicos - quando tais existem. Na verdade, às vezes se nota uma espécie de luxo, mesmo ostentação, mas nunca elegância, simetria ou conforto no interior. O quarto das crianças fica junto ao salão de visitas; o dormitório, ao pé da cozinha; o *boudoir*, junto ao quarto dos criados; a estrebaria com seu estrume, ao lado do belo portal; o escritório, ao pé da latrina... Os moradores do Rio de Janeiro são muito comodistas e por isso gostam de comodidades a distância adequada; encontram-se até casas muito distintas onde um necessitado procurará, em vão, lugares que tais, de necessidade geral. Por mais que se tenha falado dessa desordem, a polícia (...) não conseguiu pôr paradeiro a tão asqueroso costume (...) Não é nada extraordinário que os negros encarregados de transportar das casas para a praia toda sorte de lixo, por sua vez revelem

70 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP; 1975, p. 39.

demasiado comodistas para levarem o vaso transbordante em longa caminhada até o mar. E na primeira esquina despejam toda a porcaria e se vão embora.⁷¹

Semelhantes anotações também foram feitas por outros autores. Logo, não há porque duvidar dessas afirmações. Suas descrições dos quartéis brasileiros podem ser confirmadas em outras fontes: em falas diante da Assembleia de Representantes presidentes da Província do Rio Grande do Sul⁷², fizeram coro à manifestação de Carl Seidler:

As casernas da imperial cidade brasileira estão, em geral, em péssimo estado, assim como o soldado leva vida miserável, estúpida; toda a companhia aloja-se numa mesma sala, sem assoalho e sem forro (...) De ambos os lados no grande alojamento alinharam-se as tarimbas, apertado espaço onde à noite o soldado pode estender sua esteira de palha que, de manhã, tem que enrolar. Semelhante repouso não restaura o homem fatigado... se a chuva penetra abundante pelo telhado e pelas juntas mal unidas e como um dilúvio ameaça envolver as vítimas inocentes da tolice e do despotismo; se os mosquitos e outros insetos nocivos realizam naqueles cadáveres vivos a fábula dos vampiros; se lembranças da pátria e da liberdade afigura aos corações modorrentos, as fogueiras da Inquisição – então, durma quem puder.⁷³

Se estas eram as condições das acomodações na capital do país, pode-se imaginar o que não ocorria nas capitais provinciais e nas cidades interioranas. Mesmo que as condições do país tivessem melhorado a partir do II Reinado, viajantes do período, ainda tinham sérias restrições a respeito do que viam na Capital do país. Thomas Ewbank, que a visitou em 1845/6, assim se referiu à cidade;

As casas são baixas, com as fachadas de reboco colorido e cobertas com velhas telhas vermelhas. Não se vê uma única porta com almofadas, nem varandas, argolas ou corões de campainha: Veem-se, muitas janelas sem vidraças⁷⁴.

A Rua do Rosário é uma genuína rua mourisca antiga, tendo 3,60 metros de largura entre as fachadas das casas. O espaço reservado para o trânsito de veículos tem apenas 1,80 metros. A calha, como de costume, fica no meio, 60 centímetros abaixo de nível nas partes laterais da rua, de tal forma que de ambos os lados a superfície tem um declive de 60 centímetros e, 90 de largura⁷⁵.

Os tijolos são pouco usados, a não ser em fogões nas cozinhas e marcos sobre as paredes e portas e como acabamentos para receber as vigas do teto. Não existem no Rio uma única casa de tijolos.⁷⁶

Para a construção dos edifícios não se desenham plantas ou projetos. Geralmente fala-se ao pedreiro e ao carpinteiro para construir uma casa semelhantes à do sr. Fulano de Tal e com janelas iguais às de alguma residência indicada.⁷⁷

71 SEIDLER, CARL. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 62-63. Esteve no Brasil entre 1826 e 1836.

72 O presidente Caetano Maria L. Gama chegou a afirmar: "os pequenos e insalubres edifícios que servem de quartéis (...) são antes espeluncas do que habitações próprias para defensores do Estado". Fala presidencial de 1º de dezembro de 1829 transcrita por ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul*, de 1829 a 1847. Porto Alegre: UFRGS, 1961, p. 69.

73 SEIDLER, CARL. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 80-81.

74 EWBNK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSPo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 52.

75 *Idem, ibidem*, p. 73.

76 *Idem, ibidem*, p. 147.

77 *Idem, ibidem*, p. 151.

Hermann Burmeister esteve no Brasil entre 1850 e 1852, e suas descrições da arquitetura do Rio de Janeiro fazem coro com as opiniões citadas⁷⁸. Todavia, ele acrescenta um dado importante: as pessoas ricas haviam despertado para as comodidades da vida nos subúrbios onde dispunham de áreas mais amplas para implantar suas construções, de modo a permitir criar jardins em torno das mesmas:

Na disposição das casas de campo (...) estas seguem mais o gosto e as necessidades dos donos. Entre elas, há muitas construções apuradas, de boas proporções arquitetônicas, harmoniosamente decoradas com colunas, estatuetas e arabescos. O brasileiro rico gosta de ostentar nelas sua abastança. Mas os jardins, geralmente, demonstram mau gosto pelo excessivo número de pequenos caminhos e canteiros em forma de estrelas ou rosetas e neles são encontradas esculturas em quantidade, na maioria vasos ou estátuas de deuses da antiguidade. Estas estátuas são importadas da Itália e de Malta, sendo os vasos trabalhados sem muita arte em tufo calcário. Diversas vezes encontrei também figuras de barro, de até três pés de altura (99 cm), cobertas de um louçado branco como os fogões de ladrilhos na Europa. Mas em nenhuma parte vi uma estátua de real valor artístico: a maioria era rudemente esculpida, embora cópias de modelos antigos (...) Um jardim brasileiro causa no europeu (...) uma triste impressão e pior ainda os canteiros com molduras de pedra, como vulgarmente acontece. O cultivo de flores ainda está muito baixo. Esforçam-se os brasileiros em manter plantas europeias, especialmente rosas e cravos e ainda agrião indiano que, embora atinjam certo tamanho e alastrem-se rapidamente, perdem, no entretanto, o perfume que lhes é peculiar em nosso Continente. A romã, o pêssego e o figo são muito estimados e a vinha usa-se nas pérgolas, mas produz uvas muito azedas.⁷⁹

Pelas descrições que se seguem, percebe-se que não se trata propriamente de um jardim, mas de um pomar já que passou a descrever, na sequência, uma diversidade de árvores frutíferas aí existentes e que era algo não encontrado na Europa (figuras 590 e 591). No modo como estas árvores eram plantadas dá mostras de uma filiação a tradições africanas. Isso significa que a sobrevivência lhes era mais importante que a estética.

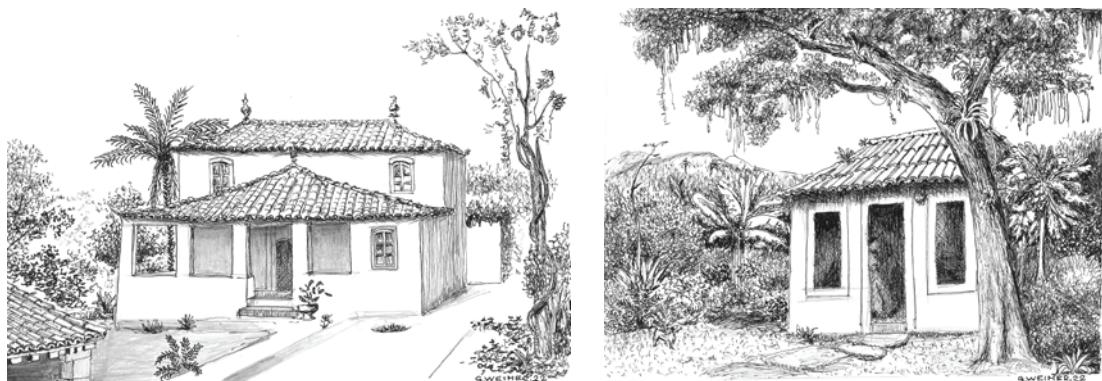


Figura 590: Uma das raras imagens mostrando o aspecto de uma chácara do Brasil imperial. Autoria de Debret.

Figura 591: Uma casa de periferia mostrando a existência de um pomar ao redor da casa, num desenho de Rugendas.

Tem-se atribuído ao espírito romântico do período a arquitetura tida como bucólica semirrural decorrente da origem interiorana recente desta população. É inegável que as

78 BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1952, p. 46-47.

79 *Idem, ibidem*, p. 47-48.

crescentes migrações para as cidades eram fatuais, mas parece pouco provável que elas determinassem essa procura por ruralidades. Apesar dos incômodos dos deslocamentos entre sítios periféricos com os centros urbanos, era preferível a se submeter às condições apresentadas pelos centros urbanos. A própria criação de arraiais, que nada mais eram do que pequenos núcleos urbanos nos quais o lençol freático ainda não estava contaminado e, portanto, ainda era possível captar água em poços. Não é, pois de admirar, que a realeza também aderisse a este expediente, e por isso providenciou de construir uma residência fora do perímetro urbano, que foi denominado de Palácio de São Cristóvão.

Tem sido atribuído às sublevações das massas proletárias nas cidades europeias o fato de que as casas reinantes daquele continente passassem a construir cidades-residências a certa distância dos centros urbanos (Versalhes, em Paris; Sanssouci, em Berlim; Schönbrunn, em Viena; El Escorial, em Madri; Queluz, em Lisboa, etc.). Embora tivesse havido sucessivas revoltas durante o I Império e a Regência, não parece ser este o fator primordial da iniciativa de construir a sua “cidade residência” na região serrana do Rio de Janeiro, mas a moda europeia à qual o Império do Brasil não podia se furtar a segui-la. Para tanto, contratou o urbanista alemão Julius Friedrich Koeler para projetar uma cidade “alemã” na serra do Rio de Janeiro (figura 592). Seu nome seria Petrópolis, em homenagem ao Imperador. Ao modo da iniciativa de Frederico I, que “importou” colonos russos “de confiança” para abastecer o conjunto de Sanssouci, Pedro II “importou” colonos “alemães”, isto é, que falavam alemão, já que a maioria fosse de nacionalidade suíça e que viriam a ocupar a periferia de bairros de nomes evocativos da Renânia. Seu traçado nada teve a ver com a tradição portuguesa. A diretriz do traçado era o acompanhamento dos diversos riachos que definiam o sistema viário e o parcelamento do solo, ao modo germânico. Curiosamente, a arquitetura seguiu outra diretriz, pois foi dada a preferência ao “estilo normando”⁸⁰, salvo os prédios oficiais que tiveram linguagem neoclássica, que servia de revestimento de estruturas de enxaimel. O parcelamento do solo se orientava pelos fluxos dos córregos que escoavam pelos vales. O “centro” da cidade era o Palácio Imperial ao qual convergiam todas as ruas, ao modo das cidades alemãs medievais que se ordenavam em torno de um mosteiro ou castelo.



Figura 592: Plano de Julius F. Koeler para Petrópolis, em 1855.

⁸⁰ A arquitetura medieval da Normandia se caracteriza por ser de enxaimel com o emprego de muitos esteios verticais – portanto, próximos entre si e discreto emprego de peças inclinadas. O emprego desta técnica construtiva em Petrópolis foi apenas uma aproximação quando não se tratava apenas de uma cenografia decorativa.

Sendo uma cidade imperial, naturalmente, a nobreza (de nomeação) procurava se estabelecer junto à realeza. Como a maioria deste contingente não tinha ascendência alemã, acabou por optar por estilísticas as mais diversas para suas residências, fazendo com que Petrópolis se tornasse uma das cidades mais ecléticas do país.

Este procedimento é muito significativo, pois materializa o estado de alienação intelectual da elite da Nação. Ao se valer de conceitos eminentemente racistas para criar uma cidade específica da alta nobreza, não só se procurava apenas se apartar da secular formação do povo brasileiro, como até mesmo colocar por terra a origem lusitana, majoritária entre a elite. Se houvesse uma revivescência da tradição sueva ou visigótica, poder-se-ia aventar a procura de uma retomada de uma das tradições básicas do povo português, mas a busca de um ideal na tradição normanda que, em nada, contribuiu para a formação de Portugal, atesta o delírio ideológico dessa elite. A descrição de Georges Gardner é lapidar neste sentido:

Já era sol-posto quando entramos na linda cidadezinha de Petrópolis. É o paraíso de verão de todos os fluminenses, bastante felizes para poderem fugir ao calor, à poeira e aos odores da cidade; vêm aqui procurar ar puro e o panorama deslumbrante da Serra. O palácio do Imperador, edifício mais elegante e menos sombrio que o de São Cristóvão, se acha em situação central; D. Pedro passa aí seis meses do ano. No meio da cidade corre o gracioso Piabanha, pequeno ribeiro raso que agora ricocheteia alegremente as águas de encontro aos seixos de seu leito, profundamente encravado entre dois taludes verdejantes.⁸¹

Recife

A terceira cidade mais importante do Brasil era Recife (figuras 593 e 594), uma antiga aldeia de pescadores, satélite de Olinda, a capital da Capitania do Pernambuco, reformada pelos holandeses através do planejamento do urbanista Frederik Pistor⁸² por não conseguirem entender como os portugueses (e seus descendentes) podiam viver numa cidade com íngremes ladeiras, como Olinda. O engenhoso sistema de limpeza implantado pelos holandeses (constituído de um lago artificial que se enchia na maré alta e escoava suas águas através de canais que passavam por dentro da cidade na maré baixa, levando o esgoto neles despejado), fora abandonado após a retomada da administração da cidade

81 GARDNER, Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 60.

82 Há uma ampla literatura que atribui o plano de Recife a Pieter Post, o irmão do pintor Frans Post. Pieter foi o arquiteto do palacete que Maurício de Nassau mandou construir em Amsterdam. Todavia, o arquivo desse arquiteto está muito bem conservado, e nele não há qualquer referência ao projeto de Recife. Isso é denunciador, pois projetar uma cidade para os europeus seria um feito difícil de ser alcançado e, certamente, o arquiteto haveria de fazer alarde de semelhante feito. A inexistência deste projeto não significa, obrigatoriamente, que não o teria realizado. Importante é o fato de que não foi encontrada documentação que comprovasse essa autoria. Por outro lado, a documentação (SOLER, Vicente Joaquim: *Dezesete cartas*. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 121.) comprova a presença do arquiteto e urbanista Frederick Pistor na municipalidade de Recife. Além dele, a municipalidade contava com três engenheiros (Tobias Kommerstein, Andreas Drewisch Longgesaltensis e (?) Beuren). Isso comprova que Nassau estava bem servido em seu corpo técnico. Seria uma tese difícil sustentar que Nassau tivesse encomendado um projeto na Holanda distante se dispunha de mão de obra qualificada em Recife, ainda mais com as dificuldades que a navegação daqueles tempos oferecia. Até prova em contrário, julgamos ser evidente que foi Pistor o autor do projeto de Recife.

depois da expulsão dos batavos. Mas o plano da cidade foi mantido com suas ruas e seus lotes estreitos, onde se erguiam prédios esguios que os lusófonos reivindicam como sendo uma revivescência da arquitetura do norte de Portugal (Porto ou Guimarães), o que é colocado em dúvida pelos admiradores de Maurício de Nassau. Esses julgam que o surgimento dessas casas tenha sido uma consequência do parcelamento urbano implantado pelos holandeses.

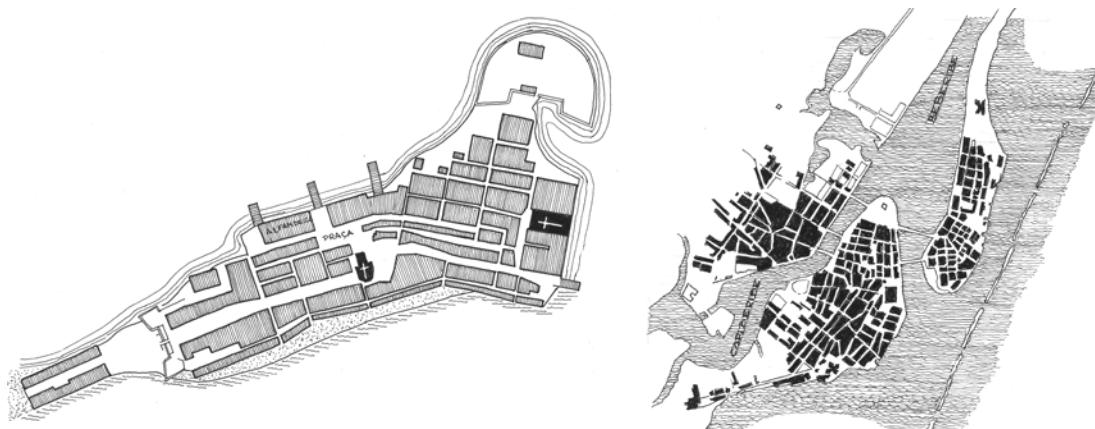


Figura 593: Recife, em 1733.

Figura 594: Recife, no fim do período imperial.

Alguns documentos fornecem informações que nos poderão auxiliar na compreensão do impasse. Kidder & Fletcher atestam que:

Muitas casas de Pernambuco são construídas em estilo desconhecido em outras localidades do Brasil. A descrição de uma dessas casas, onde anteriormente foi hospedado um amigo, pode servir de amostra do referido estilo. Tinha seis andares. O primeiro, ou andar térreo, denominava-se armazém, e, à noite, era ocupado pelos empregados do sexo masculino; o segundo andar serve de instalação para o escritório, etc.; o terceiro e o quarto contêm as salas de visita e os quartos de dormir; o quinto, as salas de refeições e o sexto, a cozinha. Os leitores habituados com os assuntos domésticos perceberão a vantagem especial de se ter a cozinha localizada no sótão pela tendência que tem para subir a fumaça e as diversas emanações produzidas pelas operações culinárias. Há, no entanto, uma desvantagem inseparável desse dispositivo que é a necessidade de transportar várias coisas pesadas subindo as escadas. A água, por exemplo, que na falta de qualquer mecanismo que possa elevar, tem que ser carregada na cabeça dos pretos. Qualquer um compreenderá que um pequeno descuido no equilíbrio das vasilhas d'água assim transportadas, expõe as partes inferiores da casa ao perigo de serem inundadas. Dominando o sexto andar e constituindo, de certa forma o sétimo, existe um esplêndido observatório, de onde se pode contemplar o alto do céu em todas as direções.⁸³

Chama a atenção que estas casas seriam de um estilo desconhecido no restante do país. O fato de que no térreo houvesse um armazém não implica em originalidade, posto que tanto na Holanda como em Portugal, esta forma de ocupação era corrente. A existência de um escritório no primeiro piso juntamente com um depósito de mercadoria é

83 KIDDER D.P.; FLETCHER, J.C.. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Nacional, 1941, v. 2, p. 247-248.

característica dos Países Baixos, mas a ocupação dos andares superiores é comum das duas tradições (figuras 595 e 596). O que diferencia as duas organizações do espaço interno é a posição da cozinha. Com o clima frio da Holanda, a localização da cozinha no centro geométrico da construção é desejável para que o calor emanado do fogão se distribua igualmente aos demais compartimentos. Pelo contrário, no clima tropical, é preferível que a cozinha esteja localizada no lugar mais ventilado possível para evitar o indesejado aquecimento da moradia. Por isso, sua localização preferencial seria o último piso, onde haveria maior incidência da ventilação. A colocação do dormitório dos escravos masculinos no térreo e das escravas no último piso é uma característica do sistema escravocrata brasileiro decorrente da poligamia, oficialmente negada, mas constantemente praticada.

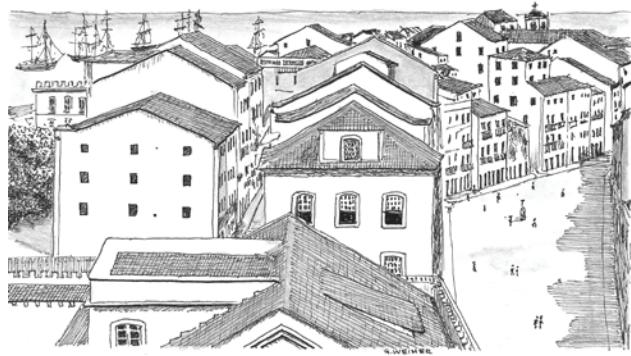


Figura 595: Rua da Cruz, Recife.

Figura 596: Recife, em 1878.

Nas construções holandesas, havia um frontão triangular no qual se fixava uma roldana sustentada por uma mão-francesa, que era utilizada para suspender fardos até o depósito do primeiro e do último andar. A utilização do último piso como depósito de mercadorias também servia para isolar a casa do frio hibernal. Nas casas brasileiras, pelo contrário, a cozinha era instalada no último piso, o que levava as águas do telhado escoarem pelos beirais sobre a rua e dos fundos, enquanto nas casas holandesas este escoamento era feito para dentro de calhas colocadas sobre as divisas laterais. Assim, deduz-se que as casas esguias do Recife se constituíam num produto híbrido batavo-lusitano, com preponderância da tradição lusa.

Depois de dois séculos e meio de ocupação, as residências haviam evoluído para certo requinte, como descrito por Maria Graham, em 1824, nos seguintes termos:

Após terminar minhas compras, fui procurar uma família portuguesa e, como era a primeira casa portuguesa em que ia entrar, estava curiosa em verificar a diferença entre ela e as casas inglesas daqui. A construção e a distribuição das peças são as mesmas. O salão só diferia em ser mais bem mobiliado e com todos os artigos ingleses, até mesmo um belo piano Broadwood. Mas a sala de jantar era completamente estranha. O solo estava forrado com um tecido estampado e as paredes cheias de gravuras inglesas e pinturas chinesas, sem distinção de assunto e tamanho. Numa ponta havia uma mesa comprida, coberta com uma caixa de vidro, na qual havia uma peça religiosa de cera: um presépio completo, com os anjos, os três reis, musgo, flores artificiais conchas e contas, tudo envolvido em gaze e tarlatana de seda, semeado de ouro e prata e com

Santo Antônio e São Cristóvão de guarda, à direita e à esquerda. O resto da mobília consistia em cadeiras e mesas comuns e uma espécie de consolo ou aparador. Do teto pendia nove gaiolas de pássaros, cada qual com seu ocupante. Os canários, as patativas, rivais dos primeiros na beleza do canto, e as belas viúvas, eram os favoritos. Em gaiolas maiores, num quarto de passagem, havia mais papagaios e periquitos do que eu poderia julgar agradável numa casa, mas são bem educados e gritam juntos.⁸⁴

Destaca-se o estranhamento causado pelo fato de que o piso estava “forrado com um tecido estampado” – e não com um tapete –, e que a mesa estava coberta com um presépio completo e, portanto, não estava servindo ao uso das refeições. A ilustre visitante, certamente, não se apercebera de que as refeições eram realizadas sobre o piso, como atestou Lindley em seus relatos sobre Salvador.

A sobrevivência de um traçado urbano é sempre mais longa que a da arquitetura. As construções vão sendo substituídas ao longo do tempo, o que, dificilmente, pode ocorrer com o sistema viário e a conformação dos lotes. A abertura ou o alargamento de uma rua num trecho urbano consagrado é muito oneroso e implica negociações complicadas. Por isso, tais ações têm sido evitadas sempre que possível. No caso de Recife, as ruas que resultaram do aterro dos velhos canais são relativamente largas, enquanto as demais permaneceram estreitas na forma como originalmente era praticado. As descrições dessas vias, em pouco, diferem das de outras cidades. Gardner esteve em Recife no fim do período regencial e deixou as seguintes impressões:

A cidade de Pernambuco (Recife) é pouco recomendável a quem não tem negócio para tratar. Os prédios são mais altos que os do Rio de Janeiro e as ruas, na maior parte, ainda mais estreitas e, por certo, igualmente sujas. Em quase todas as cidades e capitais do Brasil, as chuvas são o único varredor que as mantém sofivelmente limpas, quando edificadas em declive, o que, infelizmente, não é o caso de Pernambuco: na estação das chuvas, as ruas enchem-se de água e lama; na seca, o todo converte-se em nuvens de pó. Sempre me pareceu extraordinário que as doenças epidêmicas aí não prevaleçam com maior frequência em vista de tais circunstâncias.⁸⁵

Quinze anos mais tarde, o médico Avé-Lallemant encontrou a mesma situação:

Muitas ruas, inclusive mesmo ruas largas e principais, formam lamaçais de maneira que é preciso andar nelas com cuidado, mesmo ao longo das calçadas, para não ser salpicado pelos cavalos e carros que passam. Essas ruas sujas exalam um fedor terrível, que às vezes, no cais, sobretudo na beira-mar, ainda se torna pior. Parece que ninguém pensou numa polícia de limpeza; por toda parte se vê porcaria, às vezes num grau insuportável. A isso junta-se ainda o hábito dos despejos, tarde da noite, pelas janelas. Se um desses despejos cai da janela do terceiro ou quarto andar, o efeito do projétil, espalhando-se num largo círculo, é realmente horrível.⁸⁶

Porém, ao lado destes aspectos pouco convidativos, a cidade já apresentava alguns aspectos bem mais acolhedores:

A gente de classe alta soube evitar esses inconvenientes da cidade, morando no campo. Os arredores de Recife são planos, de maneira que sobra muito espaço para habitações com jardim, e não há nada mais agradável do que passear nesses bairros dos jardins de Pernambuco... Na cidade velha... ficam as casas comerciais mais importantes, a

84 GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1990, p. 158.

85 GARDNER, Georges. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, EdUSP, 1975, p. 50.

86 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961, p. 282.

alfândega, a bolsa, o arsenal, etc. Os outros bairros da cidade apresentam boa e até muito bonita aparência, com ruas largas e direitas, magníficas lojas e belas perspectivas que certamente lembram mais a Europa do que qualquer outra cidade do Brasil. Ao longo das encantadoras lagunas e no meio da cidade, já começam a desenvolver-se certas distinções e a beleza nas casas e edifícios públicos recém-construídos, que um dia farão desta cidade que surge das águas uma das mais bonitas cidades do mundo, que nada tenha a invejar, nem mesmo a Hamburgo com sua magnífica bacia do Alster.⁸⁷

A opinião de Avé-Lallemant de que ninguém pensou em resolver a questão do esgoto não é procedente. Na década de 1840, fora contratado o engenheiro e político francês Louis-Léger Vauthier para tratar do grande problema do esgoto na cidade. Por estar localizado em terreno plano, em baixa altura em relação ao nível do mar, e por ter um nível freático muito alto, este problema vinha sendo tratado há muito tempo. Antes de Vauthier, haviam sido contratados técnicos ingleses e, após a sua volta à França, foram tomadas outras iniciativas semelhantes. Como a construção de uma rede de esgotos era muito cara e as incipientes obras realizadas não tiveram os resultados esperados, Vauthier foi acusado de desvio de recursos, e sua volta à França não foi pacífica. À medida que as soluções dos ingleses também não tiveram os fins esperados, fica evidente que, para as condições da época, não haviam condições técnicas capazes de resolver o problema.

Em suas famosas cartas ao seu amigo Daly⁸⁸, Vauthier enfatizou as precárias condições de higiene da cidade, que, como se verá adiante, eram comuns nas demais cidades brasileiras e em numerosas cidades do mundo. Mais do que isso, convém citar as obras de arquitetura por ele realizadas que são tidas como de alto significado arquitetônico por terem sido pioneiras naquela Província no emprego da linguagem neoclássica. Esta, como de resto, em todas as grandes cidades brasileiras, acabou por se tornar hegemônica, seja através de construções novas ou de reformas de fachadas que passou a ser uma prática muito comum (figuras 597 e 598).

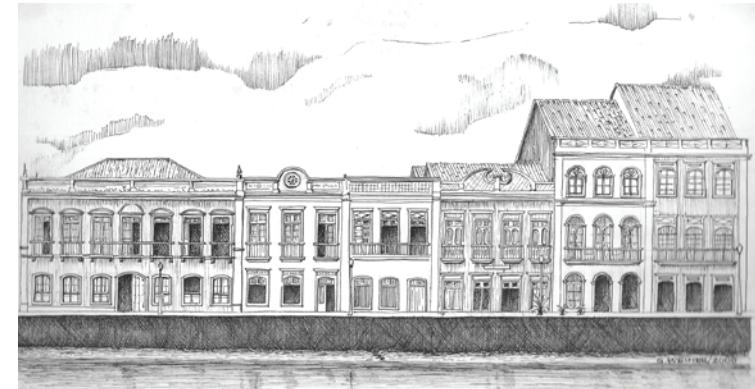


Figura 597: Largo da Alfândega, em Recife.

Figura 598: Casario ao longo do Capibaribe.

87 Idem, *ibidem*, p. 281.

88 VAUTHIER, Louis-Léger. Casas de residência no Brasil. In: Arquitetura Civil. São Paulo: MEC-IPHAN/FAU-USP, 1981, v. 1., p. 27-94.

São Paulo

Durante o período colonial, São Paulo viveu uma situação à margem na ocupação portuguesa por estar localizada no interior de difícil acesso, onde era falada a língua geral (nheengatu), e que vivia-se da agricultura de grãos. A mão de obra das lavouras era formada por indígenas escravizados. Sua situação de marginalidade, no entanto, estava sendo superada nos inícios do século XIX. Às vésperas da proclamação da independência Saint-Hilaire deixou o seguinte relato sobre a cidade:

As casas feitas de taipa e bastante sólidas, são todas caiadas e cobertas de telhas. Nenhuma delas sugere opulência, mas vê-se um grande número de sobrados que chamam atenção por seu aspecto vistoso e limpo. Os telhados não se projetam muito para fora, apenas o suficiente para darem sombra e protegerem as paredes da chuva, e as janelas não são tão juntas das outras como se vê comumente no Rio de Janeiro. As dos sobrados são quase todas envidraçadas, com postigo pintados de verde e com sacadas. As casas de um só pavimento têm gelosias que se abrem de baixo para cima e são feitas de paus cruzados em diagonal. Achei as moradas dos mais graduados de São Paulo tão bonitas por fora como por dentro. O visitante é geralmente recebido numa sala limpa, mobiliada com gosto. As paredes são pintadas de cores claras e as casas antigas são ornadas com figuras e arabescos. Nas recentes, as paredes são lisas, com cercaduras e lambribs, à semelhança do nosso estilo europeu. Como não haja lareiras, os objetos de enfeite são colocados sobre as mesas, como, por exemplo, castiçais, frascos de cristal, relógios de pêndulos, etc. Comumente, também, as salas ornadas de gravuras, as quais, entre tanto, são constituídas pelo refugo das lojas europeias. Era tão pouca a noção de arte do povo do lugar, que eles nunca deixaram de me chamar para admirar suas obras-primas.⁸⁹

393

Nesta época, ocupava uma área delimitada entre o Rio Pinheiros e o riacho do Anhangabaú (figura 599), com uma população se aproximando dos 20 mil habitantes. Seu perfil já apresentava alguns sobrados (figura 600), mas a periferia ainda era formada por casas térreas, de feições tradicionais (figura 601). Pouco antes de Saint-Hilaire, John Mawe frisou que “aqui (em São Paulo) existem numerosas praças e cerca de treze lugares de devoção, principalmente dois conventos, três mosteiros e oito igrejas muitas das quais, como toda a cidade, construídas de taipa (de pilão).”⁹⁰ No fim do período regencial, o depoimento de Kidder mostra que a cidade já apresentava consideráveis melhoramentos:

As casas da cidade (São Paulo) são geralmente de dois pavimentos, dotadas de sacadas que às vezes levam rótulas. As sacadas são lugares prediletos, tanto para homens como para mulheres, que aí vão gozar do frescor da manhã e da tarde ou assistir à passagem de procissões ou ainda qualquer ocorrência que desperte atenção.⁹¹

A cidade de São Paulo está situada entre dois pequenos rios, numa elevação do solo, cuja superfície é muito desigual. Suas ruas são estreitas e não delineadas de acordo com qualquer sistema ou plano geral. Tem calçadas estreitas e são pavimentadas com um conglomerado ferruginoso, muito semelhante ao velho arenito vermelho, porém diferindo dessa formação por conter maiores fragmentos de quartzo.⁹²

89 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 128.

90 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975, p. 63.

91 KIDDER, Daniel Parich. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 196.

92 *Idem, ibidem*, p. 70.

Em fins da década de 1850, Avé-Lallemant assinalou que “Algumas ruas (de São Paulo), um e outro bairro bonito e às vezes, até magníficos; em alguns lugares, fileiras de casas assobradadas e, além disso, bom empedramento com calçadas, mas em geral ruas estreitas e a cidade absolutamente irregular.”⁹³



Figura 599: São Paulo, em 1810.



Figura 600: São Paulo, em 1821.

Figura 601: São Paulo.

Dois fatores principais trouxeram novas condições para o desenvolvimento da cidade no segundo reinado. Por um lado, a expansão do cultivo do café contribuiu para o acúmulo de capitais e o consequente enriquecimento da cidade. Por outro lado, a lei Euzébio de Queiroz foi fatal para a forma tradicional da exploração da mão de obra escravizada, fazendo com que os cafeicultores se vissem obrigados a procurar outra fonte de angariar a necessária mão de obra, que foi encontrada na atração massiva de imigrantes europeus. Cerca de dois terços se estabeleceram em São Paulo.

Da aliança desses dois fatores, resultou um grande desenvolvimento econômico da cidade, cuja arquitetura erudita passou a ser orientada aos conceitos acadêmicos em detrimento das diretrizes tradicionais: técnicas de construção em taipa de pilão deram lugar à alvenaria de tijolos, a importação de novas utilidades domiciliares e materiais de construção transformou profundamente os modos de vida da burguesia nascente, e a arquitetura popular sofreu profunda influência dos procedimentos e conceitos de edificação trazidos pelos imigrantes não lusófonos. Estatísticas relativamente confiáveis dão conta de que a população da cidade passou de 31 385 habitantes em 1872 para 239 620 em 1900. O respectivo crescimento tão expressivo em pouco tempo decorreu em função da

93 AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. *Viagens pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953. 2. v, p. 336.

massiva chegada de imigrantes, o que se constitui num fator de mudança das concepções arquitetônicas das técnicas de construção, como indica o apelido que era dado aos italianos de “cargamanos”, os que carregam com a mão.

Curitiba

Depois de cessadas as hostilidades entre Portugal e Espanha decorrentes da emancipação da tutela do domínio dos Habsburgos, a coroa lusitana tomou como projeto a expansão de seus domínios no sul do Brasil até o Rio da Prata, que se materializou com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento. Apesar de constantes refregas entre as duas coroas em torno deste domínio, o projeto estava em vias de se consolidar. Porém, por ocasião da declaração da independência, as tropas portuguesas que haviam sido destacadas para a defesa dos interesses portugueses na região se viram na contingência de voltar para Portugal. Disso, aproveitaram-se os castelhanos para ocupar a região setentrional do Rio da Prata e que corresponde, grosso modo, ao atual Uruguai. Por ser uma zona conflituada e por haver rebanhos de gado chimarrão nos campos da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, passível de substituir a fonte de alimentos das Minas Gerais que estavam se tornando escassas nas margens do Rio São Francisco, o governo português resolveu ocupar os campos aí existentes. Disso, ressentiram-se os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, cuja população foi deslocada à região conflituada. Isso explica o retardamento da ocupação populacional desses estados.

Na falta de dados estatísticos confiáveis, socorremo-nos da iconografia. Um desenho de Debret mostra que à época da proclamação da independência, Curitiba não passava de um povoado (figura 602). Isso, no entanto, viria a se modificar com a consolidação do domínio territorial do sul do país. Já nos inícios do II Império, a cidade adquiriu dimensões bem mais avantajadas (figura 603). Neste tempo, seu aspecto ainda era o de um burgo tradicional, de acordo com o testemunho de Avé-Lallemant:

Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma é da velha Curitiba, quando ainda não era a capital de uma Província, mas um modesto lugar central, a quinta comarca de São Paulo. Aí se vê ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelo, cantos e praças desordenadas, ao lado das quais há muita coisa ruim e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração, embora não pareça nenhum grandioso estilo renascentista⁹⁴.

O texto acima deve ser lido com cuidado. Ele explicita que havia uma “velha Curitiba” em oposição a outra, “nova”, portanto, esta cidade estava em pleno crescimento. O traçado “livre” das ruas se enquadra dentro da tradição lusitana, mas a existência das “casas de madeira” mostra que a arquitetura já havia criado uma identidade própria que o autor não valoriza, posto que ela não se enquadrava dentro de “um grandioso estilo renascentista”. Os preconceitos do autor são evidentes: uma arquitetura digna seria a que se baseava em cartilhas centro-europeias, enquanto uma arquitetura adequada ao meio ecológico

94 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953, p. 275, v. 2..

era entendida como “coisa ruim”. Tampouco o autor conseguiu perceber a verdadeira espiral de crescimento que estava se armando, já que, em 1872, sua população era de 12 651 habitantes e que, em 1900, já havia chegado a 49.755 residentes. Ou seja, em menos de três décadas, seus moradores haviam crescido em quase 400%.



Figura 602: Curitiba, por volta de 1820, segundo Debret e o Brasil, p. 288.

Figura 603: Curitiba, em 1857.

Porto Alegre

O povoado surgiu em decorrência das lutas pelo domínio do extremo sul da colônia. Depois da denúncia do Tratado de Madri, os castelhanos ocuparam a barra e a vila de Rio Grande, que se constituía no único acesso marítimo ao “continente de São Pedro”, forçando as tropas portuguesas a recuar até Viamão. Como as vias de comunicação básicas eram os rios, a administração da província foi transferida para as margens do estuário do Guaíba, constituída no centro geográfico que restava do domínio lusitano, e onde se passou a construir embarcações com os objetivos de reconquistar o domínio total do território. O sítio escolhido para implantar a povoação foi um promontório de fortes declives dentro da tradição portuguesa, com uma Praça da Igreja na parte mais elevada do terreno e uma Praça do Comércio – que era denominada de Praça da Alfândega – ambas ligadas entre si por uma rua do comércio, nomeada Rua do Ouvidor, mas que o povo insistiu em denominar de Rua da Ladeira. A mais antiga imagem de conjunto existente é um desenho de Debret realizado por volta de 1820 (figura 604), equivocadamente denominada de “Paranaguá”. Nesta época, o povoado estava por completar meio século de existência. Uma planta levantada em decorrência da Guerra dos Farrapos e realizada duas décadas mais tarde (figura 605) mostra, além das três ruas iniciais que se estendiam em paralelo à margem do Guaíba, que o povoado já apresentava a abertura de três ruas pelo lado meridional do promontório que era ocupado pela população pobre. Pequenos becos transversais, seguindo a linha de maior declividade, serviam de escoadouro do lixo doméstico que era atirado à rua, na esperança de uma chuva que o carresse ladeira abaixo.



Figura 604: Reinterpretação de uma aquarela de Debret referente a Porto Alegre.

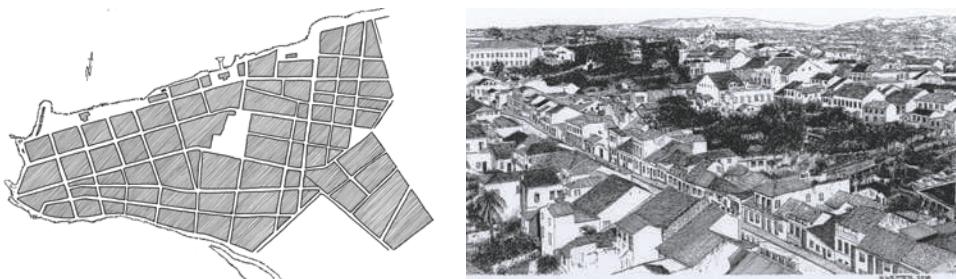


Figura 605: Planta de Porto Alegre de 1839.

Figura 606: Centro de Porto Alegre, em fins do período imperial.

À época da proclamação da independência, Saint-Hilaire deixou descrições que apresentam um povoado com características tradicionais lusitanas, porém com algumas peculiaridades próprias:

As casas de Porto Alegre são cobertas de telhas, caiadas na frente, construídas em tijolo sobre alicerces de pedra que são bem conservadas. A maior parte possui sacadas.⁹⁵

O rápido aumento da população fez com que os terrenos se tornassem mais valorizados aqui que nas cidades do interior. Poucas casas possuem jardim e muitas não têm mesmo pátio, redundando em grave inconveniente de serem atiradas à rua todas as imundícies, tornando-as de uma extrema sujeira⁹⁶.

Existem em Porto Alegre (...) três olarias um tanto importantes. As louças são benfeitas e na maioria coloridas de vermelho como as de Santa Catarina, porém mais grosseiras. São feitas de argila negra oriundas dos terrenos dos arredores da cidade, tornando-se amarelas após o cozimento.⁹⁷

É curioso que, desde o início, a povoação tenha sido construída com tijolos, salvo o palácio do governo que era de taipa. Isto decorreu da imposição do Capitão José Marcelino de Figueiredo, que exigia uma transferência rápida da capital e a fabricação de tijolos constituía num empecilho para tanto. Por relatos de Luís dos Santos Vilhena⁹⁸, sabemos que os tijolos e a louça de barro eram confeccionados por indígenas missionários que haviam sido transferidos às proximidades de Porto Alegre depois da Guerra Guaranítica. A existência de casas com sacadas implica na ocorrência de sobrados ao lado de “casas sem pátio”, ou seja, casas de alfurja, ocupadas pela população pobre. Isso denota a existência de uma segregação econômica da população, onde os bem aquinhoados residiam nos altos da Rua da Igreja e os pobres na periferia (figura 607).



Figura 607: Aspecto da Praia do Riacho, à época do II Império, a Independência, com as casas acrescidas de platibandas por imposição governamental.

95 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP; 1974, p. 41.

96 *Idem, ibidem*, p. 43.

97 *Idem, ibidem*, p. 48.

98 VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa oficial, 1921.

Em decorrência da política de povoamento do extremo sul, Porto Alegre teve um incremento populacional significativo desde a segunda metade do II Império. Em 1810, sua população era avaliada em 5.300 habitantes, e doze anos mais tarde este número era avaliado em 14 mil. A chegada dos imigrantes, a partir de 1824, pouco modificou o aspecto português da cidade, mas dinamizou seu comércio. Por ser capital provincial, a introdução da linguagem neoclássica rapidamente evoluiu para o ecletismo, decorrente por força dos modismos que estavam encontrando solo fértil no Rio de Janeiro durante o II Império. O recenseamento de 1872 acusou a existência de 44 mil residentes, número que evoluiu para 52421 em 1900. Nesse período, a influência do barroco alemão começava a mostrar seus efeitos, que se tornaria hegemônico depois da proclamação da república.

São Luís

A história de Maranhão ocupa um lugar especial dentro da história do Brasil. Como os interesses iniciais do governo português estavam, prioritariamente, voltados para o açúcar, a parte setentrional da colônia ficou relativamente marginalizada. Em função do período da união das coroas ibéricas as potências emergentes europeias estruturarem uma política de dominação do nordeste da América do Sul, a França investiu na conquista da área da costa compreendida entre a atual Guiana Francesa e o Estado do Maranhão, denominado França Equinocial. Fez parte deste empreendimento a fundação da cidade de São Luís. Com a expulsão dos franceses, ficou clara a necessidade de ocupar essa região, que passou a receber atenções especiais da coroa, cabendo a Francisco Frias de Mesquita dar forma definitiva a seu traçado urbano. O desenho do trecho original, ao contrário das demais cidades coloniais, foi rigidamente projetado com base nas Leyes de Índias espanholas.

Por ser região disputada, após a reconquista da independência, a coroa portuguesa resolveu administrar diretamente esta região, que só viria a ser integrada no território brasileiro por ocasião do período do Reino Unido, após ter passado por diversas reformas organizacionais da administração portuguesa. Por não estar diretamente vinculado à administração do Brasil, seu desenvolvimento socioeconômico seguiu diretrizes autônomas. Com a afirmação e expansão da revolução industrial inglesa que tinha um de seus pilares a indústria têxtil, a produção agrícola da capitania se voltou para o algodão. Quando os empresários ingleses perceberam que o produto do Maranhão apresentava preços mais convenientes que o preço dos Estados Unidos, o algodão passou a se constituir na mola propulsora do desenvolvimento econômico regional.

Construções mais requintadas começaram a aparecer na segunda metade do século XVIII. Sucessivamente, prédios novos foram recebendo mais pisos (figura 609), cuja origem atribui-se aos prédios esguios do norte de Portugal, à semelhança do que teria acontecido em Recife. Todavia, estas são teses que necessitam de estudos documentais confiáveis. Outro tema de disputa é o revestimento externo dos casarões com azulejos. As motivações desse emprego, antes restrito apenas ao uso interno dos prédios, seriam os altos graus de umidade nas cidades à beira-mar, que comprometeria a qualidade das paredes de taipa. O

revestimento com azulejos seria um recurso para garantir a durabilidade. Onde teria surgido este emprego ainda é uma incógnita. Sabido é que, em São Luís, isso teria acontecido a partir de 1830. Segundo autores nacionais, a tal técnica teria sido inventada no Brasil e teria sido levada a Portugal por “brasileiros”, como eram denominados os portugueses enriquecidos e retornados.

De qualquer modo, o expansivo emprego de azulejos em fachadas usado até em prédios mais populares (figura 608) têm sido qualificado como uma característica portuguesa da cidade, o que, no entanto, encontra alguns senões pelo fato de que precocemente apareceram influências neoclássicas nos prédios mais exuberantes (figura 610) e que, rapidamente, divulgou-se na cidade (figura 611).



Figura 608: São Luís.

Figura 609: Rua Portugal, em São Luís.

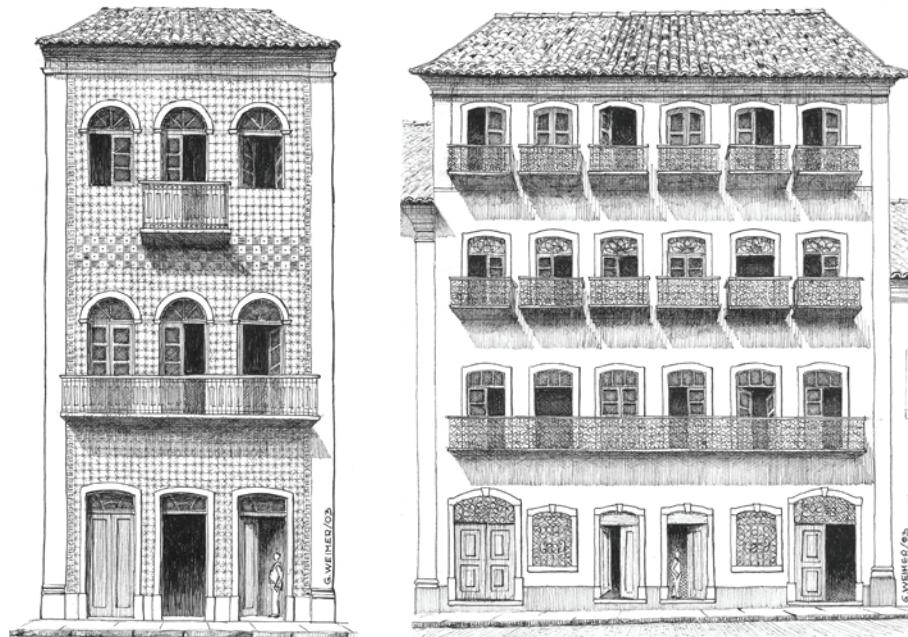


Figura 610: Solar da Rua Formosa.

Figura 611: Solar do Barão de Anajatuba.

Belém

Como foi visto no capítulo anterior, a região que recebera o qualificativo de “Mar Doce” pelos castelhanos, no século XVI, havia se transformado em “inferno verde” com os portugueses. Uma floresta tropical, super úmida, com assombrosa diversidade biológica desconhecida e objeto de fantásticas lendas que nem mesmo excluíam a existência de mulheres guerreiras e de homens sem cabeça, não era propriamente atrativa para fins de ocupação. Mas, por outro lado, a existência de uma rede fluvial única em sua extensão, oferecia todas as condições para sua dominação pelo lado do Atlântico, visto que a Cordilheira se constituía num grande obstáculo para quem viesse do lado do Pacífico. O marquês de Pombal percebeu que tais condições seriam muito propícias para deslocar as fronteiras entre as Coroas da Espanha e de Portugal na direção do ocidente. Com uma política expansionista bem-sucedida, o *premier* português conseguiu incorporar ao território brasileiro uma região que correspondia a mais do dobro da área que tinha sido reservada a Portugal pelo tratado de Tordesilhas.

A queda de Pombal, depois do assassinato de José II, significou que esta política entrou em recesso, mas nem por isso, a região foi abandonada pela administração lisboeta, assim resultando o estagnamento da capital (figura 612). Quando Spix e Martius visitaram a cidade de Belém ao tempo do Reino Unido, encontraram uma cidade que os surpreendeu:

Do lado do mar avistam-se, perto da margem e quase no meio das filas de casas, a Praça do Comércio e a Alfândega, atrás da qual surgem as duas torres da Igreja das Mercês. Mais para dentro eleva-se a cúpula da Igreja de Santa Ana e, na parte mais norte, termina a vista com o convento dos Capuchinhos, de Santo Antônio; na parte do extremo sul, o olhar repousa no Castelo e no Hospital Militar, a que se junta e Seminário Episcopal e a Catedral, esta, de duas torres. Mais para o interior das terras, destaca-se naquele lado, o Palácio do Governo, edifício imponente, construído durante a administração do irmão do marquês de Pombal⁹⁹. Porém, quando o recém chegado entra na própria cidade, encontra mais do que prometia o aspecto exterior: sólidas, construídas pela maior parte de pedras de cantaria perfilam-se as casas em largas ruas que se cortam em ângulo reto ou formam extensa praças. A arquitetura é singela, raro as casas tendo mais de dois pavimentos; quase sempre terreas, são mesmo construídas em menos grandes proporções e menos decoradas do que no Maranhão, simplesmente caiadas e, em geral, sem vidraça; mas o conjunto é asseado, cômodo e dá a impressão de vida doméstica feliz.¹⁰⁰

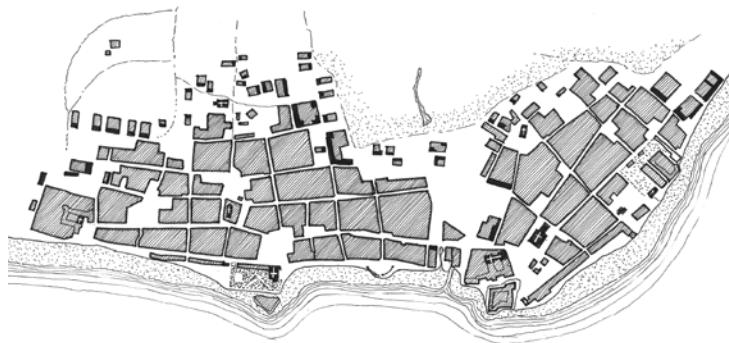


Figura 612: Planta de Belém, em 1780, quarenta anos antes das visitas de Spix e Martius.

99 Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão-Pará, que dispunha de uma vinculação direta com Lisboa, sem a interferência dos governadores gerais do Brasil.

100 SPIX, Johann. B. von; MARTIUS, Carl F. von. *Reise in Brasilien*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 3. p. 897.

Três décadas mais tarde, início do II Império, a cidade recebeu a visita do naturalista Alfred Russel Wallace, o qual não teve tão boa impressão da cidade, embora reconhecesse a existência de alguns prédios de valor arquitetônico. Tratava-se de diversas edificações projetadas pelo arquiteto bolonhês Giuseppe Antonio Landi que fora contratado para a comissão de demarcação das fronteiras na administração de Pombal. Embora fosse uma cidade grande para as condições da época, com cerca de 15 mil habitantes, apresentava muitas deficiências segundo Wallace. Suas maiores restrições se referiam às ruas:

A “Rua dos Mercadores” que é a via principal, concentra quase todas as boas lojas da cidade. As casas de moradia, em sua maior parte, só têm um pavimento, mas as lojas ... apresentam-se limpas e atrativamente sortidas, se bem que o conjunto de seus artigos forme uma verdadeira miscelânea. Nessas ruas existem alguns trechos calçados tão pequenos que servem apenas para tornar comparativamente mais desagradável o resto da caminhada sobre pedras irregulares ou areia fofa... As outras ruas são todas muito estreitas. Seu piso consiste ou de pedras extremamente toscas, restos aparentes do antigo calçamento que jamais sofreu reparo, ou de areia fofa e lamaçais. As casas são irregulares e baixas, feitas geralmente de um arenito... por cima do qual se aplica o reboco. As janelas que não têm vidraças, ficam fechadas por uma espécie de treliça presa apenas em cima, de modo a poder ser empurrada para os lados, permitindo uma discreta observação em toas as direções.

A impressão geral que a cidade desperta em alguém recém-chegado da Europa não é lá das mais favoráveis. Denota-se uma tal ausência de asseio e ordem, uma tal aparência de relaxamento e decadênci, tais evidências de apatia e indolênci que chegam a produzir um impacto verdadeiramente chocante. Mas a primeira impressão desaparece quando se constata que diversas destas características são decorrentes do clima. Os amplos e altos cômodos, com pisos de tábuas, escasso mobiliário e meia dúzia de portas e janelas em cada um, pode parecer, à primeira vista, desconfortáveis, mas são absolutamente adequados para a região tropical, na qual seriam insuportáveis os quartos cheios de tapetes, cortinas e almofadas¹⁰¹.

A decadênci observada tinha razões bem concretas: a revolta dos cabanos causara grandes transtornos à cidade, que só se recuperaria lentamente dos prejuízos sofridos. Estando marginalizada no contexto político, muito afastada dos centros de decisão e de pouca importância econômica, Wallace não poderia supor que, dentro de um quarto de século, esta cidade se tornaria uma das mais importantes e faustosas cidades brasileiras, um grande centro de inovação do país, alicerçada na repentina demanda da borracha (assunto que será retomado no próximo capítulo). Subindo pelo Amazonas, Wallace chegou a Santarém, hospedando-se na casa de um velho escocês, descrevendo-o da seguinte forma:

Nossa casa não era o que se pode chamar de uma elegante residênci. As paredes eram de barro, o chão de terra batida; forro não tinha, tampouco bela aparênci, pois por dentro era empoeirada e por fora aparentava estar caindo aos pedaços. Melhor do que esta, porém, não podíamos encontrar¹⁰².

Sobre Santarém, não teve muita coisa a comentar, restringindo-se a dizer que “a cidade (...) possui casas limpas e ruas regulares. Porém, por não haver aqui veículos e serem poucos os cavalos, as ruas são todas tomadas por um verdadeiro capinzal”.

101 WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1979, p. 19. Trata-se do autor que recebeu, juntamente com Darwin, o reconhecimento da autoria da teoria da evolução.

102 WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1979, p. 94.

Manaus

Na véspera da Independência, Spix e Martius estiveram em Manaus sobre a qual deixaram o seguinte relato:

A Barra do Rio Negro (Manaus) ainda não é uma Vila, mas apenas um Lugar. Está situada na margem setentrional do Rio Negro, aproximadamente a uma milha acima de sua confluência com o Amazonas, num terreno recortado por diversos pequenos riachos e é constituída, como as demais vilas do estado, quase que exclusivamente por casas térreas cujas paredes são de traves, ramos e barro com coberturas, quase sempre, de folhas de palmeiras. As casas estão bem espaçadas entre si e formam algumas ruas irregulares¹⁰³.

Três décadas mais tarde, Wallace já encontrou algumas diferenças com um certo crescimento da cidade (figura 613). Seu depoimento é o seguinte:

(...) as ruas são dispostas de maneira regular, mas não têm qualquer tipo de calçamento. Ademais, são esburacadas e cheias de altos e baixos, tornando bem desagradável o ato de caminhar por elas à noite. As casas são geralmente de um só pavimento, cobertas de telhas vermelhas e assoalhadas de tijolos. Pintam-se as paredes, quase sempre, de branco e amarelo e as portas e janelas de verde¹⁰⁴.

Adentrando-se ainda mais pela Amazônia, Wallace só encontrou habitações indígenas sem qualquer influência portuguesa. Aparentemente, todo o esforço do Marquês de Pombal em tornar a Amazônia lusitana se resumiu em anexar o território. A este respeito, outro viajante, o médico alemão Avé-Lallemant, deixou algumas observações mais precisas uma década mais tarde (figura 614). Visitou diversas povoações daquele empreendimento sobre as quais registrou que Cucuí se resumia num péssimo quartel e ainda inacabado; São Marcelino estava abandonada, contava com 11 casas pequenas, cobertas de palha e invadidas pelo mato; Nossa Senhora da Guia contava com 15 casas e uma capela coberta de palha e bastante arruinada; São Felipe estava abandonada e invadida pelo mato; Santa Ana fora totalmente abandonada; Aldeia do Carmo era formada por sete casas velhas, uma quase pronta, duas abandonadas e em ruínas e uma capela ameaçando desmoronar. As condições de outras treze aldeias, em pouco, divergiam destes relatos. A percepção da cidade de Manaus de Avé-Lallemant não divergia muito da de Wallace:

Manaus está lindamente situada. As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, constituem em meros lanços, terminos, esquinas e interrupções. Sobese e desce-se (...) Manaus a esse tempo não apresentava uma igreja regular; a outrora existente tinha-se em parte incendiado, fazia oito anos; iniciava-se uma nova; pelo menos já se podia reconhecer o lugar onde seria construída¹⁰⁵.

(...) ninguém se apressava em engrandecer a nova capital da Península do Amazonas (...) o chamado palácio do presidente parecia mofar um tanto maliciosamente do seu nome e se mantinha sobre pés fracos. A casa defronte de mim, onde estava o Chefe da Polícia, um sobrado com seis janelas de frente, era muito mal construída. Só edificaram alguns novos sobrados; tudo parecia esperar alguma coisa que deveria dar o verdadeiro impulso¹⁰⁶.

103 SPIX, Johann. B. von; MARTIUS, Carl F. von. *Reise in Brasilien*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 3.. p. 1102.

104 Idem, *ibidem*, p. 109.

105 AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. *Viagens pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1961. v. 2., p. 99.

106 Idem, *ibidem*, p. 100.

Profética opinião: dentro de duas décadas mais tarde, este impulso passaria a ser dado por aquilo que foi denominado de “ciclo da borracha”, que será analisado no próximo capítulo.

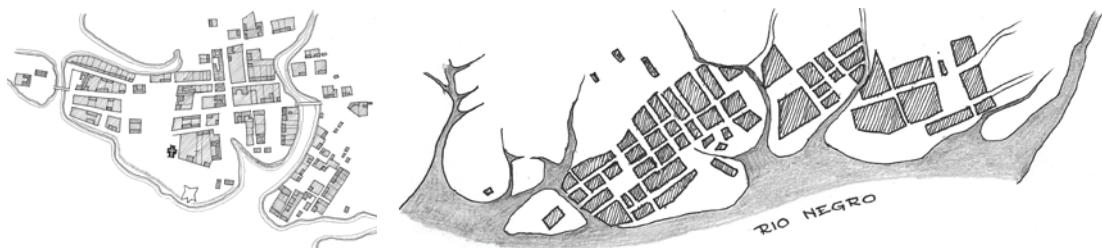


Figura 613: Manaus, em 1844, quando recebeu a visita de Wallace.

Figura 614: Manaus, em 1852, pouco antes da visita de Avé-Lallemant.

Subindo o Solimões, Spix chegou a Tefé, a antiga missão jesuítica que caiu em letargia com a expulsão dos padres da Companhia. Era constituída por uma rua ao longo do rio com casas térreas, de galhos e barro, cobertas por folhas de palmeira e janelas vedadas por fasquias. As casas se distinguiam das palhoças indígenas devido ao tamanho e por possuírem fechaduras nas portas¹⁰⁷. Trinta anos mais tarde, segundo Avé-Lallemant, haviam sido erguidas algumas casas de alvenaria, mas, mesmo assim, seu aspecto era desolador:

Numa espécie de península formada pelo rio Tefé e um lindo igarapé, ficava a vila Ega, ou como é chamada, atualmente, de Tefé, um lugarejo miserável, no qual, aliás, se viam algumas casas de alvenaria, mas onde as casas de barro com telhados de palha constituíam a grande maioria... A igreja em ruínas, uma casa rebocada de barro, por trás da qual haviam construído uma espécie de capela coberta de folhas. Através de buracos e fendas, podia-se ver o interior do templo, que se poderia tomar antes por uma maloca de índios muras do que por uma casa de Deus.¹⁰⁸

Taguatinga tinha importância estratégica grande por se constituir no ponto mais avançado do país, subindo o Rio Solimões. Era provido de um destacamento militar sediado num quartel e seu comércio era bastante intenso. Mesmo assim, seu aspecto também era pouco convidativo:

Taguatinga ficava a cerca de 30 pés acima da praia, diante dum pequeno quartel, porém, bastante para a guarnição de 36 homens, erguia-se o mastro da bandeira; a sua esquerda, um canhão fundido em Gênova em 1714; à direita, uma carreta de peça vazia e, entre ambos, uma sentinela de aspecto bonachão (...) Seguia-se uma grande praça verde, onde pastavam 10 a 12 bois; na mesma, erguia-se uma igreja de barro excessivamente pequena, uma casa simples do Comandante e, uma maior, ainda em construção; junto a isso, ainda algumas casas de barro, pedindo socorro, rodeando a praça, e uma casa nova, ainda não acabada; além dessas, outras, de barro, e com telhado de palha, isoladas aqui e ali.¹⁰⁹

Diante deste quadro de desolação e abandono, fica evidente o grande perigo ao qual o país estava exposto se os países vizinhos tivessem tentado retomar o território abocanhado pela coroa portuguesa durante a ação político-econômica de Marquês de Pombal.

107 SPIX, Johann. B. von; MARTIUS, Carl F. von. *Reise in Brasilien*. Stuttgart: Brockhaus, 1966, v. 3. p. 1163.

108 *Idem, ibidem*, p. 1164.

109 AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. *Viagens pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1961. v. 2., p. 179.

Daí a importância que assumiu a exploração do látex a partir do último quartel do século XIX, e que durou até a véspera da I Guerra Mundial.

Conclusões

Por paradoxal que possa parecer, a verdade é que a vinda da Família Real e da corte lisboeta ao Rio de Janeiro significou um decisivo redirecionamento da arquitetura erudita e, em menor escala, e a popular. A própria corte tratou de trazer arquitetos franceses cuja ideologia contemplava as correntes neoclássicas a partir das quais o barroco, que era hegemônico até então, passou a ser visto com desdém. Claro está que a abertura dos portos teve um considerável impacto sobre a arquitetura e os modos de habitar, como atestam os viajantes que passaram a percorrer o país. A aquisição de mobílias, com as quais pouco se sabia como utilizar, passaram a fazer parte dos modos de habitar.

O processo da ascensão de Colônia à condição de Reino Unido encontrou uma rede urbana em deploráveis condições higiênicas que, certamente, não eram muito diferentes na maior parte das cidades europeias, mas onde já haviam começado um movimento de saneamento, cujos reflexos só passariam a ser percebidos de forma mais visível no Brasil no fim do período imperial.

Seguramente, o fato de o país ter conquistado sua independência política resultou num grande desenvolvimento econômico, que, de imediato, não correspondeu ao desenvolvimento social. A imposição da Inglaterra no sentido de interromper o comércio transatlântico de escravos resultou em uma política de atração de imigrantes europeus como alternativa para produção agrícola do país, que levou a uma progressiva marginalização dos escravos e, com isso, a arquitetura popular mestiça com preponderância africana passou a sofrer cada vez maior influência de técnicas alienígenas trazidas por imigrantes provenientes de mais de cem países diferentes.

Acerca dos conceitos lusitanos da arquitetura, foram as comunidades interioranas que se mostraram mais conservadoras. À medida que ia sendo organizada a administração pública do país, os conceitos neoclássicos procuram ser impostos pelo governo central sem muito sucesso. A escassa aderência à linguagem clássica, em Portugal, contribuiu para isso. Contudo, a massiva chegada de imigrantes de outra nacionalidade associado com a preponderância da economia de nações centro europeias associado à heterogeneidade da formação da população brasileira, foram de decisiva importância para a rápida aceitação de diretrizes ecléticas na arquitetura.

O crescimento populacional de aproximadamente 4 para 17 milhões de habitantes fez com que as povoações que eram utilizadas, prioritariamente, nos fins de semana, dependendo da presença de um religioso, passaram a ser ocupadas mais permanente; e o crescimento das cidades passou a ser cada vez mais acentuado, resultando num crescimento quase que explosivo no fim do período, e que se configurava como o início de um movimento avassalador que passaria a acontecer no período republicano subsequente. A marginalização da população afrodescendente serviu, ao mesmo tempo, para se livrar

de amarras patriarcais e voltar a suas origens ancestrais, o que era dificultado por suas dificuldades econômicas, ao mesmo tempo que se constituía de outro fator de distanciamento da cultura lusitana.

Ao fim do período, a evolução socioeconômica do país passou a se direcionar cada vez mais para relações de mercado em oposição a relações de lealdade, o fato de o Imperador ser de origem portuguesa serviu de mote para a concepção de que era a herança portuguesa que se constituía no entrave do desenvolvimento da Nação.

CAPÍTULO 5

ARQUITETURA
do Período da República

Com a Proclamação da República, houve a necessidade social da realização de uma profunda revisão das estruturas de poder. A substituição de um supremo mandatário sustentado por uma complexa relação de lealdade dentro de uma elite dirigente por um presidente temporário, eleito pelo voto direto da mesma elite, de fato se constituiu em uma transformação que mostrou ser sujeita a muitos obstáculos, apesar de se constituir numa expressão da substituição de relações sociais ultrapassadas por outras baseadas em relações de capital.

A abolição formal de escravidão e o surgimento de tensões entre o poder civil e religioso que conduziu a um rompimento formal entre estes dois poderes, resultando numa significativa laicização da sociedade, foram apenas dois problemas que abalaram as estruturas. O exílio da realeza passou a ser encarado com muito otimismo, visto que se entendia que a definitiva liquidação de qualquer tipo de tutela de Portugal significaria um futuro promissor para o desenvolvimento da Nação. Exemplos deste espírito podem ser encontrados na realização de grandes projeto arquitetônicos e urbanísticos como a construção de grandiosos teatros à semelhança da Ópera de Paris, no Rio de Janeiro e em São Paulo; em Minas Gerais, concebeu-se a construção de uma nova capital à semelhança de Washington, nos Estados Unidos; e em Mar del Plata, a capital da Província de Buenos Aires; na Capital Federal foram realizadas reformas urbanas à semelhança das realizadas por Haussmann, na capital da França; na Amazônia, em pleno fausto da borracha, implementaram-se projetos de ampliação das redes urbanas que ultrapassavam, em várias vezes, as redes locais já existentes e rivalizavam, em ousadia, os projeto implementados no

sudeste do país; massivos investimentos em redes ferroviárias permitia um escoamento mais facilitado das riquezas e o melhoramento dos portos propiciavam um embarque mais acelerado. O rápido desenvolvimento econômico permitiu serem realizadas exposições internacionais comemorativas de datas históricas. Significativos investimentos imobiliários desafiavam a imaginação dos arquitetos locais, e contratavam-se arquitetos estrangeiros para desenvolver projetos de acordo com as últimas tendências nos grandes centros.

No âmbito das atividades profissionais da arquitetura, o projeto mais audacioso foi o da criação de uma nova capital para o Estado de Minas Gerais. O planejamento de novas cidades é o empreendimento característico do Novo Mundo, posto que foram muito raros os experimentos neste setor na Europa. Desde a conquista, a América se constituiu num amplo território em que podiam ser levados a efeitos os mais diversos experimentos urbanos, alguns dos quais chegaram até a serem planejados, ainda que a maioria ia surgindo em decorrência de uma dinâmica social própria.

Iniciativas de planejamento também foram tomadas no período imperial. A separação das províncias de Sergipe e Alagoas de Pernambuco, como punição decorrente de insurreições armadas, ensejou que as suas capitais fossem transferidas para urbes mais bem situadas, da Vila Madalena para Maceió, no caso de Alagoas, e de São Cristóvão para Aracajú, em Sergipe. Pouco antes dessas transferências, a capital do Piauí fora mudada da Vila Mocha (hoje Oeiras) para um sítio conhecido como Timon, onde haviam se formado alguns pequenos povoados, dentre os quais o mais importante era a Vila Nova, também conhecido como Poti. Como esses povoados eram pequenos, esta mudança exigiu mais investimentos financeiros que as transferências em Alagoas e Sergipe. Em decorrência, a nova capital Teresina – nome dado em homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon – passou a história como uma cidade planejada, à semelhança do que acontecera com outras cidades fundadas no período colonial. Isso, no entanto, tem suscitado controvérsias pelo fato de ter-se constituído numa transferência.

Sem querer entrar nessa polêmica, a verdade é que as transferências ficavam muito distantes do que estava sendo proposto, tanto do ponto de vista dos investimentos financeiros como no plano simbólico. Concebeu-se, após a Proclamação de República, alguns projetos de grande envergadura. Um dos mais citados foi a reforma urbana do Rio de Janeiro, em geral, citado como a “abertura da Avenida Rio Branco”, que consistia na realização de profunda intervenção na Capital Federal sob a alegação oficial de promover um “saneamento” da cidade, tendo em vista a ocorrência de epidemias que deveriam ser combatidas com a demolição de cortiços que vinham se multiplicando no centro urbano. Efetivamente, a demolição de prédios coloniais permitiu a revalorização do centro urbano, com prédios nas linguagens arquitetônicas em voga, trouxe grande melhoramento sanitário à cidade às custas de uma expulsão massiva dos moradores de baixa renda para o Morro da Providência, que tem sido apontado como o início de um explosivo crescimento de habitações marginais, a partir de então denominadas “favelas”, designação que passaria a ser genericamente usada em todo o país.

Um projeto ainda mais ousado foi a ampliação da rede urbana de Belém. Ao contrário do que aconteceu no Rio de Janeiro, este projeto preservava o centro antigo da cidade ao qual foi acrescida uma ampliação muito grande da rede viária, que permitiu um crescimento urbano sem as grandes tensões que aconteceram no Rio de Janeiro. A Amazônia

vivia, à época, o chamado “fausto da borracha”, e a ampla disposição de capitais advindos da exportação do caucho permitiu a realização de investimentos imobiliários ainda mais audaciosos que os do Rio de Janeiro. Esse projeto foi muito bem sucedido à medida que preservava a cidade existente e permitia a ampliação da cidade sem maiores transtornos, à semelhança do que foi realizado em Barcelona, que tem sido citado como um dos mais bem sucedidos planos urbanísticos do mundo. Lamentavelmente, este projeto não teve a expansão esperada pelo fato de que, em 1912, aconteceu a debacle do ciclo da borracha resultante do cultivo moderno da seringueira (*Hevea brasiliensis*) no Oriente, e a produção da borracha sintética. Com isso, a cidade entrou em letargia, o auspicioso modelo de planejamento que estava sendo levado a efeito foi esquecido e o modelo de demolições sistemáticas e continuadas passou a ser adotado em todo o país.

Uma ação igualmente ousada, mas mais bem sucedida, porque pôde ser levada até sua plena realização, foi a criação de uma nova cidade totalmente planejada para sede da capital do Estado de Minas Gerais, dentro dos mais atualizados requisitos do urbanismo contemporâneo, a exemplo do que estava sendo feito nos Estados Unidos e na Argentina, que, à época, se constituía numa potência mundial.

Que razões teriam levado a conceder tal privilégio a Minas Gerais? Em razão da política dita do “café com leite”, isto é, do domínio da política pelas elites agrícolas de São Paulo e Minas Gerais, constituiu-se num fator relevante que, combinado com valores simbólicos, justificava a transferência. A antiga capital, Ouro Preto, havia se tornado símbolo da dominação portuguesa, institucionalizada como cidade administrativa das forças reinóis após a expulsão dos nacionais de seu território na Guerra dos Emboabas, e da expressão barroca de suas edificações identificadas como representativas da linguagem do período colonial. A despeito da existência de outros movimentos emancipadores, a Inconfidência Mineira foi transformada em símbolo do espírito de emancipação de Portugal. O sumário aniquilamento do movimento com a prisão dos inconfidentes e o enfocamento da figura de menor importância dentre os conjurados guindados à condição de protomártir da Independência, passou a ser tomado como expressão máxima da insubordinação à “opressão” portuguesa. Como Ouro Preto foi o centro da conjuração e palco da derrota dos conjurados, não poderia mais ser digna de ser a capital do Estado. A criação de uma nova capital passou a ser encarada como uma panaceia de todos os males herdados do passado português, seja colonial ou de uma realeza “portuguesa”, materializada na figura de um Imperador da Casa de Bragança.

Neste sentido, a construção de Belo Horizonte se constituiu num evidente símbolo de uma afirmação de nacionalidade que trazia, em seu bojo, sentimentos antilusitanos. Bons exemplos desta motivação foram as construções do Monumento à Independência da Bahia (figura 615), inaugurado em 2 de julho de 1895, logo, 71 anos após a consumação da efetiva expulsão das tropas portuguesas de Salvador ou o Monumento a Júlio de Castilhos (figura 616), onde a figura alegórica da Liberdade apoiada no globo terrestre e referências explícitas à tomada da Bastilha na França, em 1789, e a proclamação da república no Brasil, assuntos que em nada tem a ver diretamente com a figura do homenageado, bem dão conta deste sentimento. Esses são apenas dois marcos dentre muitos outros que foram erguidos no início do período republicano.

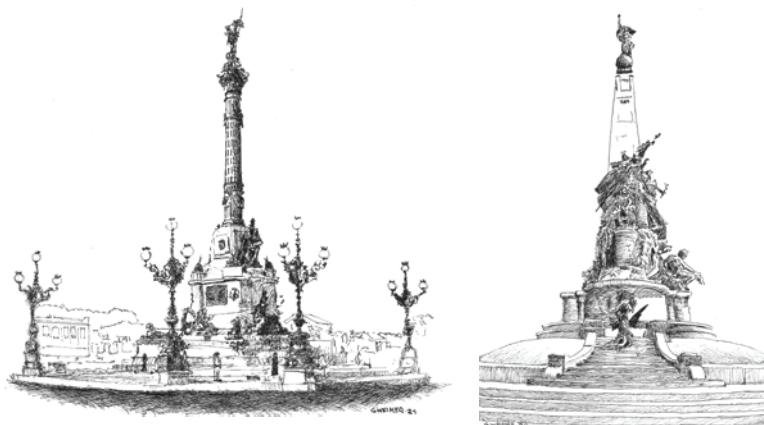


Figura 615: Monumento à Independência da Bahia (ou seria à Expulsão dos Portugueses?), inaugurado em 2 de julho de 1895.

Figura 616: Monumento a Júlio de Castilhos com a imagem alegórica da República com os pés sobre o globo terrestre.

Diante dessas evidências, é imprescindível examinar as razões pelas quais os sentimentos nacionalistas se tornaram tão significativos. Salvo melhor juízo, este movimento surgiu na Alemanha como corolário da unificação do país. Diante do descalabro que foi o governo de Napoleão III, a surpreendente vitória da Prússia na Guerra Franco-prussiana, de 1871, foi aproveitada pela realeza de Berlim para forçar a desejada unificação do país. Os louros do feito militar foram debitados na conta do nacionalismo do exército alemão. Nestas condições, o sentimento pátrio acabou por ser tido como um elixir do poder das nações e acabou também por chegar ao Brasil. Porém, aqui encontrou uma situação peculiar. Por um lado, estávamos emergindo de um passado colonial e de dominação que procurávamos esquecer. Se a construção de um futuro depende de uma revisão do passado, aqui esta tarefa não parecia ser uma tarefa fácil diante de um passado colonial e escravocrata. Isso significava que estávamos inseguros diante do desconhecido.

Esta ambiguidade fica bem expressa na prática da arquitetura. Se havia uma unidade em torno da prática profissional era a de que vivíamos num país de características diferentes das dos países centrais de então, o que implicava a necessidade de uma arquitetura específica e adaptada a nosso meio, devendo ser distinta da praticada no exterior ao mesmo tempo que não se conseguia formalizar esse desejo na forma construída.

No âmbito da arquitetura erudita, os novos tempos também se manifestaram na atividade profissional. Como, durante o Império, os princípios da composição clássica haviam servido de modelo das atividades projetuais, na nova fase da vida nacional, haveria de se optar por outras linguagens. Na Academia de Belas Artes ainda se manteve o ensino das ordens clássicas por serem tidas como indispensáveis à realização de projetos, embora estes deveriam adquirir individualidades próprias e características da Nação. Na verdade, tais ideais não foram além da adesão aos princípios do ecletismo que estavam em moda na Europa. De início, houve uma adesão cautelosa a estes princípios, como a de que os vários programas arquitetônicos deveriam ser expressos em linguagem própria. Foi nesse período em que houve uma adesão à linguagem neogótica na construção de igrejas, à neorrenascentista na construção de palacetes e ao estilo império (francês), em prédios governamentais. Eram ideias bastante próximas às do período imperial, como se percebe.

Exposições Internacionais

A realização de exposições de grande porte facultava aos arquitetos que ousassem soluções mais imaginativas. Por ter estas realizações uma duração limitada, eventuais equívocos haveriam de ser esquecidos após a demolição. Porém, mais que isso, estas ousadias haveriam de repercutir na sociedade, chamando a atenção para o evento.

Na Exposição de Paris, 1889, comemorativa ao Centenário da Revolução Francesa, o Brasil compareceu com um pavilhão modesto se comparado aos dos demais países, realizado na linguagem eclética, da moda (figura 617). Nesta ocasião, por diversas razões, os pavilhões do Egito, da Argélia e do Marrocos receberam algum destaque. A linguagem usada recebeu a designação de “mourisco”. Esse foi bem recebido na Península Ibérica por apresentar relações com seu passado histórico, da dominação berbere, dita “moura”, que se estendeu do século VIII ao XV.

Esta onda nacionalista varreu a Europa no entorno da mudança do século XIX para o seguinte e, em Portugal, um grupo de arquitetos, dentre os quais Raul Lino tem sido o mais citado, passou a revivificar a arquitetura tradicional do país. Certamente, movido pela repercussão do mourisco, esta linguagem acabou por receber um certo destaque na avaliação destes profissionais a despeito de certas reservas por parte da intelectualidade lusa que dava maior valor às origens cristãs e romanas. Para esta, a multissecular dominação islâmica era tida como herética e comprometedora. Tanto é verdade, que a partir das ordenações manuelinas (séc. XV), os funcionários da coroa, para poderem assumir suas funções, eram obrigados a demonstrar “serem limpos de sangue”, ou seja, não terem antepassados mouros nem judeus. E, por herança, isso também valeu para o Brasil.

A onda reformista engendrada pela proclamação da república motivou os arquitetos nacionais a ousar, a ultrapassar os estritos limites das regras de composição clássica. A tentativa de se apropriar das linguagens históricas obteve um reconhecimento internacional uma década e meia mais tarde. O Pavilhão do Brasil na Exposição de Sankt Louis, de 1904, nos Estados Unidos, recebeu o primeiro prêmio na arquitetura dentre as realizações daquele evento. Mais do que isso: a obra foi considerada tão relevante que o governo estadunidense resolveu homenagear o Brasil com a construção de uma réplica na Cinelândia do Rio de Janeiro, cuja obra foi inaugurada em 1906, e se tornaria conhecida como Palácio Monroe (figura 618). Durante muitos anos (de 1925 a 1960), abrigou o Senado Federal¹.

¹ Embora este prédio representasse um pioneiro reconhecimento internacional da arquitetura brasileira, ele foi demolido por completa ignorância da história e da história arquitetura nacional, movido por obtusos interesses financeiros e funcionais.

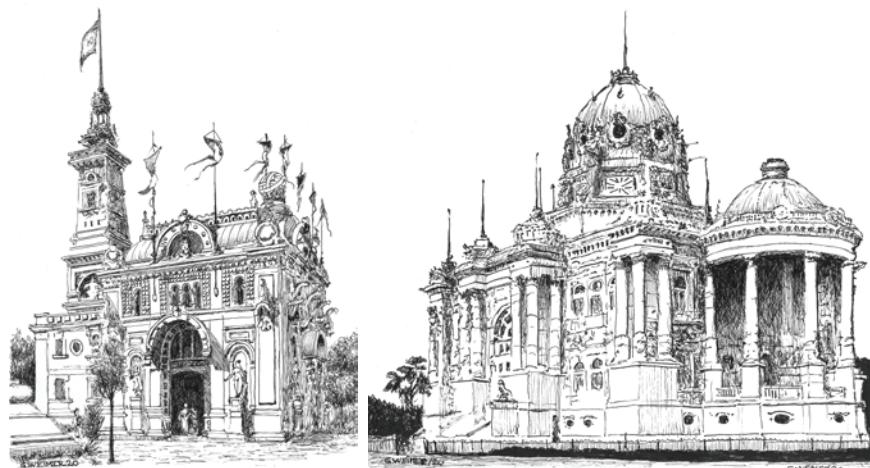


Figura 617: Pavilhão do Brasil na Exposição de Paris, em 1889. Arq. Eduardo da Silva Prado.

Figura 618: Palácio Monroe. Arq. Francisco de Moura Aguiar.

Certamente, os estímulos serviram para aguçar a imaginação dos arquitetos brasileiros e para se aventurar em obras ainda mais audaciosas por ocasião da realização da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1908, no centenário da Abertura dos Portos: metaforicamente, a jovem república estava abrindo seus portos para a comunidade das nações. Como exemplos ilustrativos destes empreendimentos, citamos o grande portão de entrada da exposição (figura 619) e pavilhão de Minas Gerais (figura 620).

413

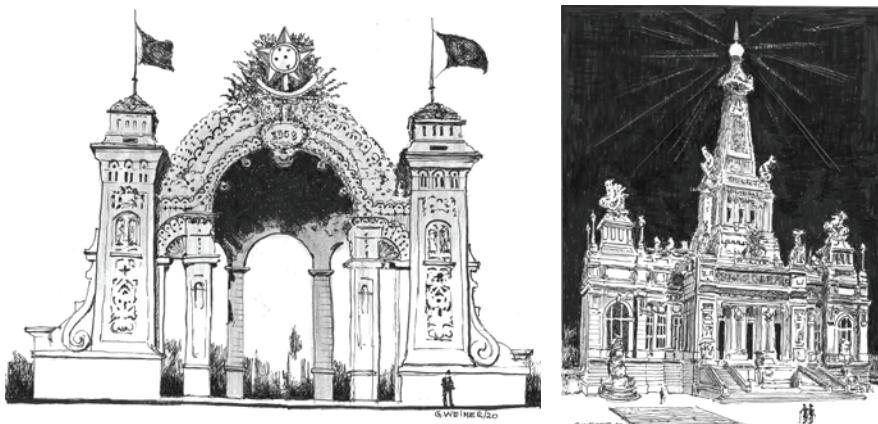


Figura 619: Portão de entrada da Exposição de 1908.

Figura 620: Pavilhão do Estado de Minas Gerais.

Esta manifestação oficial do regime republicano deixava clara a intenção de apresentar a Nação como alinhada às diretrizes da modernidade, em direta oposição à tradição colonial e de uma superação do classicismo praticado durante o Império. Neste mesmo sentido, apontam as realizações de grandes exposições na data do centenário da abertura dos portos, em 1908, e da independência, em 1922.

Em se tratando de uma comemoração de homenagem à abertura dos portos realizada pela realeza portuguesa, seria de todo conveniente o convite a Portugal para participar dessa exposição. Nos exemplos citados, nota-se o caráter monumental, cenográfico e

grandiloquente desta arquitetura, que se distancia em muito da tradição da arquitetura lusitana, caracterizada por sua contenção e objetividade. Influenciado pelos modismos das revivescências da arquitetura islâmica, Portugal compareceu com um pavilhão tido por “mourisco”² (figura 521).

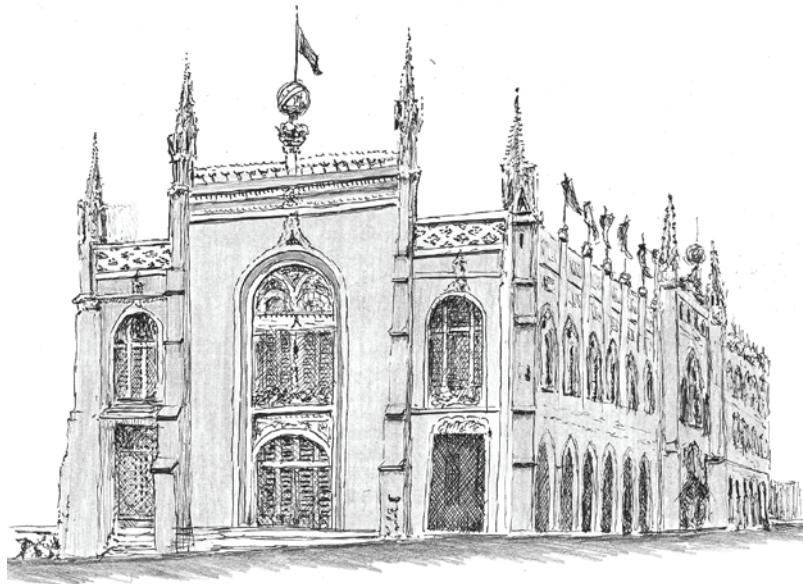


Figura 621: Pavilhão mourisco de Portugal na Exposição de 1908, no Rio de Janeiro.

Revivescências ibéricas

Na verdade, esta não foi a primeira realização de revivificação da arquitetura portuguesa do período republicano. Talvez, como reação ao descrédito imputado à cultura lusitana promovido pelos republicanos com o fim de atingir a família imperial, os gestores do já então cinquentenário Gabinete Português de Leitura de Salvador, ligados à colônia “portuguesa” da cidade, resolveram construir uma nova sede da instituição no “mais autêntico estilo português”, ou seja, no “estilo” manuelino (figura 622), cuja obra inaugurou-se em 1896. Por certo, movido pelos mesmos intentos, a instituição congênere do Rio de Janeiro inaugurou, em 1900, construiu uma nova sede na mesma linguagem (figura 623). Estas iniciativas também foram seguidas por associações congêneres do País.

Segundo os documentos da época, o projeto do Gabinete carioca teria sido inspirado no do Mosteiro dos Jerônimos, de Lisboa. A existência de uma distância formal muito grande entre os dois prédios demonstra a liberdade imaginativa com que era encarada a fidelidade às formas tidas como “inspiradoras”.

2 Este prédio exemplifica muito bem a liberalidade com que eram empregados os designativos dos elementos constituintes durante o ecletismo: ao existência de contrafortes encimados por pináculos tipicamente medievais, aberturas em arco pleno clássicos se constituem em elementos de composição mais explícitos que divergem completamente do repertório formal passível de ser incluído numa linguagem “mourisca”.

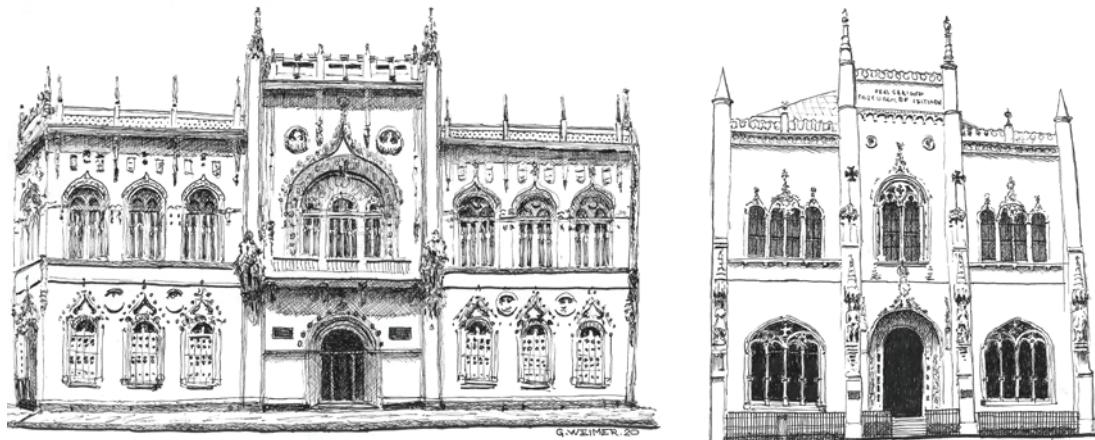


Figura 622: Nova sede do Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Bahia, de 1896.

Figura 623: Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, de 1900.

Estas obras desencadearam um movimento que se espalhou pelo país, contudo, de uma forma muito contida. Como o ecletismo valorizava as mais diversas linguagens pretéritas, não excluía a possibilidade de aproveitar em suas composições aspectos específicos da arquitetura tradicional portuguesa em edificações ligadas à cultura lusitana como hospitais, clubes recreativos, sociais ou culturais ou, ainda, empreendimentos particulares. Do mesmo modo, imigrantes do Oriente Próximo bem sucedidos mandaram erguer palacetes nesta linguagem, e judeus sefarditas encontraram nela justificativas históricas para nela construir suas sinagogas.

Talvez, por pudores antilusitanos, arquitetos mais afinados com a nacionalidade brasileira davam preferência à linguagem mais identificada com a tradição omíada espanhola, quando não procuravam “inspiração” na arquitetura árabe diretamente. A obra mais citada dentro deste contexto tem sido o prédio central da Fiocruz, no Rio de Janeiro (figura 624), que está longe de ser o único a servir de suporte desta linguagem como mostram algumas ilustrações a seguir (figuras de 625 a 629).

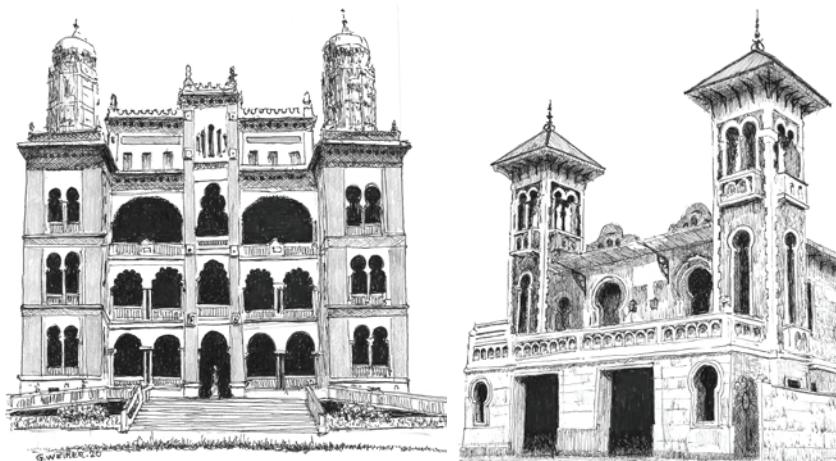


Figura 624: Pavilhão mourisco da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, do Arq. (português) Luiz Moraes Jr., de 1905.

Figura 625: Loja comercial no Leme, no Rio de Janeiro, do Arq. Leopoldo da Cunha, construído por volta de 1910.

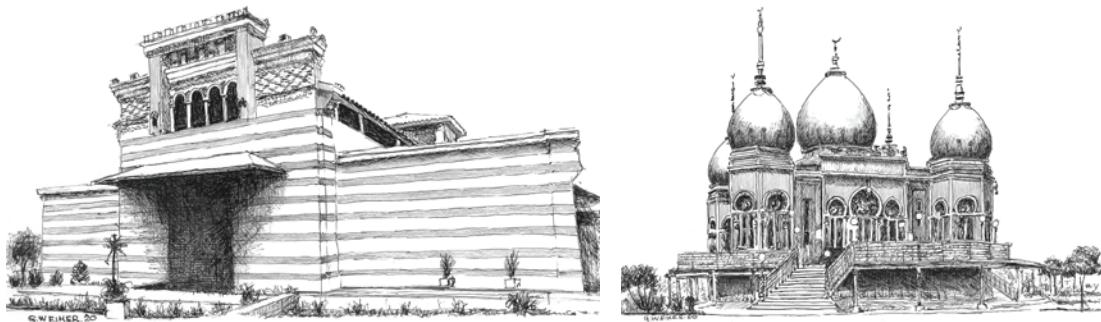


Figura 626: Mercado de Campinas, Arq. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, de 1908.

Figura 627: Pavilhão Mourisco, em Botafogo, Rio de Janeiro, Arq. Alfred Burnier (francês), 1907.

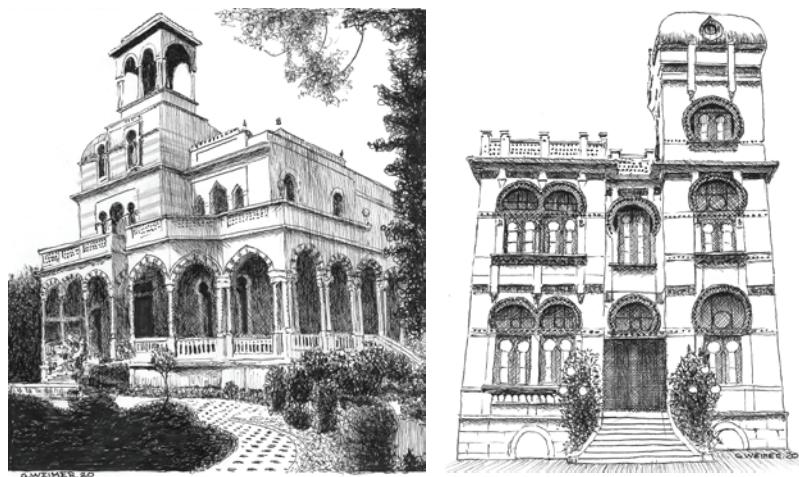


Figura 628: Palacete do libanês David Jafed. Campos Elíseos, em São Paulo, Capital.

Figura 629: Casa mourisca, Vila Mariana, São Paulo.

Em geral, estas reinterpretações ficavam mais próximas de uma decoração superficial do que de consistência construtiva. Em alguns casos, esta linguagem foi utilizada como motivo de decoração de um setor de prédios da época, como visto na Biblioteca Pública de Porto Alegre ou no Palácio do Catete (hoje Museu da República) no Rio de Janeiro. Por vezes, utilizava-se na fundição de componentes de estruturas de ferros ou gradis de sacadas e portões de jardins.

Tais realizações, possivelmente, teriam passado em brancas nuvens se não tivesse havido uma guerra mundial que exacerbou os sentimentos nacionalistas. Para além das realizações de projetos arquitetônicos em linguagens tradicionais ibéricas, o iminente conflito internacional fomentou reflexões teóricas a respeito do significado de nacionalidade. Com certeza, isso contribuiu para a aproximação do centenário da independência. Seus efeitos colaterais atingiram diretamente as artes em geral, e a arquitetura, em particular. Na verdade, este negacionismo teve uma duração de três décadas, ao fim das quais o tema voltou a apresentar alguma prevalência.

O revisionismo da tradição portuguesa

Comumente, atribui-se a ação de um engenheiro português o desencadeamento de um revisionismo teórico dos conceitos das artes e arquitetura no Brasil. Ricardo Severo da Fonseca e Costa havia se formado em engenharia na cidade do Porto, mas, apesar de sua formação cartesiana, sentiu-se atraído, desde cedo, pelas ciências humanas. Acreditava que a “raça” portuguesa tinha características próprias que teriam se formado na mais remota antiguidade. Sua convicção o levou a se empenhar no estudo da arqueologia de Portugal e, já durante sua formação acadêmica, publicou ensaios sobre o tema. E, diga-se, desde logo, que estas teorias careciam de conhecimentos não só de história como também de genética, evidenciando que tanto a etnia quanto a cultura lusitana haviam se formado a partir de um complexo processo de miscigenação resultante de sucessivas invasões, dominações e miscigenagem que teriam se iniciado com os celtas mil anos antes da era cristã e se estenderam até a dominação mourisca, que se encerrou, oficialmente, com a tomada de Granada pelos reis católicos, nos estertores da Idade Média.

Ainda não está claro quais foram as razões que levaram Ricardo Severo a fazer um estágio em São Paulo após sua formatura. Julgam alguns que foram dificuldades financeiras que o levaram a tentar a vida no Brasil. Talvez fossem inquietações culturais que o levassem a tanto, posto que era comum que recém formados procurassem ampliar seus conhecimentos no exterior. Talvez fossem seus envolvimentos na política nacional que ameaçassem sua liberdade, ou que fosse motivado por simples espírito de aventura. Certo é que se estabeleceu em São Paulo, em 1892.

A história mostraria que sua vinda foi auspíciosa. Logo encontrou ocupação na construtora de Francisco de Paula Ramos de Azevedo que era a mais importante daquele Estado. Suas relações com este empreendedor lhe abriram as portas das altas rodas da sociedade paulistana. Seu casamento com Francisca Santos Dumont, filha de Henrique Dumont, um dos mais ricos cafeicultores paulistas, conferiram-lhe um invejável dote que lhe permitiu voltar a Portugal, em 1897, para prosseguir em suas investigações arqueológicas, cujos resultados publicava numa revista de alto padrão gráfico intitulada “Portugália”.

Por coincidência, no mesmo ano, o arquiteto Raul Lino estava voltando a Portugal depois de ter feito um estágio na Inglaterra, que, à época, era a maior potência econômica do planeta ao controlar cerca de 80% do comércio internacional. Ali tomou conhecimento do movimento de artes e ofícios. Em outro estágio na Universidade de Hannover, na Alemanha, inteirou-se das investigações que os alemães estavam fazendo acerca do desenvolvimento industrial inglês. Estes estudos recebiam ampla divulgação naquele país, com intenções óbvias de preparar a sua indústria para fazer frente à concorrência britânica.

Nesse tempo, o Ministério do Comércio de Berlim havia implantado um espião na embaixada de Londres na figura do arquiteto Hermann von Muthesius, que se dedicava a produzir constantes análises da arquitetura, artesanato e produção industrial ingleses. Depois da volta deste arquiteto a seu país, o Ministério do Comércio promoveu intensa campanha de convencimento de atualização da produção industrial do país. Uma das

publicações mais importantes de Muthesius foi exatamente “A Casa Inglesa”, na qual ressaltava a praticidade de uso e a qualidade de seus utensílios.

A partir de seu retorno a Portugal, Lino procurou aplicar estes conhecimentos à arquitetura portuguesa. Ele se tornou participante de um movimento que passaria a ser denominado (e não por mero acaso) de “A Casa Portuguesa”. Seus integrantes não tratavam apenas de revisar as qualidades estéticas da arquitetura tradicional portuguesa, ou seus aspectos construtivos, mas estendiam suas atenções a todos seus componentes materiais (móvels, objetos de uso, etc.).

No entanto, quando examinamos os projetos que desenvolveram, verificou-se que havia boa distância entre a realidade e a tradição. Em suas propostas, não encontramos cozinhas conexas com os tradicionais “lares” com “amassadeiras”, trempes de ferro e fornos de pão. Tampouco “quartos de dormir” davam acesso a “falsas” ou a alcovas sem janelas, no caso, dormitórios das moças solteiras. Esses são apenas dois exemplos que bem demonstram que este pretendido “retorno” às tradições se processava no plano de idealizações e não na conformação material dos espaços. Ele serviria, logo, como ponto de partida para materializar formas congruentes com as necessidades contemporâneas. Por isso, as revisões da tradição apresentavam caráter prospectivo e não apenas retrospectivo, como tem sido entendido por alguns autores. Esta contraditória postura foi assim entendida pelo arquiteto português Edmundo Tavares:

A arte, além de não desmentir o período a que pertence, não nega também a sua origem, pois filia-se sempre nas propensões artísticas do país e na revivência forte e sadia da tradição. Com efeito, nenhuma orientação arquitetônica existe que mais valorize e dignifique o ambiente da nossa terra e melhor se coadune com as características da nossa paisagem, do que aquela em que se baseiam as construções de feição nacional. Na verdade, para nós portugueses, a casa que mais agrada e satisfaz é a casa de constituição e fisionomia portuguesa... e que se harmonize com as nossas predileções rálicas e com o nosso sentimento de independência intelectual.

Positivamente, não deve haver receio do tradicionalismo, porque, em boa verdade, ele nunca entravou na marcha da civilização, tenho como certo que ele é o mais prestável patrimônio do passado, a maior força construtora de presente e a mais fecunda e estimulante fonte de inspiração do futuro.³

Este tipo de contradições pode ser constatado em diversas fases da história da arquitetura quando se impõem mudanças de paradigmas. Neste caso, que mudanças seriam estas? Se a forma de projetar edificações a partir da composição com particularidades tiradas da antiguidade clássica já havia sido superada com a busca de novas sínteses de formas de origens mais diversificadas, nota-se que a intenção era de depurar e qualificar os elementos composticionais. Na falta de um apoio governamental, no sentido de um desenvolvimento empresarial, essas intenções acabaram por ficar restritas ao âmbito das teorias, com poucas possibilidades de serem levadas a canteiro.

Não se sabe exatamente em que medida Severo se engajou no movimento A Casa Portuguesa, mas, certamente, simpatizava com seus propósitos e absorveu muitos destes conhecimentos. Estes haveriam de ser úteis, mais tarde. Nesta época, intensas agitações

3 TAVARES, Edmundo. *A habitação portuguesa*, sem dados editoriais, p. 24-26.

políticas que intentavam derrubar a monarquia portuguesa a favor da instauração de uma república – como ocorreu no Brasil – tomavam conta do país e contaram com a participação de Severo. Hoje existem dúvidas se foram perseguições policiais decorrentes desse engajamento ou se foram dificuldades financeiras motivadas pela publicação da revista *Portugália* que levaram Severo a voltar a se estabelecer, em definitivo, em São Paulo. Provavelmente, as duas razões o levaram a tomar esta resolução.

Novamente, seus laços familiares tornaram possível a superação destas dificuldades. Por um lado, Severo se tornou sócio da construtora de Ramos de Azevedo e os conhecimentos adquiridos no convívio dos entusiastas do movimento d'A Casa Portuguesa o levaram a se engajar como membro do corpo docente do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

De espírito muito dinâmico, mesmo com tais encargos, não abriu mão de seu engajamento em temas políticos e humanistas. Assim, passou a participar e organizar centros de divulgação da cultura portuguesa que não escondiam intenções políticas. Aqui não encontrou motivação para prosseguir nos estudos de arqueologia, por julgar já estar a “raça” portuguesa constituída à época da conquista, e os demais formadores étnicos e culturais da sociedade brasileira lhe pareciam desprezíveis. Por isso, redirecionou seus estudos para a arquitetura colonial brasileira que julgava basilar para a afirmação de uma arquitetura brasileira autêntica. Em seu estudo sobre a vida e obra de Severo, Joana Mello⁴ publicou levantamento das publicações deste autor que mostra sua surpreendente extensão numérica. Por ter editado uma revista, seria compreensível que aqui tivesse uma continuada participação na publicação de textos. Porém, dado suas responsabilidades empresariais, encargos no Liceu de Artes e Ofícios e engajamentos em política cultural, é admirável que ainda ele encontrasse disposição na elaboração de textos reflexivos e na realização de conferências.

Ao se tornar membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encontrou um ambiente propício para continuar a desenvolver suas ideias em torno das características da “raça” portuguesa que, em seu ver, encontrava sua corporificação da arquitetura tradicional portuguesa. As comemorações do centenário da independência do Brasil, três décadas depois da proclamação da República, contribuíram para que suas pregações extrapolassem as associações de portugueses.

Uma síntese de suas concepções pode ser encontrada numa conferência pronuncia em 1931, no Centro Republicano Português:

O ambiente físico e moral em que se formou o indivíduo e se desenvolveu a civilização lusitana, preparou-lhe o sucesso que alcançaram pelas costas e planaltos da América brasileira. As suas formas tradicionais que se estabeleceram com naturalidade, enraizando-se e proliferando-se, e, sobretudo, conservando, como na velha metrópole, a mesma virtude dominante de resistência à invasão destruidora de influências estrangeiras. É, portanto, ao período histórico de colonização portuguesa que temos de ir procurar as origens da arte tradicional no Brasil.⁵

4 MELLO, Joana. *Ricardo Severo: Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileiro*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

5 SEVERO, Ricardo. *A Ciência Náutica Portuguesa e o Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Centro Republicano Português, 1931, p. 49.

De acordo com Severo, a civilização portuguesa adquiriu qualidades étnicas, físicas e morais excepcionais que haviam sido comprometidas por invasões estrangeiras, fato que tornaram a acontecer no Brasil. Por suas características próprias, os portugueses teriam sido os mais eficientes no estabelecimento na América em razão da sua cultura ter se enraizado e sido divulgada no Brasil, como uma continuidade sem obstáculos. Isso teria sido altamente positivo, porque enfrentou as invasões deletérias estrangeiras. Disso, resultaria que a cultura portuguesa seria a única que possui credenciais para legitimar o desenvolvimento de uma cultura brasileira.

Esse discurso, eminentemente ideológico, está muito distante dos fatos históricos. A cultura portuguesa foi se formando ao longo do tempo, condicionada por sucessivas dominações de povos de características diversas; os portugueses estavam longe de ser o único povo a ter sucesso em seu estabelecimento nas Américas; sua dominação não se processou de forma natural, mas através do extermínio de grande parte da população nativa, e a escravização da parcela submetida por falta de opção e de outro contingente de imigrantes (forçados) negros; a conquista territorial portuguesa não passava de uma invasão estrangeira; o Brasil se caracteriza por ser um país de imigrantes cujas influências têm sido muito bem absorvidas sem causar consequências que possam ser qualificadas de “destruidoras”.

Diante de um quadro com tantas incoerências, é difícil entender que este discurso tivesse tido repercussões (limitadas) que teve. Este processo de alienação necessita de um estudo mais profundo, mas, certamente, o negacionismo da origem portuguesa praticado durante as três décadas depois da proclamação da república serviram de insumo para fomentar este tipo de concepções. Como as mesmas estavam desvinculadas da realidade fatal, tiveram uma sobrevida limitada.

Por seu dinamismo, Severo não se limitou apenas à divulgação de seu ideário, mas se empenhou em financiar o pintor (e não arquiteto!) José Wasth Rodrigues para percorrer o interior do país para reunir um documentário sobre detalhes arquitetônicos da arquitetura colonial que haveriam de servir como modelo para o projeto de prédios dentro do “estilo tradicional” que viria a ser um dos designativos do “neocolonial” ou, de forma simplificada, de “colonial”. O material assim reunido foi publicado inicialmente na forma de fascículos intitulados de “Documentário Arquitetônico” e, mais tarde, tomou a forma de livro⁶. A falta de formação em arquitetura de Rodrigues se expressa na forma da (des)organização da matéria recolhida, onde gradis de ferro fundido ou forjado se misturam com elevações, coruchéus, esquadrias, pinhas, cimalhas, azulejos, elevações e, eventualmente, alguma planta baixa. Na falta de uma consistente análise do material levantado e na forma em que foi organizado para fins de publicação, mostra que o material não passava de um conjunto de detalhes arquitetônicos passíveis de ser dispostos antes na forma de decoração do que como consistente integridade arquitetônica. Mais tarde, o pintor Felisberto Ranzini faria semelhante itinerário com semelhantes objetivos⁷. Na publicação de seus levantamentos, ficam bem explícitos seus objetivos: depois de 39 pranchas de detalhes indexados, há uma

6 RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico*. 4. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1979.

7 RAZINI, Felisberto. *Estylo Colonial Brasileiro: Composições Architectonicas de Motivos Originais*. São Paulo: Amadeu de Barros Saraiva, 1927.

quadragésima com o subtítulo “Exemplo de aplicações de vários motivos numa fachada em estilo tradicional”: o manancial de detalhes se destinava a fornecer subsídios para a decoração de elevações.

Fato curioso foi que Severo não tenha se engajado diretamente nestes levantamentos. Carlos Lemos argumentou que Severo não tinha formação em arquitetura, razão pela qual seus conhecimentos da arte terem sido limitados e que não tinha desenvoltura em representação gráfica. Em razão disso, seus projetos neocoloniais teriam sido realizados por desenhistas que atuavam sob sua orientação e “nada mais eram que estilizações do mais puro barroco lusitano das casas solarengas do norte de Portugal”⁸. Pela mesma razão teria feito a contratação de pintores, uma vez que também não dominava a arte da construção, mas tinha sobrejas credenciais de fazer registros gráficos.

O “estilo” neocolonial

Em decorrência deste engajamento, Severo vem sendo citado como o grande incentivador e arauto do movimento neocolonial. Seu ideário encontrou seguidores e entusiastas no pós-guerra. Dentre eles, o mais denodado foi o médico pernambucano José Mariano Carneiro da Cunha Filho, descendente de tradicionais usineiros que havia se transferido à capital federal para estudar medicina. Depois de sua formatura, no entanto, passou a se empenhar numa “cruzada” de reabilitação das artes e da arquitetura colonial brasileira. Como Severo, também não tinha formação em arquitetura. Nem mesmo, de engenharia. Por ser de família tradicional – o que na época era muito importante – tinha acesso a altos círculos sociais e de poder no Rio de Janeiro. Seus interesses se centravam nas artes plásticas e na arquitetura mesmo sem ter frequentado os respectivos cursos. Mesmo assim, chegou a ser nomeado à direção da Escola de Belas Artes. Em janeiro de 1921, fundou o Instituto Brasileiro de Arquitetos e, quando se desentendeu com integrantes da instituição, criou, com seus pupilos, a Sociedade Central de Arquitetos. Três anos mais tarde, reuniu as duas entidades com o nome de Instituto Central de Arquitetos que se tornaria a precursora do Instituto de Arquitetos do Brasil. Em paralelo a isso, foi, durante muitos anos, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes.

Para além de se empenhar na organização de entidades de artes, foi um incansável defensor das artes através de constantes artigos publicados em jornais⁹ através dos quais passou a apregoar as qualidades das artes tradicionais após ter tomado conhecimento das ideias de Ricardo Severo. Como tinha poucos conhecimentos de arquitetura, seus argumentos eram escassos e repetitivos. Mesmo assim, conseguia manter o foco em seus argumentos menos pela qualificação dos mesmos e, muito mais, por uma agressividade que, seguidamente, extrapolava o bom senso. De seu ponto de vista:

8 LEMOS, Carlos A.C.. Alvenaria Burguesa. São Paulo: Nobel, 1985, p. 156.

9 No fim de sua vida, José Marianno organizou e fez uma síntese de seus artigos que foram publicados com o título *À Margem do Problema Arquitetônico Nacional*. Rio de Janeiro, s.e., 1943.

A arquitetura que hoje praticamos à margem de nossas necessidades, não é brasileira pela lógica que não lhe pode justificar a existência; nem pelo bom senso que a condena; nem tampouco pela tradição que ela aborrece. É brasileira apenas pelo mau gosto. Esse mau gosto, misto de estupidez e jatância rastaquera, esse sim é nosso. É do nosso governo, é dos nossos pró-homens, dos grandes engenheiros, dos grandes capitalistas, de todos os malfeiteiros que reduzem a mais bela cidade do mundo a um simples monstruário de aleijões arquitetônicos.¹⁰

As livrarias estão repletas de livrecos e álbuns, contendo centenas de projetos de *bangalows* vulgaríssimos, de pilares de pedra atracadas de elefantias. Um desenhista curioso copia as fachadinhas de qualquer um deles por alguns patacos e o construtor boçal do bairro lhe assume a responsabilidade artística perante a Prefeitura.¹¹

Seus conceitos sobre a arquitetura moderna nada continham de positivo:

O aspecto mais grave da campanha comunista exercida por intermédio da arquitetura judaica que se pretende impertinentemente impor no Brasil, é que ela tem por objetivo principal destruir o sentimento da tradição nacional, sob o irrisório pretexto de que o homem moderno não mais pode suportar a arquitetura do passado (...) É evidente que a ameaça não teria atingido o culminante limite que se pode observar, se os poderes públicos tivessem querido estabelecer uma sorte de acordão de isolamento contra a arquitetura sem pátria, de que se tornou arauto o judeu errante Le Corbusier.¹²

Como se percebe, seus objetivos eram desqualificar e aviltar as realizações plásticas de seu tempo. Difícil se torna descobrir o que procurava colocar em seu lugar como antídoto a este pretenso descalabro. Na verdade, o autor partia do princípio de que era incontestável o primado da arquitetura “tradicional”, em razão do que não sentia qualquer necessidade de definir ou, até mesmo, de apontar quais deveriam ser suas características. Para o autor, o primado da arte tradicional era uma questão de fé e, por isso, julgava-se no direito (e no dever) de promover uma guerra de “arrasa quarteirões” contra quem ousasse se opor a suas crenças.

Em seus discursos, eventuais argumentos favoráveis para a arquitetura tradicional portuguesa apresentam algumas sutilezas que valem a pena serem examinadas:

A história da arquitetura brasileira não encontra indício algum de qualquer espécie de obstáculo à aclimatação do velho estilo português, às necessidades da nação. Ao contrário, de tal modo a arquitetura portuguesa se ajustou, desde os primeiros momentos, ao cenário tropical, que nós temos a impressão de que ela foi feita sob medida, de acordo com as nossas exigências mesológicas.¹³

Não considerando a inverdade de que a arquitetura portuguesa teria se adaptado, desde os primeiros momentos, às condições mesológicas tropicais, como foi visto anteriormente, percebe-se que o autor entendia que a arquitetura lusitana se ajustou ao ser implantada no Brasil. Portanto, teria passado por um processo de transformação. Ou seja,

10 MARIANNO FILHO, José. *Idem, ibidem*, p. 5.

11 *Idem, ibidem*, p. 8.

12 *Idem, ibidem*, p. 23.

13 *Idem, ibidem*, p. 9.

deixou de ser portuguesa para adquirir uma conformação brasileira. Portanto, sua postura tem a ver com o ideário antilusitano dos inícios da República.

Não foi outra sua visão a respeito da obrigatoriedade de remoção dos muxarabis decretada pelo Intendente Geral da Polícia pouco tempo depois da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. Tal iniciativa poderia ter sido tomada como um ato de melhoria da habitabilidade das moradias da nova capital do Reino Português. Mas, não foi assim entendido por José Mariano:

Adufas e urupemas tinham o privilégio de coar a excessiva luz ambiente, não impedindo, todavia, que através dos crivos livremente circulasse o ar. A vantagem maior da adufa, de acordo com o caráter da vida dos árabes, era, entretanto, resguardar os habitantes das vistas impertinentes dos transeuntes. Olhando-se da rua para uma adufa fechada, não se distinguia mais que uma indecisa sombra, enquanto os habitantes que estão do lado de dentro das casas, devassam o que passa no exterior.¹⁴

Para Mariano Filho, a remoção representou um verdadeiro desastre para a cidade:

O violento extermínio de todos os pormenores de fundo muçulmano que transparecia nos sobrados do Rio de Janeiro, visados pela fúria modernista do Alcaide Paulo Viana, lhes desfigurou por completo a fisionomia primitiva. O povo ficou de um momento para outro com suas casas esburacadas, sem saber que jeito dar às fachadas, parecendo-lhe impossível viver fora da experiência em torno da qual se conformara, à revelia da Metrópole, a própria tradição nativa.¹⁵

423

Essas iniciativas, para Mariano, teriam demonstrado a total insensibilidade do governante português às condições de vida locais. Noutros termos, a arquitetura brasileira já havia conquistado características próprias que não mais coadunavam com as dos reinóis. Ainda, segundo esse autor, a razão principal desses ajustes teria se processado no plano mesológico. Em que termos teriam se realizado as adequações? Essa é uma boa questão que não foi respondida. Portanto, ficou no plano de uma profissão de fé por falta de uma comprovação factual.

Para divulgar suas concepções, promovia concursos de arquitetura com fins propagandísticos. Em paralelo, ia adquirindo materiais de demolição que aproveitaria na construção de sua residência, dita Solar de Monjope, que, em seu entender, deveria servir de modelo de obras semelhantes que haveriam de ser construídas a partir de então. Na verdade, isso aconteceu de forma muito limitada; por parte do governo federal, algumas escolas receberam esse tipo de decoração de fachadas (figuras 630 e 631). Alguns governos estaduais também aderiram, de forma limitada, a estes formalismos. Na iniciativa privada, a aceitação foi um pouco maior, mas na antevéspera da II Guerra Mundial, houve uma divulgação do “estilo californiano” que fundiu e se impôs ao “tradicional”.

¹⁴ MARIANNO FILHO, José. *Influências Muçulmanas na Architectura Tradicional Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d., p. 24-25.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 29.

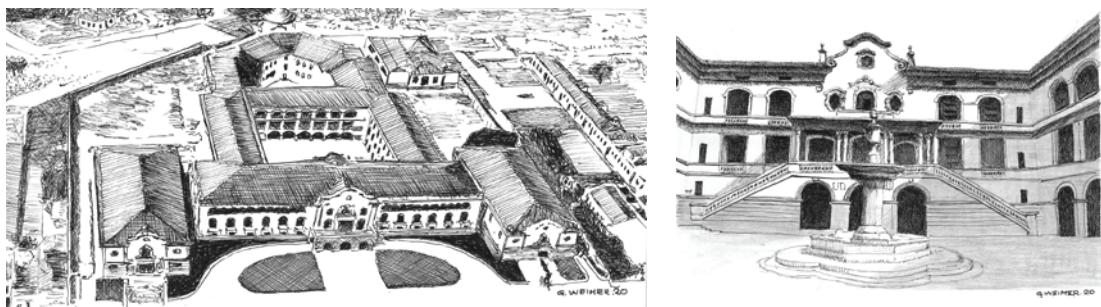


Figura 630: Vista aérea da Escola Normal Heitor Lyra. Arq. José Cortez e Ângelo Bruhns¹⁶.

Figura 631: Visto do pátio interno da Escola Normal Heitor Lyra. Arq. José Cortez e Ângelo Bruhns.

As incoerências e a agressividade levaram a um gradual e progressivo isolamento de Marianno Filho, que continuou até o fim de sua vida a defender seus pontos de vista com grande determinação. Isso lhe valeu o designativo de *condottiere*¹⁷ do estilo neocolonial, movimento que ele insistia em denominar “tradicional”. Devagar, sua condução foi se transformando em um exército de Brancaleone, e quando de seu falecimento, em 1946, mais se assemelhava com a figura de um Dom Quixote, quando nem mesmo Sancho Pança o acompanhou em suas exéquias. Com a divulgação do movimento modernista na década de 1930, este movimento passou a ser entendido como passadista, xenofóbico e reacionário.

Esta trajetória mostra haver uma sensível diferença entre as concepções de Ricardo Severo e Marianno Filho, embora o segundo tenha partido do ideário defendido pelo primeiro. Severo entendia que a arquitetura colonial deveria ser valorada por se constituir numa continuidade da dos conquistadores. Para Marianno Filho, a valorização deveria se dar por ter se ajustado ao novo meio, por ter adquirido uma individualidade própria, divergente da ancestral e evoluído num progressivo distanciamento de sua origem lusitana.

Lúcio Costa e o “estilo” tradicional

Um dos casos que mais causou incômodos a Mariano foi o afastamento de Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa – que se tornaria conhecido com o nome abreviado para Lúcio Costa – do ideário tradicionalista. Depois de ter participado ativamente na sua divulgação, Costa aderiu ao movimento modernista por volta de 1930, o fato levou ao rompimento entre os dois. E, por parte de Marianno Filho, com acusações violentas e levianas. Para os tradicionalistas, Costa passou a ser tido como traidor; entre os modernistas, passou a ser tratado, de fato, como seu novo *condottiere*, ainda que nunca tenha sido qualificado como tal. Esta separação suscitou muitas paixões que perduram até hoje.

16 “O edifício da Escola Normal será, depois de construído, a única nota arquitetônica interessante da cidade. único edifício que podemos mostrar aos estrangeiros com orgulho, porque é genuinamente nosso.” Marianno Filho, À Margem do Problema Arquitetônico Nacional. Rio de Janeiro: s.e., 1943, p. 51.

17 Aparentemente foi Angyone Costa que lhe conferiu o “título” “fascinante condottiere da beleza”, pela primeira vez, em 1927, em A Inquietação das Abelhas, Pimenta de Mello. Rio de Janeiro: 1927, p. 291. Depois muitos autores se referiam a ele com este designativo.

Por tal razão é preciso analisar a questão com cuidado para evitar melindres. O reconhecimento de sua importância no cenário da arquitetura moderna se firmou por via de seu indiscutível sucesso profissional que começou com os projetos do Edifício do Ministério da Educação e Saúde e da Cidade Universitária, inclusive projetos de Brasília, passando por outros tantos projetos marcantes da arquitetura modernista brasileira. Ademais, não podem ser esquecidas suas marcantes contribuições no âmbito da teoria da arquitetura. Diante de tantos atributos, qualquer divergência em torno do significado de sua contribuição, oficialmente aceita, corre o perigo de receber severas objeções.

Costa proveio da elite da sociedade de então: seu pai era almirante da marinha – a arma mais conservadora das forças de segurança – com encargos de representações diplomáticas em diversos países europeus. É importante aqui assinalar que, à época, a sociedade era extremamente elitizada: um presidente da república, por exemplo, podia se eleger para o cargo com pouco mais de três mil votos, posto que só cidadãos que pudessem comprovar serem possuidores de grande fortuna tinham o direito de votar para presidente. Isso significa que uma eleição presidencial se assemelhava mais a uma “ação entre amigos” do que de um plebiscito. Qualquer encargo público relevante dependia do *status* familiar do ocupante.

Até aos quatorze anos de idade, Costa acompanhou sua família nessas representações em diversos países europeus. Com apenas quinze anos, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde se formou em arquitetura e pintura em 1924. Antes da conclusão desses cursos, já estava engajado no movimento tradicionalista. Em 1922, fez uma viagem de estudos a Diamantina que foi de grande importância para o início de sua carreira:

Lá chegando caí em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade, que ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casa, igrejas, pousadas dos tropeiros, era tudo de pau-a-pique, ou seja, fortes arcabouçados de taipa de mão (...)¹⁸

Essa tomada de consciência de um passado que não era contemplado pelo ensino acadêmico, que estava totalmente direcionado para linguagens estilísticas europeias, coincidiu com uma onda nacionalista que tomou conta do país embalado pelas comemorações do centenário da independência e, em decorrência, dos desfechos da I Guerra Mundial. Em 1924, voltou a visitar a região mineira (Diamantina, Sabará, Ouro Preto e Mariana), fato que repetiria em 1927, com Sabará, Mariana, Ouro Preto, Caraça e Catas Altas. Em conformidade com as diretrizes acadêmicas de sua formação, nestes contatos com a arquitetura do passado (desconhecida), sua atenção estava voltada para as realizações mais representativas como igrejas, palácios e prédios monumentais. Nesta fase, não tinha despertado às construções populares, certamente, porque esta não era considerada como “digna de ser referida”, como rezavam os preceitos então em voga.

Entrementes, Costa havia realizado uma viagem à Europa, em 1926, onde se deparou com um ambiente altamente agitado e tencionado: dos escombros da I Guerra Mundial emergiram movimentos populares que colocavam em xeque os sistemas políticos

18 COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 27.

hegemônicos e o primado da religião. Sucessivos movimentos populares exigiam melhores condições de trabalho. As ruínas a que tinham sido levadas as cidades demonstravam a imperiosa necessidade de construção em massa de habitações para uma população exposta aos rigores de um clima adverso. Uma radical transformação de costumes varria este mundo em razão do que a década de 1920 se tornou conhecida como os “anos loucos”. Nas artes, vivia-se um período de grande criatividade, onde a coerência nem sempre se constituiu em seu aspecto mais marcante. No entanto, através de seus escritos, deduz-se que estas transformações não causaram a Costa maiores impressões. Em sua viagem a Portugal, realizou um número expressivo de desenho de aspectos da arquitetura lusitana nos mesmos moldes dos que foram realizados por Wasth Rodrigues e Ranzini. De volta ao Rio de Janeiro, continuaria a realizar projetos dentro da linguagem eclética para a elite carioca.

Surpreendentemente, sem ter qualquer experiência didática e pouca vivência profissional, em setembro de 1929, Costa foi nomeado, diretamente, para a direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) a convite do Ministro Francisco Campos. Mal assumira esse encargo, desencadeou-se a assim chamada “revolução de 1930”, que resultou na deposição do presidente Washington Luiz e sua substituição por Getúlio Vargas. Essa mudança causou muitos embaraços que explicam porque só em dezembro daquele ano Costa foi efetivado no cargo que já ocupava, de fato, há mais de ano. Movido pelo espírito inovador que impulsionou o novo governo, Costa contratou o arquiteto modernista alemão Alexander Buddeus e o russo Gregori Warchavchik, dentre outros luminares nacionais, para inovar o ensino na Escola. Isso aconteceu à revelia do Conselho da Instituição e levou ao surgimento de fortes tensões entre o diretor e o colegiado, que foram crescendo até levar à demissão de Costa da instituição, em setembro de 1931, substituído por Archimedes Memória, arquiteto conservador, de orientação classicista na arquitetura e, na política, integrante do Ação Integralista, de extrema direita.

Consoante com o espírito do sebastianismo herdado de Portugal, tem-se debitado na conta da passagem de Le Corbusier no Rio de Janeiro não só a “conversão” de Costa ao modernismo, como de uma nova diretriz que haveria de redimir a arquitetura brasileira de uma suposta apatia criativa de mais de um século. Isso é discutível, pois, bem antes da chegada do franco-suíço já estava em pauta a necessidade da criação de uma arquitetura adequada às condições específicas do país. Em seu livro *“A Inquietação das Abelhas”*, de 1927, João Angyone Costa fez uma ampla revisão das artes plásticas onde se discute, insistente, a necessidade da criação de uma expressão nacional. E, uma das alternativas da orientação era o movimento tradicionalista. Se este fosse o ambiente cultural, certamente, Lúcio Costa não haveria de ficar alheio a estas indagações.

Sobre seu contato com Le Corbusier, em 1929, Costa deixou o seguinte depoimento:

Eu era inteiramente alienado nesta época, mas fiz questão de ir até lá (a palestra de Corbusier). Cheguei um pouco atrasado e a sala estava toda tomada. As portas do salão de Escola estavam cheias de gente e eu o vi falando. Fiquei um pouco e fui embora, inteiramente despreocupado, alheio à premente realidade.¹⁹

19 COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 144.

É claro que esta “alienação” deve ser bem entendida: quando diretor da ENBA julgava que era indispensável que os arquitetos deveriam conhecer a arquitetura colonial, porém, já estava ciente de que este conhecimento não deveria servir para sumárias transposições, mas de aprendizado de boas lições de simplicidade, de adaptação ao meio e o respeito à funcionalidade do que resultaria a beleza. Portanto, já percebera que os levantamentos de detalhes arquitetônicos coloniais para fins de serem aplicados em projetos “tradicionais” carecia de sentido.

No plano da prática profissional, foi durante seu magistério na ENBA que Costa aderiu de vez ao modernismo. À época, projetou a Casa de Campo de Fábio Carneiro de Mendonça, ainda com nítidas conotações tradicionais, e a casa de E.G. Fontes, de caráter acadêmico e neocolonial. Porém, como alternativa a esta proposição, também apresentou uma variante em linguagem modernista que, segundo seu testemunho, teria sido sua primeira proposição no “sentido contemporâneo”.

A habitação popular em questão

Após deixar a direção da ENBA, Costa abriu escritório de arquitetura em colaboração com Gregory Warchavchik, dedicando-se a realizar proposições modernistas para a elite carioca. Chama especial atenção o fato de terem projetado um conjunto de “apartamentos proletários” – ou Conjunto da Gamboa – que se constituía numa primeira incursão na área de habitações populares. O problema já era multissecular no Brasil. Depois da I Guerra Mundial na Europa, com a sistemática destruição das cidades europeias, o tema lá adquiriu relevo de emergência social. Isso se refletiu no Brasil, talvez menos por ser uma necessidade de primeira ordem, mas como uma possibilidade de atuação dos arquitetos ou como um modismo à europeia. Com Costa e Warchavchik, os apartamentos tinham uma planta quadrada dividida por duas paredes ortogonais formando quatro compartimentos iguais: dois quartos, uma sala e a cozinha, a qual tinha uma subdivisão com um banheiro mínimo. Tratava-se de uma solução expedita, orientada pela economia de espaço, mas sem levar em consideração as condições culturais dos ocupantes. E, como se verá adiante, esta postura se constituiu – e continua a se constituir – num dos pontos nevrálgicos da relação dos arquitetos diplomados com o setor popular da arquitetura brasileira.

Um procedimento semelhante foi adotado no projeto da vila operária de Monlevade para os empregados da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, desenvolvido em 1934. Aqui se trata de uma proposta de construção de um número não definido de construção de casas geminadas, sobre pilares (*ditos pilotis*), como alternativa “econômica” das tradicionais casas construídas diretamente sobre o solo. Segundo o autor, esta solução:

Restitui ao morador – protegido do sol e da chuva – toda a área ocupada pela construção, assim transformada em espaço útil, mais agradável talvez para os trabalhos domésticos, recreio, repouso, etc., importando essa aquisição efetivamente, numa sensível valorização locativa do imóvel. Tais vantagens: economia nos movimentos de terra, economia nas fundações, economia na construção de paredes, tanto externas como divisórias, economia na armação da cobertura, melhor orientação, aumento no valor locativo e, ainda, de quebra, a economia de uma porta, a da cozinha – compensam

de sobra o pequeno aumento inicial de despesa que representaria: primeiro, apenas o ferro necessário à armação da laje, porquanto o concreto nele empregado (8 cm) teria sido forçosamente gasto no lençol impermeabilizador (10 cm) caso assentasse as casas, como é usual, sobre o próprio terreno; segundo, os poucos pilares e vigas necessários, estas reduzidas ao mínimo, graças ao aproveitamento racional dos respectivos balanços; e terceiro, uma escada extraordinariamente simples, com pisos soltos de concreto sem revestimento e cujo traçado obedece ao das escadas de bordo.²⁰

A implantação de habitações geminadas, duas a duas, seria agenciada em torno de um centro comunitário que seria constituído de uma igreja, um armazém, um cinema, um clube e uma escola. Os dois últimos ainda seriam construídos sobre pilares, com aproveitamento do térreo como espaço de jogos, no caso de clube e de recreio, na escola. Na configuração geral do conjunto, resultaria uma espécie de *country club* específico para o operariado do empreendimento fabril.

Não resta dúvida de que se tratava de uma proposta audaciosa, especialmente, se levarmos em consideração de como a questão da habitação popular vinha sendo tratada no país. No caso da criação da nova capital de Minas Gerais, o planejamento abarcava, exclusivamente, a área reservada aos aparelhos administrativos ao redor dos quais se distribuíam as residências dos mandatários e funcionários. O contorno da cidade era devidamente delimitado por uma via de contorno, isolando-a da “plebe rude” que se arranjasse onde e como quisesse (ou pudesse) nos subúrbios. A existência de vilas de pobreza não era vista como um fenômeno inerente ao sistema, mas como um incômodo a ser suprimido, quando mais não seja, pelo menos como medida de “saneamento moral”.

A este tempo, a Amazônia vivia o auge da produção da borracha, e os governantes de Belém e Manaus estavam implantando projetos muito ousados de expansão e modernização da rede urbana e da arquitetura. Isso levou as elites da nacionalidade a empreender reformas (mais modestas) na capital federal. A motivação alegada foi a urgência de sanear a cidade como necessidade imperiosa de conter as sucessivas ondas de doenças infectocontagiosas que assolavam especialmente as cidades portuárias do país. A incipiente industrialização atraía a população pobre das proximidades à cidade, e o seu alojamento era feito em cortiços precários implantados nos fundos dos terrenos urbanos. A densificação humana propiciava o contágio, que era debitado na conta da precariedade sanitária das habitações dos menos possuidos. A solução apresentada para resolver o caso foi demolir quarteirões inteiros e implantar uma nova malha viária com construções novas “higiênicas”, com a expulsão dos pobres dos centros urbanos. Esses, não tendo uma solução mais conveniente, passaram a ocupar as encostas dos morros que abundavam no Rio de Janeiro – um vetor importante na expansão das assim chamadas “favelas” nas encostas. Essa intervenção violenta contra a população carente levou a uma revolta contida que explodiu na primeira oportunidade, materializando-se na assim chamada “revolta da vacina”, quando a – até então – desconhecida imunização forçada serviu de estopim para o desencadeamento de ações vandálicas dos marginalizados contra os privilegiados²¹.

20 COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 92.

21 Curioso como as ações passaram a ser interpretadas pela oficialidade: a revolta contra uma marginalização indesejada foi apregoada como sendo totalmente descabida, pois a falta de imunização teria levado à infecção e à morte dos revoltados. Jamais se cogitou em perceber que a vacinação serviu apenas de pretexto e motivação para expressar a revolta contra a violência imposta aos menos favorecidos.

Não foi menos atroz o saneamento promovido contra os marginais em Recife: sob o comando de Saturnino de Brito, os mocambos que haviam sido construídos nas periferias da cidade foram sumariamente incendiados como solução urgente para libertar a cidade do “comprometedor” aspecto das habitações dos marginais em forma de palhoças. Muito rapidamente, os fatos demonstraram não ter sido esta uma solução apropriada, posto que, não tendo para onde ir, os desalojados passaram a ocupar o centro da cidade na condição de moradores de rua e sob as pontes. A emenda demonstrou ter sido pior que o soneto: sanitários foram obrigados a admitir que a reconstrução dos mocambos queimados se constituía num mal menor.

Elencamos apenas alguns exemplos, dentre muitos outros, de como era encarada a construção dos despossuídos. Diante de tais fatos, é evidente que os projetos de Lúcio Costa se constituíam em propostas altamente inovadoras. Mas, ao mesmo tempo, estavam descoladas da realidade social da Nação. A ingênuo solução do conjunto da Gamboa, bem como a do Monlevade, não levara em consideração as condicionantes culturais dos ocupantes. Isso pode mais objetivamente ser percebido no fato de que uma bucólica cidade-jardim podia se constituir numa aspiração de população anglo-saxônica, mas jamais se constituiria numa aspiração de uma população altamente miscigenada, cujo imaginário sob a conformação urbana não era levada em consideração. As concepções de construções elevadas sobre o solo, por meio da uma estrutura de concreto armado, não deixam de ser interessantes sob o ponto de vista utilitário, mas dificilmente poderá ser invocado como uma solução econômica. A descarga de paredes sobre vigas em balanço, com toda a certeza, acarreta em maiores custos do que seu apoio direto sobre o solo. A pretensa utilização do espaço inferior da construção, obviamente, haveria de necessitar de um contrapiso, cuja inexistência foi alegada como sendo um fator de economia. Sabendo-se que os espaços internos das habitações populares são sempre super usados, seria ingênuo imaginar que não passariam a ser transformados em habitações improvisadas. A alegada economia advinda da dispensa de terraplenagem do sítio da construção não se justifica, já que sua ocupação necessitaria da execução de um contrapiso que, por sua vez, pressupõe a execução desta terraplenagem. Na verdade, a suposta utilização deste espaço se configuraria não como um fator de economia, mas de um repasse dos custos para o ocupante. Com esses e outros problemas que não queremos analisar, é fácil compreender que tais projetos não tenham sido levados a canteiro.

Uma situação semelhante aconteceu no plano de Brasília. A excelência das propostas já foi cantada em prosa e verso e, de nossa parte, temos especial admiração pelas soluções do setor residencial. Na qualidade de recém formado, acompanhamos a instalação da cidade em seus inícios. É claro que a febril construção de um grande número de obras da mais alta qualidade arquitetônica, que iam surgindo por todos os lados, enchia-nos de orgulho e alimentava a esperança de que esta seria uma cidade pioneira de um grande número que viriam depois da inauguração, e que haveria de se adentrar ainda pelas áreas ocidentais quase totalmente desocupadas do planalto central. É claro que estas eram fantasias que nos foram insufladas sorrateiramente, e que jamais se concretizaram.

Devagar, fomos acordando destas fantasias, visto que a realidade apresentava uma violência não imaginada. Em relativa proximidade da Esplanada dos Ministérios,

formaram-se um conjunto de barracos ocupados por cidadãos que haviam acorrido desde os mais diversos rincões do país com a promessa de que haveria emprego para todo aquele que estava interessado na construção da cidade. Certa manhã, fomos informados de que o tal conjunto estava sendo removido devido à proximidade do Eixo Monumental, e deslocado para alguma cidade satélite, dentre as que estavam se formando a uma considerável distância do Plano Piloto. Por curiosidade, fomos ver como estava sendo feita esta remoção. Deparamo-nos com um espetáculo que jamais haveremos de esquecer: um destacamento militar entrou no conjunto, guinchava sucessivamente os barracos para cima de um caminhão, levando-os para alguma cidade satélite distante. É claro que isso aconteceu sob os mais veementes protestos dos moradores, mulheres e crianças, sem que os mesmos fossem ouvidos. Pelo contrário, os protestos foram abafados com ações de extremada violência da parte dos militares que não tinham a menor dúvida em agredir os moradores ao ponto de os atirar ao solo, inconscientes, quando então eram atirados para cima dos caminhões e levados embora semimortos junto com seus barracos.

Até então não tínhamos assistido a uma agressão daquele tamanho. E foi deste modo que tomamos conhecimento da existência das cidades “satélite”, não mencionadas na profusa propaganda feita acerca da nova capital, com a evidente intenção de promover politicamente os mandatários do país. Diante de nossa “descoberta”, aproveitamos a primeira oportunidade para conhecer as cidades “invisíveis”. Tratavam de extensos conglomerados urbanos que foram se estabelecendo sem qualquer planejamento, com ruas que iam se formando ao acaso, com redes de abastecimento muito precárias e em condições higiênicas deploráveis. A boca pequena se dizia, à época, que somente a cidade de Taguatinga estaria abrigando mais habitantes que todo o Plano Piloto.

Como se vê, com o planejamento da nova capital, apesar dos investimentos multimilionários que levariam a um aceleração cada vez maior da inflação no país, sucedeu algo semelhante ao que acontecera com a implantação de Belo Horizonte no início do século: não foi levado em conta a existência de uma numerosa população de trabalhadores pobres. Ao que consta, somente em 1985, ou seja, 25 anos depois da cidade ter sido inaugurada, Costa se deu conta desse “esquecimento” e passou a propor, como alternativa, a construção de apartamentos mínimos em área a ser urbanizada, não para resolver o problema criado, mas para evitar o surgimento de “deprimente espalhamento suburbano”²², resultante da expansão de Taguatinga em direção ao Plano Piloto. Era a “plebe rude” comprometendo a integridade do plano original: ela servia para assentar os tijolos e varrer as ruas, mas a pobreza de seus assentamentos era altamente prejudicial aos bons ares da capital do país.²³

Pouco mais de uma década depois de ter projetado a cidade mais importante da mais alta elite administrativa da Nação, Costa foi encarregado de apresentar um projeto de saneamento de um bairro que estava se expandindo por sobre uma baía denominada de Enseada dos Tainheiros, dentro da baía de Todos os Santos, em Salvador, Bahia. Por ser um

22 COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 332.

23 A cidade havia sido, inicialmente, projetada para uma população de aproximadamente 500.000 habitantes. Esse foi outro equívoco basilar. Hoje, 60 anos após sua inauguração, sua população é estimada em cerca de 3 milhões de pessoas, ou seja, seis vezes maior que a previsão inicial. É óbvio que, diante de tamanho incremento, não seria possível manter os parâmetros inicialmente estabelecidos.

braço de mar pouco profundo, foi possível construir habitações de palafitas sobre o espelho d'água, razão pela qual o bairro recebeu a denominação Alagados. Se a população de Salvador tem uma origem africana marcante, a população dos Alagados aparenta conservar esta característica de forma ainda mais pregnante. Dentro da cultura dita "ocidental", a construção sobre a água é tida como altamente condenável, e a existência de um bairro inteiro sobre palafitas tem sido vista com grandes reservas pela elite governante. Lúcio Costa fez coro com este entendimento:

A aceitação passiva pelas administrações e pelo público em geral da existência e do contínuo crescimento dessa aberração urbana, onde o homem convive normalmente com a podridão, é, na verdade, um escândalo. Razão porque pareceu imperativa a apresentação aqui de proposição pormenorizada capaz não só de contribuir para despertar a consciência do problema, como de lhe possibilitar solução pronta e adequada. Impõe-se com a maior urgência levantar os recursos necessários – inclusive com o reforço de campanha pública de coleta – a mobilizar os órgãos responsáveis para que o problema seja afinal enfrentado e resolvido. Mas resolvido de forma exemplar.²⁴

A forma exemplar de resolver a questão apresentada por Costa foi o aterro de uma área de 160m por 320m, e neste contorno seriam construídos 28 blocos de 12 apartamentos, sobre *pilotis*, naturalmente, formando uma praça central, em forma de losango, na qual seriam construídas uma capela, uma creche, uma escola primária e outra secundária, com respectivos recreios cobertos, um cine-auditório, um alpendre para moços e um para velhos, cujas construções contornariam uma praça desportiva central. Tratava-se, portanto, de uma adaptação às condições locais de uma superquadra de Brasília, conforme explicitou o próprio arquiteto. A proposta era fazer um repasse de uma solução de sucesso experimentada pela elite dos funcionários do governo central para uma população das mais carentes da periferia da capital baiana. Apesar desta benevolência, este projeto não foi levado a canteiro, e o autor diz que não entendeu por que razão.

Com efeito, estas proposições não levaram em conta o universo imaginário plástico-funcional inerente às multimilenares culturas africanas: modelos de cidades gerados ao longo da evolução da sociedade europeia não se enquadram nas concepções de espaço gestadas no continente africano. Até hoje tem sido muito raras as publicações em nosso país que façam qualquer referência à arquitetura e ao urbanismo africano. Se isso tivesse sido feito, certamente se teria percebido que ao longo da costa do Golfo da Guiné existe uma milenar tradição de construção de cidades e vilas sobre palafitas a respeito da qual se diz – talvez com algum exagero – que uma parte da população jamais põe os pés em solo firme. Esta questão merece melhor avaliação por meio de pesquisa de campo, mas, com certeza, indica que a vida sobre as palafitas é muito ativa, posto que as habitações são construídas de modo a formar vias de circulação das canoas com ordenação de semáforos, e locais destinados a estacionamentos. A grande virtude destes assentamentos é que a intensidade da irradiação solar incide parcialmente na água que se aquece e evapora, fazendo com que a temperatura do ambiente se torne mais agradável. Isto é um forte indicativo de que existem forças culturais que fazem com que, depois de cada novo aterro

24 COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 333.

e urbanização nos Alagados, a população insista em construir novas palafitas para o incômodo dos governantes. De onde se conclui que a solução mais adequada seria tirar o partido destes procedimentos construtivos tradicionais africanos para utilizar o movimento das marés, no sentido de favorecer a higienização da massa de água com proveito para o melhoramento das condições ambientais.

A verdade é que nem os projetos de Lúcio Costa, nem os dos Irmãos Roberto encontraram condições de ser realizados, e as sucessivas implantações de um sistema hipodâmico, de estreitas vias de circulação propostas por arquitetos locais, atenderam melhor às necessidades econômicas, mesmo que não fosse condizente com a tradição ancestral.

Claro está que não é nossa intenção crucificar os velhos mestres do modernismo, mas releva que não haverão de ser encontradas soluções adequadas para o brutal déficit imobiliário do país se não forem levados em consideração os valores culturais das populações ancestrais, quaisquer que sejam, que formaram a altamente miscigenada população brasileira.

Voltando ao respeitado mestre, parece ter sido ele o primeiro arquiteto brasileiro a fazer elogios à arquitetura popular portuguesa quando escreveu: “ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita” – servindo-nos da expressão usada por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo da “sabida”²⁵. Isso foi escrito em 1937, portanto, ao tempo em que os conceitos acadêmicos eram hegemônicos. Hoje já não existe mais razão para hierarquizar determinadas expressões arquitetônicas em detrimento de outras: qualquer divisão que se queira fazer da arquitetura, cada uma surge para atender a necessidades para as quais foram criadas. Portanto, a arquitetura popular é tão importante e imprescindível para a sociedade quanto a erudita. Do mesmo modo, a arquitetura erudita de Portugal é igual, em importância, a popular. Ainda que as simpatias de Costa estivessem voltadas para a vertente portuguesa de nossa arquitetura (sem qualquer referência a outras vertentes, o que consubstancia uma nítida postura discriminatória), esta expressão tem servido de motivo à valorização das expressões populares de nossa arquitetura para as gerações seguintes.

Enquanto a intelectualidade começou a amadurecer as ideias em torno da importância das formas populares de habitar, o povo não podia ficar à espera para que os ilustrados resolvessem seus problemas de teoria, e tinha de continuar a equacionar o problema de seus abrigos de qualquer forma. Claro está que os velhos conhecimentos tradicionais foram se mantendo à medida que foram incorporando novos procedimentos e linguagens, adaptando-se às necessidades das novas circunstâncias. A miscigenação que, em grande parte, havia se processado por via da agricultura da escravidão, com a aprovação legal da abolição da escravatura, esse processo pôde prosseguir de forma talvez menos conflituada, mas, nem por isso menos violento. Em termos de arquitetura, isso significa que as técnicas construtivas e as concepções de espaço entraram num intenso processos de interações, cujas consequências ainda estão para ser devidamente avaliadas, uma vez que as mútuas influências entre os diversos grupos étnicos variam de local para local, bem como são por demais variáveis as condições ambientais das quais a arquitetura popular tem sido muito

25 COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: Sobre Arquitetura. Porto Alegre: CEUA, 1962, p. 86.

dependente. Mais do que isso: como as clivagens dentro da sociedade continuavam a ser bem marcante, até mesmo nas cidades nas quais a convivência entre cidadãos de origens diversas deveria ser mais frequente, a formação de bairros de certa homogeneidade étnica era marcante, do que resultava a manutenção das características dos padrões arquitetônicos de seus habitantes majoritários. Ainda assim, a tradição portuguesa continuava a manter sua presença, como pode ser observado em São Paulo (figura 632), Porto Alegre (figura 633) ou no Rio de Janeiro (figura 634).



Figura 632: Rua Capitão Salomão, em São Paulo, Capital, em 1911.

Figura 633: Rua do Arvoredo (atual Fernando Machado), em Porto Alegre, no fim do Império.



Figura 634: Largo do Depósito, no Rio de Janeiro, em 1904.

Muito mais do que esta segmentação étnica, um verdadeiro turbilhão populacional tomou conta do país. No início da república, a população era de aproximadamente 17,5 milhões; em 1950, ela passava de 52 milhões na virada do século, já atingia 166 milhões. Por outro lado, trata-se de uma população em fortíssimo processo de urbanização. Não temos estatísticas da urbanização da população no início do século, mas admitimos que ela fosse de algo em torno de 10%; em 1950, ela já alcançava 36,3%, na virada do século, já estava em mais de 81%.

Qual o significado destes números sob o ponto de vista da arquitetura e do urbanismo?

Com um crescimento populacional explosivo, houve necessidade de uma revisão profunda de todos os conceitos que geriam sua vida social onde as formas tradicionais de produção entraram num rápido processo de obsolescência. Como foi visto, isso afetou com igual profundidade os conceitos de arquitetura e o crescimento vertiginoso das cidades fez com que os bairros tradicionais fossem devastados para dar lugar a construções novas que permitiam uma densidade cada vez maior da população. Com isso, os

tradicionais paradigmas arquitetônicos foram abandonados a favor de formas, materiais e conceitos “modernos”. Isso significa que projetos que lembrassem formas tradicionais passaram a ser identificados como extemporâneos e atrasados. Apesar da intensa movimentação em torno do neocolonial, este movimento teve existência fugaz e hoje é lembrado como uma inconveniência que atormentou a vida profissional dos modernistas. A massiva migração do campo às cidades levou ao abandono de grande número de construções rurais e a depauperação relativa de sua população levou a uma simplificação marcante das formas arquitetônicas interioranas (figuras 635 e 636).



Figura 635: Casa na Serra da Guia, Município de Poço Redondo, Sergipe.



Figura 636: Casa em Rio Real, Bahia.

A figura 637 pode ser invocada com exemplar deste contexto por mostrar uma família sertaneja com seus poucos trastes à espera de uma condução que a leve à periferia da cidade grande. Do mesmo modo, a figura 638 documenta o estado de abandono de outra casa sertaneja.



Figura 637: Casa de retirante do sertão de Alagoas.



Figura 638: Casa abandonada no alto sertão da Paraíba.

Porém, no interior nem tudo foi abandonado. Em terras mais produtivas, modelos tradicionais sobreviveram como fonte de apoio para novas casas de fazenda. Embalados por sentimentos saudosistas, proprietários construíram novas residências, evidenciando, assim, influências populares tradicionais, onde linguagens lusitanas podem ser identificadas no uso de paredes caiadas, aberturas pequenas, coberturas com telhas portuguesas, abundância de avarandados (figuras 639, 640 e 641).



Figura 639: Casa de Fazenda em São Lourenço, Rio de Janeiro.

Figura 640: Casa de Fazenda em Mato Grosso.

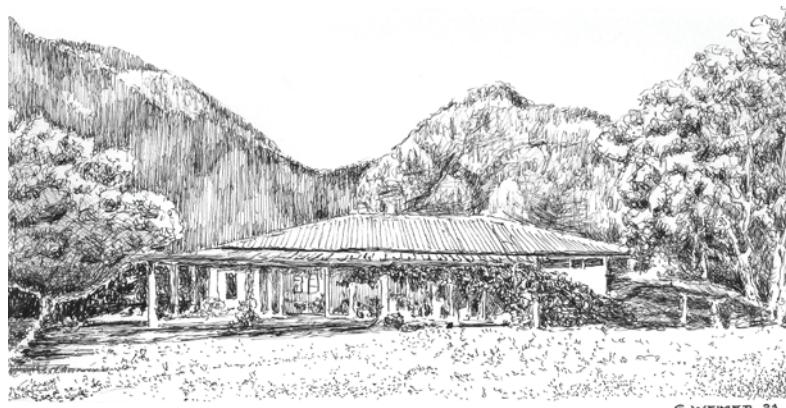


Figura 641: Casa de Fazenda em Pontal, em São Paulo.

435

O outro lado da mesma moeda mostra a intensidade da miscigenação. Não deve surpreender o surgimento de construção de bairros afro-brasileiros com casa cobertas com telhas capa-canal, ditas portuguesas, ou folhas de flandres, arrabaldes de casas de porta-e-janela realizadas com taipa de mão, ou qualquer uma de muitíssimas combinações possíveis. Por vezes, estas foram se tornando cada vez mais complexas, e cada vez se torna mais difícil estabelecer qual teria sido a origem mais marcante (figura 642).

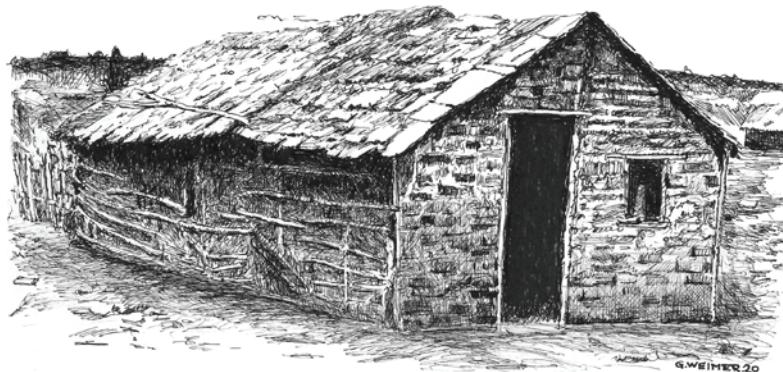


Figura 642: Moradia popular construída com adobe, taipa de mão, cobertura de folha zincada, chapas de ferro e palha.

Um bom exemplo desta hibridação é a construção de uma moradia rural em Cachoeirinha, Itamonte, no sul de Minas Gerais (figura 643), onde temos uma estrutura de enxaimel apoiada sobre fundações de pedra, e contraventamentos embutidos nos planos

das paredes ao modo centro-europeu, porém com rebaixos na estrutura para permitir seu recobrimento com argamassa, à exceção dos contornos das aberturas, como pode ser observado na parte já concluída da construção, na versão portuguesa do enxaimel. O telhado foi coberto com telha canal, ao modo português, onde a vedação dos tramos das paredes era feita de taipa de mão, ao modo africano. A existência de um avarandado indica possíveis influências tanto africanas como lusitanas, mas, certamente, bem adequado ao clima tropical.

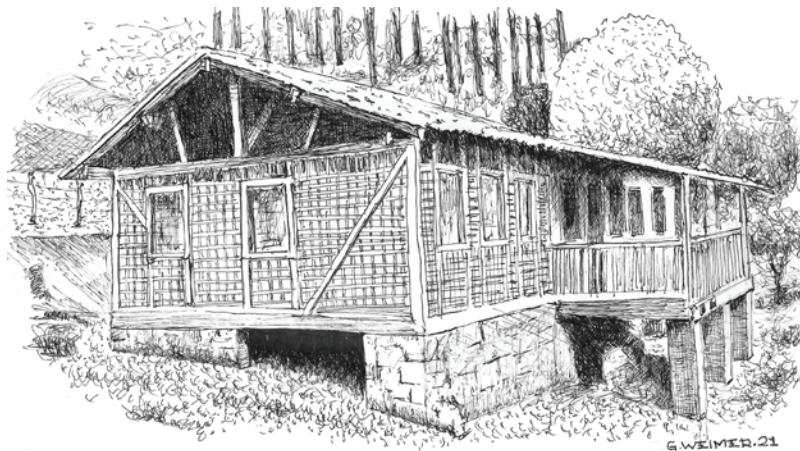


Figura 643: Construção de múltiplas influências, em Cachoeirinha, Itamonte, sul de Minas Gerais.

A arquitetura urbana

Como se percebe, os dados apresentados indicam que os grandes problemas da arquitetura se concentravam nas áreas urbanas. Uma política de urbanização equivocadamente dirigida transformou as megalópoles brasileiras num gerador de problemas e violências “insolúveis”. Internamente, as clivagens sociais criaram bairros muito diferenciados em decorrência das classes sociais. A classe alta se concentrava nos chamados “bairros nobres”, com serviços públicos primorosos e onde eram convocados os profissionais mais reconhecidos para realizar as construções que recebiam grande divulgação nas publicações especializadas. Os empresários bem sucedidos concorriam entre si, no sentido de construir o palacete mais vistoso na área mais valorizada da cidade (figuras 644 e 645). Pouco preocupados com o fluxo das atividades internas dos prédios, os proprietários, por meio dos arquitetos, procuravam decorar as fachadas de suas residências com relevos em argamassa armada produzidos em massa e, se aos recursos o permitiam, mandavam esculpir uma alegoria com um monograma com suas iniciais e/ou data de construção para ser afixado no coroamento da platibanda. A decoração da fachada seguia os desejos do proprietário, muitas vezes, inspirado em motivações de origem étnica. Assim, eram disponibilizados diversos “estilos” portugueses como o algarvio, da Beira Alta ou de Trás-os-Montes, dentre outras variantes. Estas obras têm sido apresentadas como sendo “típicas” da atualidade arquitetônica de então, sem levar em consideração a existência de outras

tipologias igualmente significativas. Mais tarde, com a evolução da arquitetura, esta fase recebeu severas críticas dos pioneiros do modernismo, que a denominavam, pejorativamente, de “carnaval de estilos”.

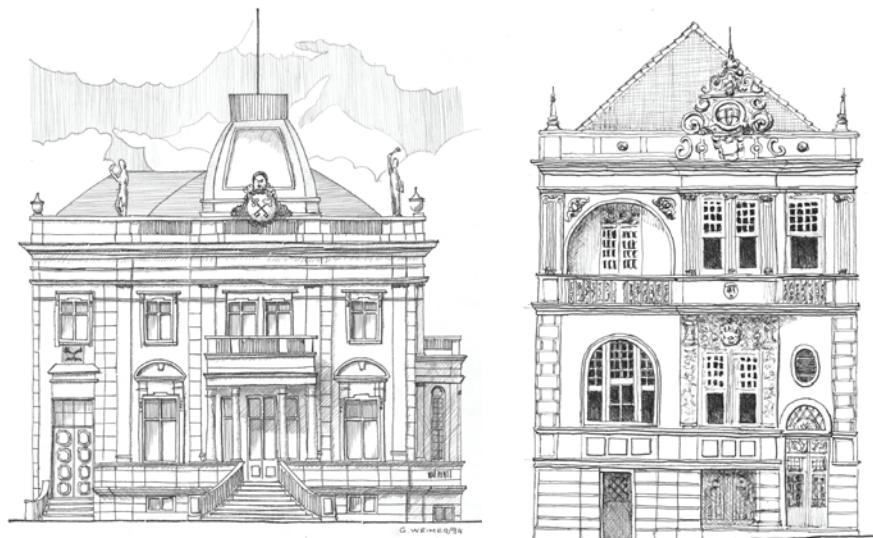


Figura 644: Palacete Chaves Barcelos, Avenida Independência, em Porto Alegre, de 1922.

Figura 645: Palacete Rudolf Ahrons, de 1912.

Se as formas se aproximavam das estilísticas acadêmicas, a liberalidade com que era encarada a arquitetura, permitiu uma ampla aceitação de chamados “chalés suíços”, que pouco ou nada tinham a ver com as construções daquele país (figuras 646, 647 e 648). O acolhimento desta tipologia tem sido atribuído a um sentimento nostálgico da origem rural dos proprietários, mas nos parece que a ampla disposição de madeiras tenha contribuído para sua divulgação.



Figura 646: Chalé em Rio Branco, no Acre.

Figura 647: Chalé em Santo Amaro da Purificação, na Bahia.

Figura 648: O “Castelinho” sede da Diretoria de Terras e Colonização, em Erechim, Rio Grande do Sul.

A classe média, evoluída da categoria dos feitores do período da escravidão, tentava imitar, à medida do possível, as construções de seu empregadores. Como esta classe dispunha de recursos menos alentados facultou o surgimento de empresário do ramo de engenharia

civil especializada na construção de “casas de renda”, ou seja, para serem alugadas. Para serem bem aceitas no mercado, elas deviam atender às aspirações desta faixa social. Para camuflar as limitações de tamanho dessas moradias, recorria-se ao expediente de geminá-las, com um tratamento formal que sugerisse tratar-se de uma única (figuras 649 e 650).

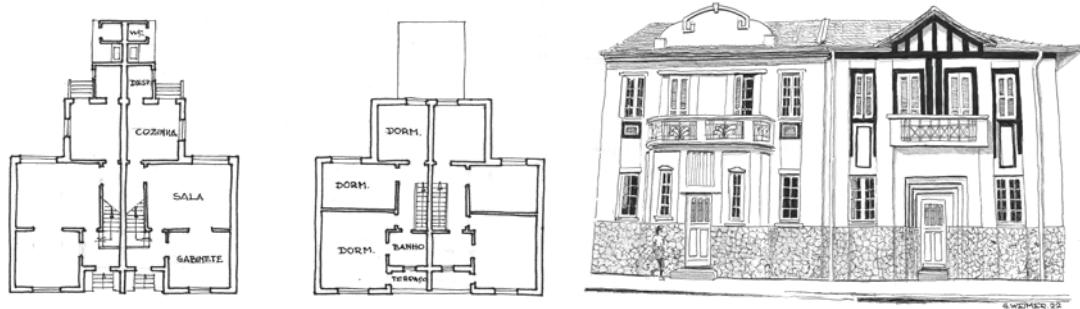


Figura 649: Casas Azevedo, piso térreo.

Figura 650: Casas Azevedo, piso superior.

Figura 651: Dois sobrados situados na Avenida Bento Gonçalves, Porto Alegre, cada qual com quatro moradias, projeto de Franz Filsinger.

Uma solução mais sofisticada, mas com as mesmas motivações, era a construção de quatro moradias na forma de sobrado, como é mostrado em dois conjuntos da figura 651.

Esta fase de grande liberdade, por vezes, denominada de *laissez-faire*, sofreu um forte abalo com a I Guerra Mundial e, depois, com a crise internacional de 1929. A retração da economia levou a um comedimento no emprego da decoração e a um certo radicalismo quando se passou a admitir que a decoração permitida seria a dos elementos constituintes do projeto como as janelas, portas, escada (figuras 652 e 653). Esta concepção foi denominada “objetividade” ou “nova objetividade” e, rapidamente, evoluiu para um radicalismo formal que precedeu ao chamado de “modernismo” (figura 654), e que teve em Adolf Loos seu maior divulgador. Durante o Estado Novo, esta linguagem encontrou sua expressão na arquitetura erudita, em um monumentalismo inspirado nas realizações dos regimes totalitários europeus.



Figura 652: “Vila” Erwin Mittelstädt, de 1924.

Figura 653: Casa Paulo Krieger, de 1936.

Figura 654: Casa Fernando Corona, de 1934.

Estas transformações aconteceram a reboque da evolução da arquitetura centro-europeia e, em certa medida, à revelia da lei. Com a aprovação da nova constituição em

1933, os exercícios profissionais passaram a ser regulamentados. Mas a forma de controle ainda era tênue e tolerava a existência de profissionais de grau médio, especializados na execução de projetos avalizados pela assinatura de profissionais de nível superior. Esses procedimentos eram denominados acobertamento profissional. Era, portanto, uma arquitetura que se movia numa faixa intermediária entre a erudita e a popular, numa ilegalidade consentida.

Nova transformação ocorreu em decorrência da II Guerra Mundial. Militares brasileiros foram levados aos Estados Unidos, especificamente, à Califórnia, para se aperfeiçoar nas atividades bélicas como programa da participação programada da entrada do Brasil no conflito. Lá entraram em contato com o tal “estilo californiano” que era apresentado como a síntese da tradição local – o território havia sido conquistado com a expulsão dos mexicanos – com as conquistas da sociedade industrial. Dentro do movimento armamentista no Brasil, com a volta destes militares, os quartéis passaram a ser construídos nesta linguagem. Enquanto isso, esta linguagem havia sido amplamente aceita na América espanhola em razão do que a única região em que havia uma fronteira aberta entre a América espanhola e portuguesa era a parte meridional do país, permeabilidade que serviu de estímulo para houver uma ampla aceitação desta linguagem que era amplamente divulgada por meio de publicação de baixo custo como a série de livros intitulados de *Mi Casita*.

Por se tratar de uma manifestação popular da arquitetura, estas publicações eram objeto de chacotas da parte da elite dos arquitetos brasileiros, mas os projetos neles publicados serviam de modelo para os projetos elaborados por escritórios de desenhistas que viriam a ser, posteriormente, avalizados pelos egressos das Escolas de Engenharia. Na verdade, realizações nesta linguagem encontram-se em todo o país, mas na região sul podem ser encontrados bairros de classe média onde a quase integralidade das construções foram realizadas nesta linguagem (figuras 655 e 656). Em decorrência da maior ou menor experiência destes desenhistas, a qualidade dos projetos era muito variável. Em Porto Alegre, este *boom* aconteceu durante os anos da guerra, chegando a abranger quase a metade das construções nos anos de maior solicitação, mas entrou em decadência ao fim do conflito, substituído pela linguagem modernista de vertente corbusiana e deixou de ser praticada definitivamente a partir de 1955.

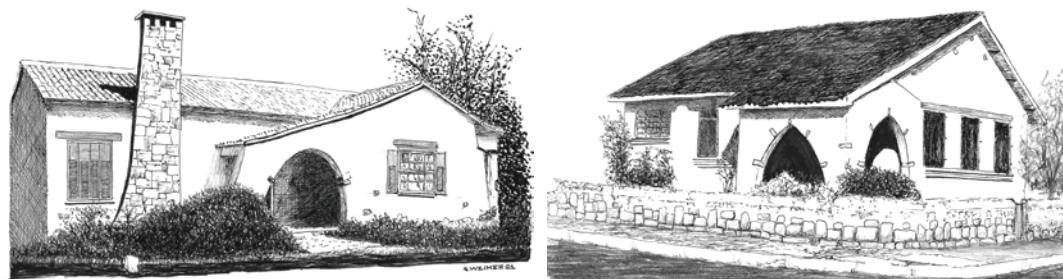


Figura 655: Residência na Rua Chavantes, 349, em Porto Alegre.

Figura 656: Residência na Avenida Nonoai, 563, em Porto Alegre.

A documentação da época revela que, durante o auge do modismo, ele foi objeto de variantes como o “moderno” (figura 657), que nada tinha a ver com o modernismo da

pós-guerra e sua característica principal era o emprego de abertura em arco parabólico, o “missões” (figura 658) com formas mais simplificadas, o “mexicano” (figura 659) com formas mais massivas, o “espanhola” com formas mais rebuscadas (figuras 660 e 661).



Figura 657: Casa Elias. Botheme, de 1938.

Figura 658: Casa Leopoldo Geyer, de 1937.

Figura 659: Capela Nossa Senhora Aparecida, em Tristeza, de 1935. Arquiteto: Fernando Corona. RS.

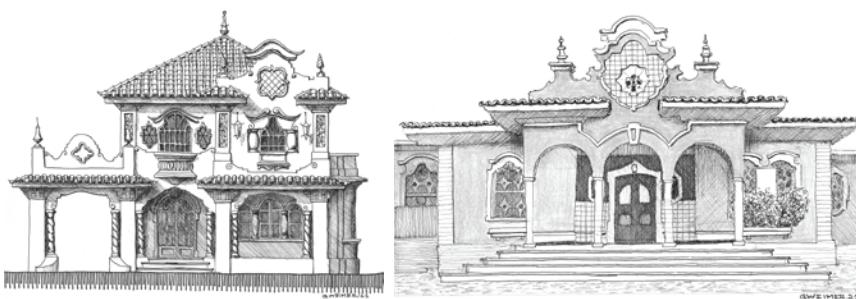


Figura 660: Casa Bentix-Montiel, Av. Venâncio Aires esq. Santa Teresinha, 132, Porto Alegre.

Figura 661: Palacete na Avenida Brasil, 478, São Paulo, Capital.

Sob o ponto de vista das origens da arquitetura brasileira, o californiano teve um significado singular por se tratar da primeira linguagem não europeia que encontrou ampla aceitação na América do Sul e, em especial, no Brasil. Bem menos cômoda era a situação da classe do operariado e da população de renda baixa. Uma solução para suas moradias era a conversão dos fundos dos terrenos das casas coloniais em cortiços, que consistiam em construir uma série de salas geminadas ao longo das divisas sem instalações sanitárias, já que ainda não haviam se construído redes de esgoto cloacal. As salas eram alugadas aos despossuídos. Inicialmente, eram denominadas “casas de cômodos” (figura 662), mas depois passaram a ser chamados por “cortiços” (figura 663).



Figura 662: Casa de “cômodos”, à Rua Riachuelo, Porto Alegre, em 1895.

Figura 663: Projeto de aumento de um cortiço na Rua da Praia (atual Andradas), no centro de Porto Alegre, em 1903.

Em conformidade das posses dos inquilinos, eram oferecidas acomodações de um (figura 664), dois ou três compartimentos (figura 665).



Figura 664: Projeto de construção de cortiço na Rua dos Andradas (principal rua de Porto Alegre), em 1904.

Figura 665: A variante mais comum de cortiços era as moradias do tipo sala-quarto-cozinha.

Quando, em decorrência da política de saneamento capitaneada por Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, passou a ser proibida a construção de cortiços nas cidades, burlava-se a lei construindo alojamento idênticos sob o qualificativo de estrebaria (figura 666).

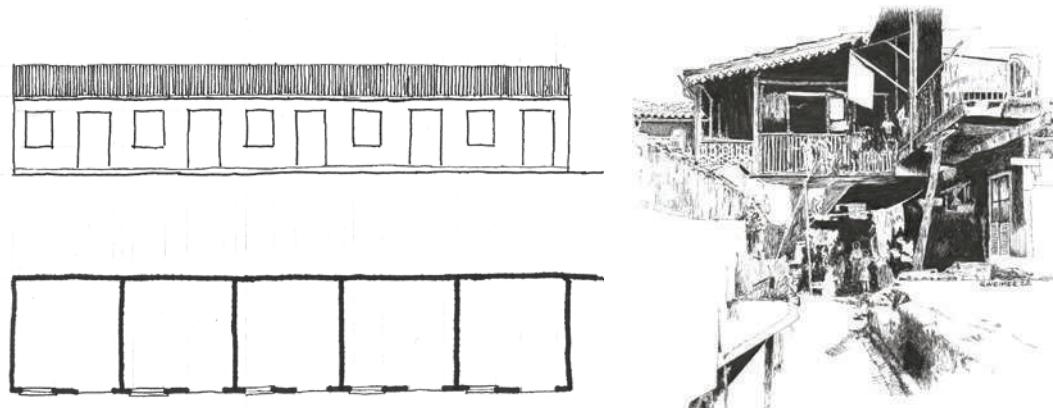


Figura 666: "Projeto de construção de uma "estrebaria" na Rua da Floresta" (atual Cristóvão Colombo), em 1909.

Figura 667: Aspecto interno de um cortiço.

Hoje é difícil imaginar a precariedade das condições de vida nestas comunidades, visto que elas não possuíam abastecimento de energia elétrica, e muito mais grave era o fato de que nem mesmo instalações sanitárias estavam disponíveis. Disso, deduz-se que condições de vida deviam ser extremamente conflituosas, posto que nelas ainda era comum que o escasso espaço disponível era usado para o serviço de lavagem de roupas, que era uma das fontes de renda comum a mulheres "desamparadas" (figuras 667, 668 e 669).

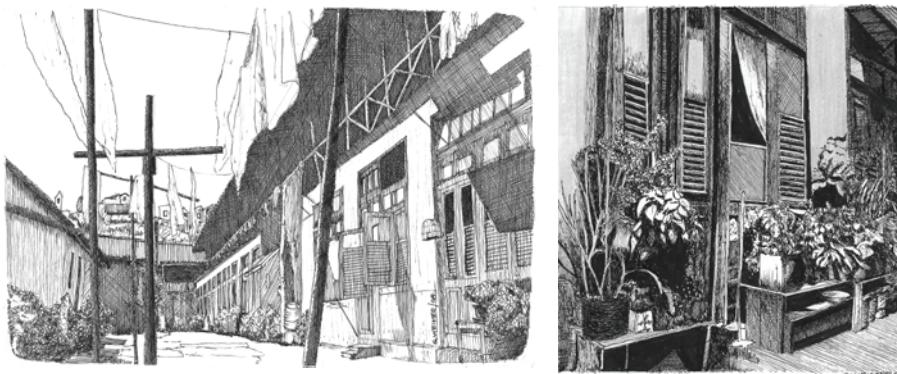


Figura 668: Cortiço existente na Rua Senador Pompeu, no Rio de Janeiro, em fins de 1970.

Figura 669: Cortiço à Rua Senador Pompeu: o esforço em dar um mínimo de dignidade à moradia.

No início da industrialização do país, o conceito vigente era o de que o empresário – à época qualificado como “industrial” ou “capitão de indústria” – compraria o terreno, se possível próximo a sua fábrica, e construiria habitações para seus operários. Esse sistema tinha diversas vantagens: a primeira era a de que o aluguel seria descontado do salário, logo, tinha retorno certo e sem atrasos. A escassez de alojamentos disponíveis garantia a permanência dos operários sob o controle direto do empresário: em caso de atrito, o operário não só perdia o emprego como também sua moradia. A dependência do operário se estendia a sua família, forçando todos seus membros a se engajarem no empreendimento, o que garantia uma ampla disposição de mão de obra.

Posteriormente, foram construídos bairros inteiros através de consórcios de empresários que dividiam entre si as despesas em cotas referentes ao tamanho da demanda dos empregados de cada empreendedor. A união desses empresários também servia para constituir empresas construtoras e para pressionar as municipalidades no sentido de arcar com despesas referentes a espaços públicos, a aberturas de ruas e o seu calçamento. Com a criação de um Departamento da Casa Popular, as municipalidades ofereciam aos operários em certo número de projetos de casas já aprovados e à livre escolha, o que requeria apenas a elaboração de uma planta de situação, que era confeccionada na hora, muitas vezes, com desenhos a mão livre. Para o início das obras, era necessária apenas a anuência do empregador (figuras 670 e 671). Para atender a essas demandas, foi formada uma mão de obra altamente especializada para construir uma casa de madeira no período de uma semana com um restrito número de operários.



Figura 670: Conjunto de casas de madeira da década de 1930, em Porto Alegre.

Figura 671: Casa construída com tábuas horizontais.

À medida que foram se atenuando restrições da disponibilidade de habitações, foi mudada a técnica de comprometimentos: os lotes com seus respectivos imóveis passaram a ser vendidas aos operários em longuíssimas prestações, o que continuava a garantir o retorno do capital investido pelo fato de que as prestações eram descontadas do salário e a dependência no amortecimento das dívidas assumidas garantiam a continuidade da dependência do operário ao patrão, pelo menos, até que fosse saldada a dívida. Isso fez com que se multiplicasse este tipo de construções. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, na década de 1930, mais da metade das construções licenciadas eram de tábuas. Porém, a área construída das construções correspondia a pouco mais de um quarto do total, o que significa ser o restante de alvenaria, e que as construções de madeira eram significativamente menores que as de “material”, conforme a linguagem da época. Dessa forma, surgiram-se enormes bairros proletários construídos exclusivamente com madeira.

Hoje essas construções estão desaparecendo a olhos vistos pelo simples fato de a madeira não ter recebido qualquer tratamento de conservação numa região onde diversas espécies de cupins proliferam descontroladamente e, por outro lado, devido ao desmatamento predatório dos pinheirais na esteira de uma corrupção desenfreada que colocou as araucárias em perigo de extinção, já que lei de replantação dos pinheiros jamais foi levada e efeito.

À medida que as dívidas dos operários foram saldadas, o negócio, inicialmente lucrativo, passou a ser menos atrativo, razão pela qual a construção de casas proletárias foi passada à esfera governamental, que se encarregou da construção de grandes conjuntos habitacionais por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's). Para isso, foram copiadas iniciativas de construções populares do período de pós-guerra voltada à construção de sobrados de quatro apartamentos que dispunham de um terreno nos fundos, que era dividido em parcelas iguais entre os moradores com o objetivo de que servissem de plantação de vegetais de complementação alimentar.

A massiva migração para os grandes centros urbanos levou a que, na atualidade, 85% da população optasse pela urbanização, sem que esse crescimento das cidades fosse acompanhado de um efetivo planejamento. As cidades foram tomadas por uma espiral renovadora de incessantes demolições para posterior reconstruções com edificações do *dernier cri*, a última moda lançada nos grandes centros do capitalismo mundial. Os sólidos palacetes construídos pelos magnatas das indústrias nas primeiras décadas do século XX, destinados a durar “mil anos”, foram sendo demolidos sistematicamente num país com um dos maiores déficits habitacionais do mundo. Ou, o que é pior, em nome da cultura (ou falta de), as paredes das fachadas desses palacetes são deixadas intocadas mediante vantagens econômicas, formando paisagens cinematográficas, fantasmagóricas. Apenas pardieiros disfuncionais vão sendo abandonados à própria sorte, para – quem sabe? – serem declarados patrimônio arquitetônico da Nação num futuro distante.

Em épocas ainda mais recentes, a criação de um Banco Nacional da Habitação e programas como Minha Casa, Minha Vida foram instrumentos que facultavam a aquisição da casa própria pela classe de baixa renda. Nesses tipos de construção, é difícil encontrar qualquer revivescência que possa lembrar a influência da arquitetura portuguesa.

Conclusões

A proclamação da República foi acompanhada de uma divulgação de ideias antilusitanas. Movimentos revolucionários de caráter popular e laico que agitavam a Europa fizeram com que a Igreja empreendesse uma ação destinada à recuperação de suas prerrogativas, dentre as quais figurava uma condenação à maçonaria da qual o Imperador era uma das figuras de maior destaque, juntamente com muitas personalidades da política brasileira. Isso criou um considerável atrito entre o governo e os padres, que haviam feito sua formação no Vaticano. Como a Igreja era integrante da administração do país, o Imperador ficou numa situação muito ambígua. A consequência foi um factual cisma entre Igreja e Estado na década de 1870, o que abalou a estrutura do poder, uma vez que se partia do princípio de que o poder imperial teria sido uma designação divina. Outro desgaste muito sério foi a abolição da escravidão, criando fortes tensões entre escravagistas e abolicionistas, cujos efeitos atingiram diretamente a alta cúpula do poder, por esta via, a figura do Imperador. Outras contradições de semelhante teor fizeram com que o poder do supremo governante passasse a ser contestado e, por ser da Casa de Bragança, passou a ser vilipendiado por ser “português”, mesmo tendo nascido no Brasil.

Durante as primeiras duas décadas da República, admitia-se que sua proclamação seria o definitivo sepultamento de todos os vínculos com a antiga herança. Acontece, porém, que, por volta da I Guerra Mundial, a forte imigração de portugueses associada a forças tradicionalistas ensaiou uma reação contra este ideário e passou a se organizar no sentido de reviver a cultura portuguesa, que se materializou em manifestações arquitetônicas de influências lusitanas. Os festejos do centenário da independência se mostraram propícios a uma reavaliação da herança portuguesa. Enquanto a intelectualidade brasileira, majoritariamente, procurava se alinhar em preceitos culturais internacionais, uma minoria conservadora se dividia entre aqueles que viam na arquitetura colonial uma extensão da arquitetura portuguesa, acreditando servir de modelo às realizações futuras; uma divergência de nacionalistas julgava ter sido a arquitetura colonial uma adaptação da arquitetura lusitana às necessidades do clima tropical. Portanto, teria deixado de ser portuguesa para assumir feições nitidamente brasileiras. Por conta do ecletismo que se constituía na corrente majoritária na arquitetura até a II Guerra Mundial, devido a alguma repercussão de que o estilo mourisco tinha muitos adeptos entre os arquitetos, essa linguagem recebeu algum destaque em feiras internacionais ou, em decorrência da imigração proveniente do Oriente Próximo, também foram feitas algumas obras nesta linguagem que tinha uma relação distante da história da arquitetura portuguesa.

Levadas ao nível teórico, as discussões conduziram a poucas realizações materiais, passando a se constituir quase que uma curiosidade para as gerações seguintes, que preferiam se alinhar às motivações dos países centrais, com destaque para a corrente francesa. Com isso, os conhecimentos da arquitetura lusitana foram se retrairindo progressivamente até chegar quase ao esquecimento. Em seu lugar foram colocados modernismos centro-europeus. Isso não quer dizer, que nos locais mais afastados dos centros culturais do país, alguns conceitos de linguagem e de técnicas construtivas portuguesas ainda podem ser detectados numa postura que se recusa a aceitar um fim próximo.

CAPÍTULO 6

PROBLEMAS
*atuais da arquitetura
brasileira*

Amassiva migração para os grandes centros urbanos levou a que, na atualidade, houvesse uma forte concentração urbana. No início da república, a população do país era de aproximadamente 17,5 milhões; em 1950, ela passava de 52 milhões; na virada do século, já atingia 166 milhões, enquanto, na atualidade (2022), ela está sendo avaliada em 204 milhões. No início do século, a população urbana perfazia aproximadamente 10% do total; em 1950, já alcançava 36,3%; na virada do século, já estava em mais de 81% e, na atualidade, estima-se que já tenha passado dos 85%, com tendências a crescer ainda mais. Esses dados mostram o grande impacto sofrido pela arquitetura durante o século XX e nos inícios do atual. De um lado, foi se formando um Brasil rural, atrasado, conservador e decadente em oposição a centros urbanos dinâmicos, contraditórios em sua consistência e de crescimento incontrolado. Isso impõe que estas faces sejam examinadas em separado.

Dado às dimensões e as variedades regionais do país, é difícil fazer um apanhado geral conjunto do país. Em razão disso, optou-se por fazer uma avaliação por regiões. Como divisão geoeconômica, o país tem sido dividido em três partes: a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Sul, cuja regionalização diverge da geopolítica, segundo a qual o país se divide em Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Como a arquitetura popular é tributária direta das condições ambientais, parece ser mais coerente analisá-la sob o ponto de vista dos biomas naturais. Sob esse ponto de vista, os autores divergem sobre as caracterizações das diversas regiões. Para as especificidades deste estudo, foi adotada a divisão em Amazônia, Cerrado (no qual alguns autores incluem a Caatinga), o Pantanal, a Mata Atlântica (alguns autores distinguem uma região formada pelas florestas de araucárias) e o Pampa (figura 672).

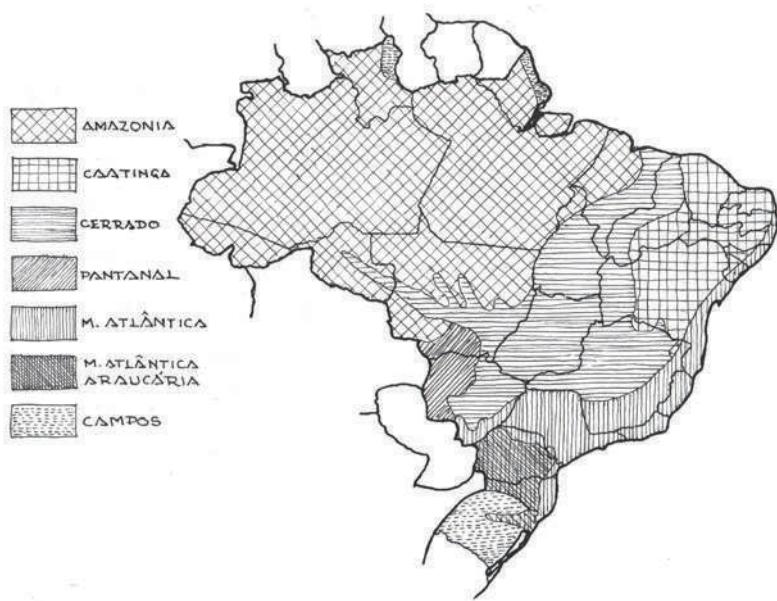


Figura 672: Mapa dos biomas brasileiros.

O bioma da Mata Atlântica

O bioma mais conhecido é o da Mata Atlântica por ser o de mais fácil acesso a partir do mar, o que foi fundamental para a sua ocupação pelos conquistadores e se estende numa faixa de largura variável, ao longo da costa, desde o Rio Grande do Norte até a metade norte do Rio Grande do Sul, com um alargamento significativo no sul, onde abrange a largura total dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A parte meridional, por vezes, tem recebido uma subdivisão, como a floresta de Araucárias. A área ocupada comporta cerca de 12% do território nacional. Como se tratava da região mais exposta a partir do mar, desde os primórdios, é a mais devastada. Nele se concentra a maior parte da população, razão pela qual sua urbanização é a mais intensa do país.

Pelo fato de se estender ao longo do oceano, sua costa apresenta muitos mangues onde é frequente a ocupação humana na forma de palafitas, inspirada na cultura sudanesa. Aí as influências lusitanas pouco comparecem. No nordeste, esta região recebeu o nome de Zona da Mata. Aí a floresta foi devastada muito cedo para dar lugar à cultura da cana de açúcar. Quando os antigos engenhos entraram em decadência, a produção artesanal do açúcar deu lugar a usinas mecanizadas produtoras de açúcar e álcool. A industrialização promoveu uma larga expulsão da população para os grandes centros urbanos, e os empregados das usinas continuam vivendo em habitações que remetem a formas tradicionais mestiças afro-lusitanas.

Na região sudeste, correspondente aos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, nos baixios entre a Serra do Mar e o oceano, estabeleceram-se os caiçaras¹, que se

¹ Caá-iça = cerca de pau a pique. De caá = madeira, mato + iça = estaca.

originaram da intensa mestiçagem entre lusos, africanos e indígenas. Nas diversas aldeias, as técnicas de construção variam conforme a maior ou menor incidência das origens étnicas formadoras. Habitando em ambientes de floresta, desenvolveu-se uma cultura semi-sedentária alternando uma dedicação à agricultura no interior e uma temporada de pesca junto ao mar, herança indígena. A habitação do interior tem uma estrutura de galhos serrados com paredes de taipa e a cobertura de palha de palmeira, e que vem sendo substituída por materiais mais duradouros como telhas de barro, chapas zincadas ou fibrocimento.

Na maioria, as casas são de pau a pique, onde os vãos são vedados com tramaço de varas amarradas com cipós e embarrados com taipa de mão. Às vezes, a técnica é combinada com a fachada principal construída com alvenaria de adobe ou de tijolos. As paredes internas são de meia altura, o que pouco favorece a intimidade. A cozinha, normalmente, é externa e anexa à casa. Milho, batata, aipim e café são armazenados em um pão; arroz e feijão são guardados na casa. Instalações sanitárias e de higiene pessoal ocupam uma construção apropriada. Atrás da casa são criados animais, e cercados protegem a vegetação da horta (figura 673). Os vilarejos, chamados de arraiais, apresentam casas alinhadas e construídas a distâncias variáveis. As habitações praieiras estão erguidas numa faixa de terra entre a estrada e as areias da praia (figura 674). Aos poucos, este costume vem sendo abandonado.

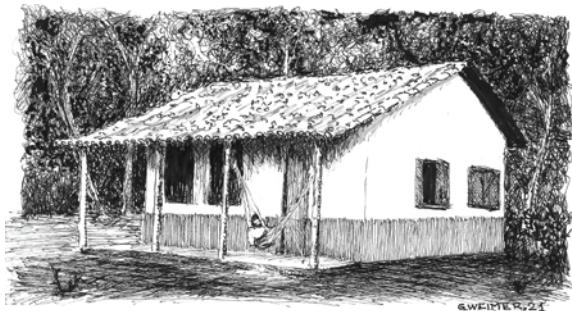


Figura 673: Casa caiçara interiorana, das cercanias de Paraty, no Rio de Janeiro.

Figura 674: Casa caiçara praieira, no litoral norte paulista.

O caipira² é um morador do interior. Sua origem é idêntica à dos caiçaras, contudo, vive longe do mar, exercendo atividades que se limitam ao âmbito da agricultura e pecuária. Em sua origem remota, a sala se constituía no centro da casa e era denominada “alpendre”. O móvel principal era uma pequena mesa rodeado por alguns mochos de assento de couro. Em uma dos lados havia um pote de cerâmica onde decantava a água do rio e uma caneca feita de porongo ou uma casca de coco com um cabo. Cada morador tinha uma rede que era enrolada durante o dia e suspensa na parede. À noite, eram esticadas para servir de cama. A cozinha era um anexo da casa e podia ocupar uma das extremidades de uma varanda. Neste caso, era comum haver uma mesa para as refeições.

Ao longo do tempo, o referido sistema evoluiu: a cozinha se tornou um compartimento específico; as redes deram lugar a catres de couro que migraram para quartos fechados com paredes a meia altura; um pequeno oratório preso à parede ou colocado

2 Caí-pyra. De caí = envergonhado + pyra = (fruto) verde, cru.

sobre um pequeno altar serve para fazer promessas aos santos da devoção. As paredes de taipa passaram a ser construídas com tijolos; coberturas de palha de palmeira foram sendo substituídas por telhas cerâmicas por serem de longa duração (figura 675). Abrigos para carroças e apetrechos da lavoura ou a animais, como a gado leiteiro passaram a complementar a habitação (figura 676).



Figura 675: Casa caipira, com uma típica carroça portuguesa.



Figura 676: Casa caipira.

No extremo sul, esta população era chamada de “tabacudo”, denominação que caiu em desuso. Porém, a existência de florestas de araucárias, que são pinheiros de tronco reto e com galhos só na coroa, prestando-se excepcionalmente bem para o beneficiamento, condicionou o desenvolvimento de uma arquitetura de tábuas, de características próprias, de baixos custos e de qualidade plásticas respeitáveis (figuras 677, 678 e 679).



Figura 677: Residência alpendrada em Tapera, Rio Grande do Sul.

Figura 678: “Chalé” de madeira no interior de Santa Catarina.

Figura 679: Conjunto de construções no oeste do Paraná.



Hoje estas construções estão desaparecendo a olhos vistos pelo fato de a madeira não ter recebido qualquer tratamento de conservação na região onde diversas espécies de cupins proliferam descontroladamente. Com o desmatamento predatório, sem qualquer iniciativa de conservação das matas, na esteira de uma corrupção de órgãos de preservação, especialmente criadas para este fim, acabou por colocar as araucárias em perigo de extinção na atualidade. Em consequência, a população pobre se vê nas condições de precisar lançar mão de qualquer tipo de material disponível (figura 680), até mesmo de sobras de demolições (figura 681).

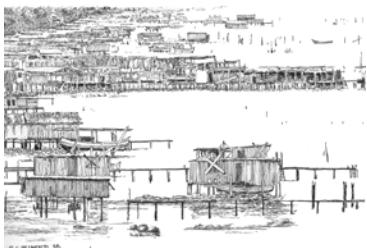


Figura 680: Colônia de pescadores na Laguna de Santa Catarina.

Figura 681: Três casas rurais perto do Belém Velho, uma de tijolos e cobertura de telha canal, outra de tábuas e cobertura de telha francesa e a terceira de adobe e cobertura de palha.

O bioma da Amazônia

A Amazônia corresponde a mais da metade do território nacional e abrange todo o estado do Amazonas, do Pará, do Acre, quase todo o estado de Roraima e Amapá e grande parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão. Depois do fausto da borracha que terminou, abruptamente, em 1912, com a descoberta do modo de produzir a borracha de forma sintética, a região entrou em letargia, à espera de dias melhores. Durante os “anos de chumbo”, uma política de industrialização em polos centralizados promoveu uma profunda transformação em termos demográficos. Sua rala população, distribuída de forma relativamente homogênea, foi atraída para os centros industriais fazendo com que houvesse uma forte migração interna que resultou numa concentração populacional marcante nestes pólos. Hoje a população de Manaus corresponde a 2,25 milhões de habitantes, aproximadamente, enquanto sua população total é estimada em 4,2 milhões. Isso significa que a densidade populacional do interior do estado é de aproximadamente 1,25 habitantes por km².

Esta absurda concentração da população na capital levou a um enorme desequilíbrio de rendas. Houve aumento na qualidade de vida daqueles que puderam se beneficiar da nova estrutura produtiva, e, com isso, melhorar a qualidade de suas moradias, enquanto uma parte da população, na ilusão de conseguir melhores ocupações de trabalho, viu-se forçada a habitar em igarapés sob péssimas condições de higiene sobre precárias palafitas. O enriquecimento de parte da população fomentou um aperfeiçoamento das formas tradicionais de construção, o que permitiu a construção de residências flutuantes de razoáveis graus de conforto (figura 682). Da mesma forma, iniciativas da indústria tratam de construir residências mais qualificadas para seus operários mais qualificados (figura 683).

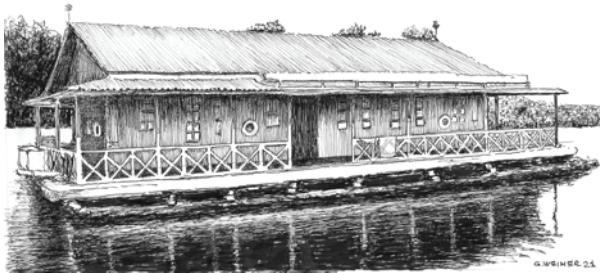


Figura 682: Casa flutuante no rio Solimões.

Figura 683: Parte de conjunto habitacional para operários especializados na Zona Franca de Manaus.

A consequência da penetração capitalista na região foi um relativo melhoramento nas condições de vida da população, o que não quer dizer que não tenham de conviver com as inundações sazonais, levando a construções sobre palafitas (figura 684) enquanto nas terras altas é possível morar em casa sobre antas, para evitar a alta umidade do solo (figura 685), e a construções flutuantes de variadas dimensões (figuras 686 e 687).

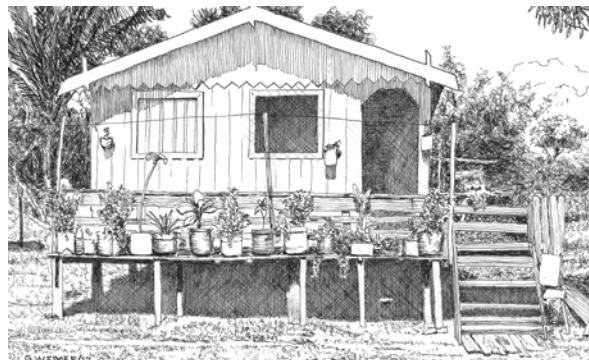


Figura 684: Casa ribeirinha em tempos de “inverno”, ou seja, de cheias.

Figura 685: Casa em terra firme, num afluente do Rio Negro, interior do Amazonas.



Figura 686: Casa flutuante e ribeirinhas no Igarapé de Anauerapucu, Amapá.

Figura 687: Casas flutuantes no Rio Amazonas.

Como se nota, a arquitetura está bastante distanciada das formas tradicionais lusitanas. No entanto, arquétipos tradicionais, constantemente, tornam a mostrar sua permanência. Para exemplificar o fenômeno, apresentamos duas igrejas recentes (figuras 688 e 689) do interior da Amazônia que, apesar de sua extremada simplicidade, denotam a revivescência das antigas igrejas barrocas coloniais.



Figura 688: Igreja no interior do Pará.

Figura 689: Igreja em Acajatuba, no Amazonas.

O bioma do Cerrado

A região do cerrado abrange pouco mais de um quinto do território nacional e ocupa o planalto central do país. Nele, incluem-se os estados de Tocantins, Goiás, parte do Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Bahia, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Suas terras estão entre as mais antigas do globo terrestre, razão pela qual seu relevo está totalmente erodido, e sua superfície ondulada. O clima quente ao longo de todo o ano apresenta “inverno” seco, que faz com que as árvores sejam de pequeno porte e, por vezes, de troncos retorcidos. A região é rica em arbustos e capim. Devido a sua extensão, apresenta variantes de ecossistemas. Seu habitante tradicional é denominado “matuto”, nome de conotações pejorativas. A arquitetura do lugar reflete sua origem tri-híbrida, dependendo da maior ou menor participação étnica de cada comunidade (figuras 690, 691 e 692).



Figura 690: Casa de matuto, com proeminência de técnicas africanas, em Goiás.

Figura 691: Casa de matuto, proeminência de técnicas lusitanas, em Minas Gerais.

Figura 692: Casa de matuto, com proeminência de técnicas indígenas, em Mato Grosso.

Durante muito tempo, a atividade econômica básica era uma pecuária extensiva, mas a partir da transferência da capital para o Planalto Central, a região tem se transformado em fronteira de expansão agrícola, em grandes propriedades lavouras mecanizadas. A irrigação permite a obtenção de mais de uma safra por ano. Nos últimos cinquenta anos, metade de seu meio natural foi devastada com funestas consequências ambientais. A expansão das fronteiras da pecuária em direção norte também é vista com preocupação pelos ecólogos. Uma política bem orquestrada atendeu a interesses de latifundiários, emprestando-lhes subsídios a prazos longuíssimos e juros irrisórios. Através da venda de grãos no mercado internacional, em um câmbio favorável e num desabastecimento do mercado interno, cuja reposição foi conseguida por meio da importação dos grãos exportados, foi orquestrada uma monumental transferência de rendas para as mãos dos proprietários, à custa de uma generalizada socialização do depauperamento da massa consumidora. Isso se refletiu na expulsão da população pobre para centros urbanos compensada com uma parcial substituição por mão de obra mais qualificada.

Em termos de arquitetura, isso significou uma involução das formas tradicionais de construção e sua substituição por outras, mais contemporâneas, distanciando-se cada vez mais da tradição lusitana. No entanto, ainda podem ser detectados certos valores que não negam essas origens. Eventualmente, alguns fazendeiros bem sucedidos ainda continuam a residir em suas fazendas onde constroem residências que lembram as antigas casas-grandes de antanho (figura 693). Porém, sempre que possível, preferem morar na cidade

mais próxima. No caso, preferem construir residências suntuosas, assobradadas, trazendo a carga da tradição lusitana da valorização do proprietário através da altura de suas moradias (figura 694), o que pode ser interpretado como uma versão contemporânea do sobrado colonial. A administração de suas fazendas é deixada por conta de algum preposto, cujo trabalho é supervisionado em visitas intermitentes.



Figura 693: Uma casa de fazenda “moderna”.

Figura 694: Sobrado urbano de fazendeiro bem sucedido no agronegócio.

Dependendo do tipo de relação de contrato social entre proprietários e empregados, as moradias dos últimos ainda podem manter semelhanças com as tradicionais (figura 695). Mas como os avanços do agronegócio, estabeleceu-se a necessidade de mão de obra especializada, o que levou à oferta de melhores condições de habitabilidade de moradias (figura 696).

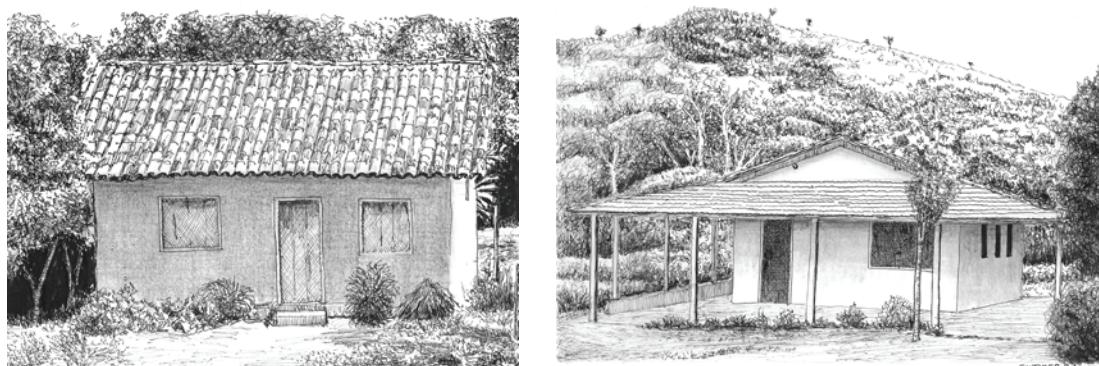


Figura 695: Casa rural de feitura tradicional.

Figura 696: Casa rural.

O bioma da Caatinga

A caatinga³ ocupa cerca de 9% do território nacional, abrangendo os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e partes da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a maior parte da Bahia, constituindo-se em uma extensão do cerrado, mas dele se distingue por apresentar uma longa estiagem que se prolonga por três trimestres. Durante o período de chuvas, as árvores retorcidas se cobrem de verde com extraordinária rapidez, e as

³ De *caa + tinga*, (*caa* = mato + *tinga* = branco). Esta denominação é dada pelo fato de que, durante a longa estiagem, a vegetação perde as folhas e os troncos ficam cobertos de um pó claro. A vegetação é adaptada a este clima. A primeira chuva lava este pó e a vegetação floresce com extraordinária rapidez.

gramíneas brotam e crescem vigorosamente. Muitos rios que passaram a maior parte do tempo secos voltam a ter um curso de água. Na estiagem folhas caem, a vegetação seca, troncos ressequidos voltam a apresentar uma coloração acinzentada, e a terra volta a apresentar um aspecto esturricado.

Para contornar o problema, a sociedade tem se esforçado em construir açudes a fim de reter a água para se abastecer durante a estiagem. Porém, essa prática tem sido pouco eficiente devido à evaporação da água, por isso que desenvolveu-se políticas de construção de cisternas com resultados também pouco eficientes por questões políticas e de gestão. A instabilidade econômica decorre de questões fundiárias onde predominam os latifúndios cujos proprietários acumulam o poder político. Em geral, estão estabelecidos nos grandes centros e administram com mão de ferro suas propriedades com o respaldo de jagunços sob a vigência da lei do mais forte. Sobram, portanto, motivos para fomentar migrações para os grandes centros urbanos com a ilusão de conquistar uma vida melhor. E a imagem mais pregnante do sertão é a de isolamento rural, de abandono e de desolação (figura 697 e 698).

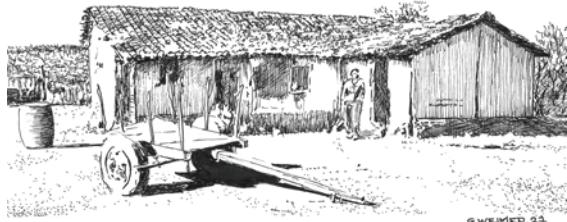


Figura 697: Casa sertaneja..

Figura 698: Casa sertaneja.

456

Para além dos estereótipos divulgados por interesses políticos, da chamada “indústria da seca” que visa conseguir fundos governamentais destinados ao desenvolvimento da região, mas cujos investimentos são consumidos pela elite dominante a seus interesses e, por causa da estagnação econômica, viceja uma cultura local que pode ser melhor percebida nos pequenos centros urbanos onde permanecem vivas as atividades folclóricas. Na arquitetura popular, se conservavam as tradicionais formas de organização do espaço urbano, do mesmo modo que se organiza o espaço interno das moradias. Contudo, elas vêm se adaptando aos novos tempos. A imposição imperial de substituir os beirados por platibandas foi sendo acolhida aos poucos, desde quando se descobriram as possibilidades plásticas proporcionadas. Por um lado, havia a possibilidade de variar nas formas das platibandas (figura 699). Além disso, seria possível explorar texturas dos materiais e seus coloridos (figura 700), ou proporcionar um tratamento escultórico não só da platibanda, como de toda a fachada (figura 701).

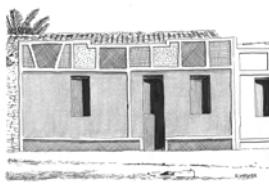


Figura 699: Casario em Triunfo, Pernambuco.

Figura 700: Casario em Olho d'Água do Casado, em Alagoas.

Figura 701: Moradia em Jatiúca, em Pernambuco.

A criatividade formal dos arquitetos sertanejos é exuberante, e um passeio por estes vilarejos proporciona a descoberta de soluções surpreendentes que leva nossa fantasia a identificar tendências muito atuais como o minimalismo (figura 702), ou um cubismo à Mondrian (figura 703), ou a um hipotético classicismo barroco (figura 704), ou ainda outras formalizações das mais ousadas. Um criterioso levantamento destas habitações foi feito entre 1976 e 1995 por Ana Mariani⁴, que serviu de base para os desenhos aqui apresentados.

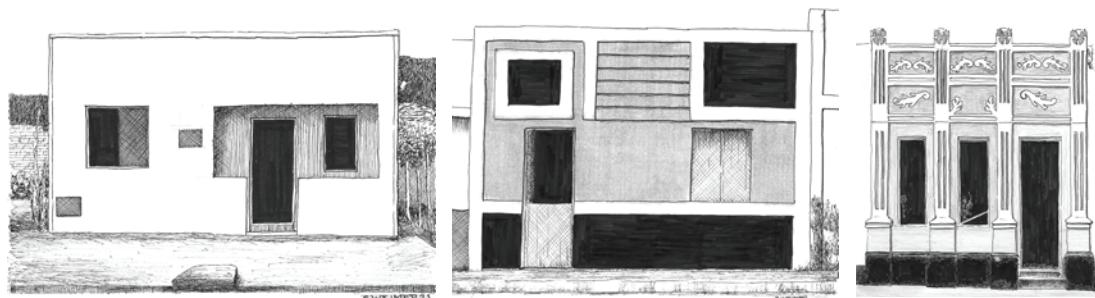


Figura 702: Casa no Saco da Camisa, Poço Verde, em Sergipe.

Figura 703: Casa em Bom Jardim, em Pernambuco.

Figura 704: Casa em Triunfo, em Pernambuco.

O bioma do Pantanal

Entre o planalto brasileiro e a Cordilheira dos Andes está localizado o estranho bioma pantaneiro. Sua área brasileira abrange parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e avança para dentro da Bolívia e norte do Paraguai. Ainda que seja o mais bem preservado bioma nacional, a expansão da fronteira agrícola já está dando mostras de suas ações deletérias. No Brasil, ocupa menos de 2% do território nacional. As terras baixas impedem o escoamento das águas em tempos de chuva, fazendo com que o lençol freático suba de nível e surja extensas áreas inundadas, correspondendo à parte visível do Aquífero Guarani, que consta ser o maior “lago subterrâneo” do mundo. À medida que as águas escoam, extensas regiões vão secando. Antes que surja uma nova onda de chuvas, o pantanal fica reduzido a uma região seca, com a apresentação de pequenos lagos onde se concentram os predadores dos mais diversos matizes, em frenética atividade de consumo de peixes que lutam pela sobrevivência em águas cada vez mais rasas e com cada vez menos oxigênio. Quando voltam as chuvas, o solo poroso volta a ficar encharcado e, mesmo em regiões onde ainda não choveu, lagos isolados voltam a encher até transbordar e formar um extenso brejo único. Virtualmente, a única atividade econômica é a criação de gado que se espalha pela planície, mas quando a inundação é muito grande, a boiada precisa ser deslocada para terrenos elevados.

Como se vê, esta área também é regida pelo regime das águas, mas sua existência não apresenta os excessos da região amazônica. Nos baixios, as construções também são

⁴ MARIANI, Ana. *Pinturas e Platibandas*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

erguidas sobre palafitas (figura 705) devido a inundações sazonais, mas existem terras mais elevadas não atingidas pelas inundações, permitindo a construção de edificações terreas (figura 706). A existência de extensas campinas favorece a criação de gado de raças bovinas indianas, praticada em latifúndios de milhares de hectares de área, cuja atividade tem tradição secular. Como estas propriedades eram de difícil acesso e ficavam a grande distância dos centros mais dinâmicos da Nação, sua arquitetura evoluiu em formas próprias, distanciando-se da arquitetura de origem lusitana.



Figura 705: Casa pantaneira de tábuas, às margens do Rio Paraguai.

Figura 706: Rancho pantaneiro de empregados de fazendas.

Inicialmente, as casas de fazenda eram de pau a pique, revestidas de taipa de mão e cobertas com palha de palmeira. No século XIX, passaram a ser de madeira com cobertura de telhas de barro (figura 707), mas os ranchos dos subordinados continuavam a ser palhoças cobertas de folhas de palmeira na forma como ainda são encontrados na atualidade (figura 708). Em fins do século passado, a pecuária se tornou mais extensiva e o aprimoramento dos manejos levou a excesso na densidade do gado, com prejuízos para a conservação ambiental. Ao mesmo tempo, o melhoramento da infraestrutura levou a que os proprietários passassem a viver em centros urbanos, deixando a administração das fazendas por conta de funcionários, cujas habitações ainda mantinham suas características de precariedade. Em tempos recentes, muitas casas de fazenda passaram a ser adaptadas ou construídas especialmente para fins turísticos (figura 709). Por vezes, conservava-se a casa tradicional e era feito um acréscimo para atender a demandas do turismo (figura 710), ou passaram a ser construídas edificações novas com o aproveitamento de materiais locais imitando técnicas consideradas tradicionais (figura 711). Problemas recentes advindos do aquecimento global e a inclusão da economia regional no mercado capitalista permitem antever profundas transformações no meio ambiente e na qualificação das habitações da população permanente.



Figura 707: Casa de fazenda às margens do Rio Paraguai.

Figura 708: Rancho de babaçu.



Figura 709: Casa tradicional adaptada para fins turísticos.

Figura 710: Casa de fazenda tradicional com o acréscimo para o atendimento do turismo.



Figura 711: Fazenda São Francisco: construída com materiais locais como a intenção de atrair turistas.

O bioma dos Campos

Este bioma abrange o nordeste de Roraima e a costa atlântica do Amapá; no sul recebe o nome de Pampa e apresenta dimensões consideráveis, pois se estende por mais da metade do Rio Grande do Sul, pelo Uruguai e considerável extensão da Argentina. Sua participação na área do Brasil é menos de 2%. Boa parte de seu território faz parte do Aquífero Guarani; o clima apresenta quatro estações bem definidas, com um verão quente e, no inverno, ventos polares que “queimam” a vegetação. Sua situação privilegiada de campo aberto chegando até a beira do oceano facilitou sua ocupação, embora ocorresse em época relativamente recente e resultou de contendas militares. Esta realidade acabou por facilitar a ocupação humana que, a longo prazo, acabou por levar à maior degradação ambiental do país. No início, a economia nele praticada foi a pecuária extensiva, que propiciou o surgimento da produção do charque por meio de técnicas de origem quéchua desenvolvidas no planalto boliviano. Com a abolição da escravidão, essa indústria entrou em decadência e, em parte, as pradarias foram transformadas em lavouras de cereais, com ênfase ao arroz.

O parcelamento da terra aconteceu por concessão de sesmarias a militares que deram origem a um estamento que, em parte, era conservador e não tinha a percepção da evolução da sociedade. Com isso, a pecuária estagnou, os proprietários se transferiram aos centros urbanos e a administração das fazendas ficou nas mãos de prepostos pouco afeitos à administração. Assim, a região entrou em decadência e, atualmente, boa parte

da população migra às cidades da metade norte do Estado. Os grandes sobrados com suas senzalas conexas passaram a perder seus moradores: primeiro, com a abolição da escravidão; após, com o estabelecimento dos proprietários em centros urbanos. Restaram apenas os prepostos com a missão de resguardar os latifúndios da invasão das terras por colonos sem-terra.

As habitações desses moradores permanecem em sua tradicional precariedade. A escassez de madeiras próprias para a construção fez com que a técnica construtiva fosse a de torrões, que consiste em extrair placas de terra cobertas de grama com as quais vão sendo levantadas as paredes como foi visto anteriormente. A cobertura era de palha. Por vezes, estas casas podiam ser de adobe. A pouca durabilidade destas construções tem levado à construção de habitações de alvenaria que, por vezes, ainda podem apresentar alguns resquícios da tradição portuguesa (figuras 712 e 713).



Figura 712: Construções que lembram a ancestralidade portuguesa estão se tornando cada vez mais raras.



Figura 713: Casa no município de Canguçu.

As modernas técnicas de plantação de cereais requerem relativamente pouca mão de obra, ao contrário do que acontece durante a colheita. Para tanto, são contratados operários temporários, chamados de safristas, que constroem palhoças – ditos chatões – para o abrigo noturno (figura 715) ou, um tanto maiores, quando há necessidade de abrigo para insumos e apetrechos (figura 714). Finda a colheita, estes abrigos são simplesmente abandonados.



Figura 714: Chatão safrista, interior de Pelotas, RS.

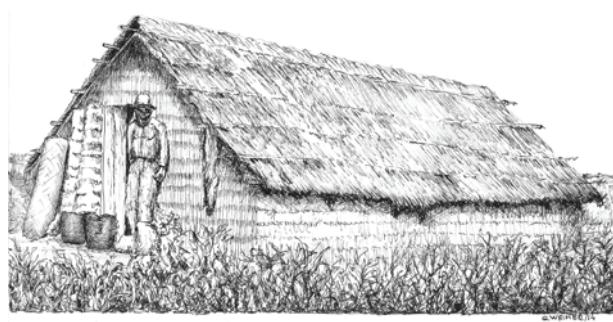


Figura 715: Abrigo temporário de um safrista durante a colheita.

De tudo isso, deduz-se que o distanciamento temporal e as condições bioclimáticas, bem como socioeconômicas, levaram a uma evolução cada vez mais distante de suas origens primordiais, sejam indígenas ou africanas e, quanto mais afastadas da costa, das portuguesas.

A arquitetura urbana

Com a absurda concentração populacional nas cidades, é nelas que se concentram os maiores problemas tanto arquitetônicos como urbanos. Segundo a agenda do Senado Federal, que incorporou dados do IBGE, o país ocupa a oitava pior posição mundial no que concerne à distribuição de renda⁵. Um por cento da população de maior renda usufrui de 34,9 vezes mais poder de compra que a metade dos mais pobres.

Segundo o Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no Brasil passou de 25,7% em 2016 para 26,5% em 2017, o que vem aumentando significativamente em decorrência da pandemia da Convid-19; o contingente de pessoas na extrema pobreza (com renda inferior a R\$ 140 por mês) passou de 6,6% da população para 7,4% em 2017, abrangendo, em números absolutos, 13,5 milhões em 2016 para 15,2 milhões no ano seguinte. Dados divulgados pelo IBGE atestam que 21 milhões de pessoas ricas concentram 41,6% de toda a renda nacional, enquanto os 21 milhões mais pobres dispunham apenas de 0,9% da renda. À medida que o mundo foi afetado pela pandemia, a partir de 2019, as condições econômicas pioraram sensivelmente. Com certeza, isso se constitui num bom indicativo para não ser realizado o censo em 2020, conforme estabelece a lei ao contrário do que argumentam as instâncias mais altas do governo central.

Uma política de urbanização equivocada transformou as megalópoles brasileiras num gerador de problemas e violências “insolúveis”. Em termos urbanos, este crescimento levou a que a tradicional setorização existente característica da clivagem social de épocas anteriores não mais atendia à crescente demanda. Em razão disso, foram sendo criados bairros novos. A classe alta se concentra nos chamados “bairros nobres”, com serviços públicos excelentes. A fim de realizar construções nesses locais, são convocados os profissionais mais reconhecidos e seus projetos recebem grande divulgação nas publicações especializadas, cujas obras são apresentadas como sendo típicas da atualidade arquitetônica contemporânea brasileira. Dada à divulgação que as mesmas vêm recebendo, julgamos ser dispensável examiná-las. A dinâmica renovadora foi tão impetuosa que nem mesmo os bairros novos conseguiram resistir a estes ímpetos. O caso mais conhecido é o de Copacabana, no Rio de Janeiro, que foi construído no início do século passado e identificado como sendo da classe alta. Desde então foi demolido e reconstruído duas vezes, e acabou por virar um bairro de classe média. Qual poderia ser o título mais apropriado para um livro de autoria de Benedito Lima de Toledo para descrever o mesmo fenômeno na capital paulista do que “São Paulo: três cidades em um século”?

Apartado destes bairros, formavam-se os de classe média, onde se tentava imitar, no que era possível, os modismos em voga. A massa dos desfavorecidos passou por um processo de urbanização complexo e contraditório. O proletariado industrial procurava se distanciar dos marginalizados que habitavam vilas improvisadas de sub-habitações que recebiam diversas denominações e que, no correr do tempo, passaram a ser qualificadas genericamente por “favelas”. O acelerado crescimento fez com que a legislação

⁵ O país só é superado, pela ordem, por Moçambique (a pior distribuição), Suazilândia, República Centro Africana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Namíbia e África do Sul.

existente fosse burlada por via dos mais diversos meios e a fiscalização não foi capaz de coibir os abusos.

Os dados sobre o percentual da população que vive em situação de sub-habitação é contraditório devido à indefinição do conceito. Segundo estimativa da ONU, cerca de um quarto da população brasileira vive em favelas, sem contar com a população rural que vive em condições semelhantes. Como os grandes centros são mais atrativos do que as cidades de pequeno e médio porte, as favelas chegam até a abrigar mais da metade da população urbana, como é o caso de Belém do Pará. Isso se reflete em proporcional crescimento da violência física, fazendo com que a população marginal tende a crescer e a população remediada tende a se mudar para cidade de porte médio onde (se admite que) a violência seja menor.

As condições de habitabilidade das populações marginalizadas são baixíssimas. Apenas pouco mais da metade dos domicílios urbanos são ligados a redes de esgotos; 15% não tem abastecimento de água tratada segundo os dados levantados pelo IBGE. Isso significa que esses serviços – quando existentes – atendem às faixas mais altas da população. A falta de manutenção das redes leva a desperdícios inaceitáveis da água tratada, logo os racionamentos são cada vez mais constantes. O acesso à energia elétrica, muitas vezes, é obtido por ligações clandestinas. O abandono, ao qual são delegados os bairros das classes mais baixas, fez com que o Estado perdesse o domínio de partes substanciais do território das cidades para organizações de autodefesa oficialmente denominados “traficantes”. Paulatinamente, esses grupos vêm sendo desalojados por organizações paramilitares, denominados “milicianos”, egressos das forças de repressão que agem em total desrespeito à ordem institucional que facilita a construção anárquica de domicílios, à margem de mínimas qualificações técnicas, e exploram as necessidades mais imediatas da população aterrorizada. Para além do descaso e do abandono, tais assentamentos ainda recebem denominações irônicas como Paraisópolis, Liberdade, Brasília Teimosa, Vila Caiu do Céu.

O montante do déficit habitacional é assustador: segundo a Fundação João Pinheiro, ligada à Secretaria do Planejamento do Estado de Minas Gerais, em 2019, o déficit seria de 5.876.699 unidades. Com a retração econômica dos últimos tempos e a pandemia, houve um sensível comprometimento, posto que a doença retirou das famílias brasileiras a renda de R\$ 10,6 bilhões de reais apenas em 2020. Disso, resultou o inevitável crescimento do número dos chamados “moradores de rua”, como são chamados os trapeiros que constituem o contingente marginal dentro da marginalidade.

Devido ao tamanho, à diversidade da origem cultural de seus habitantes, às condições topográficas dos sítios onde estão estabelecidas e às dificuldades de acesso, não se consegue fazer uma análise consistente e bem fundamentada das favelas. Isso, no entanto, não impede de fazer algumas considerações. A primeira é a de que os terrenos em que estão assentadas, em via de regra, são os que apresentam as piores condições de ocupação, aqueles que não são do interesse da construção imobiliária. Como são erguidas sem a devida e necessária orientação técnica, as construções estão sujeitas a todo o tipo de avarias, onde a mais grave é a da inadequação do terreno onde a sobrecarga e o comprometimento causado por infiltrações fragilizam a resistência do solo. Em razão disso, tornam-se constantes os deslizamentos de terra com funestas consequências, que não excluem o soterramento de moradores.

Como a ocupação, ocorre ao sabor das necessidades individuais do que resulta um sistema viário confuso, onde o deslocamento humano é limitado ao conhecimento dos moradores locais em vista do tamanho que vão assumindo as comunidades (figura 716). As limitações do espaço ainda levam a que tenha se tornado corrente que as coberturas sejam realizadas de modo que possam vir a receber novos andares contribuindo para densificação da população e ao aumento da sobrecarga do terreno (figura 717).



Figura 716: Aspecto da favela da Rocinha, Rio de Janeiro, com os edifícios dos afortunados ao fundo.

Figura 717: Imagem de uma pequena parte de Paraisópolis, apregoadas como sendo uma das maiores favelas da América Latina, está localizada à sombra de edifícios de alto luxo da cidade mais rica do país.

Dependendo das características ambientais, criam-se soluções construtivas engenhosas que, devido à carência de recursos financeiros, remetem a soluções temerárias sob o ponto de vista da segurança física, a exemplo das vilas de palafitas na periferia de Manaus, na qual é comum a existência de igarapés, que são braços de rio que se penetram em terra firme e se enchem nas estações de chuva quando os rios sobem de nível, e só se esvaziam em tempos de vazantes. Por falta de opção, essas formações são utilizadas para a construção de moradias sobre palafitas. Assim, todo o lixo e dejetos são atirados na água que se torna verdadeiros criatórios de todo tipo de microrganismos deletérios, comprometendo a saúde dos moradores (figura 718).

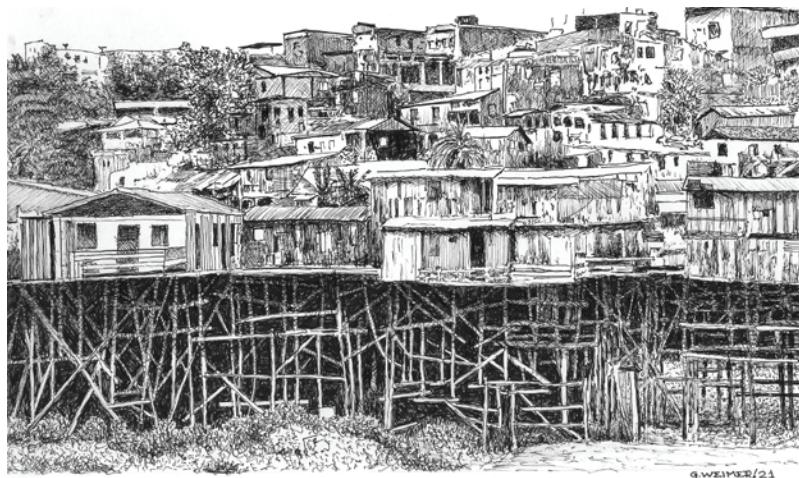


Figura 718: Palafitas da periferia de Manaus.

Um dos refúgios onde os desvalidos encontram oportunidade de construir suas casas é o mangue, encontrado ao longo da costa marítima do país. Uma tradição milenar trazida da África pelos sudaneses ensinou estes povos a construir casas sobre palafitas perfeitamente adaptadas a este ambiente, fazendo com que o movimento das marés ou o fluxo dos rios constantemente carreiam o lixo atirado às águas. Dado à carência de espaço para a construção de semelhante solução no Brasil, estas vilas sobre palafitas foram avançando mar adentro, de modo que o movimento das águas já não mais consegue mais levar o despejo. Isso faz com que o ambiente se torne nauseabundo, totalmente impróprio para que se possa levar uma vida minimamente digna (figura 719 e 720).

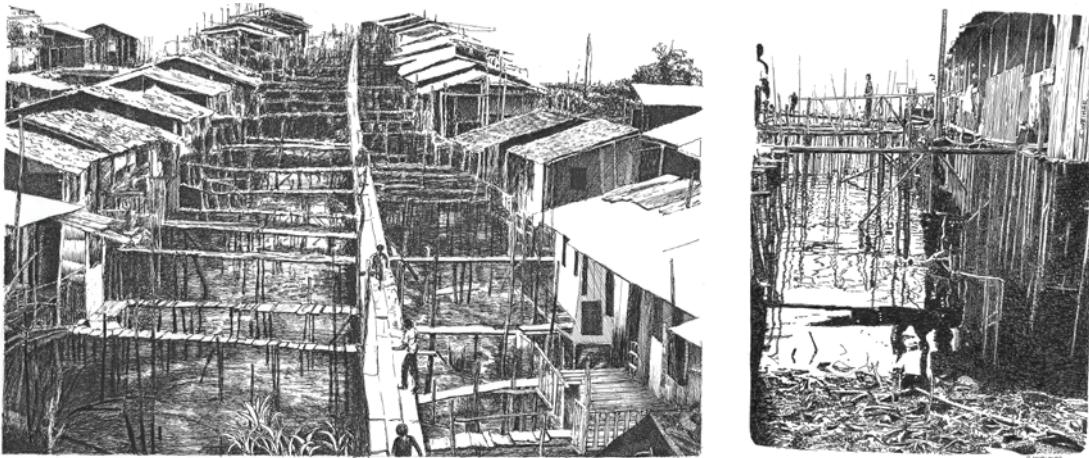


Figura 719: Favela da Maré, no Rio de Janeiro.

Figura 720: Alagados, Ponta do Itapagipe, em Salvador.

Como o espaço de ocupação é limitado, são feitos verdadeiros malabarismos no sentido de conseguir construir um precário abrigo familiar (figuras 721, 722 e 723).



Figura 721: Moradia construído sobre um acentuado declive na Rocinha.

Figura 722: Moradia construída sobre palafitas acima das inundações periódicas na Amazônia.

Figura 723: Precárias construções em altura, em condic平es de habitabilidade no Rio de Janeiro, a tao cantada "Cidade Maravilhosa".

Conclusões

Uma política totalmente equivocada de privilegiar os grandes centros urbanos tem levado a uma criação de problemas de tal ordem que o próprio poder público está perdendo seu poder sobre vastas áreas com grandes centros urbanos para organizações marginais. Apesar destes equívocos, até mesmo os centros urbanos intermediários estacionaram em seu crescimento populacional. Na área rural, verifica-se um movimento contraditório com uma população tradicional cada vez mais marginalizada, à procura de algum abrigo nas periferias, cada vez mais violentas, dos grandes centros que evoluem a megalópoles “incontroláveis”, enquanto um empresariado rural vai se apropriando de áreas cada vez maiores à custa de uma corrupção progressiva de financiamentos a longo prazo, onde os juros a serem pagos pelos empréstimos contraídos são significativamente menores do que uma inflação agravada pelo descontrole da economia. Nesta conjuntura, o país que já havia conquistado um nível de suficiência alimentar reconhecido internacionalmente, baixou atualmente a uma situação em que um terço da população se vê em situação de carência alimentar, dentre os quais se situa um contingente de 10% de pessoas passando fome. Estas são avaliações promovidas por entidades governamentais, já que, por interesses escusos, não são realizadas avaliações censitárias constitucionais. Em termos de uma visão ampla, isso significa que, nos últimos anos, a economia encolheu cerca de 8%, ao mesmo tempo em que a classe dos 10% da população mais rica aumentou seu poder de compra em torno de 12% à custa da fome e miséria das classes mais pobres.

Diante de tão deploráveis condições de vida, fica evidenciado o completo absurdo da demolição despregada de habitações que vem acontecendo, no processo de demolições para reconstruções e do abandono e habitações na aposta de uma valorização imobiliária do terreno nos bairros mais valorizados, enquanto a população carente se aglomera em áreas alagadiças e em terrenos impróprios para a construção civil.

Um aspecto não menos grave é o descaso com que vem sendo tratado o patrimônio histórico e artístico da Nação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nasceu sob os maus agouros dos autoritarismos que varreram o mundo na década de 1930, sempre foi visto com reservas, apesar dos esforços e perseverança de seus gestores. A despeito das limitações e de todo tipo de chicanas que lhes foram impostas, conseguiram garantir a manutenção e a integridade de considerável massa de bens patrimoniais. Nos últimos tempos, percebe-se que bens colocados sob proteção, depois de longos e desgastantes processos, vem sendo “destombados” por um ato impulsivo de autoridades transitórias em atendimento a interesses prosaicos ou circunstâncias. Até mesmo demandas judiciais têm preterido interesses do capital em detrimento da cultura. Ultimamente, as verbas cada vez mais escassas destinadas à manutenção de bens patrimoniais vêm sendo desviadas para fins turísticos, pondo a perder inestimáveis monumentos da cultura nacional.

Quando é possível motivar a opinião pública para exercer pressão no sentido da preservação de bens culturais, apela-se para subterfúgios de toda ordem, dentre os quais um dos mais grotescos parece ser o de manter íntegras as fachadas de sólidos palacetes

construídos pelos magnatas das indústrias nas primeiras décadas do século XX, destinados a durar “mil anos”. Ao mesmo tempo, o resto do bem foi liberado para demolição e construção de novo prédio a partir de um recuo obrigatório por lei mediante a concessão de vantagens econômicas. Noutros termos, em nome da cultura (ou de sua falta), foram sendo criadas paisagens cinematográficas ou fantasmagóricas dentro da malha urbana, cujo fim inevitável será sua demolição futura, dado o absurdo da existência de paredes soltas em meio ao passeio público atrapalhando o trânsito dos pedestres.

A seguir por esta via, somente haverão de sobrar pardieiros disfuncionais abandonados à própria sorte, para que – quem sabe? – virem a ser declarados patrimônio arquitônico da Nação num futuro distante, como, aliás, já vem acontecendo amiúde.

CONCLUSÕES FINAIS

Q

uando os portugueses tomaram efetiva iniciativa de posse da costa sul-americana, encontraram-se numa forte dependência dos povos nativos que habitavam a terra há muitos milênios. Num sistema ecológico muito diferente do europeu, os conquistadores tiveram de aprender com os nativos os modos de sobrevivência. Foram os indígenas que, inicialmente, forneceram-lhes comida e construíram seus primeiros abrigos. Os intermediários, neste fornecimento de conhecimentos, foram os degradados de diversas nacionalidades deixados na terra por terem sido condenados por crimes graves em seus países de origem.

À medida que os conquistadores foram se apropriando desses conhecimentos, invertiam as relações sociais e passaram a escravizar os nativos. A revolta dos mesmos levou à prática de sua submissão por meios da violência e, se isso não surtia efeito, eram realizadas ações de extermínio denominadas “guerra justa”. Uma alternativa para a insurgência e insubordinação foi trazer cidadãos africanos escravizados de diferentes nações para ocupar os postos de trabalho. Desta forma, deu-se início a um comércio transatlântico de pessoas escravizadas que duraria três séculos. Não existem estatísticas confiáveis a respeito da quantidade de nativos existentes na colônia nem dos números dos vindos ou trazidos à força, mas os especialistas garantem que a quantidade de escravizados era cinco a sete vezes maior que a dos dominadores.

Isso requeria, dos últimos, a necessidade de tomar uma série de iniciativas no sentido de garantir a sobrevivência tanto por ataques vindos do interior, dos indígenas, como do exterior, por corsários, e dentro da sociedade, dos negros escravizados. Para tanto, era necessária a presença de uma força substancial de repressão, exercida por soldados e

degradados lusitanos, a qual se constituía por pessoas de poucas posses que se tornaram ativos agentes na contraditória condição de reprimir e, ao mesmo tempo, se constituir nos agentes promotores da mais ampla miscigenação étnica por via da violência ou do consenso, invariavelmente por via do concubinato, praticado extensiva e abertamente tanto por via das influências muçulmanas dos portugueses quanto dos africanos e indígenas, apesar de estes últimos ainda praticarem ou tolerarem a poliandria.

Na forma como aconteceu a escravidão no Brasil, todo o trabalho manual era delegado aos escravizados por ser, tais atividades, consideradas “indignas” de pessoas livres. Isso condicionou profundamente a prática da construção. Para as exterioridades, era importante conservar as feições da arquitetura portuguesa, mas, “da porta para dentro”, imperava a mais ampla miscigenação de costumes e de modos de vida. Em termos de arquitetura, disso, resultou que as técnicas construtivas hegemônicas durante o período colonial foram as muitas variantes das taipas leves identificadas com a cultura construtiva dos africanos, à exceção da capitania de São Paulo onde era hegemônica a taipa de pilão.

Pois foi nesse caldo de cultura que evoluiu a arquitetura brasileira. Como as construções africanas e indígenas se diferenciam muito das lusitanas, é relativamente fácil identificar tais origens nas construções populares. O que, no entanto, não é tão fácil quando se trata das origens europeias. E isso, por várias razões. Uma delas é que as construções eruditas (sobrados residenciais, palácios e igrejas) mantinham as premissas portuguesas, mas, ao passo que estas construções eram destinadas aos economicamente menos aquinhoados, outras influências marcavam presença. Das consequências, uma era a de que é difícil fazer uma separação entre o que se deveria qualificar de erudito do que é popular. Este fato ainda se torna mais evidente por não haver esta divisão a seu tempo. Tanto isto é verdade, que obras às quais se deveria qualificar como eminentemente populares, foram concebidas por arquitetos altamente qualificados, como veio a ser demonstrado pela pesquisa documental. Isso, no entanto, tornava-se muito contraditório à medida que a execução prática no canteiro das obras passou a ser delegado aos cativos, que passaram a centrar suas iniciativas naquelas que lhes eram familiares por tradição cultural. Isso significa que quanto mais popular eram estas realizações, mais elas se distanciavam da vertente portuguesa.

Uma questão ainda muito controversa é a que envolve as origens das conformações urbanas coloniais. Segundo o mestre Sérgio Buarque de Holanda, as vilas e cidades coloniais teriam se diferenciado das hispano-americanas pelo fato de que seu traçado teria se processado de forma “desleixada” em oposição às conurbações castelhanas, que teriam seguido as normas imposta pelas “leyes de Índias”, estabelecendo normas precisas do regramento das ruas na forma de vias paralelas e ortogonais entre si, à semelhança da prática profissional de um a ladrilhador. Esse entendimento passou a ser seriamente contestado ao ser trazida à luz uma rica cartografia existente em arquivos portugueses que foi elaborada por técnicos de reconhecida competência. Isso provaria que as vilas e cidades teriam passado, também aqui, por um processo de planejamento preliminar.

Devido a estas controvérsias, sentimo-nos obrigados a nos ocupar mais detalhadamente sobre a documentação disponível. A primeira questão que nos parecia dever a examinar era a identificação dos técnicos que efetivamente fizeram projetos urbanísticos.

Levantamentos recentes publicados por Manuel Teixeira trouxeram novos dados sobre o plano de Salvador, que teria sido trazido por Tomé de Souza em 1559. Segundo a fonte, o projeto teria sido uma justaposição ao já existente aldeamento indígena conhecido por cidade de Catarina de Paraguaçu e se estendia até a atual praça Castro Alves. Por várias razões, em quando o encarregado de implantar esta cidade, o “pedreiro” Luiz Dias dava prosseguimento à construção das obras mais urgentes, já sendo erguidas outras fora do perímetro estabelecido. Isso fez com que o plano original fosse por ele ampliado até o atual, o Terreira de Jesus e o Largo do Pelourinho. Fontes dignas de confiança indicam que a cidade de São Luiz recebeu uma forma definitiva pelo engenheiro espanhol Francisco Frias de Mesquita após expulsão dos franceses que teriam iniciado a ocupação do local. Sabemos que José Custódio de Sá e Faria planejou a vila de Taquari, e que Alexandre Montanha concebeu o plano de Santo Amaro, ambas no Rio Grande do Sul. A existência de tais planos faz crer que outros tantos podem ter sido elaborados.

Os levantamentos de Sousa Viterbo mostram que, nos dois primeiros séculos de ocupação do território brasileiro pelos conquistadores, um limitado número de técnicos qualificados esteve no Brasil para cumprir tarefas específicas, ao fim das quais voltavam rapidamente a Lisboa. Em nosso entender, a rapidez com que permaneciam na Colônia dificilmente teriam se dedicado ao planejamento de assentamentos urbanos.

A descoberta de minas de metais e pedras preciosas fez com que a Corte Portuguesa tomasse medidas eficientes no sentido de garantir o domínio do território e, mais do que isso, tratou de tomar posse de uma região muito maior do que o que havia sido conveniado com o governo espanhol. Por esta via, foram mandados um bom número de técnicos que permaneceram por um longo tempo na Colônia quando não se estabeleceram aí em definitivo. Foram estes os autores dos desenhos que foram redescobertos nos arquivos de Portugal. Acontece, porém, que estas imagens se constituem em levantamentos de vilas e cidades já existentes de longa data. Portanto, os mesmos eram destinados a informar Lisboa da real situação destes conglomerados no Brasil. Portanto, estas imagens não podem ser confundidas com o seu planejamento.

Certo é que, dentre as cidades que foram precedidas de um planejamento, a maioria deveria ser implantada na Amazônia durante a gestão do Marquês de Pombal. Estas iniciativas ocorreram depois da denúncia do tratado de Madri, de 1750, que ocorreu por conta do governo espanhol. A elaboração de um plano “secretíssimo” tinha por objetivo garantir a posse de amplo território amazônico. Para tanto, foi mandado um significativo número de técnicos à região para fazer minucioso levantamento geográfico, que serviu de base para a execução de numerosos planos de cidades e vilas que nunca chegaram a ser implementados, da mesma forma que a nomeação de funcionário foi apenas ficcional. Estas iniciativas serviram apenas para “demonstrar” a efetiva posse da região baseada no preliminar tratado do Uti possidetis – o direito de posse do primeiro ocupante –, que serviu de base para o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Para dar credibilidade a esta documentação, houve iniciativas de alta relevância como as construções de fortalezas em lugares muito avançados como o do Príncipe da Beira e de Corumbá, da mesma forma como o de São José de Macapá, dito e havido como o que haveria de garantir o controle da entrada fluvial para a região amazônica. Por se tratar de planos para fins políticos, o valor destes projetos deve ser relativizado.

Sob o ponto de vista da efetividade do surgimento de vilas e aldeias, existe um bom número de desenhos que remetem diretamente à conformações de aldeias indígenas do grupo tupi-guarani que, por sinal, ocupavam a quase integralidade do litoral da colônia. Nestas graficações, é possível notar a forma como aconteceu esta ocupação com uma clivagem entre nativos e conquistadores, bem como o processo de crescimento dessas comunidades. Na documentação histórica das vilas surgidas durante o período colonial, aproximadamente, a metade se refere a suas origens indígenas. Isso abre a possibilidade de que um número ainda maior tenha passado por este processo, do qual se pode concluir que a origem das vidas coloniais, majoritariamente, repousa sobre bases populares, em que a participação de alguns arruadores possam, eventualmente, ter alguma participação durante o período de crescimento das mesmas. Admitimos essa possibilidade baseado no fato de que algum regramento pode ser percebido em fase de crescimento de alguns conglomerados urbanos. Mas deve ser frisado que, até o presente momento, ainda não encontramos qualquer referência direta sobre a atuação destes profissionais.

O mesmo fenômeno foi observado em relação à arquitetura. Quanto mais avantajadas eram as construções senhoriais, mais elas se aproximavam de edificações congêneres de Portugal; quanto mais populares, mais elas se afastaram delas. Contudo, é necessário assinalar que, desde logo, alguns elementos característicos da arquitetura portuguesa foram ignorados na arquitetura colonial. Os comumente “lares”, bem como os fornos de pão conexos às cozinhas portuguesas, só eventualmente foram encontrados no Brasil. Ao que parece, as “falsas” eram totalmente inexistentes¹. Por outro lado, a destinação do piso térreo das construções urbanas à ocupação dos escravos homens, enquanto as escravas estavam alojadas nas águas-furtadas, ao modo dos serralhos, características assumidas em decorrência do sistema escravocrata. A culinária derivada dos indígenas decorria do consumo de iguarias desconhecidas em terras lusitanas, e a generalizada utilização das mãos no ato de comer decorria da influência africana que, possivelmente, causaria repulsa nos reinóis recém chegados. Quanto ao generalizado uso da pedra, como material de construção em Portugal, só se encontrava a largo emprego em construções de fortalezas e construções altamente representativas na Colônia. Ao contrário, na Colônia imperavam, de forma hegemônica, construções de taipas leves nas construções populares. Evidentemente, a existência de diferenças tão marcantes não exclui a conservação de elementos culturais tipicamente portugueses, como a existência de alcovas, ainda que estas devem ser encaradas como disfuncionais num clima tropical úmido, o uso extensivo de coberturas de telhas cerâmicas capa-canal, ditas “portuguesas”, da conservação de salas de estar de uso muito restrito, de submissão a diretrizes de composição das fachadas a ordenações régias que levaram a Vauthier a admitir que “quem viu uma construção, viu todas”.

Com a vinda da corte lisboeta ao Rio de Janeiro, seria de esperar que houvesse um realinhamento da arquitetura ao ideário lusitano. Isso, na verdade, estava longe de

1 A existência de dormitórios em águas-furtadas poderia ser confundida com as *falsas* portuguesas. Acontece, porém, que aqui, os mesmos não serviam para preservar as “virtudes” de mulheres jovens. Muito pelo contrário, estes dormitórios se destinavam a preservar a exclusividade de acesso masculino aos patriarcas, posto que nem mesmo os filhos homens dispunham desta faculdade a partir da época em que atingiam a puberdade.

acontecer. O fato de o Rio de Janeiro ter se tornado capital do reino promoveu uma revisão ideológica, e a aristocracia nacional acabou por adotar diretrizes acadêmicas na arquitetura, em especial, depois da proclamação da independência. Claro está que estas novas diretrizes foram adotadas nos centros hegemônicos do Império de onde foram se divulgando, aos poucos, para o restante do país, posto que em sítios mais longínquos ainda persistiram diretrizes tradicionais. Estas influências se tornaram menos vigorosas a partir de 1858, quando a marinha inglesa passou a praticar guerra de pirataria contra navios negreiros que, de longa data, estavam continuando a prática do contrabando sob o beneplácito das autoridades governamentais. O decantado engajamento de imigrantes centro-europeus a partir do retorno da Família Real a Portugal, teve um significado mais simbólico que efetivo. Esta situação se inverteu de forma patente a partir das atitudes beligerantes dos ingleses, posto que só então a vinda de imigrantes europeus assumiu números altamente representativos.

Desta forma, começaram a chegar um número progressivo de construtores e arquitetos de diversas origens que trouxeram novos procedimentos, levando a orientação do classicismo à evolução, para o ecletismo. Como a distribuição destes imigrantes se espalhou de forma generosa nas altas esferas do poder por todo o território nacional, a aceitação deste ideário arquitetônico ocorreu de forma relativamente rápida, ressalvado o fato de que a aceitação destas novas diretrizes não excluía a concepção de que prédios, socialmente mais representativos, ainda continuassem a adotar a linguagem greco-romana. Disso, redundou num afastamento progressivo da tradição lusitana. Esta se tornou ainda mais marcante no fim do Império quando os procedimentos governamentais baseados em relações de lealdade passaram a ser direcionadas para relações de capitais. Neste ambiente, mandaram a realeza ao exílio e as diretrizes lusitanas da arquitetura passaram a ser entendidas como retrógradas e ultrapassadas.

Em alguns bolsões afastados do poder central ainda conservavam as diretrizes tradicionais, a rejeição às mesmas foi marcante nas três décadas posteriores à proclamação da República. Com a aproximação do centenário da declaração de independência, houve uma revisão do significado desse ato que incluiu uma reavaliação de nossa história, o que levantou uma séria discussão a respeito do significado da arquitetura lusitana no país. Na verdade, estas discussões se processaram muito mais no âmbito da teoria, e poucos resultados produziram na faixa das realizações em canteiro. As radicalizações políticas caracterizando a década de 1930 também tiveram consequência no âmbito da arquitetura, conduzindo os profissionais da arquitetura a optarem por diretrizes ditas “modernistas” à proporção que os tradicionalistas foram sendo silenciados por convencimento de que as concepções centro-europeias respondiam de forma mais eficiente às necessidades nacionais. Isso evoluiu com rapidez, de modo que, depois da II Guerra Mundial, as diretrizes modernistas tiveram uma aceitação hegemônica nas altas esferas do poder ao passo que, na arquitetura popular, foram se afirmando diretrizes que se apartavam cada vez mais das tradições lusitanas, seja pela introdução de novos materiais de construção, seja pela evolução dos procedimentos construtivos ou pelas imposições das condicionantes sociais.

Uma política equivocada de investimentos do desenvolvimento industrial, aliado a uma progressiva concentração de capitais, levaram a tais extremos que, na atualidade,

empurrou o país ao oitavo lugar com pior distribuição de rendas do mundo; levou a uma radical e explosiva urbanização da população brasileira, apesar da aprovação de planos de desenvolvimento urbanos que foram, sistematicamente, ignorados devido a incontroláveis pressões sociais. Deste modo, a imensa pobreza que assolava a classe dos desvalidos, escondida na imensidão do território nacional, tornou-se visível quando se intensificavam as migrações para os grandes centros urbanos.

Tudo isso levou a um caos urbano com perspectivas imprevisíveis. Por um lado, as migrações, em direção aos centros urbanos, devem se amainar nos anos vindouros pelo simples fato de que, provavelmente, 85% da população já esteja urbanizada e, se este movimento continuar, a tendência seria que o interior do país de tornasse um deserto humano, o que dificilmente venha a se concretizar devido à necessidade da produção de alimentos. Por outro lado, levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística confirma que já há cidades em que cerca da metade da população já vive em condições de marginalidade; que nos últimos três anos – devido a vários fatores dentre as quais a pandemia tem sido invocada como a causa principal – houve uma queda de cerca de 8% no produto interno bruto acompanhado de uma concentração de rendas de 12%; devido ao abandono que foram sendo delegadas às populações marginais, começaram a se estruturar aparelhos de poder geridos por lideranças internas em constantes disputas de poder internas e que vem sendo substituídas por grupos paramilitares armados, cujo poder se estende por áreas cada vez maiores – que fizeram ao prefeito do Rio de Janeiro afirmar estar seu poder limitado a uma área correspondente a cerca de 20% da cidade.

CRÉDITOS

Crédito das imagens utilizadas para a execução dos desenhos

ABREU, Maurício *et. at.*: figuras 88, 89;
ABUCHAIM, Vera Rheingantz: figuras 714, 715;
ADAM, Jürgen Axel *et. al.*: figura 46;
ADONIAS, Ida, Mapa: figura 266;
AFONSO, A. Martins: figura 9;
AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elisabeth Cary: figuras 505: 506;
ALMEIDA, Aluísio de.: figura 274;
AMARAL, Francisco Keil *et. al.*: figuras 110, 116, 121, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 149, 151, 202;
ANDRADE, Reginaldo de: figura 509;
ANDRES, Luiz Philipe de Carvalho Castro: figura 184;
ARANHA, J.B.: figura 614;
ARMAS, Duarte de: figuras 98, 99, 100;
AZEVEDO, Paulo Ormindo D.: figuras 344, 345, 346, 347, 372, 373, 406, 407, 559, 561, 562: 563, 564, 565, 571, 575;
BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correa do: figuras 177, 197, 215, 229, 269, 439, 440, 441, 442, 443, 475, 476, 477, 478, 479, 552, 553, 577, 589, 590; 576, 602, 604;
BARLAEUS, Caspar: figuras 216, 217, 218;
BARRETO, Paulo Thedim: figura 337;

- BARROS, Carlos Vitório da: figura 17;
BECKER, Klaus: figura 233;
BENINCASA, Vladimir: figuras 511, 514, 515;
Biblioteca Nacional - Secção de iconografia: figuras 288, 595;
BICCA, Briane Elisabeth & BICCA, Paulo Renato Silveira: figura 282;
BOTELHO, Cândida Maria de Arruda. figura 508;
BRAGA, Ney: figura 603;
BRITO, Saturnino de: figuras 230, 231;
BROOS, Hans: figuras 357, 359, 362, 371, 417;
BRUNO, Ernani Silva: figuras 486, 601, 632;
BRY, Theodor de: figuras 192, 193;
Caderno da ABA-1: figura 612,
CAMPIGLIA, Oscar: figura 325;
CARLS, F. H. figura 481;
Cartão Postal: figuras 272, 608, 621, 627;
CARVALHO, José Antônio: figuras 165, 166;
CASSIA, Euler: figura 409;
CASTRO, Adler Homero Fonseca de: figura 498;
COELHO, Gustavo Neiva: figuras 402, 403;
Desenho de Giuseppe Obino: figura 500;
Diário do Nordeste de 81/10/2112: figura 580;
DIAS, Luiz Pereira: figura 605;
DIENER, Pablo e COSTA, Maria de Fátima: figuras 268, 270, 271, 273, 452, 460, 462, 554, 555, 591;
Engenhos, Fazendas e Estâncias no Brasil: figura 512;
ESMANHOTO, Paulo; URBAN, Teresa: figura 513;
Esquema do autor: figuras 4, 5, 16, 19, 24, 25, 28, 56, 57, 58, 59, 66, 69;
Exposição dos descobrimentos portugueses: figura 162;
FALCÃO, Edgard de Cerqueira. figuras 173, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 313, 314, 315,
317, 318, 368, 429;
FEDUCHI, Luis et. al.: figuras 30, 52, 55;
FERNANDES, José M.; JANEIRO, Maria L.: figura 127;
FERRAZ Marcelo Carvalho: figura 461;
FERREZ, Gilberto: figuras 586, 615;
FERREZ, Marc: figuras 585, 597;
FIORAVANTI, Carlos: figura 183;
FONTELES, Bené: figura 425;
Foto antiga sem indicação de autoria: imagem da capa, figuras 234, 329, 331, 332, 334, 343, 335, 474,
489, 538, 539, 540, 541, 550, 551, 578, 605, 606, 607, 633;
Foto de exposição sobre arquitetura açoriana: figuras 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75;
Foto de origem desconhecida: figura 396;
Foto de Theodoro Sampaio: figuras 348, 349;
Foto do Condephaat: figuras 581, 582;
Foto FAU-UFRGS: figuras 533, 534: 536;

- Foto IPHAE: figura 420;
- Fotos do autor: figuras 7, 14, 15, 26, 29, 31, 32, 37, 50, 51, 53, 54, 64, 65, 78, 79, 90, 94, 113, 114, 118, 119, 132, 141, 142, 148, 153, 164, 171, 174, 178, 199, 200, 285, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 316, 320, 324, 330, 333, 341, 350, 351, 352, 353, 354, 359, 360, 361, 362, 368, 369, 370, 374, 375, 384, 385, 386, 387, 394, 395, 396, 398, 400, 401, 404, 405, 408, 410, 414, 419, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433, 434, 435, 444, 445, 446, 447, 448, 450, 451, 453, 464, 465, 466, 467, 469, 470, 472, 473, 482, 483, 487, 488, 490, 501, 502, 503, 528, 531, 532, 454, 556, 557, 558, 560, 568, 569, 570, 572, 573, 579, 616, 643, 644, 646, 647, 648, 651, 655, 656, 681, 670, 671, 685, 720;
- Fototeca Joaquim Felizardo: figura 547;
- FRAGOSO, Fernando Tasso Pires: figuras 203, 204;
- FRANCO, Sérgio da Costa: figura 545;
- GIL, Júlio: figuras 27, 120;
- FERREZ, Gilberto: figura 615;
- GOLDFINGER, Myron et. al.: figura 48;
- GOMES, Geraldo: figura 205;
- GUEDES, Max Justo: figura 267;
- Guia turístico: figuras 49, 63, 328;
- GUIMARÃES, Manuel Ribeiro: figura 284;
- HENRIQUES, Pedro Castro: figura 131;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de: figura 158;
- Jornal da USP: figura 642;
- JOSEPH, D.: figura 21;
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro: figuras 523, 524, 525, 526;
- JUREMA, Aderbal: figura 596;
- KATINSKY, Roberto: figura 213;
- KLINTOWITZ, Jacob: figura 499;
- LAGO, Pedro Correa do; LAGO, Bia Correa do: figuras 160, 176, 187, 188, 189, 195, 196, 206, 207, 209;
- LAMAS, José M.R. Garcia: figuras 22, 23, 106;
- LEMOS, Carlos A. C.: figura 211, 336, 342, 458, 459, 517, 537, 542;
- Levantamento do autor: figura 399, 529;
- Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento do Salvador: figura 210;
- LORDELLI, Eliana: figura 415;
- LORRIO, Alberto J.: figura 13;
- MACEDO, Jozé Norberto: figura 461;
- MAGALHÃES, Flávia: figuras 455, 456, 457;
- MANCHETE, Bloch. Rio de Janeiro: 1973: figura 340;
- Mapas antigos avulsos: figuras 157, 248;
- MARIANI, Anna: figuras 699, 700, 701, 702, 703, 704;
- MATTOS, Aníbal: figura 430;
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de: figuras 493, 494, 495, 496, 497, 622;
- MESTRE, Victor: figuras 95, 96, 97;
- Mídia eletrônica: figuras 8, 10, 11, 12, 18, 43, 44, 45, 154, 155, 156, 159, 235, 276, 277, 278, 279, 290, 319, 338, 339 356, 358, 397, 416, 418, 421, 449, 463, 484, 504, 509, 510, 518, 519, 522, 546, 549, 566, 567,

587, 588, 592, 609, 618, 619, 620, 623, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 661, 667, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 682, 683, 684, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 716, 717, 718, 719, 721, 722, 723; Microfilmes da Prefeitura de Porto Alegre: figuras 644, 645, 649, 650, 652, 653, 654, 657, 658, 659, 660, 662, 663, 664, 665, 666; Montagem do autor: figuras 179, 181, 190, 191, 194, 212, 249, 250, 251, 252, 275, 280, 281, 283, 352, 672; MONTEIRO, Ana; MERÉRES, António: figura 152; MOURA, Carsino de: figura 598; MOURA, Paulo Cassiano: figuras 543, 599; MOUTINHO, Mário: figuras 33, 111, 115, 117, 125, 126, 128, 129, 143, 147, 150; MÜLLER, Werner; VOGEL, Günther: figura 20; MURRAY, Jocelin: figura 47; NASH, Roy: figura 535; NEIS, Rubem: figura 232; NIEUHOF, Johan: figura 593; OCHOA, Alfonso de Sierra: figuras 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42; OLIVEIRA, Ana; SCHLEE, Andrey: figura 538; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, et. al.: figuras 6, 122, 123, 146; OLIVER, Paul: figura 33; Origem desconhecida: figuras 228, 286; PASTOR, Arthur: figuras 60, 61, 62; PICCOLO, Helga Landgraf: figura 681; PINHO, Wanderley de: figura 201; PINTO, Lourdes Noronha: figuras 527, 530; PIRES, Fernando Tasso Fragoso: figuras 507, 516, 520, 521; Postais antigos: figuras 321, 625; Projeto de Schubach & Hartmann: figura 652; Projeto Fernando Corona: figura 659; Projeto Frans Filsinger: figura 651; Projeto Gerhard Krause: figura 647; Projeto João Monteiro Neto: figura 660; Projeto Theo Wiederspahn: figuras 644 e 645; Projetos sem indicação de autoria: figura 659; QUARESMA, António Martins: figuras 180: 182; RECLUS, Elisee: figura 161; REIS FILHO, Nestor Goulart: figura 208, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 287, 289, 422, 423, 468, 471, 480, 483, 485, 491, 492, 584, 600, 613; Revista de História da Biblioteca Nacional: figura 198; Revista Vitruvius: figura 415; SÁ, Simão Pereira: figuras 264, 265; SAIA, Luiz: figura 239; SALES, Fátima: figura 124;

SCHMALKALDEN, Carpar: figura 175;
 SCLAPPIZ, Luis: figura 594;
 SECCATO, Beppe: figura 185;
 Semanário *L'Exposition de Paris* de 1889: figura 617;
 SILVA, Armando C.F.; GOMES, Mário V.: figuras 1, 2, 3;
 SILVA, Olavo Pereira da: figuras 574, 610, 611;
 SOUZA, Alcidio Mafra de: figuras 169, 170, 326;
 SPALDING, Walter: figura 355;
 TAUNAY, Affonso de E.: figura 168;
 TEIXEIRA, Manuel; et. al.: figuras 101, 102, 103, 104, 105, 253, 253A, 254, 583;
 TELLES, Augusto C.S.: figuras 163, 167, 172;
 TORRES, Claudio; MACIAS, Santiago: figuras 107, 108, 109, 112;
 TOSTÓES, Ana et. al.: figuras 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 93;
 VALLADARES, Clarival do Prado et. al.: figuras 186, 327, 544, 548, 668, 669;
 Várias fontes: figuras 309, 310, 311, 312, 363, 364, 365, 366, 367, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383,
 388, 389, 390, 391, 392, 393, 411, 412, 413;
 VASCONCELOS, Sylvio: figuras 322, 323,
 VAUTIER, Louis Léger: figuras 436, 437, 438;
 VEISTROFFER, Albert: figura 214;
 WRIGHT, Arnolf: figura 17;
 ZALUAR, Augusto Emílio: figura 457;
 ZANINI, Walter: figura 308;
 Zero Hora, Porto Alegre, 16/12/2014: figura 680;

Crédito das tabelas

- TABELA 1: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do período colonial*, passim.
- TABELA 2: BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 52.
- TABELA 3: BUECU, Mircea. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1970, p. 167 e 199.
- TABELA 4: SIMONSEN, Roberto C.. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.
- TABELA 5: SIMONSEN, Roberto C.. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.
- TABELA 6: BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1977, p. 92.
- TABELA 7: IBGE. *História de municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: 1959; passim.
- TABELA 8: IBGE. *A economia brasileira no Império*.: Mídia eletrônica.
- TABELA 9: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas
de 500 anos de povoamento. p. 225.
- TABELA 10: *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, nº. 4,
out. 1949, p. 617.
- TABELA 11: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 34.

BIBLIOGRAFIA

- ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/Itatiaia: São Paulo/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- ABREU, Maurício; OLIVEIRA, Álamo. *Açores*. Setúbal: Resopal, 1987.
- ABUCHAIM, Vera Rheingantz: *O tropeiro que se fez rei*. Porto Alegre: Mosca, 2013.
- ADAM, Jürgen Axel et. al.. *Lehmhäuser der Dritten Welt*. München: Staatliches Museum, 1981.
- ADONIAS, Ida. *Mapa: Imagens da Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993.
- AFONSO, A. Martins. *Curso de história da civilização portuguesa*. Porto: Ed. Porto, 1974.
- AFONSO, Manuel Pires. A arte de trabalhar a pedra. In: *Minia*. Braga: ASPA (Associação para a defesa, estúdio e divulgação do patrimônio cultural), 1981.
- AGASSIZ, Luiz & Agassiz, Elisabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.
- AHLENSTIL-ENGEL, Elisabeth. *Arte árabe*. Barcelona: Labor, 1932.
- ALINCOURT, Luiz d'. *Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte/Itatiaia: São Paulo: EdUSP, 1975.
- ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/EdUSP, 1981.
- AMARAL, Francisco Keil et. al.. *Arquitectura popular em Portugal*. v. 3.. Lisboa: Associação de Arquitectos Portugueses, 1988.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte, Itatiaia & São Paulo: USP, 1988.

ANDRADE FILHO, Ruy. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989.

ANDRADE, Mário de. Capela de Santo Antônio. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: RSPAN, 1937.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

ARAÚJO, Luiz Manuel. Os muçulmanos no ocidente peninsular. In: SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. v. 1. Lisboa: Alfa, 1989.

ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997.

ATANÁZIO, M. C. Mendes. *A arte do manuelino*. Lisboa: Presença, 1984.

ATLAS histórico. Barcelona: Marin, 1986.

ATLAS Universal. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. *Viagens pelo Norte do Brasil*. v. 1-2. Rio de Janeiro: 1961.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold. *Viagens pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953. 2. v.

AZEVEDO, Carlos de. *Churches of Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1985.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1980.

AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de: *Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1980.

BAPTISTA, António Martinho. *No tempo sem tempo*. Côa: Instituto Português de Arqueologia, 1999.

BARBOSA, Francisco de Assis & NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala, 1985.

BARDOU, Patrick & ARZOUMANIAN. Varoujan: *Arquitecturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Prefeitura Municipal de Recife, 1980.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia de Santos. In: *Arquitetura Oficial I*. Mec-IPHAN: USP, FAU, 1978.

BARROS, Carlos Vitorino da Silva. *Portugal*. Porto: Artistas Reunidos, 1982.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol (natureza e costumes do norte)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1956/1958, 5 vol..

BENINCASA, Vladimir. *Velhas Fazendas*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BICCA, Briane Elisabeth & BICCA, Paulo Renato Silveira. *Arquitetura na Formação do Brasil*. Brasília: Iphan, 2008.

BOIÇA, Joaquim. As praças portuguesas do litoral marroquino. In: *Marocos-Portugal: Portas do Mediterrâneo*. S.l.: CNCDP, 1999.

BOTELHO, Cândida Maria de Arruda. *Fazendas Paulistas do Ciclo do Café*. São Paulo: Árvore da Terra, 1996.

BRANDÃO, Augusto Pereira. *A Aventura Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1991.

BRANCO, Manuel da S. C.. Introdução ao livro de ARMAS, Duarte de. *Livros das fortalezas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997.

BRIAND, Jaques. *Megalitos de Bretaña*. Luçon: Gisserot, 1998.

BRITO, Raquel Soeiro de. Primórdios da colonização portuguesa no Atlântico. In: *Geográfica*. Ano IV, nº. 14, abril. Lisboa: 1968.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. *Saneamento de Pelotas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

BRUN, Jesús. *Cristianos y musulmanes em Castilla y León*. Valladolid: CEC, 1998.

BROOS, Hans. *Construções Antigas em Santa Catarina*. Blumenau/Florianópolis: Cultura em Movimento/EdUFSC, 2002.

BRUNO, Ernani Silva: *Memória da Cidade de São Paulo*. Depoimentos de Moradores e Visitantes, 1553/1958. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1981.

BRUNO, Jorge A. Paulus et. al... *Lajes: Flores*, Inventário do Patrimônio Imóvel. Maia: SerSelito, 2006.

BRUNO, Jorge A. Paulus et. al... *Santa Cruz: Flores*, Inventário do Patrimônio Imóvel. Maia: SerSelito, 2008.

BRY, Theodor de. *America*. Madri: Siruela, 1995.

BUCELLI, Vittorio. *Uma Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2016.

BUESCU, Mircea. *História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

BURTON, Richard Francis. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1976.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El-Rei D. Manuel*. S.l.: Borsoi, 1931.

CAMPIGLIA, G. Oscar Oswaldo. *Igrejas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d..

CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Brasiliana nº. 168. São Paulo: Nacional, 1978.

CARLS, Franz Heinrich. *Album de Pernambuco, 1878*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2007.

CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos bens tombados*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980.

CASAL, Manuel Ayres do. *Corografia Brasílica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações do Brasil, 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Braisleiro, 2009.

CENTENO, Rui. A dominação romana. In: SARAIVA, José Hermano (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1983, I vol.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: EdPUC-RS, 1999.

- CHICÓ, Mário T. A.. *Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1981.
- COELHO, António Borges. *Para a História da Civilização e das Idéias no Gharb Al-Ândalus*. S.l.: Instituto Camões, 1999.
- CONDAMINE, Charles Marie de La. *Viagem na América descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CORRÊA Fº., V. *Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1939, Brasiliiana.
- COSTA, Angyone A.. *Inquietação das Abelhas*. Pimenta de Mello: Rio de Janeiro, 1927.
- COSTA, Lúcio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: CEUA, 1962.
- _____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: empresa das artes, 1995.
- CRUZ, António. Do início da Reconquista à fundação do Condado Portuguense. In: SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Alfa, 1989.
- CUNHA, Rui. Óbidos. Lisboa: Quetzal, 1995.
- CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. *Alguns aspectos da arquitetura portuguesa*. Porto Alegre: IEL, 2011.
- _____. *Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2003.
- DARWIN, Charles. *Viagem de um naturalista ao redor do mundo*. v. 1.. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- DEUS, Gaspar da Madre de. *Memória para a história das Capitanias de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953.
- Diálogo das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.
- DIAS, Jorge. *Vilarinho da Furna*, uma aldeia comunitária. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.
- DIAS, Pedro. *A arquitetura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994.
- DIENER, Pablo & COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas no Brasil*. Obras Completas. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.
- El libro de oro de Marrakech*. Firence: Bonechi, 1998.
- ELLIS Júnior, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. Rio de Janeiro: 1987, v. 18.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Bom Tempo, 2010.
- ETZEL, Eduardo. *O Barroco no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Encantos Tradicionais da Bahia*. São Paulo: Martins, 1943.
- _____. *Relíquias da Terra do Ouro*. São Paulo: Graphicars, 1946.
- _____. *Fortes Coloniais da Cidade do Salvador*. São Paulo: Martins, 1942.

- FATHY, Hassan. *Construindo com o povo*. São Paulo/Rio de Janeiro: EdUSP/Salamandra, 1980.
- FEDUCHI, Luis. *Itinerários de arquitectura popular española*. Vol. 5. Barcelona: Blume, 1975.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes. *Arquitectura vernácula da região saloia*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- FERRAZ, A. L.. Pereira. Real Forte Príncipe da Beira. In: *Arquitetura Oficial*. São Paulo: FAU-USP, 1978.
- FERRAZ, Eugênio. *A Casa dos Contos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Multicor, 1985.
- FERRAZ, Marcelo Carvalho. *Arquitetura Rural na Serra da Mantiqueira*. São Paulo: Artes, 1992.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica às Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970.
- FIORAVANTI, Carlos. Trigo e milho bem moídos. In: *Pesquisa*. São Paulo: FAPESP, 2015.
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977.
- FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. *Tropeiros de mulas*. S.l.: Gráfica Diário da Manhã, 1985.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: SPAHN, 1944.
- FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian. *Ordenações Afonsinas*. Vol. 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian. *Ordenações Filipinas*. Vol. 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian. *Ordenações Manuelinas*. Vol 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães. *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam de Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GARDNER, Georges. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975.
- GIL, Júlio. *As mais belas igrejas de Portugal*. v. 2.. Lisboa: Verbo, 1968.
- _____. *As mais belas vilas e aldeias de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1984.
- GIOT, Pierre-Roland. *La Bretagne des mégalithes*. Rennes: Ouest-France, 1997.
- GOITIA, Fernando Chueca (org.). *História geral da arte: arquitetura*. Vol. 3. Rio de Janeiro: F. Chinaglia/Prado, 1996.
- GOLDFINGER, Myron et. al... *Arquitectura popular mediterrânea*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.
- GOMES (da Silva), Geraldo. *Engenho & Arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.
- GOMES, Geraldo & PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos Engenhos de Açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1990. Esteve no Brasil entre 1823 e 1826.
- GUTIERREZ, Ester Judith Benjoia. *Barro e sangue*. Pelotas: EdUFPel, 2004.
- HENRIQUES, Pedro Castro. *Óbidos*. Lisboa: Quetzal, 1995.
- HOURANT, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- JOSEPH, D.. *Geschichte der Baukunst*. Leipzig: Baumgartener, s.d..
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *Arquitetura como Extensão do Sertão*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2019.
- JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Nordeste, 1952.
- KAISER, Jakzam. *Aventura no caminho dos tropeiros*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2006.
- KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976.
- KIDDER, Daniel Parich & FLETCHER, J.C.. *O Brasil e os Brasileiros*. v. 2.. São Paulo: Nacional, 1941.
- KLUBLER, George. *Portuguese Plain Architecture: Between Spices And Diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University, 1972.
- KRUTA, Venceslas. *Os celtas*, São Paulo. Martins Fontes, 1989.
- LACERDA, Aarão de. *História da arte em Portugal*. Porto: Portugalense, 1942.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho urbano*. Lisboa: Gulbenkian, 1993.
- LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Brolério; e Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.
- _____. *Suma histórica da companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigação, 1965.
- LEMOS, Carlos A. C.. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEMOS, Carlos A.C. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da USP, 1992.
- LEMOS, Carlos A.C.. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel. 1985.
- _____. *Casa Paulista*. São Paulo: EdUSP, 1999.
- _____. *Com nascem as cidades*. São Paulo: Nobel, 2016.
- LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1961.
- L'Exposition de Paris de 1889*, Jornal da Exposição de Paris.
- LIMA, Diogénia de Bettencourt & GODARD, Daniel Luc. *Os Açores*. Lisboa: Bertrand, 1992.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- LIVRO Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945.

- LORRIO, Alberto J.. *Los Celtíberos*. Madri: Complutense, 1997.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1975.
- LUÍS, Joaquim. *A Arte e os Artistas do Vale do Côa*. Côa: Inst. Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, 2011.
- MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.
- MAIUMY, Lia: *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.
- MARIANI, Ana. *Pinturas e Platibandas*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.
- MARIANNO Fº.. José. *Influências Muçulmanas na Architectura Tradicional Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d..
- _____. *À Margem do Problema Arquitetônico Nacional*. Rio de Janeiro: s.e., 1943.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará*: Arqueologia de seus sistemas motrizes. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação de mestrado.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (org.) *Arquitectura popular açoriano-brasileira*. Angra do Heroísmo: SerSilito, 1996.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1978.
- MAXIMILIAN, príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos 1815 a 1817*. São Paulo: Nacional, 1958.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (org.). *A descoberta de Portugal*. Lisboa: Ambar, 1984.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MELLO, Suzy de: *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MELLO, Joana. *Ricardo Severo: Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileiro*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- MENÉRES, António. *Arquitecturas populares*. Arcos de Valdevez: Municipalidade, 2013.
- MESTRE, VICTOR. *Arquitectura popular da Madeira*. Lisboa: Argumentum, 2002.
- MONTEIRO, Ana & MENÉRES, António. *O Porto visto do céu*. Lisboa: Argentum, 2000.
- MOURA Cristóvão de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional (Brasiliana, v. 117) 1938.
- MOUTINHO, Mário. *A arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Imp. Univers., 1979.
- MUEDE, Hugues. *Morroco*. Kôln (Colônia): Taschen, 1997.
- MULLENDER, Jaques et. al... *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.
- MURRAY, Jocelin. *África, o despertar de um continente*. v. 1. Madri: Prado, 1997.
- NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1981.

- NOBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1988.
- OBERACKER Jr., Carlos H.. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.
- OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui: Notas para una teoría*. Málaga: Algazara, 1996.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando. *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim. *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- OLIVER, Paul. *Encyclopedia of vernacular architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1998.
- _____. *Cobijo y sociedad*. Madrid: Blume, 1978.
- _____. *Dwellings*. London: Phaidon, 2003.
- ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.
- PALENCIA, Angel González. *Historia de la España Musulmana*. Barcelona: Labor, 1945.
- PASTOR, Arthur. *Algarve – Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1956.
- PEREZ, Rosa Maria (org.). *Memórias árabo-islâmicas em Portugal*. Lisboa: Maiadouro, 1997.
- PINHEIRO, Nuno Santos. *O islamismo e o arco ultrapassado na Península Ibérica*. Lisboa: Codex, 1997.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1976.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.
- PRADO, J. F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1935.
- QUEIROZ, Maria da Graça Soto. *São João del-Rei*. Brasília: IPHAN, 2010.
- _____. *Diamantina*. Brasília: IPHAN, 2010.
- _____. *Serro*. Brasília: IPHAN, 2010.
- QUEIROZ, Maria da Graça Soto e MACHADO, Erika. P. *Ouro Preto*. Brasília: IPHAN, 2008.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline, *A vila de Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: EdFURG, 1987
- RADIG, Werner. *Die Siedlungstypen in Deutschland und ihre frühgeschichtlichen Wurzeln*. Berlin: Henschelverlag, 1955.
- RAIMUNDO, Paulo Vilela et. al... *Angra do Heroísmo: Terceira*: Inventário do Patrimônio Imóvel. Maia: SerSelito, 2014.
- _____. *São Miguel. Nordeste*: Inventário do Patrimônio Imóvel. Maia: SerSelito, 2011.
- RAZINI, Felisberto. *Estilo Colonial Brasileiro: Composições Architectonicas de Motivos Originais*. São Paulo: Amadeu de Barros Saraiva, 1927.

- REIS Fº., Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: USP, 2000.
- _____. *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo: Pini, 2000.
- _____. *Guia dos Bens Tombados: São Paulo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1986.
- _____. *Quadro da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Min. das Relações Exteriores, de janeiro de 1940 a junho de 1944.
- RIBEIRO, Berta (Org). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986.
- RIBEIRO, Darcy et. al... *A fundação do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, 2 vol. (1. ed., 1858).
- RICHARDS, Julian. *Stonehenge*. London: English Heritage, 2005.
- ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul, de 1829 a 1847*. Porto Alegre: UFRGS, 1961.
- RODRIGUES, José Damião. *Ribeira Grande São Miguel: Inventário do Patrimônio Imóvel*. Maia: SerSelito, 2007.
- RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico*. 4ª ed.. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1979.
- ROSENBERG, Matt T.. As maiores cidades da história. In: *Viver Cidades*. Rio de Janeiro: (22): 1-3, fev. 2008.
- ROSSA, Walter (org.). *Universo urbanístico português - 1415-1822*. Lisboa: Com. Nac. Comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.
- RUGENDAS, Johann Moritz von. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins/EdUSP, 1972.
- SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nona Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano, 1993.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975.
- _____. *Viagem pelo distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974.
- _____. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1975.
- _____. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1974.
- _____. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975.
- _____. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1976.

- _____. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1974.
- SALES, Fátima. Construções em madeira: interferência na arquitectura tradicional e local. In: *Cadernos ESAP*. Porto: (2/3), 117-125, dez. 1997.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal*. Porto: Afrontamentos, 1999.
- SALVADOR, Frei Vicente do: *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Três ensaios de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 2008, vol. 86.
- SANTOS, Paulo F.. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Toledo: Alfa, 1983, v. 1.
- SCHMITT, Eduard. *Handbuch der Architektur*. Vol. IV. Leipzig: J.M. Gebhard's, 1921.
- SCHOENAUER, Norbert. *6000 años de habitat*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.
- SECCATO, Beppe. *Brasil: lugares e história*. Vecelli/Itália: Manole, 1998.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003. (Esteve no Brasil entre 1826 e 1836).
- SEVERO, Ricardo. *A Ciência Náutica Portuguesa e o Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Centro Republicano Português, 1931.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da e GOMES, Mário Varela. *Proto-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.
- SILVA, José Custódio Vieira da. *O tardo-gótico em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1989.
- SIMONS, Gerald. *Os bárbaros na Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- SOLER, Vicente Joaquim. *Dezesete Cartas*. Rio de Janeiro: Index, 1999.
- SOUZA, Alberto. *A progénie brasileira de uma fachada da renascença*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938.
- SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos bens tombados Bahia*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1983.
- SOUZA, Wladimir Alves de. *Guia dos Bens Tomados Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985.
- SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Carl F. P. von. *Reisen in Brasilien in den Jahren 1817 - 1820*. Vol. 3. Stuttgart: Brockhaus, 1966.
- TAUNAY, Affonso de E.. *Velho São Paulo*. v. 2.. São Paulo: Melhoramentos, s.d..
- TAVARES, Edmundo. *A habitação portuguesa*. Sem dados editoriais.
- TEIXEIRA, Manuel & VALLA, Margarida. *O urbanismo português*. Lisboa: Horizonte, 1999.
- TEIXEIRA, Manuel C.. *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*. São Paulo: UNESP, 2012.

- _____. *Arquitecturas do granito*. Arcos de Valdevez: Municipalidade, 2013.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1975.
- TOLEDO, Benedito de Lima. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago. *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- TOSTÓES, Ana et. al... *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.
- VALDEMAR, António et. al.. *Açores vistos do céu*. Lisboa: Argentum, 1998.
- VALLADARES, Clarival do Prado e MELLO Fº., Luiz Emygdio: *Albert Eckhout. A presença da Holanda no Brasil*. Rio de Janeiro: Alunbramento, 1989.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. v. 1.. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1981.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Vol 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VAUTIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura civil I*. São Paulo: FAU/USP e MEC-IPHAN, 1975.
- VEISTROFFER, Albert. *Vingt ans dans la brousse africaine: souvenirs d'un ancien membre de la mission Savorgnan de Brazza dans l'ouest africain, 1883-1903*. Lille: Mercure de Flandres, 1931.
- VIEGAS, Augusto. *Notícias de São João del-Rei*. Belo Horizonte: s.e., 1969.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilações de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Imprensa oficial, 1921.
- VITERBO, Sousa. *Dicionário Histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.
- VITERBO, Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1988.
- VOLPE, Fábio (org.). *Almanaque Abril 2013*. São Paulo: Abril, 2013, passim.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1979.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia: Edusp, 1985.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005.
- _____. *Interrelações afro-brasileiras na arquitetura*. Porto Alegre: EdPUC-RS, 2015.
- _____. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/Itatiaia. São Paulo: EdUSP, 1975.
- ZERO Hora. Porto Alegre, 16/12/2014.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Arquivo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Arquivo da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Arquivo do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul.

Arquivo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

A N E X O

Relação das estadias de viajantes do século XIX no Brasil

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elisabeth Cary: de 1865 a 1866;

ALINCOURT, Luiz d': de 1809 a 1841;

AVÉ-LALLEMANT, Robert Berthold: de 1836 a 1855 e de 1858 a 1859;

BURTON, Richard Francis: 1869;

DARWIN, Charles: 1832;

DEBRET, Jean-Baptiste: de 1917 a 1831;

EWBANK, Thomas: 1846;

FLORENCE, Hercules: de 1824 a 1879;

GARDNER, Georges: de 1836 a 1841;

GRAHAM, Maria: de 1823 a 1826;

LINDLEY, Thomas: de 1802 a 1803;

LUCCOCK, John: de 1808 a 1818;

MAWE, John: de 1809 a 1810;

MAXIMILIAN, Príncipe de Wied-Neuwied: de 1815 a 1817;

POHL, Johann Emanuel: de 1817 a 1822;

RECLUS, Elisee: 1893;

RIBEYROLLES, Charles: de 1858 a 1860;

RUGENDAS, Johann Moritz von: de 1822 a 1824 e de 1845 a 1846;

SAINT-HILAIRE, Auguste de: 1816 a 1822;

SEIDLER, Carl: 1825 a 1835;

SMITH, Herbert Huntington: de 1882 a 1886;

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P.: de 1817 a 1820;

WALLACE, Alfred Russel: de 1848 a 1852;

WALSH, Robert: de 1828 a 1829;

ZALUAR, Augusto Emílio: de 1860 a 1861.

Ao lado da arquitetura erudita, os portugueses trouxeram suas tradições arquitetônicas populares. No Brasil, durante o período colonial, o trabalho manual era tido por pouco digno, razão pela qual tem sido relevadas as realizações monumentais enquanto as obras menos aquinhoadas têm sido relegadas ao silêncio. À medida que os preconceitos elitistas começaram a ser questionados, ficou clara a importância das demais realizações. Pelos preconceitos da época, as construções de origens indígena e africana eram vistas como insignificantes, apesar de se constituírem na absoluta maioria. A valorização das obras eruditas de tradição erudita tem ofuscado as de caráter popular lusitano, que se situavam numa faixa intermediária na qual a miscigenação de conceitos e procedimentos tornaram-se a característica mais marcante de toda história da arquitetura popular do país. Com a abertura dos portos decretada pela vinda da família real portuguesa, começaram a se fazer sentir cada vez de forma mais marcante as influências de outros países. A Proclamação da Independência levou a um afastamento progressivo das influências da arquitetura popular portuguesa sem que fossem abandonadas em sua totalidade. A ambivalência entre o conservadorismo e a inovação levou à formação de uma riqueza pouco explorada.

Essa trajetória se constitui no objeto desta obra.



ISBN: 978-65-80360-68-0



9 786580 360680

